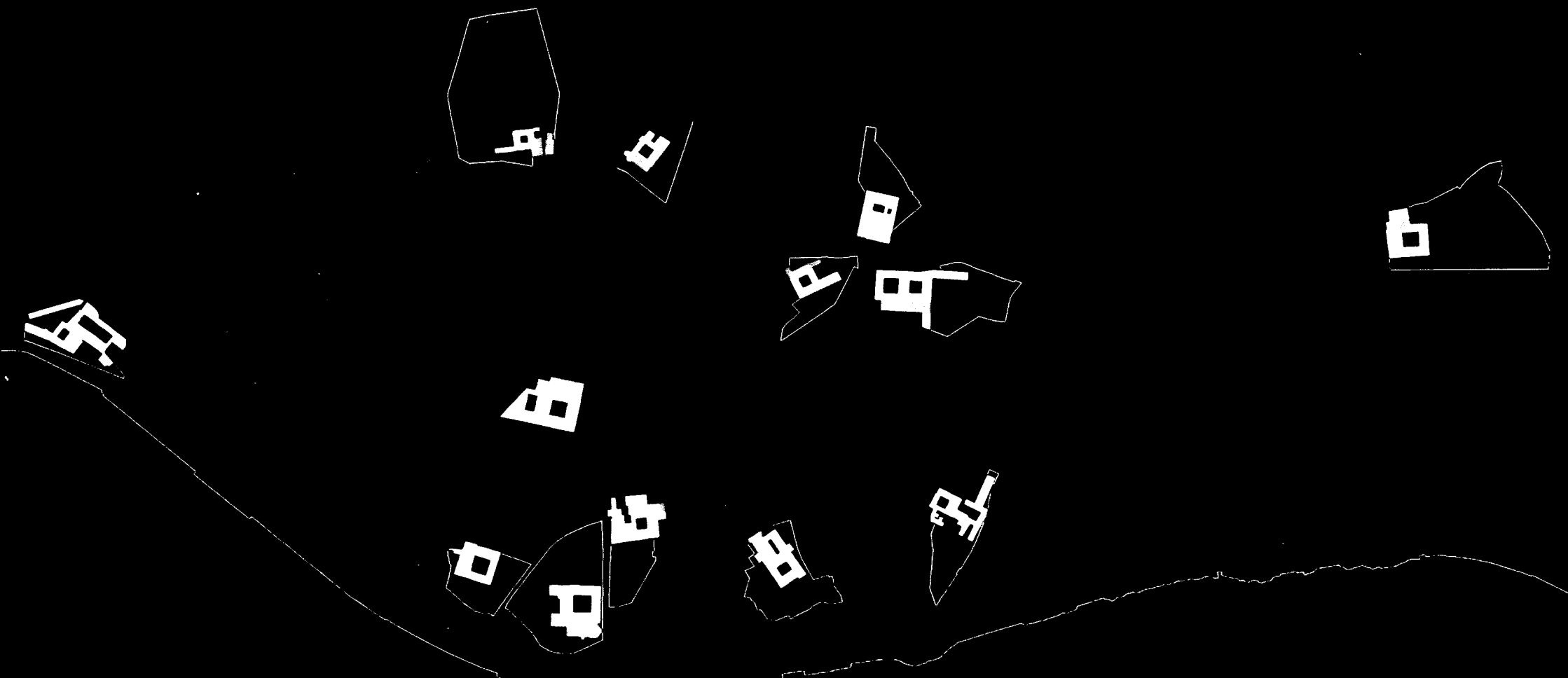
os CONVENTOS do PORTO

descontinuidades, transformação e reutilização

Ana Cristina Pereira. Dissertação de Mestrado. MIPA. FAUP. Orientação científica do Prof. Doutor Carlos Alberto Esteves Guimarães da FAUP. Outubro 2007



OS CONVENTOS DO PORTO. DESCONTINUIDADES, TRANSFORMAÇÃO E REUTILIZAÇÃO

Ana Cristina da Cunha Pereira. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Alberto Esteves Guimarães, professor associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Outubro 2007.

OS CONVENTOS DO PORTO
DESCONTINUIDADES, TRANSFORMAÇÃO E REUTILIZAÇÃO

biblioteca
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

1/9/09

Ana Cristina Pereira

Entrada em 29/09/09
Registo n.º 129963

T. C. Ir 17

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Carlos Guimarães, pela disponibilidade e confiança cujo apoio permitiu uma orientação assertiva aos objectivos e desenvolvimento concretos na realização deste trabalho.
Agradeço ao Arquitecto João Carreira a estimada amizade e apoio.
Agradeço ao Professor Doutor Vítor Gomes Teixeira o acompanhamento neste trabalho e toda a atenção desde o início dispensada.
Agradeço ao IPPAR, à Dr.ª Paula a simpatia com que me recebeu nos longos dias de estudo na biblioteca, à Arquitecta Isabel Sereno, à Dra. Elvira Rebelo a disponibilidade de informação e acompanhamento.
Agradeço ao AHMP da Casa do Infante as longas semanas aí passadas e disponibilidade dos seus serviços, tendo sido sempre recebida de forma agradável e muito correcta por todos, sem excepção.
À Dra. Sónia Basto da DREMN, pela sua disponibilidade e acompanhamento.
Ao Major Damião Ferreira da Brigada Territorial Nº4 por ter disponibilizado o acesso ao edifício assim como a documentos e peças desenhadas; ao cabo Paiva pelo acompanhamento ao local e cedência do levantamento actual do edifício.
Ao Director do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição do Porto, a José Carlos Gomes e à Dra. Susana Mota pela disponibilidade e ajuda no reconhecimento do edifício do Seminário Maior de S. Lourenço. Ao arquitecto Pedro Resende Leão, pela disponibilidade com que me recebeu, informou e disponibilizou o seu trabalho e documentos pessoais para o estudo deste edifício.
Ao Arquitecto António Meneres por ter cedido os seus documentos pessoais e ajudado no reconhecimento histórico do extinto Convento de Monchique. Ao Engenheiro Clemente Meneres pela disponibilidade e por ter facultado a visita às instalações do interior edifício.
Ao Professor Arquitecto Manuel Correia Fernandes, por ter estado sempre disponível para me ouvir.
Ao Professor Domingos Tavares pelas aulas de teoria e de história que manteve sempre tão acesas, ao debate e ao estudo da teoria do MIPA e pelo interesse sempre manifestado neste estudo.
A todos os professores deste curso.
Aos meus colegas, neste curso de mestrado a agradável convivência.
À Teresa e ao Jorge por me dispensarem um espaço no seu escritório, conseguindo assim ficar menos isolada nos muitos dias de estudo. À Luísa, ao Pedro pela partilha sempre agradável do mesmo espaço. E ao Marco e ao Pedro por terem tido a paciência de entender os intuitos deste trabalho e me ajudar na apresentação gráfica.
A Maria Ângela Vidal Salgado, pela competente e dedicada ajuda na correcção dos textos.
Ao Manuel pelo apoio sempre prestado.
Ao meu filho incondicionalmente.

Resumo

A extinção dos conventos em Portugal no século XIX marcou irreversivelmente o destino destes edifícios religiosos. Estes objectos de grande afirmação devido à sua dimensão na envolvente física urbana e à sua forte componente social foram e continuam a ser objecto de diversificados estudos.
Hoje, debate-se o significado destas heranças, continuando uma história em contínua evolução apelando a novos ou repetidos conceitos, pois a extinção dos conventos no Porto levou a variadas soluções na integração destes conjuntos de grande valor arquitectónico e de dimensões muito significativas na malha da cidade.
Este trabalho incidiu sobre treze conjuntos religiosos que podemos dividir em dois grupos. No primeiro grupo incluímos aqueles que foram destruídos sem deixar vestígios, como é o caso do Convento de São José das Carmelitas Descalças; ou aqueles que, por razões urbanísticas, foram sofrendo mutilações que levaram à sua total destruição como os Conventos de São Bento da Avé-Maria, de São Domingos ou Fiéis do Porto, dos Congregados e dos Lóios. O Convento de São Francisco também se pode incluir neste grupo, embora tenha a particularidade de ter mantido a mesma tipologia à volta do claustro, pois o novo edifício foi construído sobre as ruínas do convento.
Neste conjunto de seis conventos, os edifícios, como já se disse anteriormente, desapareceram, restando apenas as igrejas de São Francisco e dos Congregados; parte de uma das fachadas dos Lóios, que é hoje o palácio das Cardosas; da memória dos outros dois restam somente os nomes: Estação de São Bento e Rua das Carmelitas.
No segundo grupo integram-se os sete conventos que sobreviveram e mantêm a totalidade ou parte das suas estruturas, funcionando com diferentes ocupações. Contudo, todos eles sofreram transformações, mudanças significativas e adaptações a determinadas funções, sendo hoje as permanências e persistências dos antigos conjuntos imperceptíveis e na maior parte dos casos inexistentes.
Neste grupo, encontramos diferentes níveis de utilização.
Assim, num primeiro nível, temos os edifícios que, ocupados após a sua extinção, foram sendo, ao longo dos tempos, readaptados às novas funções com mais ou menos mudanças, mas sempre de forma aleatória e parcial. É o caso dos conventos de São João Novo, do Carmo e de S. Lourenço que, apesar das transformações, mantiveram as estruturas iniciais.
Num segundo nível estão os conventos de Santa Clara e de S. Bento da Vitória que se distinguem dos primeiros por terem sofrido intervenções globais, programáticas e estudadas, em tempo determinado, os quais levaram à total repartição e separação dos conjuntos, como se analisará em seguida. Num terceiro nível temos o de Santo António da Cidade, hoje Biblioteca Municipal, que sofreu importantes transformações tanto no interior como no exterior.
Num quarto e último nível situa-se o Convento da Madre de Deus de Monchique que, após diferentes utilizações, se encontra actualmente em ruínas e em situação expectante.
Este estudo estrutura-se em duas partes: Na primeira parte incluímos a introdução com os objectivos, a estrutura do trabalho e as razões da escolha deste assunto, seguida de dois temas principais: 1. o enquadramento teórico com a evolução dos conceitos e descrição das principais normas internacionais sobre o património arquitectónico; 2. a introdução aos casos de estudo nas componentes religiosa e programática destas instituições e a especificidade do lugar da cidade do Porto.
Na segunda parte fazemos uma pequena monografia de cada um dos treze conventos. Esta parte inclui as considerações finais, em que as características individuais são reagrupadas e perspectivadas nas suas relações com a envolvente e na evolução dos edifícios ao longo do tempo.

Résumé

L'extinction des couvents au Portugal au 19. siècle a marqué de façon irréversible le sort de ces édifices religieux. Ces objets de grande affirmation de par leurs dimensions dans l'environnement physique urbain et leur forte composante sociale on fait et font toujours objet d'études diversifiées.

On discute aujourd'hui de la signification de ce patrimoine, dans le cadre d'une histoire en évolution faisant appel à d'anciens ou à de nouveaux concepts, étant donné que l'extinction des couvents à Porto a donné lieu à une grande variété de solutions en ce qui concerne l'intégration de ces ensembles de grande valeur architecturale et de dimensions très significatives dans le maillage de la ville.

Ce travail porte sur treize ensembles religieux, qui ont été divisés en deux groupes. Dans un premier groupe, nous avons intégré ceux qui ont disparu sans laisser de traces, comme le Couvent de São José das Carmelitas Descalças ou ceux qui, pour des raisons urbanistiques, ont souffert de mutilations successives jusqu'à leur destruction totale, comme les Couvents de São Bento de Avé-Maria, São Domingos ou Fiéis do Porto, des Congregados et des Lóios. Le Couvent de São Francisco peut être également inclus dans ce groupe, même s'il a la particularité d'avoir gardé la même typologie autour du cloître, le nouveau bâtiment ayant été construit sur les ruines du couvent.

Dans cet ensemble de six couvents, les bâtisses, comme on l'a déjà signalé, ont disparu et ne restent que les églises de São Francisco et des Congregados, une partie d'une des façades des Lóios, aujourd'hui palácio das Cardosas; la mémoire des autres survit uniquement à travers les noms: Estação de São Bento et Rua das Carmelitas.

Le deuxième groupe comprend les sept couvents qui ont survécu et gardent la totalité ou une partie de leurs structures, et sont désormais destinés à différents usages. Tous ont cependant subi des transformations, des changements significatifs et des adaptations à certaines fonctions, à tel point que les éléments qui demeurent et qui subsistent des anciens ensembles sont actuellement imperceptibles et dans la plupart des cas inexistantes.

Dans ce groupe il y a plusieurs niveaux d'utilisation.

À un premier niveau, nous avons les édifices qui, occupés après leur extinction, ont été, au fil du temps, réadaptés à de nouvelles fonctions avec des changements plus ou moins importants, mais toujours de façon aléatoire et partielle. C'est le cas des couvents de São João Novo, du Carmo e de S. Lourenço qui, malgré les transformations subies, ont gardé leurs structures d'origine.

Au deuxième niveau se situent les couvents de Santa Clara et de S. Bento da Vitória, qui se distinguent des premiers parce qu'ils ont subi des interventions globales, encodées dans des programmes et planifiées, dans des délais précis, lesquelles ont mené à une répartition et une séparation des ensembles, comme nous allons le voir ci-après.

À un troisième niveau, on trouve le couvent de Santo António da Cidade, actuellement Bibliothèque Municipale, qui a subi des transformations importantes, tant à l'intérieur qu'à l'extérieur.

À un quatrième et dernier niveau, nous avons le Couvent de Madre de Deus de Monchique qui, après diverses utilisations, se trouve actuellement en ruines et attend de connaître son sort.

L'étude est structurée en deux parties:

La première partie comprend l'introduction avec les objectifs, la structure du travail et les raisons du choix de ce sujet, suivie de deux thèmes principaux: 1. le cadre théorique avec l'évolution des concepts et la description des principales normes internationales en matière de patrimoine architectural; 2. l'introduction aux cas d'étude dans les composantes religieuse et programmatique de ces institutions et la spécificité du site de la ville de Porto.

Dans la deuxième partie, nous présentons une monographie de chacun des treize couvents. Cette partie comprend les considérations finales, où les caractéristiques individuelles sont regroupées et mises en perspective dans leurs rapports avec l'environnement et l'évolution des édifices dans le temps.

Abstract

The dissolution of the convents in the 19th century in Portugal irreversibly marked the fate of these religious buildings. These imposing structures due to their dimension in the physical urban environment and their strong social component have been and are being the subject of various studies.
Today, there is an ongoing discussion about the meaning of this heritage, in the framework of an evolving history that is based on old and new concepts, since the dissolution of the convents in Porto led to a great variety of solutions as regards the integration of these edifices of great architectural value and huge dimension in the mesh of the city.
This work is about thirteen religious edifices that can be divided into two groups. In the first group are those which were destroyed without trace, such as the Convent of São José das Carmelitas Descalças; or those which for urban reasons suffered damage leading to their total destruction, such as the Convents of São Bento da Avé-Maria, São Domingos or Fiéis do Porto, Congregados and Lóios. The Convent of São Francisco can also be included in this group, though it has retained the same style around the cloister, as the new building was erected over the ruins of the convent.
In this set of six convents, the buildings, as it was said before, disappeared; only the São Francisco and Congregados churches and part of one of the façades of Lóios, today the Palácio das Cardosas, were left; the memory of the other two lives on only in the names of Estação de São Bento and Rua das Carmelitas.
In the second group there are seven convents that survived and keep all or part of their structures, being used for different purposes. However, all of them went through transformations, substantial alterations and adaptations to certain functions, the permanent and persistent nature of the ancient structures today being imperceptible and in most cases non existent.
In this group we can find different types of use.
In the first type we have the buildings that were occupied after their dissolution and were over time readapted to the new functions with some modifications, but always in a random and partial manner. This is the case with the convents of São João Novo, Carmo and S. Lourenço which, in spite of the transformations, kept their initial structures.
In the second type we find the convents of Santa Clara and S. Bento da Vitória which are different from those above because they were subject to global interventions that led to the total division and separation of the structures, as we show below.
In the third type is the convent of Santo António da Cidade, nowadays a municipal library, which underwent major transformations inside as well as outside.
In the fourth and last type we find the convent of Madre de Deus de Monchique which, after being used for various purposes, is at present in ruins and is waiting for a decision on its fate.
This study is structured in two parts:
The first part includes the introduction with the objectives, the structure of the work and the reasons for the choice of this subject, followed by two main themes: 1. the theoretical framework, with the evolution of the concepts and the description of the main international rules about architectural heritage; 2. the introduction to the case studies in the religious and programmatic components of these institutions and the specificity of the site of the city of Porto.
In the second part we present a monograph of each one of the thirteen convents. This part also includes the final considerations, where the individual characteristics are assembled and put in perspective in their relations with the environment and in the evolution of the buildings over time.

Índice

Introdução 19
Prefácio 21
Objecto e objectivos 21
Conteúdos e casos de estudo 21
Estrutura 23
Limite espacial 24
Limite temporal 24

Primeira parte 25

1 Enquadramento teórico 26
1.1 O conceito de monumento e património 27
Evolução histórica das normas de protecção do património 28
1.2 Evolução de conceitos e teorias 29
1.3 As cartas e convenções internacionais 41
1.4 A evolução em Portugal 54
A evolução de conceitos e as normas legislativas em Portugal 54
O pensamento romântico e nacionalista 54
A actuação do Estado 56
O estado novo 57
O governo democrático após 1974 57
1.5 Conceito de utilidade no património arquitectónico 59

2 Introdução aos casos de estudo 62
2.1 Fundação e desenvolvimento dos conventos 63
Enquadramento histórico e sociopolítico 63
2.2 O movimento religioso 65
Os Mendicantes 67
A afirmação da Ordem Dominicana 70
A instituição da Ordem Franciscana 70
2.3 A arquitectura das Ordens Mendicantes 71
A identidade dos edifícios das Ordens Mendicantes 72
Os conventos das Ordens Mendicantes 77
2.4 Enquadramento urbano 82

Segunda Parte 91

1 As intervenções no Património construído. Casos de estudo: 92
1.1 O Convento de S. Francisco 93
1 Localização 100
2 Implantação 100
2.1 Razões sociopolíticas 101
3 Fundação, edificação e transformações 101
3.1 Convento 101
3.2 Igreja de S. Francisco 103
3.2.1 A Rua Nova do Porto 103
3.2.2 Descrição arquitectónica do Corpo da Igreja de S. Francisco 103
3.3 Os terceiros 104

3.3.1 Venerável Ordem Terceira 104
3.3.2 Igreja dos Terceiros Franciscanos 106
3.3.3 Hospital de S. Francisco 106
4 Transformações no século XIX 107
4.1 A Bolsa do Porto 108
4.2 Utilização actual 108
5 Extinção e permanências 109

1.2 O Convento de S Domingos 111
1 Localização 118
2 Implantação 118
3 Os Dominicanos no Porto 118
4 Fundação, edificação e transformações 119
4.1 Convento 119
4.2 Descrição arquitectónica do Corpo da Igreja conventual de S. Domingos 122
4.3 A igreja da Ordem Terceira de S. Domingos 123
5 Extinção e permanências 124

1.3 O Mosteiro de Santa Clara 127
1 Localização 137
2 Implantação 137
2.1 A Porta do Sol 137
3 A ordem de Santa Clara ou Clarissas 138
4 Fundação, edificação e transformações 138
4.1 Convento 138
4.2 S Igreja de Santa Clara 141
4.3 O convento do Século XIX 142
5 Extinção e permanências 142
6 Intervenções urbanas: 144
As propostas de fim do século XIX, século XX e Porto 2001
6.1 O Centro de Saúde das Batalha, Dispensário da Rainha D. Amélia 146
6.2 Associação Protectora da Infância 147
6.3Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge 147
6.4 Aljube, PSP 148
6.5 Igreja de Santa Clara 150
6.6 Muralha Fernandina 150

1.4 O Convento de Santo Eloy 155
1 Localização 162
2 Implantação 162
3 A ordem dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista 163
4 Fundação, edificação e transformações 164
4.1 Convento 164
4.2 Igreja 166
5 Extinção e permanências 167

1.5 O Convento de São Bento da Ave-Maria 171
1 Localização 179
2 Implantação 179

3 Ordem de S. Bento 180
4 Fundação, edificação e transformações 180
4.1 Convento 180
4.2 Igreja 182
5 Extinção e permanências 182
5.1 Estação de S. Bento 182

1.6 O Mosteiro da Madre de Deus de Monchique 187
1 Localização 196
2 Implantação 196
3 Fundação, edificação e transformações 197
3.1 Convento 197
3.2 A Igreja conventual 200
4 Extinção e permanências 201
4.1 Transformações no século XIX e XX 201

1.7 O Convento de S. Lourenço 207
1 Localização 220
2 Implantação 220
3 A Companhia de Jesus no Porto 220
4 Fundação, edificação e transformações 221
4.1 Colégio e Convento 221
4.2 Igreja 224
5 Extinção e permanências 225

1.8 O Mosteiro de S. Bento da Vitória 227
1 Localização 239
2 Implantação 239
3 Fundação, edificação e transformações 240
3.1 Convento 240
3.2 Igreja 241
4 Extinção e permanências 243
4.1 A ocupação nos séculos XIX e XX 243
4.2 O estado actual 244
4.2.1 Arquivo distrital do Porto 244
4.2.2 Instalações dos Padres Beneditinos 244
4.2.3 Orquestra Clássica do Porto 244

1.9 O Convento de São João Novo 247
1 Localização 255
2 Implantação 255
3 A ordem dos Eremitas de Santo Agostinho 255
4 Fundação, edificação e transformações 255
4.1 Convento 255
4.2 Igreja 257
5 Extinção e permanências 258

1.10 O Convento do Carmo 261
1 Localização 271
2 Implantação 271
3 Os Carmelitas Descalços 271

4 Fundação, edificação e transformações 272
4.1 Convento 272
4.2 Igreja conventual 273
4.3 Igreja dos Terceiros do Carmo 274
5 Extinção e permanências 275

1.11 O Convento dos Congregados 277
1 Localização 286
2 Implantação 286
3 Fundação, edificação e transformações 287
3.1 Convento 287
3.2 Igreja 288
4 Extinção e permanências 289

1.12 O Convento das Carmelitas Descalças 291
1 Localização 298
2 Implantação 298
3 As Carmelitas Descalças 298
4 Fundação, edificação e transformações 298
4.1 Convento 298
4.2 Igreja 300
5 Transformações no século XIX e inícios de XX 300
6 Extinção e permanências 303

1.13 O Convento de Santo António da Cidade 305
1 Localização 316
2 Implantação 316
3 Fundação, edificação e transformações 316
3.1 Convento 316
3.2 Igreja 319
4 Extinção e permanências 319

2 Análise comparativa dos casos de estudo 322
2.1 As Metodologias de intervenção nos conventos do Porto 328
A Arquitectura Religiosa e Mendicante 331
A cerca, o vazio e a cidade 334

2.2 A extinção das Ordens Religiosas, as transformações e as permanências na malha da cidade e nos edifícios 335
As transformações 335
O movimento social do século XIX e inícios de XX 337
A actuação dos poderes politicos 338
As permanências 338
A complexidade da mudança e a pluralidade de funções 340
A conservação dos materiais e as tecnologias no Restauro 341

Bibliografia geral 343

INTRODUÇÃO

Prefácio

A arquitectura religiosa, um dos temas mais explorados pelos historiadores e pela história da arquitectura, continua longe de estar esgotado. Os estudos feitos ao longo dos tempos têm sido cruciais para o apoio a estudos monográficos ou a temas específicos. É de salientar o trabalho dos historiadores para o contributo do conhecimento desta área tão vasta e apaixonante.
É de notar também o crescente interesse destes estudos por parte dos arquitectos como contributo para uma leitura tecnicista. A especificidade da leitura do arquitecto através da transmissão da noção do espaço, e do "lugar", da arquitectura no seu tempo e através dos tempos, em conjugação com a história do homem e do seu pensamento, no tempo e nos tempos, é, consideramos, necessária e fundamental para a compreensão do que ainda hoje subsiste aos nossos olhos, e do que ainda podemos imaginar de como existiu.

Objecto e objectivos

No âmbito do curso de mestrado de metodologias de intervenção no património arquitectónico, organizado pela FAUP, o tema para a dissertação," Os Conventos e Mosteiros do Porto", surgiu por influência do estudo do Mosteiro de Pombeiro, proposto aos alunos deste mestrado no decurso do 1º ano curricular. Por se tratar de um tema carregado de valor artístico, histórico e arquitectónico, pouco sistematizado e de inquestionável interesse tanto para a cidade como para o conhecimento, foi mantida a escolha inicial.
O tema do primeiro ano deste curso de mestrado, com o Mosteiro de Pombeiro e o renovar dos estudos sobre a arquitectura monástica em Portugal, (recordo com gosto as aulas do arquitecto Alves Costa, a quem devo a descoberta, - em História da Arquitectura Religiosa em Portugal), foram o ponto de partida para a escolha deste estudo.
Houve antes de tudo a necessidade de organizar a informação, vasta e dispersa, daí a descrição de todos os conventos e mosteiros construídos no Porto ao longo do tempo. Este foi o primeiro trabalho: pesquisa e sistematização dos elementos recolhidos.

Conteúdos e casos de estudo

O estudo da história destes edifícios ocupou a primeira parte e uma boa parte do tempo dedicado ao conhecimento das instituições religiosas no espaço geográfico da cidade do Porto. Houve por isso uma recolha exaustiva dos dados referentes ao tema, no Arquivo Histórico (AHMP), Biblioteca Municipal (BPMP), Arquivo Distrital (ADP), Faculdade de Letras (FLUP), Faculdade de Arquitectura (FAUP), DREMN e IPPAR todos no Porto. Não foram consultados os arquivos de Braga e Histórico de Lisboa, por ter sido esgotada a pesquisa no Porto. Relativamente aos dados históricos, interessava em primeiro lugar saber quais e quantos eram os conventos do Porto até à sua extinção, para depois obter o máximo de dados possíveis de cada um deles. Denotamos que na pesquisa realizada não encontrámos nenhum estudo sobre a totalidade dos conventos que foram construidos no Porto, pelo que o primeiro trabalho foi o de verificar e sistematizar todos os dados e no cruzamento destes obter uma primeira lista com as datas das fundações, principais transformações e situação actual. A leitura de documentos originais chegou a ser consultada numa primeira fase, no Arquivo Distrital do Porto, mas de forma incipiente por duas razões: por não se tratar de um estudo histórico, mas em que a história é a base de estudo para o conhecimento do edifício e, por não ser um estudo monográfico, mas um conjunto de várias monografias, foi necessária uma gerência organizada do tempo e do tipo de aprofundamento pretendido. Valeram por isso as monografias já existentes de alguns conventos e de alguns historiadores, muito úteis para este trabalho. Alguns destes trabalhos são teses de doutoramento ou de mestrado, por isso, menos divulgados, mas cujos estudos permitiram o apoio ao conhecimento necessário dos casos de estudo.
A perspectiva e pesquisa histórica foram importantes neste trabalho. Falar dos conjuntos monásticos do Porto, e da sua actualidade, sem enunciar o seu enquadramento histórico e evolução,

seria desprovido de sentido. São objectos carregados de história e de arte e por isso indissociáveis no tempo e através dos tempos. Só conhecendo, ainda que sucintamente, o seu percurso no tempo e o seu estado da arte, conseguimos uma leitura esclarecida da sua perenidade e transformações.
Não tão simples foi a conjugação dos diferentes conjuntos monásticos em tempos diferenciados, ou no mesmo tempo, e no mesmo meio.
Uma cidade é tão mais complexa quanto a conjuntura dos seus elementos é diversificada. Mas complexo e diversificado não é aqui sinónimo de complicado, antes pelo contrário é sinónimo de riqueza cosmopolita e da vivência urbana.
Fazer um estudo da cidade do Porto através dos tempos com os seus conjuntos monásticos foi um dos objectivos deste trabalho. Era importante que estes elementos não surgissem desgarrados do seu espaço ou do seu tempo, como objectos únicos, que o são, mas só têm ou adquirem sentido, como elementos que pertencem a um todo – o meio em que se inserem. E só fazendo parte de um todo, se podem tornar únicos quer no meio urbano quer no seu tempo.

Foram ainda aprofundados os estudos sobre as instituições religiosas e em particular as Mendicantes, por se tratar de comunidades urbanas que consecutivamente se instalaram no Porto. As razões deste estudo estão relacionadas com a tentativa de obter respostas para o conhecimento da organização e distribuição interna dos edifícios: saber se estas instituições tinham uma organização própria ou se adoptaram as já conhecidas regras cistercienses e de que modo o fizeram será um dos temas que abordaremos posteriormente.[1]

As questões sobre o património e os modos de abordar este tema serviram de base e estudo para a reflexão das monografias. Consideramos que uma base teórica é essencial para o modo como devemos observar estas estruturas e a cidade no seu todo. Um conhecimento mais aprofundado das variadas tendências relativamente às questões do património, [2] da sua conservação e restauro constituem as ferramentas necessárias para uma análise cuidada do que já existe e uma intervenção consciente, se for o caso.

O objectivo final e tema deste trabalho são as estruturas monásticas e a sua realidade hoje. Como "usamos" e como "vemos" estes elementos. As novas funções, o re-uso, as transformações e a adaptação às novas condições de vida - como adaptamos o "conforto" do ar-condicionado, das novas caixilharias, do aquecimento, a eliminação de humidades, correntes de ar, tão frequentes nestes edifícios, - da vivência dos nossos dias às antigas estruturas.
De uma forma poética, que sensação teríamos hoje ao vestir as roupas dos nossos antepassados, passearmos nas mesmas salas e atravessar os mesmos corredores? Ou, o que nos leva a preservar, às vezes de uma forma completamente errada, chegando a manter apenas os cheios das fachadas, como uma moda que passa, fazendo da fachada um símbolo ou elemento de marca, que funciona como um "post-it", ou seja, como um elemento colado, como se a nossa memória fosse débil? Como se aquele bocado da fachada que ficou no quadro típico da cidade, ou na fotografia antiga, bastasse para nos relembrar aquele espaço.

"E a memória daquela entrada fria e escura, em pedra, tão refrescante num dia quente de Verão, ou que abriga do vento e da chuva no Inverno? Onde está aquela escadaria barroca em pedra, pesada que reforça e define a tipologia do edifício? O vitral também já não está lá. O extraordinário elemento de luz e cor que contrapunha a sobriedade daquele espaço - o vitral - foi substituído por uma janela em plástico ou alumínio a imitar o antigo. A escadaria antiga de pedra que mantém a configuração barroca, (em que o primeiro vão de escadaria única e um segundo vão com escadaria duplicada, à direita e à esquerda do primeiro vencem o mesmo lance) mas que foi substituída por

1 Autores consultados, entre outoros: Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicante. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa. Editrici Francescane. 2003. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustratión. Valência. Editorial Asís. 2000.

2 tanto no passado como no presente

um revestimento marmoreado e com guardas em alumínio, talvez porque a mulher da limpeza tenha reclamado a facilidade na "limpeza". Num mesmo espaço "roubaram" a escada, o vitral, substituíram pelo elo mais fraco, e conseguiram com que se perdesse tudo, a beleza e a magia daquele lugar. Perdeu-se para sempre, para uma coisa sem sentido: como se pudéssemos substituir os braços da Vénus por uma prótese, e continuarmos a chamar-lhe Vénus de Milo." [3]
E a sensação de frio que nos envolvia e o cheiro a bolor das humidades ascendentes, nas caves e nos pisos térreos, e as correntes de ar das caixilharias frágeis, ou o calor sufocante das águas furtadas?
Hoje procuramos eliminar todos estes incómodos, protegendo com estudos científicos os materiais e os edifícios. Os erros do passado servem para melhorar a técnica do presente. Procura-se usufruir da velha estrutura com o conforto do futuro, com o que não é visível, escondendo nas paredes e nos vãos todos os elementos que nos mantêm a uma temperatura sempre agradável, artificial, com boas condições de higiene e com os meios técnicos, informáticos e de segurança necessários.
Mas se os edifícios sempre esconderam segredos, sempre contaram histórias, estes continuam aparentemente lá, continuando a contar histórias, talvez com menos calafrios de humidade a cortar a respiração, com menos zumbidos de ventos a soprar, mas com toda a alegria de um velho soalho ou de pedras sábias que falam de espaços antigos, ou centenários e que se contrapõem às nossas novas construções de que nós, arquitectos, tanto nos orgulhamos.
Daí que, sem uma solução definitiva ou única, apostando na diversidade e especificidade do local e do objecto assim como do seu tempo ou tempos, aliado à procura de um conhecimento aprofundado de cada caso, o restauro e a conservação deverão ser a resposta correcta para - o perpetuar na nossa vivência e memória através dos edifícios.

Estrutura

Existiram treze conventos no Porto desde o início da sua ocupação. Estes serão enunciados cronologicamente para uma leitura mais facilitada e ordenada no tempo e na implantação na cidade. Estes monumentos desde o início das suas construções sofreram ampliações e transformações, em diferentes datas.
A sistematização deste estudo é complexa, pois foi para nós necessário estabelecer datas, construções, ampliações, transformações, às vezes de grande relevo, e ordens religiosas nos diferentes tempos e na mesma cidade.
Neste estudo, optou-se, numa primeira fase, por uma descrição por datas da implantação dos diferentes conjuntos monásticos, do enquadramento histórico e físico, da sua inserção no contexto urbano para cada um deles e uma pequena monografia.
Numa primeira parte foi intenção abordar o tema principal deste estudo – os métodos de intervenção no património arquitectónico, como fase inicial, e como introdução ao estudo monográfico de cada uma das obras. A extinção das ordens, o enquadramento histórico e urbano são os temas do início deste estudo.
Na segunda e última parte seguir-se-á um estudo diferenciado de cada uma das obras -
Edifícios que ainda hoje existem, com características diferentes, mas que mantiveram a sua implantação, pelo menos parte da sua arquitectura enquanto edifícios religiosos, a sua morfologia, ou parte, mas com novo uso, podendo ser reabilitações de autor tal como Santa Clara e S. Bento da Vitória, em ruínas como Monchique, ou readaptados de uma forma temporal e sem preocupações estilísticas ou arquitectónicas, como é o caso de S. João Novo, Carmo e S. Lourenço; ou ainda os Conventos extintos que, embora conservem o local de implantação, ou algumas características morfológicas, tal como o claustro em Santo António da Cidade e a igreja de S. Francisco, foram de tal modo transformados que não permitem considerar que exista continuidade na classificação dos edifícios. E por último, os Conventos extintos, que conservam apenas uma pequena parte da sua implantação, tendo sido o restante substituído por novos edifícios no mesmo local, ou em

3 Excerto de um artigo a respeito das transformações operadas na casa senhorial da Câmara Municipal da Régua, para renovação do edifício nos anos oitenta." Ana Cristina Pereira

parte, como S. Domingos, Lóios, S. Bento de Avé-Maria, Congregados e Carmelitas Descalças.
As igrejas, apenas as que são conventuais e as que pertenceram aos edifícios em causa, serão referenciadas. O estudo das igrejas no Porto pertence a um estudo muito mais vasto. São edifícios com variada documentação, pelo que me foi dado a perceber, com características específicas, de acentuação local e paroquiana, em que o cidadão comum é frequentador deste espaço que é público e próprio para o culto.

Limite espacial

Também por questões de definição e enquadramento do tema em estudo, optou-se fazer da cidade do século XIX o seu limite espacial.
Assim foram excluídos deste estudo os conventos de Corpus Christi (1345), convento feminino de Mendicantes Dominicanas, Santo Agostinho da Serra (1540), de Mendicantes de Sto Agostinho, Vale da Piedade (1569), de Mendicantes de Província da Soledade, Sra. da Conceição (1679), de Mendicantes Franciscanos, situados no outro lado do rio, em Gaia e o último, S. João da Foz (1258), de Beneditinos, na Foz do Douro, do qual restam apenas alguns vestígios da construção quinhentista que se encontram na esplanada do castelo (forte de S. João Baptista) [4]
Incluir estes con_ventos implicaria um estudo mais alargado da cidade, dos seus diferentes limites ao longo dos tempos entre a cidade e as suas periferias, assim como incluir outras instituições religiosas nas imediações da cidade e, por isso, diluir a diferenciação entre a instituição urbana e rural.
Ao tentar definir a área da cidade do Porto, constatámos que a cidade ao longo dos tempos teve diferentes limites, umas vezes mais definidos que outras- desde o burgo inicial =em redor da primeira muralha, a sequente muralha fernandina e as épocas posteriores que vêem sucessivamente alargando e redefinindo as fronteiras da cidade. Com a abertura da estrada da Circunvalação, em 1895, são redefinidos os limites do concelho do Porto, [5] atingindo a área actual e integrando as freguesias de Ramalde, Aldoar e Nevogilde, ainda fortemente ruralizadas.
É de uma grande relevância, mas sobretudo de uma difícil complexidade definir um limite geográfico para os conventos do Porto, tendo estes pertencido à cidade a partir do século XIII, até à sua extinção, no século XIX.
Com os limites da cidade variando ao longo dos tempos, foi necessário restringir um espaço.
Optámos então pelo limite espacial da cidade do século XIX que coincide com o limite temporal destas instituições. Ou seja, sendo o estudo sobre o espaço físico e os edifícios das instituições cujo limite temporal corresponde ao tempo do próprio edifício, também o seu espaço geográfico corresponde ao tempo limite das suas instituições – o século XIX.

Limite temporal

Ao abordarmos este tema, estudámos as diferentes ordens e as suas congregações.
Aqui o tempo da história é o tempo do edifício, desde o início de construção à sua destruição ou continuidade. A função é importante pela sua caracterização programática que reflecte a sua espacialidade e que os séculos XIX e XX, com a mudança de função, trazem na maior parte das vezes grandes transformações.

4 ADP (in: bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.76)

5 (Hist. Porto. Oliv. R.)

PRIMEIRA PARTE

1 Enquadramento teórico

1.1 O conceito de monumento e património.

Os conceitos e as doutrinas sobre o património evoluíram extraordinariamente nos últimos anos e deverão prosseguir no futuro com novas adaptações.

A conservação e a salvaguarda dos monumentos e edifícios começaram a fazer parte da consciência de todos e não apenas de acções políticas ou institucionais. Tal como a nova consciência ambiental, os edifícios adquiriram um novo reconhecimento por parte do público em geral. Hoje o "velho" adquire um novo valor já reconhecido por muitos, independentemente de se tratar de um monumento ou de um edifício comum. [6]

Ao longo da história da humanidade, a conservação de obras ou de objectos de arte apresentou diferentes significados e preocupações, podendo, no entanto, falar-se de um percurso no sentido da consciencialização e da preservação da memória e das obras de arte, que hoje pretende ser mais pluralista e generalizada. Desde os objectos, à pintura, escultura ou arquitectura, as características de um povo, língua ou ambiente, temos hoje a pretensão de preservar a nossa memória, reconhecer a cultura dos povos e as suas formas de arte, sejam elas de um autor, da cultura de um povo ou de um ambiente natural específico.

Esta consciência cada vez mais alargada e diversificada do património induz-nos a uma cada vez maior especificidade na definição e critérios do que deve ser preservado. [7]

O conceito de património

Património significa a posse de bens e valores normalmente deixados ou adquiridos por herança, pertença de um indivíduo, de um povo ou de uma instituição. Preservar o património é perpetuar a conservação da memória colectiva e da identidade de um povo.

O reconhecimento das permanências urbanas, das morfologias, dos traçados e dos edifícios ao longo da sua lenta evolução ensinou-nos a ver a cidade de forma gradual ao longo do tempo. Este reconhecimento tem tendencialmente um significado próprio em função do espaço, do tempo e do acontecimento que lhe está associado, servindo de base de legitimidade para a sua salvaguarda.

Contudo só a partir do século XIX, se tomou consciência da relevância do património, procedendo-se, então, à sua inventariação, ao mesmo tempo que se desenvolvia uma economia relacionada com o património, regulada pela construção de políticas patrimoniais com a tutela dos bens. [8]

O conceito de monumento

Monumento, do latim "monumentum", este ainda derivado do verbo "monere" (advertir, lembrar) foi assim registado pelos dicionários publicados em Portugal desde o século XVIII. O conceito de monumento foi progressivamente adquirindo novos significados nas sociedades ocidentais.

Françoise Choay em "A Alegoria do Património" define assim o monumento:

"É a garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios. Desafio à entropia, à acção dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação. ... O monumento assemelha-se bastante a um universo cultural, sob múltiplas formas parece estar presente em todos os continentes e em quase todas as sociedades, quer elas possuam ou não escrita."

Todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido necessariamente na sua origem um sentido memorial. Quanto ao gosto e valor concedido pela arte, é uma qualidade inerente e exclusiva ao monumento em questão.

As diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm respectivamente com o tempo, com a memória e com o conhecimento podem criar diferenças relativamente à sua conservação.

6 LOPES, Flávio e CORREIA, M. Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Liv. Horizonte,2004Pag.18

7 Os custos (em termos económicos) da conservação e posterior manutenção de todo o património têm sido um factor muito debatido pois é necessária uma gerência cuidada das verbas institucionais, obrigando muitas vezes a selecções demasiado apertadas, dificultando a gerência dos bens e dos meios.

8 Adell, Eduardo Musquera, De la utilidade de la arquitectura para el património, instituto Andaluz del Património Histórico, Cuadernos Arquitectura e Património. Memoria del futuro, 1994.

Os monumentos estão no entanto e permanentemente expostos às injúrias do tempo. Várias causas como o esquecimento, a desafectação ou o desuso fazem esquecê-los e deixá-los cair em ruína. Também a destruição voluntária ou, pelo contrário, o desejo de escapar à acção do tempo ou a vontade de aperfeiçoamento ameaçam o monumento.
A vontade de destruir é a forma negativa de transformação e é evocada mais frequentemente. Esta nega o papel representado pelo monumento (político, religioso, ideológico) como manutenção da identidade dos povos e dos grupos sociais.
Existe também uma outra forma de destruição positiva, que também é frequente e que se apresenta sob diferentes modalidades: uma, processada de forma ritual, é característica de determinados povos, como o japonês que, com um outro conceito de monumento, constrói periodicamente réplicas exactas dos templos originais cujas cópias precedentes são então destruídas. A outra modalidade de destruição criativa é ilustrada na Europa por numerosos exemplos: S. Pedro de Roma foi demolido após quase doze séculos por uma decisão de Júlio II. Tratava-se de o substituir por um edifício grandioso que pudesse lembrar, pela sua magnificência, o poder conquistado pela Igreja desde a época de Constantino e as novas inflexões da sua doutrina. [9]

Evolução histórica das normas de protecção do património
Sobre as normas de protecção do património foram encontrados registos de alguns exemplos já na Antiguidade, nomeadamente na Época romana, embora em situações particulares. [10]
Do mesmo modo é exemplo de normas protectoras isoladas, na Idade Média, o decreto de 1162 do senado de Roma, que estipula que se a coluna de Trajano fosse destruída ou mutilada, seriam aplicadas pesadas penas. [11]
A partir do Renascimento, o crescente interesse pelas antiguidades clássicas e a afluência, sobretudo a Roma, de visitantes, alguns com o intuito de as estudar, ou de as adquirir, leva ao Decreto do Papa Urbano VIII em 5 de Outubro de 1624, que proibia a exportação de antiguidades, de 5 de Outubro de 1624, seguidos de outros em 1646, 1717, 1726, 1733 e 1750. [12]
Após a Revolução francesa (1789-95) e na tentativa de travar a destruição total dos testemunhos do passado, consolidaram-se uma série de princípios e políticas de salvaguarda do património. Foi feito um inventário sistemático dos bens, móveis e imóveis, que passaram a ser classificados e

9 Pereira, Ana Cristina, O conceito de monumento. Teoria da intervenção no Património Arquitectónico. 28 Nov. 2003, Prof. Domingos Tavares. Tema 1 "O conceito de monumento" Mestrado MIPA FAUP. 2003-2004.

10 Um Decreto de cerca de 44 d.C. descoberto na cidade de Herculano, Itália Este Decreto obrigava a quem demolisse um edifício com fins especulativos a pagar às autoridades o dobro do preço de compra (Erder 1986:45) e um Édito de 17 de Julho de 389, dos imperadores Valentiniano, Teodósio e Arcádio "É proibido desfigurar os ornamentos exteriores de edifícios privados com acrescentos modernos e danificar as construções históricas de uma cidade importante por razões de cobiça, por ânsia de lucro" (Doeling 1974:8) LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004.

11 Cf. Ferdinand Adolf Gregorovius, History of the City of Rome in the middle Ages, AMS Press, Nova Yorque, 1967, citado por Erder, 1986:103 LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004.

12 A partir do Renascimento assiste-se ao progressivo retomar da preocupação legisladora, sendo de salientar a bula do Papa Martinho V Etsi in cunctarum orbis de 30 de Março de 1425, (Cf. Jokilehto 2002:29-30) que cria o posto de "magistri viarum" cuja responsabilidade era reparar ruas, pontes, portas, muros e também até certo ponto edifícios, a bula do Papa Pio II Cum almam nostram urbem, de 28 de Abril de 1462, contra a destruição de monumentos, e a bula do Papa Sisto IV Quum provvida de 25 de Abril de 1574. Diversos papas publicaram normas de protecção, para evitar a utilização de partes de monumentos como materiais para construção nova ou a pilhagem de achados arqueológicos
"Entre as leis, no domínio do património, pioneiras na Europa, fora de Itália, encontram-se a Proclamation agaynst breakynd of defacing of monuments (de 19 de Setembro de 1560), da Rainha Isabel I de Inglaterra, (Cf. Boulting 1976:11) o Decreto sobre Monumentos Antigos (de 28 de Novembro de 1666) do Rei Carlos XI da Suécia, (Cf. Oestergren 1981:24) e o Alvará em forma de Ley (de 20 de Agosto de 1721) do Rei D. João V de Portugal. Ao contrário da lei inglesa, que surge como reacção à onda de destruição subsequente à abolição das ordens religiosas, as leis sueca e portuguesas reflectem o empenho do Estado no aprofundamento do conhecimento da história dos respectivos países LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.14

protegidos por organismos oficiais responsáveis pelo património. [13]
Progressivamente, a partir deste período revolucionário, os diferentes Estados criaram organismos responsáveis pela protecção do seu património arquitectónico e/ou arqueológico, publicando legislação de protecção. [14]
A expressão "monumentos históricos" é utilizada pela 1ª vez em 1790 e começa por ser aplicada aos edifícios com valor cultural. [15]
A par das medidas legislativas, surgiram também diversas correntes teóricas de intervenção em monumentos com base na experiência prática destes restauros e cujos princípios influenciaram o conteúdo das normas internacionais adoptadas a partir de 1930. [16]

1.2 Evolução de conceitos e teorias.

Conceitos sobre a valorização do Património Arquitectónico
É com o Renascimento, com o Quattrocento e com a grande revolução humanista dos saberes e mentalidades que o conceito de monumento deu início ao que é hoje.[17]

---

13 Os Estados Pontifícios foram precursores neste domínio e criaram um organismo oficial responsável pelo património em 1515 (Breve de Leão X, datado de 27 de Agosto). "Os monumentos da história, da ciência e da arte passam a ser considerados património cultural da nação, sendo-lhes reconhecido valor educativo, competindo a toda a nação a sua salvaguarda." Cf. Jokilehto 2002:69.
Esta época foi fértil em medidas legislativas, por vezes contraditórias, como é o caso do Decreto de 14 de Agosto de 1792, pelo qual a Assembleia Nacional da França ordena a destruição de monumentos, considerando-os reminiscências do feudalismo e da realeza (art.º 3.º), e logo a seguir encarrega a Comissão de Monumentos de zelar pela conservação de objectos com valor artístico (art.º 4.º). Cf. Jokilehto 2002:96. LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.14

14 "O Papa Pio VII promulga o Édito de 1 de Outubro de 1802, que é considerado o mais completo instrumento legal em matéria de antiguidades e belas-artes até então redigido. (cf. Ceschi 1970:39. Este Édito teve nova redacção em 7 de Abril de 1820.) Na Prússia, que dispunha de um organismo desde 1770, é publicada uma Ordem a 14 de Outubro de 1815. Ainda na região da futura Alemanha, no grão-ducado de Hesse-Darmstadt, foi publicado o Decreto de 22 de Janeiro de 1818. O Reino de Nápoles, inspirado no Édito de Pio VII, promulga a Lei de 13 de Maio de 1822. Um dos primeiros países fora da Europa a criar legislação patrimonial foi o México com o Decreto sobre a exportação de antiguidades de 16 de Novembro de 1827 – já existia uma Junta de Antiguidades, desde 1808. A Grécia dispõe de legislação desde 1834, e a Bélgica desde 1835, ambas poucos anos após as respectivas independências. A Áustria estabeleceu uma comissão para a conservação dos edifícios históricos, em 1850. A Comissão Arqueológica Imperial russa foi constituída em 1859. A Lei dinamarquesa para a protecção de igrejas data de 19 de Fevereiro de 1861. Na Turquia, a primeira lei sobre monumentos históricos e objectos arqueológicos data de 13 de Fevereiro de 1869. Em 1871, o Japão publica o primeiro decreto sobre a protecção de antiguidades e a preparação de inventários. Os Países Baixos criam um organismo consultivo em 1874. O Egipto forma em 1881, uma comissão para a conservação de arte árabe e publica o Decreto de 12 de Agosto de 1897 sobre escavações arqueológicas. A Grã-Bretanha aprovou o Ancient Monuments Act em 1882. Seguiu-se a Finlândia em 1883. Em França, a primeira Lei data de 30 de Março de 1887, apesar da Comission des Monuments Historiques existir desde 1837. A primeira lei romena é de 29 de Novembro de 1892. A Alemanha unificada cria, em 29 de Junho de 1894, a Comissão para a Protecção dos Monumentos Artísticos. A Noruega legislou neste domínio em 3 de Agosto de 1897. Portugal teve várias Comissões dos Monumentos Nacionais desde 1870 (de carácter temporário até 1893) e o primeiro Decreto verdadeiramente eficaz em 24 de Outubro de 1901. A Itália unificada manteve a legislação das antigas regiões até à promulgação da Lei n.º185, em 12 de Junho de 1902. O inventário arqueológico da Índia começou em 1860, mas a primeira Lei sobre a preservação dos Monumentos Antigos surge só em 1904. Os Estados Unidos da América publicaram o Antiquities Act, em Junho de 1906. A Suíça publicou leis de protecção em vários cantões no ano de 1911. Também nesse ano, em 7 de Julho, a Espanha promulga a Ley de Excavaciones, apesar de já existir uma Comissão Central de Monumentos Históricos e Artísticos e várias comissões provinciais desde a publicação da Real Ordem de 13 de Junho de 1844. Ainda de 1911 é a Lei sobre as Antiguidades da Bulgária." LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

15 Aubin-Louis-Miillin, antiquário naturalista parece ter sido em 1790 ser o inventor da palavra Monumento Histórico mas esta referia-se à conservação iconográfica dos objectos votados à destruição durante a Revolução Francesa.

16 Podemos referir por ordem cronologicamente as seguintes correntes: (Seguimos a terminologia utilizada por Rivera 1997) o restauro arqueológico (Giuseppe Camporesi), o restauro estilístico (Viollet-le-Duc), o movimento anti-restauro (John Ruskin), o restauro histórico (Luca Beltrami), o restauro moderno ou restauro filológico (Jokilehto 2002:200 prefere esta denominação) (Camillo Boito), o restauro científico (Gustavo Giovannoni) e o restauro crítico (Roberto Pane). A estas correntes poderíamos acrescentar a conservação integrada, pela atenção dada aos aspectos sociais nas intervenções em património e pela preocupação com a alteração mínima do existente. LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004.

17 No Quattrocento, os letrados e herdeiros de uma tradição intelectual e da grande revolução humanista dos saberes e das mentalidades deram a origem ao Monumento histórico.

No Renascimento, com o estudo da cultura clássica, assistiu-se à valorização da arquitectura greco-romana. O monumento adquiriu um valor renovado e pela primeira vez se aplicou o princípio do restauro. [18]

Mas a noção surgida na Renascença de que o valor dos monumentos arquitectónicos correspondia à sua identificação directa com a ordem clássica foi abolida posteriormente com a valorização do gótico. Depois da primeira recuperação e valorização do gótico, passaram gradualmente a ser reconhecidos todos os outros períodos históricos. A segregação estilística deixou gradualmente de existir nos monumentos históricos.

Durante o século XVII e começos do século XVIII, começaram a difundir-se os testemunhos da Antiguidade. Fizeram-se estudos arqueológicos de forma mais sistemática e rigorosa. [19]

Ampliando a área geográfica das investigações sobre os vestígios romanos, arquitectos e estudiosos, sobretudo os ingleses, fizeram expedições ao Médio Oriente, Grécia, Egipto, etc. Assistiu-se assim ao despoletar das investigações arqueológicas numa grande diversidade de regiões, dando origem a uma grande variedade de documentos e estudos das diferentes arquitecturas e de geografias diversas. Estes estudos e experiências levaram à conclusão complexa de que não existiria apenas uma linguagem única e universal. Todos estes acontecimentos proporcionaram a justificação histórica para o pluralismo estilístico do século seguinte.

Marc-Antoine Laugier (1713-1769)

A par do estudo comparativo e medição dos monumentos antigos, surgiu a publicação de compilações iconográficas, verificando-se alguma contemporaneidade entre o início das investigações arquitectónicas e as elaborações teóricas sobre a arquitectura.

Foi neste enquadramento histórico que o padre jesuíta Laugier publicou em Paris, em 1753, o "Essai sur l'architecture" e "Observations sur l'architecture" em 1765.

A sua obra foi apresentada de uma forma coerente e a sua doutrina no seu aparente rigor exerceu uma grande influência, tanto em França, como no estrangeiro (Inglaterra e Alemanha), suscitando desde logo acesas polémicas. [20]

Laugier considerou que existia uma beleza essencial na arte. [21]

Na sua teoria, o padre pretendeu demonstrar que este princípio foi a razão. A razão é a palavra que aparecerá constantemente nos seus escritos. – "A arquitectura para ser racional tem de ser natural" [22] A cabana primitiva foi o seu protótipo: quatro troncos de árvores enterrados no chão sobre um quadrado e coberto de uma plataforma rudimentar, cujo princípio arquitectónico englobava uma construção liberta de todos os elementos decorativos.

A coluna vista com elemento essencial da arquitectura devia estar solta e não fazer parte de um muro, considerando por isso infeliz o uso das pilastras, a que chamou de imitações da verdade e

---

18 No Renascimento, Alberti foi o primeiro teórico a conceder à beleza a sua identidade e o seu estatuto ao fazer dela o fim da arte, antes associada a qualquer celebração religiosa e a todos os memoriais, tendo conservado a noção original de monumento, iniciou no entanto a substituição progressiva do ideal de beleza pelo ideal de memória.

Alberti faz reviver o passado, assegura a glória do arquitecto-artista e autentifica o testemunho dos historiadores. Excerto: Pereira, Ana Cristina, Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. História da reabilitação da cidade consolidada. 15 Jan. 2004, Prof. Domingos Tavares. Tema 8 Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. Mestrado MIPA FAUP. 2003-2004.

19 Em 1735 foram feitas escavações a Herculano e em 1748 descobriu-se o que restou de Pompeia. A cidade de Roma converteu-se num laboratório de comprovação e elaboração destas descobertas.

20 O padre Laugier é um homem racionalista. Na questão sobre a origem da beleza escreve assim: "Porque é que as extravagâncias de Borromini, que gozaram da adesão de toda a Roma, se copiam com "fingimento" se já não são toleráveis? Um artista não fará senão imaginar todo o tipo de singularidades: logo será bom condená-lo... É necessário opor-lhes um princípio que estará obrigado a cumprir" Fonte: História do urbanismo. El siglo XVIII. Paolo Sica. Madrid 1982.

21 É da opinião que as diferenças dos diversos edifícios não demonstram não haver um princípio comum de beleza. É este princípio que Laugier deseja descobrir.

22 Fonte: "Teoria de la arquitectura, do renascimento aos nossos dias" Taschen. Pag.310

ilusões do Renascimento. [23]
Laugier falou de todos os aspectos da arquitectura, seguindo princípios lógicos semelhantes, desclassificando todos os trabalhos de decoração. [24]
Este procedeu a uma avaliação metódica da arquitectura medieval segundo o princípio de clareza duma construção conforme à natureza para chegar a uma nova diferenciação: o românico, a primeira arquitectura medieval, é sombrio e maciço; a arquitectura gótica é a versão mais luminosa e mais elegante. [25] Entendeu que a destruição do Barroco e do Renascimento deveria surgir quando havia algo gótico para restaurar. Foi defensor da beleza e da pureza da arquitectura gótica, portadora de grande legibilidade estrutural, mas apontou as suas proporções falsas e os seus ornamentos excessivos. [26]
Laugier foi o autor de teorias retomadas por Viollet-le-Duc e seus discípulos, na sua teoria "tudo o que está em representação deve ser função".[27] Deste modo, Laugier criticou os seus contemporâneos no uso de ornamentos inúteis e a demasiada abundância de materiais.
O padre jesuíta recomendou ainda que edificassem em Paris novas igrejas, cujo plano se deveria basear na teoria dos corpos geométricos – círculo, triângulo, cruz – pois segundo ele, a diversidade despertava a curiosidade e o interesse dos entendidos. [28]

Viollet-le-Duc (1814-1879)
Com a Revolução francesa, foi reforçada a ideia de protecção do património desencadeada pela desenfreada destruição de estátuas públicas dos monarcas, castelos e palácios saqueados e pilhados, brasões arrancados e túmulos violados, pinturas, manuscritos. Os monumentos sofreram aquilo a que Francoise Choay chamou de destruição ideológica, em que foi arrasado tudo o que lembrasse a antiga ordem. [29]
O conceito de monumento histórico e a consciência do interesse público levaram à criação de um regime de tutela por parte do estado. Proteger os monumentos implicava o estabelecimento de regras de levantamento e inventário. O monumento histórico foi considerado como perda irreparável e irrecuperável.
O objectivo principal da política de salvaguarda francesa, nesta altura, consistia na preservação dos valores históricos de carácter nacionalista, transmitidos pelos monumentos, pelo que o maior interesse da conservação seria garantir a sobrevivência da identidade nacional.
A procura de um estilo unitário levou à remoção de mais-valias arquitectónicas (renascentista, barroca ou neo-clássica) acrescentadas aos monumentos medievais ou tardo-medievais franceses.
A procura de uma unidade formal conduziu ao "restauro estilístico". Viollet-le-Duc foi o grande defensor destas ideias. [30]
Viollet-le-Duc constituiu uma forte influência para as teorias do restauro do séc. XX. [31]
Viollet-le-Duc interpretou a arquitectura gótica como um exemplo de racionalidade construtiva

23 "A pilastra é uma coluna decorativa, é um bastardo, por isso deve ser rejeitada." Fonte: "Teoria da arquitectura, do renascim. aos nossos dias" Taschen. Pag.311

24 Tal como o da pedra talhada, que por ser apenas decorativo não faria parte de uma arquitectura autentica.

25 Para Laugier a unidade da arquitectura grega é estéril e de uma uniformidade irreflectida. O gótico é pelo contrário o ideal da arquitectura de Laugier.

26 Laugier, adepto da veracidade e da autenticidade arquitectónica, despertou para uma atitude de restauro nas gerações seguintes. Acreditava em fundamentos imutáveis para a arquitectura que fariam do projecto uma ciência cujas leis estavam por definir.

27 Fonte: "Teoria de la arquitectura, do renascimento aos nossos dias" Taschen. Pag.310

28 A sua influência far-se-á sentir nas investigações formais de Etienne-Louis Boullet (1728-1799): o carácter enfático de uma arquitectura que põe em cena a natureza será o momento determinante das suas criações fantasistas que impressionam pela sua monumentalidade e pela pureza das suas formas geométricas. Ana Cristina Pereira. Hist. Rest. e Recup. Arq.. 5 Dezembro 2003 Prof. Domingos Tavares. Tema 5 "Que pensar das consequências da teoria de Laugier" MIPA FAUP. 2003-2004.

29 São também os que lançaram o caos ideológico, os primeiros a tomar medidas de protecção.

30 Pereira, Ana C., O conceito de monumento. Teoiria Pat. Arq.. 28 Nov. 2003, Prof. Domingos Tavares. Tema 1 "O conceito de monumento" MIPA FAUP. 2003-04.

31 A Commission des Monuments Historiques confiou a Viollet-le-Duc grandes projectos de restauro de obras-primas da arquitectura medieval, entre os quais Notre-Dame de Paris, as catedrais de Amiens e Clermont-Ferrand, a Basílica de Saint-Denis e a Madeleine de Vézelay, assim como os contrafortes de Avignon e de Carcassonne. Ana Cristina Pereira. História do restauro e recuperação arquitectónica. Jan.2004 Domingos Tavares. Tema 7 "A expressão da modernidade no processo de restauro".

(ultrapassando a leitura espiritual e religiosa), de adequação da funcionalidade à linguagem formal do edifício e da sua harmonia entre uso, estrutura e imagem. Procurou o conhecimento profundo das qualidades formais da arquitectura gótica como forma de experiências reutilizáveis e como forma de exploração de novas tecnologias. [32]

Em "Entretiens sur L'architecture" publicado entre 1863 e 1872, formulou os princípios da sua arquitectura e sistemas construtivos. Redigiu ainda o "Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française do XI au XVIéme", publicado entre 1854 e 1868. O profundo conhecimento da arquitectura e de sistemas construtivos góticos, que adquiriu como restaurador, serviu de base para a introdução de um novo material, o ferro, e para a aplicação de um mesmo processo construtivo. [33]

Aos novos equipamentos do século XIX, tais como mercados, bibliotecas, ferrovias, teatros, edifícios públicos, surgidos com a nova sociedade, juntou o ferro que vai transformar radicalmente a indústria da construção. O ferro tomou a função de suporte e de cobertura da pedra, ideia retirada dos princípios da estrutura elástica da construção gótica. [34]

Este autor colocou em questão a noção de Monumento Histórico, pois não é tida em conta a autenticidade do edifício; ao aceitar a utilização de materiais modernos em substituição de peças degradadas defendeu que a cópia e o original se confundissem e que o novo se fundisse organicamente na construção existente. A autenticidade cuja carga histórica Ruskin queria preservar opõe-se ao restauro de Viollet-le-Duc, que considerava que um monumento histórico teria que pertencer simultaneamente a duas épocas: o passado e o presente. Os edifícios por ele restaurados tinham por fim a reutilização, o que era impensável para Ruskin. [35]

Viollet-le-Duc realçou o seu entendimento selectivo das épocas históricas, definindo o que manter ou eliminar nos edifícios. [36]

Viollet-le-Duc acentuava o princípio do funcionalismo estrutural e aplicava-o na interpretação arquitectónica gótica. Se a forma era ditada pela função, era também determinada pela tecnologia e pelos processos construtivos. Na defesa da verdade construtiva estava a aceitação de aplicação dos novos materiais e processos de construção que a revolução industrial proporcionava.

A sua teoria do restauro é de natureza projectual e não arqueológica.

O restauro é tomado como uma prática projectual e disciplinar específica, distinta da concepção das novas arquitecturas: para o projecto de restauro, Viollet-le-Duc reclamou um rigor e uma fidelidade estilística absolutos, sem lugar para a criatividade. Para o projecto novo, inspirou-se nos exemplos da arquitectura estrutural do passado que permitia novas e inovadoras concepções espaciais. Viollet-le-Duc, ao contrário de Ruskin, não exaltou a imagem poética das ruínas. Para estas, reclamava a "remise en état", para a possibilidade de o edifício voltar ao seu uso, fosse ele prático ou memorial.

O restauro permitiu a Viollet-le-Duc resolver a questão que este sempre considerou primordial: a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações

---

32 Para Viollet-le-Duc, o restauro não contém uma imagem ideal. A ele interessa-lhe a lógica do estilo ou o processo de correspondência da regra com um tempo e as suas possibilidades técnico-formais.

33 A construção e a função foram as determinantes da sua arquitectura, como resultado de análises históricas, sociológicas e sobretudo tecnológicas. Os inúmeros escritos de Viollet-le-Duc permitiram a codificação da arquitectura gótica através da sua explicação racional. Viollet-le-Duc ao introduzir uma gramática estilística gótica a partir de reconhecimentos construtivos opõe-se a um entendimento puramente arqueológico e de restituição do passado através de processos miméticos.

34 A aparência e a forma dos edifícios pertencem ao processo construtivo: Viollet-le-Duc fez inúmeros estudos de arcos em pedra, com sistema modular para as suas bases, tanto na catedral de Notre-Dame em Dijon como em Saint-Nazaire em Carcassone. Estudou ainda o vigamento de madeira do lanternim da Catedral de Amiens. Na catedral de Beauvais, estudou as estruturas leves do gótico para perceber o seu desmoronamento em 1284.

35 Viollet-le-Duc valorizou o gótico opondo-se ao clássico e opondo a técnica relativamente à arte. História do restauro e recuperação arquitectónica. Ana Cristina Pereira. 11jan2004 Domingos Tavares. Tema 7 "A expressão da modernidade no processo de restauro"

36 Afirma a necessidade de um estilo próprio do século XIX, não estereotipado, mas uma arquitectura inventiva, em que se acrescentam e substituem elementos. Viollet-le-Duc entende que existem épocas históricas estanques entre si, definindo o que manter ou eliminar "périodes d'eclat, de splendeur, et périodes de barbarie" (Viollet-le-Duc).

concretas enquanto arquitecturas. [37]
Viollet-le-Duc aceitava o uso de materiais modernos em substituição de peças degradadas, defendendo que a cópia e o original se deviam confundir de modo que os novos materiais se pudessem fundir organicamente na construção. A veracidade histórica resultava da integridade estilística, que podia sempre ser recuperada pelo restauro. [38]

John Ruskin (1819-1900)
Crítico de arte, rejeitou a industrialização e os seus efeitos, exaltando o retorno às formas góticas. Desenvolveu ideias de uma ética conservadora e de uma sociedade neo-medieval. [39]
Escreveu "The Seven Lamps of Architecture" em 1849 onde estabeleceu as bases da sua filosofia. [40]

Atribuiu à arquitectura um conceito biológico de nascimento, vida e morte, negando a noção de restauro; prevendo, no entanto, a manutenção dos edifícios até à sua consolidação desde que invisível, como forma de respeitar o monumento histórico em questão. Ruskin opôs-se radicalmente à intervenção de restauro dos edifícios, optando por uma conservação ao longo do tempo no sentido da sua protecção. [41]
A Inglaterra, apesar de ter sido o país de origem da revolução industrial, permaneceu mais apegada às tradições e mais orientada para o passado num "ideal de revivalismo" que o resto da Europa e nomeadamente a França.
O processo de "reconstituição estilística", vigente em França com Viollet-le-Duc, provocava a perda, de forma definitiva, de grande parte do conteúdo documental dos monumentos históricos, assim como afectava a sua autenticidade e o seu valor poético. Esquematicamente, opõem-se duas doutrinas: uma intervencionista que predomina no conjunto dos países europeus, a outra anti-intervencionista, sobretudo característica de Inglaterra. [42]
Para os ingleses, os monumentos do passado são necessários à vida do presente, portadores de saber, de prazer e fazendo parte do quotidiano. [43]
Ruskin é o primeiro, seguido por Morris, a incluir os "conjuntos urbanos" na mesma categoria dos

---

37 Os monumentos deveriam resolver funções de utilidade económica e social, entendimento claramente incompatível com a valorização estética e simbólica da ruína tão defendida e admirada pelos românticos como Ruskin.

38 Articulando uma teoria dispersa, interpretou o restauro monumental como uma disciplina de concepção arquitectónica. No Dictionnaire Raisonnée de L'Architecture, impresso em Paris entre 1854 e 1868, defende a leitura racional do gótico em vez de um entendimento arqueológico de restituição mimética do passado. Defende que a beleza duma obra resulta do uso cuidadoso de vários materiais. Considerava possível melhorar o equilíbrio medieval com o uso visível do ferro como um novo elemento de restauro. Foi forte adepto da arquitectura gótica, estilo que considerava haver uma total concordância entre a forma e a estrutura, onde tudo está em equilíbrio como um todo.
Na apreciação crítica dos projectos de restauro de Viollet-le-Duc existe uma outra perspectiva de natureza operacional: vivendo-se em plena revolução industrial, estavam bem vivos em França os saberes milenares da construção que permitiam não só reparar como também reproduzir as soluções construtivas presentes nos monumentos, de acordo com as práticas produtivas ancestrais.
Bastava que existissem algumas peças para que fosse ainda possível reproduzi-las ou repará-las, com métodos em grande medida similares aos originais. Ana Cristina Pereira. História do restauro e recuperação arquitectónica. Jan.2004 Domingos Tavares. Tema 7 "A expressão da modernidade no processo de restauro".

39 NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001. Pag.44

40 Sacrifício, Verdade, Poder, Beleza, Vida, Memória e Obediência são os sete princípios que Ruskin utilizou no seu livro para definir a sua noção de identidade arquitectónica.

41 Ruskin defendeu a preservação dos monumentos e que a dignificação do edifício estava na sua idade. Considerava que se deviam conservar os edifícios de modo a que não fosse preciso restaurá-los, optando por uma conservação de forma invisível e com continuidade – o que impediria a sua deterioração, para os poder deixar às gerações futuras.

42 Ruskin defendia um anti-intervencionismo radical, até então sem exemplo, e que é consequência da sua concepção de monumento histórico.

43 Ruskin em "The seven lamps" ou "The stones of Venice" ou nas variadas conferências que deu a partir dos anos 50 do séc. XIX defende de forma intransigente a importância da salvaguarda da herança arquitectónica do passado, afirmando que "era dever da nova arquitectura aspirar e atingir uma qualidade tal que lhe permitisse alcançar, ela própria, o estatuto de património, transcendendo os limites do seu próprio tempo". José Aguiar

edifícios individuais no campo da herança histórica a preservar. [44]
Conferindo aos monumentos um carácter universal, criou a noção de bem europeu, defendendo-os a nível internacional e propôs, em 1854, a formação de uma organização europeia para a sua protecção. [45]
Contra a cultura massificadora da industrialização, Ruskin revelou a vontade da continuidade e identificação com o passado, preservando um habitat pré-industrial que considerava muito mais humano. [46]
Quanto às formas de intervir na preservação dos edifícios, Ruskin defendeu teses opostas às de Viollet-le-Duc, considerando o restauro uma impossibilidade prática e uma condenação da autenticidade material do objecto. Nas concepções de Ruskin, as marcas do tempo faziam parte da essência do monumento. [47]
Ruskin não propôs nenhum método concreto de salvaguarda patrimonial. [48]
Ruskin defendia a metodologia de preservação patrimonial em alternativa ao restauro. O seu pensamento marcou a história das ideias de salvaguarda do património no séc. XX, suscitando acesa polémica sobre a dialéctica conservação versus restauro, a qual ressurge periodicamente. [49]
As questões do património debatem-se hoje pela conservação da forma às vezes cirúrgica com intervenção mínima, servindo Ruskin como referência. [50]

William Morris (1834-1896)
William Morris, não sendo arquitecto, foi um elemento marcante do revivalismo em Inglaterra, acreditava na reversibilidade da história e elogiava o reencontro com o trabalho manual como fundamento de uma arte popular. [51]
Ruskin e Morris recusavam o restauro dos edifícios admitindo no entanto a sua consolidação desde que fosse de forma invisível. Esta intransigência devia-se à sua fé na perenidade da arquitectura, enquanto obra de arte.
No âmbito da revolução industrial, as questões sociais eram um factor preocupante, pois a classe operária era muito pobre e os empresários gozavam de grandes riquezas. A defesa dos direitos da classe mais baixa e mais pobre, já defendida por Ruskin, de uma forma romântica, é para Morris uma questão mais profunda "é inútil falar de arte e poesia sem resolver os problemas mais

44 Ruskin incluiu a arquitectura doméstica como elemento dos seus conceitos. Sonhou ainda com a continuidade do tecido formado pelas habitações mais humildes.

45 Em 1854 Ruskin propôs a criação de uma organização europeia de protecção de estruturas financeiras e técnicas adequadas e lança a noção de "bem europeu".

46 Esta filosofia conservadora atingiria uma maior dimensão com um seguidor seu, William Morris (1834-1896). Em 1877, Morris publica o Manifesto anti-restauro, baseado no pensamento de Ruskin.

47 O lado profundamente moralista e romântico das ideias de Ruskin inseria-se tanto na forma como no contexto, no espírito nostálgico dos movimentos culturais ingleses (sobretudo literários) dos meados do séc. XIX, profundamente reactivos perante a revolução industrial. O seu desmesurado apreço pelas ruínas é exemplo disso.

48 Ruskin entendia que ao longo da história se criaram estilos tão perfeitos que não valia a pena criar outros novos. Os monumentos históricos seriam o único meio disponível para estabelecer uma herança com o passado. Considera o monumento histórico como o melhor suporte da memória e da nossa identidade.

49 Para Ruskin e Morris, querer restaurar um edifício era ferir a autenticidade que o constitui. Para eles o destino de qualquer monumento histórico seria a ruína e a desagregação progressiva, embora preconizavam a manutenção dos monumentos e admitiam a sua consolidação desde que de forma visível. A intransigência quanto ao restauro deveu-se à sua fé na perenidade da arquitectura enquanto arte.

50 A conservação pura e dura e a manutenção dos edifícios, sejam eles de valor histórico ou arquitectónico ou pertença de um conjunto edificado de determinado valor é no entanto actual e seguida por arquitectos e algumas correntes de arquitectura diferenciando-se neste caso a arquitectura de construções novas da arquitectura da conservação e do património. Ana Cristina Pereira. História do restauro e recuperação arquitectónica. 13fev2004 Prof. Domingos Tavares. Tema 14 "Qual o significado da posição de Ruskin no seu tempo e na actualidade?"

51 Em pleno século XIX, a Inglaterra, apesar de ser a terra natal da revolução industrial, permanece mais ligada às tradições, mais orientada para o passado, sendo por isso que o revivalismo se tornou um movimento, em França, rejeitado. História do restauro e recuperação arquitectónica. História de reabilitação da cidade. Ana Cristina Prerira. 16Jan2004 Prof. Domingos Tavares. Tema 9 O que é o revivalismo.

elementares de comer e dormir."[52]
É também nesta época que a engenharia toma conta das novas técnicas e descobertas e transporta-as para a construção com as suas novas pontes, edifícios para exposições, estufas, etc., enquanto a arquitectura, (sem conseguir dar resposta às novas solicitações) ficava enredada na imitação dos vários estilos históricos, incapaz de inventar novos standards formais adequados às exigências de produção em série. Perante o ecleticismo imperante, a posição de Morris é explícita: "não vejo porque devemos produzir uma imitação eclética, quando pelo contrário partindo do material que está ao nosso alcance e o modo de usá-lo, podemos identificar uma metodologia que pode pôr-nos em condições de sermos arquitectos vivos e actuais."[53]
Depois da revolução industrial, o restauro do trabalho artesanal, como trabalho artístico, o renascimento das técnicas nacionais, e os primeiros resultados de uma arte social deveram-se a Morris.[54] A obra de Morris representou o renascimento do gosto nacional e significou recriar uma arte de protestantismo inglês.[55]

Camilo Boito, (1835-1914)
Engenheiro, arquitecto e historiador de arte em Itália defendeu o românico como estilo nacional de acordo com a cultura do seu tempo. A sua filosofia era baseada nas ideias de Ruskin, admitindo o restauro em casos limite, promovendo a conservação dos edifícios, mas não prevendo o seu fim tal como Ruskin, desenvolvendo, por isso, instrumentos técnicos e construtivos de restauro, de modo a conseguir um resultado o mais próximo possível do original.
Boito previu a conservação através das tecnologias construtivas modernas, sendo o precursor do que se veio a chamar o "restauro científico". Nas criações arquitectónicas de raiz era um historicista que estabelecia o românico como estilo nacional italiano.
De Ruskin aproveitou o conceito da conservação dos monumentos, que teve como base a autenticidade, e aliou as ideias de Viollet-le-Duc para afirmar a legitimidade do restauro (apenas em casos de extrema necessidade), sublinhando a prioridade do presente sobre o passado – o restauro deveria ser realizado de forma a destacar-se do original sem ser confundido com este.[56]
Boito propôs oito princípios fundamentais a respeitar em questões de restauro: distinção de estilo entre o antigo e o novo; diferenciação no uso de materiais; supressão de molduras e decoração nas partes novas; exibição do que foi eliminado num espaço contíguo ao que foi restaurado; aplicação de uma marca convencional nas partes novas onde se trabalhou, para facilitar a sua identificação; memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento; descrição e fotografias das diversas fases de intervenção, depositadas no próprio monumento ou num lugar público próximo, ou ainda a publicação de todo o material; notoriedade visual das acções realizadas.
Boito estabeleceu padrões na reutilização de edifícios conforme o estilo e época, dividindo-os em três tipos: para os monumentos da Antiguidade recomendava um restauro arqueológico, com acção mínima e consolidação estrutural; para os monumentos medievais propôs um restauro pitoresco com preocupações principalmente a nível estrutural; para os monumentos renascentistas e barrocos optava pelo restauro arquitectónico, envolvendo o edifício na sua globalidade.

52 "História de la Arquitectura" Luciano Patetta. Antologia Crítica. Françoise Choay, "A alegria do património", Edições 70.
Morris insurgia-se contra a sociedade liberal da sua época, (que só se preocupava com as suas próprias fortunas) e que era segundo ele, responsável pela grande "fealdade" de produção industrial e sobretudo pelo desordenado crescimento das cidades.

53 "História de la Arquitectura" Luciano Patetta. Antologia Crítica. Françoise Choay, "A alegria do património", Edições 70.

54 Henri Van de Velde e Josef Hoffman são os seus discípulos.

55 O grande impulso no domínio da renovação estética e social partiu de Inglaterra, devido à personalidade de William Morris. As teorias de Morris derivadas das de Ruskin, que tinha detestado o Palácio de Cristal e não acreditava que as estações de caminho de ferro pudessem surgir como uma nova arquitectura e negava com fervor que o seu tempo deveria inventar um novo estilo. Morris rejeitou o historicismo (que estava na moda) e recomendou aos arquitectos, "para estudarem as obras antigas e aprenderem a reconhece-las". Não foi um revolucionário. Interessou-se profundamente pela idade Média e amou a natureza e o campo, repudiando as grandes cidades." Ana Cristina Prerira. 16Jan2004 Prof. Domingos Tavares. Tema 9 O que é o revivalismo.

56 "Propõe uma acção mínima restauradora, admitindo as novas adições, apenas como medida extrema de consolidação e exigindo que estas permaneçam por completo diferenciáveis da obra antiga e sejam reconhecidas como acrescentos modernos" (Neto, M. João B.).

As suas teorias implementaram o estudo histórico e artístico do monumento, a par do uso da tecnologia utilizada na consolidação estrutural, que se tornou importante na recuperação dos monumentos atingidos pelas guerras mundiais.
Neste tipo de restauro é criada uma mistificação da autenticidade do edifício, pois a concepção interna do material para Boito incluía um conjunto de técnicas e materiais novos para obter um resultado o mais aproximado possível do original.
Boito, ao contrário de Viollet-le-Duc, admitia a intervenção em monumentos através de acções preferencialmente minimalistas, com o objectivo de consolidação estrutural, o que impunha a necessária distinção entre a nova construção e a preexistência.
Boito, como Viollet e ao contrário de Ruskin, acreditava na importância da reutilização para a salvaguarda dos monumentos. Boito defendeu ainda as estratégias de conservação integral. A sua principal contribuição teórica consistiu em conciliar as teorias conservacionistas de Ruskin com as práticas positivas do restauro, no sentido da reposição da autenticidade histórica e arquitectónica do monumento.[57]
As ideias de Boito influenciaram, muito mais tarde, e através de Giovannoni (discípulo de Boito) a redacção da Carta de Atenas para o restauro de 1931.

Luca Beltrami (1854-1933)
Arquitecto, reivindicou a individualidade de cada intervenção contra a utilização de critérios gerais.[58]
A subjectividade deste princípio, que na sua concepção teórica parecia sério e rigoroso, não resultou na prática da mesma forma, pois fizeram-se muitas vezes interpretações críticas das fontes consultadas, com falhas de rigor e objectividade.
Beltrami, discípulo de Boito, contrariamente ao restauro estilístico de Viollet-le-Duc, ou às teses de Ruskin, defendeu o restauro histórico, propondo a busca do conhecimento rigoroso e profundo do objecto de intervenção. Quando no restauro se tratava da reconstrução ou da reintegração, baseavam-se em provas objectivas, em vestígios físicos ou documentais.[59]
Defendia a eliminação das sobreposições e acrescentos que alterassem a integridade e validade do reconhecimento arquitectónico do monumento.
Este argumento serviu também como fundamento teórico para o desenvolvimento do "projecto-cópia" ou seja de reproduções fidedignas baseadas em documentos que permitiam reconhecer e restituir a totalidade das características arquitectónicas e artísticas dos monumentos. Foi com base nestas teorias que se reproduziu o "Campanille" da Praça de São Marcos. O projecto-base da reconstrução da torre de São Marcos foi desenvolvido mas não concluído por Beltrami.
Quando caiu a torre de São Marcos em 1902, iniciou-se uma intensa discussão internacional sobre qual seria a estratégia mais adequada a adoptar.[60]
As propostas de Beltrami iniciaram a prática da reconstituição arquitectónica, como em Veneza, ou urbana, como aconteceu com Varsóvia depois da Segunda Grande Guerra, em que foi feita a reconstituição dos elementos necessários à expressão da essencialidade artística de cada

57 Pereira, Ana C., Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. Hist. reabilitação da cid. Jan.04, Prof. Domingos Tavares. Tema 8 MIPA FAUP. 2003-2004.

58 NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001. Pag.47

59 Por isso a denominação de restauro histórico.

60 As posições dividiam-se: 1 – reconstruir a torre e aproveitar para introduzir uma nova linguagem arquitectónica no quadro estilístico do liberty, ou outra. (verificar na fonte)... – (José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos, conservação do Património. FAUP) 2 – Reconstituir a torre de forma essencial, mantendo apenas referências directas do antigo volume e silhueta. 3 - Proceder a uma reconstrução integral, mobilizando técnicas construtivas e materiais idênticas às originais.
Na reconstrução acabou por decidir-se o recurso a soluções de reforço estrutural modernas, executando partes estruturais interiores em betão armado o que era essencial para diminuir o peso próprio da torre, uma das causas de desmoronamento (conseguindo poupar-se 2 mil toneladas de peso em relação ao original). Em termos de imagem, optou-se por deixar sem reboco a alvenaria de tijolo exterior, a qual era inicialmente revestida mas cuja "memória já se perdera no próprio original". As obras ficaram concluídas em 1912. O "Campanille" da Praça de São Marcos não é o original, mas sim uma nova construção, também não se trata de uma reconstrução mas de uma cópia.
"Com a nova torre repôs-se o valor: referencial, simbólico, arquitectónico, urbanístico e também funcional - a referência marítima e apoio à orientação ao longo dos canais. Hoje é difícil imaginar outra solução para a Praça de São Marcos" José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos, conservação do Património. FAUP

monumento enquanto obra de arte.
A importante questão de distinguir entre reconstrução ou cópia, no processo de restauro, só seria retomada e esclarecida muito mais tarde por Césare Brandi em 1963. Brandi criticou esta opção pela adulteração da realidade e a afectação da autenticidade histórica e estética. Em termos arquitectónicos, o objecto reconstruído é uma cópia moderna, no próprio local, do original, pouco ou nada incorporando da construção anterior. Brandi criticou estas opções pelas suas consequências teóricas.

Aloís Riegl (1858-1905)
Foi jurista, filósofo, historiador e museólogo. Foi presidente da Comissão Austríaca de Monumentos Históricos e foi encarregado em 1902 da preparação de uma nova legislação para a conservação dos monumentos, tendo na sequência disso publicado a obra em Viena, "O culto Moderno dos Monumentos", em 1903, onde definiu e distinguiu com clareza os conceitos de monumento e monumento histórico.
Esta definição é estruturada com base na oposição de valores e em duas categorias – os valores da memória, ligados ao passado onde se inserem o valor histórico e o valor da antiguidade (semelhantes aos valores éticos de Ruskin), e os valores da contemporaneidade, ligados ao presente, sendo esta categoria subdividida em o valor de uso e o valor artístico. O valor artístico contém ainda dois pressupostos: o valor de novidade (obras de arte com aparência muito recente e intacta) e o valor artístico relativo (obras artísticas antigas que ficam acessíveis à sensibilidade moderna). O autor fez a distinção entre monumento e monumento histórico: o monumento como criação deliberada, e criado para tal, ou o monumento histórico, não sendo necessariamente expresso como tal, é constituído posteriormente pelo historiador e pelo amador que o classificam e seleccionam dentre outros edifícios. [61]
O estudo de Riegl revelou a contradição de valores que envolviam o monumento histórico. [62]
Riegl criou uma concepção relativista do monumento histórico de acordo com as suas teorias desenvolvidas a partir de estudos de história da arte. [63]
Em Viena, o teórico Camilo Sitte (1843-1903) assumiu de forma racional ideias parecidas a Viollet-le-Duc.

Gustavo Giovannoni (1873-1947)
Arquitecto, restaurador, historiador de arte, engenheiro e urbanista, seguidor do pensamento de Boito, sistematizou os princípios do restauro científico. Formou várias gerações de arquitectos italianos na conservação de monumentos com preparação histórica e científica; no campo do urbanismo e da relação do monumento com a envolvente motivou os seus continuadores a seguir a "escola italiana". [64]
Ampliou o conceito de monumento à relação deste com o local de implantação e com a envolvente urbana e arquitectónica. [65] A relação do monumento com o meio levou-o a considerar a arquitectura menor como fazendo parte de um mesmo enquadramento e por isso formar uma visão urbana da arquitectura e da preservação do espaço ambiental. Juntamente com Ruskin e Sitte, foi um dos

61 A análise do monumento histórico é composta pela oposição de dois níveis de valores: os valores da memória do passado e os valores de contemporaneidade ligados ao presente. A par do valor histórico avança com o valor de antiguidade; e no conjunto de valores pertencentes ao presente, distingue o valor artístico e o valor de uso, que engloba as condições materiais de utilização.

62 O valor de antiguidade opõe-se ao valor do novo e ameaça o valor de uso. O "uso" pode por sua vez criar incompatibilidade como valor artístico e o valor histórico. Estas contradições produzem compromissos que na óptica do autor são resolvidas caso a caso em função do contexto social, cultural e do estado do monumento.

63 NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001.

64 NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001. Pag.51

65 Alertou para o facto de o monumento ganhar especial importância quando inserido no seu conjunto urbano considerando os tecidos urbanos igualmente portadores de valores artísticos e históricos e transmitiu à sua envolvente, práticas de salvaguarda.

pioneiros do conceito "conservação do património urbano".[66]
Assim criou uma doutrina de conservação e restauro do património urbano, opondo-se à ideia de reconstrução ou nova inserção, não considerando a arquitectura moderna apta a coexistir nos bairros antigos.[67]
Definiu o restauro científico como uma nova metodologia de conservação que pretendia manter a autenticidade dos monumentos como documentos históricos e como obras de arte. Recusou a renovação destes com processos arquitectónicos contemporâneos, por lesarem a salvaguarda desses valores, defendendo assim a "intervenção mínima", como contraponto ao restauro - utilizou a consolidação estrita, isto aliado a uma "necessidade de manutenção regular, ou eventualmente extraordinária dos monumentos"[68]
Para Giovannoni é compatível a existência de "monumentos mortos" e "monumentos vivos". As ruínas, os vestígios arqueológicos, ou todo o edificado e vestígios deste, que perderam o seu uso ou qualquer hipótese da sua retoma funcional inicial, constituem os monumentos mortos. Os monumentos vivos são os que mantêm o seu uso original ou que podem ser adequados com usos similares aos originais, permitindo que a sua adaptação funcional contenha um mínimo de alterações.
Retomando o pensamento de Boito, Giovannoni enunciou cinco níveis de actuação nos monumentos, segundo uma sequência hierárquica de actuação: em primeiro a consolidação, seguia-se a recomposição, depois a remoção de acrescentos ou partes não originais, o completamento e no fim a inovação.[69]
Os preceitos que recebeu de Boito e consolidou estão na base dos princípios fundamentais da Carta de Restauro italiana e da Carta de Atenas de 1931, bem como o espírito que presidiu às seguintes.
As reflexões de Boito e Giovannoni vão ao encontro dos princípios de Ruskin, e conciliam com Viollet-le-Duc o emprego de novos materiais no restauro dos monumentos antigos.
A defesa dos centros históricos e a valorização das arquitecturas menores conferem grande actualidade às suas doutrinas. Contudo os seus pensamentos não tiveram grandes repercussões na sua época, mas a sua doutrina é retomada actualmente pelos responsáveis da preservação dos centros históricos.[70]

Cesare Brandi (1906-1988)

Cesare Brandi, juntamente com Giulio Carlo Argan, Renato Bonelli, Roberto Pane e outros, iniciou um movimento que fazia a apologia do "restauro crítico", por oposição às reconstruções miméticas, que surgiram após a 2ª Guerra Mundial, processo este utilizado sobretudo nas cidades destruídas

66 NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001. Pag.52

67 Para isso pôs em prática a recuperação e restauro das áreas degradadas, renovação do saneamento e eliminou as reformas inadequadas e as degradações. Sustentou a salvaguarda centros históricos tradicionais, com soluções de intervenção pontual e demolições selectivas no sentido de melhorar as condições ambientais. Classificou de conjunto histórico, o alargamento do conceito de monumento, na defesa da relação histórica do monumento com a envolvente. Esta teoria foi concretizada pelo próprio Giovannoni, em Roma, Veneza, Bari e Bérgamo.

68 José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do Património. Publicação FAUP

69 1. A consolidação é primordial para garantir a continuidade física do edifício e idealmente o único a que se deveria recorrer. Aceitava a utilização de novos materiais na consolidação desde que estes permanecessem ocultos.
2. A recomposição consistia na recolha e remontagem dos elementos dispersos, nas suas posições originais, como forma de recuperação total ou parcial da imagem do monumento.
3. O completamento consistia na "construção" das partes que faltam dos materiais originais, desde que o número e a importância das partes em falta não fossem determinantes ou dominantes em relação às persistências.
4. A remoção ou desmontagem de partes não originais era permitida quando esses elementos fossem desprovidos de valor patrimonial ou não afectassem a legibilidade do edifício enquanto documento histórico-artístico.
5. A inovação só seria admitida quando fosse inevitável: desde que se pudesse identificar as partes novas, sem mimetismos e com materiais distintos, devendo estes ser esquemáticos e com a data de realização em local visível.

70 Pereira, Ana C., Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. História da reabilitação da cid.. Prof. Domingos Tavares. Tema 8 MIPA FAUP. 2003-04.

pela guerra como Varsóvia, Génova, Colónia, entre outras.
Do movimento de Brandi iriam resultar duas novas cartas internacionais de restauro – a Carta de Veneza de 1964 (reconhecida ainda actualmente como válida) e a Carta Italiana de restauro de 1972. [71]
Cesare Brandi fazia a apologia da especificidade da obra de arte nas suas vertentes física, estética e histórica, concebendo-a como um processo criativo único e irrepetível. Assim, para ele, o mais importante não era a estrutura, mas sim a imagem. [72] A sua obra de 1963, Teoria del Restauro, é de grande relevância, servindo de manual para a teoria da conservação. Brandi criticava as teorias anteriores, que sobrevalorizavam o valor histórico em detrimento do valor artístico (como era o caso dos princípios de Giovannoni e dos documentos doutrinários na época de 30), que, segundo ele, impossibilitavam, assim, a comunicação dos valores estéticos do monumento enquanto obra de arte.
Para Brandi, o mais relevante na obra de arte ou num objecto arquitectónico é a sua artisticidade e não a sua funcionalidade, daí deve ser o valor artístico a condicionar o restauro e não o contrário.
A avaliação do objecto como obra de arte deve basear-se não só sobre a matéria, mas sobre a sua dicotomia artística e histórica, ou seja, a consciência estética e o valor histórico.
Como a matéria de uma obra de arte faz parte da própria história, nunca podendo ser substituída mesmo que semelhante física e quimicamente, é, por isso, que o restauro deverá incidir sobre o conhecimento científico e técnico da referida matéria.
Brandi refere ainda que o restauro deverá privilegiar a imagem e não a matéria se não for possível conciliar as duas vertentes, valorizando-se, assim, a artisticidade da peça.
Num segundo pressuposto, este autor defende que o restauro não deve produzir um falso histórico ou um falso artístico nem anular as marcas da passagem do tempo. [73]
Brandi considera igualmente a obra como um todo e, mesmo que fragmentada, no restauro deve-se sempre procurar desenvolver a unidade originária dos fragmentos existentes para se atingir o todo. [74]
Relativamente aos espaços vazios devido à ausência das partes originais, as lacunas, Brandi propõe o preenchimento desses espaços com cores e tons de uma luminosidade semelhante à da

---

71 Roberto Pane e Cesare Brandi surgem nas contestações com a teoria do restauro crítico; os métodos de conservação e restauro anteriores mostravam-se inoperativos dando origem a novos debates de forma a encontrar soluções para a situação crítica em que se encontravam as cidades. A maior crítica de Brandi e Pane a Giovannoni e à carta de Atenas era sobre o valor excessivo dado aos elementos históricos relativamente aos valores artísticos. Brandi, Cesare, Théorie de la restauration. École nationale do patrimoine. Monum, Éditions du patrimoine.

72 "O restauro tem como finalidade o restabelecimento do potencial da unidade da obra de arte, sem cometer falhas artísticas ou históricas e sem apagar as marcas do tempo pela obra de arte." Brandi, Cesare, Théorie de la restauration. École nationale do patrimoine. Monum, Éditions du patrimoine.

73 "Ao longo da história do restauro, manifestam-se diversas perversões quando se sobrevalorizou a estrutura em desfavor do aspecto, ou seja, quando se considerou o aspecto que a matéria da obra de arte assume como função directa da sua estrutura; ou o seu inverso, quando se descurou a importância da matéria, como estrutura, da imagem "assimilando o aspecto à forma mas dissolvendo-a da matéria". José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do Património Publicação. FAUP

74 Princípios gerais:

- Como primeiro princípio considere-se que as integrações devem ser reconhecíveis sem prejudicar a unidade a atingir, o que se consegue tornando as partes integradas invisíveis à distancia que a obra de arte deve ser lida, ao mesmo tempo permitindo a sua imediata identificação quando observadas em detalhe. Este ponto é particularmente importante, porque se contradizem aqui algumas das principais normas do restauro arqueológico uma vez que, ao contrário deste, não só se defende a conjugação cromatico-luminosa entre os fragmentos e as integrações, como também se aceita que a distinção entre peças acrescentadas e fragmentos originais seja executa com soluções duráveis, não se excluindo a utilização de materiais idênticos e até de patinas artificiais, desde que se trate de intervenções de restauro e não de renovação;
- Como segundo princípio considera-se que a matéria da qual resulta a imagem é sempre insubstituível, desde que colabore directamente na figuração dessa imagem, enquanto aspecto e não estrutura. Daqui resulta a possibilidade, sempre desenvolvida com a instancia histórica, de uma maior amplitude no tipo de actuações no restauro de suportes, ou das estruturas em relação às superfícies e acabamentos finais de uma obra de arte.
- Como terceiro princípio, qualquer intervenção de restauro não só não deve impossibilitar como pelo contrário deve facilitar intervenções futuras.

José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do Património. Publicação FAUP, pag.60.

composição envolvente, reduzindo-se e mesmo anulando-se o padrão figurativo das lacunas.[75]
Embora Brandi considere a especificidade da cada obra de arte, acha possível estabelecer normas e orientações para o restauro.
Brandi é de opinião que só em casos excepcionais se podem remover acrescentos e vestígios de anteriores reconstruções, pois estes são testemunhos históricos.
Dado que a reconstrução tem como fim abolir um lapso, espaço de tempo ao contrário do acrescento, Brandi estabelece que no conflito acrescento/reconstrução deve sempre sobrepor-se o valor estético ao histórico.[76]
Outra questão sobre a qual este estudioso se debruça é a substituição dos originais pela cópia, que ele vê como a negação do princípio do restauro.
Do mesmo modo é de opinião que se conserve a patina, quer no ponto de vista histórico, quer estético.
Fala ainda de "restauro preventivo", que consiste nas consolidações necessárias para a conservação do objecto.
A concepção de restauro preconizada por Brandi designa-se "restauro crítico" que consiste numa meticulosa análise crítica de base filológica e cientifíca com o fim de avaliar a autenticidade da imagem da obra de arte e do estado da matéria. Baseia-se num processo analítico para a tomada de decisões, prescrevendo seguidamente as acções de restauro.
A sua abordagem assenta num conhecimento muito rigoroso do objecto através de uma profunda avaliação estética e histórica; numa intervenção mínima com respeito pelos materiais originais, aceitando toda a sua história; numa intervenção do restauro como um todo com registo de todas a secções; no equilíbrio entre os valores estéticos e históricos, não falsificando a unidade estética, clarificando o problema da patina, da reintegração das lacunas e dos acrescentos; na manutenção do ambiente paisagístico e urbanístico da envolvente dos monumentos.[77]
O binómio artisticidade e funcionalidade assume aspectos diferentes se se tratar de um objecto de arte ou de uma obra arquitectónica, pois se no primeiro caso o único a considerar é o valor estético, já no segundo, a funcionalidade, embora não deva prevalecer sobre o valor artístico, assume outra relevância, daí o restauro ter de ver objecto como um todo.[78]

75 O restauro e a questão do tempo para Brandi:

1 Diferenciar as zonas integradas na obra original.

2 Respeito pela patina, entendida aqui como sedimentação do tempo na matéria da obra de arte.

3 A preservação de amostras e partes originais que representam fielmente o estado do objecto, tal como ele se apresentava anteriormente às acções de restauro.

76 Brandi considera que se devem conservar os acrescentos e vestígios de anteriores reconstruções, sendo a sua remoção uma excepção. Em termos históricos um acrescento é sempre um testemunho da própria história; a sua remoção é também um acto histórico e resulta por isso na destruição de um documento ou etapa histórica. A distinção entre acrescento e reconstrução esclarece-se ao considerar que a reconstrução ao contrário do acrescento pretende abolir um lapso, espaço de tempo.
José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do Património. Publicação FAUP

77 A sua abordagem:
- Faz depender o restauro de um conhecimento muito rigoroso do objecto, obtido através de uma cuidada avaliação estética e histórica.
- Defende a intervenção mínima e a preferência pela manutenção que evita o restauro, respeitando os materiais originais e a aceitação de toda a história do objecto.
- Concebe a intervenção do restauro como parte integrante da história do objecto, obrigando por isso ao registo de todas a secções.
- Destaca a importância da apresentação da obra, defendendo o equilíbrio entre os valores estéticos e históricos, cujo restauro resulta na unidade estética sem falsificações, e esclarecendo o problema da patina, da reintegração das lacunas e das adições.
- Defende a manutenção dos valores do contexto da obra e do ambiente paisagístico e urbanístico da envolvente dos monumentos.
O conceito de "autenticidade" é o centro da teoria de Brandi e do século XX, ainda não totalmente clarificado.
Brandi, Cesare, Théorie de la restauration. École nationale do patrimoine. Monum, Éditions du patrimoine.

78 Estes conceitos são tão mais claros quanto os comparamos a obra de arte, com um óleo, por exemplo, em que o valor intrínseco do objecto está na sua matéria, a tela, e na sua arte, o valor da pintura e autor, assim como no seu tempo, o histórico. Aqui a função não tem valor próprio, senão o atribuído à beleza. O mesmo se pode dizer de uma estátua ou ruína. Quando o objecto é aumentado à escala de uma obra arquitectónica ou conjunto urbano, estes conceitos, embora continuem válidos perdem a sua objectividade tácita para necessitarem de novos pressupostos para se tornarem adequados. Ou seja:
1 O restauro deve depender sempre do valor artístico do objecto e não o contrário. O restauro não deve condicionar a obra.

1.3 As Cartas e Convenções internacionais.

A constante transformação da paisagem urbana e rural tem vindo a originar alterações de conceitos que se tentam ajustar às práticas do património de uma forma mais consciente e menos transformadora do existente. Esta progressiva consciencialização da salvaguarda do património tem provocado diferentes abordagens e interpretações sobre os bens a preservar.

As Cartas, Convenções e Recomendações produzidas desde 1931 mostram a evolução da percepção em relação ao Património Arquitectónico e Arqueológico. Neste sentido enunciamos os principais conceitos veiculados pelas diferentes cartas, recomendações e convenções dos organismos internacionais sobre a salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico e [79] que servem de bases doutrinárias sobre a conservação e o restauro de monumentos. [80]

As primeiras normas internacionais

Após a 1ª Grande Guerra (1914-18) surgiram as primeiras normas internacionais especificamente consagradas à salvaguarda do património, apesar de ter havido algumas tentativas de estabelecer critérios de protecção dos monumentos já em finais do século XIX. [81] Estas primeiras convençõese tratados internacionais para a salvaguarda dos monumentos na sequência da guerra serviram para regular e prevenir a conduta dos Estados em caso de conflito armado. [82]

2 A funcionalidade torna-se tão mais importante quanto aumenta a escala da obra. Mesmo umas ruínas de uma fortaleza ou outras, hoje, com a pressão turística, de que todos chegamos a todo o lado, é necessário, no mínimo indicar traçados de visita e assegurar infra-estruturas, mesmo mínimas, que muitas vezes se impõem na preservação do local. O conceito de uso ou funcionalidade aumenta com as dimensões, pois um mesmo complexo ou objecto devido à sua diversidade preexistente pode comportar diferentes funções, aumentando a sua complexidade de gestão e preservação como um todo.

Brandi, Cesare, Théorie de la restauration. École nationale do patrimoine. Monum, Éditions du patrimoine.

79 A UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS

80 Organismos internacionais de maior representatividade:

ONU – sede em Nova Iorque. Em 1945, a ONU criou a UNESCO (United Nations Edducational, Scientific and Cultural Organization), com sede em Paris, tem por missão "contribuir para a manutenção da paz e segurança ao estreitar pela educação, ciência e cultura, a colaboração entre as Nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais"3.

ICOM – Conselho Internacional dos museus.

ICCROM – Centro de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais. – Portugal aderiu em 1967. A sua sede é em Roma. – Objectivos: incrementar a troca de informação, sobre conservação e Restauro, entre os especialistas de todos os países, entre outros.

ICOMOS - com sede em paris, é uma organização não governamental, criada em 1965, que agrupa pessoas e instituições que trabalham no âmbito da conservação dos monumentos, conjuntos e sítios históricos. Objectivos: "promover a conservação, a utilização e a valorização dos monumentos, conjuntos e sítios".

Conselho da Europa - com sede em Estrasburgo, constituído por 10 países europeus em 5 de Maio de 1949, com 45 países membros, (Portugal, desde 1976), constituindo a maior instituição política europeia.

Normas Internacionais: A Unesco, o Conselho da Europa e o ICOMOS.

Convenção europeia para a protecção do Património arquitectónico, de 1969 (Conselho da Europa) e a Carta sobre o Turismo Cultural, de 1976 (ICOMOS).

E ainda a Carta de Villa Vigoni sobre a protecção dos bens culturais da Igreja, de 1994.

Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada, de 1995.

Fonte: LOPES, Flávio e CORREIA, M. Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.18

81 "A elaboração de normas de âmbito internacional sobre o património arquitectónico e arqueológico é um fenómeno recente na História universal. Apesar de algumas tentativas no fim do século XIX e princípios do século XX para estabelecer critérios de protecção de monumentos aplicáveis internacionalmente, foi só depois da 1ª Guerra Mundial (1914-18), que surgiram as primeiras normas internacionais especificamente consagradas à salvaguarda do património." LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004.

82 Provavelmente a convenção mais antiga que refere explicitamente a salvaguarda dos monumentos, embora tenha sido elaborada para regular a conduta dos Estados em caso de conflito armado, é a Convenção de Bruxelas, de 27 de Agosto de 1874, mas que não chegou a entrar em vigor. Durante uma conferência internacional, na qual participaram 26 Estados, que terminou em 29 de Julho de 1899, foram assinadas as primeiras Convenções de Haia, referindo a segunda convenção que, em caso de "cercos ou bombardeamentos, devem ser tomadas as medidas necessárias para poupar os edifícios dedicados à religião, à arte, à ciência, à assistência, hospitais" (art.º27). Apesar de terem entrado em vigor no ano seguinte, estas conferências foram revistas e aumentadas durante a segunda conferência internacional, na mesma cidade Holandesa,

A Carta de Atenas de 1931

A Carta de Atenas é o primeiro acto normativo internacional exclusivamente dedicado ao património e contém as conclusões gerais da Conferência Internacional sobre Protecção e Conservação da Monumentos de Arte e História, que decorreu de 21 a 30 de Outubro de 1931 e na qual participaram 120 peritos de 24 países. [83]

Os princípios da Carta de Atenas reflectem a legislação nacional de vários países e os conceitos de correntes teóricas de intervenção em monumentos, contendo ainda a formulação de ideias no decorrer da Conferência. [84]

Com a conferência de Atenas, surge pela 1ª vez um documento jurídico de uma Organização Internacional, que aborda a questão do património da humanidade, criando-se uma "Comissão Internacional dos Monumentos Históricos" em 1933. [85]

concluída em 18 de Outubro de 1907. Nesta ocasião, foram onze as convenções assinadas para regular a actuação dos Estados em caso de guerra. A Convenção II reproduz o art.º 27.º da de 1899, mas a Convenção IV já refere concretamente os "monumentos históricos" e obriga os Estados a identificar "esses edifícios e sítios com sinais distintivos e visíveis" (art.º 27.º); e chega mesmo a proibir a sua destruição (art.º 56.º). A Convenção IX descreve a forma e as cores dos sinais a colocar nos edifícios a proteger em caso de bombardeamento naval (art.º 5.º). LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

Em 1904, as Conclusões do 6.º Congresso Internacional dos Arquitectos, realizado em Madrid, de 6 a 13 de Abril estabeleceram alguns princípios de grande interesse: (com participação de várias centenas de congressistas, entre os quais mais de uma dezena de portugueses)

"1.º Há lugar para distinguir duas espécies de monumentos: os monumentos pertencentes a um período de civilização, servindo a usos que já não existem e jamais existirão, e os monumentos que continuam a ser utilizados para o fim para que foram construídos, ou para outros.

2.º Os monumentos mortos, devem somente ser conservados consolidando as partes indispensáveis para evitar que caiam em ruínas; porque a importância dum monumento reside no seu valor histórico e técnico, valor que desaparece com o monumento.

3.º Os monumentos vivos, devem restaurar-se para que possam continuar a servir, porque em Arquitectura, a utilidade é uma das bases da beleza.

4.º Esta restauração deve fazer-se no estilo primitivo do monumento, afim de que conserve a sua unidade, que é também uma das bases da beleza arquitectónica, e as formas geométricas perfeitamente reproduzíveis. Devem respeitar-se as partes executadas em outros estilos, sempre que tenham mérito e não destruam o equilíbrio estético do monumento.

5.º Só serão encarregados da conservação e restauração dos monumentos os arquitectos diplomados ou os especialmente autorizados, operando sob a intervenção artística, arqueológica e técnica do Estado.

6.º Promover-se-á em todos os países, onde ainda não existam, a criação de Sociedades de defesa para os monumentos históricos e artísticos; nas nações onde existam, provocar o seu desenvolvimento, podendo agruparem-se por um esforço comum e colaborarem no estabelecimento do inventário geral das riquezas nacionais e locais."

Dado que estas Conclusões não pretendiam constituir um documento normativo, nem o Congresso se dedicara unicamente ao património, consideramos que o primeiro acto normativo internacional exclusivamente dedicado ao património é a Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos (1931)." (transcrito de um artigo publicado na revista "A Construção Moderna", n.º 133, de 1 de Junho de 1904, p. 100.) LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

83 A Conferência de Atenas foi a segunda de uma série de conferências internacionais organizadas pelo Serviço Internacional de Museus - A primeira, sobre conservação de pinturas, realizou-se em Roma, em Outubro de 1930 (estudo de métodos científicos aplicáveis ao exame e preservação de obras de arte); a terceira, sobre museografia, em Madrid, em Outubro de 1934; e uma última, sobre escavações arqueológicas, no Cairo, em Março de 1937. A segunda parte das conclusões da conferência refere-se aos trabalhos de restauro da Acrópole ateniense e não se inclui na Carta. LOPES, Flávio e CORREIA, M. Brito. Pat. arq. e arqueol. Cartas, Rec...Liv. Horizonte, 2004.

84 Daqui resultou a primeira Carta Internacional de Restauro. Nesta carta estabelecem-se os critérios-base do restauro moderno. Pela primeira vez na história da conservação, existia um documento internacional com princípios e critérios aplicáveis à conservação do património, os quais iriam constituir a base de diferentes legislações nacionais europeias de salvaguarda do património arquitectónico. A Conferência de Atenas foi organizada pelo Serviço Internacional de Museus, criado em 29 de Julho de 1926, que era um organismo autónomo no seio do Instituto Internacional de Cooperação intelectual, fundado em 8 de Dezembro de 1924 em Paris. O Instituto era o órgão técnico da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (criada a 1 de Agosto de 1922) que, por sua vez, era uma das comissões da Sociedade das Nações, fundada em 28 de Junho de 1919 e com sede em Genebra (Suíça). (Portugal foi um dos signatários do Pacto da Sociedade das Nações em 28 de Junho de 1919.)
LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

85 O programa da Comissão foi publicado na revista Mouseion, nº25-26, 1934, pag.178-185.
As conclusões da Conferência de Atenas deram origem à Resolução sobre a conservação dos monumentos históricos e de obras de arte, que a Assembleia da Sociedade das Nações aprovou em 10 de Outubro de 1932. Outra consequência da Conf. de Atenas foi a criação da Comissão Internacional dos Monumentos Históricos, em 1933, que, de certa forma pode ser considerada a percursora do ICOMOS. Esta Comissão Internacional deixou de existir com a 2ª Grande Guerra (1939-45).

A década de 30 foi marcada pela tentativa de proteger os monumentos, os museus e obras de arte contra os perigos da guerra. [86]
Tanto a Carta de Atenas (1931) como a Carta de Veneza (1964) apresentam os textos internacionais de maior projecção das técnicas de conservação e restauro. Defendendo, inicialmente, os monumentos da cidade de Atenas, a conferência de 1931 discutiu um conjunto de temas que ainda resumem actualmente as principais preocupações ligadas à conservação e restauro dos bens culturais.
Em Portugal, o Serviço de Belas Artes, através do Decreto de 7 de Março de 1932, actualizou os princípios da actuação do Estado em matéria de protecção e conservação "das obras de arte e peças arqueológicas".

Destacam-se os seguintes princípios e recomendações da Carta de Atenas:

- Os restauros, quando inevitáveis, devem respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época (art.II) e evitar o restauro baseado em reconstituições integrais, através da sua manutenção regular (art. II, 2.º parágrafo).
- Os monumentos são considerados bens públicos, pelo que se defende a gestão do interesse público sobre o privado. Deve ter-se em conta o sacrifício acrescido exigido aos proprietários, na óptica da preservação do bem comum (art. III).
- A utilização funcional dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico (art. II).
- As obras de arte devem permanecer no seu contexto físico e defende-se a sua manutenção, legitimando-se a "anastylosis". O emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento, no sentido de evitar mimetismos (art.V).
- Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberto por escavações, é aconselhável enterrá-las de novo, para evitar a degradação.
- É aceite o emprego de técnicas e materiais modernos, como o betão, para a consolidação de edifícios antigos, desde que não se altere o aspecto exterior do monumento (art. IV).
- É necessária a colaboração de especialistas: físicos, químicos e biólogos para combater a ameaça dos agentes atmosféricos; aconselha-se a produção e divulgação de estudos sobre os procedimentos metodológicos mais adequados à conservação de monumentos históricos (art. VIII, 3º parágrafo), o recurso à ciência e à difusão dos resultados obtidos através de publicações (art. VI).
- O carácter e a fisionomia das cidades devem ser respeitados, sobretudo nas proximidades dos monumentos; recomenda-se ainda a supressão de toda a publicidade, sobreposição abusiva de postes e fios telegráficos, indústria ruidosa, nas proximidades de monumentos artísticos e históricos (art. VII).
- A protecção e conservação dos monumentos exigem normas jurídicas adaptadas a cada país, tal como a criação de inventários, registo fotográfico e dados referentes a cada monumento e a existência dum arquivo central para a compilação de toda a documentação

86 De 27 de Julho a 14 de Agosto de 1933, realizou-se o 4º Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM - Realizaram-se 11 CIAM: La Sarrz (1928), Frankfurt (1929), Bruxelas (1930), Atenas (1933), Paris (1937), Bridgewater (1947), Bérgamo (1949), Hoddesdon (1951), Aix-en-Provence (1953), Drubovnik (1956, Otterlo (1959).), durante o qual foi elaborada a Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno. Não devem confundir-se as duas Cartas de Atenas, sendo esta de 1933 dedicada ao urbanismo moderno, enquanto que a 1931 é dedicada ao restauro de monumentos. A Carta de 1933, aborda no seu 5º capítulo, o património histórico das cidades. (A Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno foi publicada nos Annales Techniques (órgão oficial da Câmara Técnica da Grécia, sediada em Atenas) nº 44-45-46, de Novembro de 1933, e somente em 1943 é publicada em livro pelo grupo CIAM-França, de que Corbusier era um dos expoentes.) FLÁVIO LOPES. MIGUEL BRITO CORREIA, Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15
A Convenção de Haia, ou a Convenção para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado (1954), parte da terrível experiência da 2ª Guerra Mundial: "A conservação do património cultural apresenta uma grande importância para todos os povos do mundo, e que importa assegurar a este património uma protecção internacional". LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.29

útil relativa à sua conservação (art. VII).

- A conservação de monumentos necessita da cooperação pública e deverá constituir um objectivo educacional para a juventude.

A Carta de Restauro de 1931 de Giovannoni

Gustavo Giovannoni, um dos principais responsáveis pela redacção da Carta de Atenas, introduziu em Itália a "Carta del Restauro", que apesar de não ter força de lei, conseguiu no entanto um grande impacto no domínio dos governos e das regiões. Grande parte do conteúdo desta Carta está relacionada com a ideologia de Boito, retomada por Giovannoni, muito próximo da metodologia da museologia e da arqueologia. As suas novidades conceptuais estão na salvaguarda do ambiente e envolvente dos monumentos, em que é evitado introduzir alterações com a reutilização.

Nesta carta destacam-se os seguintes princípios e recomendações:

- É dada a máxima importância à manutenção e consolidação (Ponto I).
- Exclui-se o completamento, aceitando-se apenas a "anastylosis" como forma de recomposição de partes desmembradas (ponto 3).
- Apenas se admitem utilizações próximas das originais para os monumentos vivos, evitando profundas adaptações e sobretudo alterações amplas em partes essenciais (Ponto 4).
- Exige-se a conservação de todas as partes e elementos históricos, ou artísticos, independentemente da sua época, recusando-se o desejo de unidade estilística ou de retorno à forma primitiva, apenas aceitando a remoção de elementos que perturbem uma adequada apresentação do monumento, após atenta consideração que ultrapasse o mero juízo pessoal do autor do projecto de restauro (Ponto 5).
- Estabelece-se um respeito objectivo pelas diversas fases do percurso temporal do monumento e pelas suas condições ambientais, condenando-se tanto os esventramentos como a nova construção "invasora pela sua massa, cor e estilo" (Ponto 6).
- Na consolidação, nos acrescentos, na reintegração total ou parcial ou ainda para a utilização prática do monumento, o critério da introdução de elementos novos deve ser o seguinte: limitar a sua introdução ao mínimo possível, fornecendo um carácter elementar e de simplicidade, assim como de correspondência com o esquema construtivo (Ponto 7).
- Recomenda-se que os acrescentos sejam cuidados e claramente assinalados, mediante o emprego de matérias diferentes dos primitivos, com a adopção "De marcas de contorno simples, ou com aplicação de siglas ou epígrafes de modo a que nunca possa conduzir a engano e representar uma falsificação de um documento histórico" (Ponto 8).
- Considera-se legítimo empregar métodos construtivos modernos para reforço estático quando os meios construtivos análogos aos antigos não garantam os objectivos pretendidos e recomenda-se a substituição dos conhecimentos empíricos pelos científicos (Ponto 9).
- Nas escavações e explorações recomenda-se a conservação, "no sítio", das obras antigas encontradas (Ponto 10).
- Defende-se a necessidade de uma documentação precisa que acompanhe os trabalhos, tais como diários do restauro, ilustrados com fotos e desenhos para que todos os elementos e fases das obras fiquem registados de modo permanente e seguro (Ponto 11).
- Recomenda-se a realização de reuniões regulares para troca de experiências e a publicação de notícias de âmbito científico, extraídas dos diários de restauros (nas recomendações finais).
- Defende-se a prevalência do direito público sobre o direito privado, na gestão dos monumentos. É também privilegiada a opção do valor histórico sobre o valor estético-formal.

A UNESCO, o ICOM, o ICCROM e o ICOMOS

A UNESCO criada em 1945 tem tido um papel muito importante na salvaguarda do património cultural a nível mundial.[87]

Tem promovido a elaboração de convenções e recomendações e a criação de diversas organizações especializadas, tais como o ICOM, o ICCROM e o ICOMOS.[88]

O Conselho da Europa (1949) tem representado uma importante contribuição na elaboração recomendações, resoluções e instrumentos normativos na área do património cultural.[89]

O ICOMOS, surgido após o 2º Congresso de Veneza, em 1964, é outra organização internacional que maior contributo tem dado para a definição de princípios na intervenção do património.[90]

A Carta de Veneza (1964)

No 2º congresso de Veneza foi aprovada a Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, a chamada Carta de Veneza (1964), que se mantém actualizada pois tem sido completada por Cartas posteriores.[91]

A Carta de Veneza resultou do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Maio de 64 na cidade de Veneza e estabelece princípios ainda hoje assumidos pela maioria dos técnicos de restauro, apesar das recentes concepções de património, que integram novas categorias de bens a preservar (centros históricos, património industrial, jardins históricos,

---

87 A UNESCO integra a Organização das Nações Unidas (criada em 26 de Junho de 1945) - Portugal aderiu à ONU em 14 de Dezembro de 1955. A versão mais actualizada da Carta das Nações Unidas foi publicada no Aviso nº 66/91, de 22 de Maio., sucedeu, de certo modo, à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações.

88 Na área do património móvel: o Conselho Internacional dos Museus (ICOM A Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (Internacional Council of Museums) foi criada em 20 de Maio de 1975 (Diário da República, 3ª Série, de 17 de Junho de 1975).), organização não governamental fundada em 16 de Novembro de 1946, que sucede ao Serviço Internacional de Museus; e (ICCROM) Centro de Estudos para a Conservação e o restauro dos Bens Culturais - Internacional Centre for the Study of the Preservation and then Restoration of Cultural Property é uma organização intergovernamental de que Portugal é membro desde 14 de Dezembro de 1967. - Com sede em Roma e criado em 7 de Abril de 1957.

Na área do património imóvel, para além do ICCROM, destaca-se o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) - A Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS (Internacional Council on Monuments and Sites) foi criada em 14 de Outubro de 1980 (Diário da República, 3ª Série, de 6 de Janeiro de 1983). - Fundado em 21 de Junho de 1965 e que, tal como o ICOM, tem sede em Paris. A salvaguarda do património Arqueológico... Recomendação sobre princípios aplicáveis a escavações arqueológicas (1956) da UNESCO. LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

89 Fundado e 5 de Maio de 1949 - Portugal aderiu ao Conselho da Europa em 24 de Novembro de 1976 (Lei n.º 9/76, de 31 de Dezembro) - e com sede em Estrasburgo, o Conselho da Europa dedicou à protecção do património arqueológico uma convenção, também conhecida por Convenção de Londres (1969), que foi revista em La Valetta em 1992. No domínio do património, a 1ª convenção do Conselho da Europa foi a Convenção Cultural Europeia (1954). Desde então mais de cinco dezenas de convenções, recomendações e resoluções foram produzidas pelo Conselho da Europa, que se afirma no mundo, como a instituição mais fecunda na elaboração de instrumentos normativos na área do património cultural.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

90 No seio da UNESCO existia desde 1951, uma Comissão Internacional dos Monumentos, mas... procurou apoiar uma organização semelhante ao ICOM, mas dedicada aos monumentos e sítios. Durante o 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado de 6 a 11 de Maio de 1957, em Paris, com a participação de 25 países, ficou claro o desejo de criar uma tal organização. A realização do 2º Congresso de 25 a 31 de Maio de 1964, em Veneza, que contou com mais de 500 participantes de 61 países e elegeu uma comissão provisória que, um ano depois criaria oficialmente o ICOMOS.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito., Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.15

91 Com efeito, após aceso debate sobre a hipótese da sua revisão e ampliação (nas Assembleias Gerais de 1975 e 1978), concluiu-se que o texto da Carta tinha, ele próprio, um valor histórico, e não deveria ser alterado, mas sim complementado com outras cartas que abordassem mais pormenorizadamente as vertentes específicas do património. Surgem então a Carta sobre o Turismo Cultural (1976), a Carta de Florença (1981), sobre jardins históricos, a Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas (1987), a Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património arqueológico (1990), a Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património cultural subaquático (1996), a Carta sobre o património construído vernáculo e a Carta internacional sobre o turismo cultural (ambas de 1999). Além destas cartas, o ICOMOS tem produzido numerosos documentos (resoluções, declarações, conclusões de encontros, etc.) e desempenha uma função crucial na avaliação das candidaturas a património mundial. LOPES, Flávio e CORREIA, M. Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Liv. Horizonte, 2004. Pag.15

paisagens culturais, etc.), exigirem novas abordagens.[92]
Apesar das preocupações para com os valores de conjunto, inclusão do património urbano no conceito de monumento a preservar, e das preocupações para com a salvaguarda dos centros históricos, reserva-se apenas um artigo (art.14º) para afirmar que os princípios se devem também aplicar aos trabalhos de restauro e de conservação dos sítios históricos.[93]
A aplicação prática dos princípios da carta de Veneza tem levado a diversas interpretações, conforme as culturas e as mentalidades. Têm surgido críticas à Carta de Veneza, relativamente a uma visão não europeia tais como os templos budistas da área de Horyu-ji, no Japão, mantidos há trinta gerações através de sucessivos desmantelamentos e renovações, ou os edifícios Ashanti do Gana, feitos com tecnologias vernaculares precárias, recorrendo às fibras vegetais, terra, madeira, etc., ou a outro tipo de soluções construtivas precárias. Estas críticas reportam a uma nova reflexão sobre o conceito de "autenticidade".[94]

Alguns princípios da Carta de Veneza de 1964:

- O alargamento do conceito de monumento e a sua preservação passa a englobar "não só a criação arquitectónica isolada bem como o sítio, rural ou urbano" (art. 1º), aspecto inovador relativamente à carta de Atenas, que apenas se refere aos "monumentos artísticos e históricos".
- O espaço envolvente tradicional deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas" (art.6º).
- O restauro destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos.
- O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.
- Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, admite-se o recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.
- Devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção e a unidade de estilo não deve ser um objectivo. (art.7º)
- Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre das partes originais.
- Sobre a reutilização funcional, opta-se por adequar o programa ao monumento e não o contrário; realça-se de novo a manutenção para a conservação dos monumentos (art.4º)

As Cartas Italianas sobre o Restauro de 1972 e de 1987
Em 1962, a UNESCO aprovou a Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios, que pretendeu chamar a atenção para a importância das paisagens e dos sítios como factor fundamental nas condições de vida das populações.

92 Sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, ICOMOS, Veneza, 25 a 31 de Maio de 1964: II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, com o apoio da UNESCO, ICCROM, ICOM, (conselho internacional dos museus) - 61 países da Europa, América, África, Ásia e Oceânia. Na mesma reunião foi fundado o ICOMOS.
Verifica-se uma clara adesão às teorias (do restauro crítico) de Brandi (ao defender o equilíbrio entre os valores estéticos e históricos), por parte do grupo italiano, Roberto Pane (representante da Itália) e Piero Gazzola (que dirigiu os trabalhos). Estes defendem também a atenuação da diferenciação algo excessiva entre as partes originais e as novas acrescentadas, no restauro. A questão da falsificação histórica mantém-se como aspecto importante e defende-se ainda a importância de todos os períodos históricos.

93 Foi em anexo um documento com o título "Protecção e Reabilitação dos Centos Históricos" no qual se solicitava as entidades nacionais e internacionais que desenvolvessem esforços no sentido de enquadrar em legislação apropriada, a salvaguarda do património urbano.

94 A questão da autenticidade nas intervenções de restauro em monumentos ou conjuntos arquitectónicos foi motivo de reflexão durante a Conferência de Nara no Japão, em 1994.

Nos 60 e 70, a problemática da arquitectura rural e da paisagem, ameaçadas de desaparecimento, devido às rápidas transformações em curso, assumiu grande importância.
Em Portugal, o Sindicato Nacional dos Arquitectos, entre os anos de 1955 e 1960, fez o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, publicado em 1961, sob o título de Arquitectura Popular em Portugal. [95]
A Convenção do Património Mundial ou Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural (1972) é um documento normativo da UNESCO que tem tido grande popularidade e aceitação nos diferentes países ao valorizar o património cultural e/ou natural, de cada região ou país.
A Carta de Restauro aprovada pela UNESCO em 1972 veio alargar a noção de património para uma leitura sobre a cidade na sua globalidade, salvaguarda do Património Cultural, Mundial e Natural. Esta convenção versou sobre um sistema eficaz de protecção colectiva do Património com maior intervenção junto da opinião pública internacional. [96]
Esta Carta, que surge com forte influência das teses de Brandi, tem força legal, ao contrário da Carta de 1932. Este documento estabelece instruções precisas para a salvaguarda e restauro de antiguidades (Anexo A), restauro arquitectónico (anexo B), restauro escultórico e pictórico (Anexo C), e tutela dos centros históricos (Anexo D).
Em termos teóricos, o conceito mais inovador foi o conceito de reversibilidade. [97]
No art.4. da Carta distingue-se explicitamente salvaguarda de restauro: "entende-se por Salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção directa sobre a obra; entende-se por Restauro qualquer intervenção dirigida a manter em vida, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras de arte". O documento esclarece ainda o que é interdito ou permitido quanto a aspectos teoricamente essenciais, tais como os referentes aos complementos estilísticos ou analógicos, às remoções ou demolições, às alterações ambientais ou de aspecto (patina). [98]
A Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural, aprovada pela UNESCO

---

95 Que expressa de forma paradigmática as preocupações então existentes.

96 O tema do património mundial, já presente na resolução de 1932, foi retomado pela UNESCO, na sequência das referidas campanhas de resgate dos monumentos da Núbia e levou à aprovação da Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural (1972). A Convenção do Património Mundial, como também é chamada, é o mais popular documento normativo da UNESCO, não só pela adesão de Estados à convenção (mais de 175 dos 189 Estados membros da UNESCO) como pelo n.º de sítios classificados (mais de 750) e pelo impacto junto da opinião pública.
A Convenção considera a cultura humana e a natureza com valores indissociáveis e parte da ideia de que há determinado património cultural e/ou natural, de uma região ou de um país, que tem um valor excepcional, não só para a respectiva comunidade, como para todos os povos do mundo. Criou uma lista que aumenta anualmente, onde estão inscritos os monumentos e os sítios considerados mais significativos segundo determinados critérios. Ao longo dos últimos 30 anos, estes critérios têm sido objecto de profunda reflexão – o critério da autenticidade tem sido um dos mais debatidos e originou o Documento de Nara (1994) – e actualmente o âmbito conceptual de património vai do monumento isolado aos conjuntos edificados e às paisagens culturais e abarca certos aspectos imateriais ou intangíveis da presença humana sobre a Terra.
Fonte: LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.18

97 É de notar a ampliação do conceito de conservação, cuja definição passa a abranger toda a obra de arte de todas as épocas: a arquitectura, a escultura, a pintura, as expressões figurativas da arte popular, a cultura e a arte contemporâneas, os objectos arqueológicos terrestres e subaquáticos. Ficam também equiparados a obras de arte "para assegurar a sua salvaguarda e restauro, os conjuntos de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, especialmente os centros históricos", assim como os parques e jardins.

98 Dos quais se destacam os seguintes pontos:
"Admitem-se as seguintes operações: modificações ou inserções para a conservação da estrutura interna reforço ou suporte, na condição de que, uma vez finalizadas as operações, o seu aspecto não resulte alterado nem no cromatismo, nem na matéria visível à superfície (art. 7º, ponto 4)
"As medidas destinadas a preservar as acções de degradação e das variações atmosféricas, térmicas e higrotérmicas não deverão alterar sensivelmente o aspecto da matéria e a cor das superfícies, nem exigir modificações substanciais e permanentes do ambiente no qual as obras nos foram transmitidas historicamente. No entanto, no caso de serem indispensáveis modificações deste género, determinadas pelo interesse superior da conservação, tais modificações deverão ser realizadas do modo mais discreto e de forma a evitar qualquer dúvida sobre a época em que se fizeram" Fonte: LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.18

(1972), pretende estabelecer um sistema eficaz de protecção colectiva.[99]
O Conselho da Europa em 1977 especifica a problemática da salvaguarda da "arquitectura rural e a sua paisagem" com o documento O Apelo de Granada sobre arquitectura rural e ordenamento de território.[100]
A Carta europeia do património arquitectónico, adoptada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975, sedimenta o conceito de património monumental e de enquadramento histórico ou tradicional. Por um lado, confirma a noção de património arquitectónico, "constituído, não só pelos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem",[101] por outro lado, reconhece que só uma gestão integrada de bens patrimoniais poderá permitir resultados satisfatórios.
A Recomendação de 1976 reconhece a rapidez das transformações económicas e sociais, constata a universalidade das técnicas de construção e das formas arquitectónicas e conclui que, para evitar a descaracterização ambiental e desenvolver os valores culturais e sociais de cada nação, é necessário promover a salvaguarda dos conjuntos históricos.
Na recomendação de 1976 faz-se a clarificação de "conjunto histórico" ou "salvaguarda":

- Considera-se Conjunto Histórico todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as

99 A lista da UNESCO conta actualmente com 754 bens inscritos (582 bens culturais, 149 bens naturais, e 23 bens mistos, situados em 129 Estados), com 12 bens portugueses:

Centro histórico de Angra do Heroísmo (1983)

Mosteiro dos Jerónimos e torre de Belém em Lisboa (1983)

Mosteiro da Batalha (1983)

Convento de Cristo em Tomar (1983)

Centro histórico de Évora 1986)

Mosteiro de Alcobaça (1989)

Paisagem Cultural de Sintra (1995)

Centro histórico do Porto (1996)

Gravuras Rupestres do Parque arqueológico do Vale do Côa (1998)

Floresta Laurissilva, na Madeira (1999)

Paisagem Vinhateira do Alto-Douro (2001)

Centro Histórico de Guimarães (2001)

Nos últimos anos temos assistido, em todo o mundo, a um extraordinário aumento da procura turística relativamente aos bens inscritos na Lista do Património Mundial, rompendo-se por vezes, o equilíbrio entre as condições de preservação e a capacidade de acolhimento de visitantes.

100 Ecologia e ordenamento do território integrado aparecem como ideias chave. A salvaguarda do património construído e da paisagem só parecem possíveis com teorias de conservação integrada, preconizando a necessidade de planear e agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, "a criação de actividades diversificadas, tais como a agricultura tradicional o artesanato, as pequenas indústrias, as actividades de lazer, etc.". Preconiza-se, assim o desenvolvimento global das regiões rurais, no plano económico, social e cultural.

Em 1989 o Conselho da Europa aprovou a Recomendação n.º R (89) 6 sobre a protecção e a valorização do património arquitectónico rural salientando que "o reconhecimento, quer do património construído quer do património rural impõe-se de forma imperativa aos estados membros e às instituições europeias na definição das suas políticas agrícolas e ambientais".

As linhas orientadoras desta recomendação incluem 4 objectivos primordiais:

- Salvaguardar a memória colectiva da Europa rural através do desenvolvimento de elementos de pesquisa e de identificação do património arquitectónico;
- Integrar a salvaguarda do património construído no processo de planeamento económico, de ordenamento do território e de protecção do ambiente;
- Dinamizar a valorização do património como factor privilegiado de desenvolvimento local;
- Promover o respeito e o conhecimento do património rural ao nível europeu.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.34

101 A conservação integrada:

- Deve constituir uma das primeiras metas dos projectos de planeamento urbano e regional;
- Atinge-se através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta das funções apropriadas;
- Carece de suporte legal, administrativo e técnico.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.32

estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se, em especial, os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações.

- Entende-se por Salvaguarda a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento.

Reconhece-se que a salvaguarda das cidades e bairros históricos "para ser eficaz, deve integrar-se numa política coerente de desenvolvimento económico e social e ser tomada em consideração em todos os níveis do planeamento territorial e do urbanismo". Ultrapassa-se o nível de preocupação sobre o monumento ou sobre a estrutura física, para abarcar as "relações entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo homem e para tentar preservar as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história".[102]

A Carta de Restauro de 1972

(Anexo B) Análise das instruções para a execução do restauro arquitectónico:

Do Anexo B da Carta de Restauro de 1972, importa destacar os seguintes princípios:

- Acentua-se a "necessidade de considerar todas a operações de restauro segundo um perfil conservador de forma a respeitar todos os elementos acrescentados e evitando intervenções transformadoras ou de renovação".
- "As obras de adaptação deverão limitar-se ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis na individualidade tipológica do organismo construtivo e dos percursos internos "
- "Os restauros devem ser continuamente vigiados para garantir uma boa execução e para se poder intervir rapidamente quando surjam dados novos, em particular antes de raspar, pintar ou eventualmente eliminar os guarnecimentos; deve-se constatar a existência ou não de qualquer elemento decorativo; determinar quais as texturas originais e o colorido das paredes e abobadas."
- A patina da pedra deve ser conservada por razões históricas, estéticas e inclusivamente técnicas, já que em geral, desempenha funções de protecção.
- Ao recomendar-se que, nas substituições ou integrações em paramentos murais, se deveriam distinguir as novas partes dos elementos originais (através da diferenciação dos materiais ou do acabamento das novas superfícies), estas soluções revelaram-se desadequadas tanto sob o ponto da vista construtivo como estético, além de serem de difícil concretização.
- Relativamente ao conceito sobre a "autenticidade dos elementos construtivos", teoricamente importante, não existe ainda uma definição totalmente consensual.

(Anexo D) Análise das instruções para a tutela dos centros históricos:

Do Anexo D da Carta del Restauro de 1972, importa destacar:

- O conceito de Centro Histórico passa a incluir não só "os antigos centros urbanos, como também todos os aglomerados de estruturas unitárias ou fragmentadas que possuam valor histórico, arquitectónico ou urbanístico."
- "A sua natureza histórica refere-se ao interesse que esses aglomerados apresentam como testemunhos de civilizações do passado e como documentos de cultura urbana, independentemente do seu valor artístico ou formal, que possam enriquecer e acentuar o seu valor, não só enquanto arquitectura, como também enquanto estrutura urbanística, possuindo por si mesmo significado e valor próprios."

102 LOPES, Flávio e CORREIA, M. Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Horizonte, 2004. Pag.30

- Para que um conjunto urbanístico possa ser salvaguardado no tempo, e continuar a proporcionar condições de vida adequadas aos seus residentes, são necessárias reorganizações no contexto urbano e territorial, assim como uma regulação das relações e conexões com futuras zonas de desenvolvimento, pelo que importa coordenar as actuações urbanísticas" para que se consiga a salvaguarda e a recuperação do centro histórico a partir do exterior da cidade, através de uma planificação adequada das intervenções territoriais". Tais intervenções deverão definir as funções que são compatíveis, com a recuperação dos Centos Históricos e essa actuação deve estender-se à protecção do contexto ambiental mais geral do território.
- Quanto aos elementos individuais, e através dos quais se consegue a salvaguarda dos conjuntos, importa garantir a necessidade de conservar, para além das edificações, "os elementos que constituem os espaços exteriores (ruas, praças, etc.) e interiores (pátios, jardins, espaços livres, etc.), outras estruturas significativas (muralhas, portas, fortalezas, etc.), assim como possíveis elementos naturais (envolvente natural, cursos fluviais, singularidades geomorfológicas, etc.) "
- "Os elementos edificados que fazem parte de um conjunto devem conservar-se nos seus aspectos formais e tipológicos enquanto expressão de funções que caracterizaram ao longo do tempo a sua utilização". Qualquer intervenção de restauro deve ser precedida de uma cuidadosa investigação dos valores urbanísticos, arquitectónicos, ambientais, tipológicos e construtivos, e que permita individualizar os diferentes graus de intervenção no edifício e ao nível da envolvente urbana.

Os principais tipos de intervenção previstos pelo Anexo D ao nível urbano são:

- A necessidade da reestruturação urbanística das relações existentes entre o centro histórico e os desenvolvimentos urbanos contemporâneos, sobretudo sob o ponto de vista funcional.
- A libertação dos Centros Históricos de funções e usos que produzam efeitos perturbadores.
- O reordenamento viário, com a revisão das conexões viárias e dos fluxos de tráfego, procurando atenuar os impactos negativos.
- A revisão do mobiliário urbano procurando uma articulação entre edifícios e espaços exteriores.

Os principais tipos de intervenção ao nível do edificado, previstos pelo Anexo D ao nível urbano, são:

- O saneamento estático e higiénico dos edifícios, respeitando as instruções para o restauro arquitectónico (especificadas no Anexo B).
- A renovação funcional dos órgãos internos, permitida apenas onde se demonstre indispensável para manter o uso dos imóveis.
- Considera-se indispensável o respeito pela qualidades tipológicas e construtivas dos edifícios, impedindo operações como esventramentos ou introdução de funções que alterem esse equilíbrio.

Os instrumentos urbanísticos para destas intervenções são essencialmente:

- Os planos gerais de ordenamento, reestruturando as relações entre o Centro Histórico e o restante território, assim como a cidade no seu conjunto.
- Os planos parciais de urbanização relativos à reestruturação do Centro Histórico.
- Os planos de pormenor, ao nível do quarteirão ou do conjunto homogéneo de elementos edificados.

A Carta de Conservação e Restauro de objectos de Arte e Cultura de 1987:

O conteúdo fortemente conservador e mesmo anti-restauro da Carta de 72 foi sujeito a fortes críticas, por parte de uma corrente de arquitectos defensores do restauro como Paolo Marconi.

Foi nomeada uma comissão coordenada por Paolo Marconi para a proposta da Carta de Conservação

e Restauro de objectos de Arte e Cultura de 1987.
Houve uma forte polémica entre os defensores da "conservação restrita" e os "restauradores". A Carta de 1987, documento longo e exaustivo, divide-se em 12 artigos de carácter geral e 6 anexos com instruções específicas respeitantes à "Tutela dos Centros Históricos; Conservação, manutenção e restauro de obras com interesse arquitectónico; Conservação e Restauro de antiguidades; Conservação e Restauro de carácter plástico, pictórico, gráfico e de artes aplicadas; Conservação e Restauro de bens de arquivo."
As grandes diferenças em relação à Carta de Restauro de 1972 são de natureza conceptual. Foi questionado que o documento estendia à arquitectura e ao património urbano os princípios de conservação das obras de arte móvel, privilegiando os aspectos visuais sobre os construtivos ou estruturais.
A 17 de Março de 1988, o Conselho da Europa adoptou a Recomendação sobre as medidas de conservação integrada dos conjuntos históricos compostos por bens imóveis e móveis, a qual reafirma a necessidade de proteger o património móvel integrado nas construções. Para isso, recomenda que a classificação do património arquitectónico identifique, com rigor, os bens móveis a proteger a fim de evitar a sua delapidação, e a consequente descaracterização dos edifícios onde se integram. [103]
A Convenção europeia para a protecção do património arqueológico, adoptada pelo Conselho da Europa em 1992, bem como a Carta internacional para a gestão do património arqueológico, aprovada pela ICOMOS em 1990, são hoje referência obrigatória. [104]
A Carta internacional sobre a protecção e gestão do património arqueológico assume-se como "documento normativo e como fonte de inspiração no domínio das políticas e das práticas governamentais, científicas e profissionais" [105] e manifesta alguns princípios:

- A utilidade de inventários;
- A necessidade de articulação da salvaguarda do património arqueológico com o ordenamento do território;
- A defesa dos princípios de conservação integrada;
- A participação activa das populações.

Documento de Nara (1994)

O Documento de Nara realizado pela Conferência no Japão em 1994 alerta para a autenticidade dos monumentos ou conjuntos arquitectónicos no restauro e visa reforçar a credibilidade das fontes de informação nos estudos destinados a conhecer as características originais e subsequentes dos monumentos avaliados segundo critérios adaptados aos seus contextos culturais, reconhecendo que "o respeito por cada cultura exige que os bens culturais sejam analisados e avaliados segundo critérios adaptados aos contextos culturais" [106]

103 Numa perspectiva abrangente podemos associar esta Recomendação à Convenção do Unidroit sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados (1995), pois a preservação do património integrado nos monumentos classificados passa, também, pelo controlo ilícito de bens culturais.
Em Portugal, e na maioria dos países europeus, a Igreja Católica tem realizado um esforço para manter, restaurar e divulgar os seus bens culturais. "Os bens culturais da Igreja constituem uma das expressões mais elevadas da tradição cristã vivida por inúmeras gerações de crentes e representam uma parte essencial da herança da Humanidade", conforme afirma a Carta de Villa Vigoni (1994). Esta Carta expressa o desejo de uma cooperação mais estreita entre os Estados e a Igreja, defende a realização de inventários, em cada diocese, sugere princípios de restauro, de formação e de protecção do património cultural. LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.33

104 A Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis às escavações arqueológicas, aprovada pela UNESCO em 1956, tem servido de orientação para a prática profissional dos arqueólogos e das instituições com tutela sobre arqueologia.

105 O ICOMOS aprovou em 1996, a Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património cultural subaquático. LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.36

106 A UNESCO promoveu outras duas convenções no âmbito do património. A 1ª foi a Convenção relativa às medidas a adoptar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícitas da propriedade de bens culturais (1970), que fora objecto de uma Recomendação da Organização em 1964, mas que tem como antecedente o Projecto de Convenção internacional sobre o repatriamento de objectos de interesse artístico, histórico ou científico, perdidos, roubados ou que hajam dado

A UNESCO promoveu ainda a Convenção do Unidroit sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados (1995).
Recentemente destacam-se: a Carta de Villa Vigoni sobre a conservação dos bens culturais da Igreja, realçando a vastíssima herança construída pelos cristãos em todo o mundo; e a Carta de Cracóvia (2000), elaborada por peritos de 51 países, (no quadro de um programa de intercâmbio financiado pela União Europeia) sintetizando os princípios de intervenção já expostos nos documentos anteriores e propondo uma renovação continuada das atitudes face à conservação do património. [107]

Carta de Cracóvia 2000

A Carta de Cracóvia de 2000 aprovada em Conferência Internacional insere-se na conservação do Património Cultural e o seu conteúdo constitui um conjunto de recomendações sobre a conservação e restauro do património construído. [108] Sendo um complemento à Carta de Veneza de 1964, aprofunda-se, contudo, a noção de conservação e a exigência da investigação, destacando-se as particularidades dos bens patrimoniais, ao mesmo tempo, que se acentua a necessidade de participação dos cidadãos. [109]

Alguns dos princípios da Carta de Cracóvia 2000

- A conservação pode ser realizada por diferentes tipos de intervenção, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação.
- A conservação do património construído, executada de acordo com o projecto de restauro, que deve incluir a sua preservação a longo prazo.
- Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que se julga ser o seu verdadeiro estilo.
- Qualquer intervenção que afecte o património arqueológico deve estar relacionada com a sua envolvente, com o território e a paisagem.
- A conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, deve manter a sua autenticidade e integridade.

lugar a uma alienação ou exportação ilícitas, promovido pelo Serviço internacional de Museus, a partir de 1933, mas que não chegou a ser aprovado. (Arqui8vo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa), 3.º piso, armário 1, maço 538 (335).)

A segunda é a Convenção para a protecção do património cultural subaquático (2001), que ainda não se encontra em vigor e que se baseia na Carta de mesmo nome produzida pela ICOMOS em 1996.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.18

107 1975 – Ano Europeu do Património Arquitectónico; tendo como lema "um futuro para o nosso passado", este Ano Europeu foi marcado pela chamada de atenção para o ritmo acelerado de destruição a que o património está cada vez mais sujeito e pela divulgação do conceito de "conservação integrada", tal como vem explicado na Carta Europeia do Património Arquitectónico e na Declaração de Amesterdão.

O Conselho da Europa tem dedicado numerosos actos normativos a aspectos particulares do património, desde os métodos de inventário (1966) ou a arquitectura rural e o ordenamento do território (1977), à arqueologia industrial (1979) ou aos ofícios tradicionais da construção (1981), da introdução de arquitectura contemporânea em centros históricos (1983) à arquitectura do século XX (1991) e à conservação de antigos locais de espectáculos (1997).

O Conselho da Europa tem sensibilizado a opinião pública através de iniciativas sucessivas, como sejam as 5 Confrontações (A, B, C, D e E) realizadas entre 1965 e 1968, a Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade, em 1991, e as Jornadas Europeias do Património, desde 1991 – estas últimas organizadas conjuntamente com a União Europeia. (O Tratado de Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, alterou a designação da CEE para UE)

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.18

108 (sendo o resultado de um trabalho de anos do ICOMOS e do ICCROM, patrocinado pela União Europeia)

109 "Instituições:

A UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS. Convenção europeia para a protecção do Património arquitectónico, de 1969 (Conselho da Europa) e a Carta sobre o Turismo Cultural, de 1976 (ICOMOS). E ainda a Carta de Villa Vigoni sobre a protecção dos bens culturais da Igreja, de 1994. Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada, de 1995."

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004.

- A decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte do património construído, devem ser preservados.
- As cidades e as aldeias históricas, no contexto territorial, representam uma parte essencial do património universal.
- As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado da interacção das diferentes sociedades.
- As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar dos materiais e tecnologias da construção, reparação e restauro do património edificado.
- A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos, para além dos especialistas e dos gestores culturais.

O património integrado

O ICOMOS retomou recentemente o tema da Carta sobre o património vernáculo, aprovada em 23 de Outubro de 1999, na cidade do México.

Estas novas situações de preservação do património implicam a participação directa das populações e exigem formas de gestão muito diferentes das previstas para a preservação de monumentos isolados.

Em Portugal, as grandes alterações nas nossas paisagens levaram alguns municípios a tentar inverter o declínio através de operações integradas de desenvolvimento.

Hoje pretende-se também abarcar a questão dos jardins históricos, do património moderno, do turismo cultural ou o comprometimento das populações como forma de preservação integrada.[110]

A protecção do património deve prosseguir no sentido de obter uma integração " dos valores culturais nos objectivos sociais e económicos incluídos no planeamento dos recursos dos Estados, das regiões e das comunidades locais".[111]

---

110 Outro âmbito é o dos jardins históricos.

A Carta de Florença sobre a salvaguarda dos jardins históricos veio, em 1981, dar corpo às preocupações sobre este "novo património". Elaborada pela ICOMOS, esta Carta pretendeu completar a de Veneza neste particular domínio: "composição arquitectónica cujo material é essencialmente vegetal, e portanto vivo, perecível e renovável" - aconselha a clarificação de regras doutrinárias para a sua preservação e valorização, diferentes dos monumentos arquitectónicos.

Sobre o patrimonio moderno, o Conselho da Europa, veio, em 1991, recomendar a protecção do património arquitectónico do século XX. A noção de património é normalmente associada ao factor tempo. Este factor, interpretado de forma deficiente, levou à destruição de muitos edifícios do século XX, apenas porque sendo recentes não mereciam especial protecção.

A Resolução 813 sobre arquitectura contemporânea (1983), adoptada pelo Conselho da Europa em 1983, propõe "um diálogo entre arquitectos, urbanistas, eleitos locais, especialistas em conservação patrimonial e o grande público, não apenas a nível local, mas também por intermédio dos meios de comunicação social e no seio das organizações internacionais" e chama "a atenção para a necessidade de integrar a construção contemporânea, de carácter humano e com qualidade no conjunto arquitectónico existente de modo a assegurar uma certa continuidade da tradição arquitectónica".

O turismo cultural pode trazer vantagens diversas à preservação do património arquitectónico, tais como:

- Ajudar a encontrar novos usos para os edifícios do passado;
- Gerar um ambiente de tolerância e compreensão entre os povos, pois ao permitir aos visitantes a descoberta de novas culturas e religiões, favorece o respeito por essas realidades;
- A criação nas comunidades de um sentimento de orgulho pelo seu património, o qual espelha a sua identidade;
- A valorização económica dos locais de visita, através da dinamização do comércio e dos serviços, criando o emprego e riqueza.

Mas o turismo também pode exercer uma influência negativa sobre as populações e sobre os monumentos, conjuntos e sítios tais como a sobrecarga negativa de visitantes.

111 Preconizando ainda que, "desde a idade escolar, as crianças e os jovens sejam educados para compreender e respeitar os monumentos e os sítios, bem como o património artístico", como forma de educar atitudes negativas do público face ao património. Carta internacional sobre o turismo cultural, aprovada em 1999 pela ICOMOS. LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Livros Horizonte, 2004. Pag.36

1.4 A evolução em Portugal

O interesse em Portugal pela identificação, preservação e divulgação do nosso património, centrado inicialmente na preservação dos monumentos de maior significado histórico, alargado posteriormente aos centros históricos, e mais recentemente ao ambiente, tem-se desenvolvido na tentativa de contrariar as constantes alterações urbanísticas das nossas cidades e paisagens.

A evolução de conceitos e as nomas legislativas em Portugal

Historicamente estas acções iniciaram-se no século XVIII quando, em 1720, foi criada a Academia Real de História como forma de defesa das "antiguidades nacionais" surgindo assim as primeiras listas de monumentos e, em 1721, foi publicada a primeira lei portuguesa, determinando medidas de salvaguarda de todos os achados e antiguidades.[112]

Mas é na segunda metade do século XIX que organizações colectivas ou individuais criam associações - Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, fundada em 1863, (Associação dos Arqueólogos portugueses a partir de 1911, ou a Academia Nacional de Belas Artes,[113] - em defesa do património cultural português que, devido à fragilidade das estruturas estatais, ocupou grande relevo na defesa do património.

O acumular dos espólios arqueológicos e etnográficos levou em 1893, à criação de um Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.[114]

O pensamento romântico e nacionalista

Foi sobretudo o movimento romântico do século XIX que desenvolveu a cultura da preservação dos monumentos, levando o poder público e privado à salvaguarda dos edifícios antigos.[115]

O sentimento nacionalista do início de oitocentos fez desenvolver em cada país o sentimento de recuperação da sua história nacional, onde a posse do território, as tradições cristãs e o estilo medieval foram os temas de eleição e de orgulho nacional. Na Europa, a valorização do Monumento e do Monumento histórico fez emergir diversas teorias de restauro e conservação do património.

Surgem figuras como Balzac, Vítor Hugo, Guizot e Merimée em defesa das suas ideias. Vítor Hugo insurgiu-se ainda contra a industrialização tal como William Morris em Inglaterra e a favor da conservação da manufactura e do artesanato.

Em Portugal no seguimento dos mesmos ideais destacaram-se Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

Alexandre Herculano contribuiu significativamente para o pensamento português, ao sintetizar a noção de monumento como memória, herança e património da nação em que, na publicação em 1838-1839 na revista "O Panorama" de quatro textos sobre monumentos, fez a sua definição, conceitos e valores.

Em 1872-1873, Herculano reuniu e reformulou aqueles textos para em seguida os integrar na edição de "Opúsculos", intitulando-os de Monumentos Pátreos.[116]

Este pensamento de consagração do monumento histórico, divulgado em grande parte dos países

112 Em Portugal, a partir do Renascimento, a descoberta da cultura Greco-latina, verifica-se pelo gosto das antiguidades, nomeadamente moedas e estatuária clássica, contribuindo para o aparecimento dos primeiros coleccionadores e de incipientes preocupações de salvaguarda dos vestígios do passado. Fonte: Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. MC. IAC e IPPAR. Pag.133

113 Ou individualmente, Estácio da Veiga, com a publicação da Carta Arqueológica do Algarve entre 1863-1891,

114 (concretizado por José Leite de Vasconcelos, em 1893) Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. Ministério da Cultura. IAC e IPPAR.

115 "A abordagem do fenómeno do restauro não podia esquecer o movimento cultural romântico que definiu e valorizou o monumento histórico e nacional consagrando o seu culto e impulsionando a sua guarda e conservação. Só neste quadro se podem entender as motivações dos poderes públicos e das vontades privadas em restaurar os edifícios do passado." Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP O43D – R 714m). Pag.12

116 Rosas, Lúcia M. Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). FLUP. 1995. (FLUP O43D). Pag.12

europeus, teve uma grande mediatização na imprensa servindo ainda esta de meio para o seu debate e formulação teórica. [117]

Os jornais e revistas, seguindo os modelos dos periódicos franceses e ingleses cuja utilização da gravura contribuiu grandemente para o seu êxito, permitiram a difusão da iconografia dos monumentos portugueses e estrangeiros, factor essencial na caracterização do monumento histórico, do monumento nacional, gótico, manuelino, e na sua grande difusão na opinião pública.[118]

A imprensa literária exerceu uma função pedagógica e divulgadora indispensável para o progresso do país, tão carenciado nessa matéria, sobre a arquitectura do passado. [119]

A publicação de gravuras dos monumentos nacionais, o protesto contra o alheamento do governo e municípios, e a defesa do gótico, iniciada por Alexandre Herculano e seguida por outros, definiram o início de uma reflexão sobre o património e conservação dos monumentos em Portugal. [120]

---

117 França, Itália, Espanha, Inglaterra e Alemanha são países onde este fenómeno cultural foi fórmula com particular pertinência no século XIX, relacionando-se com os temas de restauro e de património. Sobre este assunto temos a obra actualizada de Choay, Françoise, L'Allegorie du Patrimoine, Paris, Seuil, 1992. Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP O43D – R 714m). Pag.15

118 "Exilado em Paris em 1821, Mousinho de Albuquerque enviara a Domingos António de Sequeira uma prensa de litografia, contributo assinalável para a divulgação da imagem em Portugal." França, José Augusto, A Arte em Portugal do século XIX, v.1, Venda Nova, Bertrand, 3ª edição, p.126.

« A Oficina Régia Litográfica foi criada em 1824 e dez anos mais tarde surgiam as oficinas litográficas particulares permitindo a utilização desse sistema de reprodução gráfica na imprensa, de forma ainda incipiente mas cada vez mais sistemática." Ribeiro, José Silvestre, História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos em Portugal, Lisboa, v.8, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871, p.53

Já no final de setecentos alguns artistas portugueses encontraram em Londres um centro especializado na produção da gravura, mas a sua utilização só foi significativa depois de 1834. Entre 1816 e 1817, surgia a primeira revista publicada em Portugal que dedicava algumas das suas páginas à descrição de monumentos, incluindo as respectivas gravuras desenhadas por Pedro Alexandre Cravo (1776-1844), poeta, marceneiro e arquitecto auto-didacta, director e redactor da revista que intitulou «Jornal de Belas-artes ou Mnémosine Lusitana». França, José Augusto, O. c., p.72, 90

119 «O Recreio » marca o início de uma época, repetindo durante décadas as mesmas histórias e juízos artísticos desajustados, mas produzindo igualmente textos fundamentais no desenvolvimento da cultura artística de oitocentos.

Sobre o importante tema da imprensa oitocentista como meio de instrução veja-se a obra de Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos, Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos, Lisboa, Presença, 1985, p.165-275.

Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP O43D – R 714m). Pag.15

120 "É curioso referir que em1835 é publicado um artigo sobre o modo de conservar as pedras nos edifícios "e de lhes tirar a cor negra que adquire a pedra com o tempo", revelando as experiencias do químico francês Chevalier em monumentos antigos. Utilizando ácidos Chevalier propunha um método de limpeza mais económico, mais expedito e menos destrutivo do que a habitual picagem de pedra. « O Recreio, Jornal das Famílias » (...), nº5, Maio, 1835, p.130-131. O artigo é traduzido do periódico espanhol «El propagador de conocimientos utiles». Este tipo de conhecimentos práticos vai entrando em Portugal ao mesmo tempo que começava a fazer-se a divulgação iconográfica dos monumentos do passado medieval e também a propiciar o seu culto. No ano seguinte (1836) o «Jornal Encyclopedico» edita o seu 1º nº publicando no rosto uma gravura da fachada ocidental da igreja do mosteiro da Batalha assinada por Manuel Maria Bordalo Pinheiro e acompanhada do respectivo texto descritivo, iniciando nesta época, na imprensa portuguesa a consagração de um dos edifícios mais emblemáticos do romantismo português. Edifício da Batalha, « Jornal Encyclopedico », Lisboa, v.1, nº1, Nov., 1836, rosto (gravura) e p.1-4. O texto reproduz fragmentos da obra de S. Luís, Frei Francisco de, Memoria histórica sobre as obras do real mosteiro de Santa Maria da Vitória vulgarmente chamado da Batalha, 1827. Sobre a gravura assinada : Bordalo - veja-se a iconografia do mosteiro da Batalha no v.2 deste trabalho.

Foi contudo nas páginas do «Panorama», revista semanal patrocinada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, que no seu primeiro número em 1837 surgiu um elogio explícito da Arquitectura gótica e o primeiro protesto contra o descuido a que o governo e os municípios votavam os monumentos portugueses. O artigo intitulado «A Arquitectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa» era acompanhada da respectiva gravura que figurava o cenário arruinado da igreja do convento. (Herculano, Alexandre), s. /A, A Arquitectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa, «Panorama», Lisboa, nº1, 6, Maio, 1837, p.2-4.13 Idem, ibidem, p.1-2.

Escrito por Alexandre Herculano, à época o redactor principal da revista, nele se definem alguns dos tópicos fundamentais da consagração do monumento histórico em Portugal, da valorização dos edifícios góticos, apesar da imprecisão cronológica e artística sobre o estilo, e da exaltação da época correspondente. Herculano não deixa de referir «o riquíssimo mosteiro da Batalha, que é a admiração de todos os estrangeiros que o examinam», aspirando à sua reparação, à semelhança do que, exemplarmente, uma escola de arquitectos e escultores realizava na catedral de Estrasburgo."

Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP O43D – R 714m). Pag.17

A actuação do Estado

Foi sobretudo desde a extinção das ordens religiosas em 28 de Maio de 1834 que as preocupações com o património se intensificaram. Luís Mousinho da Silva de Albuquerque, no quadro do Ministério do Reino, logo em 1836, convidou a Academia das Ciências a inventariar os edifícios, intenção não concretizada em acções de conservação mas que indicaria a importância dada aos monumentos.

Foi nesta altura que se passou a atribuir valor histórico e documental ao monumento através do processo de valorização da história entendida como um conjunto de factos associados a esse monumento. Os monumentos servem de símbolos civilizacionais e o passado é assumido como instrução dos povos.

A nacionalização dos bens das ordens religiosas em 1834 pôs em questão a salvaguarda de uma série de edifícios desprovidos de ocupação e em risco de desaparecimento. [121]

Também nesta altura o mosteiro da Batalha foi designado monumento nacional, categoria atribuída pela primeira vez a um edifício. [122]

Na defesa e salvaguarda dos edifícios estabeleceram-se enquadramentos legais e instrumentos de actuação tais como: a classificação de imóveis que deviam ser considerados monumentos nacionais (decreto de 30 Dezembro 1901); a listagem de 1910 que classificou os monumentos nacionais (decreto de 16 de Junho de 1910); ou o desmembramento em 1911 do Conselho dos Monumentos Nacionais criado por decreto em 24 de Outubro de 1901, em três comissões de Monumentos. [123]

A classificação dos bens patrimoniais, a partir de 1910, foi a medida preventiva de salvaguarda utilizada pelo Estado, que, apesar da abundante legislação, não concretizou muitas das medidas administrativas dos então Serviços de Belas Artes. [124]

A acção da 1ª República não se diferenciou muito da do Estado Novo, mas o largo período de estabilidade governativa deste último permitiu o desenvolvimento de acções, tais como o alargamento de uma vasta rede de delegados espalhados por muitos dos municípios, levando à recolha de muita informação e sobretudo à classificação de um número considerável de sítios arqueológicos. [125]

---

121 No mesmo ano D. Fernando II depois de visitar o mosteiro da Batalha adverte o governo da urgência das obras que serão orçamentadas dois anos depois. Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Porto 1995. (FLUP 043D – R 714m). Pag.18

122 "O tema dos monumentos andava necessariamente no ar e é nesse contexto que surgem os artigos de Herculano. Em Setembro de 1837 « O Archivo Popular. Semanário Pitoresco » abre o seu nº 26 com uma gravura da Batalha extraída das estampas da obra de Murphy e refere-se ao conjunto arquitectónico como o mais belo monumento da arquitectura gótica nacional e uns dos mais respeitáveis padrões da glória portuguesa. A indefinição semântica, que em outros exemplos se repetirá, é ilustrativa da indefinição conceptual e da lenta autonomização dos edifícios do passado relativamente ao par monumento/monumento histórica.

Em 1839 « O Ramalhete » propõe-se a « dar publicidade aos Monumentos Nacionais mais ilustres » porque nada pode tocar tanto o espírito do homem, « como ver engrandecida a glória da sua Pátria, e ter presentes os factos mais célebres que a antiguidade teve o cuidado de lhe guardar para sua instrução, recreio e utilidade». Monumento Nacional é neste caso entendido como facto histórico assinalável, acontecimento ou personalidade dogma de posteridade."Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP 043D – R 714m). Pag.18

123 Fonte: Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII sem. 2000. Min. Cultura. IAC e IPPAR.

124 No campo administrativo, o Estado procurou exercer alguma acção de salvaguarda através de "comissões" constituídas por "notáveis" que, avaliando as situações concretas, terminavam a sua tarefa em pareceres que raramente tinham possibilidade de concretização. De facto, exceptuando as actividades das organizações já referidas, a administração pública portuguesa só recentemente viria a ser capaz de instalar estruturas executivas com capacidade de actuação na defesa do património. Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. MC. IAC e IPPAR.

125 Entre 1835 e 1928: Em 1835 a Carta de Lei de 15 de Abril determina o modo de venda dos Bens Nacionais exceptuando : « As Obras de Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como monumentos históricos de grandes feitos, ou de Épocas Nacionaes ».

Em 25 de Maio de 1929 é decretada a criação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais desenvolvendo a partir de então, um programa de restauro orientado por critérios que devem ser equacionados no âmbito cultural. Fonte: Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. Ministério da Cultura. IAC e IPPAR. Pag.135

O Estado Novo

O Estado Novo, a partir de 1926, iniciou uma política de preservação do património arquitectónico nacional abandonado e em grande estado de degradação, que, pelo mau estado dos monumentos, serviu de símbolo e propaganda em desfavor dos regimes anteriores. Passou a ser transmitida uma leitura da história nacional renovada, com a "restauração" dos seus monumentos. O regime criou, assim, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN (1929-1960) no pelouro da Obras Públicas. Estes serviços foram criados por decreto, de 30 de Abril de 1929, pelo, Ministério do Comercio e Comunicações, com o intuito de reunir os serviços de obras de edifícios e monumentos nacionais num só organismo. [126]

Como sublinha J. A. França, houve um notável incremento da DGEMN no restauro de igrejas, castelos e palácios por volta de 1940. [127]

Seguindo uma política historicista de inspiração romântica na conservação do património, foi instituído o estilo românico, em detrimento de elementos barrocos e muitas vezes com o despojamento das obras de talha, situação que se prolongou até aos anos 60. [128]

Assim entre 1929 e 1960, a DGEMN, pertencente ao pelouro das Obras Públicas controlado por Duarte Pacheco, e cujo director geral era o Eng.º Henriques Gomes da Silva, teve uma actuação de princípios puristas e de "unidade de estilo", perspectivada pelo regime na História da Nação e que marcava as suas obras em datas celebrativas. [129]

Do mesmo modo durante o Estado Novo, a partir de 1943, devido à acção do Prof. Reinaldo dos Santos, na altura presidente da Academia Nacional de Belas Artes, se iniciou a publicação do Inventário Artístico de Portugal, abarcando sete distritos, em 17 volumes, a mais vasta obra publicada no nosso país, englobando património arquitectónico, arqueológico, móvel e documental.

O governo democrático após 1974

As transformações políticas de 1974 originaram uma perspectiva diferente sobre o património, tendo sido criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980, integrado nas diferentes secções do património cultural. [130]

Esta nova estrutura apresentou apesar de tudo falhas que levaram ao seu desmembramento uma década depois. Uma excessiva centralização administrativa limitava a capacidade executiva dos departamentos, que se distribuíam por todo o país e o grande número de imóveis afectos ao

---

126 "O cuidado com o património monumental traduzia ainda o equilíbrio entre a tradição secular da nação e o seu progresso e desenvolvimento, nomeadamente no sector das obras públicas. É à sombra do pelouro das Obras Públicas que o regime cria a máquina burocrática geradora da actividade restauradora do nosso património arquitectónico com a designação de Direcção-Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais. DGEMN (1929-1960)." Maria João Baptista Neto, Memória Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Publicações FAUP, 2001. Pag. 13

127 O critério do restauro arquitectónico, com base nas publicações oficiais dos serviços, seguiram uma politica dirigida para uma visão histórica de conservação sistemática e diferenciada do construído e a criação de um núcleo de singularidades. José Augusto França, Arte em Portugal no século XX. Maria João Baptista Neto, Memória Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Publicações FAUP, 2001. Pag. 14

128 "Personaliza tal acção na figura do arquitecto Baltazar de Castro, director do Serviço de Monumentos, entre 1936 e 1949."Segundo princípios arqueológicos de refazimento... bebidos em Viollet-le-duc mais do que numa consciência histórica..." Considera que esta situação se prolonga até aos anos 60, instituindo um clima medieval especiosamente "romântico" em detrimento de elementos barrocos importantes e com prejuízo e desperdício de valiosas obras de talha." Mª J. B. Neto, James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX, Lisboa, Editorial Estampa, 1996. Maria João Baptista Neto, Memória Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Publicações FAUP, 2001. Pag. 15

129 1960, foi o ano das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, acontecimento que marcou o último acto celebrativo do Estado Novo envolvendo directamente, a intervenção da DGEMN num conjunto significativo de imóveis, ligados pela leitura histórica à figura do Infante. Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, entre 1840 e 1900. Lúcia Rosas, Monumentos Pátrios, A arquitectura Religiosa Medieval - Património e Restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento na faculdade de Letras do Porto em 1996. Pag.15

130 A cada sector - dos Arquivos aos Museus, da Arquitectura á Arqueologia, do Restauro ao Inventário, da Etnografia à Musicologia e às Artes Plásticas - correspondia um Departamento e uma Secção do Conselho Consultivo, assegurando-se a coordenação das respectivas actividades pela Direcção do Instituto.

IPPC [131] agravaram a gestão de uma situação que não dispunha dos meios logísticos e financeiros necessários. [132]

Em 1991 foi criado o Instituto Português de Museus [133] e em 1992, fundou-se o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). [134]

Hoje pretende-se uma intervenção mais diversificada e alargada às comunidades em geral, embora se continue a operar no campo da experimentação, como exprimem as comunicações apresentadas na XIII semana de Estudos sobre o Patimónio Edificado:

"Na tarefa de preservar e valorizar o Património Edificado devem estar implicadas todas as áreas de confluência dos programas e políticas patrimoniais para além do Ministério da Cultura: o Ambiente e o Ordenamento dos Territórios, a Educação, as Obras Públicas e Equipamentos, etc.

Inseridos numa lógica de intervenção transversal a diferentes sectores da vida política e civil, terão de criar-se novos mecanismos e instrumentos legais, ensaiar novas pedagogias e linhas de actuação, que tomem essa aproximação incontornável, e que a par e passo, de herança deficitária e pesada, qual sorvedor de recursos do Estado e dos particulares, o Património Edificado mostre todo o seu potencial como factor de qualificação da vida social em geral.",[135] assim como a elaboração de um inventário exaustivo do património edificado. [136]

Considera-se importante o envolvimento dos municípios e da população pelo conhecimento que têm da especificidade das suas localidades [137] e porque começam a adquirir autonomia em acções de animação, conservação e recuperação do património edificado.

Não tendo a tradição e o peso dos inventários gerais de alguns países europeus como a França e a Inglaterra – da iniciativa dos serviços da administração central - (Em França o "Inventaire générale des monuments et richesses artistiques de la France" foi iniciado em 1964 pelo então Ministére des Affaires Culturelles.) é necessária a definição de "uma estratégia de intervenção independentemente de quem faz e do que é feito, que possa criar no cidadão a consciência de uma acção consertada do Estado em matéria de Inventários do património" criando os mecanismos adequados à realidade sociopolítica e administrativa do País. [138]

---

131 (os imóveis até então à guarda das finanças passaram para o IPPPC)

132 Naturalmente que esta situação motivou o desmembramento do IPPC e a autonomia, num primeiro momento, de um sector importante do património cultural – as Bibliotecas e Arquivos – e, mais tarde, a extinção pura e simples de departamentos responsáveis por outras áreas do património – Música, Etnologia, Artes Plásticas – sem que se vislumbre ainda, pelo menos nos dois primeiros (já que entretanto foi criado o Instituto de Arte Contemporânea), assumirá o Estado a gestão desses valores, reduzidos, apenas a experiências individuais (caso do trabalho realizado ininterruptamente por Michel Giacometti durante cerca de 30 anos, desde a década de sessenta, ou a uma investigação de âmbito universitária, de que é exemplo a Associação Caminus, dirigida por António Perestrelo). Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. Ministério da Cultura. IAC e IPPAR. Pag.167

133 Acentuando o desmembramento do IPPC como entidade gestora do Património Cultural

134 Este articulado com algumas estruturas do âmbito do restauro, há muito centralizado num serviço dependente, o Instituto José Figueiredo (actual Instituto de Conservação e restauro). Actualmente estas estruturas estão em vias de sofrer novas alterações.

135 Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra, 2000. MC. IAC e IPPAR. Pag.168

136 "A simples existência de uma cadeia de projectos de inventário a decorrer em simultâneo em diferentes regiões e localidades, seria uma lufada de ar fresco na quietude atrofiante em que se encontram estes caminhos do Património. Para o efeito é necessário que o Estado reconheça a urgência do levantamento geral do País, dando-lhe prioridade no conjunto das grandes opções programáticas para o próximo quadriénio, dotando-o de recursos técnicos e financeiros dimensionados para a tarefa em causa." Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra, 2000. MC. IAC e IPPAR. Pag.168

137 São as autarquias os intermediários da intervenção privada numa fatia considerável dos conjuntos e edifícios de valor arquitectónico dos concelhos

138 "Não sendo em si mesmo – nomeadamente em matéria de inventários – um indicador negativo, a pluralidade programática denuncia, contudo, uma fragilidade: a inexistência de qualquer concertação em torno desta questão que é vital para a defesa do património Edificado.

É necessária a definição de uma estratégia nacional em torno deste instrumento essencial ao desenvolvimento de políticas tendentes à conservação e valorização do Património Arquitectónico, e encará-lo com realismo e determinação, criando os mecanismos adequados à realidade sociopolítica e administrativa do País. Há que dar forma pública a um programa de âmbito nacional, para que por detrás das diversas acções legislativas e de programas políticos, se revele uma estratégia de intervenção independentemente de quem faz e do que é feito, possa criar no cidadão a consciência de uma acção consertada do Estado em matéria de Inventários do património." Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. MC. IAC e IPPAR. Pag.168

1.5 Conceito de utilidade no património arquitectónico

As questões da adaptação dos edifícios às sucessivas transformações, que as sociedades impõem ao longo da história, denotam diferentes disponibilidades para a questão das pré-existências e suas consequentes adaptações.[139]

Em arquitectura, o conceito de utilidade é a capacidade para satisfazer uma finalidade ou prestar-se a um determinado uso ou serventia. Assim nas questões do património, o modo como se interpreta ou se decide sobre o construído vai incidir necessariamente sobre a rectificação do existente e sobre o que se vai inserir de novo, incluindo ainda as decisões do que é demolido para satisfazer as novas exigências (facto muitas vezes considerado de menor importância).

O próprio conceito de utilidade tem sido diferenciado em diferentes épocas e países, ou até culturas.

A conservação do património na Europa impõe que se satisfaçam algumas obrigações: a arquitectura ao explorar a condição de uso de modo eficaz não deverá ser lesiva ao existente, ou seja, a nova utilidade ou funcionalidade não podem causar danos na preexistente.[140]

Os edifícios que albergam várias funções obrigam a exigências projectuais e técnicas adequadas aos vários usos. Estes edifícios com várias valências, devido à pluralidade dos seus programas, e da interacção com o público devem conter uma interpretação elaborada do seu conjunto e das suas partes.

Na intervenção no património arquitectónico, o arquitecto deve apresentar-se como mediador entre o existente e a criação da nova função.

O restauro e a reutilização dos edifícios têm sido abordados por teóricos desde a Idade Clássica como Camillo Boito ou Gustavo Giovannoni, que puseram em questão a utilização dos edifícios mais importantes de uma cidade, reconhecendo que estes poderiam permanecer como monumentos. Mais tarde a Carta de Veneza 1964 aborda esta questão no Art.5º sobre o conceito da utilidade do património e o modo como se deve intervir: "Art.5º - a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes."

Muitas das características dos edifícios perdem-se com intervenções, muitas vezes de forma continuada, tanto ao nível do projecto como dos materiais com a finalidade de alterar a função.

Ao reutilizar um edifício deverá ter-se ainda em consideração a sua envolvente próxima, o edificado corrente ou outros monumentos existentes na malha para que a nova função se integre e se mantenha em harmonia com o existente. Em situação extrema, a demolição pode ser efectuada se se concluir a não existência de valor patrimonial e sem interesse de utilização.

A modificação da função de um edifício implica um novo projecto e geralmente a aplicação de novos materiais, sendo assim necessário respeitar o valor autónomo do edifício e adequar o seu uso a uma nova exigência.

Na aplicação dos novos modelos de vida na reabilitação dos edifícios, colocam-se problemas tecnológicos, pois muitas vezes é obrigatório por lei inserir elevadores, rampas, portas corta-fogo e cumprir uma série de normas e condições relacionadas com a segurança do edifício e dos seus utentes sem as quais esses edifícios não podem desempenhar funções públicas.

Todos os edifícios ao longo da história desempenharam determinada função com características específicas, que ao longo do tempo se vão degradando. Mas nem sempre é possível propor uma nova função porque nem sempre as exigências da nova funcionalidade se compatibilizam com o

139 "O reconhecimento das permanências urbanas, das morfologias dos traçados e dos edifícios ao longo da sua lenta evolução ensinou-nos a ver a cidade de forma gradual ao longo do tempo. Este reconhecimento tem tendencialmente um significado próprio em função do espaço, do tempo e do acontecimento que lhe está associado, servindo de base de legitimidade para a sua salvaguarda." Fonte: Adell, Eduardo Musquera, De la utilidade de la arquitectura para el património, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Cuadernos Arquitectura e Património, Memoria del futuro, 1994.

140 Adell, E. Musquera, De la utilidade de la arquitectura para el património, Inst. Andaluz Pat. Hist., Cuadernos Arq. e Património, Memoria del futuro, 1994.

existente.
Encontrar uma função compatível com a de origem sem descaracterizar o edifício existente deverá ser o cerne da intervenção. Numa intenção de restauro, as várias aptidões do edifício nas suas perspectivas histórico-cultural, funcional, formal, estético, tecnológico, social e económico, devem ser compatíveis com a pré-existência.
A verificação das várias possibilidades de uso de um edifício deverá incluir diversos aspectos: económico, estético, funcional, estrutural, distributivo/organizativo, histórico-cultural do edifício e da sua integração com a envolvente mais próxima e o tecido urbano, tendo em conta as normas quando sujeito a alterações. [141] Ou seja num novo uso deverá haver coerência com a história do edifício, adaptando as suas características tipológicas arquitectónicas e estruturais de modo a assegurar a manutenção das suas valências históricas, figurativas e construtivas.
A procura da concordância da nova função deverá ser analisada antes da intervenção, onde o novo uso poderá ser inserido sem grande transformação do edifício existente.
As readaptações e reutilizações efectuadas num edifício são muitas vezes necessárias e desejáveis. É no entanto necessária uma boa gestão da qualidade do projecto e do edifício em questão para uma maior eficácia das solicitações, pois muitas das instalações acabam por ser refeitas e poucas vezes conservadas.
O factor tempo é também preponderante no processo do restauro e da salvaguarda do património, pois os processos de intervenção podem ser mais ou menos profundos e incluir alteração da forma, da função e do sistema organizativo do edifício.
As sucessivas modificações podem gerar a perda da estrutura inicial da sua memória e a indiferenciação das características do edifício.

Os materiais e as novas tecnologias no Restauro
Restaurar os edifícios implica a confrontação com o modo de projectar e de construir do que deu origem a esses edifícios e a confrontação com os materiais e tecnologias tradicionais.
A conservação da arquitectura coincide com a conservação dos seus materiais e das suas estruturas. O projectista tem de estar preparado para analisar com sensibilidade o objecto para não destruir levianamente as partes do edifício que estão em bom estado de conservação e não as substituir por materiais de má qualidade. Havendo substituição, esta deverá ser realizada com materiais idênticos.
A solução projectual oscila entre a conservação da matéria e a alteração da imagem que pode ser resolvida através da conservação contínua, com a condição de poder ser reversível, permitindo que a intervenção seja mais flexível e que a obra não seja transformada ao ponto de ficar irreconhecível.
Na intervenção sobre o património, é necessário um conhecimento prévio e consistente da materialidade técnicoconstrutiva, tal como da sua arquitectura, da história e dos valores associados. A falha na avaliação da lógica e da potencialidade da preexistência pode encaminhar para a descaracterização na intervenção do edifício.
Assim, será necessário o conhecimento e o domínio das técnicas e materiais compatíveis a utilizar, maximizando deste modo a permanência e não a substituição da arquitectura.
"É por meio do conhecimento do restauro que se podem apurar as partes originais do monumento, fornecendo-nos elementos autênticos para o conhecimento das intervenções dos primeiros mecenas, das funções a que os edifícios foram destinados, do gosto estético, da tecnologia utilizada, etc. Ao mesmo tempo que se identifica o que foi refeito ou feito de novo, consegue-se como que "descascar" o monumento, daquilo que lhe juntaram depois e delimitar o plano e estrutura antigos. Por outro lado, a própria acção do restaurador faz-nos ver qual a mentalidade e gosto do tempo, os critérios tecnológicos usados, etc." [142]

141 BARDELLI, P. G., Nelva, R., Interventi de recupero: criteri de scelta, "Modulo", 147, 1988, in PIRAZZOLI, Nullo, ob., cit. p.67

142 Maria João Baptista Neto, Memória Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Publicações FAUP, 2001. Pag.15

Bibliografia:

BARDELLI, P. G., Neiva, R., Interventi de recupero: criteri de scelta, "Modulo", 147, 1988, in PIRAZZOLI, Nullo, Ob., cit. p.67

Brandi, Cesare, Théorie de la restauration. École nationale do patrimoine. Monum, Éditions du patrimoine.

Adell, Eduardo Musquera, De la utilidade de la arquitectura para el património, Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, Cuadernos Arquitectura e Patrimonio, Memoria del futuro, 1994.

Pereira, Ana Cristina, Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. História da reabilitação da cidade consolidada. 15 Jan. 2004, Prof. Domingos Tavares. Tema 8 Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. Mestrado MIPA FAUP. 2003-2004.
Pereira, Ana Cristina, O conceito de monumento. Teoria da intervenção no Património Arquitectónico. 28 Nov. 2003, Prof. Domingos Tavares. Tema 1 "O conceito de monumento" Mestrado MIPA FAUP. 2003-2004.
Pereira, Ana Cristina. História do Restauro e da Recuperação Arquitectónica. 5 Dezembro 2003 Prof. Domingos Tavares. Tema 5 "Que pensar das consequências da teoria de Laugier" Mestrado MIPA FAUP. 2003-2004.
História do restauro e recuperação arquitectónica. 11jan2004 Domingos Tavares. Tema 7 "A expressão da modernidade no processo de restauro"

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004. Pag.18

Françoise Choay, "A alegria do património", Edições 70.

Nuno Grande, O verdadeiro mapa do universo. FCTUC.

José Aguiar, Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do Património. Publicação FAUP

Miguel Tomé, "Património e restauro em Portugal (1920-1995), Publicação FAUP.

NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001. Pag.44

Rosas, Lúcia Maria Cardoso. Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP 043D – R 714m). Pag.12

Leonardo Benévolo, História da Arquitectura Moderna.

Luciano Patetta, "História de la arquitectura. Antologia crítica.". Herman Blume

Paolo Sica. História do urbanismo. El siglo XVIII. Madrid 1982

Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. Ministério da Cultura. IAC e IPPAR.

Teoria da arquitectura, do Renascimento aos nossos dias. Taschen

Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. Ministério da Cultura. IAC e IPPAR.

2 Introdução aos casos de estudo

2.1 Fundação e desenvolvimento dos conventos

Na Europa ocidental, as transformações sociais e políticas a partir do século X e XI favoreceram a inserção das ordens religiosas nas cidades. Em Portugal este facto veio aliado à formação da nacionalidade, com um poder distribuído entre a nobreza e o clero – que o rei pretendia inverter e dominar como autoridade máxima, mas nem sempre conseguindo. A aliança dos reis à instituição papal na luta contra o Islamismo, o desenvolvimento das cidades e a criação das ordens mendicantes formaram a base da fundação dos primeiros conventos na Idade Média. A forte influência e o poder do clero juntamente com o regime senhorial formando o topo da hierarquia social foram confrontados com as Ordens Mendicantes que se instalaram nas cidades, também estas de recente expansão.

As novas instituições religiosas dissociando-se de qualquer forma de poder pretendiam conquistar as classes mais desprotegidas, provocando, por conseguinte, frequentes desentendimentos e rivalidades com o clero secular.

Enquadramento histórico e sócio-político

O período que antecedeu o medievo e a implantação dos conventos em meio urbano foi conturbado[143] devido às invasões bárbaras e à luta cristã (guerras da Reconquista), que provocaram o retrocesso da vida urbana, com os povos refugiados na ruralidade e nas muralhas das "civitates".[144]

No século XII, Portugal tornou-se um reino independente, quando já estava inserido no movimento da "Reconquista". Foi, por isso, num contexto de guerras, mas também de grande dinamismo do tecido social que se formaram as primeiras estruturas, "num território retirado do jugo islâmico pela força".[145]

Do século XI ao século XIII, assistiu-se a uma dupla realidade: dum lado, uma economia rural e do outro, um estado de guerra permanente contra os muçulmanos.

A consolidação da nacionalidade também só seria bem sucedida com o crescimento demográfico, pois eram necessários homens, não só para a guerra, como também para a ocupação dos territórios: "Conquistar significava controlar o espaço militarmente, mas sem o esforço paralelo no crescimento da população, ou na reorganização das comunidades que aí viviam, estas reconquistas teriam sido mais difíceis de se tornarem vitoriosas."[146]

Em toda a Península, a terra tornou-se num factor de desenvolvimento e as regiões em espaços favoráveis ao enriquecimento e à promoção social.

As terras foram povoadas por homens livres que cultivavam e defendiam as suas novas comunidades adquiridas dos primeiros reis, pela política de concessão de "forais".[147]

A intensificação da produção e a inovação das técnicas agrícolas deram um forte contributo ao desenvolvimento e à mudança, verificando-se também um aumento significativo da taxa de natalidade por toda a Europa.

Entre a segunda metade do século XI e o primeiro quarto do século XIII, assistiu-se, assim, a um período de "forte expansão demográfica, de uma época de cruzadas, de peregrinações e de grande mobilidade de pessoas, com acentuado crescimento económico e de grandes mutações sociais e culturais"[148] ao mesmo tempo que o nosso país se estruturava como verdadeiro estado.[149]

A região de Entre-Douro-e-Minho foi o núcleo inicial da criação e do desenvolvimento do regime

143 período após a queda do Império romano, entre o século V e o século X

144 Portugal na Idade média era uma sociedade predominantemente rural, num mundo de senhores e camponeses, castelos e vilas, com uma economia sustentada pela produção de bens que provinham da agricultura e do artesanato.

145 Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. Luís C. Amaral. Pag.33

146 Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe . Kunst Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. A sociedade rural. Luís Carlos Amaral. Pag.33

147 Fonte: Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe. Kunst Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. A sociedade rural. L. C. Amaral. Pag.33

148 Carlos Alberto Ferreira de Almeida, O Românico, História da arte em Portugal. Ed. Presença. Pag.57;

149 "Há muita mais gente, o habitat está mais estruturado e mostra-se muito mais denso. O poder local afirma-se à medida que as povoações se vão organizando e estruturando." Carlos Alberto Ferreira de Almeida, O Românico, História da arte em Portugal. Ed. Presença. Pag.57

senhorial português. Aí se fixaram homens cristãos, que aos poucos procederam à reorganização das comunidades locais, com o seu repovoamento e cultivo das terras, ao mesmo tempo, que resistiam e sobreviviam à ocupação muçulmana. O território conquistado aos mouros foi sendo adquirido por famílias nobres importantes, que aumentaram o seu património fundiário, consolidando o seu poder, poder este quase sem limites. No século XI, todo o território estava dividido em zonas de influência destes senhores. [150]

Como afirma José Mattoso, este regime senhorial foi a base da organização demográfica e do desenvolvimento agrícola. [151]

Depois de Afonso II e da guerra civil de 1245, assistiu-se a uma tomada de poder, constante e firme por parte do rei, ameaçado pela usurpação e violação constante do poder público, pois a nobreza e o clero acabavam por apenas proteger os seus próprios domínios.

Já no reinado de D. Afonso Henriques, este monarca se instalou em meio urbano, em Coimbra, como forma de afirmação de poder em oposição ao poder senhorial. A cidade voltou a ser o centro de decisão política e económica, tal como anteriormente quando as cidades islâmicas ocuparam este território. [152]

O importante papel dos senhores monásticos veio completar o quadro de desenvolvimento senhorial e de organização socioeconómica, que, pelo menos nas relações sociais de produção, era semelhante às da nobreza. O clero, embora não utilizando armas, tinha uma função social bem determinada, que se distinguia da do cavaleiro: beneficiavam do prestígio conferido pela exclusividade da sua relação com Deus no exercício do seu poder. A pendente religiosa não impedia, contudo, as comunidades monásticas e os abades de exercerem um conjunto de poderes sobre a sociedade do campo, poderes estes muitas vezes semelhantes aos dos senhores laicos. Do ponto de vista económico, tinham a mesma finalidade: obter para seu uso próprio ou para comercialização uma percentagem considerável da produção. Dominavam, ainda quase por completo, o uso da escrita e faziam o inventário de todos os bens e dos impostos das parcelas, tornando-se nos melhores gestores de bens próprios. A aristocracia por sua vez protegia as instituições monásticas, porque recebia contrapartidas, tais como o aumento do prestígio da família, ou a protecção dos filhos "segundos", que ingressavam na vida religiosa. Os mosteiros serviam por vezes de intermediários entre os senhores e os camponeses que trabalhavam as terras e entregavam aos seus senhores grande parte da sua produção. [153]

As instituições monásticas fossem beneditinas, cistercienses, ou canónicos regulares de Santo Agostinho, ou ainda, mais particularmente no centro e sul, os cavaleiros da Ordem Militar dos Templários, dos Hospitalários, de Santiago de Avis, tiveram todos um papel predominante na implantação da estrutura senhorial sobre o território e na sociedade durante o período da Reconquista. [154]

---

150 "Assim era difícil para o pequeno proprietário resistir à pressão destes senhores, onde aos poucos o grande proprietário se tornava senhor das terras e dos homens. Estes administravam a justiça, recebiam os impostos, recrutavam os homens para a guerra, mas em contrapartida tinham o dever de defender a vida dos que dependiam dele." Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. A sociedade rural. Luís Carlos Amaral. Pag.33

151 História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Editorial Estampa.

152 História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Editorial Estampa. Pag.60

153 Fonte: História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Editorial Estampa.

154 O simples cálculo apresentado por José Mattoso na região de Entre-Douro-e-Minho que continha as dioceses de Tuy, Braga e Porto, constitui um material suficiente para avaliar a importância da criação dos mosteiros. (159 fundados entre o século IX e XII entre os rios Minho e Douro com a extensão dos vales do Tâmega e Corgo. 88 sobreviviam ainda depois de 1200). Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Europalia 91 Portugal. A soc. rural. Luis C. Amaral. Pag.33

2.2 O movimento religioso

"Ter-se-á presente que a população europeia, segundo estimativas aproximadas, aumentou de, cerca de 46 milhões de habitantes por volta de 1050, para 61 milhões em volta de 1200." [155]

Este índice de crescimento esteve directamente relacionado com o enorme aumento da superfície cultivável, que teve como consequência o crescimento da população agrícola e em seguida, melhores condições para a sua subsistência. Para isto contribuíram grandemente as antigas Ordens dos Beneditinos e de Cluny, mas sobretudo os Cistercienses de fundação recente, pois os monges devastaram as florestas, construíram diques, colonizaram as terras, fazendo, no decorrer de todo o século, aparecer novas áreas cultivadas.

As inovações agrícolas levaram ainda ao aumento do número de habitantes e fizeram estimular o comércio, pois tratava-se de alojar, vestir muitos homens e de fornecer os necessários apetrechos. [156]

As numerosas congregações religiosas de tradição visigótica e de S. Frutuoso, (sede de comunidade religiosa) rapidamente aderiram e adoptaram a observância de Cluny, chegada em 1075 a Portugal, que estabeleceu ao longo do século XII comunidades masculinas de beneditinos. O ramo feminino desta comunidade estabeleceu-se mais tarde, no fim do século XII e na primeira metade do século XIII. [157]

A instalação destas comunidades no território português obedeceu a estratégias de política internacional: As lutas contra o Islamismo faziam a ponte entre a instituição dos monges de Cluny na Península e os reis de Borgonha e senhores ibéricos, " Daí resultava a estratégia de favorecer os reis e os senhores que apoiavam com mais empenho os fautores da reforma e que demonstravam maior vigor na terra Santa" [158]

Havia manifestamente relações de poder, em que o rei e os senhores ficavam mais prestigiados pelo apoio do clero, enquanto este último, por sua vez, adquiria o domínio através dos abades que designava, e que vigiavam a observância monástica praticada nos variados mosteiros implantados por toda a Península e Europa.

A Reforma gregoriana, que estava no início, permitiu o restabelecimento da antiga diocese de Braga em 1070-1071, que ocupava uma grande parte dos territórios situados ao norte do rio Douro. [159]

Em meados do século XII, (por volta de 1140), chegaram a Portugal os primeiros beneditinos cistercienses, ligados a Clairvaux. Dado o grande número de comunidades monásticas instaladas a norte do rio Douro, estes monges estabeleceram-se sobretudo na região da Estremadura, contudo quatro mosteiros cistercienses foram instalados a norte do Douro: Fiães (que no início pertencia a Cluny, para se juntar à comunidade cisterciense de São João de Tarouca, entre 1175 e 1194), Bouro, Pitões das Júnias, e Ermelo. [160] Dos mosteiros cistercienses instalados entre o Douro e o

---

155 Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

156 "A descoberta do arado a rodas, o melhoramento do sistema de acabamento e a introdução do tríplice revezamento, alternância das culturas dos campos incrementou muito a renda. Esta radical inovação agrícola não só fez aumentar o número de habitantes mas também estimulou o comércio, pois tratava-se de alojar e vestir muitos homens, e de fornecer os necessários apetrechos. Peles, estofos, tecidos, especiarias e vinho atravessaram a Europa e animaram a vida comercial entre York e Roma, Milão e Santiago, Burges e Novgorod, Magonza e Constantinopla. Cidades costeiras como Veneza, Génova, Pisa, e Bari tornaram-se importantes empórios, locais de troca, para a importação da Ásia Menor e vizinho Oriente. Logo a vida interna e os rios navegáveis no vale do Reno, Danúbio e Ródano, tornaram-se centros de produção e distribuição; as velhas cidades foram ampliadas e ainda construídas de novo.

Em particular a produção de tecidos, os curtumes e a tecelagem, fez a riqueza das grandes metrópoles como Lione, Milão e Florença. A descoberta do moinho de água que na cidade moía o grão para fornecer a farinha aos habitantes, e como moinho substituía o trabalho dos pés do tecelão, foi uma decisiva inovação técnica que aumentou a produtividade, mas também a divisão do trabalho na cidade. Com isto seguiram-se o moinho de curtume e o moinho de vento." Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. (Pag.11)

157 Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Europalia 91 Portugal. José Marques. Pag.69

158 História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Editorial Estampa. Pag.27.

159 Fonte: Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91. J. Marques. Pag.67

160 Fonte: Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. José Marques. Pag.67

Tejo destacaram-se as abadias de São João de Tarouca e Alcobaça.[161]
Todas estas comunidades religiosas se estabeleceram em pontos dominantes do território com ambiente rural, formando núcleos estratégicos de poder e de domínio.
O melhoramento da agricultura e o ressurgir da vida urbana, que por volta de 1180 assumiu o predomínio relativamente ao campo, vieram criar a afluência às cidades de uma nova vertente de comunidades religiosas.
As novas ordens, que apareceram em ambiente urbano, com o espírito evangélico da pobreza, obediência e castidade, vieram destruturar a organização social preexistente de regime senhorial e clerical vincados, e dar um novo sentido a uma sociedade embrionária, de comerciantes e artesãos, e a um povo herege e sem recursos.[162]
O forte poder eclesiástico, virado sobre si mesmo, auto-suficiente, contraposto a uma comunidade laica completamente excluída da cooperação e da obra da igreja, foi renovado pelo movimento religioso do século XII, - os Dominicanos e Franciscanos, que com as suas reivindicações queriam formar um outro caminho para a vida apostólica, baseada na pobreza e alternativa à existente, procurando ainda novas formas de convivência cristã no interior e no exterior da igreja.
Estas novas ordens, através das suas pregações e da apologia da pobreza, da obediência e da castidade, contribuíram, deste modo, para renovar o espírito das populações, mas também provocaram animosidade com o clero secular.[163]
As causas da divergência entre a igreja e os seus fiéis estiveram na mudança da estrutura da sociedade da época, que devido ao enorme incremento demográfico, às modificações na produção agrícola e no comércio, e também com o ressurgimento de uma vida urbana, contribuíram de forma decisiva para a divisão das posições da fé e para a desvalorização das hierarquias tradicionais.[164]
A nova postura por parte das Ordens Mendicantes constituiu uma tentativa da igreja para converter os hereges à sua doutrina, com "meios amigáveis", caminhando os regiosos a pé e pobremente vestidos, estabelecendo o contacto e uma relação de proximidade com a população, longe da imagem de igreja luxuosa, que os hereges censuravam e estigmatizavam.[165]
Como já foi dito, ao contrário das anteriores instituições religiosas, as ordens mendicantes instalaram-se nas vilas e cidades entre os séculos XII e princípios do XIII.

161 A abadia de Alcobaça é a casa-mãe desta congregação e foi autorizada em 1152 pelo próprio S. Bernardo. (Em Portugal, é a única fundação de raiz, todos os outros mosteiros são vindos de comunidades anteriores e posteriormente ligados a Citeaux. A sua igreja é de resto de um belo exemplo do gótico cisterciense.) fonte: Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. José Marques. Pag.67

162 No Porto, cidade antiga, sob o controle bispal, surgiram por vezes densos conflitos.

163 Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. J. Marques. Pag.70

164 "A evolução delineada mostra mais ricos e pobres e sobretudo novas ideias e movimentos quer políticos quer religiosos. Estes são uma consequência do processo de urbanização, que colocou os homens num novo ambiente. Isto teve influência na nova modalidade de trabalho, de uma nova abastança, bem-estar, desafogo, até agora desconhecido e de uma mesma desconhecida pobreza, assim como a estrutura de comunicação agudiza-se em consequência da nova mobilidade dos comerciantes, peregrinos e cruzados ampliando o mundo da experiência e do pensamento do homem. Na idade citadina com a sua mobilidade vieram ao seu encontro os pregadores e grupos errantes com as suas ideias multiformes de uma vida cristã. Junto com a urbanização também a heresia atinge o seu culminar pouco depois de 1200. A resposta da igreja foi: por um lado integrar alguns grupos religiosos e de transformar as Ordens Mendicantes num pacífico instrumento de persuasão, por outro lado procedeu com dureza contra aqueles que não modificavam a sua posição. A instituição das Ordens dominicana e franciscanas actuou numa época em que a igreja lutava contra os catari da França meridional uma batalha que entre 1209 e 1229 devastou uma das mais florescentes regiões da Europa." Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003 (pag.20)

165 Tentativa de conversão da parte dos Dominicanos: Giordano di Sassonia, o segundo geral da ordem dos dominicanos, conta no seu "Libreto sulle origini dell'Ordini dei Predicatori", como Domenico, na qualidade de sub-prior da catedral de Osma viajou com o seu bispo em 1206 para o condado de Toulouse para converter os hereges com meios amigáveis. Eram ambos canónicos, cónegos, agostinhos, mas caminhavam a pé e pobremente vestidos, viveram de esmolas, e procuravam converter os hereges à sua doutrina pela discussão. Para desempenhar esta missão já haviam partido em 1204 alguns cistercienses, que não tinham no entanto conseguido nenhum sucesso, pois absolviam a sua obra de conversão com hábitos sumptuosos e a cavalo correspondendo deste modo à imagem de uma igreja que vivera no luxo que os hereges censuravam, estigmatizavam. Por isso em Novembro de 1206 os Cistercienses foram aconselhados por uma missiva, papal a encontrar pessoas mais, adequadas, que operassem, perante os hereges com uma postura mais modesta. Nesta ocasião o bispo Diego e Domenico encontravam-se perto da Cúria em Roma, e receberam do papa Inocêncio III as instruções do acontecimento, o que se repercutiu no seu modo de apresentação. Este novo método deu os seus frutos. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003

Os Dominicanos foram introduzidos em Portugal pelo padre Soeiro Gomes da comunidade de S. Domingos de Guzmão, contemporâneo do fundador. [166]
Os Franciscanos chegaram no final do reinado de Afonso III, estabelecendo-se, muitas vezes, em centros urbanos diferentes dos Dominicanos. [167]

Os conventos femininos instalaram-se mais tarde e a sua implantação deveu-se sobretudo a intervenções reais.
Depois de um período de grande expansão, estes mosteiros e conventos chegaram, por vezes, ao longo dos tempos, não a uma progressão mas a um estado de degradação, que a sua manutenção se tornou impossível. Esta situação foi provocada pela crise social e económica dos séculos XIV e XV, pelo recuo demográfico e pelos assaltos dos nobres e dos poderosos contra os mosteiros. [168]
Foi também neste período que se fizeram as primeiras renovações e transformações destas estruturas, que perdiam muitas vezes o seu carácter rudimentar, transformando-se em grandiosos edifícios góticos.

Os Mendicantes

A arquitectura das Ordens Mendicantes, dominicana e franciscana, do século XIII ao fim do século XV, modificou naquele período a cidade medieval de forma radical, pois em todos os centros importantes passou a existir, pelo menos, uma igreja ou convento de cada uma das duas comunidades.
Estas comunidades começaram por ser um fenómeno local, no entanto rapidamente se difundiram por quase todas as importantes cidades do Ocidente. [169]

Reforma da Igreja

O quadro histórico em que apareceram os Dominicanos e Franciscanos esteve na sequência do movimento de reforma interno e externo da igreja. Entre os numerosos grupos de reforma que surgiram a partir do século XII, os Dominicanos e Franciscanos tiveram um êxito extraordinário. No momento em que apareceram, a igreja não tinha necessidade urgente em contestar estes seus opositores, o que pode explicar o seu enorme sucesso. [170]
"Este movimento, constituído de inumeráveis reagrupamentos, de natureza diversa ou completamente oposta, era tido com um único fim: contrapor à igreja sempre mais clericalizada e sempre mais tensa a reivindicar o poder temporal uma vida inspirada no evangelho, apostólica e portanto cristã no sentido original." [171]

166 Em 1225 a ordem instala-se na montanha de Montejunto, junto a Alenquer, antes de se estabelecer em Santarém, que será um grande centro de difusão da ordem. Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. José Marques.

167 Os franciscanos apesar da imprecisão das informações das crónicas da ordem, chegaram depois de 1217. Sob a influência das ordens anteriores, já citadas, os franciscanos, depois de ter passado o idealismo inicial, sentirão necessidade de instalar a sua própria casa. Aux Confins du Moyen - Age. José Marques.

168 Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. José Marques. Pag.70

169 As Ordens Mendicantes implantaram-se em Espanha no fim da Reconquista (1231-1260) e difundiram-se em coincidência com a definitiva expulsão dos mouros. Os reinos de Aragão e Castela promoveram energicamente a implantação dos dominicanos e franciscanos. A resistência veio das ordens antigas e dos canónicos. Os franciscanos em particular deviam ter no início grandes contrastes com o clero secular em Coimbra (1233) e Pamplona (1245). Não obstante os franciscanos tinham no fim do século XIII nas 3 províncias de Aragão, Castela e Santiago 60 sedes. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.9

170 Em 1221, quando os Dominicanos se reuniram em Bolonha, para o 2º capítulo da sua Ordem, contavam-se 20 conventos masculinos e 4 femininos em 8 províncias. 56 Anos depois eram já 404 conventos masculinos e 58 femininos em 12 províncias. Em 1303 eram 509 conventos masculinos e 141 femininos em 18 províncias. Os Franciscanos, já em 1124 tinham 13 províncias da ordem: 6 em Itália, 3 em França e uma respectivamente em Inglaterra, Alemanha, Espanha e Terra santa. Não existem dados precisos neste 1º período. Os dados mais precisos constam do ano de 1282; os franciscanos têm em só 14 províncias italianas 669 sedes. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.9

171 Dominicanos e franciscanos colocaram-se num terminus de um processo de compreensão pela igreja nos confrontos do significado do movimento religio-

A Ordem dos Pregadores, que Domenico fundou, tinha como tarefa a luta contra a heresia pela pregação do evangelho e pela exemplar conduta dos seus membros através de uma vida apostólica assente na pobreza cristã. [172]

Expansão e difusão

Se compararmos a expansão de ambas as ordens com a Cisterciense, a congregação de maior difusão antes das Ordens Mendicantes, verifica-se que os Dominicanos e os Franciscanos foram os que obtiveram maior alcance. [173]

Além do alcance numérico de ambas as comunidades nos séculos XIII e XIV, foi igualmente surprendente o seu grau de difusão, distribuindo-se por toda a Europa, com as suas sedes intaladas desde a Península Ibérica, passando pela Escandinávia e chagando até à Europa oriental. [174]

so e ao mesmo tempo no início de uma ofensiva contra a heresia, e cujos impulsionadores teriam pertencido a ambas as Ordens. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.15

172 "Com estes preceitos, a luta pela posse era sustentada sobretudo pelas antigas Ordens monásticas, em particular os clunicenses, que com a reconstrução da sua casa-mãe em Cluny entre 1080 e 1130 edificaram um monumento imponente. Com Gregório VII, um papa inflexível, que excomungou o imperador Enrico IV e o forçou a ir para Casnossa. Não se sentiram impregnados de uma pobreza radical, e mesmo os cistercienses, que seguiram os clunicenses, com um ideal de vida mais rigoroso no interior da Ordem, não renunciaram à autoridade e poder.

Em contrapartida o novo movimento que se fez notar já por volta de 1100, não partilhando as ideias desta Ordem, quer porem reatar a obra dos apóstolos. Um dos primeiros exponentes foi Roberto de Abrissel, sacerdote de Rennes, que levava uma vida de penitência na solidão, antes de receber em 1096 a autorização papal a errar, vaguear, pregando em França. Com ele, os seus seguidores, homens e mulheres, que se chamavam "Poveri di Cristo" percorreram o país, o que suscitou o ressentimento do clero. Para evitar fugir ao excomungado este fundou a Fontevrault, em 1101, um duplo mosteiro de homens e mulheres, o primeiro neste género, e forneceu-o de constituição própria.

É de notar ainda o caso do canónico Norberto de Xanten, proveniente de uma família nobre e que se converteu à corte do imperador Enrico V. Depois de ter recusado o episcopado em Cambria, em 1113, renunciou aos seus haveres e andou vagabundeando como pregador no norte da França. Embora tenha obtido no fim de 1118 uma licença papal para a pregação, a pressão do clero foi tal que, depois de este ter recusado dirigir um mosteiro de cânone agostiniano em Laon, fundou em 1120 segundo as suas próprias ideias um mosteiro no vale de Prémontré. Tratava-se uma vez mais de um duplo mosteiro, que sob a guia de uma abadessa reunia uma comunidade masculina e uma feminina. O sucesso dos premonstratenses foi grande. A sua fundação que teve o seu fulcro no norte da França e chegou à Inglaterra, Espanha e Escandinávia. Presume-se que até metade do século XII pertenceram à ordem 10 000 mulheres. Também capítulos do Domo, Catedral, foram reformados na óptica premonstratense, como por exemplo Havelberg e Magdeburgo, do qual em 1126 Norberto se torna arcebispo. A Ordem que vivia sob a base da Regra agostiniana, com o tempo torna-se similar à antiga Ordem Beneditina, sobretudo os cistercienses.

Como em ambos os exemplos demonstrados, a igreja dava inicio à incorporação na hierarquia eclesiástica, ao novo movimento religioso que se exprimia na pregação errante do topo apostólico. É evidente que a Regra agostiniana constituía como objectivo um excelente instrumento para conduzir a comunidade errante masculina e feminina numa forma de vida eclesiástica estável. Contrariamente à Regra beneditina, esta só compreende normas gerais para uma vida em comum de tipo monástico, mas em contrapartida atribuía particular importância ao impulso pessoal para a perfeição, e isto vinha ao encontro da exigência do grupo que defendia a pobreza e uma vida apostólica. Era por isso adequado impor-se uma "vita communis" também pela reforma do capítulo do Domo, catedral, e da fundação. Na reforma geral da igreja vinda com Gregório VII esta desempenhava já um papel importante. Esta consentia, aqueles que queriam agir no mundo de modo a conduzir uma vida similar à de uma Ordem. Por isso devemos tomar em consideração o surgimento das muitas comunidades de canónicos agostinhos que no século XII iniciaram as obras de caridade, para os quais o clero tradicional e as antigas associações de Ordens eram inadequadas. De uma similar associação eclesiástica provinha Domenico. O facto de este se ter posto na base da sua Ordem de Pregadores pela luta contra a heresia, uma regra fundada segundo os preceitos agostinianos e premonstrenses aparece como uma lógica, na consequência dos elementos delineados." Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.17

173 Deste modo a ordem cisterciense juntou entre 1100 e 1250 quase a mesma proporção que a ordem Dominicana entre 1220 e 1360. Mas não relativamente à Ordem Franciscana ou às duas juntas. Não ocupa nem um terço do que os dominicanos e franciscanos conseguiram a 70 anos da sua fundação. A ordem Cisterciense, fundada em 1100 como reforma da ordem Beneditina, assim chamada pela casa mãe dos Citeaux em Borgonha, possuía por volta de 1150 no total, 333 sedes em toda a Europa. 100 Anos depois eram 647. Cerca de 200 mosteiros encontravam-se em França, na sua terra de origem e cerca de 100 na Alemanha. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.10

174 Os mapas do período de 1300 mostram que os dominicanos tinham construído uma grande rede de sedes sobre a ilha britânica, na França norte-oriental, flandres e Alemanha, até à Boémia e Polónia. Uma rede que entretanto se estendeu ao norte de Espanha, atravessou a França meridional até ao norte de Itália, com o seu centro surpreendentemente pouco ocupado, da Bretanha atravessou o Loire até à região dos Alpes. Menor era também a densidade de ocupação no centro e sul de Espanha, na Escandinávia e nos Balcãs. Também a Itália meridional mostra todavia pouca fixação.

Ocupação

As ordens mendicantes procuravam as regiões mais desenvolvidas e as zonas mais produtivas da Europa para se estabelecerem, como constatam os mapas de ocupação. Os conventos Dominicanos distribuíam-se do ponto de vista topográfico de uma maneira uniforme por toda a Europa, enquanto os Franciscanos se concentraram na Itália central de forma exaustiva como sobressai de forma evidente nos mapas.[175]

Centros urbanos

Não existe comparação na história de movimentos monásticos com uma difusão e expansão tão rápidas como as das ordens mendicantes, pois já na 2ª metade do séc. XIII estavam representadas em quase todas as cidades, não se fixando somente nos centros predominantes, mas acompanhando o processo de urbanização e fazendo parte integrante do mesmo desenvolvimento. Privilegiaram no entanto e sobretudo os grandes centros, porque do ponto de vista estritamente económico, estes lhes ofereciam provavelmente uma maior possibilidade de fixação e, ainda, porque na componente espiritual e social eram os mais favoráveis à sua presença.[176]

Os seus centros de organização situavam-se em Itália e França, onde estavam em maior densidade, pois para ambas as Ordens tratava-se de vastas áreas de missões que visitaram a partir de 1221. Os franciscanos, por todo o lado, instituíram um ponto de apoio. Os Dominicanos, antes de se estabelecerem, escolheram as suas metas com muita atenção, dividindo as regiões da missão em províncias e em custódias, sem ter em conta os conflitos políticos e espirituais preexistentes, mas orientando-se por laços "linguísticos e culturais".

A unidade territorial dos dominicanos sendo mais extensa era também mais pequena com menos

Para os Franciscanos o fulcro era no entanto a Itália, onde os seus conventos, concentrados sobretudo no centro do país, se acumulavam em estreita vizinhança. Compartilhavam o território com os dominicanos, com a diferença que estes ocupavam a região do Reno, de uma forma muito mais intensa, Espanha, Escandinávia e Europa oriental de modo substancialmente mais diluído. Em quase todas as regiões da Europa os franciscanos tinham um maior número de residências que a ordem concorrente, só na Inglaterra e Irlanda é que as 2 se equilibravam. Schenkluhn, Wolfgang. Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa. Editrici Francescane. 2003. Pag.10

175 Domenico, nascido em Castela, estava pessoalmente interessado na sua pátria e Francisco encontrava na Espanha árabe o ideal dos seus projectos missionários. Os Franciscanos chegaram até Guimarães e Lisboa. Em 1219 mais de 100 frades transferiram-se para Espanha como missionários e alguns desses foram até Marrocos, onde morreram por martírio. As sedes de Toledo, Ciudad Rodrigo e Coimbra, para citar algumas, foram fundadas no decurso desta viagem missionária. Na morte de São Francisco em 1226, existiam cerca de 15 sedes na parte cristã da península ibérica. Por volta de 1300 havia cerca de 100 conventos franciscanos. Também Domenico envia para Espanha 4 irmãos com competências de missionários. Em 1218 fundaram sedes em Madrid e Segóvia. Nos anos seguintes fizeram importantes conventos em Burgos, Toledo, Coimbra, e Santarém como em Santiago de Compostela. Em 1221, durante o segundo capítulo geral em Bolonha, foram fundadas entre as oito províncias ainda a província "Hispania". Só entre 1301 e 1303 foi separada dessa província a província de "Aragonia". Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.9

176 Para o seu sucesso contribuíram muito os padres fundadores, numa personalidade de grande relevo: Domenico Guzman, um clérigo nascido em 1170 em Caleruega em Castilha de uma família de antiga linhagem, Francesco Brenardone, filho de um vendedor (mercador) nascido em 1182 em (Umbra Assisi) Assisi. Não só foram canonizados pouco depois da sua morte (1221/26) como ainda exaltados em vida, que fixaram a sua obra e acções religiosas para as gerações futuras.
Doménico representa o tipo de homem da igreja que age racionalmente, planificando e procedendo direito ao objectivo, por outro lado Francisco incarna o laico levado pelo impulso da conversão e à procura de um modo de vida cristão. Se o primeiro acolhia o ideal de uma vida apostólica na pobreza e ao serviço da igreja, o segundo pendia para uma mistura de consciência da culpa e da revelação. Ambos pregavam. A Domenico levou uma dezena de anos a realizar o projecto de uma Ordem de pregação, Francisco que não aspirava conseguir a constituição de uma Ordem, obtêm a aprovação da sua nova forma de vida de modo surpreendentemente rápido. Se o primeiro procurava um abrigo, refúgio para os seus seguidores o segundo reunia no decurso das suas incessantes peregrinações um grande número de seguidores, sem se preocupar com um "stabilitas locis". Domenico cuidou da instrução dos seus irmãos, Francisco pelo contrário dedicou-se espontaneamente dos pobres e só esporadicamente edificou pequenas capelas. Francisco aparece assim nas gerações seguintes como uma figura de santo despreocupado, indiferente, que vive o dia-a-dia, um homem maravilhoso e operador de milagres, ao qual os crentes corriam em multidão. Domenico dá a imagem do organizador reflectido, que vive à sombra da própria organização. Francisco e Domenico distinguiam-se como o"frade laico" e o "sacerdote". Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.11

sedes que os franciscanos.[177]

A afirmação da Ordem Dominicana

A comunidade criada por S. Domingos com origem em Toulouse difundiu-se rapidamente para Roma, Paris e posteriormente no resto da Europa.[178]

A presença de eruditos na Ordem dos Pregadores depressa regulou as questões administrativas e em 1220 tiveram em Bolonha o primeiro capítulo geral. Nesta ocasião, os estudos universitários faziam parte integrante do programa da Ordem, por isso o convento era também um lugar de actividade científica e a sua comunidade uma espécie de colégio religioso.[179]

O estatuto da Ordem, criado em 1228, continha uma primeira parte que regulava a vida do convento, a relação com os candidatos da Ordem e as imposições pelas infracções dos seus membros; a segunda parte regulava o sistema administrativo, a posição dos padres pregadores e a construção dos edifícios. O preâmbulo e o prólogo expunham pela primeira vez os objectivos gerais da Ordem, com a prescrição de conduta de uma vida canónica e de trabalhar com a consciência, pregar e ocupar-se da cura das almas e a exortação de estudar. A propósito da pobreza, a Ordem não poderia nunca aceitar a propriedade, posses e rendas, rendimentos, que lhes foram cedidos.[180]

A instituição da Ordem Franciscana

Contrariamente a S. Domingos, S. Francisco queria permanecer num estado de "simplicidade", sem a existência de regra, o que não inibiu os seus seguidores que cresceram rapidamente.[181]

Os Franciscanos diferenciaram-se substancialmente das ordens religiosas existentes na altura pelo seu desprovimento, que chocava com a mentalidade feudal e burguesa do medievo, apegada

---

177 As suas poucas sedes faziam agrupar Inglaterra e Escócia na "Anglia". Em França as duas Ordens orientaram mais fortemente as fronteiras linguísticas e dividiram o território com base nas regiões da língua de oc e de oil. Só as regiões da Europa Oriental e Ocidental mantêm as províncias reais tal como as de "Aragona", "Castilha", e "Hispania" na península Ibérica. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Dom. e Franc.in Europa.Ed. Francescane. 2003.

178 Em Paris criaram um Studium universitário. Esta iniciativa teve grande sucesso pois formou homens eruditos. Já em 1219 quando Domenico visitou pela primeira vez a fundação de Paris, o grupo tinha crescido de mais de 30 pessoas. Um afluxo análogo teve também os pregadores de Bolonha. Com a ajuda dos novos membros foram fundados a partir de Paris conventos em Orleães, Reims, Metz, e a partir de Bolonha, Milão, Florença, Verona e Piacenza. Fonte: Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

179 Em Bolonha a Ordem dos Pregadores renovou-se completamente como "ordo studens" apoiava por um lado a base monástico-clerical e por outro a sua organização de estudos universitários. S. Domingos ocupou-se ainda das fundações de Paris e Bolonha (1218/19) da atribuição de S. Sabina em Roma (ratificada formalmente em 1222) e de S. Eustorgio em Milão (1220). Fonte: Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.23

180 Conversão dos Dominicanos: S. Domingos permaneceu na missão, em Fanjeaux, e a partir daí continuou a obra do seu bispo. Tomava ainda conta de um mosteiro feminino instituído por Diego em Prouille, que hospedava damas nobres convertidas. A sua vida em comunidade desenvolvia-se da base de santo Agostinho e em seguida foram englobadas na Ordem dos Dominicanos. O convento de Prouille foi de grande importância, porque a história da Ordem dos dominicanos iniciou-se com a fundação de um convento feminino. Isto demonstra, alem disso, o peso do contributo das damas no movimento religioso que perturbava a igreja católica.
Só em 1214/15 S. Domingos conseguiu com o apoio do bispo Foulques de Tolosa instituir uma comunidade de "Predicatori" (pregador). O bispo, em tempos abade do mosteiro cisterciense de Thoronet no sul da França, cedeu-lhes uma casa e a igreja de São Romano para usarem nas suas funções religiosas. Domenico enviou os poucos companheiros adquiridos no decurso de quase dez anos da sua actividade missionária para a escola da catedral, na qual ensinava Alexandre Stavensby para os instruir na disciplina de teologia. Junto com o bispo Foulques conseguiram êxito no IV Concilio lateranense, de Latrão, em Roma em 1215, onde obtiveram a promessa de um reconhecimento da sua comunidade como Ordem, com a condição de adoptarem a Regra da Ordem já existente. Em Dezembro de 1216 foi aprovada a sua regra, que unia preceitos agostinianos demonstrados previamente, e em 1217 a jovem comunidade recebeu o nome de ORDO FRATRUM PREDICATORUM, Ordem dos frades pregadores. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.18

181 Na concepção medieval os clérigos, à diferença dos laicos, pertenciam fundamentalmente a classes cultas. Francisco e seus irmãos que tinham uma vida de penitência e consideravam que a sua missão conduzia os seus semelhantes à conversão, consideravam-se como simples e pobres homens, se bem que entre eles havia muitos dotes e eruditos. Pietro Catani e Elia de Cortona, eram dois ministros gerais da ordem depois de Francisco, Cesário de Spira, que junto com Tommaso da Celano, o primo biografo de Francisco, guiou a missão franciscana na Alemanha a partir de 1221, e como António de Pádova, canizadoem1232, era um importante pregador e mestre de teologia.

em excesso ao acumular de riqueza para no fim dos dias proceder ao legado póstumo. Os postulados fundamentais de Francisco eram o compromisso de viver de acordo com o evangelho, a pobreza absoluta do grupo, o estado permanente de penitência, indo pelo mundo sem provisões algumas, em que o trabalho e a esmola eram o meio de vida. [182]

Deste modo, as primeiras regras de 1221 e 1223 proibiam que os irmãos habitassem residências fixas para não perder a vocação de "peregrinos e forasteiros", devendo apenas instalarem-se nos eremitérios, que não eram moradas estáveis, mas sim asilos para caminhantes, pobres e doentes fora da cidade. Francisco não construiu, mas limitou-se a usar os eremitérios que povoavam a Itália do seu tempo.

No entanto, já nesta altura, os frades começaram a alojar-se em lugares fixos, extramuros e próximos de uma capela ou oratórios oferecidos pelos bispos [183] pela necessidade de localizar e comunicar com os frades em lugares concretos. [184]

Assim o movimento franciscano entrou, depois de muita resistência, numa via análoga à da Ordem Dominicana, construindo conventos e igrejas. [185]

2.3 A arquitectura das ordens mendicantes

Seria necessário um estudo sistemático de todos os edifícios para saber de que forma a arquitectura monástica foi condicionada pelo modo de viver dos mendicantes, com o fim de descobrir as diferenças substanciais entre as diversas ordens e os seus ramos, masculinos e femininos, intramuros ou extramuros, medieval ou moderno, relação entre espaço conventual e espaço acessível aos fiéis, hierarquia dos espaços conventuais, etc. [186]

Contudo se as igrejas se mantiveram ao longo dos tempos praticamente inalteradas devido a uma maior relevância social e figurativa, o mesmo não aconteceu com os conventos, cujas dependências foram, na maior parte dos casos, alteradas ou destruídas, não estando documentadas com desenhos e fotografias, sendo, por isso, o seu estudo praticamente inviável. [187]

---

182 Esta regra também chamada como a regra primitiva, obtém a aprovação verbal de Inocêncio III na Primavera de 1209 ou 1210. Nasce assim o que no futuro se chamará Ordo fratum minorum (Ordem dos frades menores). VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.27

183 Eram pequenas capelas abandonadas ou terrenos onde os padres pudessem construir as suas modestas moradas

184 Nos últimos anos de vida de Francisco parecem já constituídas e consolidadas as primeiras comunidades cuja vida se articula em ritmos ordenados de vida religiosa e litúrgica. Mediante a bula de Honório III de 1224, concede aos frades de celebrar a Eucaristia e os divinos ofícios «em seus lugares e oratórios».

A partir de 1225, assistimos a uma nova condicionante: a decisão de construir um Studium para centralizar os frades que iam estudar para Paris. O lugar escolhido foi Vauvert e situava-se extramuros da cidade, no actual extremo sul do jardim do Luxemburgo. Este edifício foi abandonado e desmoronado. Em Maio de 1230 um auto do bispo de Paris refere que o abade de Saint-Germain des Prés, como proprietário do lugar cedeu aos menores um terreno e habitações anexas. O documento que hoje se conserva, é o da origem do grande convento dos mendicantes, o célebre Studium de Paris, que permaneceu activo até à revolução francesa. (1789) VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.80

185 Conversão dos franciscanos: Francisco, provinha de um ambiente burguês, era filho de um vendedor, mercador de tecidos de Assis. Na primeira "vita" de Tomaso da Celano este vem descrito como o descendente de uma classe que aspirava à riqueza e que na base do seu poder, potencia, poderio, económico reivindicava o poder político e o leadership espiritual na comunidade. Mas, depois de uma longa doença, acompanhada de uma visão nocturna, o jovem Francisco começou a mudar a sua vida e separou-se do seu progenitor, pai. Despiu-se, Despojou-se na presença do bispo e dos seus concidadãos e, depois de adoptar o hábito de eremita, com bengala, sandálias e cinto de couro, andou pelo país como pregador penitente. S. Damiano e S. Maria degli Angeli, também chamado "Porziuncola" tornaram-se pertencentes à sua comunidade. Em 1210 Francisco foi a Roma com 11 companheiros para ser aprovada pelo papa a sua nova forma de vida. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.18

186 As várias fases da história que determinaram também diferentes resultados tornaram necessária a diferenciação como é o caso dos franciscanos da primitiva observância, os conventuais ou os reformados – descalços ou alcantarinos, recoletos (ordem reformada de S. Francisco que leva uma vida austera) e capuchinhos. Também a diferenciação entre as camadas masculinas da Ordem de Frades Menores e a Ordem de Frades Menores Conventuais, os movimentos de reforma ou o lado feminino e o recente termo chamado de "arquitectura das clarissas". VICENTE García Ros, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.21

187 O investigador alemão Wolfgang Braunfelds fez uma síntese da arquitectura monástica ocidental, distinguindo umas obras de outras e estabelecendo a

Identidade dos edifícios das Ordens Mendicantes

Os Mendicantes do século XIII até final do século XV acompanharam o desenvolvimento da cidade medieval, produzindo uma arquitectura com uma grande simultaneidade e diversidade de soluções devido à rápida expansão destas ordens e à quantidade de construções nas mais variadas regiões, [188] porém é possível distinguir algumas particularidades, como a "colocação periférica", pois raramente se implantavam no centro da cidade, ou pela estrutura exterior das suas igrejas, os edifícios longos e compactos, na maior parte com coberturas de duas águas, dominando com imponência os edifícios circundantes para uma rápida identificação.

A arquitectura das igrejas das Ordens Mendicantes reflectia os seus princípios de pobreza e de missão da pregação, daí a principal característica das suas igrejas ser a igreja salão, um espaço funcional, amplo e luminoso, sem ornamentos. [189]

A rápida expansão e o elevado número de sedes das duas ordens, que em 1280 era quase de 2000, [190] leva-nos a concluir que, num tão curto espaço de tempo, a fixação só em poucos casos coincidia com a construção dos seus conventos, pelo que no início as suas construções foram provisórias por períodos variáveis. Contudo o conhecimento da arquitectura das ordens mendicantes tem muitas lacunas, pois um grande número de construções não é sobrevivente, sendo também difícil diferenciar as diferentes fases de desenvolvimento uma vez que muitos edifícios foram substituídos por outros ou pelo menos modificados de forma radical. [191]

Os primeiros "lugares", como denominava a nomenclatura oficial da ordem franciscana, não se articulavam em torno de um claustro, eram simples casas de um ou dois andares, configurados como uma simples residência civil.

A recusa de uma vida monástica encontrava resposta arquitectónica na renúncia ao "claustrum" como recinto de vida retirada do mundo e símbolo da propriedade privada e da defesa da posse, para aceder a uma tipologia comparada aos modelos civis, a "domus", que na arquitectura religiosa é um elemento novo. O mimetismo da primeira arquitectura franciscana com os modelos civis e urbanos manifestava a nova problemática de inserção urbana dos frades. [192]

---

teoria, da relação directa, quase mecânica entre regra e edifício. BRAUNFELDS, W. : Arquitectura monacal en Occidente, Barcelona, Ed. Barral, 1975, 362pags

188 As suas igrejas adquirem as mais diversas fachadas ou frentes verticais, as suas plantas diferentes umas das outras, e os seus elementos comuns não são perceptíveis, comparados com a arquitectura eclesiástica cisterciense em Borgonha e no norte de Itália em que se pode falar de um "tipo ideal".

189 As igrejas das Ordens Mendicantes são consideradas como criações privadas de coro ou com um coro pequeno, mas a questão do porquê coro e nave não receberam igual consideração, não foi nunca debatida. As suas igrejas são influenciadas pela arquitectura urbana dos edifícios do "Duomo" (catedral), ou da igreja paroquial. Reflexões comparativas são necessárias para recolher a particularidade da sua arquitectura, e em particular um critério histórico, que guie o olhar para a análise formal. Estas concepções não contemplam a possibilidade de distinção entre as duas ordens, e o carácter multiforme da arquitectura das igrejas das Ordens Mendicantes como refere Schenkluhn, Wolfgang, in: Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

190 Nos primeiros dois decénios do séc. XIII, dominicanos e franciscanos eram um fenómeno regional cujo âmbito de acção dos dominicanos era o sul de França, com o centro em Toulouse, e dos franciscanos era o centro-Itália, na Umbria

191 Não existe muita investigação pelo que só nos podemos pronunciar de uma forma aproximada. Na Alemanha e na Inglaterra a identidade dos conventos das ordens mendicantes sofreram já no século XVI graves perdas. No período do sisma nas ilhas britânicas foram suprimidos entre 1534 e 1539 conventos inteiros, e o enorme património da igreja foi atribuído à baixa nobreza e à burguesia, pelo que não existe quase nenhum testemunho das construções medievais dos mendicantes. A chamada "dissolução" culpa ainda a fundação das ordens antigas, pelo que se fala de uma verdadeira extinção da arquitectura monástica em Inglaterra. Também na Alemanha durante o período da reforma e da guerra dos camponeses muitos conventos mendicantes foram suprimidos e abandonados, alguns adquiriram outros usos, outros abandonados à ruína ou à demolição. O facto de muitos conventos das ordens mendicantes terem sido destruídos no decurso da guerra franco-alemã e também durante a primeira e segunda guerra mundial, não merece particular menção, é no entanto de observar que em épocas de paz foram demolidas igrejas de ordens mendicantes. Fonte: Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003. Pag.11

192 As primeiras implantações franciscanas surgiram no campo, onde Francisco preferindo uma vida em convivência com a natureza, e com Deus utilizava a cidade para o encontro com as gentes e a cura das suas almas. Nos últimos anos de vida, Francisco começou a vislumbrar uma trajectória de vocação urbana. "Suscitou-se entre São Francisco e os seus companheiros a questão de se deviam viver no meio da gente ou se retirarem para lugares solitários. Tendo perguntado com insistência, iluminado pelo oráculo da revelação, compreendeu que tinha sido enviado por Deus para ganhar para Cristo as almas que o demónio arrebatava". A resposta a esta ques-

Em 1239 o capítulo geral de Roma favoreceu o abandono dos lugares simples, fora do povoado, para se instalarem nas proximidades das muralhas e mesmo intramuros, com igrejas abertas ao culto e com uma acção pastoral fixa e autónoma. Deste modo os edifícios começaram a perfilar uma estrutura monástica, com a igreja conventual, o claustro, a sala capitular, a horta, e muros de protecção.[193]

As primeiras implantações nos arrabaldes deram lugar a outras, pela necessidade de concentrar os frades junto aos seus sacerdotes ou pela dificuldade dos cidadãos mais necessitados ou doentes serem assistidos em conventos fora da cidade. Em alguns casos, foi por imposição das autoridades que os conventos foram transferidos intramuros por razões de segurança e de melhor defesa em casos de guerra ou pirataria. Por idênticos motivos, preferiu-se noutros casos incorporar o convento exterior à cidade, modificando o traçado da muralha.

Em meados do século XIII, todas estas condicionantes levaram os frades a trasladar os seus edifícios para o interior dos recintos urbanos.[194]

O processo de transferência dos religiosos para o interior da muralha e os privilégios pontifícios levaram a disputas entre o clero secular e regular, porque, a cura das almas deixara de ser exclusiva do clero paroquial, e era crescente a preferência dos populares pelos mendicantes.

Esta deterioração das relações levou os frades a ter de pregar em capelas próprias e, por isso, à construção de edifícios, que, com o aumento dos fiéis, obrigou a templos mais vastos e espaçosos, daí a necessidade de ampliar os lugares de culto ou de construir outros.

Até 1260, os Mendicantes tiveram necessidade de satisfazer duas exigências opostas - a de dispor de grandes espaços para reunir as massas dos fiéis e a de manter a prática da pobreza como regra de vida, por isso, foi necessário criar legislação que regulamentasse a construção espontânea de edifícios e corrigisse abusos e excessos na construção ou na ampliação de igrejas e conventos.[195]

As disposições franciscanas de 1260, em matéria construtiva, sendo severas, eram mais permissivas que as de 1228 dos pregadores dominicanos por não conterem limitações precisas de dimensionamento.[196]

Estas diferenças estavam na origem e desenvolvimento de ambas as ordens: os primeiros eram sacerdotes de uma ordem dedicada à pregação, que assumiu o estatuto de mendicante, enquanto os

tão é imediata : com Francisco em vida, os frades só aceitavam a viver em lugares solitários bastante próximos da cidade para poder aí chegar com facilidade, e bastante afastados, também « para não poderem ser perturbados no exercício da sua vida contemplativa". Existe ainda um texto que pretende normalizar a vida comunitária dos irmãos no retiro, provavelmente só temporal, para a oração e contemplação. Nesta base Francisco propõe uma determinada modalidade habitacional : «e tenham um claustro onde moram, não permitam que entre nenhuma pessoa nem comam com eles». O claustro é então um espaço rigorosamente reservado à experiência contemplativa dos frades oradores. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.55

193 O modelo mais imediato foi o mosteiro cisterciense, que o IV consílio Lateralense tinha adoptado como protótipo para todas as ordens religiosas. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.87

194 É difícil estabelecer os limites cronológicos para fixar o momento em que os conventos começaram a integrar-se nos núcleos urbanos, Gratien de Paris diz que este processo deve situar-se por volta de 1250. Estas novas implantações generalizam-se rapidamente. Num texto atribuído a São Buenaventura, afirma que a cidade oferece mais hospitalidade e segurança constituindo um ponto de Referência para a difusão da ordem, é mais fácil o encontro com as gentes, e o motivo principal é que são os cidadãos que querem a presença dos frades. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco. Valência. ed. Asís. 2000.Pag.93

195 A primeira regulamentação conhecida dos frades menores em matéria de edificação é constituída por os Statuta generalia – Estatutos gerais ou constituições – adoptados no capítulo celebrado em Narbona em 1260. "Construam-se edifícios segundo as suas disposições sem exceder os limites da pobreza" O problema reside em determinar onde se encontra e sobretudo quem determina os "limites da pobreza". Da leitura do texto parece depreender-se que essa fronteira constitui o elemento decorativo e o "excesso" dimensional do edifício, sem que este seja preciso. "Como selecto e supérfluo se opõem directamente à pobreza, ordenamos que se evite a delicadeza dos edifícios em pinturas, gravuras, janelas, colunas, e outras coisas, ou o excesso de longitude, largura e altura, segundo as condições do lugar. Mas aqueles que ousarem transgredir esta constituição, deverão ser castigados severamente, e os principais expulsos dos seus lugares, e para esta causa serão mantidos uns visitantes se os ministros forem negligentes" Muito explícita é a proibição de abobadar igrejas à excepção do presbítero, assim como a recusa frontal a toda a concepção estética formal. "As igrejas não devem ser abobadadas, excepto o presbítero. O campanário da igreja nunca será em torre. Nunca se farão vidraças historiadas ou pintadas, exceptuando a vidraça principal, de trás do altar-mor, que pode ter imagens do crucifixo" VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Editorial Asís. 2000. Pag.98

196 A análise comparativa da primeira regulamentação dominicana e franciscana em matéria construtiva revela que pregadores adoptaram uma férrea disciplina desde 1228, enquanto os franciscanos esperaram até 1260 para assumir disposições similares e mais suaves.

segundos, pelo contrário, nasceram como "fraternitas" de laicos, que, através de sucessivos graus de clericalização, se transformaram numa ordem regular. Em segundo lugar, havia a diferença de procedimento: os Dominicanos, racionais e legalistas, fixavam minuciosamente as suas regras; os Franciscanos, livres nas suas origens e abertos à improvisação, atrasaram 30 anos a decisão de formalizar num documento oficial, uma normativa para a prática construtiva.

Nos fins do século XIII e princípios do século XIV, assistiu-se à renovação da maior parte das igrejas e dos conventos urbanos que se ampliaram para acolher crescentes massas de fiéis, - sendo por vezes necessário mudar o próprio local intramuros porque a situação urbanística local impedia o crescimento da primitiva sede.

O processo de crescimento das construções e o incremento do número de sedes em meados do século XIV sofreram uma inesperada interrupção por causa da peste negra (1348-1350), o que teve como consequência o reagrupamento dos religiosos sobreviventes nos grandes conventos, que tinham ficado quase vazios.

Esta concentração de recursos levou ao enriquecimento das sedes das principais cidades, dando lugar nos finais do século XIV a importantes reformas e ampliações. Também, alguns conventos foram reconstruídos por causa de incêndios ou de outros acidentes mas todos passaram a apresentar um aspecto mais elaborado que os precedentes do século anterior, para o que contribuíram os numerosos legados testamentários, destinados a sepulturas familiares nas capelas laterais às vezes propriedade de membros da realeza. [197]

Na análise da arquitectura gótica mendicante, os elementos que caracterizavam e diferenciavam formalmente esta arquitectura do resto dos edifícios religiosos dizem respeito a características tais como: pobreza de materiais, a ausência de decoração, o tipo de fachada severa, a abside poligonal rasgada por janelas amplas pontiagudas, etc. [198]

Os materiais empregues na construção depois da época medieval perderam a austeridade que se detectou no início, quando os meios económicos eram precários e as construções provisórias. Posteriormente e sobretudo nos conventos urbanos do século XIV, os materiais de construção destes edifícios foram os mesmos das construções paroquiais e catedrais contemporâneas, inclusive no tratamento dos adornos. [199]

Nos finais do século XIV houve a reacção dos conservadores contra o alargado processo de acomodação devido aos excessos cometidos na sumptuosidade das construções mais recentes.

Os observantes expressaram na sua arquitectura algumas características próprias que permitiram fazer conexões na grande variedade de soluções: os conventos, situados extramuros, mas próximos da cidade "para poder atender espiritualmente aos fiéis", manifestavam as origens eremíticas dos observantes e a sua neutralidade relativamente aos conflitos urbanos; ao escolher sedes extra-urbanas e nos caminhos de acesso comercial teria o fim de não descuidar o apostolado e a atenção

197 A simplicidade dos edifícios do século XIII tinha-se perdido nos finais do século XIV.

198 Há que destacar a escassa vocação para a experimentação e inovação estrutural dos franciscanos. A introdução das técnicas construtivas góticas, o arco e a abóbada ogival, especialmente em terras de reconquista, deveu-se em boa medida às ordens menores e pregadores; ambos recorreram e potenciaram a tradição cisterciense no emprego das coberturas de armadura de madeira sobre arcos transversais; mas o recurso a fórmulas inéditas e pouco experimentadas pode-se observar em altares de simplificação e máxima economia. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco. Valencia. Ed. Asís. 2000. Pag.103

199 Existe, no entanto, um mimetismo da arquitectura franciscana com a praxis construtiva de cada lugar com uma evidente adaptação aos recursos naturais do território. Nas construções do século XIII empregou-se quase sempre um tipo de aparelho de dimensões mais pequenas que o habitual, com altura não superior a 15-20cm, mesmo para os edifícios mais relevantes. A redução da dimensão das pedras era habitual inclusive fora da arquitectura dos Franciscanos pela facilidade de manuseamento deste tipo de aparelho sem ter de recorrer a complexas estruturas para construir mesmo nos pontos mais altos. Nas paredes de compartimentação da zona conventual empregou-se um aparelho mais pobre de alvenaria sobre o qual se estendia uma simples capa uniformizadora sem utilização de reboco. A madeira utilizou-se preferencialmente nas coberturas das naves e dependências conventuais. A fraca durabilidade deste material levou à sua reconstrução na época moderna e contemporânea. Fora das disposições meramente proibitivas, a ausência de directrizes construtivas dos franciscanos deixou grande liberdade às diversificadas províncias e favoreceu as iniciativas locais, no intuito da "representação" do ideal de pobreza, por isso, os frades adoptaram e aproveitaram os recursos de cada região, moldando-se às condições físicas da zona, aos recursos financeiros, à boa vontade dos benfeitores, à construção pessoal dos mestres de obra, aos materiais e técnicas construtivas do lugar, em definitivo, aos usos e costumes locais. Por tudo isto é impossível extrair, no âmbito da arquitectura franciscana, constantes tipológicas para além do âmbito regional. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Editorial Asís. 2000. Pag.108

aos necessitados, sem perder o favor de importantes famílias. O controlo sobre os mosteiros femininos situados nas cidades era também um factor determinante para ficar nas imediações.[200] Em fins do século XV, assistimos a um novo ciclo de relaxamento da observância, ao mesmo tempo que surgem novos movimentos de reforma.[201]

Um dos movimentos de reforma foi o dos "Descalços", que pretendiam voltar à primitiva pobreza, praticando a mais dura penitência, vivendo da mendicidade e renunciando à possessão do próprio convento, que era propriedade do benfeitor.[202]

Durante os últimos anos do século XVI e princípios do século XVII, os Capuchinhos constituíram a nova reforma dos franciscanos como retorno à estreita observância da regra. A construção dos seus edifícios baseava-se em critérios de extrema pobreza, com sistemas construtivos elementares, materiais extremamente pobres, com uma enorme simplificação espacial e a eliminação do supérfluo.[203]

Ao contrário dos Dominicanos, que o fizeram muito anteriormente, os franciscanos, nas Constituições de 1608, introduziram pela primeira vez a tarefa dos desenhos e supervisão dos edifícios com a eleição de frades encarregados, para cada província, de escolher os lugares e dirigir as obras. As Constituições dos Capuchinhos recomendavam a observação de um "pequeno modelo, segundo o qual se construirá".[204]O esquema teórico tinha de se condicionar às condições do terreno, da paisagem, dos materiais e das técnicas empregadas nos diferentes dialectos locais. Os conventos capuchinhos foram construídos junto aos caminhos mais importantes com o fim de desenvolver a sua acção apostólica "itinerante" e a uma distância de menos de uma jornada a pé, para se abrigarem ao cair da noite ou à hora das completas (últimas horas canónicas dos ofícios

200 As suas igrejas modestas e vulgares tinham uma só nave de pouca altura com capelas e altares, a que posteriormente se juntará um coro alto sobre um arco rebaixado aos pés. As fachadas eram simples, de porta centrada sob uma ampla janela rectangular que dava luz para o interior. As soluções em planta das dependências conventuais variavam fundamentalmente, porque as construções, na maior parte das vezes, surgiram a partir de adaptações e ampliações realizadas nas diversas fases construtivas e não como obra de raiz. Períodos de intensa actividade construtiva alternaram com tempos de depressão das estruturas, levando a abandono das mesmas por motivos de força maior. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Ed. Asís. 2000. Pag.137

201 Tal como os observantes do século anterior os frades tinham uma vida isolada e paupérrima, só possuíam o terreno onde viviam, não podia receber legados ou esmolas em dinheiro e estavam proibidos de possuir fosse o que fosse. Viviam do que produzia o convento (hortaliças, fruta) ou do que lhes era dado ou mendigado. É notório o contraste dos Frades do século XIV, que viviam em amplos, confortáveis e belos conventos, com os seus irmãos que professando ideais idênticos tinham modelos habitacionais radicalmente diferentes. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco. Valencia. Ed. Asís. 2000. Pag.145

202 Os Descalços ou Alcantarinos estabeleceram-se nas proximidades das povoações, em condições rudimentares. Adoptaram a estrutura da igreja de uma nave e um ou dois pequenos claustros no recinto conventual. As suas igrejas, casas e celas eram reduzidíssimas. Segundo os estatutos, as celas só podiam ter 7 pés de largura por 6 de comprimento; o refeitório entre 13 e 16; a enfermaria 13 e a igreja de 24 a 30. Esta especificação das dimensões indiciou pela primeira vez uma regulamentação precisa acerca da construção de edifícios por parte dos Franciscanos, como tentativa de não repetir a lição do século XIV, com a fundação de desmesurados complexos conventuais.

Outra das reformas a partir da observância foi a dos "Recoletos", assim chamados por viverem em recolhimento, agrupados em comunidades com um mínimo de 15 religiosos, levando uma vida de oração, silêncio e austeridade, não lhes sendo permitido receber dinheiro, submetidos aos superiores da ordem. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Editorial Asís. 2000. Pag.161

203 As Constituições de 1536, mais precisas que as de 1529, pode-se extrair : «as celas em comprimento e largura não passem de nove palmos para cada lado, em altura dez, as portas 7 ao alto e dois e meio de largo, as janelas dois e meio de alto e um e meio de largo ; o claustro seis palmos de largura; o corredor do dormitório seis palmos de comprimento». As outras dependências «pequenas e humildes, pobres, abjectas e baixas de modo que tudo predique humildade, pobreza e desprezo pelo mundo». Os conventos deviam carecer de depósitos e adegas, os frades não podiam ter chaves das celas. As igrejas também deveriam ser «pequenas, pobres e honestas», desprovidas de todo o ornamento assim como os cálices de ouro e prata. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de S. francisco. P.161

204 O «pequeno modelo» construtivo recomendado pelas Constituições dos capuchinhos consistia mais num detalhado elenco de medidas referentes a dependências conventuais, a portas e janelas, que a um cânon fixo a seguir. A partir destas indicações métricas, um padre capuchinho da província de Veneza, frei António de Pordenone, compôs entre os finais do século XVI e princípios de XVII, alguns manuscritos com inumeráveis desenhos de conventos. Tratava-se de um volume manuscrito, dividido em três livros, referente aos "modos como se pode edificar um mosteiro conforme o uso de nossa Religião" desenvolvendo uma grande variedade de esquemas tipológicos com possibilidades de adaptação às condições particulares do lugar. O tratado de frei António revelou a mudança de atitude dos Franciscanos relativamente à construção de edifícios, passando-se a codificar o modo de construir, desta vez pobre e rudimentar e fiel aos princípios da regra. Nas Actas da Congregação geral dos Jesuítas de 1558, encontrámos a proibição de construir edifícios grandiosos, reivindicando uma concepção utilitária tendente para a funcionalidade, solidez e duração. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Ed. Asís. 2000. Pag.169

litúrgicos).

Os Jesuítas não seguiram um estilo determinado ou um projecto estabelecido, mas uma particular organização tipológica e linhas gerais a seguir. O "Consiliarius aedilicius" guiava a organização construtiva da Companhia e mediava entre a "nossa maneira" de construir e os projectos particulares enviados a Roma para aprovação, difundindo-se no mundo através de um mecanismo eficaz: "a existência de exigências tipológicas precisas e a presença de um ofício de elaboração e orientação". [205]

O enorme desenvolvimento numérico alcançado pelas ordens religiosas no século XVII levou a um maior cuidado, que em épocas precedentes, à ornamentação das igrejas, como forma de diferenciar os edifícios para o culto e os edifícios civis. Se no século XVI os conventos reformados eram expressão de uma concepção austera e rigorosa da vida, já no século XVII, especialmente as suas igrejas converteram-se na nova expressão do barroco. [206]

A renovação das edificações existentes no avançar do século XVII e XVIII diminuiu a construção de novos edifícios, mas esta descida foi atenuada pelas construções extramuros, pois o espaço no interior da cidade era já escasso para novas construções conventuais, para além da obrigação de preservar as "áreas de respeito". [207]

Na segunda metade do século XVII, os conventos e especialmente as igrejas foram inundados de ornamentos barrocos com elementos naturalistas, de grande riqueza decorativa.

A partir de 1700 numerosos edifícios foram reconstruídos devido a ocupações militares ou efeitos da artilharia, obrigando os religiosos à reconstrução, ao abandono ou a novas edificações de numerosos conventos. Podemos classificar o século XVIII como o das reedificações, e ampliações tanto pelas guerras e desastres naturais como pelo aumento imparável de vocações. [208]

A quantidade e variedade de reformas, ampliações, restauros e reconstruções que depois de seis séculos estabeleceram o historial dos conventos mendicantes, fizeram destes um organismo multiforme e de grande diversidade. [209]

A partir de meados do século XVIII, começou-se a não apreciar as ornamentações barrocas, tomando presença as formas neoclássicas. Muitos dos edifícios executados em etapas anteriores, inclusive os góticos, foram submetidos nesta época a trabalhos de remodelação com elementos da

205 VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Editorial Asís. 2000. Pag.173

206 Mesmo o convento capuchinho, nos séculos XVII e XVIII alcançou um processo de intervenções e ampliação das estruturas preexistentes à medida que as exigências da capacidade do convento aumentavam. Mesmo mantendo um número inferior de 12 frades (em 1608 foi fixado de 12 o número máximo de religiosos num mesmo convento), aumentava a necessidade de mais espaço para organizar melhor a vida modesta dos frades e acolher os pregadores de passagem. Situações especiais estiveram na base destas ampliações tais como o estabelecimento de uma sede provincial ou um noviciado, onde era necessário prever um maior número de pessoas, sendo que à ala inicial do dormitório se juntou uma outra, paralela à igreja, fechando posteriormente e definitivamente o claustro. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.179

207 A "área de respeito" de um convento era a envolvente urbana imediata a este, que devia permanecer livre de edifícios religiosos com o fim der assegurar o seu sustento económico. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.193

208 O grande aumento de religiosos causa preocupação às autoridades civis e eclesiásticas, alcançando na década de 1760-1770 o seu nível superior. Este aumento teve efeitos na estabilidade económica e nas ampliações. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco. Pag.195

209 Este é o exemplo do convento de Cordeliers de Paris, cuja azarenta história repete fielmente a prática dos conventos franciscanos que existiram desde o medievo até à saída da clausura. O terreno concedido por D. Luís, rei de França, aos franciscanos de Paris estava ocupado por casas que serviram de primeiro alojamento dos frades. A igreja foi edificada devido à generosidade do rei durante os 30 anos que se seguiram ao estabelecimento dos menores, perto da muralha da cidade, assim como a sacristia e dependências anexas, como a aula de teologia e o capítulo. A partir de 1269 construiu-se o claustro. A anexação de terras permitiu aos frades construir o refeitório. Em 1341, Jeanne, viúva de Carlos IV o Charmoso, doou uma enfermaria com capela, junto a uma torre da cidade, no interior da muralha.O refeitório destruído em 1358 teve de ser reconstruído, sendo acabado em princípios do século XVI e subsistindo actualmente. Na mesma época reconstruiu-se uma parte do claustro assim como a galeria que comunicava a enfermaria com o refeitório. Um incêndio em 1580 obrigou a fazer obras na igreja, que terminaram em 1606. A última etapa foi em finais do século XVII com a reconstrução total do claustro. Em finais do século XVIII um franciscano disse a respeito deste convento «essa multidão de construções que formam um conjunto irregular e quase monstruoso». Também a situação financeira de Cordeliers não permitia manter o edifício de modo satisfatório. Entre os diversos encargos ao comissário geral enviado a Paris para o capítulo de Terni havia um muito urgente : o de tomar as medidas necessárias para reparar o convento, que se encontrava em estado de ameaçada ruina. Parece que o único preocupado com o assunto foi um tal Claude Frassen que em 1700 se ocupou de empreender os diversos trabalhos de reconstrução. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Editorial Asís. 2000. Pag.197

linguagem clássica: arcos, pilastras, colunas, entablamentos, sendo as ordens, dórica e toscana, as preferidas, sem ornamentos.
A saturação monástica do século XVIII e as novas ideias vindas da Revolução Francesa levaram em pouco tempo ao descrédito das ordens religiosas nos vários sectores da sociedade e ao decréscimo da sua popularidade. No entanto, a viragem da economia e da vida social fazia com que as vocações, nem sempre autênticas, aumentassem pois o convento oferecia um bom refúgio face à insegurança de uma sociedade em mudança.
Em 1790, a Assembleia Francesa decretou a supressão de todas as ordens religiosas, o que se repercutiu nas diversas nações europeias. Por fim o liberalismo levaria ao fim do espólio total das ordens religiosas. [210]

Os Conventos das Ordens Mendicantes

A arquitectura das Ordens Mendicantes baseou-se no esquema monástico tradicional (beneditino), introduzindo inovações e algumas transformações. [211]
No "projecto ideal cisterciense", a igreja, cuja altura era pouco superior à do edifício da clausura, situava-se na ala norte da clausura, permanecendo na amplitude do "quadrado" e não superava de modo significativo a profundidade do capítulo ou do refeitório, enquanto o claustro ficava a sul, se o terreno o permitisse. A ala Este estava estruturada em dois níveis, ligada ao transepto, que no rés-do-chão era seguido da sacristia/"armarium" (área da biblioteca), sala do capítulo, sala dos frades e noviciado. Na parte superior, encontrava-se o dormitório ligado à igreja através de uma escada para o transepto, e ao claustro por uma escada entre a sala do capítulo e a sala dos frades. A ala este, considerada a "parte dos frades", ligava-se à igreja pelo transepto, tendo a Este as capelas e a Oeste as cadeiras de costas altas (escano) dos frades. Na ala Sul, encontrava-se o lugar de aquecimento, o refeitório e a cozinha. A ala Oeste destinava-se aos frades laicos, os "conversos", cujo coro estava separado do dos frades por uma divisória a meio da igreja.
Do ponto de vista funcional, cerca de 2/3 do edifício disposto á volta do claustro, era reservado aos padres. O refeitório encontrava-se perpendicularmente à igreja e não em paralelo. A posição do refeitório para os cistercienses significava inovação relativamente aos antigos mosteiros beneditinos, e separava esta parte do edifício da clausura, para que pudesse obter grandes dimensões. Pela multiplicidade dos espaços, houve do ponto de vista funcional, a necessidade de criar um segundo claustro oposto, em forma de rectângulo muito alongado, mas os cistercienses evitaram-no normalmente nas suas soluções, como forma de manter o significado do quadrado do claustro como centro do mosteiro cisterciense.
Como já se afirmou, o quadrado do claustro era o centro do mosteiro cisterciense, estrutura que na arquitectura das Ordens Mendicantes foi sendo adaptada devido às condicionantes dos conventos na cidade, onde era necessário submeterem-se às irregularidades da forma e da configuração do terreno. [212]

210 A perspectiva histórica permite-nos calibrar os nefastos resultados da acção dos liberais na arquitectura da ordem franciscana. Em Espanha, a maioria das estruturas ficaram irreparavelmente arrasadas e as que sobreviveram não superaram um século depois das consequências da guerra civil (1936-39), o último dos episódios que praticamente acabou com seis séculos de produção arquitectónica. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco.

211 Brenhard Studeli assinalava que as fundações das Ordens Mendicantes foram "o maior complexo arquitectónico da cidade medieval" no seu estudo de funções e papel dos conventos Menores no contexto da comunidade citadina medieval. Os edifícios das Ordens Mendicantes têm sido no entanto, até hoje negligenciados.

212 Um exemplo: A posição do convento dominicano em Paris, à saída da cidade, estava condicionada pela muralha St. Jacques e a muralha da cidade, que deixava à clausura a sul da igreja apenas uma mínima expansão. Foi no entanto construído um claustro rectangular completo, em cujo ângulo sudoeste encosta uma das torres da muralha citadina. O desenvolvimento das alas Sul e Este estava por isso impedido. Só o lado Este estava, em conexão com o coro da igreja, uma ala de frades com a tradicional sequência da sacristia, sala do capítulo e sala dos frades. A perda da ala oeste teve inicialmente pouca importância, uma vez que dominicanos e franciscanos não tinham instituto dos conversos. Eram por outro lado imprescindíveis as funções da ala sul, que acolhiam normalmente o refeitório, cozinha e o local de aquecimento. Este foi por isso mudado para uma parte do edifício colocado em frente à igreja e o claustro estava ligado ao convento por uma passagem e em continuação, ultrapassou até a muralha da cidade, onde os dominicanos implantaram um jardim. Também o dormitório no piso superior da pequena ala este não era suficiente, pelo que foi construído no lado norte da igreja um edifício autónomo, ligado a esta última e ao refeitório. Para as funções escolásticas e de hospital foi construída uma outra ala a

É importante referir que uma das condicionantes não eclesiásticas dos conventos Mendicantes na cidade medieval incluía a fortificação, pois estes conventos devido à sua implantação nas imediações da muralha, ficando em estreita conexão com esta, serviam também de protecção e segurança dos subúrbios em caso de guerra. [213]

Em 1240, na cidade de Bolonha, foi edificado com a colaboração de São Domingos um convento de Dominicanos segundo o esquema monástico tradicional, embora com mudanças no que diz respeito às funções do edifício.

Assim na ala rectangular, disposta em dois pisos, encontrava-se, como era habitual, a sacristia, a sala do capítulo, o palratório e o dormitório, que, no entanto, se estendia a sul do palratório por cima de ambos os pisos com celas individuais, onde os padres podiam não só dormir como estudar - uma decisiva inovação na estrutura do convento europeu. No piso superior que acolhia as áreas reservadas ao repouso e ao estudo, não era possível, como aos cistercienses, aceder directamente à igreja, porque por cima da sacristia se encontrava um espaço, que funcionava como lugar de custódia dos livros litúrgicos. A ala sul continha o "capitulum novitiorum" ou também o "capitulum studentium", isto é o noviciado e a escola. A cozinha e o refeitório situavam-se a oeste do edifício, ou seja na ala oeste da clausura, que não se juntava à fachada oeste da igreja. De frente da clausura, no limite sul com o moderno adro da igreja, encontravam-se os edifícios da enfermaria e da escola.

Deste modo, além da inovação das celas individuais, temos a transferência do refeitório e cozinha para Oeste que não se juntava à fachada Oeste da igreja; enquanto a ala Sul ficava com a função de estúdio e os dormitórios do noviciado. No piso superior, a ala Este (áreas reservadas ao repouso e ao estudo) não tinha acesso, como nos cistercienses, directo à igreja, porque por cima da sacristia encontrava-se uma sala para a custódia dos livros litúrgicos. Na mesma ala, com dois pisos encontrava-se como habitualmente a sacristia, sala do capítulo, parlatório e o dormitório no piso superior.

É de referir que, em geral, os Dominicanos, no decurso do século XIII, por razões de estudo, construíram nos seus conventos bibliotecas progressivamente maiores, conduzindo no início do século XIV à construção de edifícios próprios, [214] apropriados e destinados à biblioteca. [215]

A tendência que conduziu à divisão dos espaços não produziu novos esquemas nos conventos das Ordens Mendicantes, embora não sejam de descurar algumas tendências à uniformização. Assim a posição do refeitório na ala Oeste não se tornou canónica, mas é todavia observável em alguns

oeste do edifício do refeitório e perpendicularmente a este.

Numa das mais importantes fundações dominicanas torna-se então visível o processo de desintegração, que por causa das condições existentes, retira da arquitectura tradicional, o núcleo, a igreja, a ala dos frades e o claustro, enquanto a ala sul e oeste permaneciam livres. A transferência deste núcleo deixou lugar a numerosos pátios, que tornavam o convento citadino multiforme e aberto em muitos lados. A área do convento é cortada a meio pela muralha da cidade, ou por outras palavras, uma parte importante da fortificação parisiense fica integrada no claustro. Em particular a inclusão de uma torre da muralha no claustro alude a funções de defesa pública que ligavam também contratualmente o convento à comunidade, no século XIV, as guerras alastraram que se, foram uma realidade. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

213 Bernhard Studeli descreve os conventos das Ordens Mendicantes na Suíça em Basileia, Zurique, Berna e outros, colocados ao longo de vias importantes de entrada ou de saída, em estreita conexão com a muralha da cidade ou com as portas da muralha os quais contribuíam também para a segurança e vitalidade dos subúrbios. Os direitos de uso destas cidades, bispo ou nobreza, estavam junto dos Mendicantes, que garantiam o seu acesso mesmo em caso de guerra.

214 Como é exemplo, o convento de S. Marco em Florença, onde os dominicanos observantes de Fiesole, em 1436, construíram uma biblioteca de três naves, que se tornou o modelo destes edifícios no Renascimento, situando-se no piso superior numa ala do edifício contígua à ala norte do dormitório do primeiro claustro com um estreito corredor de arcadas sobre colunas no meio, coberto de abóbada em semicírculo em cruz com nervuras, o lugar das estantes dos livros, iluminadas por filas de janelas de ambas as paredes exteriores. Outras bibliotecas de referência apareceram no século XIV nos conventos dominicanos de Milão, Vicenza, Ferrara, Parma, Veneza e Perugia.

215 Um convento comum como o de Lucca possuía, em 1263, 35 livros não litúrgicos, em 1278 já 96. Em meados do século XV eram 296. Com os seus 476, o fundo de Bolonha, que porem era o centro dos estudos gerais dos dominicanos, era já quase o dobro do de Lucca. Extraordinariamente grande devia ser o património do livro em Florença, que contava no fim do século XV com mais de 900 livros. As primeiras bibliotecas foram construídas em Limoges (1306) e Toulouse (1307), em Florença (1338-40) no âmbito da nova construção do "Claustro Verde". Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

conventos. [216]

Uma imagem completamente diferente foi dada pelo primeiro convento de St. Jacques em Toulouse. Aqui o refeitório encontrava-se na ala Este vizinha à sala do capítulo. Na ala Oeste encontrava-se o "studium", a ala dos conversos e a biblioteca; na ala Sul, imediatamente vizinha da muralha da cidade, as celas para dormir e estudar. Esta solução punha em estreito contacto celas, biblioteca e refeitório, enquanto a igreja se encontrava no ponto mais afastado dos Pregadores. Pode-se pensar que esta vizinhança da sala do capítulo e do refeitório seria um caso isolado, mas a mesma disposição encontrou-se por exemplo nos conventos franciscanos em Bona e Nápoles, que constituem dois exemplos longínquos um do outro. [217]

Entre os Mendicantes, o claustro de dois pisos só se tornou frequente no século XV com a ampliação das celas de estudo por cima de todo o piso superior do convento, segundo o modelo de S. Marco de Florença. [218]

Também a multiplicação dos pátios e claustros, que começou por existir nas sedes mais importantes dos dominicanos em Paris e Bolonha, ficou a dever-se, por um lado, às condições do terreno e, por outro, às dimensões do convento, que teriam tendência a aumentar.

Sempre que possível respeitava-se a forma do claustro e da ala Este com a sacristia, a sala do capítulo, o dormitório por cima, bem como a tradicional ala dos frades. [219] Muitos conventos Mendicantes não tinham a ala Oeste, onde normalmente funcionava o refeitório, encerrando o claustro com um muro. Para além do desenvolvimento das grandes bibliotecas, também a configuração da sala do capítulo, aumentou o seu prestígio. Juntaram-se cada vez mais espaços reservados aos hóspedes, facto que denota o crescente uso dos conventos para objectivos não eclesiásticos, como assembleias, eleições, actos de ratificação, debates penais, recebimento de príncipes.

As igrejas dominicanas e franciscanas apresentavam diferenças na génese, no desenvolvimento, na difusão e implantação das duas Ordens, revelando diferenças no tratamento e na concepção arquitectónica. As semelhanças formais não constituíram, assim, uma prova da existência de uma arquitectura das Ordens Mendicantes.

O conceito de pobreza do ponto de vista ideal e prático constitui uma arma contra a heresia e inicialmente não tem a ver com a arquitectura. A pobreza dava aos frades a credibilidade e liberdade necessárias, mas estes eram também dependentes das fundações e doações que os diferentes estratos da população estavam dispostos a dar pela salvação das suas almas. A renúncia à propriedade das Ordens Mendicantes deixou ao poder da cidade construir grandes igrejas e ocupar-se do equipamento, mobiliário, decoração, dando lugar para a auto-representação dos numerosos doadores. [220]

216 Como por exemplo nos conventos dominicanos de Canterbury e Glaucester, no ângulo Sudoeste, no convento dominicano de Angen, onde o refeitório se encontrava a Oeste, no convento dominicano de Perpignam, em S. Francisco em Bolonha e também em Florença em S. Cruz e Santa Maria de la Novella, onde o refeitório foi posto respectivamente nos ângulos Sudeste e Sudoeste.

217 Interessante é também o caso particular de S. Francisco de Assis, onde o claustro se encontra substancialmente atrás, contra a igreja, por causa das condições do terreno. O quadrado do claustro confina com a abside da igreja orientada a oeste, circundado de três alas e de edifícios anexos. O claustro de dois pisos foi edificado na forma actual por Sisto IV (1471-84). As partes mais antigas encontram-se na ala norte, unidas directamente à igreja: no piso inferior, a sala do capítulo, depois os apartamentos do papa. Também a sacristia se encontrava no ângulo sul entre o transepto e a nave da igreja, portanto no exterior do quadrado do claustro. O resto da ala norte era ocupado pelo dormitorium, enquanto na ala oeste se encontravam a cozinha e o refeitório, e talvez já as instituições escolásticas. Da ala sul sabe-se pouco. Um convento contra a igreja foi imitado pelos franciscanos em Perugia. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

218 O claustro de dois pisos nas Ordens Mendicantes não surgiu em função da "necessidade de espaço por cela, por área de estudo e em seguida para as grandes bibliotecas" como diz Braunfels, uma vez que os franciscanos não foram os percursores no que diz respeito aos estudos no interior da Ordem, pois nem tinham cela para esse fim no século XIII, mas foi antes inaugurado na particular forma de mausoléu de Assis.

219 Até o "labiríntico" convento dominicano florentino de Santa Maria Novella permite reconhecer esta fundamental divisão também no seu estado definitivo.

220 Estes exemplos encontram-se nas numerosas igrejas das Ordens Mendicantes nos centros da Europa economicamente e culturalmente poderosos, que, sem competir com as grandes catedrais góticas, não eram igrejas pobres, nem quanto à forma nem quanto à decoração. O facto de terem aparecido em massa sedes economicamente mais débeis prova a genérica insuficiência dos meios, uma consciência ideal de pobreza, levado à "expressão" das Ordens Mendicantes. Schenkluhn,

Problemática parece ser a incidência da pregação, só à primeira vista persuasiva, na estrutura arquitectónica das igrejas. Pela conjectura apresentada, a grandeza e a distribuição do espaço no interior da igreja parece ser mais dependente da exigência dos doadores e das condições económicas que das necessidades dos frades ligadas à pregação e à pobreza. Os edifícios monumentais das Ordens Mendicantes que deveriam conter a população de fiéis da cidade são disso exemplo.
Com os modelos e formas espaciais existentes, as Ordens Mendicantes forneceram uma multiplicidade de novas sínteses arquitectónicas através da adaptação da arquitectura sacra tradicional e da introdução de estruturas profanas na arquitectura da igreja. Estas Ordens não procuraram como os cistercienses realizar um determinado tipo arquitectónico de convento, mas pelo contrário, construíram, nas mais diversas regiões da Europa, premissas localmente muito diversas, com prescrições genéricas, mantendo uma constante, que regulavam de forma específica. [221]
As igrejas franciscanas eram pequenas e simples, preparadas exclusivamente para a celebração do Ofício Divino e não para a pregação que se realizava nas igrejas paroquiais ou ao ar livre. Tinham geralmente planta rectangular de uma nave única com cabeceira plana e tecto de madeira com duas águas apoiadas sobre arcos diafragma pontiagudos completados por contrafortes exteriores ou interiores. Os arcos em diafragma configuravam a solução estrutural e espacial do edifício. As arcadas dividiam com os diafragmas o espaço da nave, perfurando as paredes laterais; os arcos do tecto de madeira de 2 águas eram ogivais de ramas muito abertas e de rude simplicidade.Este tipo de construção criou plantas rectangulares resultando num espaço muito compacto, favorecido nalguns casos pela posição da parede de fecho do edifício, geralmente de alvenaria, na linha exterior dos contrafortes, ficando estes integrados no espaço interior. [222]
Os conventos Capuchinhos eram projectados pelas medidas prescritas nas "Constituições", com esboços de edifícios pequenos e simples, sendo no entanto facilmente ampliáveis. Escolhido o sítio, os construtores deveriam decidir a orientação da fachada da igreja. Esta decisão foi ilustrada com projectos de conventos com a fachada da igreja dirigida a Norte, a Este, a Oeste e a Sul. [223]

Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

221 Apesar da tomada de determinadas tradições arquitectónicas da Ordem, apesar da assimilação das estruturas profanas no espaço da igreja, tais como a estrutura da "catedral gótica" nos coros, apesar da referência de hábitos, costumes, locais, do regresso ao "proto-cristianismo" entre outros, no final tornou-se visível, uma constante na arquitectura das Ordens Mendicantes: a consciente polarização dos laicos e do clero, da nave e do coro.
Uma alternância entre "fechar-se" (coro) e "abrir-se" (nave) constituiu a expressão mais clara do movimento dos Mendicantes como nova forma de organização da Ordem na cidade medieval. Isto reflectiu-se também no aspecto externo, como mostra o coro alto que domina a nave como se pode observar em muitas igrejas. O modo diversificado como coro e nave tomaram forma, a introdução de um entremeio, parede tabique, que separava coro e nave, produziram um espaço bipartido que no meio urbano preservava os frades, os crentes e os espaços relativos, trazendo no entanto uma nova relação. A contraposição dos espaços transformou, nas regiões meridionais, a parede do coro em defesa, abrigo, resguardo, pano, ou ecrã, e a norte dos Alpes, o espaço do coro em espaço de imagem, tornando-o, deste modo, visível. Apesar das barreiras espaciais, os fiéis participavam não só do ponto de vista óptico da área dos frades, mas também do ponto de vista estético. Os Mendicantes, descidos do campo para promover a renovação da fé, puseram em evidência a área do coro. Não foi a arquitectura que profanou o espaço da igreja, mas uma nova arquitectura de igrejas que elevou o espaço sacro. Nesta nova concepção da arquitectura das igrejas, consiste a peculiaridade da arquitectura das Ordens Mendicantes. Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

222 Em Itália, por outro lado, o modelo mais rudimentar empregado sistematicamente pelos frades menores corresponde a uma simples sala rectangular de 4 paredes, sobre os quais se apoia um tecto de madeira de duas águas, constituindo um tipo eclesiástico conhecido por "chiesa-fienile" ou igreja celeiro. Trata-se em ambos os casos de modelos que têm em comum a simplicidade construtiva, rapidez de execução e economia, factor determinante para os franciscanos. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000.

223 António de Pordenone pareceu ter elaborado o manuscrito e o desenho gráfico próximo da prática jesuítica Instructiones de Borromeo". O volume de António de Pordenone, compêndio de experiências de arquitectura capuchinha dos finais do século XVI constitui um instrumento básico de carácter didáctico dirigido aos padres construtores e aos construtores, para projectar e controlar o processo construtivo. Examinando o manuscrito, frei António declara que a arquitectura dos capuchinhos deve ser a busca da simplicidade e a pobreza construtivas «antes que a fidelidade ao dórico e ao jónico» acrescenta que é necessário construir de modo duradouro e com certa comodidade; com o objectivo de evitar «arrependimentos e erros», os diversos desenhos ilustram os modos de edificar um mosteiro «conforme nosso uso». Reivindicou o projecto pela sua capacidade de limitar a improvisação e pela busca de uma ordem para a distribuição das funções que existiam num convento, com possibilidade de eleição entre diversos projectos para um mesmo lugar. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.173

Também se mostravam desenhos para transformar certas igrejas já edificadas e que se queriam reduzir "à maneira dos capuchinhos".[224]

Os edifícios, sujeitos às condições urbanísticas ou ao espaço disponível e de intencionada simplicidade, incluíam um claustro completo rodeado de zonas comuns e de serviços, e sobre este, um ou dois pisos com celas, com as particularidades próprias da ordem, como o vestíbulo junto ao refeitório, tão habitual nos conventos franciscanos, ou a inexistência de salas capitulares, cumprindo essas funções os refeitórios. [225]

Enquanto o religioso beneditino ou cisterciense, entregue à vida contemplativa, encontrava na espaçosa cela e nas outras dependências do claustro, o ambiente mais adequado para com o seu monólogo com Deus, o frade capuchinho, pelo contrário, habitava uma pequena e estreita cela que pretendia ser um lugar de breve permanência, para recordar o seu estado de "peregrino e forasteiro neste mundo". O facto de manter a cela sempre aberta reforçava o sentido da não privatização do espaço.

A igreja ocupava em planta uma boa parte do recinto conventual. No exterior o templo oferecia uma imagem de corpo longitudinal com cobertura de duas águas. [226]

A fachada da igreja tinha uma só porta de entrada, que correspondia à nave única, coroada por um arco e um vazio de iluminação. A abertura superior centralizada raramente repetia um módulo definido, podendo tratar-se de um pequeno óculo, janela geminada ou tripartida, ou mais habitualmente quadrangular. A nave da igreja era iluminada pelo vazio da fachada e eventualmente por janelas laterais. O pavimento era pobre, com lousas de barro cozido, mas permitindo a limpeza e o decoro e, como referido pelas Constituições, proporcionando a separação do subsolo. [227]

Apesar das condicionantes regionais e das particularidades das implantações, a arquitectura dos capuchinhos apresentou traços comuns. [228]

Relativamente aos claustros, a tendência do século XVIII foi a criação de recintos conventuais de grandes dimensões como consequência do aumento da população conventual, levando em alguns

224 Nas advertências, fizeram-se indicações do lugar, devendo-se eleger se possível um lugar arejado, não ruidoso nem dominado por edificações mais elevadas, recomendando-se antes da construção a elaboração de projecto. O complexo conventual, embora pequeno, não deveria ter menos de 40 passos de largura, construindo-se ao alto por causa das inundações. A igreja devia estar fechada relativamente à rua e nem abrir janelas para o claustro; o refeitório devia-se colocar por baixo do dormitório, aconselhando-se o esquema de corredor central com celas de ambos os lados; a escada principal ficaria junto à porta do coro e a lenha não longe da cozinha, enquanto as "oficinas" deviam existir segundo as necessidades. Para cada uma das divisões, determinavam medidas minuciosas, bem como indicações práticas e construtivas. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000.

225 O ideal de pobreza levou-os, como já foi salientado, a adoptar formas arquitectónicas simples e desprovidas de embelezamento decorativo.

226 A igreja era racional de volumetria simples, limpeza das superfícies murais, ausência de decoração, uso de materiais pobres com uma concepção espacial de nave única que contribuiu para a extrema sobriedade de formas e permitia concentrar a atenção no altar-mor. Este era o único elemento realçado com retábulos de madeira, embora não fosse permitido o uso de materiais nobres ou duradouros, como o mármore, estuques e dourados. A sua fachada projectava-se directamente para a rua, ou na maioria dos casos para a pequena praça com forma de abertura ao lugar de aglomeração das cidades, a «cidade de Deus» e a cidade dos homens. O convento capuchinho não se apresenta como um organismo cerrado nem mesmo o átrio que o antecede tem a função de separa-lo. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000.

227 Um espaço do século XVIII tipicamente franciscano é a capela da Terceira Ordem. Originariamente os membros da V.O.T. ordem da penitência, fundada em tempos de São Francisco, costumavam ter a sua sede social numa igreja não franciscana, reafirmando assim a sua independência relativamente aos frades. Com o ressurgimento da Terceira Ordem franciscana no século XV, devido sobretudo aos frades observantes, a igreja franciscana do lugar passou a ser a sede natural para as reuniões periódicas dos terciários.

A partir do capítulo geral de Toledo (1606) as igrejas de todas as famílias franciscanas autorizaram as chamadas capelas da Terceira Ordem. Estas capelas adquiriram cada vez mais importância, passando a constituir, em certas ocasiões, verdadeiros templos dentro da mesma igreja, recebendo inclusivamente um tratamento diferenciado relativamente ao templo conventual. Às vezes eram de grandes dimensões, com cúpula sobre o cruzeiro e pinturas murais, presbítero abobadado e sacristia própria. Em algumas ocasiões, a construção destas capelas passava por derrubar o muro de uma capela lateral para dar a esta uma maior profundidade. O culto a santos e beatos determinou também a criação de capelas, luxuosamente decoradas, contrariamente ao resto do templo o que demonstrou o empenho decorativo que a ordem depositava nestas capelas. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Val. Ed. Asís. 2000. Pag.199

228 A ocupação era similar em muitos casos. O Conselho Municipal, desejo da presença dos frades, convidava-os a escolher o lugar a dequado incitando o proprietário a ceder o terreno. Os frades solicitavam a licença do Bispo. VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Val. Ed. Asís. 2000. Pag.202

casos à proliferação de dois claustros ou mesmo três com dois ou mais pisos. [229]
Só uma pequena parte destas construções sobreviveu tendo muitas vezes sofrido radicais transformações na época contemporânea, tornando o seu estudo arquitectónico insuficiente em matéria de dados.

2.4 Enquadramento urbano

Com a nova organização social baseada no poder da religião cristã e no renascimento do comércio, com a crescente estabilidade política e com o desenvolvimento da sociedade agrícola, criaram-se as condições para o ressurgimento de novos aglomerados em lugares que, na sua maioria, ou resistiram às diferentes invasões ou se renovaram a partir de anteriores aglomerados.
Desde os finais do século XI que os caminhos eram o meio necessário para a definição da rede regional, espelhando o nível da administração do tempo, ligando povoações ou vilas próximas, eram, deste modo, eixos de circulação de bens e pessoas, de exércitos de feirantes e de peregrinos. [230]
A muralha, o elemento definidor da "interioridade" e de "territorialidade" da cidade medieval, limitava e determinava a fronteira entre o urbano e o rural. O aglomerado irregular, adaptando-se e conformando-se às diversidades do território, de estrutura radiocêntrica, em que a igreja com o seu adro era o elemento central e de maior volumetria em toda a "civitates", era contido pela muralha como elemento estruturador, físico e mental, de uma organização social fortemente ligada ao poder da igreja.
Era uma "cidade" autónoma que vivia por si própria; criaram-se assim as cidades-estado com autonomia legislativa e com organicidade própria, estabelecendo nos caminhos e nas portas da cidade a ligação destes sítios amuralhados com o exterior.
A cidade começou a controlar progressivamente o universo rural, procedendo a uma subordinação jurídica, económica e religiosa. [231] Em Portugal, os reis, já a partir de D. Afonso Henriques, escolheram as cidades para habitar e durante o século XIII, os órgãos centrais de administração foram aí fixados. Alguns nobres passaram também a ser atraídos para as cidades pela agitação da vida urbana, pela riqueza do comércio e pela presença do rei. O próprio clero regular, antes no campo, procurou agora instalar-se no interior das muralhas. A sociedade rural portuguesa, a partir do século XIII, como por toda a Europa, foi progressivamente subordinada às directivas urbanas, - até aqui enquadrada pelos domínios senhoriais e pelas municipalidades. O mundo urbano apresentava uma nova concepção de território, mais coerente e uniforme, devida à centralização do poder real e ao desenvolvimento da nação.
A forte concentração demográfica e a consolidação do desenvolvimento urbano e de economia do mercado condicionaram definitivamente a sociedade rural, originando forte abandono dos campos pelos camponeses, e provocando a queda de rendimentos, das rendas dos senhores e dos eclesiásticos. [232]

---

229 Dois claustros: São Francisco de Valência, três claustros: São Francisco de Barcelona VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valência. Editorial Asís. 2000. Pag.202

230 "As comunidades rurais organizavam-se em redor de uma igreja, eclesia, com o seu espaço cemiterial que lhes ajudava a sedimentar o social, a vicinidade e lhes assegurava a protecção de Deus e dos santos para os vivos e para os mortos. A igreja com os seus valores, os santos e as suas relíquias, com as suas cerimónias tais como as ladainhas e com o som apotropaico do seu sino, foi o pólo sacralizador e protector de toda a freguesia. Era a sua cidadela contra os males. E também o melhor símbolo para evidenciar que um território estava possuído e organizado.". Como tão bem define Ferreira de Almeida. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, O Românico, História da arte em Portugal. Ed Presença. Pag.59

231 A insegurança provocada pela guerra e um poder público enfraquecido levaram o pequeno proprietário livre a confiar as suas terras a, em geral, um grande proprietário vizinho laico ou eclesiástico, e a partir para a cidade. O pequeno proprietário torna-se assim colono das suas próprias terras e o segundo aumenta o seu domínio territorial. Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII-XVe siecle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. A sociedade rural. Luis Carlos Amaral. Pag.33

232 Para os trabalhadores do campo a situação foi ainda pior pois eram menos a trabalhar, sem melhoria de regalias, enquanto os senhores aumentavam o seu património com a apropriação das terras abandonadas. Sucedeu-se a viragem para o comércio ou uma indústria embrionária ou mesmo a fuga para os meios urbanos.

O desenvolvimento das cidades a partir do século XII foi o factor de maior importância na organização da sociedade rural. "A aglomeração humana, a independência para com a natureza, o individualismo, as relações constantes com outras cidades, as transferências rápidas de cultura e de gente, tudo isto torna as cidades semelhantes entre si. A sua função política contribui mais do que tudo para acentuar a uniformização: os agentes do monarca regem-se pelos mesmos modelos e pelos mesmos princípios, tem a mesma linguagem, usam os mesmos métodos, aferem tudo pelos mesmos padrões. Impõem-nos por toda a parte. Estendem-nos não só às várias cidades, mas também aos campos, tornando-se com os auxiliares dos bispos e os mercadores, os principais agentes de expansão da mentalidade urbana em meio rural." [233]

Em Portugal, o renascimento urbano surgiu a partir do século XIII e estendeu-se ao longo da primeira dinastia, com o seu auge no reinado de D. Dinis. "Caracterizada por acções de planeamento régio, quer da simples fundação de novos aglomerados e, ou, da promoção de trabalhos de defesa urbana, quer sobretudo ao nível de estabelecimento de novos aglomerados ou expansão dos existentes, aqui são patentes, senão a utilização de traçados urbanos geometrizados, pelo menos a definição de preconcebidos e claros ordenamentos regulares ou regularizados;" [234]

O Porto, cidade episcopal, esteve sob a jurisdição do bispo D. Hugo a partir de 1112. O foral de 1123, que formalizava o senhorio do bispo sobre o couto, "fixava liberdades, direitos e garantias, pressupunha também uma exploração fiscal do território tendo por base a capitulação predial e as portagens". [235]

A nova conjuntura social e política dinamizou a actividade económica do pequeno burgo que no séc. XII era de reduzidas dimensões, "com um muro à volta do Morro de pena Ventosa e com algumas casas lá dentro", como descreve Oliveira Ramos. [236] Foi nesta altura que a pequena cidade adquiriu a designação de Porto ou Portus em designação romana.

A área urbana reduzia-se ao pequeno burgo amuralhado, no antigo morro de Penaventosa, (à volta da Sé), estendendo-se no século XIII ao aglomerado ribeirinho na desembocadura do rio de Vila. - "Ligados entre si pelo troço norte inicial da via romana, e também já, pela malha de póvoas disseminadas na região envolvente". [237]

O desenvolvimento da cidade do Porto beneficiou do seu lugar estratégico e da sua ligação ao rio, originando um comércio local específico.

Durante o século XII e na centúria de duzentos, assistiu-se ao crescimento da importância do Porto como centro comercial, face à deslocação para esta cidade do fluxo viário entre o norte e o centro do país, até então efectuado mais a montante, em Ribadouro, levando ao adensamento da construção no interior do burgo fortificado. [238] Iniciou-se, então, a construção da Sé, substituindo a primitiva ermida.

No burgo alto onde existia a pequena ermida, foi nesta altura reforçada e reconstruída a muralha, adaptando-se à topografia do terreno circundante. No interior do núcleo fortificado, foi ampliada a construção, que fora de portas se desenvolveu em quatro núcleos envolventes: - o primeiro, na zona ribeirinha, fomentado pela actividade portuária e comercial; o segundo, no caminho do burgo em direcção ao rio, na rua Nova, agora rua Escura; o terceiro, na Chã das Eiras; o quarto, a caminho de Santo Ildefonso, já então importante saída, onde se implantou uma ermida no século XIII. [239]

Os senhores laicos e eclesiásticos, sobreviventes da crise do século XIV, viram a sua posição reforçada durante a 2ª metade do século XV. Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII-XVe siecle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. A sociedade rural. Luis Carlos Amaral. Pag.33

233 História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Eitorial Estampa. Pag. 174

234 FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Estudo da cidade pombalina. FAUP. Pag.39

235 FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Estudo da cidade pombalina. FAUP. Pag.135

236 Fonte: pag.124. Oliv. Ramos, Hist. do Porto

237 FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Estudo da cidade pombalina. FAUP. Pag.135

238 Fonte: História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Eitorial Estampa.

239 "Textos contemporâneos confirmam, por outro lado, tendências de urbanização já anteriormente verificadas, quer entre o burgo e a vila «baixa» definindo-se sucessivamente a partir da rua Escura, e ao longo da velha estrada romana, a rua da Bainharia prolongada na dos Mercadores, quer por ampliação do próprio burgo

"A cidade teria então uma população por alguns computada em 3 a 4 mil almas, não havendo notícia, fora dos núcleos referidos, de qualquer arruamento mas tão somente de alguns caminhos e azinhagas; estes percursos atravessavam então áreas ainda agrícolas que a toponímica arcaica refere como matas, hortas e pomares como pode depreender-se de algumas designações contemporâneas: Carvalhos do Monte, Souto, Olival, Faval, Loureiro, Hortas e Vimial." [240]

A predominância do comércio fluvial orientou a expansão da cidade para a frente de contacto com o rio, em Miragaia, povoada desde a alta Idade Média, (talvez por ser a fronteira com o morro do Castelo (Gaia) da antiga ocupação onde existia uma ermida).[241]

A fundação dos mosteiros de S. Francisco (1235) e de S. Domingos (1238), estrategicamente instalados, constituiu ainda um factor importante de fomento urbano local. Finalmente e no conjunto do crescimento da cidade o aumento da população da "vila baixa" justificou, já em 1269, a criação de uma ermida, em S. Nicolau, pelo "dilatado da cidade". [242]

A cidade gótica organizou-se em torno do comércio e do ascendente domínio de uma nova sociedade burguesa, com uma dinâmica própria, que fez com que esta se desenvolvesse pela sua especificidade, característica de um lugar, de uma produção agrícola, comercial ou artesanal. A cidade cresceu e alargou o perímetro das suas muralhas numa evolutiva complexidade de luta de poderes entre a igreja, os governantes, e a nova classe de comerciantes. As portas da cidade fizeram a ponte para outros aglomerados e para a rota do crescente comércio tanto marítimo como terrestre. No entanto, fora de portas ficaram os excluídos, os judeus e os muçulmanos que, rejeitados do interior, se fixaram no exterior e em volta das muralhas. [243]

Na altura da construção da muralha fernandina (1355-1370), o Porto era uma pequena cidade portuária e mercantil cujo perímetro ultrapassava muito a área construída. [244]

As anteriores construções nos arrabaldes e na zona ribeirinha passaram para o interior da cidade juntamente com os conventos de S. Francisco e S. Domingos e respectivas cercas. [245]

A relação da cidade com o comércio ribeirinho é demonstrada tanto pelas nove portas viradas para o rio, como pela localização dos dois conventos mendicantes a meio caminho e a meia encosta entre o comércio junto ao rio e o núcleo administrativo à volta da Sé.

A rede viária estruturava-se, nos finais do séc. XIV, segundo dois percursos bem definidos: um que

---

em direcção à cividade e Chã das Eiras por caracterização progressiva de arruamentos articulados com a supracitada rua Escura: as ruas do Souto, dos Pelames e da Chã das Eiras, esta ramificada na dos Carros e de Cimo-de-Vila." "FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. Publicações FAUP. Pag.135

240 FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Estudo da cidade pombalina. FAUP. Pag.135

241 Esta área foi ampliada para a zona de Monchique, onde as inquirições de 1258 contavam 75 fogos; o lugar de banhos foi então urbanizado, havendo notícias de aí existirem operações portuárias e residência de judeus; a ocupação entre este lugar e a Ribeira iniciou-se posteriormente, no reinado de D. Afonso III. Como indirectamente se depreende da transferência de Gafaria de Reboleira, para S. Lázaro. Século XIV, 1339, Foral Velho ou Inquirição, por mandado de D. Afonso III. P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. P.134

242 "No quadro da actual área urbana, as inquirições de 1258, fornecem elementos que permitem aquilatar do desenvolvimento da malha de póvoas rústicas; aí se constata que na Foz existiam então 36 casas e 14 cabanas, possuindo Lordelo 26 casais régios, 14 casais e 3 cabanas, enquanto em Nevogilde se agrupavam 18 casais; noutras póvoas como Aldoar que dispunha de 23 casais e Ramalde, Seixo e Resende, respectivamente co 17, 10 e 11 casas, pode também constatar-se um significativo aumento populacional." FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. FAUP. Pag.135

243 Fonte: Carlos Alberto Ferreira de Almeida, O Românico, História da arte em Portugal. Ed. Presença. História da arte em Portugal. Ed. Alfa

244 O perímetro da cidade muralhada aumentou 12 vezes. De 3,5 para 44,5 Hectares. Na mesma altura a cidade de Lisboa ocupava 103,6h, Roma, 1.380h Gand 644h, Antuerpia 352h P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. P.155

A área da muralha ultrapassava a área construída, – fins militares, ex. Olival (Cordoaria) e Cimo de Vila (Batalha). Segundo Magalhães Basto, a linha de muros era assim : - marginava o Douro desde as praias de Miragaia até aos Guindais ; Obliquava trepando pela encosta abrupta; e, limitando externamente a cerca do Mosteiro das freiras de Santa Clara fundado por D. João I, metia, já no planalto, em direcção a cimo de vila, para tornar a descer até às Hortas (hoje Praça da Liberdade) e subir ao Olival ou Cordoaria, prosseguindo para as Virtudes, de onde se precipitava sobre o rio e fechava, enfim, o circuito urbano ligando-se com a cortina marginal. (A. M. Basto, 1934). Reinados: D. Afonso IV (1355-1357) D. Pedro I (1357-1367) D. Fernando (1367-1370)

245 A rua Nova, rematada a poente pelo convento de S. Francisco, foi alargada no século XIV pelo poder real, renovando a sua importância e manisfestando o confronto com o poder do bispo.

ligava a praça da Ribeira ao núcleo da Sé e saída para leste (Porta de Cimo de Vila) e outro que pegava na Reboleira e terminava na Porta do Olival, (ligando o largo de S. Domingos à saída oeste e norte da cidade). [246]

Além destas portas, havia ainda outras duas, uma em Cimo de Vila (onde é a Batalha) e a outra no Olival (na Cordoaria), orientando as saídas a norte da cidade. Mas o nome e número de portas da cidade alterou-se com o crescimento da cidade e com as necessidades das diferentes épocas. Assim o Postigo do Carvalho que passou mais tarde a ser a Porta do Sol situava-se junto ao convento de Santa Clara, este implantado em inícios do século XV; o Postigo de Santo Eloy (no largo dos Lóios face à rua do Almada)) tornou-se uma das mais importantes saídas com a implantação dos conventos de Santo Eloy, S. Bento de Avé-Maria; com a abertura do Postigo de Carros (em frente à actual Igreja dos Congregados) fixou-se mais tarde o convento dos Congregados; também a Porta da Esperança estava em directa relação com o convento de S. João Novo (1592) e a Porta das Virtudes perto do Passeio do mesmo nome. [247]

Durante o séc. XV, o Porto distribuía-se por três zonas distintas : a Alta, a Baixa e o monte do Olival. As duas primeiras eram densamente povoadas e a terceira achava-se em vias de ocupação. A zona Alta era constituída pelo morro da Sé, onde se concentrava o poder religioso e a burguesia. [248]

A zona Baixa foi inicialmente na Praça da Ribeira, deslocando-se mais a norte para a rua Nova e, em meados do séc. XV, era já, em contraponto com a Alta bispal, uma rua burguesa onde se reuniam os homens de negócios.

O Monte do Olival, mais distante destas duas centralidades, distinguiu-se das outras por [249] ser o local da judiaria do Olival, instituído por D. João I, 1386, com o intuito de juntar num bairro único dentro de muros a comunidade judaica espalhada pela cidade. [250]

Depois do convento de Santa Clara implantado em inícios do século XV (1416), mais cinco conventos foram implantados no interior das muralhas até ao fim do século XVI: Sto Eloy (1491), S. Bento de Avé-Maria (1518), São Lourenço (1560), S. Bento da Vitória (1596) e S. João Novo (1592), o que demonstra não só a fraca densidade de ocupação intra-muros, mas também o incremento e adesão à vida religiosa. No exterior, surgiram o convento da Madre de Deus de Monchique (1534) e ainda os mosteiros dos Cónegos Regrantes, na Serra do Pilar, e das Dominicanas do Corpus Cristi, do outro lado do rio. [251]

Estas implantações vêm ainda criar novas relações e percursos na cidade aumentando a sua complexidade.

Nos fins da Idade Média, a aristocracia morava na Rua Chã das Eiras, na qual, ainda no século XVII, se encontravam edifícios sumptuosos como o Palácio do Marquês de Fontes e o dos Condes de Penaguião e Matosinhos, mas a abertura da Rua Nova em 1395 atraiu a melhor gente da cidade,

---

246 O primeiro compreedia 5 ruas: a dos Mercadores, da Bainharia, a Escura, a Chã das Eiras e a de cimo de Vila. O 2º cinco ruas também: Alfandega, Congostas, Bainharia (atingida através da Ponte de S. Domingos), Souto e Ferreira de Cima (ou Caldeireiros). RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Ed. P. Editora.

247 Não é exacto o nº de portas e de postigos, todavia não foi menor que 17 (4 portas e 13 postigos) P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; Hist. Porto.

248 A zona Alta teve de tudo excepto monges e fidalgos. Teve burgueses, artifices, « proletários », casas e oficinas de todos eles ; e mais : feira, mercado, alcaidaria, tabelionado. E o Paço Episcopal. A Baixa portuense a partir da 2ª metade do séc. XIV foi obra de pescadores, mareantes, funcionários régios da Alfandega, moedeiros, armadores de navios, cambistas e mercadores. Gente do comércio, da finança e da fiscalidade régia e local. Mas também gente dos ofícios e do trabalho à tarefa e à jorna.

249 Ainda no último quartel do séc. XV, a Câmara Municipal, procura declaradamente e chamar moradores aí, promovendo a urbanização da zona (aforava abaixo do real valor chãos e courelas do Olival.) P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3ª Edição. Porto Editora. Pag.152

250 Comunidade Judaica: Castelo (nas Aldas), Minhota (em S. João Novo) e a de Monchique (no sitio hoje chamado por Monte dos Judeus). Tratou-se de uma política de segregação étnica, querida por Papas e Bispos. Após a implantação da judiaria no olival, e nomeadamente no séc. XV, esta zona da cidade passou a ficar conotada com os judeus. Judeus: instalaram-se no burgo antes da chegada de D. Hugo. Na cerca velha houve uma judiaria com a sua sinagoga. Ficava ao pé da porta de Sant'Ana. Só mais tarde vai ser imposta uma zona conotada. Moravam na Rua da Sinagoga, rua Escura, Ribeira e Migagaia, mais precisamente Monchique – Monte de Judeus. D. João I em 1386 determinou uma zona para a judiaria. O conselho determinou que fosse no Monte do Olival, por detrás de S. Domingos, que aí viveram até à expulsão de D. Manuel. Pag.215

251 P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3ª Edição. Porto Editora. Pag.256

juntamente com a Rua de Santa Catarina das Flores, aberta em 1521, ainda no reinado de D. Manuel.

A estrutura e a hierarquia da cidade diversificaram-se e a partir do século XVI distinguiam-se alguns núcleos no seu interior e junto às portas de maior relevância como é o caso da Porta de Carros, na Praça das Hortas, onde existia no século XVI um chafariz rodeado de choupos. No século seguinte, os vereadores realizaram melhoramentos com a plantação de álamos e a construção de bancos, revelando preocupações de cariz urbanístico. Convém salientar que os conventos de Santo Eloy e de S. Bento de Avé-Maria tiveram um importante papel na dignificação e caracterização deste espaço, espaço este onde também o convento dos Congregados se veio fixar em 1680. [252]

Havia também muitos rossios no interior e exterior das portas de maior importância para movimentação de carros, pessoas, animais, e comércio de frutas, legumes e outros bens mais pesados e volumosos tais como na Porta da Ribeira, Porta de Cimo de Vila, P. De Carros, P. Do Olival e Porta Nova de Miragaia. [253]

No interior da cidade, a praça mais espaçosa era a da Ribeira e o terreiro de S. Domingos, entre o convento da S. Domingos e a Misericórdia, que, além de servir de convívio, era aí a feira franca semanal, às terças-feiras, a partir de Fevereiro de 1588. [254]

O largo de S. Domingos, onde se destacavam os edifícios prestigiados dos Mendicantes, passou a desempenhar um relevante papel social, dando lugar a uma importante praça, no século XVI, evidenciando, assim, a importância desta ordem religiosa.

O Olival foi transformado a partir de meados do séc. XVII pelos Beneditinos, 150 anos após a expulsão dos Judeus, quando fundaram, onde tinha sido a Judiaria, o seu Mosteiro de S. Bento da Vitória, passando, então, o monte a chamar-se da Vitória. [255]

Os livros de registo paroquial permitem afirmar que, nos fins do século XVI, a fixação da população se fazia segundo alguns eixos que, partindo da Sé e das grandes Portas da cidade, convergiam para a Praça da Ribeira e daí irradiavam pela marginal, seguindo a linha das muralhas, tanto para leste, pela rua da Lada, como para oeste, pela rua da Fonte Dourina, da Reboleira e dos Banhos.

Mas a cidade não cresceu muito até ao século XVI, [256] havendo apenas uma freguesia até 1583, sob a jurisdição de um só pároco e uma igreja paroquial, a Sé episcopal. No decorrer do século XVI, tendo aumentado a população, a freguesia foi dividida em quatro: a Sé, Nossa Senhora da Vitória, S. Nicolau e S. João Baptista de Belmonte. Pouco mais tarde, a última foi extinta em favor das igrejas vizinhas da Vitória e de de S. Nicolau (1604).

Nos séculos XVII e XVIII, mais quatro conventos (o dos Carmelitas Descalços em 1619, o dos Congregados em 1680, o de São José das Carmelitas Descalças e o de Santo António da Cidade em 1783) foram fundados no Porto mas no exterior das muralhas, por razões que não tiveram apenas a ver com o excesso de ocupação do interior da cidade mas também por condições das próprias comunidades religiosas, pois, no século XVII, assistia-se ainda a uma certa ruralidade dentro e fora de portas como o descrevem as crónicas: "azenhas na Rua das Congostas, nos meados do seculo XVII, Loureiros na Rua do Souto, pinheiros de grande porte nas imediações do Convento de S. Clara, o Mosteiro de Avé-Maria tinham horta e pomar, mas mais fora de portas" [257]

No decorrer do século XVIII, cresceu também o gosto da burguesia pela construção de habitações fora de portas e por isso aumentou o número de quintas nas imediações da cidade, cada vez mais

---

252 De igual adorno, o chafariz de Nossa Senhora da batalha e o dos flamengos em Vila Nova.

253 Campo das Hortas, fora de muros: nova praça quadrada, à maneira da Praça da Ribeira mas maior, com 120m de lado, entre as portas do Olival e a de Carros; negociações, (1691-1710), acabando por ser realisada, mas menos faustosa.

254 O rossio de S. Bento, entre o Mosteiro de S. Bento de Ave-Maria, o casario da rua de Carros nas traseiras do Mosteiro de S. Eloy e a Porta de Carros, receberam a mesma feira em 1625, depois das queixas dos Dominicanos de que o barulho da feira lhes perturbava o recolhimento. P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.262

255 Este nome era memorativo da Vitória da sociedade cristã sobre a Judaica. P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Ed. Pag.180

256 "De 1114 a 1495, a cidade do Porto nunca ultrapassou a cifra de 4.000 habitantes" P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. Pag.193,

257 RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.260F

bem cuidadas. [258]
Também neste século a população aumentou para o dobro relativamente ao século anterior e o novo centro urbano deslocou-se da Praça da Ribeira para o sítio das Hortas. [259] A acta da Câmara de 1772 referia: "a extensão e aumento que na povoação desta cidade tem havido de poucos anos a esta parte o não se estar vendo seria incrível, porque bairros inteiros se têm formado de novo; qualquer morador de idade não a mais avançada se recordará serem terras cultivadas e vazias o que hoje vemos bairros e ruas completas, como o sítio das Hortas, do Laranjal, e muitas outras partes que se têm acrescentado por todos os lados da cidade"
Enquanto nos séculos XVII e XVIII, a freguesia da Sé continuava a ser a mais povoada, com as suas ruas da Bainharia, Mercadores, Congostas, Lada, Lajem e Chã, em finais de XVIII, o crescimento dirigiu-se para fora das muralhas, seguindo eixos antigos de ligação ao exterior, entretanto renovados e melhorados: as ruas de Santa Catarina, do Almada, de Cedofeita, dos Quartéis, (D. ManueII) e Direita (Santo Ildefonso). [260]
Quanto a locais de convívio, a documentação permite-nos pensar que a Praça da Ribeira e os Rossios de S. Domingos e S. Bento das Freiras eram os sítios, em seiscentos, os mais procurados para comércio e convívio. No século XVIII a preferência passou para fora de muros, na Praça das Hortas ou em alternativa no Campo dos Ferradores, de Santo Ovídio ou de São Lázaro.
É de notar que todos estes núcleos tinham os conventos na sua envolvência demonstrando o dinamismo e a importância social destas instituições no meio urbano.
Na segunda metade do século XVIII, 1763, numa altura de grande dinamismo económico e demográfico da cidade, foi criada a Junta das Obras Públicas liderada por João de Almada e Melo (1764-1786). [261] Esta Junta foi responsável por uma política de desenvolvimento urbano criando intramuros a articulação entre o rio e a zona alta da cidade; fora da muralha procurou regularizar os bairros que se iam formando ao longo das vias de saída; e reordenou a cidade, garantindo uma nova dinâmica através das suas realizações urbanísticas. Procurava-se dar dignidade e monumentalidade à Praça da Ribeira, centro comercial da urbe, e melhorar as comunicações entre esse centro e a zona alta da cidade, cada vez mais populosa. Paralelamente reordenava-se o crescimento da zona extra-muros, que estava a expandir-se de uma forma rápida e desorganizada. [262]
Logo em 1763, a Junta decidiu a reconstrução da velha Praça da Ribeira e a abertura da Rua de S. João, assente em arcaria sobre o leito terminal do rio da Vila. Ligada a Ribeira ao amplo Largo da rua de S. Domingos pela rua de S. João, a comunicação seguia depois pela rua das Flores, o mais importante eixo comercial da cidade, com as suas lojas de fazendas, mercearias, ourives, porcelanas, etc. Do mesmo modo, o ordenamento da Praça de Santo Eloy, facilitou a sua ligação à nova Porta do Almada e simultaneamente (através da rua dos Caldeireiros) à porta do Olival.
Paralelamente a esta actividade de renovação da estrutura urbana existente e das novas zonas a urbanizar, surgiu uma importante produção arquitectónica.
A segunda metade do século XVIII no Porto manifestou uma arquitectura de uma grande variedade de estilos, em que ao lado de uma arquitectura influenciada pelo estilo pombalino, liderada pela Junta de Obras Públicas, aparecem tendências classicizantes (executada a partir de 1758 nas igrejas de São Nicolau e de Nossa Senhora da Vitória), de gosto neopalladiano ou ainda o barroco com decoração rococó. Finalmente nos finais de setecentos, o Porto conheceu também uma

258 Remonta aos primórdios de seculo XVII a construção de largos espaços verdes especialmente arranjados para fruição colectiva. O primeiro grande jardim do Porto foi a Alameda da Cordoaria, por mando régio e contra o governo municipal, pois era obstáculo à defesa da cidade e aos treinos das milicias (prejudicava a visibilidade para o rio). Fonte: HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora.

259 Em 1527 nas 7 freguesias viveriam... 13 527 almas. Em 1623 nas 7 freguesias viveriam... 16 086 almas. Em 1732 nas 7 freguesias viveriam... 24 883 almas. Em 1787 nas 7 freguesias viveriam... 52 010 almas. P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.260

260 Provavelmente neste mesmo século, a freguesia de Santo Ildefonso, muitíssimo mais extensa, suplantou a da Sé em quantidade absoluta de habitantes, seguindo-se, em breve a de Cedofeita.

261 FERREIRA-ALVES, Joaquim JaimeB., ob. cit., pp.175-197.

262 P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora.

arquitectura neoclássica que se manifestou com maior pujança na primeira metade do século XIX. A opção tardobarroca, encontrada em algumas obras conventuais e em construções particulares, denota que, paralelamente a uma certa modernidade, se tenha mantido até ao final do século algum conservadorismo. [263]

É neste contexto que a cidade do seculo XIX vai expulsar as Ordens religiosas, em 1834, e criar novas complexidades e novas estruturas.

Pela diversidade e complexidade da cidade a partir desta altura e porque este é também o momento da extinção das estruturas religiosas, a evolução urbana será analisada individualmente e relativamente a cada um dos casos de estudo.

263 P04/721 (14) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Convento de Santo António da Cidade e a Arquitectura no Porto na segunda metade do século XVIII. Porto 1992. Pag.80

Bibliografia:

P04/721 (14) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Convento de Santo António da Cidade e a Arquitectura no Porto na segunda metade do século XVIII. Porto 1992.

BRAUNFELDS, W. : Arquitectura monacal en Occidente, Barcelona, Ed. Barral, 1975, 362pqags

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, O Românico, História da arte em Portugal. Ed. Presença.

FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. Publicações FAUP.

FRANÇA, José Augusto – Lisboa Pombalina e o iluminismo, Lisboa, 1977

VICENTE Garcia Ros, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración. Valencia. Editorial Asís. 2000.

Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile del Domenicani e del Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII-XVe siecle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. A sociedade rural. Luis Carlos Amaral.
Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal. José Marques.

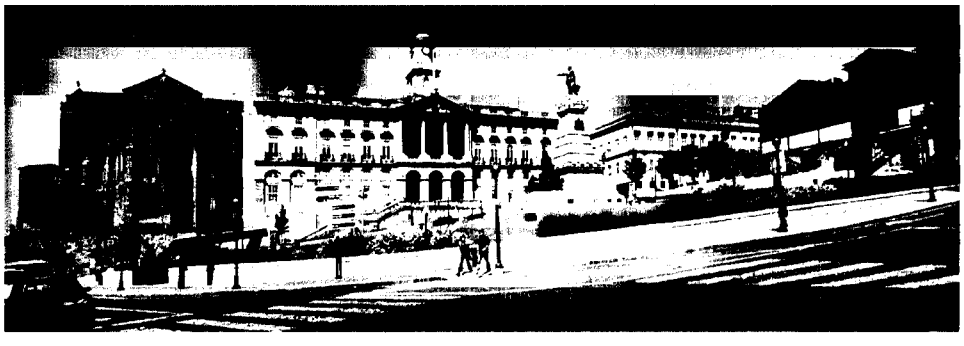
P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.260

História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Eitorial Estampa.

SEGUNDA PARTE

1 As intervenções no Património construído. Casos de estudo

Convento de São Francisco



Convento de São Francisco

Designação Igreja e Convento de São Francisco

Localização Porto, S. Nicolau, Rua de Ferreira Borges, Rua do Infante D. Henrique.

Fundação
data 1233
comunidade Comunidade: franciscana
ordem religiosa Ordem Religiosa: Forma de vida mendicante. Ordem dos Frades Menores. Ordem de S. Francisco

Extinção
data 1832

Permanências
igreja Mantém Tipologia
dependências Destruído
cerca Urbanizada

Usos
igreja Cultural
dependências -
-
cerca

Estados de Conservação Bom
igreja -
dependências -
cerca

Afectação Actual Palácio da Bolsa – Associação Comercial do Porto (proprietário e gestor)
- Administrativa (Sede da Associação Comercial do Porto), Financeira (Bolsa), Cultural (exposições, eventos culturais e artísticos)

Classificação Patrimonial Igreja: Património Nacional, Classificação do IPPAR: Monumento Nacional
Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico, caracterizado geograficamente por uma topografia condicionante com relevo acentuado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP).

Número do IPA PT1312130051 (Palácio da Bolsa)



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no edifício

1233, 1ª Fundação

1241, 2ª Fundação

1245, Construção do convento.

1383 a 1410, Construção da igreja com provável renovação do convento (substituição da capela de S. Miguel pela igreja actual de S. Francisco)

1244 a 1568, Funcionamento como casa capitular da Província Claustral de Portugal.1

1360 a 1832, Datas extremas do fundo: 1 ADP Convento de São Francisco1360. Bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento.

1568, Passagem à observância.

1612, Construção da capela de Nossa Senhora da Soledade (Capela dos Anjos de Porciúncula, pelo "arquitecto de obra de pedraria" Valentim Carvalho em colaboração com o seu sogro, o pedreiro Antonio Nogueira. (j. J. Ferreira de Almeida)

1646 a 1657, Edificação da primeira capela de Santa Isabel da Ordem Terceira de S. Francisco.

1675, Reconstrução da capela dos Irmãos Terceiros.

1771-1778, Reconstrução do convento.

1792, Em 19 Janeiro aluimento da capela-mor e da sacristia na capela seiscentista da Venerável Ordem Terceira de São Francisco.

1794, Construção da actual igreja da venerável Ordem Terceira.

1810 a 1822, Ocupação do convento por tropas portuguesas, que aí instalaram um hospital militar;

1832, 9 Julho, aquartelamento do Batalhão de Caçadores 5.

1832, 24 Julho, incêndio que provocou a destruição de grande parte do claustro e do Convento.

1834, 15 Outubro, portaria autorizando os negociantes a realizarem nas ruínas do convento a praça comercial.

1834, 1 Dezembro, inauguração da Casa da Praça nas ruínas do extinto convento onde se instalaram o Tribunal de Comércio e as "oficinas comerciais" pela portaria de 15 de Outubro.

1835, Pequenas obras, consideradas urgentes, foram feitas nos telhados do edifício.

1838 a 1840, Abertura da rua Ferreira Borges

1840, Nomeação de uma Comissão, presidida por João Allen, encarregada de proceder ao levantamento da planta do edifício, apresentado à direcção em 24 de Março desse mesmo ano.
1840 a 1860, Autorização dada por Joaquim da Costa Lima Júnior para a reedificação e conservação do Convento de S. Francisco.

1988, Recuperação do Salão Árabe, trabalhos de beneficiação nas coberturas;

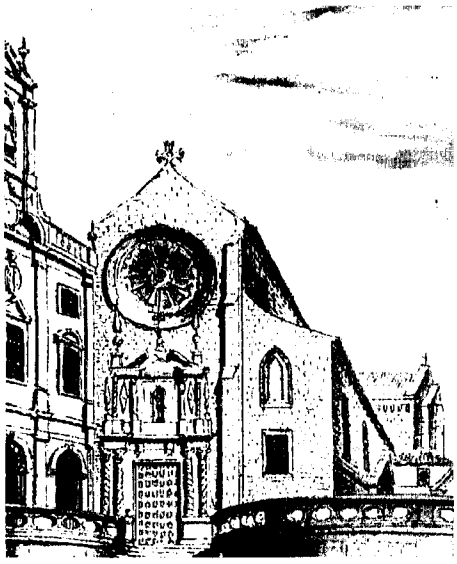


Fig. 1.1 Igreja de S. Francisco, Pintura de Vilanova (1833) Fonte: BPMP

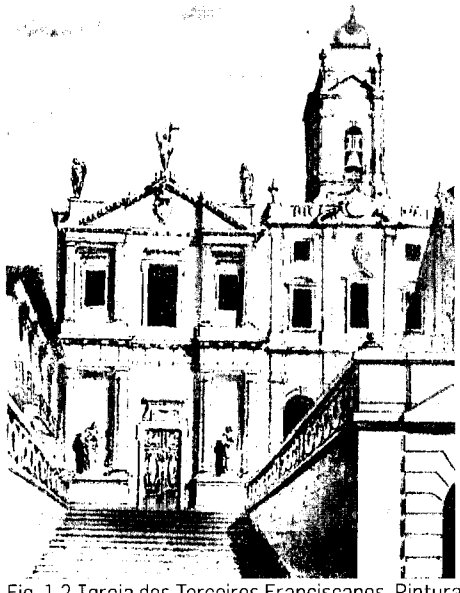


Fig. 1.2 Igreja dos Terceiros Franciscanos, Pintura de Vilanova (1833) Fonte: BPMP

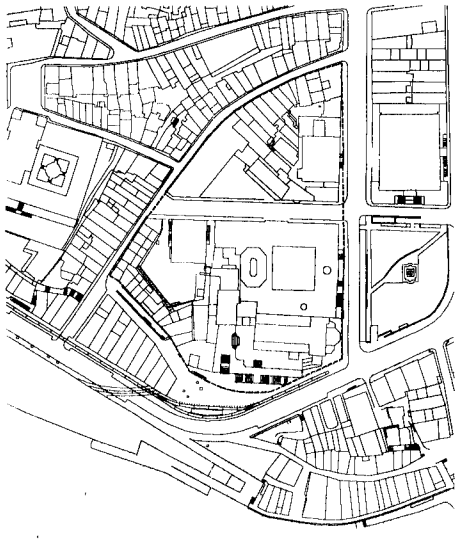


Fig. 1.3 Planta actual com indicação da cerca



Fig. 1.4 Fachada Nascente do Palacio da Bolsa (Actual)

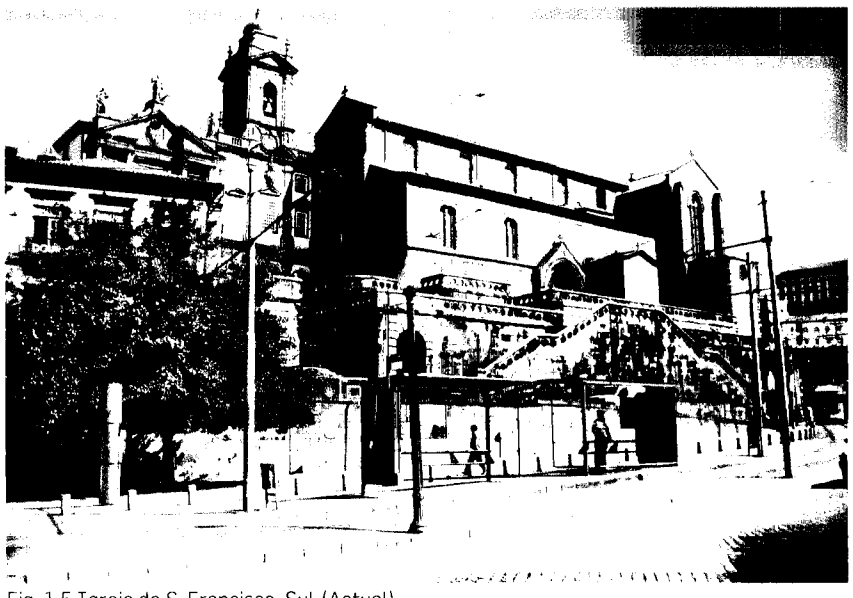


Fig. 1.5 Igreja de S. Francisco, Sul (Actual)

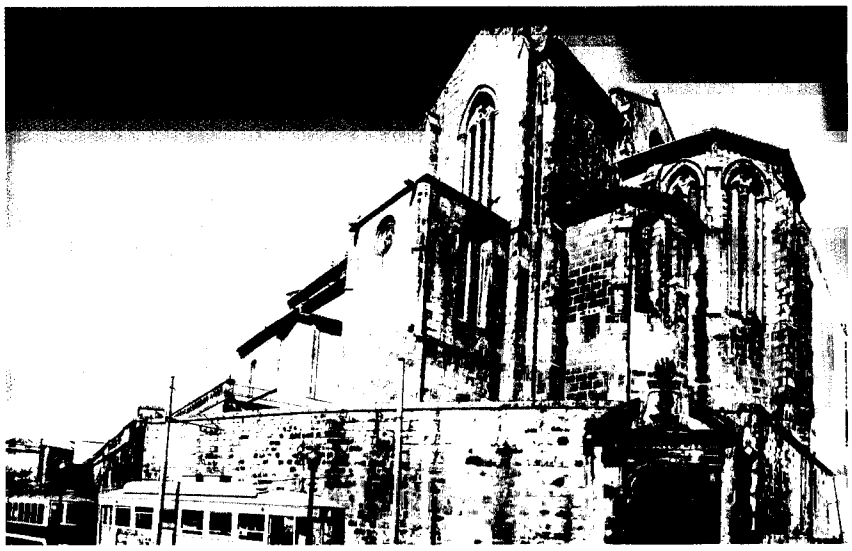


Fig. 1.6 Igreja de S. Francisco, Cabeceira (Actual)

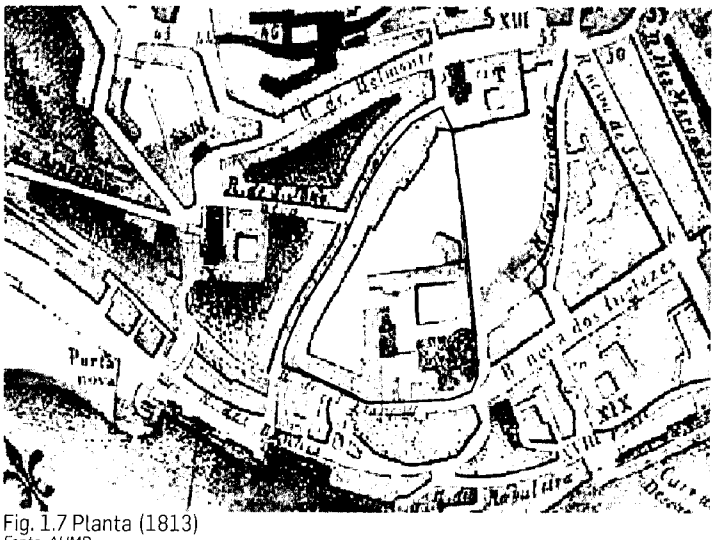


Fig. 1.7 Planta (1813)
Fonte: AHMP

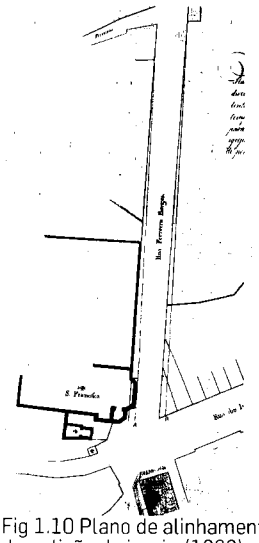


Fig 1.10 Plano de alinhamento da rua para impedir a demolição da igreja (1838) *Fonte: AHMP*

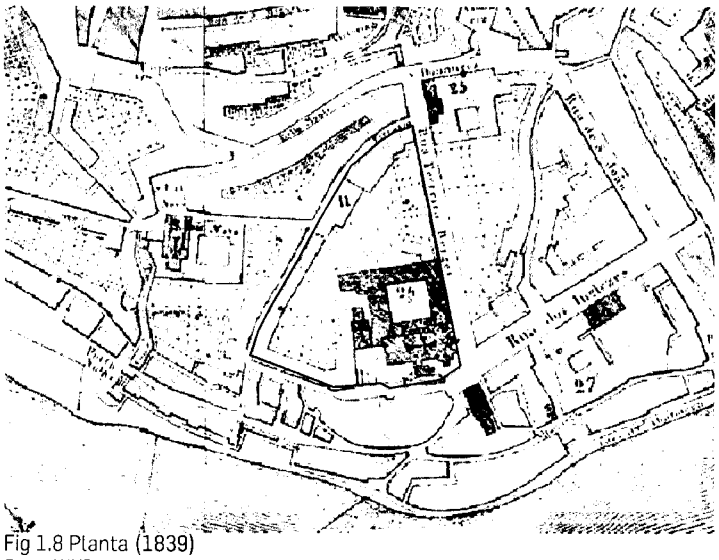


Fig 1.8 Planta (1839)
Fonte: AHMP

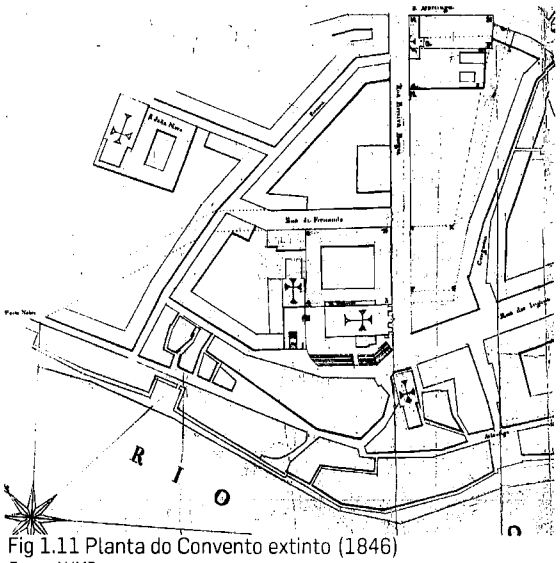


Fig 1.11 Planta do Convento extinto (1846)
Fonte: AHMP

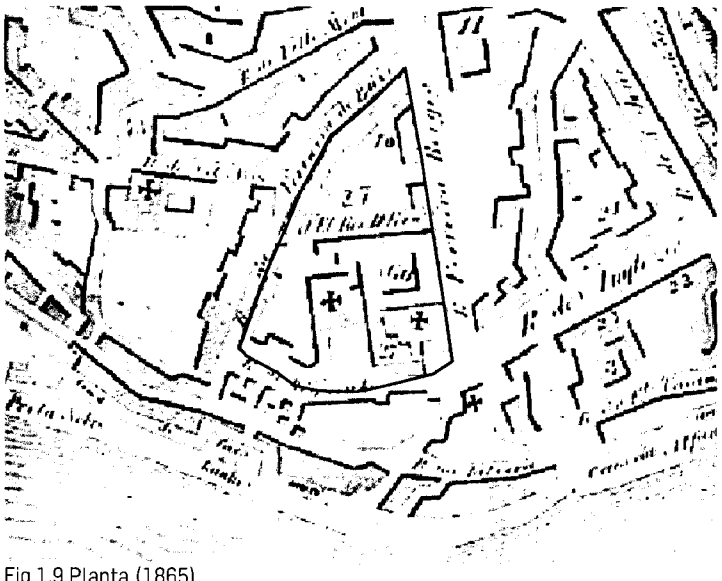


Fig 1.9 Planta (1865)
Fonte: AHMP

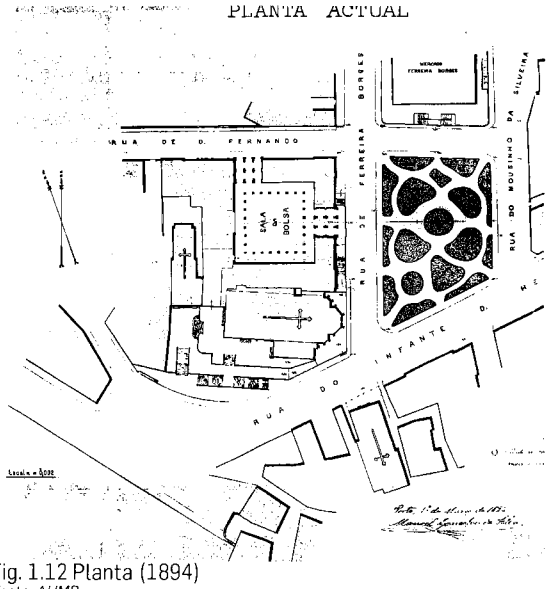


Fig. 1.12 Planta (1894)
Fonte: AHMP



Fig. 1.13 Planta Mediaval
Fonte: AHMP

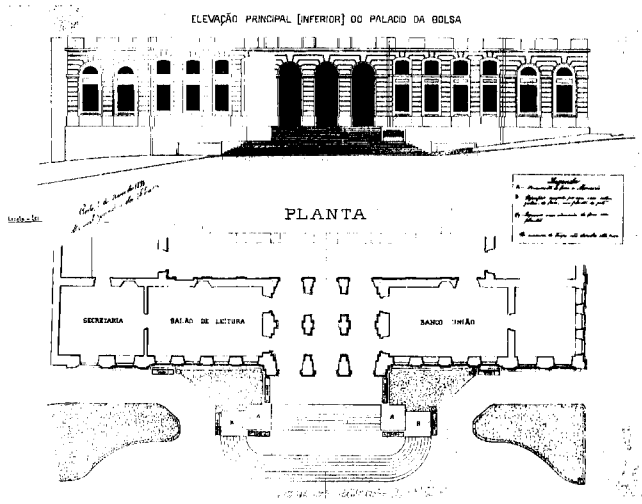


Fig. 1.14 Elevação Principal inferior do Palacio da Bolsa (1894)
Fonte: AHMP

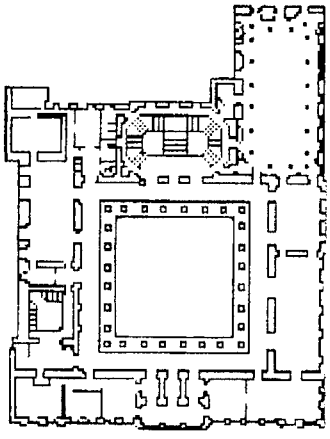
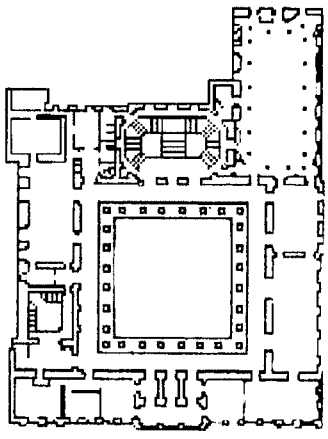
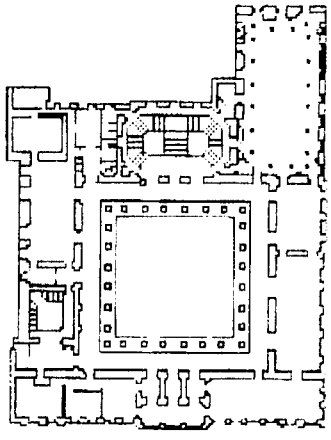


Fig. 1.15 Palácio da Bolsa
Rés do Chão



1º Andar



2º Andar

1 Localização

O convento de São Francisco situava-se no local hoje ocupado pelo Palácio da Bolsa do Porto. Um grande incêndio, em Julho de 1832, destruiu este conjunto do qual apenas a igreja subsistiu.
Mas se o edifício da Bolsa manteve de um modo geral a implantação do antigo convento, continuando adossado à igreja, – embora encerrando definitivamente as suas ligações a esta, - já da cerca do convento não restaram vestígios.
As plantas de 1813 de George BalcK, de José Francisco de Paiva de 1824 e de 1833 de W. B. Clarke mostram o convento de S. Francisco separado do convento de S. Domingos por uma linha na vertical – eixo norte-sul – que dividia as respectivas cercas. Existiu uma viela entre as cercas de S. Francisco e S. Domingos fechada nos princípios do século XVI, mas, onde, em 1840, foi aberta a rua de Ferreira Borges.[1] (figura 1.10 e 1.11, pag.98)
Nesta data, a cerca de S. Francisco estava ainda delimitada a sul pela rua de S. Francisco e pela rua Nova dos Ingleses, hoje rua do Infante D. Henrique; a poente e a norte, pela rua da Ferraria de Baixo (também chamada rua da Ferraria Nova, ou rua da Rosa, já que se dirigia em direcção à ferraria existente na zona da Ribeira), hoje rua do Comércio do Porto, que culminava a norte na ligação do Largo de S. Domingos com a rua de Belmonte.
A rua de Ferreira Borges, que hoje serve a entrada principal ao Palácio da Bolsa, (a nascente do edifício) concluída em 1840, apareceu pela primeira vez na planta de 1839 de Joaquim da Costa Lima. Na planta de 1865 de F. Perry Vidal, já apareceu a rua de El-Rei D. Fernando, hoje rua da Bolsa, (a norte do palácio) e apresenta a delimitação urbana actual do antigo convento. (figura 1.8 e 1.9, pag.98)
Foi posterior e muito próximo da data de extinção do convento que todas estas transformações urbanas se realizaram.[2]

2 Implantação

Na primeira metade do século XIII, o burgo do Porto reduzia-se à primitiva muralha,[3] construída entre os séculos XI e XII, em torno do morro de Sé.[4] Era um núcleo rudimentar com população escassa nesta época comparando-o a outros núcleos.[5]
Os mendicantes, Franciscanos e Dominicanos, apareceram no Porto em datas muito próximas, e escolhendo o mesmo perímetro para se instalarem.
Tratava-se de um lugar fora das muralhas, nos arrabaldes da cidade, como o descreveu Sousa Reis, " Foi pois assente o novo convento no tal campo... e situado nas raízes do monte chamado Belmonte, nome que ainda conserva a rua, que lhe fica superior, e que lhe corria inferior no sopé do mosteiro da rua das Rosas junto a Retumdella ou Redomdella, Reboleira, assim alcunhada pela volta quase redonda, que se dá para segui-la, ficando assim esta fundação fora da cidade a distância de um tiro de besta."[6]
A escolha do local veio confirmar a tendência destas instituições de se instalarem fora dos núcleos centrais e junto dos mais pobres.

---

1 (Pereira de Oliveira, pag.286) Pereira de Oliveira, J. M. O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento. Instituto de alta cultura. Centro de estudos geográficos. Fac. Letras Univ. Coimbra. Pag.286

2 Existem três vistas a partir do rio Douro do Porto setecentista: a de 1736 (H. Donclf, delin. /H. Toms, scult.), a de 1789 (Teodoro de Sousa Maldonado, delin, /Manuel da Silva Godinho, sculp,), e a de 1791 (Manuel Marques de Aguilar), que mostram a frente para o rio do convento.

3 Da qual restam apenas alguns trechos escondidos no casario à excepção do troço de Vandoma fonte: "SRU. Percursos do património na percepção da paisagem" instituto superior de agronomia

4 (Existiam três portas: Vandoma, S. Sebastião e Santana e um postigo, o da Mentira que mais tarde se tornou a Porta das Verdades. "SRU. Percursos do património na percepção da paisagem" instituto superior de agronomia)

5 (Historia do Porto, pag.166)

6 Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (Pag.121, Sousa Reis)

Este lugar estabeleceu a ponte entre a zona da ribeira, na sua relação de mercado com o exterior através do rio Douro e o burgo, ficando precisamente a meia encosta entre estes dois locais. Será nesta altura e ao longo do tempo, que se consolidará num lugar de feira e mercado. Foi aqui que os Mendicantes se instalaram com a finalidade de ter um contacto mais próximo dos populares.[7]

2.1. Razões sociopolíticas

A importância destes edifícios dependia da relevância do local em que se inseriam. Estes dois edifícios, o convento de S. Francisco e de S. Domingos, foram os primeiros e únicos conventos a instalarem-se no Porto entre os séculos XIII e inícios do século XV. Estas comunidades instalaram-se nos arrabaldes da cidade, junto da população mais pobre. A escolha deste lugar originou um conflito entre o poder real e o do bispo do Porto, detentor do burgo por doação de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, a D. Hugo em 1120. O bispo argumentava que o limite do burgo era o rio Frio, que descia pelo monte das Virtudes, em Miragaia e desaguava no Douro no sítio onde se situa hoje a Alfândega. O rei D. Sancho II defendia que o "canal Maior", referido como limite no documento de doação, era antes o rio de Vila, que descia mais a nascente, onde são hoje as ruas de Mousinho da Silveira e a de S. João (continuando o rio canalizado sob estas ruas).
Quando os Franciscanos em 1232 chegaram ao Porto, o bispo tinha-se deslocado a Roma para resolver junto do Papa a discórdia com D. Sancho I. Os Mendicantes vieram instalar-se precisamente na área onde estava instalada a discórdia entre o rei e o bispo originando vários conflitos. Esta luta de poder deu origem a vários conflitos. D. Afonso III criou a Vila Nova Del Rei (Vila Nova de Gaia), em Setembro de 1255, constituindo aí um burgo da coroa como forma de se eximir ao pagamento dos dízimos dos direitos devidos aos bispos do Porto pelo tráfego que se fazia pelo rio.[8]
Todas estas questões evidenciam a escolha do lugar como estratégia não só social como também política. A ligação com o rio e as transações comerciais externas vieram reforçar a importância deste local, situado no arrabalde e na zona franca do burgo afastado da cidade do bispo e fugindo à juridição do burgo.
Foi aqui que os Mendicantes se instalaram.

3. Fundação edificação e transformações

3.1.Convento

Estes dois conventos, ambos mendicantes, apareceram em datas muito próximas, instalados em locais contíguos. A data das suas fundações foi de 1233 para S. Francisco e 1238 para S. Domingos.
Os problemas entre o bispo do Porto, D. Martinho Rodrigues, e a instalação dos frades, indiciam um início de construção conturbado. Quando esta comunidade, em 1233, começou a construir a sua "casa" junto da capela de S. Miguel, (uma pequena ermida que aí existia) "logo as obras foram interrompidas pelo bispo do Porto, que expulsou os frades e mandou destruir o convento". Como afirma M. B. Branco "Corria o anno de 1233, e contavam-se maravilhas dos frades de S. Francisco... E logo um devoto ofereceu terreno para o convento e igreja no sítio que naquele tempo tinha o nome de Redondella...
Pediu-se authorização ao Papa Gregório IX, e foi ela promptuosamente concedida pela bulla de 20 de Maio do mesmo anno. ... Começou-se a obra mas poucos dias eram passados, quando o deão da Sé portucalense, acompanhado de outros capitulares, se apresentou no logar da obra, entrou a insultar os franciscanos, chamando-lhes : ladrões, gente prejudicial... prophetas falsos e enganadores. Depois destes insultos excomungavam os que dessem esmola aos frades..."[9]

---

7 (Pereira de Oliveira, pag.286)) Pereira de Oliveira, J. M. O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento. Instituto de alta cultura. Centro de estudos geográficos. Faculdade Letras Universidade Coimbra. Pag.286

8 Carvalho, Luís. - Porto Património Mundial. Editor "O Comercio do Porto".

9 Branco, M. B.A Fundação do Convento de São Francisco no Porto / M. B. Branco. Tripeiro - Porto - Série 3, Ano 1, nº1 (1926) - p.9

No entanto Sousa Reis e Agostinho Rebelo da Costa falam numa fundação posterior, em 1241. " Fundado em 1241 nesta cidade do Porto".[10]

"Fundado em 1241 fora dos muros da cidade e transferido por El-rei D. João I, no ano de 1245, para o sítio em que presentemente existe..."[11]

Poder-se-á pensar numa segunda fundação originada por uma nova bula do papa acompanhada por uma construção inicial, que viria a ser interrompida ou substituída por nova construção.

Estas situações são passíveis de terem coexistido devido à animosidade do clero institucional, – a Sé, com a comunidade franciscana. Com votos de pobreza, obediência e castidade, esta última não possuía, no início, verdadeiras instituições, senão casas de extrema pobreza e de construção rudimentar. Talvez por isso não existam dados construtivos ou de implantação destas primeiras e eventuais construções.

Contudo e comparativamente a outros estudos de ordens mendicantes e franciscanas, pode-se concluir que estas implantações foram no início muito rudimentares, autênticos abrigos e muitas vezes cedidas por particulares. Estávamos na primeira metade do século XIII, fora do perímetro amuralhado, (a muralha fernandina só seria construída um século depois) com um crescimento urbano embrionário. Tratava-se provavelmente de uma zona de comércio sobretudo marítimo, mas pouco povoada, (comparativamente a épocas posteriores) como descreve Oliveira Ramos, "suas casas, jardins, hortas e vinhais".[12]

Existem poucas descrições sobre o convento, ao contrário das igrejas que ainda hoje subsistem.

Houve várias adaptações e alterações, nas diferentes épocas, no Convento de S. Francisco. Como é referido no tema seguinte, terá havido uma renovação aquando da construção da igreja em finais do século XIV e inícios de XV. O mesmo se terá passado nos séculos XVI e XVII, aquando da renovação da igreja com a construção de novas capelas e da capela dos terceiros, embora não tenham sido encontradas referências concretas ao convento. No século XVIII, e por recolha de Ferreira Alves, a partir de 1770, encontramos descrições a obras de renovação do convento: "Em 1771... No tempo prezente andavão os dittos nossos Relligiozos reedificando o seu convento. Em 25 de Novembro de 1778... e vendo a Mesa que os religiosos estavam a terminar a grande obra do seu novo edificio para a parte da nossa capela, mandaram fazer uma planta para por ella se fazer a nova obra segundo as regras da arte, e a capacidade do terreno o podia permitir".[13]

Nos séculos XVII e XVIII fizeram-se grandes renovações nos conventos e mosteiros e este não foi excepção. Em comparação com outras obras devidamente estudadas, sabemos que nesta altura as renovações dos conventos eram significativas.

Contudo, os factos que se seguiram rapidamente contrariaram o processo de renovação e crescimento desta instituição. Entre 1810 e 1822, durante as invasões francesas, o convento foi ocupado por tropas portuguesas, que aí instalaram um hospital militar.

Mais tarde, a 9 de Julho de 1832 foi aquartelado o Batalhão de Caçadores 5, durante o cerco do Porto. Finalmente a 24 de Julho de 1832, e a menos de um mês de ocupação um incêndio destruiu o convento de S. Francisco.[14] "Apareceu o convento incendiado o convento nos seus 4 ângulos... do total incêndio apenas escaparam as paredes nuas".[15]

---

10 Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.119, Sousa Reis).

11 P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi.

12 Oliveira Ramos, Luís A., História do Porto. Porto Editora. Pag.160-170.

13 (ALVES, Ferreira. pag.347-364)

14 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.14

15 Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja Conventual de S. Francisco. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Igreja Conventual de S. Francisco

3.2 Igreja de s. Francisco

Relativamente a esta igreja também os factores referidos para o convento de S. Francisco vêm validar o facto de ela só ter sido construída nos finais do século XIV e inícios de XV.[16]
A construção da igreja gótica, entre 1383 e 1410, veio substituir a capela de S. Miguel.
É de notar que desde a data de fundação do convento à data de construção da igreja vão quase dois séculos. Para além das razões já apontadas, é de referir ainda a conjuntura urbana do Porto:

3.2.1 A Rua Nova do Porto

A construção da igreja, (1383-1410) provavelmente acompanhada da renovação do convento nesta data, correspondeu por um lado ao desenvolvimento da cidade, e em particular à construção da rua Formosa, e por outro à renovação destas instituições, tornando-se nesta altura em renovadas e majestosas fundações.
A Rua Nova do Porto (rua Nova dos Ingleses, ou hoje, rua do Infante D. Henrique) começou a construir-se na última década do século XIV e pensa-se ter ficado concluída cem anos mais tarde. (em 1395 foram iniciadas as obras da R. Nova, actual R. Infante D. Henrique.[17] Mandada construir por D. João I, era uma rua rectilínia, quase plana e demasiado larga para a época, ligando a rua dos mercadores ao convento de São Francisco. A rua Nova, também chamada de rua Formosa, por ter sido considerada a jóia da cidade, "contribuiu para personalisar distintamente a zona baixa ribeirinha", como classifica Oliveira Ramos: [18] "Polarizou em torno de si a vida do porto burguês, mercantil, tornando-se palco de negócios, espaço de festas, zona habitacional de maior prestígio e sala para a recepção de reis e altas figuras. Devido a ela, a porta nobre da cidade passará a ser, no século XVII, a de Miragaia, até aí postigo, que lhe ficava logo adiante numa continuidade agora tornada patente e, portanto, urbanisticamente valorizável." [19]
A isto podemos associar a construção da muralha fernandina, ainda recente, (1355-1370), facto que veio transformar este espaço intramuralhas, conferindo-lhe por isso acrescido prestígio.
Neste cenário, a igreja gótica de S. Francisco e o convento com a sua cerca passaram de uma localização periférica para um lugar de prestígio, prestígio este que também foi aumentado pela renovação do convento.

3. 2. 2 Descrição arquitectónica do Corpo da Igreja de S. Francisco

A igreja do Convento é hoje um dos poucos edifícios medievais e a única igreja gótica que o Porto conserva, pois todas as intervenções posteriores não alteraram a sua estrutura. No século XVI, construiu-se a capela dos Carneiros, ou do Baptismo de Cristo, mandada fazer por João Carneiro e da autoria de Diogo de Castilho e, no século seguinte, o novo portal principal, já de composição barroca.
Nos séculos XVII e XVIII, o seu interior foi totalmente revestido de talha dourada. Embora o trabalho de talha não apresente coerência estilística, a grande quantidade, que apresenta, permite observar uma evolução, constituindo um verdadeiro enunciado de talha dourada da cidade. [20]
A estrutura arquitectónica apresenta uma nave central mais alta e duas laterais mais baixas, com cobertura em duas águas, transepto, abside e dois absidíolos poligonais e coro alto.
As naves são formadas por dez tramos de arcos ogivais que assentam em colunas fasciculadas,

16 "A sua construção estendeu-se por finais do século XIV e inícios do seguinte". Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja Conventual de S. Francisco. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Igreja Conventual de S. Francisco

17 Fonte: inventário do Património arquitectónico. Monumentos. PT nºIPA: 131210034

18 "Compreende-se então que num quadro assim a rua Nova fosse olhada como excepção de espantar. E não só devido à sua amplitude. Também por causa de seu traçado plano e rectilíneo, pela sua localização no tecido urbano da baixa e pelo luxo das casas nela construídas. Quer dizer, ela teve um plano e desejou-se modelo, contrariamente aos modos da época." Oliveira Ramos, Luís A., História do Porto. Porto Editora. Pag.145.

19 Oliveira Ramos, Luís A., História do Porto. Porto Editora. Pag.160-170.

20 Fonte: Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja Conventual de S. Francisco. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Igreja Conventual de S. Francisco

quatro das quais demarcam o coro. No transepto, à direita, temos a capela dos Reis Magos e à esquerda, a capela dos Carneiros.[21]
Uma das particularidades desta igreja vem do singular contraste da ornamentação das talhas com a austeridade da estrutura gótica.[22]

3.3 Os Terceiros

O desejo dos devotos e dos fiéis imitarem a vida religiosa dos frades e freiras cujos conventos e mosteiros frequentavam levou à criação de institutos próprios do seu estado de leigos, com estatutos e organização específicos. Como os fiéis de S. Francisco de Assis, o padroeiro deste convento, eram cada vez em maior número, houve necessidade de criar uma outra ordem ao lado da primeira (dos padres) e da segunda (das freiras), de acordo com a hierarquia das congregações religiosas. Príncipes, vassalos, nobres, titulares e plebeus, todos os que não podiam inserir-se na vida religiosa conventual associaram-se em grande número nesses institutos. Alguns traziam mesmo uma espécie de hábito ou insígnias e viviam em congregação, usando frequentemente o prenome de frei. No Porto existiram várias destas irmandades de terceiros, algumas das quais ainda subsistem: S. Francisco, S. Domingos, Carmo, Santissima Trindade, Terço, e Caridade, Salesianos. Vivendo em suas casas, eram considerados eclesiásticos, tendo assim o privilégio do foro e do cânone pertencente aos clérigos, estando isentos do serviço militar e de outros encargos públicos.[23]

3.3.1 Venerável Ordem Terceira

Ao lado da igreja de S. Francisco foi edificada a igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, enquanto Irmandade dos Terceiros de S. Francisco do Porto, fundada em 1633, numa capela do claustro conventual de S. Francisco, que rapidamente se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII.[24]
Ocupando vários espaços no convento, os irmãos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco iniciaram, em 1638, o processo para terem uma capela própria que viria a ser designada em 1644

---

21 Na visita do seu opulento interior, damos a palavra à especialista da Arte em Talha Portuguesa Natália Marinho Ferreira-Alves: "Na nave do lado do evangelho encontra-se a capela de Nossa Senhora da Conceição ou da Árvore de Jessé cuja talha é da autoria de António Gomes e Filipe da Silva (1718), com a participação do escultor bracarense Manuel Carneiro Adão, a quem caberia a execução das esculturas (1719). A ladear este belo conjunto acham-se: o retábulo de Nossa Senhora da Rosa, de 1740 (anteriormente designado por Nossa Senhora da Graça) onde se pode admirar a pintura mural dos inícios do século XV, atribuída a António Florentino, pintor régio de D. João I; e o retábulo de Nossa Senhora do Socorro (antes conhecido por Nossa Senhora do Rosário dos Escravos), de 1743, ambos da autoria do entalhador Manuel da Costa Andrade, segundo risco do arquitecto Francisco do Couto e Azevedo.

Na nave oposta, do lado da epístola, encontra-se ao centro a capela de Nossa Senhora da Soledade, um dos mais preciosos exemplares do rococó portuense, obra de Francisco Pereira Campanhã (1764). A enquadrá-lo, dois magníficos retábulos de 1750, da autoria de Manuel Pereira da Costa Noronha: o de Nossa Senhora da Anunciação (antes designado Nossa Senhora da Encarnação) e o dos Mártires de Marrocos.

Estes conjuntos têm um remate condigno no revestimento em talha no tecto da nave central e do transepto, datado de 1732."Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja Conventual de S. Francisco. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Igreja Conventual de S. Francisco

22 Na fachada principal, contrafortes escalonados reflectem a sua organização interna (igual solução é utilizada para reforço do transepto, abside e absidíolos). A rosácea gótica é compartimentada em doze secções. O portal-retábulo do frontispício, o acrescento barroco, ergue-se em dois andares, o primeiro assinalado por colunas torsas emparelhadas, e o outro por um nicho com a imagem de S. Francisco, ladeado por coluna torsa e consola. Sobre a cornija, corre um estilóbato ressaltado, onde repousam consolas e colunas torsas. A rematar, um frontão duplamente interrompido, que enquadra as armas da Ordem. Ao longo da fachada lateral sul, corre cornija assente em modilhões, onde se rasga um portal muito simples em três arquivoltas ogivadas, e janelas altas. (fonte: Manuel Joaquim M. Rocha)

23 Luís de Carvalho - Porto Património Mundial. Editora: " O Comércio do Porto ", internet.

24 O criador da Ordem Terceira de S. Francisco foi o papa Nicolau IV (c. 1230-1292 / 1288-1292). Cf. GERHARDS, Agnés – Dictionaire Historique des Ordes Religieux. Paris: Faiard, 1998, p.582, publicada em 1880, o autor informa-nos que os terceiros tiveram "princípio no anno de 1633, n'uma capella dos claustros do convento de S. Francisco" onde edificaram "capella própria sua em 1657, como consta d'um documento da Ordem". P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

por "nossa" capela de Santa Isabel. [25]

Em 1646, a irmandade construiu a sua capela privativa, num terreno a poente, junto "a la portaria de la parte de fuera de la Clausura, en que se solian enterrar algunos Difuntos Pobres" [26] concedido pelo Convento de S. Francisco, que acabaria por se arruinar passados poucos anos. O modesto templo seria apenas reconstruído em 1675. [27]

"Podemos constituir, com alguma reserva, a capela de Santa Isabel. Uma estrutura quadrangular, revestida de azulejo, com um tecto em caixotões pintados e um retábulo que, pela época, era de estrutura maneirista. Todo este espaço foi enriquecido com uma imagem de Santa Isabel Rainha de Portugal." [28]

Mais tarde, em 1771, como os terceiros pretendiam construir uma capela e sacristia, solicitaram uma aos Franciscanos e uma parte da cerca, uma vez que, como estes estavam a reedificar o convento, o terreno pretendido não lhes fazia falta. [29] Em "Meza plena", foi novamente tratada a questão de 1771, ligada à necessidade de se ampliar o corpo da capela. Existindo na altura a "comodidade" dos Franciscanos cederem o terreno suficiente para se fazer a obra (dispensavam até 45 palmos de comprido), vendo a Mesa que os religiosos estavam a terminar a "grande obra do seu novo edificio para a parte da nossa capela, mandaram fazer uma planta para por ella se fazer a nova obra segundo as regras da arte, e a capacidade do terreno o podia permitir",

Estas obras na capela seiscentista da Venerável Ordem Terceira de São Francisco tornaram-se prementes, principalmente depois de ter aluído a capela-mor e a sacristia em 19 de Janeiro de 1792, tendo-se, assim, dois anos mais tarde edificado uma nova capela. [30]

---

25 "Capela Primitiva da Venerável Ordem Terceira de São Francisco" pelas tres imagens que dela possuimos anteriores à sua demolição, que aparecem nas 3 vistas do Porto setecentista – a de 1736 (H. Donclf, delin. /H. Toms, scult.), a de 1789 (Teodoro de Sousa Maldonado, delin, /Manuel da Silva Godinho, sculp.), e a de 1791 (Manuel Marques de Aguilar, delin. E sculp.).

O padre Silvestre da Costa Lima, referindo-se ao Convento de São Francisco, escreve acerca do claustro o seguinte: "No claustro do dito convento se acha entre outra dhuma cappela não muito grande que servio antigamente a devoção dos Terceiros; porem no anno de 1670 junto ao mesmo convento da parte do poente fundáraõ huma de novo, magnifica, e com bello átrio, tem esta sinco altares, e toda está ricamente ornada, sem se poupar ali despeza: e para fazerem suas Mezas tem huma magestoza Caza, com a capacidade de meter oito janellas rasgadas como tem. A fachada da primeira grande capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, segue um esquema corrente na arquitectura religiosa da época." P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

26 (ALVES, Ferreira. pag.347-364)

27 Fora do convento, segundo Pinto de Matos, teriam levantado em 1646, uma capela independente, no local onde mais tarde se ergueria a sua primeira grande capela e onde se encontra a actual igreja. Como consta d'um documento da Ordem, em 1657 "edificaram capella própria" ...primeira grande capela que a Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto mandou levantar a partir de 1675/1676. A construção da primeira grande capela da Velnerável Ordem Terceira de São Francisco, aparece referida num contrato de fiança e obrigação de obra de pedraria, feito em 27 de Abril de 1676, na casa do capitão Rafael Matos Godinho, na rua de S. Francisco. (ALVES, Ferreira. pag.347-364) O padre Silvestre da Costa Lima, relativamente ao Convento de São Francisco, escreve acerca do claustro: "No claustro do dito convento se acha entre outra dhuma cappela não muito grande que servio antigamente a devoção dos Terceiros; porem no anno de 1670 junto ao mesmo convento da parte do poente fundáraõ huma de novo, magnifica, e com bello átrio, tem esta sinco altares, e toda está ricamente ornada, sem se poupar ali despeza: e para fazerem suas Mezas tem huma magestoza Caza, com a capacidade de meter oito janellas rasgadas como tem". ...

28 (ALVES, Ferreira. pag.347-364) Domingos Lopes (1646-1716) 58 MAGALHÃES BASTO, Artur – ob. cit. p.397; PINHO BRANDÃO, Domingos de – Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na Diocese do Porto. Documentação I Séculos XV a XVII, volume I. Porto: 1984; FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A arte da talha no Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica). Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989, 2 volume LEÃO, Manuel – Domingos Lopes, artista e empresário, in Museu, IV série, nº5. Porto: Publicação do Círculo Dr. José Figueiredo, 1996, p.73-107, designado no contrato por "mestre de architectura", poderia ter sido o autor (ou colaborador) do risco da primeira grande capela que a Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto mandou levantar a partir de 1675/1676, ainda que na história seráfica a autoria do projecto seja dada ao padre Baltazar Guedes. Se a questão da autoria do projecto da capela dos terceiros deverá, se possível, ser esclarecida documentalmente, Os documentos revelam-nos várias intervenções na capela da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.

29 (ALVES, Ferreira. pag.347-364) Em 25 de Novembro de 1778, 93 A.V.O.T.S.F., Mesa 852, fl. 164v. – 166

30 P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364. (nota: Ao longo dos anos encontramos diversas referências sobre obras 22 A.V.O.T.S.F., R/D, fl, 78-79 que contribuíram para que a capela de Santa Isabel se tornasse num importante exemplar da arquitectura seiscentista portuense: em 1644, forraram a capela e soalharam-na de madeira de pinho, e os "rompantes e entablamento", executou-os o ensamblador Manuel Garcia.

3.3.2 Igreja dos Terceiros Franciscanos

A construção da igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco iniciou-se em 1792, obra do arquitecto António Pinto de Miranda e sob a direcção do italiano Luigi Chiari (de influência do estilo clássico italiano).[31]

Presentemente, esta igreja (como a de S. Francisco) está também fechada ao culto e mesmo a visitas turísticas. A sua frontaria é composta por dois andares e um frontão.[32]

O interior, de uma só nave, tem um pé direito desproporcionado, imposto talvez pela grandiosidade e altura da fachada.[33]

A capela-mor é semelhante à nave no que respeita às colunas, estuques, pinturas e abóbada em berço.[34]

Os quatro altares laterais são obra de Luigi Chiari, feitos em 1798, tal como os cadeirais para a Mesa Administrativa, as grades da capela-mor, as das frestas ou tribunas e todas as portas da igreja.[35]

3.3.3 Hospital de S. Francisco

Como várias outras irmandades religiosas existentes na cidade, também a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco fundou o seu 1º hospital próprio para dar assistência aos irmãos doentes e pobres. Mas, antes do hospital, que ainda hoje existe, os Terceiros Franciscanos fundaram um recolhimento, na Rua do Reguinho (actual Rua de S. Francisco).

O edifício, de construção modesta, foi iniciado em Agosto de 1686 e concluído um ano depois, sendo inaugurado em 24 de Novembro de 1687. Em 1714, tinha apenas seis recolhidas, tendo sido deliberado que, pós o falecimento da última, o recolhimento seria extinto e seria construído um hospital mais amplo e mais sólido para tratar os irmãos pobres doentes.[36]

O hospital foi construído na Rua da Ferraria de Baixo (actual Rua do Comércio do Porto) e Rua de D. Fernando (actual Rua da Bolsa) a sul, com o começo das obras em 1734, abrindo em 26 de Maio

---

... Em 1653 o seu interior foi azulejado e, dois anos depois, o pintor Manuel Nunes executou as pinturas, "quadros", no tecto da capela.)

31 Foi benzida em 19 de Maio de 1805 pelo bispo D. Frei António de S. José e Castro, embora já estivesse praticamente concluída no fim de 1799 e já nela se celebrasse o culto.

Diz Carlos de Passos que esta «é a mais notável das igrejas do Porto, pela harmonia e homogeneidade do conjunto (arquitectura e decoração) e, também, pela feição italiana, única na cidade e pouco vulgar no País» «Guia Histórica e Artística do Porto», 1935, pág.28).

32 Entre as colunas dórico romanas (duas de cada lado do portal) do primeiro andar, figuram estátuas alegóricas da Humildade e da Penitência, modeladas por Manuel Joaquim Alves de Sousa Alão e passadas à pedra por Bernardo Moreira. Três amplas janelas abrem-se no andar superior, com colunas jónicas (duas de cada lado, ladeando as duas janelas laterais) e cornija denticulada; no tímpano que remata a fachada sobressai o brasão da Ordem (quinas e chagas), encimado pela coroa real. Sobre o frontão foram colocadas as estátuas figurativas da Fé (ao centro), da Esperança e da Caridade, modeladas pelo barrista João José Braga e esculpidas em pedra também por Bernardo Moreira. Fonte: Luís de Carvalho - Porto Património Mundial. Editora " O Comércio do Porto ",

33 Cobre a nave uma abóbada de berço com estuques e pinturas alegóricas, a fresco, de Custódio José Pereira, feitas entre 1800 e 1803. O arco triunfal é rematado por um frontão decorado com a coroa real, cujo pavilhão abriga dois escudos: o da Ordem e o de Portugal, em pedra, com admirável trabalho de cantaria. Fonte: Luís de Carvalho - Porto Património Mundial. Editora: " O Comércio do Porto ",

34 As imagens de S. Francisco e S. Domingos do altar-mor foram feitas em Lisboa, em 1802, desconhecendo-se o autor, e o retábulo, desenhado pelo arquitecto António Pinto de Miranda, foi executado pelo entalhador Manuel Moreira da Silva, sendo de Teixeira Barreto o painel do retábulo, representando a entrega da regra da Ordem Terceira por S. Francisco a S. Lúcio e Santa Bona (os Bem-casados). As figuras simbólicas e os anjos são da autoria de Sousa Alão, que executou também o Senhor Ressuscitado da porta do sacrário e os oito anjos dos altares laterais. Fonte: Luís de Carvalho - Porto Património Mundial. Editora: " O Comércio do Porto ",

35 O arquitecto italiano desenhou também os seis grandes castiçais do altar-mor, executados pelo entalhador Manuel Moreira da Silva. Nestes altares estiveram, antigamente, quatro painéis pintados por Vieira Portuense, em Londres, entre 1799-1800, representando Nossa Senhora da Conceição, S. Luís, rei de França, e a rainha Santa Isabel; o quarto painel, de Santa Margarida de Cortona, era uma cópia do original pintado por Vieira Portuense (que está na Sala das Sessões), executada em 1890 pelo restaurador A. Moura. Fonte: Luís de Carvalho - Porto Património Mundial. Editora " O Comércio do Porto ",

36 "Enquanto esse estabelecimento não fosse construído, os necessitados seriam tratados em suas casas, à custa dos rendimentos da Ordem:" Luís de Carvalho - Porto Património Mundial, editado pelo " O Comércio do Porto ", Internet.

de 1743. Mais tarde em 22 de Dezembro de 1765, foi-lhe acrescentada uma enfermaria.[37]

4 Transformações no século XIX

Em 1834, com a vitória liberal e com a legislação de Mouzinho da Silveira, os bens das ordens religiosas foram transferidos para uma nova elite de barões e financeiros.[38]

Em 1 de Dezembro de 1834, foi inaugurada a Casa da Praça nas ruínas do extinto convento onde se instalara o Tribunal de Comércio e as "oficinas comerciais" pela portaria de 15 de Outubro.

As adaptações realizadas no convento destruído tinham carácter provisório, permitindo a portaria fazer obras na parte superior das abóbadas, mas careciam as verbas.[39]

"Pequenas obras, consideradas urgentes, se haviam feito nos telhados do edifício, a partir de meados de 1835, já a direcção diligenciava perante a Câmara Municipal do Porto para dar o nome de Ferreira Borges à rua a abrir em frente da Praça do Comercio e alvitrava a construção de escritórios comerciais na parte superior às abobadas, nos "altos do edifício".[40]

Em1835 foi ali estabelecido o telégrafo marítimo.

Três anos mais tarde, o Arquitecto Municipal J. C. Lima Júnior, representando a direcção da rua Ferreira Borges, apresentou um plano topográfico para impedir a demolição de uma parte da igreja de S. Francisco.

Em1839 foi apresentado um parecer às Cortes e ao Governo para a edificação de uma Bolsa Comercial, com o envio da planta e do orçamento da construção que devia substituir as ruínas conventuais.[41]

A portaria de 23 de Novembro de 1840 autorizou definitivamente a posse do edifício e as obras de "reedificação de todo o edifício e sua conservação" - pela carta de lei de D. Maria II em 19 de Junho de 1841,[42] originando um protesto da venerável Ordem de S. Francisco.

O Palácio da Bolsa do Porto foi, então, construído a partir das ruínas do convento, mantendo-se a implantação e a configuração do claustro.

Em 1840, já tinha sido acabada a rua de Ferreira Borges, tendo sido expropriados para esse efeito os prédios em frente à Praça, com a rejeição da proposta da demolição da igreja de S. Francisco.[43]

Em 1840, a Comissão presidida por João Allen foi encarregada de proceder ao levantamento da planta do edifício, concluída em 24 de Março desse mesmo ano. Este levantamento das plantas, que seria importante no reconhecimento do que existia e do que foi modificado, não foi por nós encontrado.

Entre 1840 e 1860, Joaquim da Costa Lima Júnior foi o autor da reedificação e conservação do Convento de S. Francisco.

Sem estes dados e embora a configuração geral do edifício incluindo o claustro e algumas paredes tenham sido mantidos, perdeu-se toda a informação sobre a organização anterior na interligação dos vários espaços e na sua ligação com o exterior.

A partir daqui, a circulação e as ligações anteriores ficaram definitivamente comprometidas. Nenhum dos percursos, funções ou compartimentação do espaço seguiu a lógica anterior. A igreja é hoje um apêndice em que tanto a linguagem arquitectónica como a própria textura são anexados tornando estes dois edifícios justapostos, de serviços distintos, distantes nas suas linguagens, fazendo apenas parte de uma malha urbana no plural. Tudo isto é reforçado pelo acesso dos dois

37 Luís de Carvalho - Porto Património Mundial, editado pelo " O Comércio do Porto ", Internet.

38 INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

39 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.16

40 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.21

41 Ana Cristina Pereira. Susana Ferraz. Proposta de Gestão. Legislação e Gestão Patrimonial. MIPA. FAUP. 2004.

42 Fonte: Manuel Joaquim M. Rocha

43 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.19

edifícios ser feito por ruas diferentes, ao contrário do passado em que a entrada era feita pelo lado sul quer para a igreja de S. Francisco quer para a igreja dos Terceiros quer para o convento, tal como é evidente na configuração das plantas antigas como era comum na época, pois a entrada do convento era lateral ou contígua à das igrejas.

4. 1 A Bolsa do Porto

Em 1841, D. Maria II concedeu à Associação Comercial do Porto a propriedade do convento, autorizando a Associação a mandar fazer "todos os reparos de que carece" e encarregar-se da reedificação de todo o edifício e da sua conservação. Nesta altura já estava concluído a abertura da Rua Ferreira Borges.

O arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior foi o autor das primeiras obras (1840-1860) para a "reedificação de hum novo edifício", tendo sido pedidos pelo governo a planta, orçamentos e detalhes da projectada bolsa. [44]

Foram apresentados pelo arquitecto dois projectos para a reedificação, sendo dada com insistência o aproveitamento do "quanto existe feito " [45] menos a frente para a rua Ferreira Borges "que por se achar desaprumada e arruinada tem de se apear" e as partes contíguas ao edifício "que devem ser tomadas para caixa da nova escada" [46]

Os dois projectos com as respectivas plantas receberam um parecer da referida comissão, cujo presidente era como já se disse João Allen. Aí se insistiu que nos dois projectos se aproveitasse quanto existisse feito, menos a frente para a rua Ferreira Borges "que por se achar sumamente desaprumada e arruinada tem forçosamente de se apear, bem como as partes contíguas ao edifício que devem ser tomadas para Caixa da Nova Escada".

No parecer dos dois projectos apresentados, advogou-se o projecto mais caro pelo facto de existir uma pequena diferença relativamente à qualidade do projecto –" beleza e elegância assim como a entrada principal com maior capacidade e a torre do relógio"

Assim as fachadas revelam algumas disposições das plantas do edifício pela tentativa de incorporação das pré-existências do convento. [47]

Contudo as fachadas sul e poente, não viradas para a rua, perderam o seu carácter distintivo e assumiram um papel de cerzimento do velho com o novo e de ligação à igreja de S. Francisco e dos Terceiros.

Em 1860, o Eng.º civil Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa (1860-1879) concebeu o projecto do Salão Árabe.

O arquitecto Tomás Soller (1879-1883) foi o autor da cobertura do pátio do claustro, "para que haja um local cómodo e amplo, onde todos os comerciantes e agentes se possam reunir à maneira do que acontece em todas as cidades comerciais estrangeiras de alguma importância." [48] Esta obra foi aprovada em 9 de Julho de 1880.

O Eng.º José de Macedo Araújo Júnior dirigiu os trabalhos entre1883 e 1890.

Dos começos de 90, foram os primeiros trabalhos do Arquitecto Joel da Silva Pereira (1894-1899), com o plano para a reconstrução da Sala de Audiência do Tribunal de Comércio. Entre1899 e 1910, José Marques da Silva foi encarregado de desenhar os vitrais e mobiliário da Sala do Tribunal, assim como de organizar os planos de iluminação e pintura da Escadaria Nobre e de uma marquise para a entrada do Palácio pela rua de D. Fernando.

Com a implantação da República, o Palácio da Bolsa foi desocupado e ali instalada a Câmara Municipal do Porto.

---

44 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.21

45 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.23

46 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.23

47 Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.23

48 Palácio da Bolsa, Porto. 1994.

Em 1918, um decreto restituiu o edifício à Associação. [49]

4.2 Utilização actual

Classificado como Monumento Nacional, o Palácio da Bolsa está aberto ao público. Centro Cultural e de Conferências, o Palácio da Bolsa é um espaço com condições para a realização de concertos, palestras, apresentações, assembleias-gerais, recepções, congressos, incentivos, conferências, mostras comerciais, leilões, exposições, e outros eventos. Ali se realizam recepções oficiais do Estado.

O Palácio da Bolsa é um dos fundadores dos Historic Conference Centres of Europe, rede que reúne, a nível europeu, Palácios, Monumentos ou Edifícios Históricos, que funcionam como Centros de Conferências. Está integrado na Rede Europeia de Centros de Conferências em Monumentos Nacionais. [50]

5 Extinção e permanências

Do conjunto construído do convento de São Francisco, restam a igreja de São Francisco e a igreja dos Terceiros. O convento destruído pelo incêndio, a extinção das ordens religiosas e os novos arruamentos do primeiro quarto do século XIX, rua Ferreira Borges e rua da Bolsa, apagaram definitivamente a memória deste convento.

O palácio da Bolsa, construído em sua substituição, embora tendo sido elevado sobre as paredes do antigo convento, o que o levou a manter uma organização tipológica de uma estrutura em volta do claustro, foi adulterado em todo o seu interior e organizado para responder às novas funções, sem deixar lugar a qualquer reminiscência do anterior conjunto. Hoje é impossível reconhecer a estrutura antecedente. As plantas do levantamento do edifício elaboradas por João Allen em 1840 antes das obras eram essenciais para a compreensão da antiga estrutura, uma vez que as descrições sobre a organização interior do convento são sumárias e com poucas referências. A fachada do palácio da Bolsa apresenta-se também modificada, de composição neoclássica, valorizando a nova função e em que as únicas correspondências com o edifício anterior são o alinhamento com as paredes interiores e a sua implantação. A linguagem das duas fachadas viradas para rua encontra correspondências com a dos desenhos de Vila Nova relativamente à fachada do hospital de S. Francisco. Esta correspondência pode ser apenas o resultado de um gosto e de um modo de fazer, mais do que uma tentativa de mimetismo.

Se observarmos a ligação do Palácio da Bolsa com a igreja de S. Francisco, notamos que estes dois edifícios estão apenas colados sem correspondência na linguagem ou nos materiais. A própia pedra tem cor, textura e tratamento diferente. Esta colagem exterior reflecte o seu interior dado que estes dois edifícios foram separados, cortando qualquer correspondência.

Em conclusão, o que resta do anterior convento são as suas igrejas. O Palácio da Bolsa mesmo construído sobre as ruínas do convento e mantendo a anterior tipologia é um edifício aposto sem reminiscências do antigo convento.

Nota: 1818 - Lisboa, máquina a vapor. Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.21

Bolsa: Arquitecto / Construtor / Autor: Arq. Joaquim da Costa Lima (autor do projecto); Arq. José Luís Nogueira Júnior, Engº Gustavo Adolfo Gonçalves de Sousa, Arq. José Macedo, Araújo Júnior e Arq. Joel da Silva Pereira (direcção das obras); Arq. Tomás Augusto Soler e cenógrafos Manini e Pereira Júnior (projecto e pintura da clarabóia sobre o claustro); António Ramalho (pintura da abóbada da escadaria); Soares dos Reis (óculos e medalhões da escadaria); António Carneiro (tecto da Biblioteca); Canteiro Manuel Ferreira Cardoso (ornamentação da pedra); Arq. Alcino Soutinho (adaptação do pátio das Nações a Bolsa de Valores do Porto); Arq. António Menéres (Auditório).

49 Ana Cristina Pereira. Susana Ferraz. Proposta de Gestão. Legislação e Gestão Patrimonial. MIPA. FAUP. 2004.

50 Ana Cristina Pereira. Susana Ferraz. Proposta de Gestão. Legislação e Gestão Patrimonial. MIPA. FAUP. 2004.

Bibliografia:

APONTAMENTOS HISTÓRICOS, In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº66 (1910) – p.472. Freire, Gomes / Conv. de S. Francisco / Associação Com. do Porto / Incêndio

EFEMÉRIDES : (Convento de São Francisco), Ephemerides : (Convento de São Francisco), In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº60 (1910) – p.378. Convento de São Francisco / Aqueduto das Águas livres

Ex - Convento de São João Novo, In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº15 (1908) – p.230.

Notas e comentários. Separata da revista museu – IV série – nº2. 1994. Notas e comentários.

P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

BRANCO, M. B.A Fundação do Convento de São Francisco no Porto / M. B. Branco, In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº1 (1926) – p.9.

P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi.

Eugénio de Andrea da Cunha e, A capela de Nossa Senhora do Pranto, no Mosteiro de São Francisco do Porto.

Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja Conventual de S. Francisco. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Ig. Conv. de S. Francisco

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (Pag.121, Sousa Reis)

História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na provincia de Portugal. Tomo III. Frade Manuel da Esperança 1705-1714. BPMP, Convento de S. Francisco do Porto 1233 "principiou o convento de S. Francisco"

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

"SRU. Percursos do património na percepção da paisagem" instituto superior de agronomia

MATTOS, R. Pinto de, - Memória Histórica e Descritiva da Ordem Terceira de S. Francisco no Porto com as vidas dos santos cujas imagens costumam ser conduzidas na sua Procissão de Cinza. Porto: Typographia Occidental, 1880, p.11.

P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

Pereira de Oliveira, J. M. O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento. Instituto de alta cultura. Centro de estudos geográficos. F.L. Univ. Coimbra.

Palácio da Bolsa, Porto. 1994. Pag.21

FRANÇA, José Augusto, A Arte em Portugal no século XIX, vol. 1, Lisboa, 1990.

Porto a Património Mundial, Porto, 1993;

DGEMN: Igreja de São Francisco. Nº IPAC 131213005 (P, 1) nº volumes. Anos de 1927-1958. Cota: 229
(Obras de restauro, diversos trabalhos de restauro da capela que abateu (1951), reparação do telhado)
Luís de Carvalho - Porto Património Mundial. Editora: " O Comércio do Porto ", Internet.

Ana Cristina Pereira. Susana Ferraz. Proposta de Gestão. Legislação e Gestão Patrimonial. MIPA. FAUP. 2004.

Convento de São Domingos



Convento de São Domingos do Porto

Designação Convento de São Domingos do Porto
Convento de Nossa Senhora dos Fieis de Deus do Porto

Localização
Porto, S. Nicolau,
Largo de São Domingos, Rua Mousinho da Silveira, Rua Ferreira Borges

Fundação
data 1238
comunidade Dominicana
ordem religiosa Forma de vida mendicante. Ordem dos Frades Menores. Ordem de S. Domingos

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Demolida
dependências Convento / dependências: demolidas. O pouco que resta do edifício está integrado na antiga Companhia de Seguros do Douro (propriedade privada e sem utilização). Situa-se no Largo de São Domingos, nº19.
cerca Urbanizada

Usos
igreja Demolida
dependências Caixa Filial / Companhia de Seguros do Douro
cerca

Estados de Conservação
igreja
dependências
cerca

Afectação Actual

Classificação Patrimonial Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, caracterizado geograficamente por uma topografia condicionante com relevo acentuado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Número do IPA



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no edifício

1238, Fundação

1239 a 1245, Construção do convento

1357, 1º Incêndio destrói o convento, restando apenas a igreja

1375, Início da construção gótica do convento

1397 a 1845, Datas extremas do fundo: ADP Convento de São Domingos,

1397-1845 (fonte: bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.380)

1617, Reconstrução do dormitório do convento a sul.

1676, Instalação da ordem terceira

1677, Obras no claustro

1686, Inauguração de capela própria dos Irmãos Terceiros junto à igreja dos frades.

1712, Ampliação a norte que ocupou parte do largo de S. Domingos.

1721 a 1722, Construção de nichos no claustro

1733, Implantação no claustro dos azulejos que se tiraram da Igreja.

1723 a 1740, Construção da igreja dos Terceiros

1724, Remodelação da igreja conventual de S. Domingos, 1725 – Estucadas paredes da igreja.

1734, Reforma barroca da capela-mor

1755, 4 Maio, a bula de Bento XIV extingue a Ordem Terceira de S. Domingos "pelas disputas entre religiosos e terceiros". (Carlos de Passos. Pag.167-177)

Século XVIII, Igreja gótica completamente remodelada

1777, Incêndio causa grandes estragos, destruindo a igreja conventual.

1832, 28 Dezembro, Novo incêndio provocado pelas lutas liberais, escapando a parte virada a norte e a igreja.

1834, Incorporação nos bens nacionais.

1834, Em 1 Agosto, instalação da Caixa Filial de do Banco de Portugal na parte norte do convento, não incendiada.

1835, Destruição de parte da igreja dos Terceiros para a abertura da rua Ferreira Borges.

1865, Uma fonte da sacristia foi colocada no jardim de S. Lázaro.

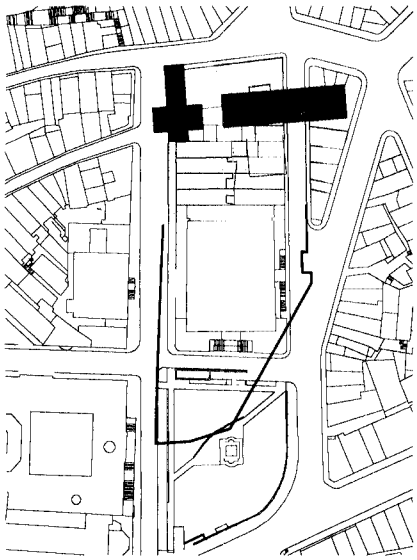


Fig. 2.1 Planta actual com indicação da cerca

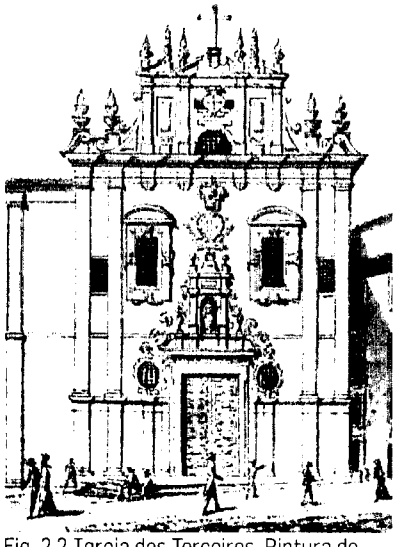


Fig. 2.2 Igreja dos Terceiros, Pintura de Vilanova (1833) *Fonte: BPMP*



Fig. 2.3 Pormenor da Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP

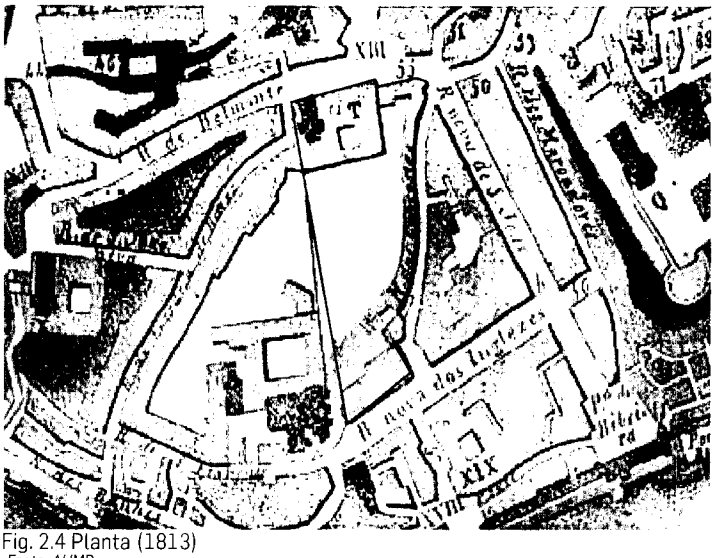


Fig. 2.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

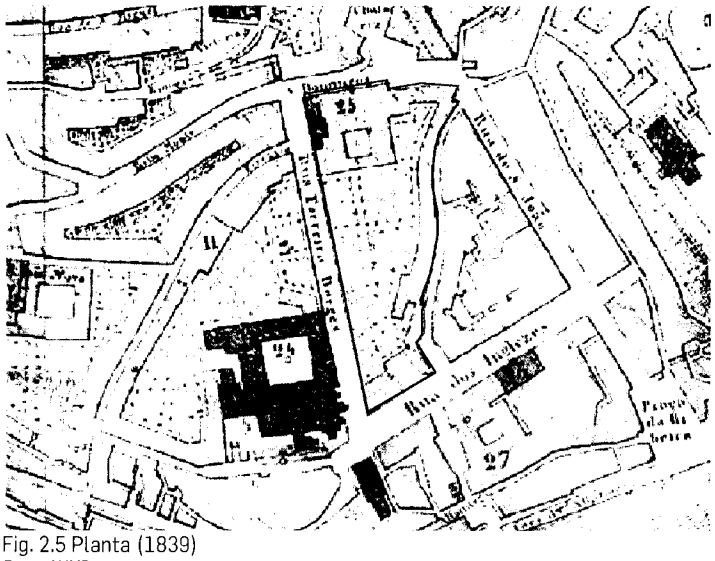


Fig. 2.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

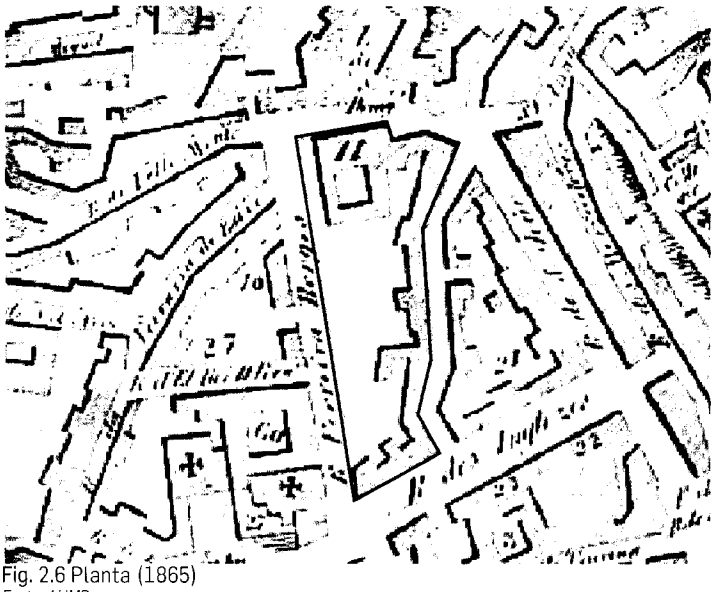


Fig. 2.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

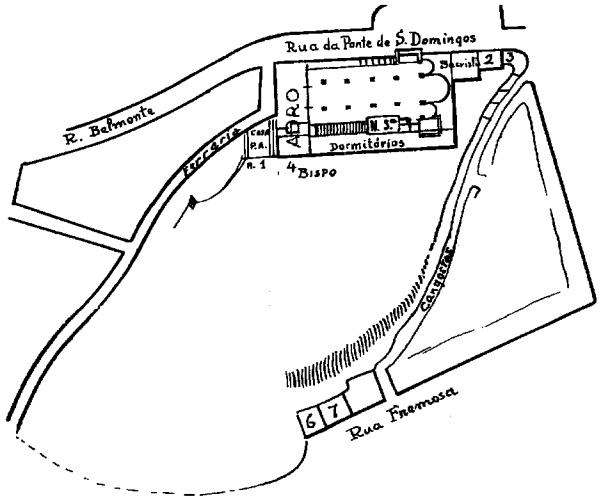


Fig. 2.7 S. Domingos do Porto sobre a planta levantada por Georges Balck (1813) *Fonte: AHMP*

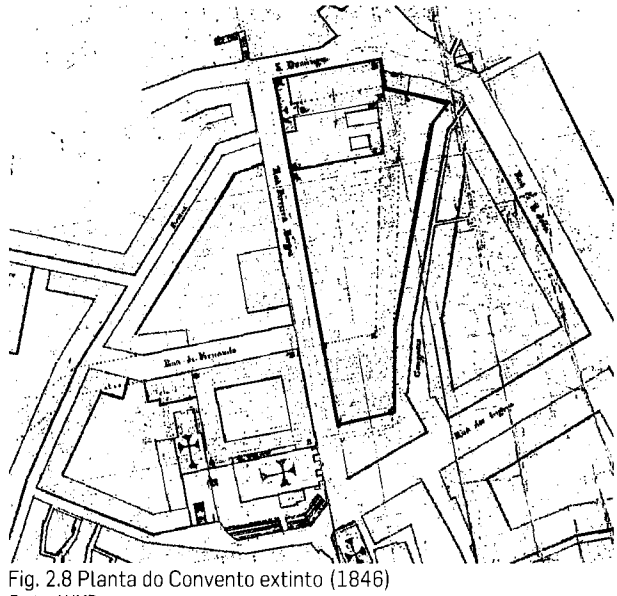


Fig. 2.8 Planta do Convento extinto (1846)
Fonte: AHMP

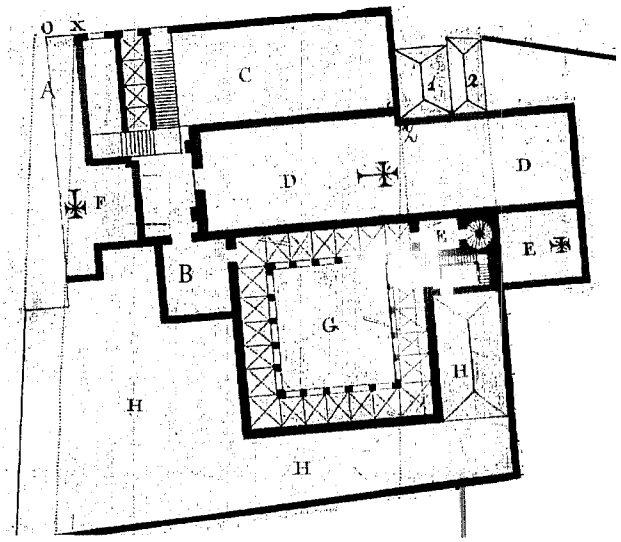


Fig. 2.9 Convento de São Domingos, Planta de J.L. Lima Junior (1845) *Fonte: AHMP*

A - Capela da Nossa Senhora das Neves

B - Parte decoberta do adro

C - Edifício da Caixa Filial do Banco de Portugal

D - Igreja antiga dos Frades Dominicos

E - Torre e sacristia da igreja antiga

F - Resto da Igreja dos Terceiros

G - Claustro

H - Dormitórios, celeiros, armazéns, etc.

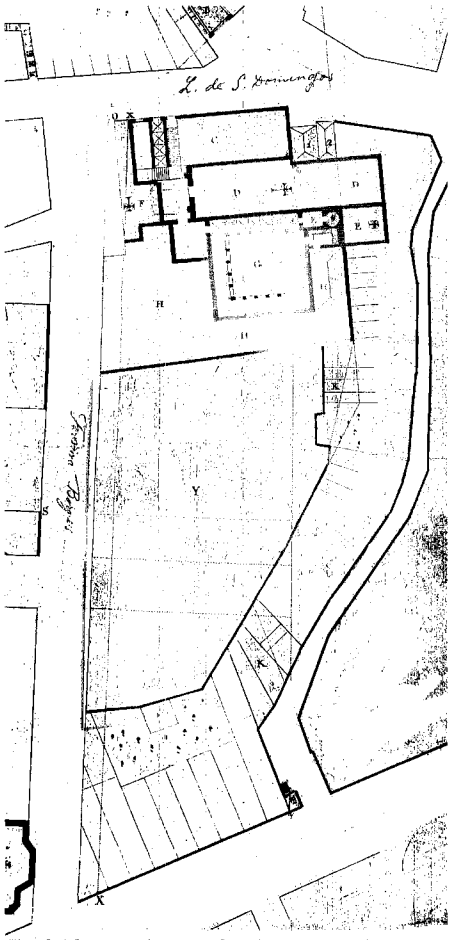


Fig. 2.10 Demolição da Igreja dos Terceiros para abertura da R. Feirreira Borges (1845)
Fonte: AHMP

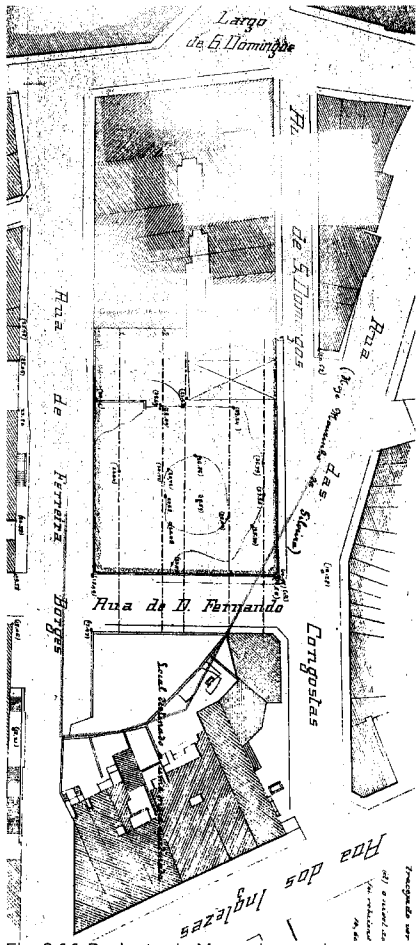


Fig. 2.11 Projecto do Mercado que deve ser construido na R. Ferreira Borges com sobreposição do Convento e cerca (sec. XIX)
Fonte: AHMP

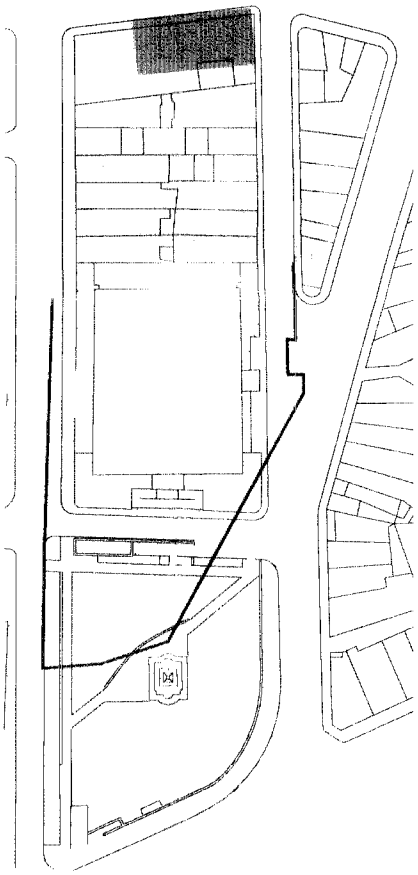


Fig. 2.12 Sobreposição do Convento e Cerca com a planta Actual

1 Localização

O convento de S. Domingos foi demolido após a extinção das ordens religiosas e o pouco que resta do edifício está integrado na antiga Companhia de Seguros do Douro (propriedade privada e sem utilização actual), situando-se no Largo de São Domingos, nº19.[1]

Este convento foi em parte destruído em 1835 para a abertura das ruas Mouzinho da Silveira e Ferreira Borges. Após a extinção das ordens religiosas e das transformações causadas pelos novos alinhamentos, o que ainda restava foi loteado e vendido a particulares.

É no segundo quartel do século XIX que todas estas transformações se operaram.

Os melhoramentos da malha urbana do século XIX, em que os arruamentos adquiriram valor hierárquico e em que pela primeira vez a sua importância rivalizava com a importância do edifício, levaram ao desaparecimento deste conjunto, que deixou de ter função e cujo valor histórico e/ou artístico foi inferior à pressão urbanistica. É de notar que o incêndio de 1832 que destruiu o convento, menos a igreja e a parte norte, devem ter sido decisivos para estas opções.

2 Implantação

A implantação dos Dominicanos foi tão próxima no tempo como no espaço da dos Franciscanos. O convento situava-se no morro de Belmonte (designação da época), muito próximo e a nordeste do Convento de S. Francisco, estando apenas separados por um caminho que delimitava o eixo norte-sul.

A sua localização estratégica, fora do burgo medieval, no arrabalde da primeira muralha e a meia "altura"/distância, da zona ribeirinha, denuncia as preferências destes novos ocupantes.

O local era como habitualmente nas imediações do burgo medieval, em locais populares, de trocas e de mercado, mas também de miséria.

Este local em particular deveria ter sido muito procurado e movimentado para transações e negócios, fazendo a ponte entre a ribeira e o burgo.

Descrições como esta informam-nos destas mesmas opções, isto é, como um local de encontro e de negócios: "Arribava-se a ele por uma escadaria de pedra e sob sua arcaria alojavam-se barracas de pannos e joias. Airoso e central como abrigo de sol e chuva o utilisavam os mercadores e homens bons do burgo, a princípio. Habituando-se ao logar passaram então a reunir-se nelle conversando seus negocios e interesses fazendo-se assim como que sua bolsa de commercio. Por lá tambem reuniu algumas vezes o Senado da Camara a deliberar e desempenhar seus officios e se fizeram audiencias judiciaes servindo tambem de sepultura aos homens bons da terra."[2]

Ou a descrição de Sousa Reis: " note-se que antes do incêndio deste primitivo convento, em 1357, havia um alpendre sobre o adro da igreja e conjunto a ela onde havia sepulturas... se abrigavam do sol e chuva os homens de negócio, o que faz acreditar que era ali que se formava a praça do comércio."[3]

Note-se que aquando da implantação deste convento, a cidade e a sua muralha restringiam-se ao morro da Sé e só em 1370 se concluiu a construção da muralha medieval, muralha esta, que no início, ocupava uma área muito superior ao núcleo urbano nessa época.

Este local era o local mais povoado a seguir ao morro da Sé e zona ribeirinha, como nos mostra a planta medieval. (fig. 1.13, pag.99)

3 Os Dominicanos no Porto

Os Dominicanos, que chegaram a Portugal em fins de 1217, estabelecidos em Santarém desde

---

1 Fonte: bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento.

2 P081/PASS E081/PASS Passos, Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919. Pag.167-177

3 Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. BPMP. Porto -1999. Pag.116

1218, em Coimbra desde 1228 e em Lisboa desde 1232, fundaram o Convento do Porto em 1238. Embora os Dominicanos se tivessem instalado na cidade a pedido do bispo, depressa se estabeleceu a discórdia, como nos conta António do Rosário: "Os frades chegam e logo conquistam a simpatia dos portuenses. O entusiasmo deve ter crescido demais, porque prontamente nasce e pretende dominar uma oposição encabeçada por aqueles mesmos que fizeram a chamada. Luta de homens poderosos contra humildes pregadores evangelicos, que tudo suportam, tentando a paz! Perante a irredutibilidade, apelam para o papa e Gregório IX, em documento bem claro, toma a defesa dos frades perseguidos e escreve ao arcebispo de Braga que trate do assunto. Este obtém a concordia e transmite o resultado ao papa. D. Pedro volve a ser o grande benfeitor dos seus protegidos. Que motivos haveria subjacentes a toda esta súbita oposição? A doação da rainha D. Mafalda... e a carta do arcebispo e as contendas posteriores não deixam dúvidas tratar-se de interesses materiais em jogo." [4]

Cenários como este eram comuns nesta época devido às lutas de poder no seio da igreja, como acima descrito, e, sendo o Porto uma cidade episcopal, não foi bem recebida a instituição das ordens mendicantes. Como noutros locais, foi necessária a intervenção do papa para a resolução de conflitos.

Os Mendicantes vieram introduzir importantes modificações na religiosidade dos leigos, insistindo na prática de virtudes individuais e numa instrução religiosa baseada na teologia, contribuindo para apressar a desagregação das estruturas tradicionais de parentesco. "Implantaram-se nas cidades, sobretudo nas mais populosas e em que havia maior número de marginais. Tendo o privilégio da isenção canónica, só parcialmente dependiam do bispo. A sua organizaçao, a sua instrução e o seu dinamismo punham em causa a autoridade do clero diocesano. Explica-se assim a rivalidade, que, todavia, acabou por dar lugar a uma convivência menos conflituosa, a partir do século XIII, quando os mendicantes deixaram os seus santuários muito humildes para construirem imponentes igrejas góticas à beira das muralhas, no espaço onde o tecido urbano então se alargava, no meio dos bairros de gente pobre que afluía às cidades." [5]

Tal como o convento de São Francisco, este local no arrabalde do burgo veio alterar em definitivo a estrutura social de então e criar uma nova dinâmica na organização urbana. Estas novas instituições ao implantarem-se neste local vieram mitigar o arrabalde antes ligado apenas aos mais pobres e ao comércio exterior. A presença do novo clero aqui instalado rivalizou com o poder do bispo e influenciou o dinamismo comercial com o crescimento da nova burguesia.

4 Fundação Edificação e transformações

4.1 Convento

O convento de S. Domingos foi o segundo a ser fundado no Porto passado cinco anos da fundação de S. Francisco, confirmando a contemporaneidade destas duas instituições.

A bula de 24 de Setembro de 1238 determinou a fundação do Convento de S. Domingos como afirmam Sousa Reis [6] e António do Rosário. Carlos de Passos e Agostinho Rebelo da Costa datam

---

4 ROSÀRIO, António do, Fundação do Convento de São Domingos do Porto : 1238. IN : Congresso luso-espanhol de estudos medievais. Promovido pela Câmara Municipal do Porto. 18 a 23 de Junho de 1968. Porto - Portugal. Pag.165

A figura marcante do bispo D. Pedro Salvadores está no início desta faceta da história religiosa e sociocultural portuense, a história dos frades pregadores do Porto. Bispo e Cabido portucalenses, seguindo a norma posta pelo recente Capítulo Geral da Ordem (Paris, 1236), dirigem uma súplica ao Capítulo Provincial a celebrar em Burgos em 1237, valioso documento sobre o viver nestas paragens e, também, o primeiro documento, que se conheça, dos Capítulos Provinciais dominicanos na Península Ibérica. O Capítulo aceitou e enviou os primeiros frades.

5 História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Editorial Estampa. Pag.192

6 "O mais antigo da cidade do Porto... fundado em 1238, porém no de 1357 houve neste mosteiro um violento incêndio que todo ele ardeu e apenas escapou a igreja." (D. Sancho I)Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999 (pag.114, Sousa Reis). COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (pag.104-110). Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos e obras escritas no achivo da B.P.M. 1919. Pag.167-177.

a sua fundação de1239;[7] Estes autores consideram-no também o mais antigo convento da cidade do Porto.

Pelos dados recolhidos, não há indícios da primitiva construção, nem quanto aos materiais nem à sua implantação, apenas a data de 1245 surge como fim das obras de construção deste convento.[8]

Como já foi descrito atrás e em comparação com estudos feitos noutros locais, estas construções eram no início rudimentares, em madeira ou usando os materias locais e de pequenas dimensões, como indiciavam os votos de pobreza destas ordens. Os construtores eram no início e na maior parte das vezes os próprios pregadores. Como viviam da mendicidade e sem experiência construtiva, utilizavam materiais locais, pobres e fáceis de transportar. Estas primitivas instituições podiam também ter ocupado casas já existentes, não estando, talvez, por isso referenciadas.

Apenas no século XIV foi renovado o seu prestígio arquitectónico, quando estas modestas instituições mendicantes transformaram, na maior parte das vezes, as suas simples construções em instituições de maior dimensão e de valor arquitectónico.

Três grandes incêndios assolaram este convento e foram provavelmente determinantes para as transformações posteriores. O primeiro incêndio descrito data de 1357, em que o convento foi reconstruído "com mor traça". [9]

Também nesta altura foi construída a igreja gótica de S. Domingos, data que coincidiu com as transformações já referidas a propósito de S. Francisco e com a construção da sua igreja,[10] em que o alpendre existente no adro servia já nesse tempo de local de encontro.[11]

Esse convento, tal como o de S. Francisco, manteve seis séculos de existência, do século XIII ao XIX, tendo sofrido ao longo dos tempos transformações tanto nos seus edifícios como na envolvente. A primeira transformação realizou-se quando o convento se inseriu no interior das muralhas da cidade, devido à constução da nova cintura. Esta mudança realizada no seculo XIV coincidiu com a renovação dos conventos mendicantes. Assistimos assim à transformação da construção primitiva provavelmente rudimentar a ser substituída por uma construção gótica e num mesmo tempo à passagem do edifício para o interior da cidade.

Havendo referências a algumas obras, até ao século XVII não são conhecidas grandes transformações neste convento.

Só em 1712, o convento foi ampliado a norte da igreja, com uma nova construção que avançava sobre a via pública, no largo de S. Domingos, sendo hoje a única parte que resta do conjunto. A igreja conventual foi também ampliada nesta altura a nascente, na capela-mor, aumentando amplamente (talvez para o dobro) as suas dimensões.[12]

Em 1777, deu-se um novo grande incêndio que destruiu a igreja conventual, levando os frades a solicitar ao rei a cedência da igreja Terceira, uma vez que esta já se encontrava fechada.

Em 28 de Dezembro de 1832, outro grande incêndio aconteceu devido ao fogo de artilharia dos Miguelistas, tendo apenas escapado a parte voltada norte e a igreja, que se supõe ser a dos Terceiros porque a conventual tinha sido abandonada.

---

7 (Carlos de Passos. 1919) Para Carlos de Passos a data de 1238, corresponde ao pedido de envio dois frades para a instalação desta comunidade no Porto. "Pedir ao Definitório da Ordem de S. Domingos, em 1238 reunido em Burgos, a graça de ao burgo enviar-lhes alguns irmãos... pelo vieram despachados frei Gualter e frei Domingos Galego, aos quais logo empossou o bispo os chãos e casas prometidas prá fábrica do convento, que veio a ser o quarto da Ordem Dominicana aprumado em terras lusas." enquanto que para Sousa Reis a mesma data é de 1237.

8 (Carlos de Passos. 1919) "Varrido o conflito recomeçaram as obras com mór trigança, cujo acabamento aconteceu no anno da graça de 1245".

9 ROSÀRIO, António do, Fund. do Conv. de S. Domingos: 1238. IN : Congresso luso-espanhol de estudos medievais. CM P. 1B/23 de Jun. 1968. Pag.165

10 (Carlos de Passos. 1919) "A sorte foi bastante madastra pró convento, pois além da querella ço'o senhorio episcopal mais trez incêndios lhe queimaram a egreja e por fim o desbaratou irracionalmente a selvajaria liberal.

11 (Carlos de Passos. 1919) "Antes do primeiro incêndio (1357) que levou todo o convento, excepto a egreja, e que por isso foi reconstruido com mór traça, grandemente pittoresca era sua egreja polo pateo ou alpendre que lhe adornava o adro e que muito afamado se tornou. Bem moroso foi o seu levantamento e de pouca dura foi afinal, porque o desmantelou o incendio de 1357.

12 (pag.116, Sousa Reis) "Perdido que foi por este sinistro o convento antigo, cuidaram logo os padres de o levantar de novo com mais larga traça e mais ampla igreja à qual unirão uma formosa casa em 1712... Nesta casa única que presentemente existe de toda a obra está colocada a casa filial do banco de Lisboa."

Mesmo depois dos incêndios, cujas descrições revelam as transformações sofridas, só a extinção das ordens veio cortar definitivamente com a sobrevivência do edifício.
A sua cerca desapareceu definitivamente com a abertura das ruas Ferreira Borges e Mouzinho da Silveira e com os novos loteamentos causados pela venda dos terrenos a particulares. [13]
A igreja dos Terceiros foi demolida com a abertura da rua de Ferreira Borges em 1835. [14]
São as descrições dos séculos XVIII e XIX e as plantas de 1845 e 1846 de Costa Lima que melhor definiram a estrutura e organização do convento.
A igreja conventual de orientação nascente/poente tinha o claustro a sul: "O claustro ficava ao sul da igreja, e tinha 11 nichos abertos nas paredes, 4 da parte do dormitório, 2 do lado do refeitório, 4 na parede que dava para a igreja, e um junto ao capítulo, todos de pedra lavrada, com portas de castanho pintadas, e dentro deles os passos da via-sacra, que os irmãos da Confraria mandaram fazer em 1721, e foram inaugurados em 1722 pelo comissário dos Terceiros de S. Francisco. Em 1733 foi em parte azulejado com azulejo que se tirou da Igreja." [15]
A planta de J. L. Lima Júnior em 1845 mostrava o claustro encostado a sul da igreja, no entanto, nos três lados restantes do claustro, não especificava onde estavam os dormitórios, celeiros, armazéns, etc. São as descrições de Eugénio Freitas, que elucidam sobre a organização das dependências: o capítulo e sacristia estariam próximos, a nascente e no rés-do-chão em comunicação com a igreja como era frequente: "Por cima da Casa do Capítulo ficava um dormitório com 3 janelas para a rua das Congostas, construido em sala uma sala grande, com duas janelas, uma para o Nascente, e outro para o Norte, uma sala grande com duas janelas para as Congostas, com grades de madeira p.ª evitar devacidoes, e 4 alcovas com 4 camas p.ª servir de caza de hospedaria decentemente mobilada.
Ao sul ficava o dormitório grande, comunicando com o outro por um arco. Tinha 2 andares de celas, ficando no de baixo as que serviam aos Priores.
Em 29-4-1617, necessitando reconstruir o dormitório, os frades contrataram uma Capela de missas com Isabel de Araújo, viúva de Luiz Gonçalves de Pina.
Em 1677 estava o claustro em obras, e para ocorrer a esssas despesas contrataram com Baltazar Gomes, Abade de S. João de Canelas, uma Capela de missas, por escritura de 2-5-1682." [16]
É provável que, de acordo com a descrição acima referida, o corpo a sul do claustro tivesse três pisos, com dois pisos de dormitórios e devido à inclinação do terreno, o andar térreo devia ser ocupado então pelos celeiros e armazéns. Pode-se deduzir por outros exemplos que os dormitórios ficariam nos pisos superiores. O refeitório muito provavelmente encontrava-se a poente, no andar térreo e o capítulo a nascente.
Pela descrição de Eugénio de Freitas dos nichos dos passos da via-sacra no claustro podemos visualizar uma distribuição de funções; assim e a partir duma descrição rotativa, obtemos em volta do claustro, a sul, os dormitórios com 4 nichos, a poente, o refeitório com 2 nichos, a norte, a parede da igreja com 4 nichos e a nascente, a sala do capítulo com um nicho. [17]
Se pudermos comparar as dimensões do edifício com o número de ocupantes, deduzimos que se

---

13 "Bem pouco tempo porém, o lograram os dominicanos. ...o seu mosteiro breve sofreu um incêndio. Em 1777 e 1832, violentos incêndios causaram grandes estragos. Foi incorporado nos bens nacionais em 1834, e em 1865, despojado das suas preciosidades. Vendido a particulares que logo demoliram o que restava de tão venerandi monumento. Uma fonte da sacristia foi colocada no jardim de S. Lázaro." Freitas, Eugénio de A. C, As capelas de São Domingos do Porto. 1939. Pag.3,49,52.

14 "E assim permaneceu até depois do cerco do Porto, porque tendo ardido este convento pela 2ª vez por causa dos projécteis inimigos em 1832, igualmente como da 1º vez só escapou a igreja, para mais tarde ser demolida para a abertura e alinhamento da rua Ferreira Borges, o que teve lugar pelo meio do ano de 1835." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

15 Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto. Porto, 1939. As Capelas de S. Domingos do Porto Pag.3,49,52.

16 Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto. Porto, 1939. As Capelas de S. Domingos do Porto Pag.3,49,52.

17 A casa do capítulo tem também aqui uma descrição detalhada:"A casa do capítulo tinha assentos de pedra em toda a roda, metidos na parede, sobre cachorros, com azulejos formando espaldar, e por cima apainelada de castanho bem lavrado, com florões dourados, tendo ao meio as armas da Ordem. Tinha 2 frestas com vitrais, do lado do Nascente." Freitas, Eugénio de A. da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto Porto, 1939. As Capelas de S. Domingos do Porto Pag.3,49,52.

tratava de uma instituição não muito grande com uma comunidade de 25 a 40 religiosos. [18]
Em 28 Dezembro 1832, um novo incêndio provocado pelas lutas liberais destruiu o convento, escapando apenas a parte virada a norte e a igreja.
"No resto do convento poupado pelo fogo assentou arraiaes a Caixa filial de Lisboa desde 1 de Agosto 1834, que funcionava no Porto desde 1825, passando então a apelidar-se de Caixa Filial do Banco de Portugal. E como o comprou em 1865, fez apear a lápide que marcava sua fundação em caracteres latinos.
Quer o convento quer a egreja eram mui ricos em objectos de arte. A fonte de marmore foi assente no jardim de S. Lázaro." [19]
(fig. 2.9 e 2.10. pag.117)

4.2 Descrição arquitectónica do Corpo da Igreja conventual de S. Domingos

Pelas descrições, esta igreja foi destruída no incêndio em 1777 e nunca mais foi recuperada.
Foi construída no século XIV, no estilo gótico e Manuel Pereira de Novais descreve-a como semelhante à igreja de S. Francisco. [20]
Esta igreja manteve as suas características góticas até terem sido feitas no século XVIII as grandes reformas no interior, que, [21] como indica Cunha Freitas, começaram em 1724. [22]
A amplitude e harmonia da nave central ficaram comprometidas com o acrescento do coro da igreja. [23]
Em 1725 as paredes foram estucadas e retirados os azulejos do século XVII. [24]
As obras da capela-mor em 1734 levaram a uma grande transformação, aumentando o comprimento da igreja quase para o dobro com a redução das capelas laterais. [25]

---

18 "E assim a prosperar chegou a comunidade mais tarde, a manter portas adentro 40 religiosos embora fosse, regularmente de 25." P081/PASS E081/PASS Passos, Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919. Pag.167-177

19 P081/PASS E081/PASS Passos, Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919. Pag.167-177

20 P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

21 (Freitas, Eugénio)

22 Como descreve Pedro VITORINO: "Com vários fundamentos, entre outros de que a igreja era escura, - nas igrejas românicas e nas de transição ainda, predominavam os cheios sobre as aberturas – decidiram os frades efectuar obras, de harmonia com o gosto do tempo. Estava-se no século XVIII, a época que se mostrou mais nociva no nosso país para as austeras edificações religiosas medievais; muitas delas desapareceram de todo, outras foram de tal modo transformadas que perderam quasi inteiramente o carácter primitivo; a igreja dos dominicanos do Porto experimentou a sorte das últimas. Desaparecimento total ou descaracterização apenas, dependiam da capacidade monetária dos frades: se havia muito dinheiro o atentado de lesa-arte era maior. "P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

23 (Pedro VITORINO) "A nobreza da nave maior foi ofendida com o acrescento do coro, levado "até ao 2º pilar do corpo da igreja, em meia-lua para dentro" A igreja tinha quatro pilares por lado que sustentavam os arcos formeiros das naves, com a modificação o equilibrio estetico ficou comprometido. O chamado "coro antigo" – já obra de acréscimo – não excedia nos 2 primeiros pilares, "travados de outro arco de pedra de volta abatida", que lhe servia de suporte." P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

24 (Pedro VITORINO) "Em 1725 as paredes da nave maior e arco da capela-mor eram estucados, sob pretexto de luz – depois de ter feito o arrancamento dos azulejos, sem dúvida policrómicos, do século XVII, dos quais os do arco triunfal eram historiados. ..." P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

25 (Pedro VITORINO) Dá-nos o Sr. Dr. Cunha de Freitas, da profícua colheita que fez no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ("Descrição do Convento" no seculo XVIII) e no Arquivo Distrital do Porto (Livros do Mosteiro), valiosos e pormenorizados informes dessas obras que, passo a resumir.
"Em 1734 quizeram os religiosos reformar a capela-mor, não por ameaça de ruína, mas para melhorar a sua igreja... A capela media então 40 palmos de comprimento, 41 de largura e 42 de altura. Nesta reforma ficou muito aumentada em detrimento das suas colaterais. O arco que dava para o cruzeiro, antes de 1734, era em ogiva e media 36 palmos de alto... Na nova capela-mor, o arco ficou de volta redonda, com 55 palmos de alto e 33 largo... Junto do arco antigo, um de cada lado, existiam 2 arcos ogivais, como os demais arcos da igreja sem distinção, que tambem foram alteados a 52 palmos, ficando igualmente de volta redonda".
Da capela-mor encontram-se, justamente, os principais elementos: a planta e o alçado da reforma setecentista. Subscreve-os um monge-arquitecto pertencente à Ordem Camelitana: Frei Pedro da Conceição. É um nome desconhecido na nossa história da arte, e certamente autor de outros trabalhos sem paternidade averiguada. ...

A cabeceira da igreja de S. Domingos, com capela axial e absidiolos, era semelhante com a de S. Francisco, cujas obras de 1734 retiraram. [26]
O cruzeiro da igreja, orientado a N-S, era rectangular tendo à volta de 25 por 6 metros como indica na figura: 2.9 da pag.117. [27]
A estrutura interior da igreja era composta por "pilares divisórios das naves, de secção quadrada, com chanfros e colunas embebidas, em número de oito formando quatro tramos por banda. O traçado indica-nos as sepulturas e o lajeado do pavimento." [28]
A igreja compunha-se por 3 naves que "formão 4 arcos de cada parte de volta de ponto agudo sobre 4 pilares distante cada hum do outro 26 palmos", sem base, lisos até aos capiteis, e media, fora o cruzeiro, 124 palmos de comprimento por 75 de largura". Estas medidas conferem com as que nos dão a planta, com pequena diferença quanto à largura, no desenho apresentada para menos." [29]
"Pena é não se encontrar neste grupo de desenhos a frontaria do templo, que na reforma de 1734 sofreu grande transformação." [30]

4.3 A igreja da Ordem Terceira de S. Domingos

A Ordem Terceira de S. Domingos surgiu em 1676. Os irmãos Terceiros tomaram como sua sede a capela do arco cruzeiro da igreja conventual. Em 1686, devido à sua prosperidade, inauguraram capela própria junto à igreja dos frades. Em 1723, iniciaram a construção da nova igreja que

---

A planta da nova obra evidencia bem a amplidão da capela-mor, aumentada especialmente em profundidade, e o sacrifício quase total das capelas laterais reduzidas a espaços restritamente necessários para os altares.

Valho-me ainda das informações dadas pelo Sr. Dr. Cunha e Freitas. A capela colateral do lado do Evangelho, da invocação da Santíssima Trindade fora doada pelo Mosteiro de S. Domingos, em 1469, ao mercador do Porto Fernand'Alvares Baldaia, o qual a melhorou e enriqueceu de atavios, depois de nela instituir um legado pio e de lhe vincular as suas casas da Rua Chã. Esta capela "corria como mixtica com a parade da cap.ª mor de 26 palmos de comprimento 20 de largo e 40 de alto como foi tombada no anno de 1651... da Invocação da Santíssima Trindade que servia de cap.ª collateral da parte direita da capella mor. Era a ditta capella obra da mesma architectura da cap.ª mor antiga toda de cantaria de pedra quadrada com suas ameias que no alto lhe cercava todo o telhado em roda fechando no fim como a cap.ª mor antiga em meia laranja com tres frestas...

Esta capela tinha apenas a sua sacristia privativa, diz o Sr. Dr. Cunha e Freitas, obra "toda de cantaria quadrada, com sua abóboda de ponto agudo na volta, e media 17 palmos de comprido, 12 de largo e 25 de alto". Sem dúvida não pertencia à primitiva construção. " Quando se fez a nova capela-mor foi preciso demolir a da Santíssima Trindade, ficando, na reconstrução, mais pequena e mais mesquinha, medindo apenas 12 palmos de comprido, 14 de largo e 27 de altura". Para poderem ser utilizadas as sepulturas "o altar ficou portátil". As medidas indicadas, do comprimento e da largura da nova capela, concordam com as que a planta nos dá.

P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

26 (Pedro VITORINO) "no gosto insulso da época, da qual nos foi a planta, hoje trazida a lume, do arquitecto carmelitano Fr. Pedro da Conceição. Num outro desenho está delineada elevação dos arcos de cabeceira. A altura das capelas laterais for reduzida na reforma efectuada, de 40 palmos para 27 ; esta medida condiz, aproximadamente, com a que dá a escala junta ao desenho. As dimensões de largura foram também alteradas, passando, de 20 palmos que cada capela antes tinha, para 14. "P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

27 (Pedro VITORINO) "Com referência ao cruzeiro, o Sr. Dr. Cunha e Freitas indica-nos: " O cruzeiro da igreja, orientado N.-S., media 112 palmos de comprimento, 25 de largo, 78 de alto na parte central, e 69 nos seus braços". Era pois comprido e estreito; na reforma, as capelas apenas ocuparam dele uns 75 palmos, a avaliar pelo desenho de Fr. Pedro. Dá-nos o estudo do Sr. Dr. Cunha e Freitas para altura do arco cruzeiro, depois das obras de reforma, 55 palmos, porém o citado desenho, pela escala, indica 48; os arcos laterais nivelam pelas impostas do arco central, o qual se eleva sobre estas, com volta perfeita, 15 palmos. Ao mesmo tipo de volta obedeciam os arcos das capelas laterais. O estilo era barroco, jesuítico, destituido de decoração pomposa." P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

28 P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

29 "O pavimento conforme indicações do Sr Dr. Cunha e Freitas, estava outrora coberto de sepulturas, Dispostas sem ordem alguma.
Dois dos desenhos do grupo representam alçados; um deles é o corte e parede fundeira da capela-mor, coberta de abóboda de berço, de tijolo, com 64 palmos de alto, sobre espessos muros onde se abrem duas tribunas iluminadas pelo exterior, rematando a empena com uma cruz, com piramides muito ornadas nos extremos, de concepção barroca; o outro mostra uma capela com o seu arco de meio ponto, elevado a 49 palmos, o enteblamento flanqueado de piramides singelas terminadas por bolas tendo superiormente uma janela ladeada de ornamentos barrocos em S.; esta capela pelo aspecto geral e dimensões, devia, possivelmente, pertencer ao cruzeiro." P05/BOLCULT (5) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

30 P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

terminou em 1740. Esta igreja, com orientação norte-sul, foi construída a poente do convento. Os Terceiros compraram umas casas conhecidas por casas da botica que davam para a rua Ferreira de baixo e ficavam encostadas à parede do adro conventual para aí construírem a sua igreja. [31]
Grandes discórdias viriam a formar-se entre os Terceiros e os frades, levando à sua extinção em 1755, transformando-se na actual Ordem de Santíssima Trindade. [32]
Não foram encontradas por nós descrições sobre esta igreja. Apenas se sabe que quando um incêndio em 1778 destruiu a igreja conventual dos frades, estes ocuparam a igreja dos Terceiros que por estar fechada foi justificado o seu uso. [33]
Em 28 de Dezembro de 1832, com as lutas liberais, um novo incêndio destruiu o convento, escapando apenas a igreja dos Terceiros e a parte norte. Em 1835, devido à abertura da Rua de Ferreira Borges, a igreja dos Terceiros foi mutilada e mais tarde demolida. [34]

5 Extinção e permanências

Hoje do convento de S. Domingos não restam vestígios e o corpo que existe representa uma pequena parte, que isolado não reflecte o significado do conjunto, pois é ela própria um acrescento do início do século XVIII, 1712, construído para embelezar a frente do Largo de S. Domingos e como forma de remodelação deste espaço exterior. [35]
Tal como em S. Francisco, as transformações urbanas do século XIX com os alinhamentos e alargamentos das ruas Mouzinho da Silveira e Ferreira Borges mutilaram o conjunto a nascente e a poente, perdendo-se definitivamente os vestígios do conjunto conventual. Podemos ainda juntar a isto a ruína em que o edificio se encontrava após o incêndio de 1832 e o decreto de 1834 para completar o seu aniquilamento.
A pressão urbanística do início século XIX, os novos alinhamentos e o loteamento do quarteirão levaram ao desaparecimento total da malha da anterior implantação.

Bibliografia:

31 "No pormenor da planta do Porto (1813) que dei no volume das Notas de Arqueologia Portuense, indiquei a delimitação dos dois terrenos confinantes dos mosteiros, dominicano e franciscano, com as letras A e B, respectivamente. Essa planta mostra apenas na parte do convento de S. Domingos uma igreja, que é a dos Terceiros, pois que nessa data era aquela que os frades utilizavam para o culto conventual. O antigo templo estava arruinado por motivo do incêndio de 1777. A igreja dos Terceiros achava-se justamente orientada no sentido N.-S. Os dois rectângulos brancos da mencionada planta... Indicavam o maior, o claustro, e o menor, o adro; a N. Do primeiro e a E. Do segundo ficava a igreja incendiada, de que o desenhador da planta não deu indicação. Estas referências abonam por sua vez a exactidão da planta do arquitecto Costa Lima." P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

32 (Carlos de Passos) "4 de Maio 1755 extingue perpetuamente a Ordem Terceira de S. Domingos da Penitencia: polas graves disputas das almas entre religiosos e terceiros... começaram os religiosos de cortar uma galeria de recreio que invadia uma parte do terreno vendido por pensões aos irmãos. Estes, irritados, numa certa noite foram-se á galeria em obras e, zaz, desmancharam-na. Era o anno do Senhor de 1734... E por não patentearem sua pessima administração, por não pagarem seus débitos e não restituirem suas rapinas, é que não abandonavam o governo da ordem." Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919. Pag.167-177

33 "Entretanto novo incêndio, em 1778, cahe no convento lambendo a egreja. Os padres não se incommodaram a reedificá-la preferindo supplicar da graça régia a cedencia da egreja terceira, visto que era pena não servir a seus fins por estar fechada. ... O rei assentiu de bom grado mandando expedir o seu aviso de 22 de Maio ao bispo da cidade para entregar aos religiosos a capella e pertenças da extinta ordem terceira por precisarem de realizar seus officios divinos e por ella estar sem dono e em terreno conventual. ... O papa Pio VI, por seu breve de 18 de Maio de 1789 para fazer bem aos religiosos aprova, aos frades em consonância dos avisos de S. Majestade... Manda entregar logo e grátis aos frades aqueles edifícios." Passos, Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919. Pag.167-177

34 "Em a noite 28 Dezembro 1832 mercê do fogo d'artilharia dos miguelistas escapando a parte voltada ao norte e a egreja. Afinal de pouco lhe valeu a sorte porque a espatifou... aquando da abertura e alinhamento da rua Ferreira Borges." Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919. Pag.167-177

35 A Fundação da Juventude em parceria com a SRU vai reabilitar este edifício para acolher o projecto palácio da Artes – fábrica de Talentos em 2008.

P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

In Boletim Cultural. Câmara Municipal do Porto. Volume IV; Fascículo I (Março 1941). As Capelas de S. Domingos do Porto
Pag.65... (planta)... Peças desenhadas:

CONVENTOS DA CIDADE DO PORTO, Conventos da Cidade do Porto. In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 1, nº14 (1908) - p.222.
Convento de São domingos / Porto (cidade)

COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)
P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (Pag.32-33 foto - vista do Porto.) (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

(G-9-21) Crónica geral de S. Domingos. História de S. Domingos, Tomo I. Primeira parte da história de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal. Por Frei Luis de Sousa. 1623. B.P.M.P.

Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto. Porto, 1939. As Capelas de S. Domingos do Porto Pag.3,49,52.
P04/726 (2) Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto. Porto, 1939. Pag.3,
P05/BOL.CULT (2) E05 (3) Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto.

História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Eitorial Estampa. Pag.192

Passos, Carlos de Passos. Lembranças da terra: Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto. Em manuscritos, documentos e outras obras escritas no achivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal. 1919.

P908/PERE E908/PERE RES-198 PEREIRA, Firmino, O Porto d'outros tempos : notas históricas, memórias, recordações. Porto 1914.

ROSÀRIO, António do, Fundação do Convento de São Domingos do Porto : 1238. IN : Congresso luso-espanhol de estudos medievais. Promovido pela Câmara Municipal do Porto. 18 a 23 de Junho de 1968. Porto - Portugal. Pag.165

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

P05/BOLCULT (6) E05 (33) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense: 2º parte (25-39). Notas de Arqueologia Portuense

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

Documentação gráfica
FAUP, BPMP, AHMP, ADP

Documentação fotográfica

Convento de Santa Clara



Convento de Santa Clara do Porto

Designação Igreja e Convento de Santa Clara do Porto

Localização Porto, Sé
Rua Saraiva de Carvalho, Lg. 1º de Dezembro,

Fundação
data 1416
comunidade Franciscana
ordem religiosa Forma de vida mendicante. Ordem dos Frades Menores. Ordem de S. Francisco, Clarissas

Extinção
data 1900, extinção definitiva com a morte da última freira.

Permanências
igreja Mantém tipologia
dependências Alteradas
cerca Urbanizada

Usos
igreja Igreja com funções religiosas e culturais
dependências Propriedade pública, Centro de Saúde, Associação Protectora da Infância, Instituto Ricardo Jorge, Aljube, serviços da PSP.
cerca Espaço com acesso condicionado e de utilização do Instituto Ricardo Jorge.

Estados de Conservação
igreja Bom
dependências Bom
cerca Razoável

Afectação Actual Igreja: Igreja católica, com culto; Convento: Aljube; Edifício da Associação Protectora da Infância D. António Barroso; Centro de Saúde da Batalha; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Classificação Patrimonial Classificação do IPPAR: Monumento Nacional (uma parte) – ALJUBE E IGREJA.
Igreja: classificada como Monumento Nacional pela DGEMN em 1910 (Dec. 16 de Junho de 1910, DG (Diário do Governo) 136 de 23 de Junho de1910; ZEP (Zona Especial de Protecção) publicada em DG 182 de 4 de Agosto de 1964)
Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico que é caracterizado, geograficamente, por uma topografia muito condicionante com relevo muito acentuado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Número do IPA PT 011312140318: PT 01131214004: PT 01131214004: PT 011312140214: PT 011312140364



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no edifício

1405, Fundação, 12 Março, bula Sacrae Religionis do papa Inocêncio VII, autorização papal da trasladação do convento.

1416, 28 Março, início da construção do convento

1416 a 1457 data das obras do convento

1427, Outubro, ingresso das freiras no novo convento sem as obras terminadas.

1457, Fim das obras de construção do convento.

1497 a 1899, ADP Convento de Santa Clara, Datas extremas do fundo. (in: Bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.294)

1568, Passagem da claustra à observância. (in: Bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento.)

1657 a 1695, Obras diversas

1665, douramento e estofo do retábulo-mor pelo pintor Manuel de Sousa Sampaio.

1680, Execução do cadeiral e forro do coro alto. (In: Alves, Natália Ferreira)

1695, Execução de reformas importantes no interior da igreja com destaque para as da tribuna da capela-mor e consertos de todos os altares.

1699, Encomenda de uma nova arca de água

1707 a 1715, Construção de novos dormitórios; obras de pedraria e carpintaria

1708, Obras de pedraria nos dormitórios do claustro.

1714, Construção do novo dormitório que ia desde a portaria à Porta do Sol.

1729, Ampliação da capela-mor para acolher o novo retábulo barroco, obra executada pelos mestres pedreiros Manuel Ferreira, Pantaleão das Neves e Manuel João e orientada pelo arquitecto António Pereira. (In: Alves, Natalia Ferreira)

1768, Demolição da Porta de S. António do Penedo devido ao seu estado de ruína.

1774, Construção da Porta do Sol

1789, 300 Moradores na totalidade das quais 99 freiras professas.

1796, Memória da Abadessa D. Ana Margarida de Oliveira.

1859, 10 Fevereiro, inventário dos bens do convento de S. Clara.

1873, Novo inventário dos bens do convento de S. Clara .

1880 a 1886, construção da ponte de D. Luís.

1885, Demolição da Porta do Sol e duma estreita artéria para dar acesso ao tabuleiro superior da Ponte de D. Luís

1885 a 1886, Abertura da Avenida Saraiva de Carvalho.

1887, Demolição da capela de S. António do Penedo para dar lugar ao Largo 1º de Dezembro.

1900, 11 Abril, Morte de última freira.

1900, 16 Abril, Tomada de posse dos bens do convento por parte do Estado.

1901, Remodelação do corpo norte para a instalação do dispensário Rainha D. Amélia, actual Centro de Saúde da Batalha.

1901, 31 Janeiro, Por decreto o Dispensário da Rainha D. Amélia ocupou o corpo norte e a antiga Casa dos Capelões.

1901, 12 Março, Por despacho ministerial o Governo Civil do Porto ocupou as instalações do claustro para adaptação a Casa de Reclusão.

1903, 1 Setembro, O despacho ministerial concedia as instalações do convento à volta do pátio da igreja para a Associação Protectora da Infância.

1910, A igreja foi considerada de valor patrimonial, tendo-se classificado como Monumento Nacional.

1916, Construção da escadaria de remate do corpo norte demolido para a abertura da rua Saraiva de Carvalho.

1995 a 1999, Reabilitação e restauro do Aljube pelo Arquitecto Victor Mestre

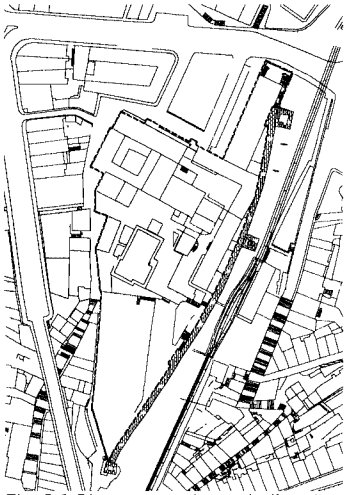


Fig. 3.1 Planta actual com indicação da cerca

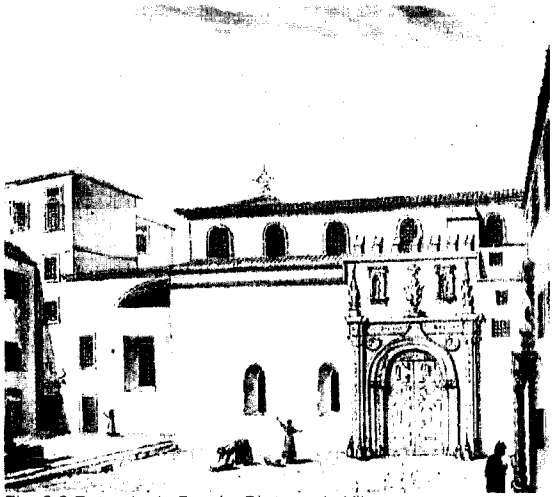


Fig. 3.2 Entrada da Igreja, Pintura de Vilanova (1833) *Fonte: BPMP*

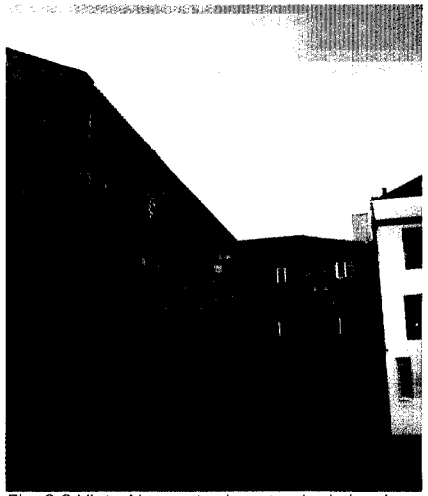


Fig. 3.3 Vista Nascente da entrada da igreja e antiga portaria

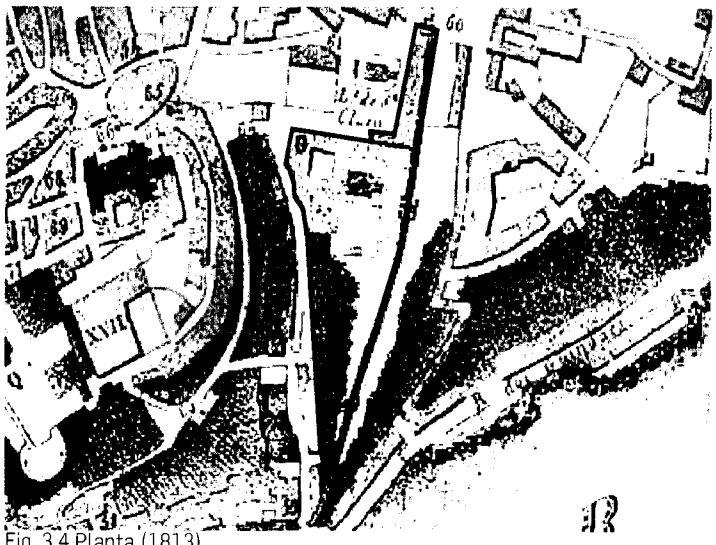


Fig. 3.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

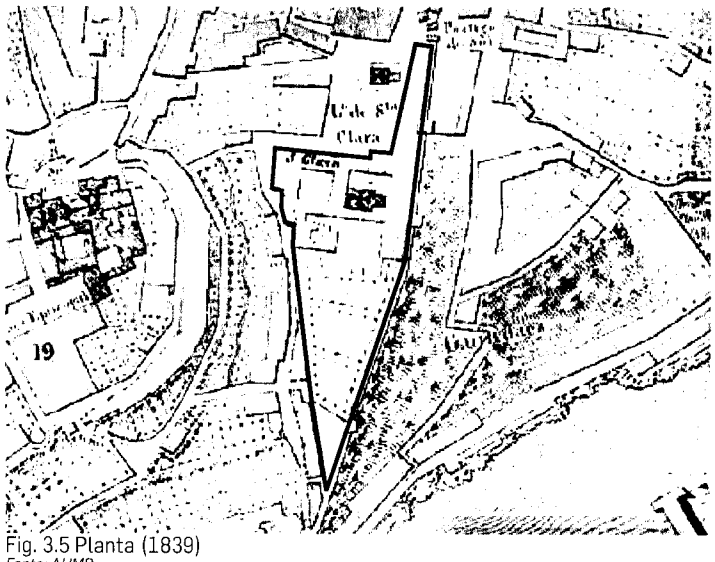


Fig. 3.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

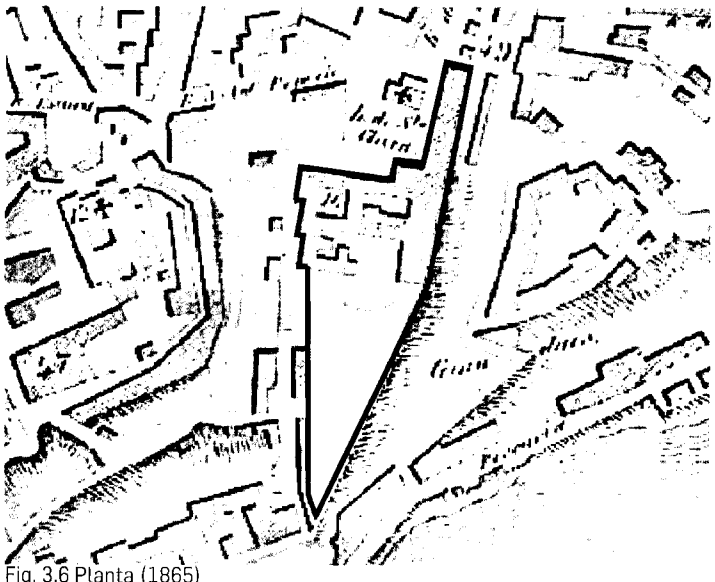


Fig. 3.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

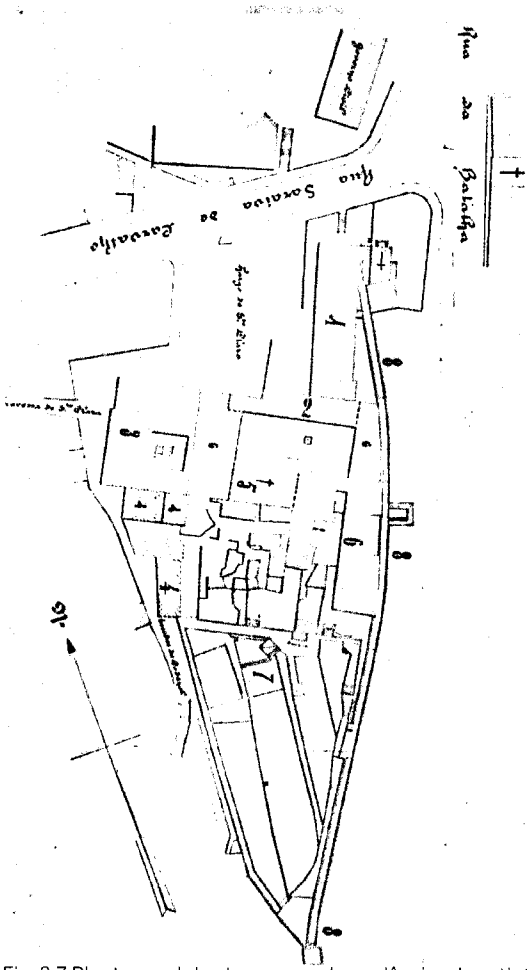


Fig. 3.7 Planta geral dos terrenos e dependências do extinto Convento de Santa Clara (1915)
Fonte: Gentilmente cedido por Dra. Elvira Rebelo

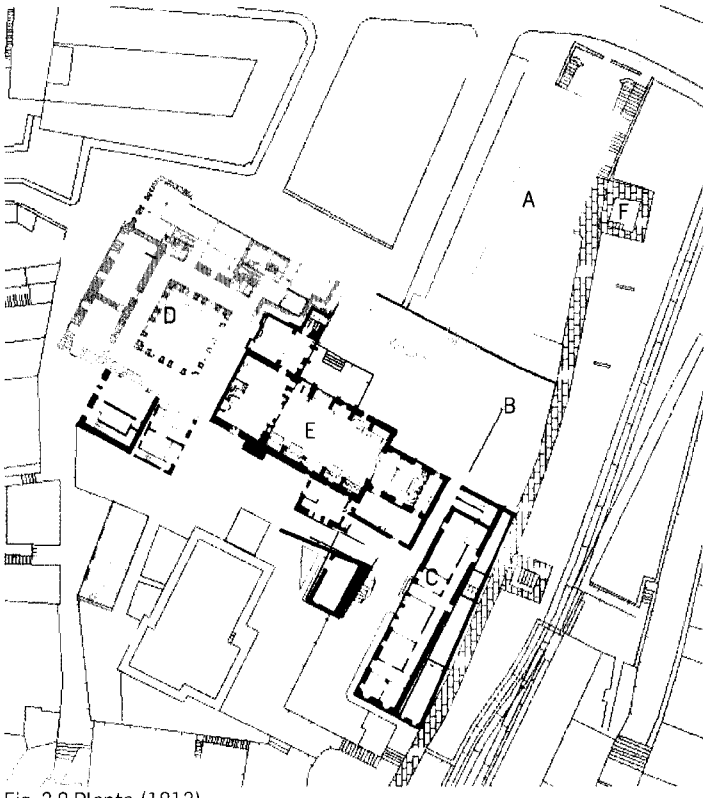


Fig. 3.8 Planta (1813)
Fonte: AHMP

A - Centro de Saúde da Batalha B - Associação Protectora de Infância C - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

D - Aljube E - Igreja de Santa Clara F - Muralha

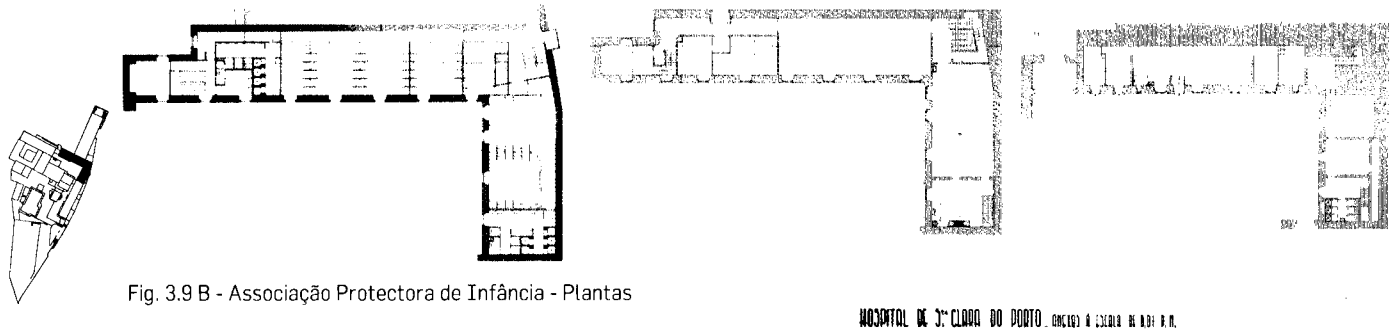


Fig. 3.9 B - Associação Protectora de Infância - Plantas

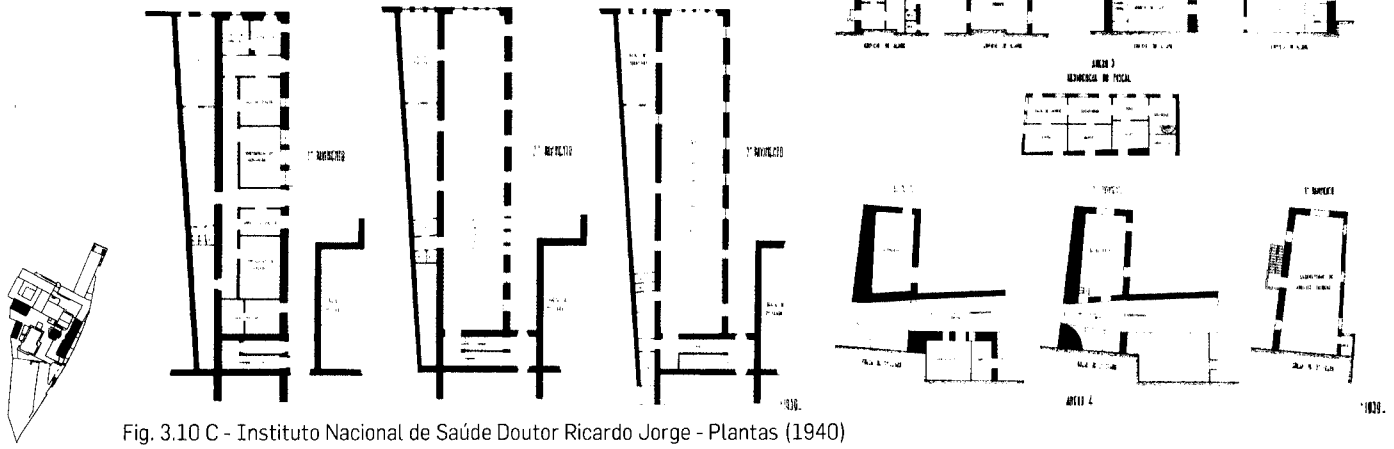
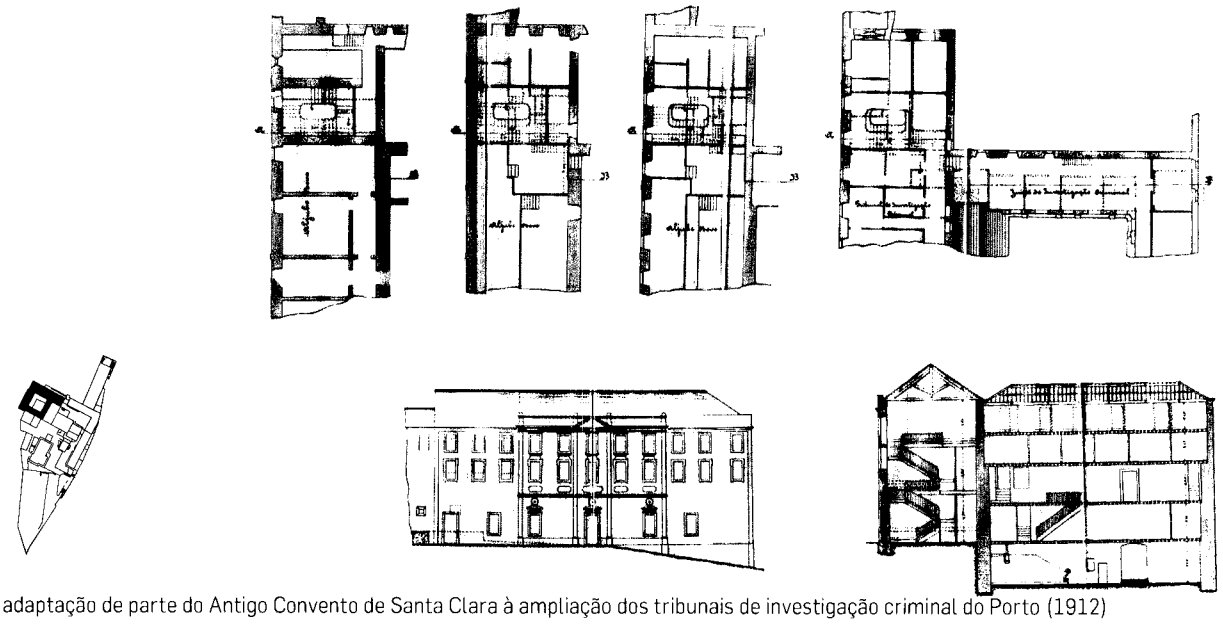


Fig. 3.10 C - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge - Plantas (1940)



Projecto de adaptação de parte do Antigo Convento de Santa Clara à ampliação dos tribunais de investigação criminal do Porto (1912)
Fonte: ADP

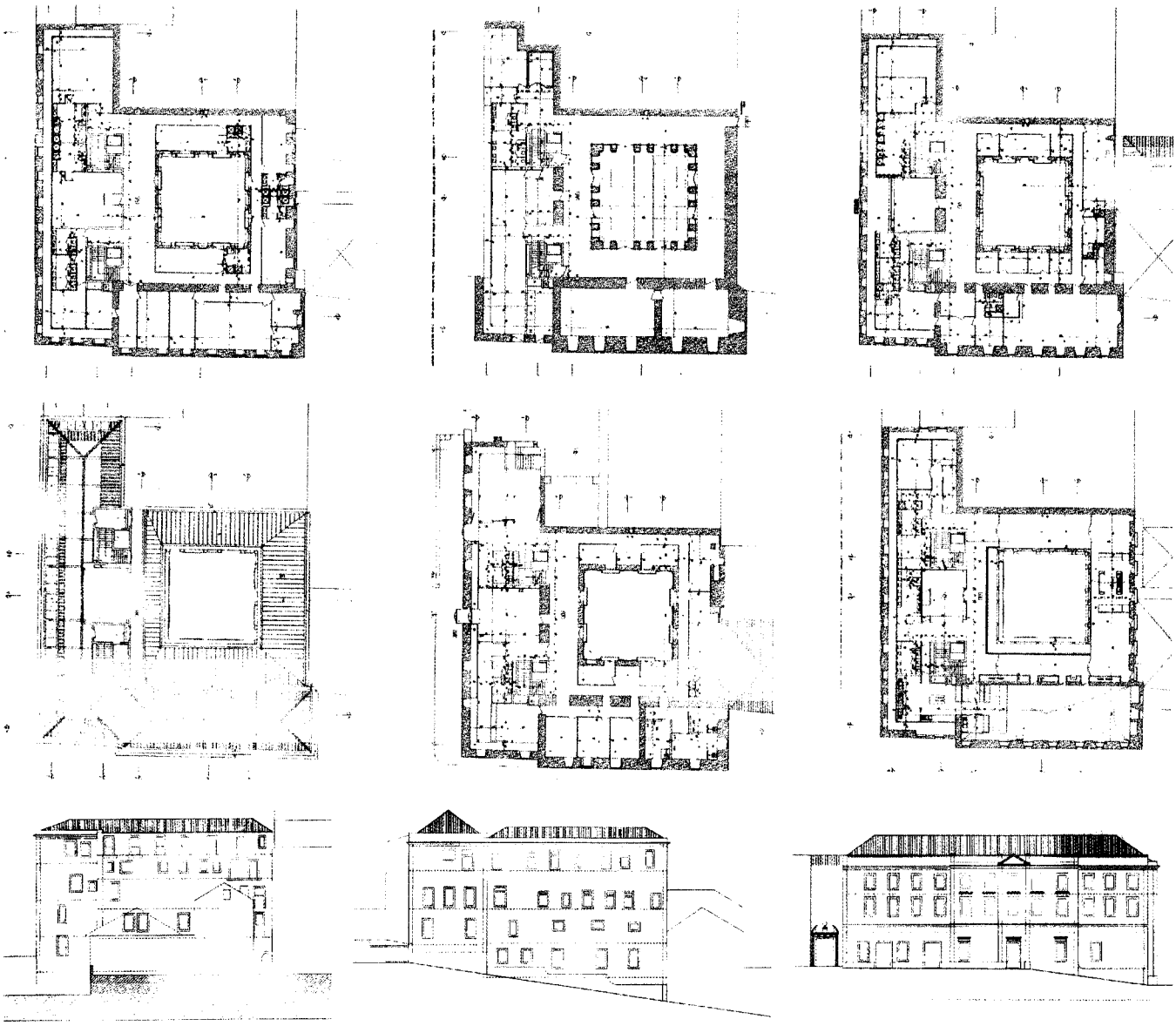


Fig. 3.11 D - Aljube - Plantas e alçados actuais

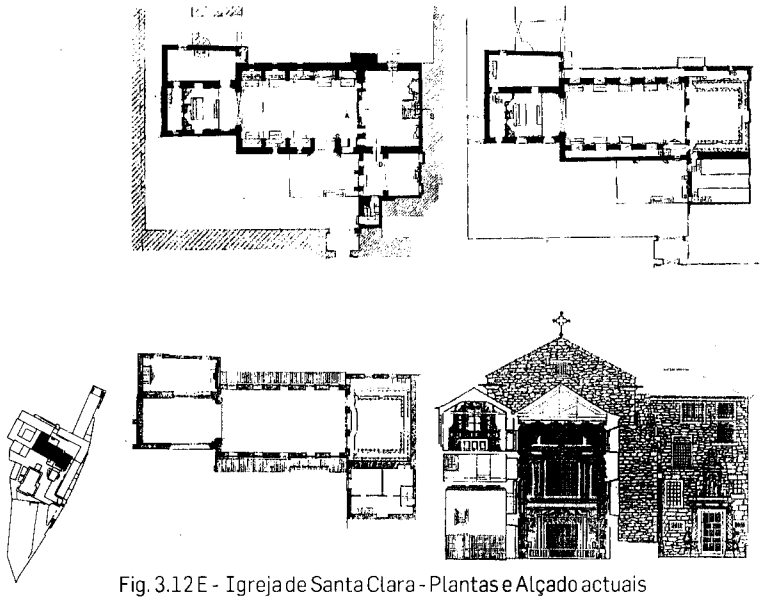


Fig. 3.12 E - Igreja de Santa Clara - Plantas e Alçado actuais

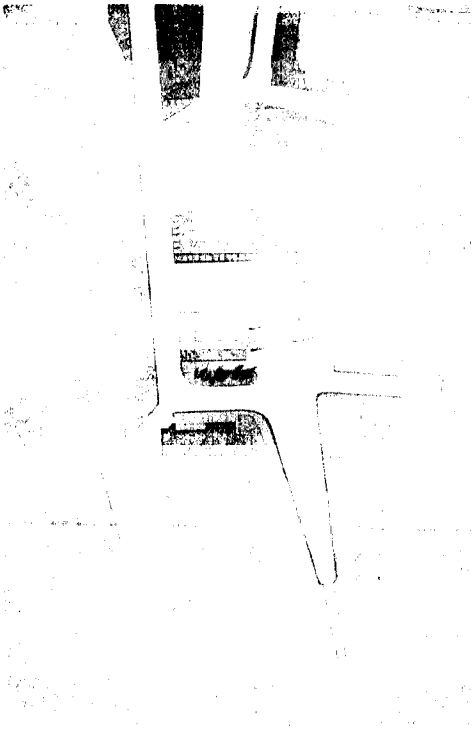


Fig. 3.15 Plano Giovanni Muzio

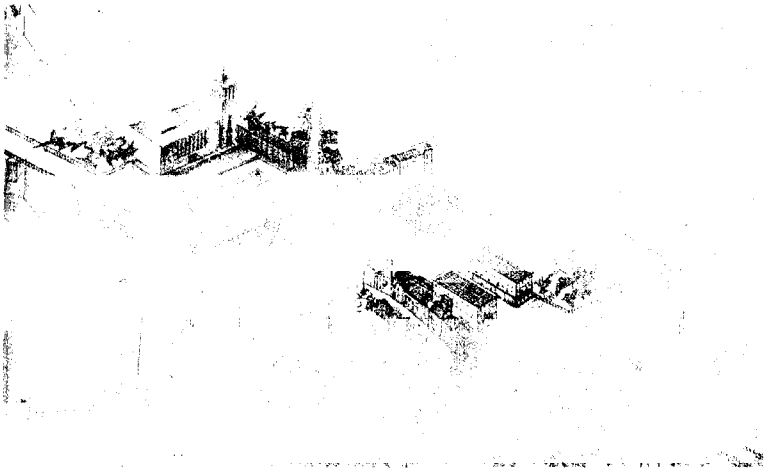


Fig. 3.13 Plano Giovanni Muzio



Fig. 3.16 Plano de Adalberto Dias (Porto 2001)

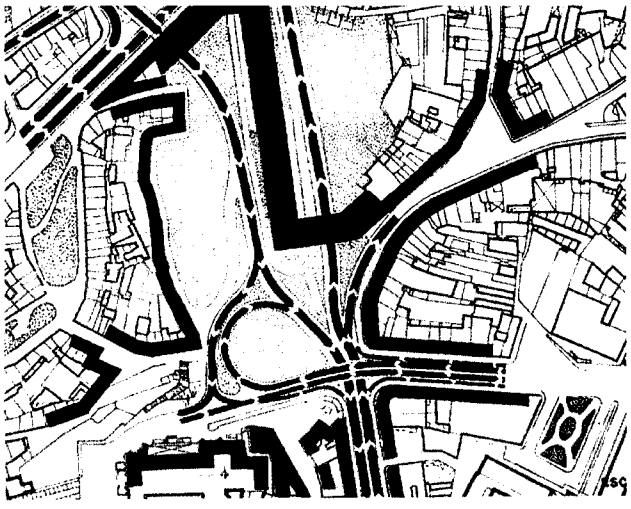


Fig. 3.14 Plano Auzelle (1968)

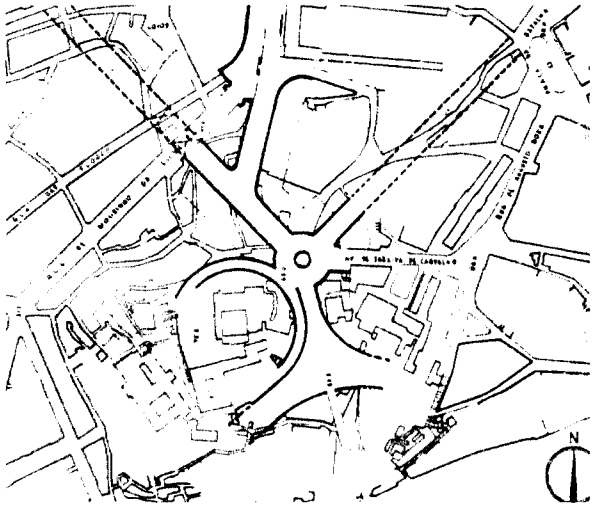


fig. 3.17 Plano Gaudencio Pacheco (1913)

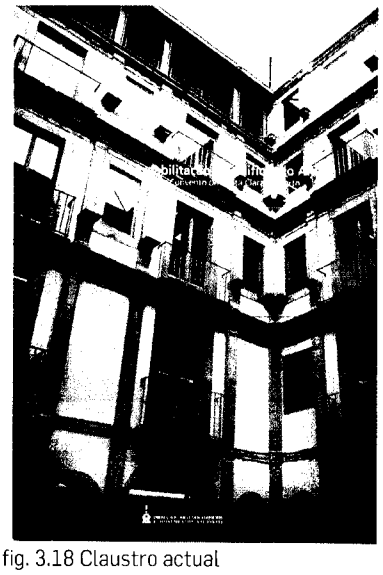


fig. 3.18 Claustro actual
Fonte: DGEMN



Fig. 3.19 Claustro (1996)
Fonte: DGEMN



Fig. 3.20 Fachada lateral Poente (1940)
Fonte: DGEMN



Fig. 3.21 Fachada Poente (1939)
Fonte: DGEMN

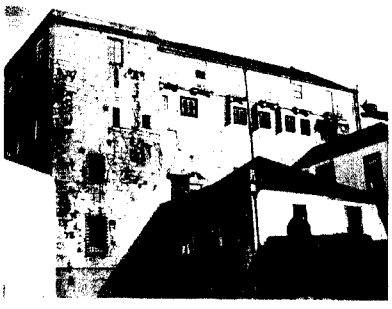


Fig. 3.22 Fachada Sul (1940)
Fonte: DGEMN

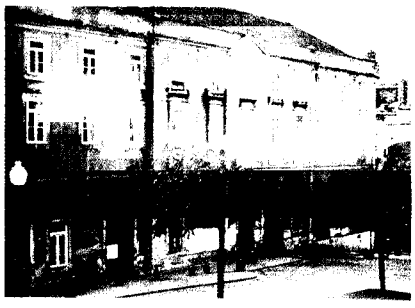


Fig. 3.23 Fachada Norte (1940)
Fonte: DGEMN



Fig. 3.24 Fachada Sul actual



Fig. 3.25 Fachada Norte do Centro de Saúde da Batalha



Fig. 3.26 Vista Poente do pátio da igreja



Fig. 3.27 Fachada Norte (Actual)

1 Localização

O convento de S. Clara insere-se hoje no centro histórico da cidade numa malha urbana estabilizada mas desertificada e com uma população variada, de ocupação temporal para funções de serviços ou de população habitacional mais pobre. Esta tendência tende a mudar com os incentivos à recuperação das habitações antigas e com a oferta a uma camada mais jovem para ocupar os centros históricos.

A fachada principal está virada a norte para um espaço público ajardinado, o Largo 1º de Dezembro; a este, o edifício encontra-se adossado ao que resta da muralha fernandina; a oeste, situam-se as Escadas do Codeçal, e a fachada a sul sustentada pela escarpa dos Guindais proporciona magníficas vistas sobre o rio Douro e a cidade de Gaia.

2 Implantação

No local então denominado de Campo de Carvalhos do Monte, na encosta da Batalha e junto à muralha, foi construído o novo convento franciscano feminino.

O convento de Sta Clara localizava-se a nascente do morro da Sé em cota elevada e no interior da ainda recente muralha fernandina, construída entre1355 e 1370, que cercava nessa altura uma extensa área.

A cidade reduzida aos montes da Sé e da Vitória circunscrevia-se então à volta dos velhos muros.[1]

Os conventos de S. Francisco e de S. Domingos, também situados nos arrabaldes do velho burgo, faziam parte de uma zona mais habitada enquanto, no resto do novo interior amuralhado, onde se estabeleceu o convento de Sta Clara, encontravam-se várias aldeias, e uma vasta área de hortas, de jardins, de pomares e de casas isoladas.[2]

Apesar de não existirem dados concretos sobre a escolha do local, pensa-se que a ocupação deste espaço, próximo da Sé e a nascente, no interior da muralha fernandina, deveu-se a razões políticas e estratégias de ocupação e provavelmente também paisagísticas.

O novo edifício aproveitou a muralha para completar a sua cerca a nascente.

A planta aguarelada de Luís Aguiar Branco do "Porto Medieval" é representativa deste cenário: implantado entre os muros das duas cercas, na proximidade da Sé e do poder eclesiástico, impondo-se na paisagem pela sua posição estratégica sem no entanto pretender rivalizar com a Sé.

(planta medieval pag.99)

2.1 A porta do Sol

O convento de Santa Clara instalou-se no local de Carvalhos do Monte, designação da época. Confinado a nascente pela muralha, tinha no início um postigo, o postigo de Carvalhos do Monte, que depois passou a porta, a Porta de Santo António do Penedo, mais tarde designada Porta do Sol, no fim da rua Saraiva de Carvalho (antes rua de Santo António do Penedo) e junto à entrada do Centro de Saúde e duma secção administrativa da PSP. A porta de S. António do Penedo foi assim

---

1 "O morro da Sé ostentava a cortina dos velhos muros de D. Moninho Viegas... Formavam o Castelo. O velho paço episcopal, ameado e torreado, erguia-se mesmo no topo da colina..." BASTO, Artur de Magalhães 1894-1960, O lançamento das... pedras do Mosteiro de Santa Clara

2 "A poente do morro da Sé – do outro lado do rio da Vila -, além dos mosteiros de S. Domingos e S. Francisco, que já datavam do século XIII, poucas edificações havia ainda; eram quase apenas manchas de verdura – hortas pomares e jardins, através dos quais serpeavam uma ou outra rua e verdadeiros carreiros de aldeia. Para além dos muros da cerca fernandina, dentro da qual ficavam os montes da Sé e da Vitória, era ocupado por belos olivais, laranjais, hortas, pomares, muitos casais isolados e várias aldeias. A velha igreja românica de Cedofeita, com os cónegos da sua venerável e antiquíssima colegiada, ficava perdida lá muito longe na vastidão dos campos. Do lado "nascente inclinando em pinheirais até ao esteiro de Campanhã", sobressaía "o morro da Batalha e Padrão"... Mais para longe os campos de Rio Tinto... BASTO, Artur de Magalhães 1894-1960, O lançamento das... pedras do Mosteiro de Santa Clara / Tripeiro – Porto – Série 5, Ano 10, nº2 (1954) – p.33.

(Pag.148, Sousa Reis) "Escolhido o sitio quase no cimo dos Carvalhos do Monte ou Codeçal" Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

designada devido a uma capela fundada no século XVI com o nome de S. António do Penedo por ter sido construída em cima de um penedo e por aí se ter instalado uma irmandade ou confraria de S. António. Esta capela demolida em 1887 deu lugar ao actual Largo 1º de Dezembro. (Fig.3.4 pag.132)
Apesar desta demolição, o culto a Santo António manteve-se, passando para o templo que os padres Congregados de S. Filipe de Nery (actual igreja dos Congregados) entretanto tinham construído no antigo Campo das Hortas, localizado no exterior dos muros da cidade.[3]
Esta designação deu o nome à porta, que foi demolida em 1768 devido ao seu estado de ruína. Em 1774, João de Almada e Melo[4] mandou edificar uma nova porta, um arco neoclássico, com um sol esculpido no cimo da frontaria e que por isso se passou a chamar de Porta do Sol, cuja ombreira sul encostava à casa dos capelães do convento de S. Clara. Daqui deriva também o nome da rua do Sol no seu seguimento. Em 1885, esta porta foi destruída, para se poder abrir a rua Saraiva de Carvalho como acesso ao tabuleiro superior da Ponte de D. Luís.[5]

3 A ordem de Santa Clara ou Clarissas

A ordem nasceu por volta de 1212, em S. Damião, na Itália. Foi-lhe concedido o ideal de viver em plena pobreza em 1216 por Inocêncio III. Este privilégio foi posteriormente confirmado pelo papa Gregório IX, em 1228 pela Bula "Sicut Manifestum". A regra escrita por Sta Clara foi aprovada por Inocêncio IV em 1253, no dia anterior à morte da fundadora. Em 1263 Urbano IV redigiu uma nova regra baseando-se na anterior, procurando atenuar o rigor demasiado da primeira e que ficou conhecida como "segunda regra".[6]

4 Fundação, edificação e transformações

4. 1 Convento

Depois dos conventos de S. Francisco e de S. Domingos, só passados quase dois séculos, em 1416, se edificou um novo convento no Porto, desta vez um feminino, e pertencendo novamente a uma ordem mendicante - a Franciscana.
Estabelecidas desde o século XIII, (1264), em Entre-os-rios, no convento de Santa Clara do Torrão, as freiras conseguiram obter o apoio da rainha D. Filipa de Lencastre para a sua transferência para o Porto, por razões de segurança.[7]

---

3 "Mas o culto a S. António manteve-se e passou para o templo que os padres congregados de S. Filipe de Nery entretanto construíram, fora dos muros da cidade, no antigo Campo das Hortas. É a actual igreja dos Congregados que pertenceu ao mosteiro da Ordem de S. Filipe de Nery" Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1995. Grande Porto, À descoberta do Porto, Germano Silva. Do Monte dos Carvalhos à Porta do Sol

4 FERRÃO, Bernardo, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. FAUP.

5 "Num outro plano, à esquerda, ficava o elegante palacete do Visconde de Azevedo. Esta além daquilo que resta do convento, é a única construção desse tempo ainda de pé. Na antiga residência do Visconde de Azevedo, esteve a Direcção de Finanças do Distrito do Porto." Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1995. Grande Porto, À descoberta do Porto, Germano Silva. Do Monte dos Carvalhos à Porta do Sol

"Curiosidade: Em 1838 a Câmara do Porto quis, à semelhança de Lisboa, estabelecer uma feira da Ladra, - e para esse fim o Senado Municipal destinou "todo o local junto ao Postigo do Sol, fronteiro ao muro da cidade e sobranceiro às escadas dos Guindais, dando-lhe o título de Feira da Ladra. Hoje apenas a denominação é diferente – Feira de Vandoma." Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1995. Grande Porto, À descoberta do Porto, Germano Silva. Do Monte dos Carvalhos à Porta do Sol.

6 «A primeira lei universal da clausura é a Constituição Peticulosa (1298), da autoria do Papa Bonifácio VIII, a qual proibiu expressamente a saída das religiosas dos conventos respectivos, abrindo-se apenas excepção para caso de doença tão grave que pudesse afectar a comunidade inteira." FERNANDES, M. Eugénia Matos, Século e clausura no Most. Santa Clara do Porto, meados do século XIX. « Revista História ». Centro de Hist. Universidade do Porto. Porto 1995. Pag.139-177

7 « Por seu marido o dito el-rei D. João I... 28 de Março de 1416 assistir e lançar a 1ª pedra para a fundação de um convento de religiosas franciscanas da invocação de santa Clara, junto às muralhas novas de (D. Fernando), no sítio chamado Carvalhos do Monte, da cidade do Porto, para o qual foram transferidas as 7 freiras existentes no dito convento de santa Clara do Torrão »...em 1789 eram 99 freiras professas e na sua totalidade 300 moradores. CARNEIRO, José Augusto. Fundação do Convento de Santa Clara na cidade do Porto / José Augusto Carneiro. Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº45 (1909) – p.130.

"Mosteiro de Santa Clara do torrão" FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80).

Acedendo ao pedido das religiosas, a rainha solicitou ao Papa autorização para esta mudança, que foi concedida através de uma autorização papal em 12 de Março de 1405.[8]
Contudo só após a morte de rainha é que o convento foi construído dentro das muralhas segundo uma ordem do rei D. João I em 8 de Março de 1416.
A dispersão dos mosteiros femininos em locais rurais, com menor protecção e controle do clero, e muitas vezes em más condições, mais frágil na sua estrutura, levou a que o poder real assumisse a sua protecção.[9]
As Clarissas ingressaram no convento do Porto, em 1427, fundado por D. João I, graças à intervenção de D. Duarte,[10] que lhes confirmou todos os privilégios, embora as obras ainda não tivessem terminado aquando da sua mudança.[11]
As obras do convento foram concluídas apenas em 1457 por escassez de rendimentos, como descrevem os documentos.[12]
A estrutura conventual de Santa Clara foi sofrendo transformações ao longo do tempo. A planta medieval indica que no século XV o convento não tinha a mesma configuração que adquiriu posteriormente. Pela imagem percebe-se um edifício mais pequeno, em volta do claustro e a igreja a nascente, sudeste, mais precisamente, configuração esta moldada pela topografia e paisagem privilegiando a sua relação com o rio. (Fig. 1.13 planta medieval pag.99)
Com as obras do convento concluídas em 1457, só 200 anos mais tarde se registaram referências a novas obras.
Durante o século XVII, assistiu-se a um aumento considerável do número de religiosas, que, apesar de não existirem dados concretos, pensa-se que no século XVIII fossem mais de cem.[13]
Uma descrição do edifício em 1796 refere 130 celas e 2 dormitórios, designando os dormitórios como pequenos e do tempo da sua fundação no século XV, "como naquele tempo se costumava fazer".[14]
Mais adiante são referenciados 3 dormitórios: o dormitório do "rio de baixo", "dos espetos" e da "terra nova", contradizendo a referência anterior de 2 dormitórios, mas pode tratar-se de uma dependência transformada em dormitório ou um antigo dormitório com novas funções.
A mesma memória de 1796 da Abadessa D. Ana Margarida de Oliveira, descreve o seguinte: "O

---

8 "Convento de Santa Clara : teve a sua 1ª fundação em Entre-Ambos-os-Rios, junto ao Tâmega. Daquele sítio foram as religiosas mudadas no ano de 1416 para o sítio em que hoje estão ; professam a estreita observância de S. Francisco. São 99 professas, que com as educandas, seculares e serventes passam de 300 pessoas. A igreja é toda de entalha dourada... P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 – conventos religiosos

9 "Esta protecção está implícita na vontade do rei expressa na carta à abadessa aquando da fundação do convento" História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco de Portugal, tomo I, Lisboa, 1656, p.577.

10 ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Conv. de Santa Clara do Porto no princípio do século XVIII. Porto, 1985. (pag.3-27)

11 "Descontentes do lugar onde viviam as religiosas Franciscanas do mosteiro de Santa Clara de entre-os-rios valeram-se do padre... a fim de obterem a mudança do convento para a cidade do Porto... 1405..." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (Pag.147)

12 "Contudo, os rendimentos não eram suficientes para a continuação das obras e, embora fossem avultadas as mercês concedidas por D. Afonso V, só na segunda metade do século XV a conclusão dos trabalhos seria levada a cabo. Podemos depreende-lo das palavras de D. Fernando da Guerra, escritas em 1450: " (...) Porque tanta he a pouquidade das rendas, que desquanto ha, que he começado de se fazer o dito mosteiro nom pode ser acabado (...)", idem ibidem, p.577). D. Afonso V instituiu os padroados das igrejas de Penajoia e Ramalde, para aumento das rendas do mosteiro (cf. ESPERANÇA, Frei Manuel da – ob. cit. p.578)
Em 1457, o convento estaria concluído, já que o Legado Apostólico, D. Álvaro, Bispo de Silves, encontrando-se no Porto, concedera nesse mesmo ano cem dias de indulgência a quem ajudasse com esmolas. Ver ESPERANÇA, Frei Manuel da – ob. cit. p.577." - ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. Porto, 1985. (pag.3-27)

13 "Ao longo do século XVII, o nº de religiosas foi aumentando, sendo mais de cem no início do século seguinte. Quanto ao seu rendimento, em 1688, era apenas ultrapassado pelo convento de S. Bento de Ave-Maria, e se bem que não fosse quantia bastante para prover a todas as necessidades, comparadas com as freiras do convento de Corpus Christi, as de S. Clara podiam considerar-se ricas. Este facto permitiu às clarissas procederem a obras diversas, das quais destacamos as de 1657 a 1695..." ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. Porto, 1985. (pag.3-27)

14 P05/DMHP (48) E05 (36) P271 FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). Pag.199

edifício deste mosteiro consiste numa antiga mas muito perfeita igreja, toda coberta da talha dourada. Dois coros pequenos, um de cima e outro de baixo, sua sacristia, e dormitórios dos quais os de sua fundação, pela sua antiguidade, se acham bastante arruinados e ameaçando ruína, e por cuja causa e a fim de a evitar, se reedificaram há poucos anos, fazendo nisso grandes despesas, e os outros dormitórios que se fizeram há mais de 70 anos se acham em bom estado pelo grande cuidado que tem havido em os consertar e reparar logo que era preciso.
Tem uma cozinha, celeiro e oficinas, tudo pequeno e do tempo da sua fundação, e pela sua antiguidade e ruína que ameaçavam, foi necessário há anos escora-los com arcos de pedra, para a evitar.
Tem 2 claustros, um em que se sepultam as religiosas que falecem e outro em que se acham muitas casinhas térreas que servem de cozinhas particulares por ser pequena a da comunidade e por não poderem todas as religiosas cozinhar nela." [15]
Fontes dispersas fazem referência a outras dependências do mosteiro: "casa de baixo" (em que assistem os prelados), "refeitório", "casa do tanquinho", "casa de baixo do Coro", "casa a par de nossa Senhora", "casa da horta", "casa do topo" (onde dormem as criadas), "casa de Santo António", "casa de Nossa Senhora", "a casa das lareiras", "a casa dos armários do claustro". "Celeiro da maçaria", "cozinha chamada dos padres", "cozinha da botica", "casa da roda", "casa dos guardas", "casa das galinhas da comunidade" "hospício dos padres confessores." Estes nomes apareceram como locais a intervir por necessitarem de obras de acordo com o relatório do mestre pedreiro António Alves e do mestre carpinteiro José Moreira (seculo XVIII). [16]
Estas informações fornecem-nos dados sobre a quantidade de dependências do conjunto arquitectónico, mas são insuficientes para a descodificação da localização dos mesmos.
Das descrições consultadas distinguimos uma construção inicial até 1457, uma posterior construção no século XVII, entre 1657 e 1695 e novas construções entre 1707 e 1715, sendo estas de grandes transformações, sobretudo nos dormitórios, como enunciam os autores referidos anteriormente.
Sem especificidade sobre o tipo de obras destas descrições é difícil saber exactamente quando houve uma transformação que diferencia a imagem da planta medieval das plantas do século XIX. As grandes transformações foram remetidas para as obras do início do século XVIII, 1707 a 1715, enquanto a manutenção foi transportada para o século XVII. [17]
No entanto, o alargamento no tempo das obras durante o século XVII, o aumento da população do convento neste século, e o facto de haver contradições ao afirmar-se que o convento manteve a configuração inicial, concluímos que provavelmente durante o século XVII, para além das obras de recuperação, se foram construindo pequenos acrescentos para albergar o número crescente de freiras e que as obras do início do século XVIII, para além dos dormitórios, corresponderiam à parte norte ao longo da muralha até à Porta do Sol. [18]
Fala-se ainda nas descrições de uma parte demolida, devido às obras da ponte, de ligação com o convento de S. Lourenço. Não foi por nós encontrada confirmação destes dados, podendo no entanto ter havido permuta de terrenos na delimitação das duas cercas nesta data.
Há contudo algumas informações específicas: em 12 de Junho de 1708, Manuel Fernandes

15 P05/DMHP (48) E05 (36) P271 FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). Pag.31

16 P05/DMHP (48) E05 (36) P271 FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). Pag.31

17 Construção de novos dormitórios (1707-1715). " Por lhe ser necessário a reformação e reedificação do dormitório do claustro do mosteiro por se achar arruinado nas madeiras e paredes" ALVES, N. M. Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Conv. Santa Clara nos princípios do século XVIII. Porto, 1985. (pag.3-27)

18 "O Porto, nos inícios do século XVIII, apresenta sob o ponto de vista urbano, poucas ou nenhumas alterações. As modificações operadas no convento das clarissas reflectem, o panorama da arquitectura e urbanismo portuense: por um lado, não se assiste à construção de edifícios significativos, além do convento das Carmelitas descalças; por outro lado, os conventos e as igrejas já existentes necessitavam de reformas, quer pelo estado em que se encontravam quer pelo número crescente de religiosos. Observemos ainda, que, com excepção de alguns mestres pedreiros – António da Costa, José da Costa e Domingos Nunes, entre outros – que aparecem ligados à maior parte das obras realizadas neste período, e que seriam muitas vezes os responsáveis pelo risco, o anonimato do autor da planta é uma constante. Será unicamente na segunda metade do século XVIII que assistiremos a transformações de vulto no urbanismo portuense, que encontrarão também paralelo no campo arquitectónico a partir da actividade de Nazoni, o grande impulsionador da arte setecentista do norte de Portugal." ALVES, Nat. M. F.. Conv. S. Clara. Séc. XVIII. Porto, 1985. (pag.3-27)

e Sebastião Fernandes fizeram novo contrato para continuarem com a obra de pedraria de "reformação e reedificação do dormitório do claustro". Em 1714, foi construído um novo dormitório no lado norte, ao longo da muralha, que ia desde a portaria até ao postigo de Santo António, mais tarde, a Porta do Sol. Estas obras foram arrematadas pelo mestre pedreiro Manuel João a 2 de Fevereiro de 1714.[19]
Neste conjunto inserem-se também obras na portaria do convento, nos dois coros e na igreja, altura das transformações barrocas da igreja.
As mesmas descrições informam ainda que o convento no final do século XVIII não dispunha de oficinas suficientes para o número de religiosas nem de terreno para a sua edificação.[20]

4. 2 A igreja de Santa Clara

A igreja é de pequenas dimensões, com uma única nave, mas de grande beleza, toda adornada em talha dourada do séc.XVII o que lhe confere um carácter uniforme, de grande riqueza, cuja volumetria oferece uma visão acolhedora e de sumptuosidade. É de facto de grande valor patrimonial, tanto do ponto de vista histórico como artístico. A igreja, que não é visível do exterior, é antecedida por um pátio, o que torna este espaço um lugar mais acolhedor para o visitante.[21]
Este local é o único que transporta a memória para o antigo convento de Santa Clara, uma vez que as instituições que ocupam actualmente o edifício adulteraram por completo tanto o interior do edifício, como o seu exterior.
Actualmente a igreja serve de paróquia à freguesia da Sé.
No interior, a planta é longitudinal, de nave única, com a capela-mor e coro no seu eixo. O painel do altar-mor é do pintor Vieira Portuense, enquanto a pintura datada de 1821 é do pintor Joaquim Rafael.
Entre os séculos XVII e XVIII fizeram-se importantes reformas que transformaram a construção gótica num espaço barroco. Foi neste período que o portal da portaria do convento foi adornado (1697) com colunas salomónicas, capitéis coríntios e ampla cornija com medalhões, frontão partido e adornado com armas reais. Foram construídos os dois coros (1695) e foram feitas obras na capela-mor, tribuna e altares. No entanto foram as obras a partir de 1729 que vieram transformar a estrutura arquitectónica com as obras de pedraria na capela-mor e nave, tornando estes espaços mais amplos e iluminados, ao qual se seguiram as obras de revestimento de talha dourada. Em planta não se registaram grandes alterações, a igreja manteve-se com uma só nave mas a introdução de altares laterais, a mudança de altura e a abertura de lunetas alteraram o espaço da nave.
Na fachada principal destaca-se o portal (a entrada da igreja é feita lateralmente como é regra nos conventos femininos entre a capela-mor e a sacristia, a norte, e coros e portaria do convento a sul.) do gótico manuelino e da Renascença clássica que pertence ao século XVI, enxertado por um frontal que o remata, este já realizado na segunda metade do século XVIII.
Apesar das variadas intervenções, sobretudo de manutenção e restauro, esta igreja preservou, ao contrário do convento, a espectacularidade da sua obra.

19 "Decorrente da construção do novo dormitório necessário às freiras, no lado que ia desde a sua portaria em direcção ao postigo de S. António, junto à muralha, estas viram-se obrigadas a fazer uma composição, em 9 de Julho de 1714, com o colégio de S. Lourenço, já que a referida obra não podia ser feita sem ser "sobre o arquo a direitto que da fonte das Fontainhas vai pello dito citio para o dito collegio"; daí serem acordados 4 pontos fundamentais entre as duas partes." ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. Porto, 1985.
"Também tem a sua cerca bem murada de muro alto... tem um hospício que fica no fim do dormitório da parte da porta chamada do sol, na qual se recebem os seus reverendos padres, Confessor e Capelão e um Donato que serve de Sacristão da igreja" Fernandes, M. Eugénia Matos, O Most. S. Clara, Porto. séc. XVIII (1730-80). Pag.31
"O convento actual vem até à porta do sol recentemente demolida, mostra bem pelo gosto da arquitectura externa a diferença das reconstruções." PATRICIO, Padre Francisco José, Archeologia Religiosa: noticia dos últimos conventos religiosos do Porto. Porto 1882. Pag.22 (17-61)

20 Falava ainda da preocupação da não existência de enfermaria para a assistência de enfermas.

21 "Convento de S. Clara e sua igreja, com um dos melhores revestimentos de talha dourada do país" SMITH, Robert C. - A Talha em Portugal, Lisboa, 1962 p.111; COUTINHO, Bernardo Xavier – Arte: do Barroco ao Neo-classicismo, "História da Cidade do Porto", vol.III, Barcelos, 1965, p.90-91.

4. 3 O convento no Século XIX

Na aproximação ao século XIX, as fontes[22] referem que a par da escassez de instalações eram necessárias obras de manutenção pela ameaça de ruína. [23]

Durante as invasões francesas o convento foi assaltado e saqueado.

No Cerco do Porto muitas das freiras, na maioria miguelistas, fugiram para junto dos seus familiares, tendo, apenas, restado um reduzido número. Como o convento era facilmente atingido pela artilharia, ficou com graves danos. [24]

Em 1834, Joaquim António de Aguiar extinguiu as ordens religiosas nacionalizando todos os seus bens, apenas permitindo a título excepcional o funcionamento dos conventos femininos até à morte da última religiosa.

O convento de S. Clara subsistiu até 1900 com a morte da última freira, embora de forma muito precária devido ao escasso e cada vez menor número de residentes, o que originou a desocupação da maior parte das instalações. Por falta de meios para as obras de manutenção, as dependências iam sendo deixadas ao abandono.

Este convento, após 1834, ficou com um reduzido número de freiras, (muitas fugiram ou recolheram-se em casa dos familiares) embora tenha acolhido ainda nove religiosas do convento de Monchique e em 1869, as religiosas do convento de Santa Clara de Amarante.

O inventário dos mosteiros femininos de 20 de Julho de 1857 do Ministério da Justiça fez com que fosse elaborado um mapa da situação económica do convento de S. Clara a 10 de Fevereiro de 1859, que, embora não fosse tão abastado como o convento de S. Bento de Avé-Maria, possuía várias propriedades, em Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Fafe, etc., assim como foros e títulos de crédito público. Em 1873 procedeu-se a um novo inventário por terem constado omissões, verificando-se terem ficado excluídos no anterior inventário algumas casas, jóias e acções. Todos estes bens conservaram-se na posse do convento até à morte de última freira em 11 de abril de 1900. A 16 de Abril de 1900, o Conselheiro Delegado do Tesouro, José Cabral Correia do Amaral, tomou posse dos bens em nome do Estado, sendo o espólio conventual partillhado pelos Museus de Lisboa e Porto, pela Mitra portuense e arrematantes.

5 Extinção e permanências

As descrições e o estado actual do conjunto não nos permitem fazer uma reconstituição completa da organização do antigo convento. Podemos apenas tentar fazer alguma leitura das distribuições pelos dados recolhidos e pelas preexistências.

Pelas plantas do século XIX e por comparação com a planta medieval, verificamos que a estrutura inicial sofreu acrescentos e adaptações às novas exigências e ao número crescente de freiras e residentes do convento.

---

22 P05/DMHP (48) E05 (36) FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). Pag.31

23 "As modificações operadas no convento das clarissas reflectem, o panorama da arquitectura e urbanismo portuense do século XVIII: por um lado, não se assiste à construção de edifícios significativos, além do convento das Carmelitas descalças; por outro lado, os conventos e as igrejas já existentes, necessitavam de reformas, quer pelo estado em que se encontravam quer pelo número crescente de religiosos.

Observemos ainda, que, com excepção de alguns mestres pedreiros – António da Costa, José da Costa e Domingos Nunes, entre outros – que aparecem ligados à maior parte das obras realizadas neste período, e que seriam muitas vezes os responsáveis pelo risco, o anonimato do autor da planta é uma constante. ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. Porto, 1985. (Fotocópias pag.3-27)

24 Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1995. Grande Porto, À descoberta do Porto, Germano Silva. Do Monte dos Carvalhos à Porta do Sol

"Na invasão francesa foi este convento invadido pelos soldados de Napoleão que chegaram a forçar a portaria e subiram o 1º lance de escadas mas retrocederam sem entrarem no labirinto de corredores que lhes ficava de frente talvez pelo receio de emboscada..." P04 1726 (21) PATRICIO, Padre Francisco José, Archeologia Religiosa: noticia dos últimos conventos religiosos do Porto. Porto 1882. Pag.23 (17-61)

O Aljube, hoje ocupado pela PSP, constituiu o corpo inicial, em conjunto com a igreja. Este corpo mantém, ainda hoje, vestígios de existência de celas no lado sul e poente, tendo sido provavelmente, todo este corpo de dormitórios nos pisos superiores e no piso térreo, com a cozinha, celeiro e oficinas. [25] A entrada para o convento era feita a partir do pátio da igreja, pelo lado nascente, onde se encontrava a portaria. [26]

Neste pátio à volta da igreja, estaria uma outra ala de dormitórios, edificado depois da construção inicial. O corpo norte foi construído ao início do século XVIII para albergar os padres e capelães. Todas as outras construções a sul e que foram na maior parte demolidas já no século XX fizeram parte dos sucessivos acrescentos, no período de grande crescimento durante o século XVIII, possuindo uma organização descrita de "labiríntica", produto de construções surgidas ao gosto das necessidades.

O edifício descrito em finais do século XIX como "um polígono irregularíssimo, com imensidade de lados e uma multiplicação de reentrâncias e saliências, entretanto caíra em ruína.

É de referir que quer a estrutura interna quer o tipo arquitectónico do edifício conventual eram de molde a favorecer o isolamento e a incomunicabilidade, dado que a vida das religiosas se pautava quase exclusivamente pelo recolhimento e oração. [27]

Assiste-se assim durante o século XIX à decadência das instalações do convento, devido não só a um menor número de freiras após a extinção das ordens religiosas, (mesmo se algumas freiras se vieram instalar aqui, retiradas de outros conventos), mas também porque neste período o número de ocupantes sendo mais reduzido deixou partes abandonadas que se deterioram mais facilmente. As freiras, concentrando-se, nesta fase, no núcleo central, à volta do claustro, igreja, coros e dormitórios, deixaram ao abandono o resto do edifício.

Contudo a situação de maior degradação verificou-se quando morreu a última freira e o Estado tomou posse do edifício.

Mas para além do edifício também a envolvente sofreu grandes modificações. Em finais do século XIX, com a construção da Ponte D. Luís (1880-1886) e da Avenida Saraiva de Carvalho (1885-1886), houve grandes mudanças urbanísticas na envolvente do convento de S. Clara que levaram à demolição da Porta do Sol (1875) e conjuntamente a uma parte do corpo norte, à demolição das construções do terreiro das clarissas (a capela de S. António do Penedo e casa brasonada adossada a esta) dando lugar ao largo 1º de Dezembro (1887).

Estas mudanças, para além de alterarem a imagem de aproximação ao convento, tornando-o mais exposto à visibilidade exterior pelo alargamento das vias, pela destruição da Porta do Sol e parte da muralha, capela e casas que "escondiam" a entrada e fachada sul do convento, amputaram ainda uma parte do corpo norte do edifício, (onde se localizava a Casa dos Capelães) e uma área de quintais e pomares, que circundava o conjunto e a sua cerca.

Aquando da tomada de posse do Estado, o convento e igreja encontravam-se em muito mau estado de conservação, tendo sido feitas as reparações mais urgentes para instalar várias corporações de beneficiência e alguns serviços públicos.

A grande dimensão do edifício e a sua configuração parcelada permitiram a ocupação de diferentes instituições nos espaços desocupados.

1. Por decreto de 31 de Janeiro de 1901, o Dispensário da Rainha D. Amélia ocupou o corpo

25 Tem uma cozinha, celeiro e oficinas, tudo pequeno e do tempo da sua fundação, e pela sua antiguidade e ruína que ameaçavam, foi necessário há anos escora-los com arcos de pedra, para a evitar.

26 Seria este provavelmente o 2º claustro de que falam as descrições e onde se enterravam as freiras. (Tem 2 claustros, um em que se sepultam as religiosas que falecem e outro em que se acham muitas casinhas térreas que servem de cozinhas particulares por ser pequena a da comunidade e por não poderem todas as religiosas cozinhar nela. (matos Fernandes) FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). Pag.31)

27 "A estrutura interna do edifício conventual, para além do seu tipo arquitectónico (obrigatoriamente portador de todas as características condicionadas de isolamento, a fim de desencorajar qualquer curiosidade do exterior, mas também veleidade por parte das habitantes), era de molde a favorecer o cumprimento das normas. Nestes espaços especialmente concebidos para o recolhimento, a oração e a vida comunitária, distribuíam-se tarefas às ocupantes, designando-se horas e locais para as cumprir, contemplando o preenchimento de todos os momentos." FERNANDES, Maria Eugénia Matos, Século e clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX. Separata, « Revista de História ». Centro de História Universidade do Porto. Porto 1995. Pag.139-177

norte e antiga Casa dos Capelães.

2. No mesmo ano, por depacho ministerial (12 de Março de 1901) o Governo Civil do Porto ocupava as instalações do claustro para adaptação a Casa de Reclusão.
3. Dois anos mais tarde, o despacho ministerial de 1 de Setembro de 1903 concedia as instalações do convento à volta do pátio da igreja para a Associação Protectora da Infância. No fim da década, instalar-se-ia a Confraria de S. Sacramento.
4. Nos anos 20 e 30, o corpo sudeste foi adaptado para a instalação do Hospital de Santa Clara, hoje o Instituto Ricardo Jorge, embora no início possa ter sido ocupado por outros serviços.
5. A igreja foi o único elemento que em 1910 foi considerado de valor patrimonial, tendo-se classificado como Monumento Nacional.
6. O lado sul, hoje ocupado por anexos e logradouro, corresponde ao espaço cujas construções foram demolidas, como se vê na planta de 1892 de Ferreira Teles.

Na década de 40, foram autorizados a instalarem-se serviços públicos, hospitalares, policiais e a Inspecção-geral dos Serviços de Emigração.

Para além da igreja, o restante do antigo convento foi classificado como peça de reduzido valor e qualidade arquitectónica, tendo sido adaptado a novos usos o que condicionou a modificação individual de cada uma das partes e conduziu ao que hoje existe.

A ocupação do Estado não aniquilou fisicamente o edifício como noutros casos, mas ao compartimentá-lo retirou-lhe a imagem de conjunto. Do mesmo modo, as sucessivas intervenções urbanas à volta desta estrutura foram ajudando a descaracterizar e a perder da memória a anterior massa construtiva. Hoje pouco se sabe do antigo convento e confunde-se muitas vezes o Aljube com a totalidade do convento. A política de intervenção ao longo do século XX não foi alheia a esta compartimentação da memória.

No início do século XX e na posse do Estado, o edifício continuou a subsistir, mas as suas instalações foram reconvertidas para alojar instituições de carácter social (sócio assistenciais) e serviços públicos, dando um novo uso ao convento extinto e evitando construções de raiz, e por isso, economizando nas despesas públicas, como foi a política de ocupação destas instituições. Não tanto a mudança de utilização mas a implantação de diferentes entidades no extinto convento, adossadas umas às outras, levaram à destruição da tipologia arquitectónica conventual feminina. O edifício deixou de funcionar como um conjunto em que mesmo o seu exterior perdeu a sua lógica organizativa anterior, provocando o afastamento das construções e dos espaços exteriores da sua realidade inicial de conjunto conventual.

Actualmente estão em funcionamento cinco entidades diferentes.

A igreja só recentemente foi aberta ao público novamente, tendo no entanto tido obras de conservação ao longo do século por parte da DGEMN. Paralelamente, ao longo do século XX, têm sido feitas obras como a construção do Instituto Ricardo Jorge, de adaptação da unidade da Saúde da Batalha, o desenho urbano do Largo 1º de Dezembro, o restauro da muralha, a reabilitação das instalações do claustro e as obras na Associação Protectora da Infância.

A Sociedade do Porto 2001 pretende no futuro fazer a reconversão dos espaços exteriores do conjunto e têm prevista a construção de uma unidade hoteleira nas unidades onde se encontram os Serviços de Saúde.

Para uma boa compreensão do todo, optámos por enunciar as partes e, como até aqui, por sequência no tempo. Distinguimos ainda dois níveis - as intervenções urbanas à volta do objecto de estudo e as intervenções em cada uma das partes.

6 Intervenções urbanas:
As propostas do fim do século XIX, século XX e Porto 2001

A demolição da Porta do Sol (realizada a mando da Câmara Municipal com o objectivo da ampliar a Casa Pia), a construção da Ponte D. Luís e o alargamento da Avenida Saraiva da Carvalho nas

imediações do convento, entre 1875 e 1886, constituíram as primeiras transformações do conjunto como unidade conventual.
É também importante assinalar que, com a abertura da Avenida de Vímara Peres (1882), ao fazer a ligação da cidade à cota superior de Carvalhos do Monte, da Sé e de Gaia, se completou em definitivo o desaparecimento de uma zona recatada de quintais, hortas e campos que envolviam o convento em conjunto com as traseiras de algumas casas nobres.
No projecto de arruamentos do Bairro da Sé em 1885 da CMP, incluía-se a proposta de demolição das construções do convento localizadas nas traseiras e interior sul da cerca. A intenção da proposta era abrir uma rua que ligasse o primeiro troço da Avenida da Ponte e o Largo da Polícia (actual largo Actor Dias) e a sua continuidade para o Passeio das Fontainhas para estabelecer ligações mais directas com a cidade a nascente. Estas intenções não foram concretizadas, permitindo a continuidade do conjunto (o que não aconteceu com o convento de S. Bento Avé-Maria).
(Fig.proj. Urbanos. pag.135)
Ao longo do séc. XX até à década 60, surgiram diversos projectos urbanísticos para a cidade do Porto que, na maior parte dos casos, ao proporem uma via de desvio de trânsito à saída do tabuleiro superior da Ponte de D. Luís I para a parte nascente da cidade, afectariam definitivamente o convento e a Muralha Fernandina.
Assim, quer a proposta do engenheiro Gaudêncio Pacheco de 1913,[28] quer a do engenheiro Ezequiel de Campos (1932), [29] quer a do arquitecto e urbanista Giovanni Muzio no início da década de quarenta [30] esqueciam o interesse patrimonial destes dois monumentos. [31](Fig. 3.13 a 3.17 proj. Urbanos. pag.135)
Durante a década de 50 assistiu-se à elaboração do Plano Regulador, facto de grande eminência, dado que pela primeira vez se realizava um documento que tinha como fim a produção de um plano de urbanização para controlar e apoiar não só as transformações da cidade do Porto, mas também o seu crescimento. Ora, ao contrário do que seria de esperar também a proposta incluída neste plano não salvaguardava nem o convento de Santa Clara, nem mesmo a Muralha Fernandina.
As preocupações são antes as de resolver as questões do tráfego da cidade encaminhando para segundo plano o núcleo de traçado medieval com a insistência de uma via panorâmica a atravessar os terrenos do convento.
Só na década de 60 com a execução do Plano Director sob a direcção de Robert Auzelle (1962), se consagrou a valorização do convento e da igreja de Santa Clara, bem como da Muralha Fernandina.[32]
Assim, o Plano citado defendia também a criação de um jardim público ao longo da margem ribeirinha da encosta do Douro, que incluiria uma fracção dos terrenos livres do antigo convento, reconhecendo – se, deste modo, o seu interesse histórico.
Mas o interesse pelo conjunto de Santa Clara tornou-se mais relevante quando o Plano Director identificou a igreja de Santa Clara como monumento nacional e de interesse público, incluindo, do mesmo modo o convento na zona de protecção do centro histórico e artístico da cidade.

28 (do conjunto de obras salienta-se a indicação da construção de uma ampla plataforma à saída do tabuleiro superior da Ponte a partir da qual ramificavam duas alamedas que faziam a ligação oriente/ocidente da cidade e que a oriente afectava as propriedades do extinto convento. É ainda de referir o desajuste de escala da proposta com a escala do existente.)

29 (este repete a proposta de duas vias nascente/poente à saída do tabuleiro da Ponte. Na saída a nascente podemos visualizar uma saída de traçado sinuoso que atravessava o interior da cerca de Santa Clara junto às fachadas, para seguir em direcção às Fontainhas pela rua do Miradouro. Esta proposta revela um maior comprometimento com o existente a nível de escala)

30 (fig: esta perspectiva demonstra a dimensão da escala da proposta e a indicação do viaduto a realizar, afectando o convento e a muralha fernandina)

31 (na década de 40 a câmara era obrigada a apresentar o seu Plano Geral de Urbanização pelo decreto de 1934, tendo por isso acolhido no seu gabinete de estudos várias personalidades, entre elas os arquitectos Placentini (1938-39) e Muzio (1940-43) o engenheiro Almeida Garrett, Miguel Resende e António Bonfim Barreiros. Estes estudos apontam também a existência de uma via que comprometeria a propriedade do convento e a muralha.)

32 Pela primeira vez é considerado prejudicial a inserção de uma via imediatamente a seguir ao tabuleiro da ponte. Como alternativa o Plano Director modifica o traçado da via, propondo um viaduto só muito mais tarde realizado e que ligava a Avenida Saraiva de Carvalho e rua Augusto Rosa à rua Duque de Loulé, mantendo a ligação do tabuleiro superior da Ponte com o lado oriental.

Há, com efeito, uma consciência mais cuidadosa e preocupada com as intervenções no centro histórico e nos edifícios de interesse público, que vai continuar a sentir-se posteriormente, como o comprova a criação em 1975 do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, a inclusão da cidade do Porto em 1996 na lista do Património Mundial pela Unesco e a realização do Porto 2001, Capital Europeia da Cultura.
No entanto é com as estratégias de intervenção apresentadas para a reabilitação da denominada "Área Leste A – Batalha/Guindais" e incluídas no Porto 2001, que se reconheceu verdadeiramente não só o interesse patrimonial dos edifícios em estudo, mas também o valor paisagístico dos espaços exteriores devido sobretudo à sua localização privilegiado sobre o rio Douro.
Das três propostas apresentadas (a presidida por Adalberto Dias, a de Paulo Providência e a de Nuno Teotónio Pereira), todas elas, como se disse anteriormente, atribuindo ao conjunto de Santa Clara e à Muralha Fernandina no reordenamento um grande valor cultural, a escolhida foi a primeira, que propunha o arranjo dos espaços de acesso ao convento e à igreja de Santa Clara bem como dos jardins existentes no seu interior, criando-se, assim, um parque público em ligação com o percurso histórico. [33]
Contudo nenhum destes projectos equacionados foi realizado, continuando alienado grande parte do património arquitectónico e paisagístico do convento de Santa Clara.[34]
O espaço interior da cerca esteve até aqui e depois da ocupação por parte do estado sem função específica e sem pressões urbanísticas. A questão que se poderá pôr neste momento é a de ao ser-lhe dada uma nova função mesmo a de parque público se será ajustado, pois pode implicar a continuação da divisão ainda maior deste conjunto já tão repartido.

6. 1 O Centro de Saúde da Batalha, Dispensário Rainha D. Amélia

Como já foi referido, o Estado ao ocupar o extinto convento de Santa Clara instalou aí vários serviços.
Assim no corpo mais a norte do convento orientado para a Porta do Sol, estabeleceu-se inicialmente o Dispensário da Rainha D. Amélia.
Este corpo do convento com duas fachadas viradas para o actual largo e rua Saraiva de Carvalho sofreu alterações no século XIX e inícios do século XX – a fachada composta de três pisos com um ritmo alterado de vãos, encimados por frontões angulares e segmentares, desenvolvia-se no sentido da Porta do Sol e da rua de Santo António do Penedo, enquanto a outra, mais baixa, tinha no último andar vãos semelhantes aos dos actuais e desenvolvia-se para o largo das Clarissas.
Nesta área do antigo convento, deviam ter existido dependências autónomas com diferentes usos como a Casa dos Capelães ou o hospício dos padres confessores e capelães como o indicam as fontes consultadas, mas também, embora sem referência alguma, uma hospedaria para albergar familiares das religiosas, como era habitual.
Relativamente às intervenções no interior desta parte do convento, há muito poucos testemunhos. Sabe-se que esta zona foi construída no século XVIII devido ao aumento do número de religiosas.
De acordo com registos fotográficos e com outra documentação, supõe-se que o edifício tenha sido remodelado nos inícios do século XX, data que corresponde à cedência destas dependências para ali se instalar o Dispensário da Rainha D. Amélia.

---

33 A proposta de Adalberto Dias prevê a demolição das construções afectas ao Instituto e a reutilização dos espaços exteriores conventuais ligados a percursos históricos na muralha. O elevador dos Guindais veio estabelecer a ligação da Ribeira com este núcleo.

Convém ainda salientar que Auzelle defendeu a criação de um percurso pedonal que contornasse a muralha pelo lado nascente, passando sob a ponte de modo a chegar à rua D. Hugo através de ruas já existentes e continuando por meio de escadas e rampas entre o Largo do Colégio e a entrada poente do túnel da Ribeira.

34 Cerca e espaço de logradouro: é propriedade da igreja o espaço verde com arvores de fruto onde antes havia jardins pomares e hortas; O espaço da muralha é público (e que outrora tinha dois mirantes para as religiosas usufruírem das vistas) e o espaço pertencente ao instituto Ricardo Jorge é o espaço do pátio de acesso ao instituto e na mesma cota. O espaço de logradouro do convento manteve sempre a mesma função.

Mais tarde, em 1916, surge um "Projecto de acesso ao edifício" [35] com a proposta de substituir o lanço de escadas axial existente pela actual escadaria simétrica, o que demonstra a alteração do edifício.
Ao olharmos o edifício actual, onde se encontra o Centro de Saúde da Batalha, depreende-se que esta parte do convento foi totalmente remodelada, restando apenas alguns vestígios da presença das Clarissas como lanços de escadas interiores, vãos e paredes exteriores. [36]

6. 2 A Associação Protectora da Infância

No início do século XX, por despacho ministerial de 1 de Setembro de 1903, instalou-se no corpo do convento em forma de "L", com as fachadas viradas para o Pátio da Igreja e para o Largo 1º Dezembro a actual Associação Protectora da Infância.
Esta zona do convento, provavelmente edificada no início do século XVIII devido à necessidade de aumentar o número dos dormitórios, possuía comunicação com os três corpos principais – o núcleo primitivo do claustro, a ala norte virada para a Porta do Sol e o dormitório dirigido para o interior da clausura.
Quando da instalação da Associação Protectora da Infância, foi necessário realizar algumas intervenções, como o indicam algumas licenças de obras datadas de 1907 e 1911 existentes no AHMP. [37]
Enquanto a primeira intervenção se limitou a alterar o portal da entrada, com o reboco e a caiação da fachada exterior, já a licença de obras de 1913 propunha alterações mais profundas com a introdução de saneamento e a renovação da construção.
Como foi indispensável alterar a área dos dormitórios das crianças para lhe dar uma nova distribuição, removeram-se as paredes em tabique e alteraram-se, ao mesmo tempo, os lanços de escada.
Mais tarde, na década de 30, segundo documentos arquivados na DREMN, sabe-se que se realizaram determinadas obras envolvidas em polémica, que levaram à sua suspensão imediata por ordem daquele organismo, pois visavam o alteamento do telhado e a abertura de janelas, embora já não tivesse sido possível evitar a alteração dos vãos primitivos.
Mais recentemente, têm-se verificado algumas obras na Associação Protectora da Infância apenas com o intuito de melhorar as condições de habitabilidade. (Fig.3.9 pag.133)

6. 3 Instituto Nacional de Saúde do Dr. Ricardo Jorge

O Instituto ocupa presentemente os espaços de clausura das Clarissas, no interior da antiga cerca de Santa Clara. Embora o edifício central do Instituto se encontre adossado à Muralha Fernandina, há algumas secções espalhadas pelo interior da cerca sendo construções provenientes de estruturas antigas do extinto convento como também elementos prefabricados ou ainda estruturas enterradas num dos socalcos que suporta o pátio de acesso ao edifício principal do instituto.
Antes do Instituto, nesta mesma área, tinha funcionado o Hospital da Santa Clara, instalado entre as décadas de 20 e 30, que, ao pretender construir um "Secadouro" nos terrenos de Santa Clara, em frente à fachada sul da igreja obrigou a DREMN a impedir esta construção, pois iria prejudicar profundamente o conjunto e a vista da fachada da igreja. É também provável que a instalação deste novo organismo tenha ditado a demolição de grande parte das construções anárquicas conventuais existentes no local como o expressa a cartografia oitocentista de J. Lima Júnior.
Na actualidade, o Instituto apresenta-se degradado, tendo do mesmo modo descaracterizado

35 (AHMP, Catálogos, D2 Série "estudos (urbanismo e arquitectura), cota: D-CMP/2751 – "Projecto de acesso ao edifício do Dispensário do Porto para crianças pobres na Av. Saraiva de Carvalho". Data inicial 1916/11/18.)

36 Actualmente a proposta da Porto 2001 de Adalberto Dias propõe a instalação de uma unidade hoteleira.

37 Fonte: O convento de Santa Clara do Porto. Justa Patrícia Martins Dias Mendes. Prova Final para a Licenciatura. 2003-2004.

completamente as primitivas instalações das Clarissas. (Fig. 3.10 pag.133)

6. 4 O Aljube

Após a extinção do convento de Santa Clara, um despacho ministerial de 12 de Março de 1901 entregou provisoriamente o claustro de dentro ao Governo Civil do Porto para aí instalar a casa de Reclusão em substituição das antigas instalações do Aljube situadas na rua de S. Sebastião.
Este facto originou várias adulterações no interior do edifício, restando apenas alguns sinais do passado conventual como as paredes do claustro e alguns vãos de paramento exteriores.
Mais tarde, em 1960, quando a P.S.P. do Porto se estabeleceu nestas instalações, a DREMN propôs a preservação do claustro, defendendo a protecção do imóvel por este se encontrar na área abrangida pela "Zona da Protecção de Santa Clara", propondo a preservação do claustro do antigo convento de eventuais acções de mutilação, que poderiam surgir com a reconversão do edifício. Desaconselhava ainda a elevação de um piso dado que, além de ir contra a cércea antiga do convento, modificaria a volumetria do claustro. Recomendou ainda que a instalação da P.S.P. se limitasse à ocupação das áreas utilizáveis do edifício na altura, já que defendia a hipótese de anexar o claustro à igreja, aumentando, assim, a sua valorização como Monumento Nacional.
Contudo estas recomendações não foram atendidas pelo que o edifício com a instalação da P.S.P. foi modificado e alterado sem nenhum respeito pelo seu valor histórico e arquitectónico, repercutindo-se na alteração dos seus espaços interiores e do claustro.
Posteriormente, entre 1995 e 1999, houve de novo um outro projecto de "Reabilitação do edifício do Aljube" para a instalação da Divisão Concentrada da P.S.P. do Porto.
A realização deste projecto, que visava transformar este espaço tão degradado, ficou a cargo do Arq, Victor Mestre, que tomou como ponto de partida para a nova reorganização o claustro, um elemento a preservar, funcionando como um dado estruturante e primordial desta reabilitação. [38]
Na altura da intervenção, o edifício encontrava-se em muito mau estado de conservação sem condições de segurança como descrevem os vários pedidos de obra por parte da PSP. [39]
Paralelamente as modificações executadas até aqui com a adaptação a Aljube e a esquadra da PSP deixaram poucos vestígios do antigo convento.[40]
O claustro, e a fachada posterior, virada para o rio Douro, são dos poucos elementos que sobreviveram do antigo edifício. Algumas paredes de granito foram conservadas e realçadas como painéis de memória.
A solução dada ao restauro desta parte do edifício resultou na separação da fachada norte do seu interior, funcionando, como um elemento isolado, um muro vertical com aberturas, pontualmente ligado ao interior e resto do edifício por tirantes visíveis em ferro. Esta solução permitiu a total restruturação do interior, sem condicionantes, de pés direitos ou paredes, em que a fachada preexistente serve de cortina, com as entradas de luz das suas janelas, funcionando como um elemento plástico, cuja opção arquitectónica manifesta um novo corte na história do edifício. Esta solução não é o resultado de uma verdade histórica ou material. Trata-se de uma opção estética, que permitiu subtrair as condicionantes físicas e materiais, mas em que a fachada resulta num

38 "O claustro assume-se como elemento primordial e principal memória do passado, sendo nele de assinalar a espacialidade vertical, a sobriedade decorativa, o ritmo ortogonal. A partir dele fez-se o nivelamento de todos os pisos, de que, nem sempre resultou acerto com a fenestração pré-existente, o que se nota particularmente, a O. Muitos vãos de antigas portas e janelas, e outros testemunhos do passado arquitectónico, estão a descoberto. " DGEMN: N: IPA – PT 011312140214 net.

39 Fonte: arquivo da DGEMN. Livros de adjudicação de obras.

40 "Em 1996, começaram as obras de reabilitação do edifício, que passou a abrigar a Polícia de Segurança Pública, num processo que transformou completamente o espaço e que procurou valorizar os motivos mais interessantes que restaram do seu passado e das anteriores funções. Assim o claustro mantém-se ainda hoje como elemento primordial, para lá convergindo diferentes espaços. Entretanto, os responsáveis recorreram aos fossos de luz, servidos por clarabóias para pôr em destaque muitos vãos de antigas portas e janelas, bem como de outros testemunhos trazidos à luz do dia no decorrer das obras." Jornal da Região – Porto, 16 de Outubro de 2001. Cantinhos da Região, Margarida Almeida.

Os vestígios tipológicos do que foi o convento ficaram assim, praticamente apagados, restando apenas as paredes do claustro, e alguns vãos das fachadas sul e poente.

elemento separado, desligado do edifício sem contudo formar na sua aparência um elemento artístico ou histórico.
No claustro, procurou-se respeitar a altura dos vãos, tentando manter o carácter de circulação sem mais investigação histórica, que a de deixar nas paredes de pedra, que foram mantidas, os traços que o tempo marcou. Ainda no claustro e no último piso foram completados e repostos dois lados da fachada com elementos modernos (em ferro). A opção de completar a imagem do claustro com novos materiais, funcionando como oposição ao existente e dando uma sensação de inacabado ao construído, reforçada pela cor neutra e cinzenta da pintura do ferro à vista, em dimensões exageradas relativamente ao seu valor real, mostrando uma ossatura moderna como imagem de um novo tempo, a completar o antigo, vem reforçar as escolhas do arquitecto no seu modo de intervenção.
Na fachada posterior, virada para o rio, com vistas magníficas sobre a cidade e a outra margem, nota-se uma menor intervenção nas condicionantes. Aqui apenas as aberturas da fachada sofreram alteração na tipologia das caixilharias sendo ainda possível reconhecer algum enquadramento. [41]
O edifício desenvolve-se essencialmente à volta do antigo claustro conventual. [42]
"O edifício é como que uma caixa dentro de outra caixa. O diálogo entre o passado e o presente é sublinhado pelos fossos de luz, que destacam e valorizam os vários momentos construtivos. Estes fossos são servidos por clarabóias colocadas ao nível das coberturas. Assim, um fosso faz a separação entre a caixa interior e a actual fachada principal, dobrando para poente e para nascente, enquanto outro põe em evidência a primitiva fachada. Os fossos são atravessados por pontes. No primeiro caso, a ligação faz-se apenas ao nível da porta de entrada e no segundo, pelos passadiços situados nos vários níveis, e pelas escadas que os ligam." [43]
O edifício distribui-se por 5 pisos com um piso abaixo do nível da entrada que corresponde ao nível inferior do claustro. No piso 1, ao nível da rua, situa-se o átrio e permite o acesso às zonas públicas e mais adiante o contacto visual com o claustro. Nesta entrada, um fosso com uma enorme grade divide a fachada do resto do edifício. Os pisos dois e três estão reservados a áreas específicas da instituição policial nomeadamente Comando, Telecomunicações, Secretariados e ainda Balneários, Vestiários, Quartos do Comandante, Sub-Comandante e Praças. O piso quatro destina-se às Messes e Bares dos Oficiais e Praças. [44]

41 "Há a assinalar testemunhos de um passado arquitectónico que atravessou épocas diversas: alguns vãos têm características góticas, o claustro situa-se dentro de um maneirismo tardio, a fachada é produto do séc. 19, ao gosto neoclássico. Podemos encontrar afinidades com o claustro do Colégio Novo de Coimbra, com o do Convento da Graça em Lisboa e principalmente com o do Convento de Grijó (pisos superiores fechados, verticalismo, fachadas compartimentadas em painéis)." INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID, N: IPA – PT 011312140214

42 "Possui dois tipos de coberturas: de 4 águas, revestidas a telha cerâmica mista, telha romana e telha portuguesa, e planas, em cobre do tipo camarinha. A fachada principal, é rematada por platibanda descontínua, com frontão triangular. Divide-se em três registos, seccionados por pilastras em cinco diferentes panos, sendo o central mais estreito, onde se situa a porta principal. O registo térreo, é separado dos superiores por friso e apresenta fenestração irregular. Nos registos superiores a fenestração é ritmada uniformemente, tendo as cinco janelas centrais, entablamento semelhante ao da porta principal, e todas as outras molduras simples. As molduras que não são de cantaria de granito, receberam a cor da parede. As fachadas O. e S. mostram vãos rasgados de forma irregular, denunciando vários momentos construtivos." INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID, N: IPA – PT 011312140214

43 INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID, N: IPA – PT 011312140214

44 "Também aqui se tenta remeter para a memória dos refeitórios conventuais, através do tecto abobadado, em gesso, e do revestimento de azulejo tradicional branco. Um último piso, sobre os refeitórios, é essencialmente destinado às áreas técnicas.
O claustro com espacialidade marcadamente vertical tem 5 registos, separados por entablamentos rectos seccionados por pilastras, que se prolongam do primeiro ao último piso definindo painéis, alternadamente mais e menos largos. No piso térreo, apresenta uma sequência de arcos de volta perfeita, também de largura alternada, assentes em pilares. Os arcos estão actualmente fechados com vidros, temperados, incolores, sem caixilho, num plano recuado evitando o seu reflexo, com portas em cinco dos mais estreitos. No piso 1, mostra nos painéis mais largos, varandins em ferro assentes em cachorros de granito com caneluras, e portas em vidro com caixilho também em ferro. Estes mesmos varandins repetem-se no piso 2, alternando com janelas. O piso 3 é semelhante. O piso 4 tem janelas a S. e a E., e um recuo coberto nos lados opostos, sendo este uma ampliação, integrada no espírito de reabilitação, repetindo em aço, a métrica das pilastras." Dados Técnicos: "Estrutura mista. Paredes de alvenaria de granito complementadas por novos pilares de aço, e núcleos de acessos com paredes de betão armado. Esta estrutura vertical recebeu pavimentos mistos de aço e betão, em que lajes nervuradas, com cofragem metálica perdida, são suportadas por sistemas de vigas e cintas de aço." NET. DGEMN N: IPA – PT 011312140214

6. 5 Igreja de Santa Clara

A igreja de Santa Clara, ao ser considerada Monumento Nacional, foi relativamente mais preservada ao contrário do que aconteceu com o convento.

Contudo pode-se afirmar que, apesar de o seu interior guardar um tesouro em talha dourada e policromada, não foi alvo de verdadeiros trabalhos de restauro.

No entanto devem mencionar-se as reformas realizadas entre os séculos XVII e XVIII, indubitavelmente as de maior relevo, pois conferiram à igreja um estilo barroco em vez do gótico predominante. Estas obras incidiram sobretudo na capela-mor e nave, atribuindo-lhes maior amplitude e mais luminosidade para posteriormente se efectuar o revestimento em talha dourada e policromada.

Com a extinção das ordens religiosas, só no século XX, quando a DGEMN ficou com a tutela do património arquitectónico e artístico é que, de novo, se levaram a efeito obras essencialmente de manutenção.

Convém salientar, como já se disse anteriormente, que as obras produzidas ao longo do século XX se circunscreveram, quase na totalidade, a manter e a conservar a igreja, mas sem qualquer atenção e cuidado com as técnicas, e processos utilizados.

Na década de 20 (1923), procedeu-se ao levantamento da igreja e corpo anexo a norte, restando hoje este levantamento, como testemunho do que existia da sua organização e das partes que foram alteradas e demolidas como é o caso do dormitório localizado junto ao coro superior com indicação das celas e respectiva métrica.

A partir de1929, a DGEMN passou a deter a salvaguarda e protecção da igreja de Santa Clara, realizando a partir desta altura obras de conservação e restauro. Neste conjunto de obras destaca-se a retirada do reboco da fachada da igreja como política de preservação do que era considerado o original do edificado - a época medieval era de culto do regime.

Nos anos trinta, fizeram-se modificações no pátio, retirando a rampa que foi substituída por escadas e demoliram o chafariz. Na década seguinte, com o arranque e nova colocação de azulejos perderam-se alguns exemplares primitivos de conjuntos de azulejo. Do mesmo modo, na década de 50, além de se transformar o corpo anexo aos coros, com a demolição das divisórias dos dormitórios para utilização dos serviços da paróquia, alterou-se também a fachada exterior com a mudança das cantarias, construindo-se novas escadas no interior. (Fig. 3.12 pag.135)

Nos anos seguintes, continuam as obras de restauro do imóvel em que as dificuldades orçamentais são a justificação tanto para opções construtivas como arquitectónicas.

No entanto, até hoje, mantém-se a mesma falta de zelo e precauções na preservação deste monumento nacional, dado que os trabalhos que vêm sendo efectuados visam essencialmente a sua manutenção. Mesmo a criação de "Zona de Protecção" da igreja de Santa Clara, que estipulava a sua protecção paisagística e urbana, não surtiu efeito, dado que os antigos espaços interiores de clausura foram absorvidos pelo Instituto Ricardo Jorge e pela Paróquia da Sé.

6. 6 Muralha Fernandina

No estudo sobre o convento e a igreja de Santa Clara tem de se incluir obrigatoriamente a Muralha Fernandina, visto que a implantação do convento absorveu parte da Muralha na sua cerca.

É de realçar que, não obstante as várias vicissitudes sofridas por esta parte da muralha, ela manteve-se praticamente intacta e inalterada até à actualidade, funcionando, presentemente, como um eminente testemunho da antiga cidade medieval.

No século XVI, foi permitido às Clarissas edificarem mirantes nas torres abandonadas para, assim, poderem fruir as magníficas vistas sobre a cidade e o rio.

Porém com o liberalismo e a extinção das ordens religiosas, verificou-se a destruição de parte da muralha para tornar exequível a construção da nova Ponte e da avenida Saraiva de Carvalho.

Posteriormente, já no século XX, com a nova ordem e ideologia políticas, a Muralha, classificada em 1926, passou a ser considerada um monumento simbólico e emblemático da história do Porto e da Nação, tendo-se, por isso, efectuado uma série de obras com o intuito de reintegrar a muralha segundo o seu estilo original. [45] Para este efeito, demoliram-se os mirantes das Clarissas e os barracões, que existiam do lado exterior da muralha, reparou-se todo o adarve, construíram-se novas ameias e fizeram-se profundas limpezas.
Desde a segunda metade do século XX até hoje, têm sido efectuados diversos trabalhos, visando a beneficiação, a conservação e a manutenção dos paramentos da muralha, por isso o seu bom estado de preservação.
Actualmente, para além da sua valorização como Monumento Nacional, volta a redescobrir-se a função de miradouro privilegiado sobre o rio Douro e a cidade, do qual tinham usufruído no passado as Clarissas.

45 O Ministério das Obras públicas e a DGEMN e no seguimento da política ideológica do Estado Novo, com o objectivo de ressuscitar o heroísmo e o patriotismo da história da nação recorriam ao restauro dos Monumentos Nacionais que serviam de instrumentos de propaganda do regime

Bibliografia:

6330 (23) ALVES, Natalia Marinho Ferreira, A Apoteose do Barroco nas igrejas e conventosd femininos Portugueses. Porto 1992. Pag.369-393

ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII. Porto, 1985. (Fotocópias pag.3-27)

BASTO, Artur de Magalhães 1894-1960, O lançamento das... pedras do Mosteiro de Santa Clara / Artur de Magalhães Basto, In : tripeiro - Porto - Série 5, Ano 10, nº2 (1954) - p.33.

CARNEIRO, José Augusto, Fundação do Convento de Santa Clara na cidade do Porto / José Augusto Carneiro. In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 2, nº45 (1909) - p.130.

P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

P05/DMHP (48) E05 (36) P271 OCSFERN E271 OCSFERN FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). Arquivo Histórico. CMP 1992.

P04/271 (7) FERNANDES, Maria Eugénia Matos, Século e clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX. Separata, « Revista de História ». Centro de História Universidade do Porto. Porto 1995. Pag.139-177

História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco de Portugal, tomo I, Lisboa, 1656, p.577.

O convento de Santa Clara do Porto. Justa Patrícia Martins Dias Mendes. Prova Final para a Licenciatura. 2003-2004.

P04 1726 (21) PATRICIO, Padre Francisco José, Archeologia Religiosa: noticia dos últimos conventos religiosos do Porto. Porto 1882. Pag.17-61

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

O convento de S. Clara do Porto. Reflexões sobre a transfiguração/transformação de um conjunto pela acção do homem e do tempo. Justa Patrícia Martins Dias Mendes. FAUP. Prova Final de Licenciatura. 2003-1004

FREIRAS DE SANTA CLARA Freiras de Santa Clara, In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 1, nº7 (1908) - p.110.
Convento de Santa Clara / Freiras / Imposto / Portagem

João de Almada e Melo FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. Publicações FAUP.

Convento de Santa Clara, In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 1, nº17 (1908) - p.263. Convento de Santa Clara

Arquivo distrital do Porto (A.D.P.), Mosteiro de S. Clara do Porto, nº646 (44), fls. 10v. -11

CORRESPONDÊNCIA ENTRE LEITORES : NOVAS PERGUNTAS : 76 : MURALHA DE SANTA CLARA, Correspondência entre leitores : novas perguntas : 76 : muralha de Santa Clara, In : tripeiro - Porto - Série 2, Ano 1, nº7 (1919) - p.144.

Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1995. Grande Porto, À descoberta do Porto, Germano Silva. Do Monte dos Carvalhos à Porta do Sol

Jornal da Região - Porto, 16 de Outubro de 2001. Cantinhos da Região, Margarida Almeida.
Jornal da Região - Porto, 4 de Dezembro de 2001, Cantinhos do Porto, Margarida Almeida. Numa polémica "descrição do Porto" do século XVIII

Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. DGEMN. Nº4. Março 1996. Reabilitação do Edifício do Aljube para instalação da divisão concentrada da PSP Porto. Victor Mestre. Pag.75-81

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

DGEMN. Livros de adjudicação de obras.

Documentação

Aljube = prisão, cárcere para clérigos. Aposento mal iluminado e abafado. Caverna.

DGEMN. Livros de adjudicação de obras.

Igreja de Santa Clara. Nº IPAC: 131214004 (P. 1) nº volumes: 6

Anos de 1923-1950. Cota: 234. (adjudicação de pequenas obras de restauro)

Igreja de Santa Clara. Nº IPAC: 131214004 (P. 2) nº volumes: 6

Anos de 1950-1967. Cota: 235. (restauro de 2 quadros, adjudicação de pequenas obras de restauro – madeiramento, tubos de queda...)

Cadeia do Aljube

1950 – Obras de adaptação. "A adaptação de algumas dependências do antigo convento de S. Clara (Aljube) que a PSP virá a ocupar, 26 de Março de 1951."

1958 – Obras de conservação exterior

1963 – Pequenas reparações

1966 – Obras de conservação e reparação

1969

Cadeia do Aljube

1968 – 1984. Expediente nº 166. 29 Dez. 1967

31 Janeiro 1968. Obras de conservação. 22 Novembro 1968. Obras de conservação e reparação – aprovado.

1969, Obras de remodelação e conservação

1970

1971 – Telhado

1972 – Telhado

1975 – Cedência de vigamento da madeira – zona afectada foi escorada

13 Janeiro de 1979 – a) "o edifício em questão encontra-se em precaríssimas condições de segurança com ameaça de ruína e desabamento de pavimento de madeira.

11 Março de 1982 – estado de conservação e obras necessárias...

1995 – Projecto de reabilitação do edifício do Aljube para a instalação da PSP do Porto.

Documentação gráfica

FAUP, BPMP, AHMP

Digital: Arquivo Distrital do Porto

M.1614. Obras públicas. Plantas, corte e alçado. Direcção das Obras Públicas do distrito do Porto, Secção de Edifícios - Projecto1912. Desenhos 1\100 – projecto de adaptação do convento de S. Clara à ampliação dos edifícios dos tribunais de investigação criminal do Porto.

M.1616 planta de S. Clara, casa Pia e Porta do Sol.

M.220 planta da Batalha

Documentação fotográfica

AHMP,



Convento de Santo Elóy

Designação Convento de Nossa Senhora da Consolação do Porto
Convento de Santo Elóy ou Convento dos Lóios

Localização Porto, Sé
Largo dos Loios, Praça da Liberdade, Praça Almeida Garret, Rua das Flores

Fundação
data 1490
comunidade Loios
ordem religiosa Congregação dos Cónegos Seculares da Congregação de S. João Evangelista (extintos em 1668)

Extinção
data 1832

Permanências
igreja Demolida em 1832
dependências Demolidas
cerca Urbanizada

Usos
igreja -
dependências -
-
cerca

Estados de Conservação -
igreja -
dependências -
cerca

Afectação Actual A pequena parte que resta do antigo conjunto monástico está integrado no Palácio das Cardosas, propriedade privada onde funcionam estabelecimentos financeiros.

Classificação Patrimonial Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico que é caracterizado, geograficamente, por uma topografia com terreno desnivelado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Número do IPA



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no edifício

1455-1833, ADP, Convento de Santo Eloy.

1455-1833 Datas extremas do fundo. (fonte: bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.244)

1490, Início da construção do convento

1491, 6 de Novembro, Fundação do convento

1592, reedificação e ampliação dos edifícios da igreja e do convento por ordem do Capítulo Geral. (in: bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento.)

1668, Extinção da Congregação dos Padres Loios.

1744, Início da reforma do pavimento da igreja, que estava em completa ruína, fazendo-se também um aqueduto para conduzir a água que então tinha aparecido.

1764, Despacho de 14 de Julho, João de Almada e Melo com a ordem de fazer uma praça em frente ao convento e a abertura duma porta.

1790, Modificação da frontaria do convento que dava para a rua da Natividade, acrescentando-lhe duas pequenas torres. Levantamento da planta pelo arquitecto D. José de Champalimaud.

1810 a 1822, ocupação do convento por tropas portuguesas, que aí instalaram um hospital militar;

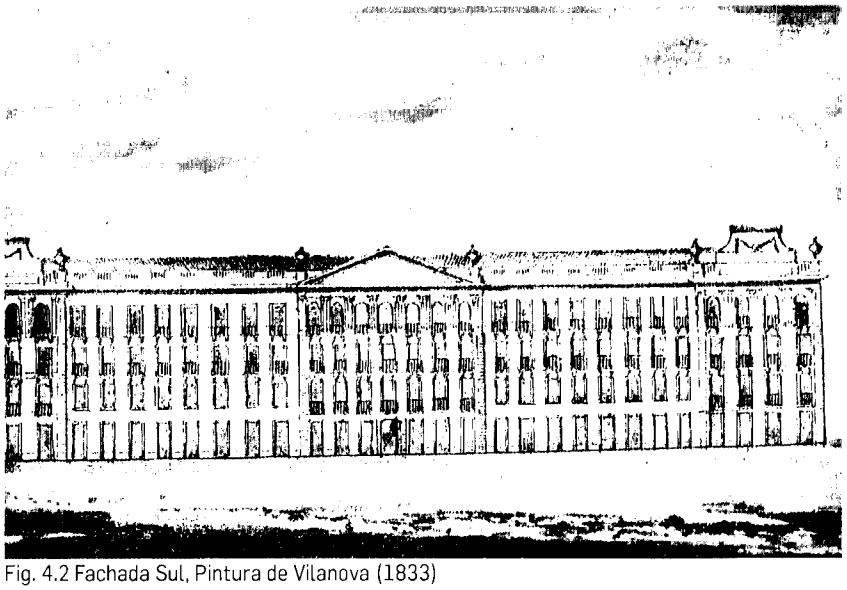


Fig. 4.2 Fachada Sul, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP



Fig. 4.3 Fachada Sul, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP

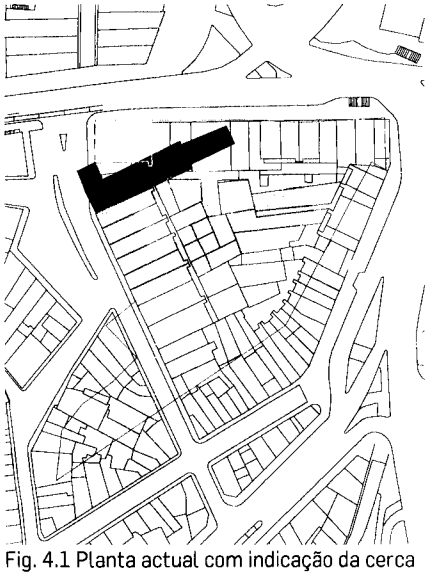


Fig. 4.1 Planta actual com indicação da cerca

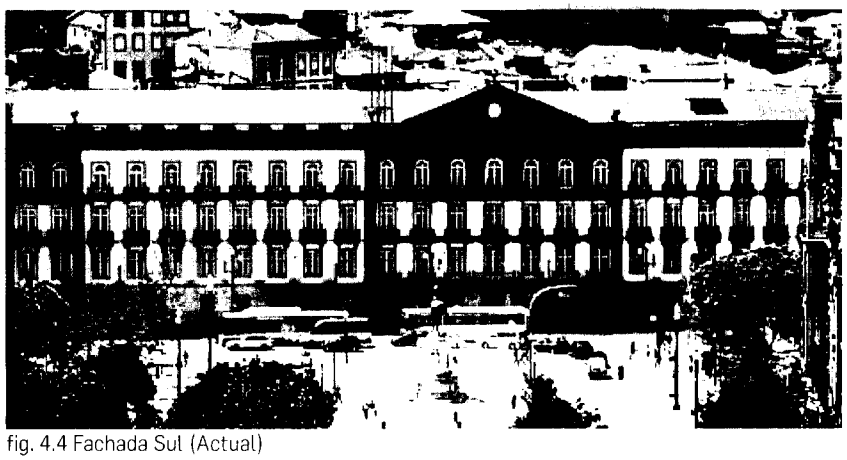


fig. 4.4 Fachada Sul (Actual)

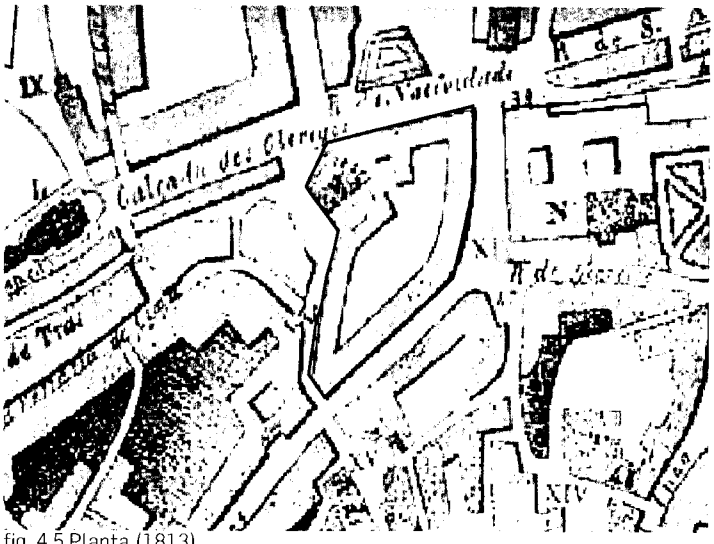


fig. 4.5 Planta (1813)
Fonte: AHMP

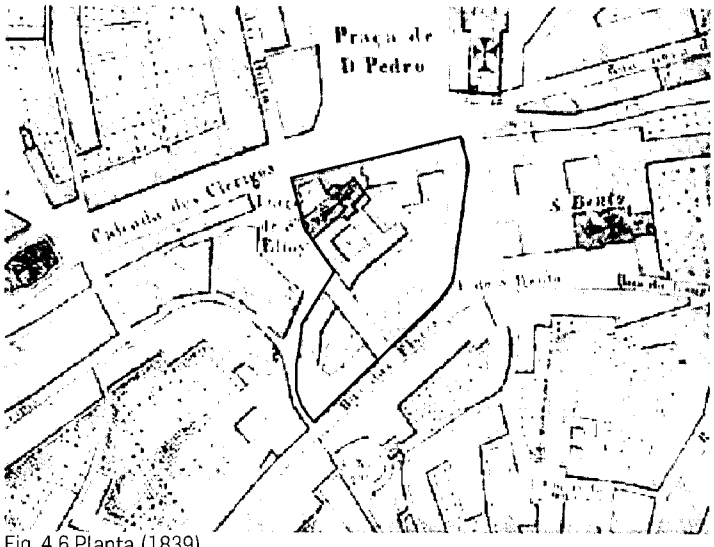


Fig. 4.6 Planta (1839)
Fonte: AHMP



Fig. 4.7 Planta (1865)
Fonte: AHMP

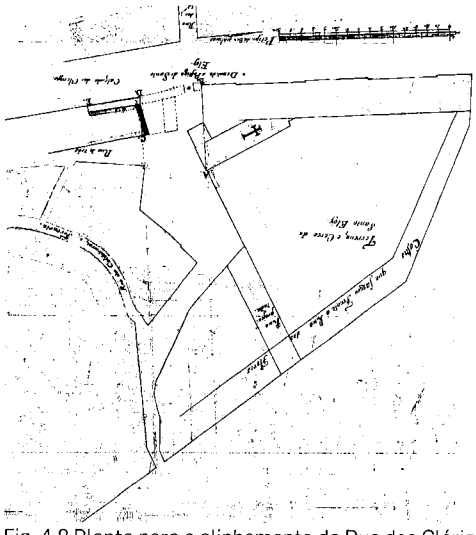


Fig. 4.8 Planta para o alinhamento da Rua dos Clérigos e Largo de Santo Eloy (1815)
Fonte: AHMP

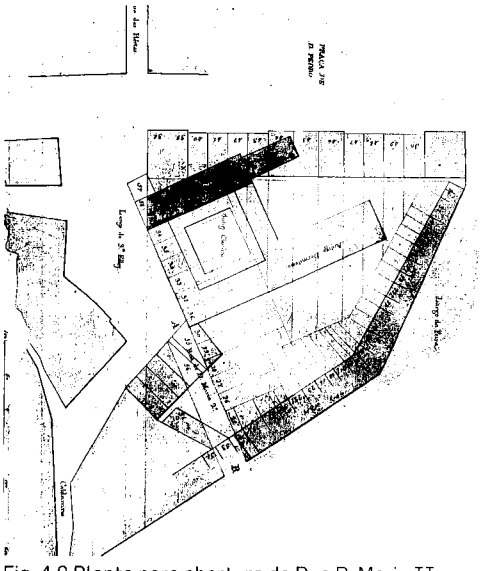


Fig. 4.9 Planta para abertura da Rua D. Maria II e divisão dos terrenos (séc. XIX)
Fonte: AHMP

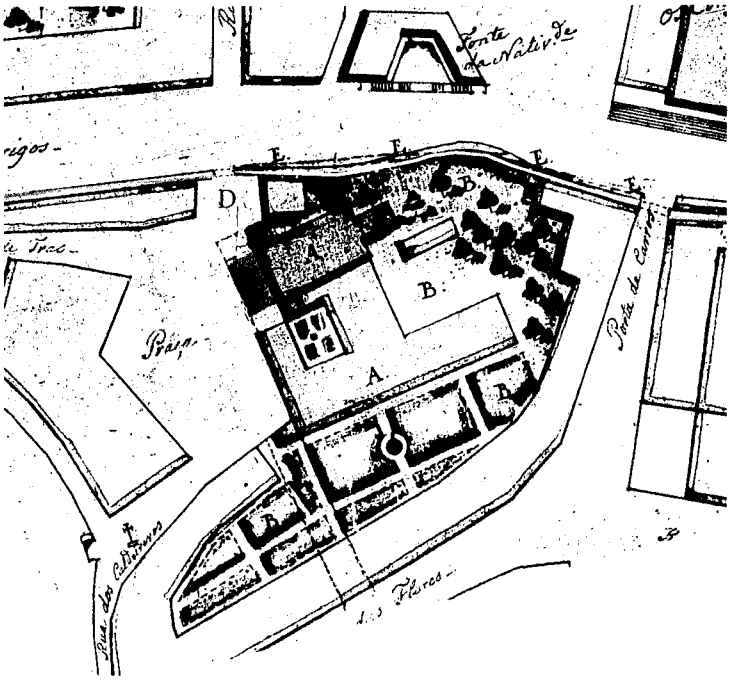


Fig. 4.10 Planta do Convento, da Cerca e da Muralha (1790)
Fonte: AHMP

A - Igreja e Convento

B - Cerca

C - Cedência do terreno para alargamento da Praça

D - Duas torres da igreja projectadas

E - Muralha cedida à instituição em troca dos terrenos em C

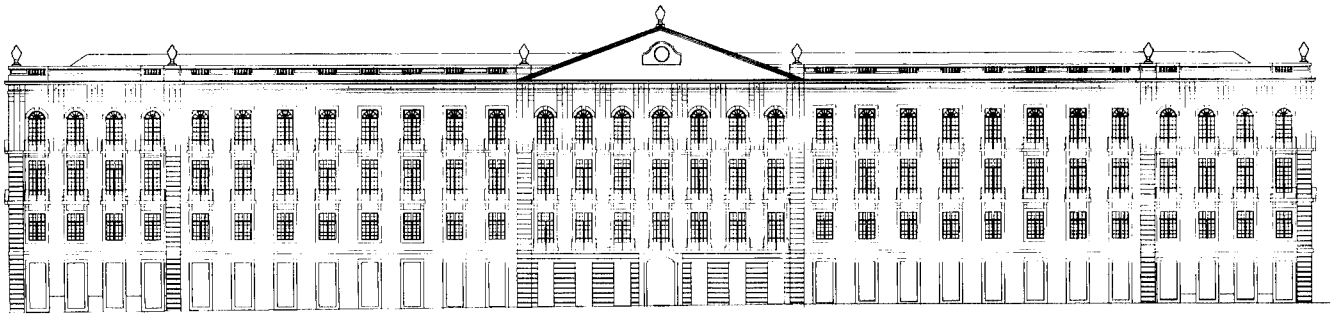


Fig. 4.11 Alçado do Palácio das Cardosas (séc. XIX)

1 Localização

O convento dos Lóios tinha a frente voltada para o que hoje é o largo do Lóios e ocupava todo o quarteirão que ainda faz frente com este largo - a Praça da Liberdade e a Praça Almeida Garrett e ainda o quarteirão seguinte delimitado pela Rua das Flores, rua Trindade Coelho e uma parte da rua dos Caldeireiros.

Actualmente continua instalado no antigo convento, hoje demolido, o edifício do Palácio das Cardosas construído, em 1790, pelos Lóios e logo vendido. "Quando em 1794 se começaram a demolir as muralhas que cercavam a cidade antiga, os Loios aproveitaram o facto, solicitando autorização para construir uma nova fachada do mosteiro que ficaria voltada para a antiga Praça das Hortas, hoje Praça da Liberdade. As obras começaram mas os frades nunca chegaram a vê-las concluídas. Sobreveio a guerra civil e logo a seguir a extinção das ordens religiosas e o que estava feito das novas obras foi vendido por oitenta contos ao capitalista Manuel Cardoso dos Santos, na condição de ele concluir as obras segundo o risco inicial."[1]

As pressões urbanísticas motivaram a rápida destruição deste convento, que se localizava numa nova centralidade da cidade do Porto.

2 Implantação

Depois dos conventos mendicantes, S. Francisco e S. Domingos no primeiro quarto do século XIII, e das Franciscanas de Sta Clara já em inícios do século XV, o Convento dos Lóios é o quarto convento a implantar-se no Porto, já em finais do século XV.

Em finais de quatrocentos, a cidade do Porto continuava reduzida relativamente ao grande espaço amuralhado.[2]

Entre 1114 e 1495, a cidade ocupava uma área territorial bastante restrita com reduzida população, apesar do grande espaço amuralhado, pois confinava-se às duas colinas dominantes da Sé e da Vitória, às cercas dos mosteiros de S. Domingos de S. Francisco e de Santa Clara. A separar as duas colinas, havia um profundo vale com o rio de vila.

A muralha circundava a actual Praça da Batalha pela rua da Madeira, subia a rua dos Clérigos, passava ao longo do Campo dos Mártires da Pátria (Cordoaria), descia pelo Calvário (a rua do Dr. Barbosa de Castro dos nossos dias) até às escadas do Caminho Novo (onde ainda resta um pouco da muralha) e daqui seguia ao longo do Rio Douro, até aos Guindais para subir por Santa Clara até fechar diante da rua de Cimo de Vila, constituindo uma área muito mais extensa que o burgo urbanizado.[3]

Este convento implantava-se em lugar encostado à muralha, a norte, situado entre o postigo da Fonte da Arca e a Porta dos Carros. O postigo da Fonte da Arca ficava em frente à entrada da rua do Almada e ficou com o nome da fonte que aí existia.

Este local era pouco povoado "com seus pomares e Hortas, fontes e agua" e situava-se estrategicamente na saída da estrada para norte da cidade, mas não muito longe do núcleo central da Sé.[4]

"Ficou assim o Mosteiro limitado da banda do norte pela muralha fernandina, entre o postigo dos Carros (depois convertido em porta), e o postigo das Hortas, que tomou o nome de S. Elóy; confinava a nascente e sul com os prédios do largo da Feira (de S. Bento) e rua das Flores, e a poente com o casario da Rua dos Caldeireiros que corria até a praça de S. Elóy, ponto onde o Convento dava directamente sobre a via publica; aqui, olhando a poente, ficava a frontaria da igreja, separada do

1 Jornal de Notícias. 7 Janeiro de 2000. À descoberta do Porto, Germano Silva

2 RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.193 "A população no fim do século XV e início de XVI, não ia muito além dos 12 mil habitantes." Jornal de Notícias. 7 Julho 2002. À descoberta do Porto, Germano Silva

3 Fonte: Jornal de Notícias. 7 Julho 2002. À descoberta do Porto, Germano Silva

4 "Sito no chão e circuito da Cividade, dentro da cidade do Porto, com seus pomares e Hortas, fontes e agua, habitação e edifício e Oratório de S. Maria da Consolação" FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação da CMP. Gabinete de Hist. Porto 1947. Pag.3

antigo muro defensivo pela Torre dos Sinos, que ao mesmo se encostava."[5]
A escolha destes locais, junto das muralhas, para a implantação de conventos era muitas vezes estratégica, pois estes serviam de defesa em caso de ataque exterior, sendo também o primeiro alvo.
Os séculos seguintes centraram o crescimento da cidade a norte e em direcção a este local.
No século XVIII, em 1764, João de Almada e Melo[6] manda substituir o postigo em frente à rua do Almada por uma nova porta e abrir uma praça em frente ao convento dos Lóios para melhorar e aumentar o espaço público. "Pelo despacho de 14 de Julho de 1764, João de Almada e Melo, mandou abrir uma nova porta na muralha, próxima do Convento de Santo Eloy, para melhor servidão da rua do Almada, tapando o postigo que se abre contíguo ao dito convento, e que defronte do mesmo se pode formar e estabelecer uma praça que considerando eles a grande necessidade que há de Praças Públicas dentro dos muros desta cidade, assim para melhor formosura dela, como para utilidade pública e bem comum dos seus moradores. Para no dito muro se abrir a dita nova porta na parte que for mais conveniente para a sobredita servidão e estabelecimento da praça".[7]
Estas transformações vieram confirmar as mudanças em curso. A defesa passa para um plano secundário, tornando-se desnecessária a rua estreita que existia entre o convento e a muralha e que ligava o Postigo da Arca à Porta dos Carros. Para possibilitar a abertura da praça em frente à rua do Almada, foi necessário os padres desfazerem-se de algumas casas, tendo recebido em contrapartida a parcela de terreno que correspondia à referida rua estreita.[8]
"Para o que seria preciso demolir umas casas que ficavam defronte da porta da igreja dos Loios, pertencentes a D. Margarida Violante e outras de Luís Ferreira Pacheco encostadas à muralha, para no dito muro se abrir a dita nova porta na parte que for mais conveniente para a sobredita servidão e estabelecimento da praça".[9]
Como porém o queriam fazer sem despesas nem encargos para a cidade, ajustaram com os padres Lóios que eles mandassem demolir as casas e também recolher o adro fronteiro à porta principal da igreja "quanto for necessário para desembaraçar a mesma praça e a entrada e saída da nova porta que se há-de abrir". Em compensação os padres receberiam da Câmara "toda a área do corredor de Santo Elóy, desde a mesma porta que de novo se há-de abrir até à quina da porta dos carros, cujo corredor medeia entre o muro da cidade e o muro da cerca do dito convento ; para com a área poderem alargar a cerca do convento" [10].
São estas alterações e as da demolição da muralha um pouco mais tarde (1794) que vão estar na origem da transformação tardia deste convento e que resultam na composição e construção de uma nova fachada virada para o que é hoje a Praça da Liberdade, único testemunho do que resta do primitivo edifício.

3 A ordem dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista

Esta Congregação apareceu no século XV, (1425) no início, com o nome de três individualidades: Mestre João catedrático de medicina na universidade e médico de D. João I, Martim Lourenço, Doutor em Teologia; e D. Afonso Nogueira, filho do Alcaide-Mor de Lisboa e Doutor pela Universidade

5 Dr. Pedro Vitorino, *Notas de Arqueologia Portuense*, I, 151.

6 João de Almada e Melo FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Publicações FAUP.

7 Para a história do largo dos Lóios. In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº12 (1972) – p.364.

8 (pag.132, Sousa Reis) " Com o correr do tempo e a abertura de novas ruas viu o senado da câmara quanto era inútil a comunicação... entre o postigo da arca e a porta dos carros (passando pela cerca do convento) ... e deliberou... receberem os cónegos, este caminho ou bens para incorporarem nas suas pertenças em troca de umas casas fronteiras e outras encostadas ao muro da cidade na calçada dos Clérigos para poder prosseguir no rompimento da rua do Almada, recolhendo se tanto quanto seja necessário o adro da igreja... contrato de... 1764, o que mostra que fora este ano o rompimento da rua."

9 Para a história do largo dos Lóios. Tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº12 (1972) – p.364.

10 Para a história do largo dos Lóios. Tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº12 (1972) – p.364

de Bolonha.[11]
Depois da confirmação do papa, passaram a denominar-se Congregações dos Cónegos de Vilar de Frades. Esta designação passou, posteriormente, para Congregações dos Cónegos Regulares de S. João Evangelista, pela devoção que a rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, tinha com S. João Evangelista, pedindo o monarca ao papa Pio II a mudança de nome.
Finalmente e pelo motivo de ser costume dar-lhes o nome derivado de algum convento e como aquele que lhe foi dado em Lisboa era dedicado a S. Eloy, passaram a ser frades Loios, também chamados cónegos azuis, por causa da cor do seu hábito.[12]
Esta congregação foi totalmente extinta em 1668.[13]
Da acção específica desta congregação destaca-se a sua preocupação de reforma e da santificação do clero diocesano, bem como a assistência aos doentes hospitalares.[14]

4 Fundação /Edificação e transformações

4.1. Convento

O convento dos cónegos seculares da congregação evangelista (vulgo Loyos) foi fundado em 6 de Novembro de 1491, na regência de D. João II.
A capela de Nossa Senhora da Consolação, fundada pelos meados do século XV, situava-se no espaço de terreno compreendido entre as actuais Praça de Almeida Garrett e o Largo dos Lóios.[15]
A proprietária da capela, D. Violante Afonso, por indicação do bispo D. João de Azevedo e troca de valores, cedeu os terrenos para que se edificasse ali o convento de Nossa Senhora da Consolação cuja construção se iniciou em 1490.[16]
Contudo, como os terrenos eram insuficientes, os religiosos foram adquirindo sucessivamente (em 1574, 1585, 1620, 1601, 1605 e 1614) casas e quintais vizinhos, sempre apoiados pela Câmara, que ainda lhes cedeu um "pedaço do rossio", que correspondia actualmente à área abrangida entre a Praça de Almeida Garrett e o Largo dos Lóios, incluindo os terrenos ocupados pela Estação de S. Bento e por uma parte da entrada da rua das Flores.[17]

---

11 Os Cónegos seculares de S. João Evangelistas vulgarmente chamados Lóios, residiam em congregação na igreja de Santa Maria de Campanhã mudando-se em 1425 para o interior da cidade para edificar o seu convento que nesse mesmo ano fundaram com a ajuda do Bispo. (pag.130 Sousa Reis)

12 Associação Cultural Amigos do Porto. Boletim de 2001. 3ª Série, nº19. Compilação de artigos da autoria de Fernado Moreira da Silva, Salpicos da história. Os frades Lóios e a cidade do Porto. Como os frades de santo Eloy tentaram nesta cidade a criação da sua congregação.

13 "Lóios, Canónicos Regulares de Vilar de Frades. (na sequencia do desejo generalizado de reforma da igreja Universal. da sua acção específica destaca-se a preocupação de reforma e de santificação do clero diocesano, que foi bem acolhida, assim como a assistência aos doentes dos hospitais" Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal.

14 "Lóios, ou Canónicos regulares de Vilar de Frades. (Na sequencia do desejo generalizado de reforma da igreja Universal. da sua acção específica destaca-se a preocupação de reforma e de santificação do clero diocesano, que foi bem acolhida, assim como a assistência aos doentes dos hospitais." Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal.

15 "Por escritura, Violante Afonso, em 28 de Agosto de 1487 vinculou certos bens a uma ermida de N. Sra. Da Consolação, que edificara para sua sepultura, no chão e circuito da Cevidade – junto ao muro desta nobilíssima cidade, e ao postigo chamado da Fonte Darca, por estar fronteiro à celebrada fonte deste nome, para a parte do norte." FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação da CMP. Gabinete de Hist. Porto 1947. Pag.3

16 (Em 1485, o Cabido cedeu a Violante Afonso o domínio directo sobre esses terrenos, recebendo em troca certas casas que aquela senhora possuia na rua dos Mercadores, à boca da Rua Nova (actual do Infante D. Henrique),

17 "Num livro de actas das sessões do Senado (Câmara) de 9 de Maio 1495, consta que foi cedido aos padres Lóios "um pedaço do rossio que ao longo do rio da Vila, desde a parede e a tapagem da horta do dito Mosteiro, vindo para o chafariz que se chama da cividade". Por meados do século XV havia num terreno que ocupava e dentro do perímetro da muralha, o espaço entre a Praça Almeida Garrett e o Largo dos Lóios, uma capela da invocação de Nossa Sr.ª da Consolação. Entretanto começam as obras para a casa monástica. E é aqui que surge, por parte do Senado a cedência do tal "pedaço do rossio" aos frades, que vem ao longo do rio da Vila, desde a tapagem da horta do dito Mosteiro vindo sobre o chafariz que se chama da cividade (referencia na acta de Vereação a esse terreno)." Em face dos documentos citados depreende-se que por meados do século XV o tal rossio, que ficava junto ao rio, onde "o povo ia lavar os panos e outras coisas", fazia parte dos terrenos onde agora está a Praça Almeida Garrett e daqueles em que se construiu o convento das freiras de S. Bento da Ave-maria, actual estação de S. Bento. Desde pelo menos o século XIV que estes terrenos aparecem mencionados em documentos da época como fazendo parte do "rossio da cividade" Jornal de Notícias. 7 Jan. 2000. À descoberta do Porto, Germano Silva

Este "pedaço de Rossio" cedido aos padres Lóios seria para alargamento das suas hortas e cerca. Também o conjunto edificado inicial foi alterado passado um século. Em 1592, foram o convento e igreja reconstruídos por serem as suas instalações insuficientes pelo acrescido do número de religiosos. [18]

Conclui-se assim que a primeira construção seria rudimentar e que toda a estrutura foi renovada em finais do século XVI até meados de XVII, sendo a cerca também nesta altura alargada e passando a partir daqui a ter os limites indicados pela planta de 1790. Esta cerca viria a ser cortada em 1838, já depois da extinção do convento, para abrir a rua de D. Maria II, hoje Trindade Coelho, fazerndo a ligação da rua das Flores ao actual Largo dos Lóios. [19]

Tanto a igreja como o convento tinham as respectivas fachadas voltadas para este largo, que foi alargado também em inícios do século XVII.[20]

De acordo com um requerimento dos Padres à Câmara, em que solicitavam licença para fazer um passadiço do convento para o Muro da Cidade, supõe-se que em 1653 as obras ainda prosseguiam.

O convento era constituído por dois andares baixos, com janelas pequenas voltadas para o largo dos Lóios. [21] Tinha quatro dormitórios, dois de grandes dimensões no corpo a sul e outros dois mais pequenos virados a poente para o largo dos Loios. "O corpo do convento consta de quatro dormitorios, dous grandes, que ficão par ao meyo dia, dous mais pequenos que ficão par ao poente, nos quaes vivem geralmente quarenta Conegos." [22]

O claustro era de pequenas dimensões, mas muito agradável, tendo um chafariz no centro, donde jorrava água em grande quantidade. "...o claustro he antigo, e pequeno pela estreitesa do sitio o convento foi fundado ; mas he mioto alegre e vistoso, com seu chafariz no meio, donde a água se

---

"Como se sabe a Cividade, primitivamente, estava num local elevado e tudo leva a crer que esse sítio fosse o cimo da colina que ligava as ruas do Loureiro e Chã com a rua do Corpo da Guarda e que há anos desapareceu para a abertura de uma artéria que foi projectada para possibilitar uma ligação rápida e cómoda do centro do Porto com a Ponte de D. Luís I. (avenida da Ponte ou de Vimara Peres). A essa elevação também chamada simplesmente de "o Monte" é que se dava a designação de Cividade. O rossio ficava, portanto, na parte inferior e compreendia a área hoje abrangida pela Praça de Almeida Garrett, incluindo os terrenos ocupados pela estação de S. Bento, antes da construção do convento que ali esteve antes; e por uma parte da entrada da rua das Flores. Compreende-se que assim seja pelo seguinte: o "pedaço do rossio" foi cedido aos padres Lóios para alargamento das suas hortas e cerca." Jornal de Notícias. 7 Janeiro de 2000. À descoberta do Porto, Germano Silva.

18 "Como foram crescendo as rendas deste Convento pelas muitas Igrejas que se lhe uniram e anexaram in perpetuum, cresceu também o n.º de religiosos que mal se podiam acomodar em tão pequeno edifício... Ao que atendendo o capítulo do ano de 1592, mandou se tomasse a edificar a Igreja, como hoje se vê, para recolher em si o grande número de pessoas assistentes que a ela vinham, e se derribaram os antigos dormitórios e oficinas e se fez tudo de novo." P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padres Lóios. Publicação da Câmara Municipal do Porto. Gab. de Hist. Porto 1947. Pag.13

19 "A igreja e o convento da parte do poente foi demolida e rompendo-se a rua de D. Maria II, à custa da câmara municipal, foi o solo restante para o lado nascente vendido a particulares que sobre ele edificaram excelentes propriedades como hoje se vêem." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

20 "Quizeram os padres, para alargar e desafrontar o seu convento, fazer a expropriação de numerosas casas e quintais e com ele confinantes. Por escritura de 19 Fevereiro 1574... Fez-lhes doação António Garcez...de duas moradas de casas que se desfizerão p.ºterreiro do conv.º. Cart. de S. Eloy, L.º 31.º, ant.º 33.º, fls.120

Em 18 de Outubro de 1585 fizeram uma composição com Gaspar Cardoso, sobre as casas deste, que depois se derrubaram. Por escritura de 15 de Maio de 1620 compraram umas casas, defronte da portaria... Para se demolirem e fazer rocio. (5) Id. L.º 15.º, ant.º 18.º, fls. 143.

Em 31 de Julho de 1601... Compraram outras casas, defronte da portaria...

Em 19 de Agosto de 1605, compraram um pardieiro, para fazer terreiro defronte da igreja...

16 Maio de 1614... Compraram umas casas e quintais defronte e conjuntos ao dito seu mosteiro e igreja.

Com a aquisição de outras casas... ficaram os religiosos com uma extensão de terreno bastante para edificar uma sumptuosa casa.

A Câmara auxiliou-os com dinheiro para as expropriações." P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade. Porto 1947. Pag.13

21 "O convento primitivo era de dois andares baixos... com janelas pequenas voltadas para o largo dos Lóios em linha recta para o lado sul, do frontispício da igreja e rematava em duas propriedades de casas assentes na linha das que vão dar à calçada dos caldeireiros." (Pag.132, Sousa Reis) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999.

22 Padre S. M.a, cit. pelo Dr. Pedro Vitorino, ob. cit., FREITAS, Eugénio de A. C., O Conv. S. M.a da Consolação: Lóios. Publicação da CMP. Porto 1947. Pag.13

reparte para todas as officinas da casa..." [23]

Como era um edifício de construção muito sólida e segura, lá esteve instalado, em 1689, o importantíssimo cofre dos órfãos. [24]

Mais tarde, nos finais do século XVIII o convento era novamente considerado pequeno relativamente ao número de religiosos que o frequentavam e a necessitar de obras como descreve o Padre Rebelo da Costa em 1788 "Sendo este convento, o mais bem dotado entre todos os da cidade, é o mais pequeno, velho, assim no seu claustro, como nos seus dormitórios." [25]

Assim, os religiosos, aproveitando a demolição das muralhas, que cercavam a cidade, pretenderam alargar as instalações do convento virado para o campo das Hortas e actual praça da liberdade, e fazer obras na igreja, acrescentando-lhe duas pequenas torres sineiras, cuja planta foi levantada pelo arquitecto D. José de Champalimaud em 1790. (Fig. 4.1 pag.159, Planta 1790 4.10 pag.161)

As obras, cuja licença teria sido concedida em 1798, nunca foram terminadas, pois, em 1833, este convento foi extinto e posteriormente, vendido por oitenta contos ao capitalista Manuel Cardoso dos Santos, na condição de este concluir as obras de acordo com o risco inicial. [26]

Entretanto, entre 1810 e 1822, já o convento tinha sido ocupado pelo exército português, que aí instalou um hospital militar e, durante o cerco do Porto esteve lá instalada a Casa da Moeda. [27]

Em finais do século XIX a ameaça de ruína de uma das torres da igreja foi o pretexto para a sua demolição e, logo a seguir, o resto do convento do qual resta apenas a fachada do edifício das Cardosas. [28]

4.2. A igreja

Em 6 de Novembro de 1491 é lançada a primeira pedra para a igreja de N.ª Sr.ª da Consolação no Porto.

Em 1592, como a igreja era pequena para acolher o grande número de fiéis, os religiosos resolveram reconstrui-la conjuntamente com o convento. "Como foram crescendo as rendas deste Convento pelas muitas Igrejas que se lhe uniram e anexaram, cresceu também o n.º de religiosos que mal se podiam acomodar em tão pequeno edifício. Ao que atendendo o capítulo do ano de 1592, mandou se tornasse a edificar a Igreja, como hoje se vê, para recolher em si o grande número de pessoas assistentes que a ela vinham, e se derribaram os antigos dormitórios e oficinas e se fez tudo de novo." [29]

A primeira pedra da capela-mor foi lançada em 6 de Novembro de 1593 pelo reitor, o Padre Pedro

---

23 P. Santa Maria, ob. e loc.Cit. Pag.231 P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade. Porto 1947. Pag.13

24 "Era tão segura a construção que em 1689, neles estava recolhido o importantíssimo cofre dos órfãos." (pag.132, Sousa Reis) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. P05/BOL.CULT. (8) E05 (3) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria da Consolação : padre Lóios.

25 Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto, Editora frenesi. Pag.147-148

26 "Era majestosa a frontaria que os cónegos começaram a edificar, mas não lograram ver o seu sonho realizado. A hora da Liberdade, da igualdade e da Fraternidade havia chegado, e em nome de tão formosos princípios, os frades foram violentamente esbulhados dos bens que muito legitimamente lhes pertenciam." Pedro Vitorino ob. cit. 164/165

27 "Em 1833 e durante o cerco do Porto esteve neste convento montada a casa da moeda." (pag.132, Sousa Reis) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

"Por occasião das luctas liberais os frades deste mosteiro destacaram-se e faziam varios offerecimentos aos partidários miguelistas, o que deu logar a que por decreto lei de 1833, fosse mandado encerrar o convento, os frades expulsos, o bispo obrigado a abandonar a diocese, os padres e as parochias e os bens confiscados." DIAS, Manuel, Convento de Santo Eloy chamado da Consolação / Manuel Dias, In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº31 (1927) – p.105. Convento dos Lóios / Congregação Evangelista.

28 "Nos finais do século XIX uma das torres ameaçava ruir e isso foi o pretexto para a demolir e logo a seguir foi arrasada igreja e o edifício do mosteiro de que resta a fachada do edifício chamado das Cardosas." Jornal de Notícias. Domingo, 24 de Abril de 2005. À descoberta do Porto, Germano Silva

29 FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação CMP. Gab. Hist. da Cidade. Porto 1947. Pag.13

da Assunção, estando presente o Bispo do Porto, D. Jerónimo de Menezes, sendo o projecto do arquitecto Manuel Garcez.[30]
As obras prosseguiram até ao ano de 1611, embora, de acordo com o testemunho do Padre Jorge de S. Paulo, ainda estariam por concluir, em 1641, o coro, o forro da igreja, a sacristia, escada, varandas e a torre dos sinos.[31]
A igreja era virada a nascente e fazia frente com o largo dos Lóios tendo uma torre sineira a norte da igreja encostada à muralha da cidade.[32]
No ano de 1744, devido ao estado de ruína em que se encontrava a igreja, iniciou-se a reforma do pavimento, fazendo-se ainda um aqueduto para conduzir a água.[33]
É também no seculo XVIII, 1790, que ao reformular as obras da igreja se acrescenta uma nova torre do outro lado da igreja.
A igreja é descrita com um coro grande e com luz vinda de duas janelas, um orgão de grandes dimensões e com uma pequena sacristia ricamente decorada: "O coro era grande, majestoso, de abóbada de esteira, primorosamente trabalhado com duas grandes vidraças por onde entrava a luz, tendo um órgão de grandes dimensões. A sacristia era pequena, mas muito enriquecida. A torre tinha sido feita toda em cantaria, artisticamente trabalhada, e tinha seis sinos."[34]
Em 1832, com a ordem já extinta, e por ameaçar ruína foi demolida, aproveitando-se a pedra para o encanamento das águas pluviais, segundo o decreto de 5 de Dezembro desse ano.[35]
Mais tarde, por ordem do rei D. PedroIV, os sinos da igreja foram fundidos para fazer moeda.[36]

5 Extinção e Permanências

Quase todo este conjunto monástico foi demolido, tendo restado apenas a fachada virada para a Avenida da Liberdade. Como já foi referido, a pequena parte que resta está integrado no Paláciodas Cardosas, propriedade privada, onde funcionam estabelecimentos financeiros.
O aumento da população em finais do século XVIII, a extinção das ordens religiosas e a pressão

30 "A Igreja Velha não devia ser excelente a sua fábrica, porque menos de um século passado já se encontrava o templo em ruínas. O Padre Manuel Justiniano do Evangelista, nas suas curiosas Notícias chama-lhe, piqueno e limitado edeficio, e acrescenta ser a Igreja incapax p.ª o grande concurso de gente que nella assistia aos off.ª Divinos." P05/DMHP FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação CMP. Gab. Hist. Porto 1947. Pag.13

31 "No ano de 1593 (Outros dizem que foi no ano de 1595 – cf. Novais, Anacrisis, II, 74.) em um sábado dia de S. Leonardo, se botou a primeira pedra desta Casa, quando se tornou a edificar de novo, no qual dia se acabaram 103 anos da primeira fundação, no ano de 1490... As obras se continuaram até ao ano de 1611 (O Padre Jorge de S. Paulo, cit. Compendio de Cartório diz que foi no ano de 1629, e é provável que assim fosse, porque a 6 de Maio de 1631 lançou-se a primeira pedra do colégio de Coimbra – cf. Padre Santa Maria, ob. cit., L.º 2.º, cap.38, pags.520.) em que o capitulo mandou parar as obras, e o dinheiro deputado para elas se mandou fazer o Colégio de Coimbra... E já toda a igreja, e frontispício estava, e capela-mor, tudo acabado... (Padre Manuel Justiniano di Evangelista, Notícias, cit. Vid. Também Padre Jorge de S. Paulo, cit. Compendio, fls14 e segts.) É de notar não condizem inteiramente com as correntes, de que a igreja e a torre se concluíram no ano de 1614, e o coro no de 1616 (Novais, Anacrisis, II 74) em 1641 escrevia o Padre Jorge de S. Paulo que, pelo desvio daquele dinheiro, estavam por acabar o coro, o forro da igreja, a sacristia, escada, varandas e a torre dos sinos que se vai de todo arruinando." P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade. Porto 1947. Pag.13

32 "Olhando a poente, ficava a frontaria da igreja, separada do antigo muro defensivo pela Torre dos Sinos, que ao mesmo se encostava." Pedro Vitorino, *Notas de Arqueologia Portuense*, I, 151.

33 "No ano de 1744, depois de muito trabalho e dificuldades para obter o dinheiro, começou a reforma do pavimento da igreja, que estava em completa ruína, fazendo-se também um aqueduto para conduzir a água que então apareceu." P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade. Porto 1947. Pag.57

34 FREITAS, Eugénio de Andrea e Cunha, O Convento de Santa Maria da Consolação: padre Lóios. Publicação CMP. Gab. Hist. Cidade. Porto 1947. Pag.13

35 "A igreja deste Convento foi demolida no anno de 1832 por ameaçar ruína, sendo a pedra aplicada para o encanamento das águas pluviais, em virtude de um decreto de 5 de Dezembro do referido anno. O projecto da egreja era do architecto Manuel Garcez.

36 "Por ordem do mesmo monarca os sinos da egreja foram fundidos para fazer moeda, sendo encarregado deste trabalho João Baptista de Sousa. Por occasião das luctas liberais os frades deste mosteiro destacaram-se e faziam vários offerecimentos aos partidarios miguelistas, o que deu logar a que por decreto lei de 1833, fosse mandado encerrar o convento, os frades expulsos, o bispo obrigado a abandonar a diocese, os padre e as parochias e os bens confiscados.» DIAS, Manuel, Convento de Santo Eloy chamado da Consolação / Manuel Dias, tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº31 (1927) – p.105. Convento dos Lóios / Congregação Evangelista

urbanística nesta zona da cidade não estiveram alheias ao destino dado a este convento, como aconteceu com o Convento dos Congregados e S. Bento de Avé-Maria, todos muito próximos e todos demolidos. Os bens eclesiásticos, ao passarem para as mãos do Estado, foram alienados e destruídos numa altura em que a via pública adquire uma nova importância e em que esta zona, em particular, se transforma no núcleo mais central da cidade do Porto.
A Sociedade de Reabilitação Urbana da cidade do Porto admitiu a possibilidade de lá se instalar um hotel de acordo com o interesse demonstrado por alguns investidores. [37]

37 "Palácio das Cardosas transformado em Hotel. A Sociedade de Reabilitação Urbana, SRU, do Porto... Há investidores interessados na instalação de um hotel no Palácio das Cardosas" Hugo Silva. Jornal de Notícias, Porto, 24 de Julho de 2004.

Bibliografia:

P081/BAST. BASTO, Artur de Magalhães, Sumário de Antiguidades de mui nobre cidade do Porto. Porto 1942. Pag.137-142 III O Mosteiro dos Lóios e o Palácio de Arronches. Pag.137

P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (Pag.32-33 foto - vista do Porto.) (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

DIAS, Manuel, Convento de Santo Eloy chamado da Consolação / Manuel Dias. In : tripeiro - Porto - Série 3, Ano 2, nº31 (1927) - p.105. Convento dos Lóios / Congregação Evangelista

P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria da Consolação : padre Loios. Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade. Porto 1947. (Fotoc.3 -32, 57, 74, 78-80, 118-122, 125).
P05/Bol.CULT. (9) E05 (3) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria da Consolação : padre Lóios. Dezembro1944. Pag.99 Catálogo dos reitores de Santo Éloy. Pag.104, Cronologia dos Gerais da congregação.

P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.193

Aux Confins du Moyen - Age. Art Portugais XII-XVe siècle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal.

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

João de Almada e Melo FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. Publicações FAUP.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005. Associação Cultural Amigos do Porto. Boletim de 2001. 3ª Série, nº19. Compilação de artigos da autoria de Fernado Moreira da Silva, Salpicos da história. Os frades Loios e a cidade do Porto. Como os frades de santo Eloy tentaram nesta cidade a criação da sua congregação.

Jornal de Notícias. 7 Janeiro de 2000. À descoberta do Porto, Germano Silva
Jornal de Notícias. 7 Julho 2002. À descoberta do Porto, Germano Silva
Jornal de Notícias. Domingo, 24 de Abril de 2005. À descoberta do Porto, Germano Silva
Jornal de Notícias, Porto, 24 de Julho de 2004. Hugo Silva.

Para a história do largo dos Lóios. In : tripeiro - Porto - Série 6, Ano 12, nº12 (1972) - p.364.

Documentação gráfica
FAUP, BPMP, AHMP, ADP

Documentação fotográfica

Convento de São Bento Avé Maria



Convento de São Bento de Avé Maria

Designação Igreja e Convento de São Bento de Avé-Maria

Localização Porto, Sé
Praça Almeida Garret, Rua do Loureiro, Rua da Madeira e Rua Cimo de Vila.

Fundação
data 1518
comunidade Beneditina
ordem religiosa Forma de vida monástica. Ordem de São Bento

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Demolida
dependências Demolido. Não há vestígios do antigo conjunto monástico. A localização é a da
cerca estação de São Bento.
Urbanizada e ocupada pela estação de São Bento

Usos
igreja Demolida
dependências Demolido

cerca Urbanizada

Estados de Conservação
igreja Demolida
dependências Demolido
cerca Urbanizada

Afectação Actual Gare e túnel da estação de S. Bento

Classificação Patrimonial Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico que é caracterizado, geograficamente, por uma topografia com terreno desnivelado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Número do IPA NºIPA.1312140090



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto

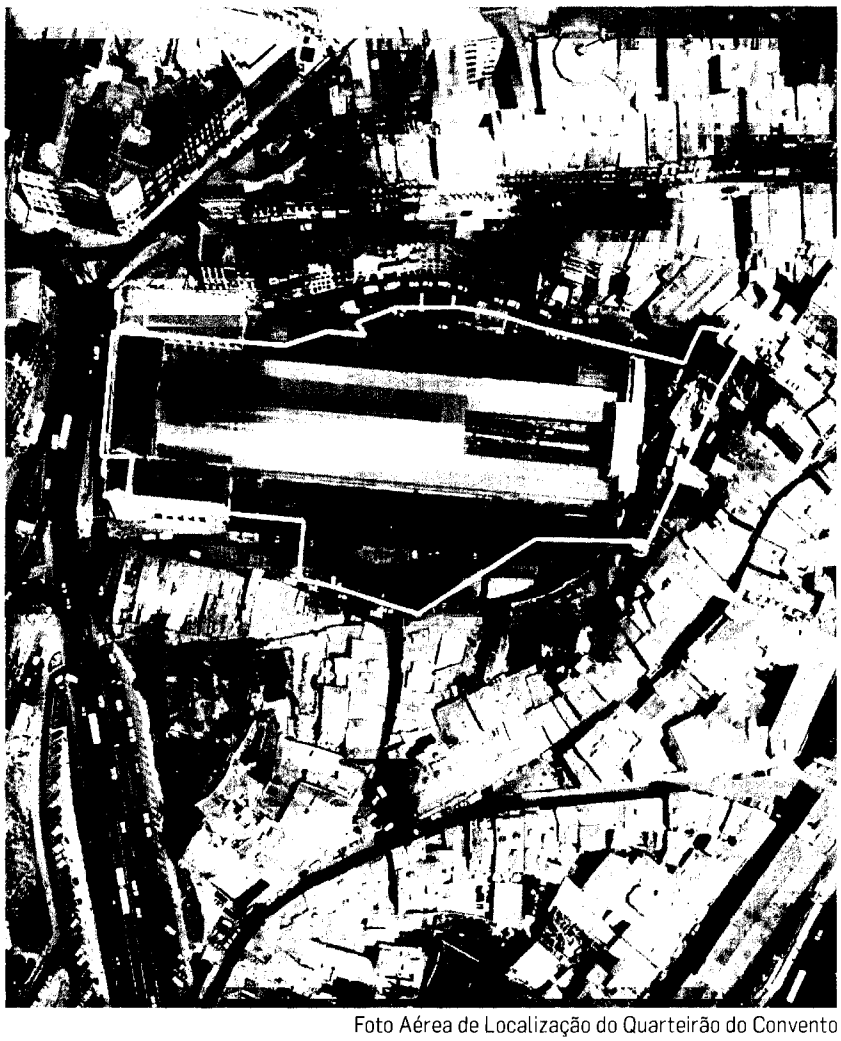


Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no edifício

1518 a 1528,construção do convento

ADP Convento S. Bento de Avé-Maria, 1502-1897. Datas extremas do fundo:

1502-1897. (in: bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.87)

1535, posse em 6 Janeiro da abadessa D. Maria de Melo e das religiosas.

1536, Início da vida conventual

1783, grande incêndio em 10 Outubro que destruiu praticamente toda a igreja, coros e suas dependências.

1794,Inauguração da nova igreja.

1887, apresentação por dois vereadores à Câmara do projecto de uma Estação Central no Porto, elaborado por Hippolyte de Bare.

1888, aprovação em 5 Outubro do projecto e orçamento da nova Central dos caminhos-de-ferro da cidade do Porto.

1888, autorização do ministro das Obras Públicas da construção do lanço de caminho de ferro entre Campanhã e a estação central

1890 a 1898, Obras do túnel da estação

1894, Demolição do convento

1896, chegada do primeiro comboio a S. Bento. Marques da Silva apresenta a sua prova final de curso, a Estação Central de caminhos de Ferro do Porto.

1900, Início da construção do edifício da gare; lançamento da primeira pedra pelo Rei D. Carlos;

1903, Aprovação do projecto;

1904, Ordem de execução do novo edifício.

1915, Inauguração da estação.

1988, Setembro, Despacho de abertura do processo de classificação;

1992, Beneficiação de fachadas, recuperação de caixilharias e coberturas Incluindo a da gare e iluminação exterior.

1996, Registada na Conservatória do Registo Predial do Porto.

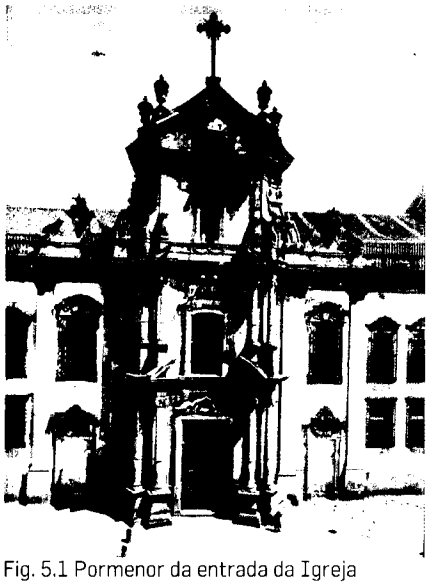


Fig. 5.1 Pormenor da entrada da Igreja
Fonte: AHMP

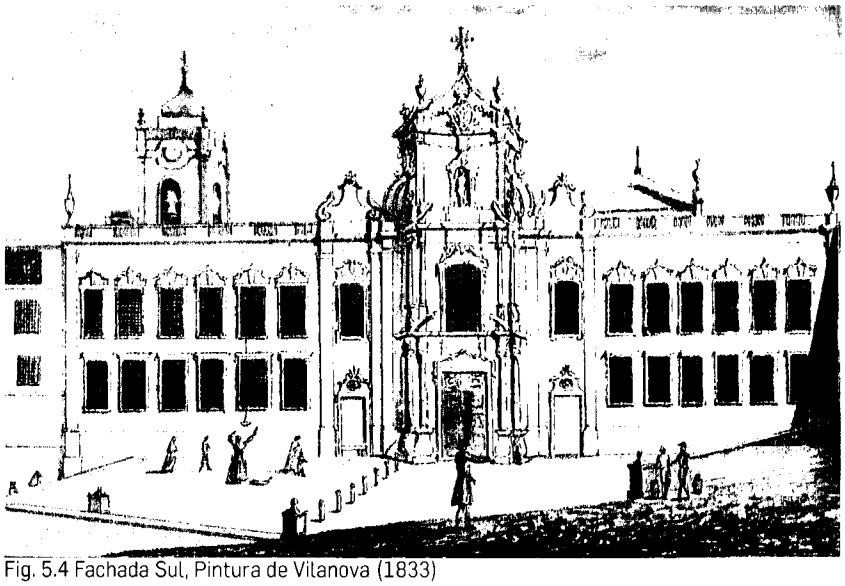


Fig. 5.4 Fachada Sul, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP



Fig. 5.2 Entrada do convento
Fonte: AHMP

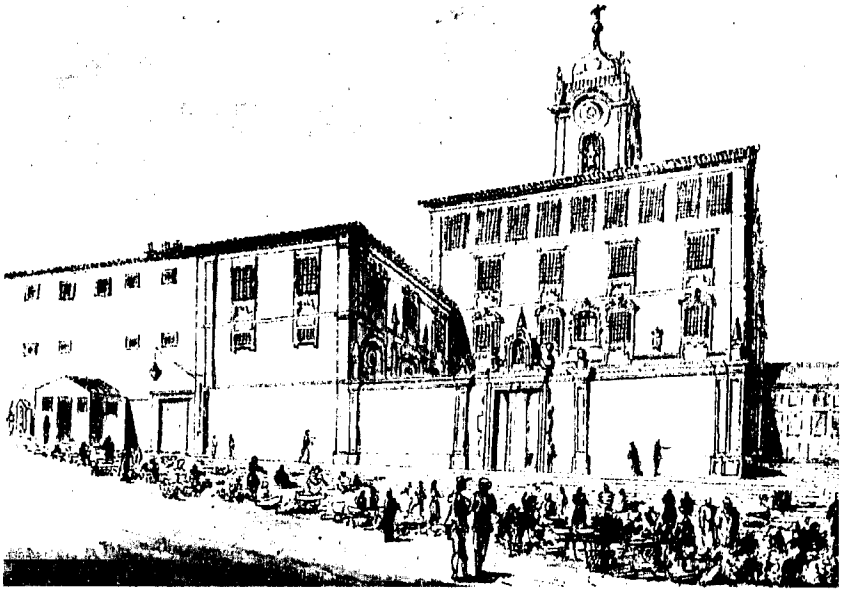


Fig. 5.5 Fachada Poente, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP

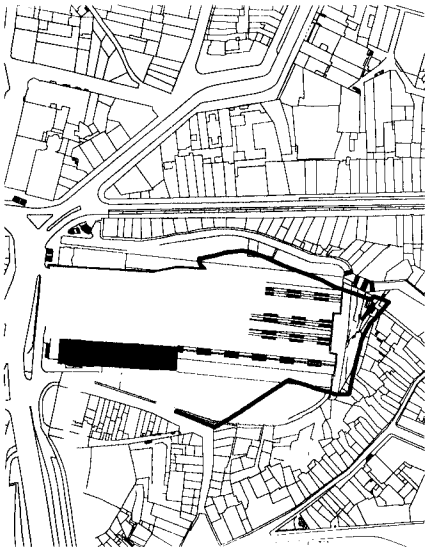


Fig. 5.3 Planta actual com indicação da cerca

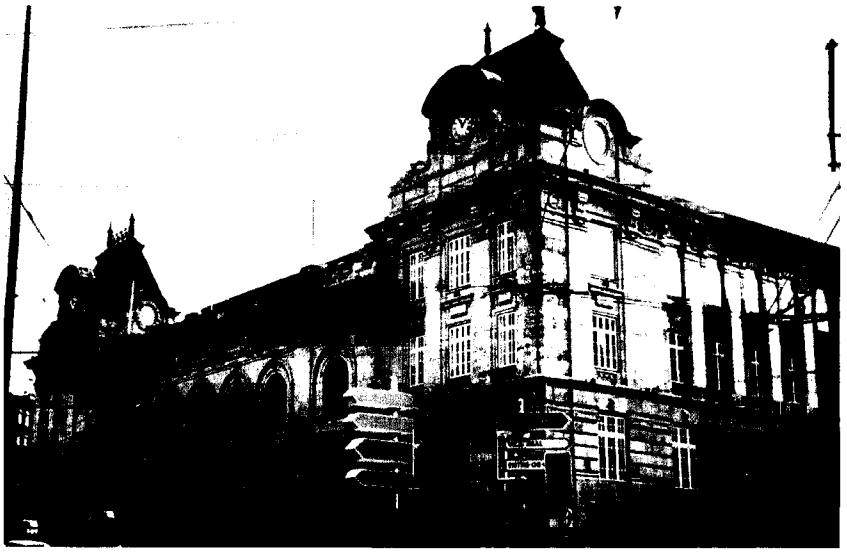


Fig. 5.6 Estação de S. Bento (Actual)

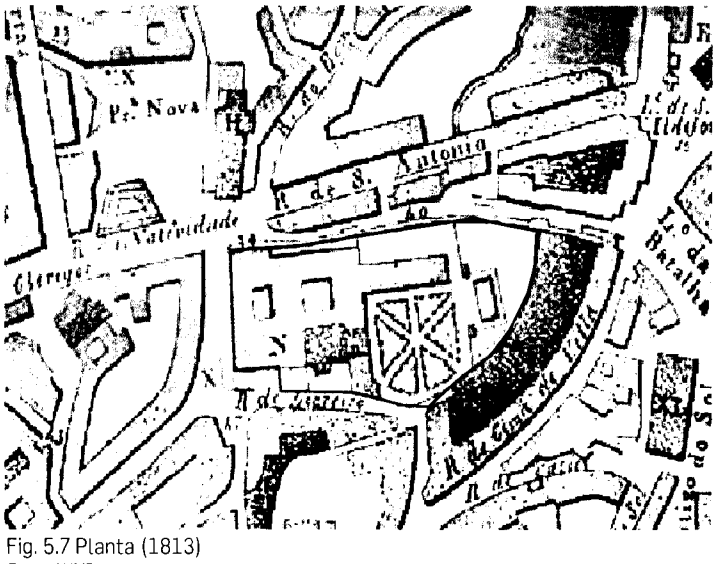


Fig. 5.7 Planta (1813)
Fonte: AHMP

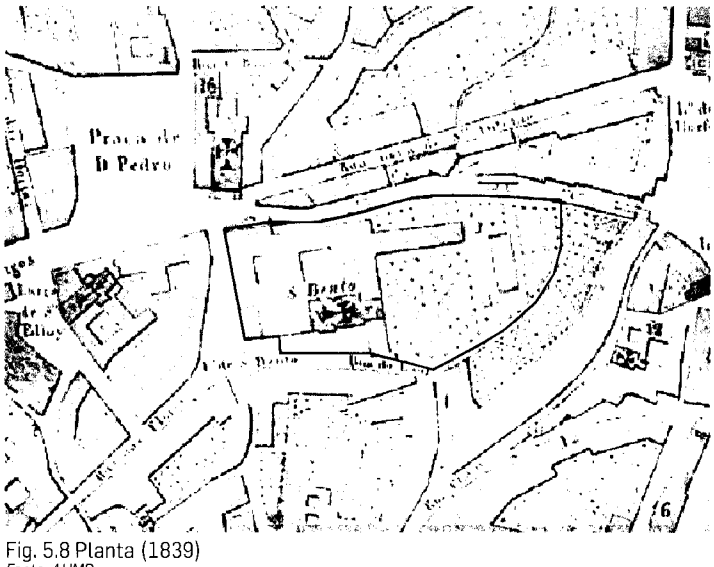


Fig. 5.8 Planta (1839)
Fonte: AHMP

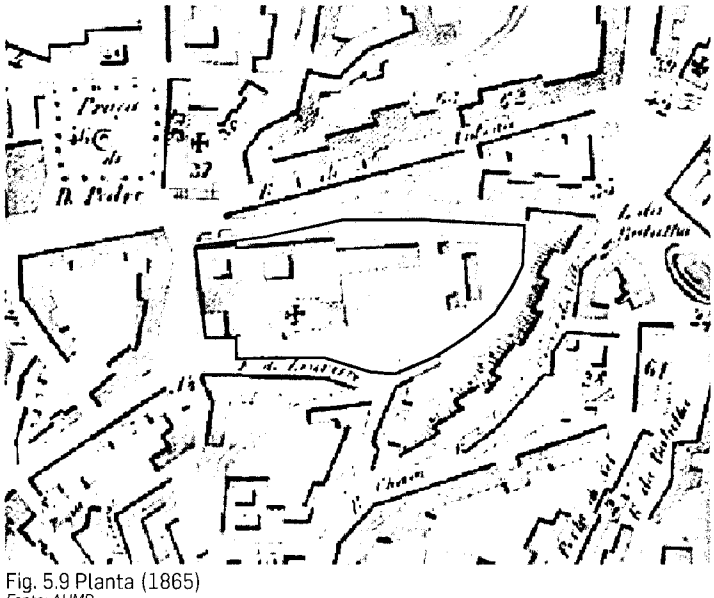


Fig. 5.9 Planta (1865)
Fonte: AHMP

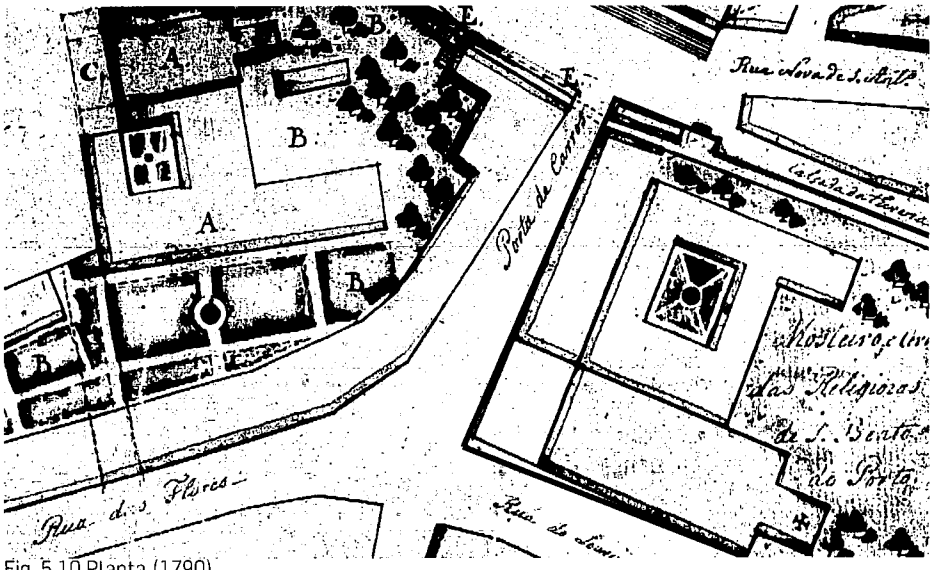


Fig. 5.10 Planta (1790)
Fonte: AHMP

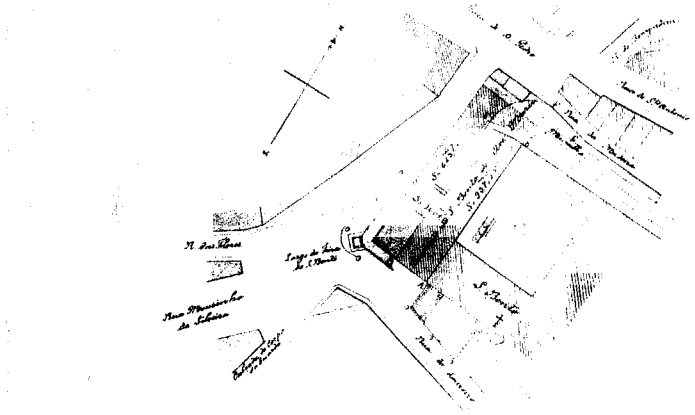


Fig. 5.11 Pormenor da demolição de parte do Convento (1892)
Fonte: AHMP

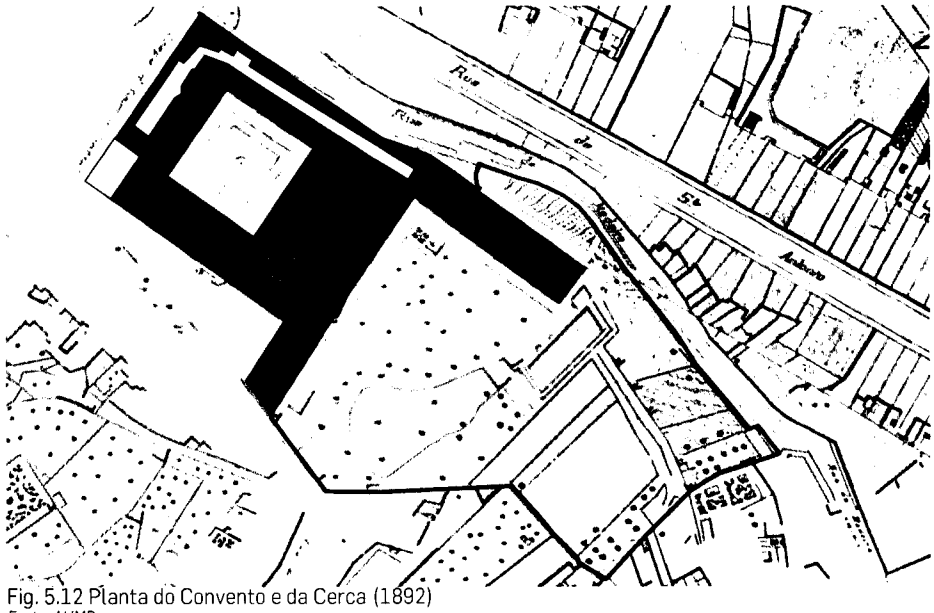


Fig. 5.12 Planta do Convento e da Cerca (1892)
Fonte: AHMP

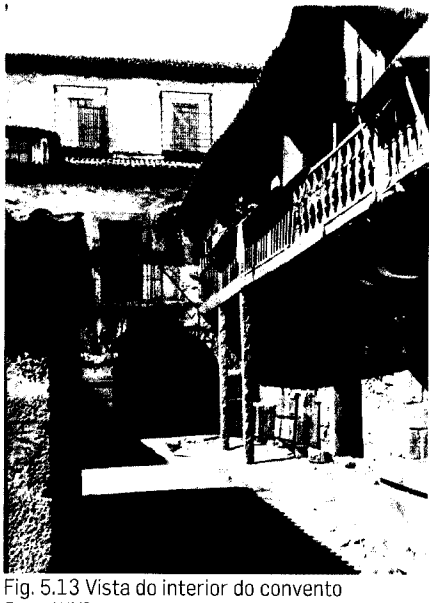


Fig. 5.13 Vista do interior do convento
Fonte: AHMP



Fig. 5.14 Vista do claustro
Fonte: AHMP



Fig. 5.15 Vista do clausto, lado sul e poente
Fonte: AHMP

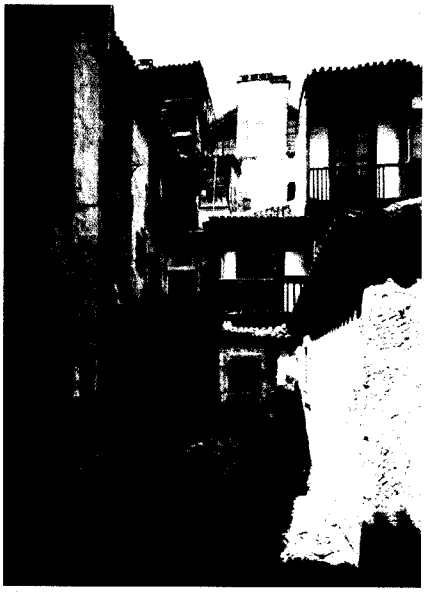


Fig. 5.16 Vista do convento
Fonte: AHMP



Fig. 5.17 Fachada norte do convento, Rua da Madeira
Fonte: AHMP



Fig. 5.18 Vista do convento
Fonte: AHMP



Fig. 5.19 Fachada sul/poente do convento
Fonte: AHMP



Fig. 5.20 Fachada sul do convento e entrada da igreja
Fonte: AHMP

1 Localização

O convento de São Bento de Avé-Maria situava-se no local hoje ocupado pela Estação de S. Bento. O edifício e a sua cerca foram demolidos para a construção desta estação que se localiza em pleno centro histórico da cidade. Delimitado a poente pela Praça Almeida Garrett, a norte pela rua da Madeira, a sul pela rua do Loureiro e a nascente a rua de Cimo de Vila e a escarpa da Batalha, onde desemboca o túnel ferroviário, o edifício da estação destaca-se na envolvente pela sua monumentalidade.

O convento, como mostram as fotografias, era igualmente imponente e ocupava aproximadamente a mesma área que a estação.[1]

A sobreposição da planta de 1892, apresentando a implantação do Convento e respectiva cerca, com a planta actual comprovam a similariedade das duas implantações. As fotografias demonstram a correspondência tanto em área como em elevação do convento com a estação de S. Bento. (Fig.5.3 pag.175)

A crescente passagem da centralidade das activividades antes entre a Ribeira e São S. Domingos e posteriormente para o Campo das Hortas, lugar do convento, e a extinção das ordens religiosas provocaram a destruição desta estrutura em finais do século XIX, já desactivada da sua função e abandonada.

A demolição do corpo poente para o alargamento da praça Almeida Garrett como proposta de melhoramento das ruas da cidade e como acesso à praça D. Pedro V, onde a Câmara fazia a frente norte, foi o início da aniquilação do edifício.

2 Implantação

S. Bento de Avé-Maria é o quinto convento a implantar-se no Porto e o segundo feminino em inícios do século XVI.

Do lado nascente do Convento dos Lóios e no interior das muralhas foi implantado poucos anos mais tarde o Convento de Avé-Maria.

Em inícios do século XVI, este local de implantação era ainda periférico. Numa cidade ainda pouco povoada no interior da muralha fernandina, o novo convento feminino veio situar-se no "Campo das Hortas", encostado à muralha, no lado norte e junto à Porta dos Carros. O enquadramento visual é o do convento a uma cota baixa relativamente ao morro da Sé e ao convento de Santa Clara, a norte e nascente destes respectivamente, e a poente e a norte, e muito próximo, do convento de S. Eloy e da muralha. Como o nome indica o local era de hortas.[2]

A sua implantação insere-se numa política de centralização de poder de D. Manuel I que implicava concentrar os mosteiros femininos nas cidades, levando a um maior controlo do poder eclesiástico da época.[3]

Os Mosteiros de Rio Tinto de S. Cristóvão, Vila Cova das Donas de S. Salvador de Sandim, Tarouca de Santa Mª Maior de Tarouquela e Tuías no Marco de Canavezes foram extintos e anexados no Porto em Avé-Maria.[4]

Estavam também incluídas nesta transferência as monjas de Vairão, mas estas recusaram a mudança.

---

1 « Enorme, tomando a rua do Loureiro para a qual fazia frente, vinha a estender-se para pela Praça de Almeida Garrett e ia fechar-se com a rua da Madeira.» tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº106 (1913) - p.541. Convento de São bento d'Ave-Maria. Crónica do passado / Matias Lima

2 "Mandou el-rei D. Manuel, se fizesse uma casa e um convento no sítio das Hortas chamado do Bispo, ou cividade dentro dos muros da cerca do Porto" Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. pag.170,

3 "Tirar dos montes os mosteiros das religiosas, concentrando-os nas cidades, foi uma preocupação de D. Manuel que com isso pretendia reforçar o movimento de centralização e exercer um maior controlo da vida monástica da época." CARDOSO, Augusto Pedro. Abadessas, priorescas e subpriorescas do Convento de São Bento de Ave-maria nos séculos XVI e XVII / Augusto Pedro Cardoso. Tripeiro - Porto - Série Nova, Ano 6, nº10 (1987) - p.300.

4 "Este resultou da fusão de 4 mosteiros : Rio Tinto de S. Cristóvão, Vila Cova de S. Salvador de Sandim, Tarouca de Santa Mª Maior e Tuias no Marco de Canavezes." P05/BOL.CULT. (25) E05 (3) ANDRADE, Monteiro de, O Convento de Ave-maria de São Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto. (Pag.169-176)

3 Ordem de S. Bento

A Regra de S. Bento, introduzida em Portugal entre 1080 e 1115, adoptava as principais estruturas da forma de vida monástica: oração, valorização da liturgia, vida de renúncia e afastamento do "mundo", estando sujeitos à jurisdição do bispo da diocese onde se integravam. [5]

Foi com a Regra de S. Bento, provavelmente no século XII, que apareceram os primeiros mosteiros femininos autónomos, pois até aí apenas havia comunidades formadas por monges e monjas, que, embora vivendo separadamente, dependiam de um único superior. [6]

Nunca as religiosas beneditinas formaram uma congregação, continuando, assim, a estarem dependentes do bispo da diocese a que pertenciam, no entanto, com a reforma da Ordem, nos séculos XVI e XVII, as abadessas passaram a ser eleitas por triénios.

4 Fundação, edificação e transformações

4.1 Convento

O convento foi fundado em Junho de 1518 por el-rei D. Manuel. As obras de construção iniciaram-se nesse ano, como indica o contrato celebrado a 10 de Junho com o mestre pedreiro João Lopes [7] e terminaram em 1528 no reinado de D. João III. [8]

A mudança das freiras para o Porto efectuou-se a 6 de Janeiro de 1535 num acto de posse oficial pela abadessa D. Maria de Melo e religiosas na presença do senado e da nobreza. [9]

As descrições e dados gráficos sobre a estrutura e organização do edifício conventual não descrevem de forma sistemática todos os seus componentes.

Faremos por isso a descrição que obtivemos através dos dados encontrados.

O edifício foi construído no início do século XVI numa arquitectura Manuelina, austera, como ditava a regra beneditina. Era uma estrutura imponente tanto pelas suas dimensões como configuração e tipologia. [10]

Quando faleceu D. Manuel, em 13 de Dezembro de 1521, a construção do convento estava praticamente concluída, faltando apenas terminar "a segunda claustra, os ferros, as grades e os lageamentos". [11]

A sul, virada para a rua do Loureiro, encontrava-se a porta lateral da igreja ao centro da fachada como é habitual nos conventos femininos. A entrada principal do convento com a sua portaria encontrava-se igualmente nesta fachada e na fachada poente com duas portas: uma de cada um dos lados das fachadas, fazendo igualmente a entrada para o claustro exterior.

Encostados ao corpo da igreja e do lado norte deste mesmo corpo estavam os dormitórios.

5 Fonte: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

6 Fonte: P77/ DIAS ISBN : 972-589-091-4 DIAS, MARINA Tavares, Porto desaparecido. (O Convento de S. Bento de Ave-maria

7 «Determinada a sua construção por D. Manuel I e assim o declara o instrumento de contrato celebrado, para esse efeito, a 10 de Junho de 1518, com o mestre pedreiro João Lopes morador em Lamego no sitio das hortas do bispo, onde chamavam a cividade.» TAVARES, Ernão. Mosteiro, S. Bento de Ave-maria na memória do património perdido / Tripeiro - Porto - Série Nova, Ano 2, nº7/8 (1983) - p.240-243. Mosteiro de São Bento de Ave-maria na memória do património perdido. P.240

8 «Principiado em 1518, foi destinado pelo rei D. Manuel para as religiosas beneditinas, e foi concluído dez annos após pelo seu filho D. João III.» Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº106 (1913) - p.541. Convento de São bento d' Ave-Maria. Crónica do passado / Matias Lima Sousa Reis "Teve começo a obra decretada por este monarca em 1518... a conclusão conseguindo-a no ano de 1528"

9 "6 Janeiro de 1535, a senhora abadessa D. Maria de Melo e as religiosas, tomou posse deste convento" ASSUNÇÃO, Lino de. O Convento de Ave-Maria no Porto e a sua fundação/ Lino de Assunção. Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº79 (1910) - p.99, 119,157. O Convento de Ave-Maria no Porto e a sua fundação. Pag.99 "Reuniu pois esta abadessa todas as freiras extintas das casas e fez sua entrada nesta cidade a...de 1535 sendo esperadas... que as acompanharam até ao novo convento..." Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. Pag.170

10 «O Convento de São bento d' Ave-Maria tinha o aspecto vibrante de uma fortaleza erguida à fé. Era uma construção grandiosa com severidade de linhas. Porém, segundo Pinho Leal, ressentia-se a sua arquitectura de não ser toda manuelina como a primitiva, pois era de muito mais sumptuosidade que a outra." Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº106 (1913) - p.541. Convento de São bento d' Ave-Maria. Crónica do passado / Matias Lima

11 "Em 13 de Dezembro de 1521, dia em que faleceu o real fundador, todo o principal dela estava acabado faltando apenas para completar os ferros, grades, lajeamentos e a segunda claustra apenas então começada." Sousa Reis, Hist. Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. Pag.170

Na ala norte e ao longo da rua da Madeira e da muralha Fernandina, conseguimos perceber pelas descrições e pelas fotografias mais dormitórios no piso superior, sendo o inferior ocupado por casas, cozinhas e depósitos.
O incêndio que destruiu a igreja em 10 de Outubro de 1783 levou à construção da nova igreja de estilo barroco. No entanto as modificações no edifício foram sendo realizadas conforme as necessidades e gosto das diferentes épocas, sem muitas vezes ter havido grandes preocupações nas diferenças estilísticas. O aumento do número de religiosas ditou a necessidade das muitas transformações. "O nº de professas passa de 80, que com as educandas seculares e serventes chega ao de 300 pessoas." [12]
Neste caso e pelas fotografias do fim do século XIX, denota-se coerência estilística nas fachadas poente e sul, sendo o interior o que apresenta maior diversidade de soluções arquitectónicas, tanto na variedade dos pisos como nas arcadas.
Contudo, mesmo antes do incêndio de 1783, já pouco devia existir da traça original do edifício, pois tinham sido feitas sucessivas alterações, alterações essas que seguiam o gosto das madres abadessas e as necessidades de albergar o cada vez maior número de religiosas. [13]
O edifício do século XVIII tinha duas frentes, uma virada para a rua do Loureiro denunciada pela fachada e porta da igreja e uma segunda virada para a Praça Almeida Garrett. A fachada virada a sul (rua do Loureiro) contrasta pela sua sumptuosidade de arquitectura barroca do século XVIII, com a fachada norte (rua da Madeira) encerrada num grande muro, em uma parte da muralha fernandina, fachada esta, nunca exposta nas fotos existentes do edifício. A fachada poente virada para praça Almeida Garrett tinha menos um piso que a fachada sul e apresentava-se como um bloco mais fechado e austero, com pequenas fenestrações nos dois pisos superiores e com grandes muros no piso da rua onde apenas duas portas abriam as entradas do convento.
Este corpo poente foi também o primeiro a ser demolido para o alargamento da rua como proposta de melhoramento das ruas da cidade e como acesso à praça D. Pedro V, onde a Câmara fazia a frente norte desta praça.
Em 1783, a reedificação do convento conferiu-lhe mais beleza e sumptuosidade. [14]
"Do lado sul ficava a igreja que tinha sofrido um grande incêndio em 1783, e que se erguia para o céu com uns ares triunfantes de Lazaro ressuscitado." [15]
O claustro externo, servindo de ante-câmara para a entrada do convento, tinha uma porta a sul e outra a poente, possibilitando a entrada por ambos os lados das fachadas, entre os quais se encontrava uma vasta escadaria de pedra cortada e substituída por uma varanda de ferro. Já no interior deste claustro havia 3 arcos de granito, debaixo dos quais em forma de galeria se encontrava o acesso à portaria principal do convento, as duas rodas para o locutório, assim como o acesso ao espaço recepção das visitas. [16]
Lateralmente a esta entrada, e no interior do mesmo claustro, existiam outros dois arcos de granito, que davam o acesso a uma segunda portaria destinada ao serviço diário do convento.

12 Costa. Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 – conventos religiosos)

13 "Antes porém do incêndio de 1783 já da obra manuelina pouco devia existir na sua primitiva pureza ; porque no decorrer constante de 2 séculos mesmo ainda na véspera do sinistro ali se fizeram augmentos e modificações talhados ao sabor artístico das madres abbadessas. Além disso os architectos e artifices dos séculos XVII e XVIII não se preocupavam em continuar a obra dos seus antecessores no mesmo espírito d'aquelles ; e no que faziam de novo e mesmo no que consertavam punham de parte o primitivo estylo ; tanto mais para desprezar, tendo-o alguns como bárbaro, quanto era profunda a adulteração." ASSUNÇÃO, Lino de. O Convento de Ave-maria no Porto e a sua fundação/ Lino de Assunção. Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº79 (1910) – p.99, 119,157. O Conv. Ave-maria no Porto e a sua fundação. Pag.99-119

14 "Em 1783 se reedificou o estrago com melhor gosto, mais riqueza ainda, propriedade beleza e solidez como vemos presentemente distinguindo-se com facilidade a obra restaurada da antiga, que tão diversa é na forma e feitio." Sousa Reis (pag.170)

15 Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº106 (1913) – p.541. Convento de São bento d' Ave-Maria. Crónica do passado / Matias Lima

16 "A claustra externa tem uma porta praticada no muro voltada ao sul, outra ao poente, que facultam a entrada por ambos os lados tendo antigamente por eles uma longa escadaria de pedra, a qual embelezam... cortada e substituída por varandas de ferro, conservando assim a livre passagem e ingresso para a respectiva claustra quadrada fazendo lhe face internamente pelo ângulo do Nascente três formosos arcos de granito, debaixo dos quais em forma de galeria se acha a Portaria principal do convento e duas rodas para locutório, bem como a escada para as saletas ou grades de recepção de visitas." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.170-174)

Sobre estas duas entradas elevavam-se janelas de peitoril, em estilo manuelino, encontrando-se, ainda, um outro andar superior a poente designado por mirante. [17]
A sul, do lado da rua do Loureiro, situavam-se os dois coros reconstruídos após o incêndio e ainda uma parte do primitivo mosteiro não afectada pelo fogo, com as janelas de grades dos dormitírios. Do lado da porta dos carros, encontravam-se as casas de oficinas internas da comunidade rodeadas por grades de ferros que circundavam ainda todo este espaço até ao fim da cerca antiga e da última muralha da cidade e onde estava a maior parte das casas, dormitórios, cozinhas e depósitos. [18]
Este convento teve referências de Albrech Haupt, em "A Arquitectura da Renascença ", pelo seu traçado e "elegância ". São as palavras do arquitecto que passamos a transcrever : "Não obstante, o famoso edifício do convento das freiras de S. Bento apresenta uma arquitectura valiosa a par de original. É o habitáculo da comunidade, limitando os dois lados do adro, separado da rua por um muro. Das alas uma tem 2 andares, mais baixa que o corpo principal anexo da sumptuosa igreja de estilo barroco; é idêntica a sua arquitectura." [19]
Com o decreto de extinção das ordens religiosas em 1834, as freiras foram transferidas para o convento de Santa Clara.
Em 1894, o edifício é demolido para a construção da Estação de S. Bento. [20]

4. 2 Igreja

Em 10 de Outubro de 1783, um grande incêndio reduziu a ruínas a igreja, os coros e todas as restantes dependências, daí a necessidade de construir uma nova igreja inaugurada em 1794. [21]
Não foram encontradas por nós descrições detalhadas do interior da igreja, apenas sabemos que a sua entrada era lateral como na regra dos conventos femininos, tinha dois coros e foi reconstruída em estilo barroco. O seu exterior, como mostram as fotografias, poderá indicar-nos as suas dimensões e a qualidade do seu interior. A porta centralizada e com decoração barroca denotam o cuidado na apresentação da fachada.

5 Extinção e permanências

5. 1 Estação de S. Bento

A construção da estação de S. Bento em finais do século XIX fez parte das transformações verificadas na maior parte das grandes cidades ocidentais dessa época. A chegada do caminho-de-ferro ao centro urbano e a construção de uma imponente estação valorizava o prestígio da cidade.

---

17 "Iguais arcos se vêm para o lado do Norte e faceando também com a mesma claustra, que contem uma segunda portaria destinada ao serviço diário do mesmo convento. Sobre estas duas arcarias se eleva ainda uma série de janelas de peitoril, lavradas e adornadas ao gosto da época da sua fundação por D. Manuel, tendo assentado ao Nascente o acréscimo de outro andar superior, chamado de o mirante." Sousa Reis (pag.170) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.170-174)

18 Sousa Reis (pag.170) "Para o lado da rua do Loureiro, ao Sul, se estende ainda até topar com os dois coros reedificados depois do incêndio, uma não pequena parte do primitivo Mosteiro que escapou a essa calamidade, o qual apresenta todas as engradadas pequenas janelas, que sem dúvida foram sempre os dormitórios, e para o lado da Porta dos carros são casas de oficinas internas da comunidade esclarecidas apenas pela luz, que lhes transmitem diminutas frestas também com grades de ferro para segurança da claustra, rodeando a desde esse ponto ate ao fim da cerca antiga e ultima muralha da Cidade, que segue pela rua da Madeira, e calçada da Tereza encerrando assim a maior parte das casas, dormitórios, cozinhas e depósitos deste asilo das religiosas Beneditinas." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.170-174)

19 P05/BOL.CULT. ANDRADE, Monteiro de, O Convento de Ave-maria de S. Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto. (Pag.169-176)

20 «E para que do mosteiro nada reste, até se lhe decretou o arrasamento, para em seu lugar se construir uma estação de caminho de ferro, que é um disparate técnico e económico, projectado e levado a efeito, porque igual disparate se realizou em Lisboa. (O conde de Samodães escreveu que o Porto «perdeu um bom edifício, ganhando uma má estação» ROCHA, Hugo. Dum Porto que desapareceu há muito do mosteiro de Ave-maria / tripeiro – Porto – Série 6, Ano 1, nº3 (1961) – p.70.

21 "Um incêndio que destruiu a igreja, os coros e as respectivas dependências – 10 Outubro de 1783". ROCHA, Hugo. Dum Porto que desapareceu há muito do mosteiro de Ave-Maria / Hugo Rocha, tripeiro – Porto – Série 6, Ano 1, nº3 (1961) – p.70.

As descrições sobre a escolha do lugar a ocupar para esta estação reflectiam isso mesmo: preocupações de centralidade e de prestígio. Existiam as ligações de Campanhã ao resto do País, mas faltava à cidade do Porto a sua ambiciosa estação central.

O local escolhido era o ocupado pelo convento e anexos, abrangendo uma área de 16.000m2, de configuração muito difícil como reconhecia o autor do projecto, mas mesmo assim, suficiente para o estabelecimento da nova gare central. Este convento formava um conjunto que pela sua área e volume dominava o centro da cidade e impunha-se pela sua elegância e arquitectura. O Engenheiro H. De Baer, francês, autor do projecto, justificava deste modo o local escolhido para esta obra:

"O projecto da construção da estação central do Porto deve corresponder, desta forma ao seu fim principal : trazer viajantes e mercadorias ao centro da cidade, sem necessidade de a atravessar quase todos em omnibus, carros, etc. A realização deste projecto será pois uma das obras mais úteis ao Porto, e a sua importância terá um aumento de reputação aos notáveis trabalhos que já nele existem." [22]

Alegava também que os terrenos necessários à nova estação, "cerca e convento pertenciam ao Estado, e que o convento, encontrando-se em estado de ruína, constituiria um perigo para quem o habitasse e portanto nada custaria ao Estado." [23]

A construção neste local não oferecia dificuldades nem na perfuração do túnel, nem no desterro ou na demolição dos edifícios do convento.

Restava apenas resolver a difícil questão da colocação da Gare e suas dependências em terreno de configuração particular, encravado entre a rua da Madeira e do Loureiro, sem qualquer possibilidade de modificação no perímetro da sua superfície a ocupar pela plataforma da Gare.

Os vereadores José Maria Ferreira e António Júlio Machado acrescentavam na sua memória :

"Em resultado dos diversos estudos a que temos procedido, e a que mandamos proceder, não duvidamos afirmar que o melhor local para essa construção, o único, talvez, que reúne todas as condições propostas, é actualmente ocupado pela cerca e convento de S. Bento de Avé-Maria. Pela adjunta memória descritiva elaborada pelo distinto engenheiro H. De Baer, encarregado por nós deste trabalho, poder-se-á avaliar isso perfeitamente e reconhecer;

1º Que o terreno tem proporções necessárias para a construção da estação e suas dependências;

2º Que tem boas condições de nivelamento com a linha férrea marginal;

3º Que não oferece dificuldades apreciáveis à projectada construção;

4º Que o custo do ramal e estação, com todas as suas dependências, não excede 720 contos de reis."

Em 5 de Outubro de 1888, ficaram aprovados o projecto e orçamento da nova Central dos caminhos-de-ferro da cidade do Porto. [24]

Assim, em 1894, demoliu-se o convento, mas as obras do túnel tinham já começado em 1890, tendo-se prolongado até 1898.

Em 1896, verificou-se já a chegada do primeiro comboio a S. Bento. [25]

Em 1900, iniciou-se a construção do edifício da gare com o lançamento da primeira pedra pelo Rei D. Carlos. Com a aprovação do projecto em 1903, ordenou-se no ano seguinte a execução do novo edifício e ultimaram-se os trabalhos de colocação da cobertura metálica no cais de mercadorias, tendo-se, em, 1915, inaugurado a estação. [26]

---

22 P05/BOL.CULT. ANDRADE, Monteiro de, O Convento de Ave-maria de São Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto. (Pag.169-176

23 P05/BOL.CULT. (25) E05 (3) ANDRADE, Monteiro de, O Conv. Ave-maria de São Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto. (Pag.169-176

24 "Em 1887, José Maria Ferreira e António Júlio Machado, vereadores, apresentam à Câmara o projecto de uma Estação Central no Porto, elaborado por Hippolyte de Bare. Em 1888, Emídio Navarro, ministro das Obras Públicas, autoriza a construção do lanço de caminho de ferro, entre Campanhã e uma estação central que se estabelecesse nas proximidades da Pç. de D. Pedro; escolheu-se o local onde se erguia o Convento de S. Bento da Ave-Maria." Int.net: Estação de S. Bento. DGEMN.

25 Entretanto, Marques da Silva apresentou a sua prova final de curso - a Estação Central de Caminhos de Ferro do Porto.

26 O edifício é ecléctico, de Tipologia de Arq. civil de equipamento, de influência francesa, sobretudo nas torres laterais. Planta composta em forma de "U". A fachada principal, orientada a SO, em cantaria de granito, simétrica, apresenta um corpo central mais baixo, que corresponde ao átrio principal, e nas extremidades volumes mais altos, com três pisos. O revestimento de azulejos do átrio da estação é representativo da corrente nacionalista e historicista do azulejo português na 1ª

Em Setembro de 1988, um despacho faz a abertura do processo de classificação da Estação.
A mesma sorte não teve anteriormente o convento.
A valorização dos meios de transporte da cidade do século XIX e a urgência da chegada destes ao centro tornou secundária a preocupação em conservar um edifício degradado e sem função ainda que conservasse grande valor arquitectónico. A demolição justificou-se segundo as necessidades para a cidade desta altura.
Hoje um objecto igualmente grandioso e de valor arquitectónico subsiste naquele local, novamente com função inadequada para a cidade do século XXI. O edifício está presentemente classificado e conservado, mesmo se a sua importância funcional é supérflua, dado que o seu valor arquitectónico superou a sua função. «Hoje a estacão Central, é acanhada e insuficiente para o movimento de mercadorias e passageiros que possui. Veja-se : Conferência sobre a « Estação do Porto », pelo Eng.º Jaime Nogueira de Oliveira. 1929. [27]

Notas:

o autor transcreve os livros de registos, não só das diversas Abadessas que governaram o mosteiro, mas também das religiosas que nele professaram... Este códice é um volume... e tem, na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, a cota de catalogação F. G. -8395 : LIVRO DE FUNDAÇÃO DESTE REAL CONVENTO/ E MUDANSA DOS COATRO CONV.... O outro códice, É um volume... e onde se encontram reunidos documentos originais dos contratos para as obras do convento, diversas cartas régias para pagamento das despesas e outros de importância para a história do Mosteiro. LIVRO ORIGINAL / DE DESPEZA DAS OBRAS DESTE REAL/ MOSTEIRO...Pag.181 (continuação do volume II, pag.242 a 244 e 360 a 368) Avé-Maria. P05/BOL.CULT. (5) E05 (3) ALVES, Artur da Mota, O Convento de Avé-Maria do Porto : documentos para a história da sua fundação.

Este Valentim Carvalho, "arquitecto de obra de pedraria", e um dos mais importantes construtores portuenses da primeira metade do seculo XVII, associou o seu nome a diversas obras no Porto, como, a título de exemplo: à construção da nova capela-mor da Sé do Porto; à colaboração com o seu sogro, o pedreiro António Nogueira, na construção da capela de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula(16) Hoje capela da Nossa Senhora da Soledade. (1612) do Convento de São Francisco; as várias obrais relacionadas com a Santa Casa da Mesiricórdia e com a Câmara; à Relação (1615); à nova capela-mor (1672) da igreja do Mosteiro de São Bento de Ave-maria; ao cais da Ribeira e ao Convento de S. João Novo (1638). Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. A capela de Santa Isabel no claustro do Convento de S. Francico.

metade do séc. Arq. Marques da Silva, autor do projecto e Jorge Colaço dos azulejos do átrio. Internet: DGEMN: DSID

27 P05/BOL.CULT. ANDRADE, Monteiro de, O Convento de Ave-maria de São Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto. (Pag.169-176)

Bibliografia:

P05/BOL.CULT. (25) E05 (3) ANDRADE, Monteiro de, O Convento de Avé-Maria de São Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto. (Pag.169-176)

Avé-Maria. P05/BOL.CULT. (5) E05 (3) ALVES, Artur da Mota, O Convento de Avé-Maria do Porto : documentos para a história da sua fundação. Pag.181-188, 360-365

ASSUNÇÃO, Lino de, O Convento de Avé-Maria no Porto e a sua fundação/ Lino de Assunção. In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº79 (1910) - p.99, 119,157. O Convento de Avé-Maria no Porto e a sua fundação. Pag.99

CARDOSO, Augusto Pedro. Abadessas, priorescas e subpriorescas do Convento de São Bento de Avé-Maria nos séculos XVI e XVII / Augusto Pedro Cardoso. In : tripeiro - Porto - Série Nova, Ano 6, nº10 (1987) - p.300.

P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

P05/BOL.CULT. (8) E05 (3) CRUZ, António, Alguns documentos medievais do cartório de São Bento de Avé-Maria.

P77/ DIAS ISBN : 972-589-091-4 DIAS, MARINA Tavares, Porto desaparecido. (O Convento de S. Bento de Avé-Maria)

ROCHA, Hugo. Dum Porto que desapareceu há muito do mosteiro de Avé-Maria / Hugo Rocha, In : tripeiro - Porto - Série 6, Ano 1, nº3 (1961) - p.70.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

(1983) - P.240-243. Mosteiro de São Bento de Ave-Maria na memória do património perdido. P.240

TAVARES, Ernão. Mosteiro de São Bento de Avé-Maria na memória do património perdido / Ernão Tavares. In : tripeiro - Porto - Série Nova, Ano 2, nº7/8 (1983) - p.240-243. Mosteiro de São Bento de Avé-Maria na memória do património perdido. P.240

In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº106 (1913) - p.541. Convento de São bento d'Ave-Maria. Crónica do passado / Matias Lima

Internet: Estação de São Bento. Monumento. NºIPA.13121400900GEMN: DSID

Documentação gráfica
FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica
BPMP

Convento de Monchique



Convento de **Monchique**

Designação Igreja e Convento de Madre de Deus de Monchique

Localização Porto, Massarelos
Rua de Sobre-o-Douro, Rua da Calçada de Monchique, nº 5 Rua de Monchique

Fundação
data 1535
comunidade Franciscana
ordem religiosa Forma de vida mendicante. Ordem dos Frades Menores. Ordem de S. Francisco. Observância de Santa Clara.

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Ruína
dependências Propriedade privada. Grande parte do antigo conjunto monástico encontra-se em
cerca ruínas.

Usos
igreja Ruína
dependências Propriedade comercial e industrial privada. Desactiva a parte industrial e em ruína.
cerca Urbanizada

Estados de Conservação
igreja Ruína
dependências Mau
cerca Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico que é caracterizado, geograficamente, por uma topografia com terreno desnivelado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Afectação Actual

Classificação Patrimonial Património classificado

Número do IPA PT 011312070209



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto

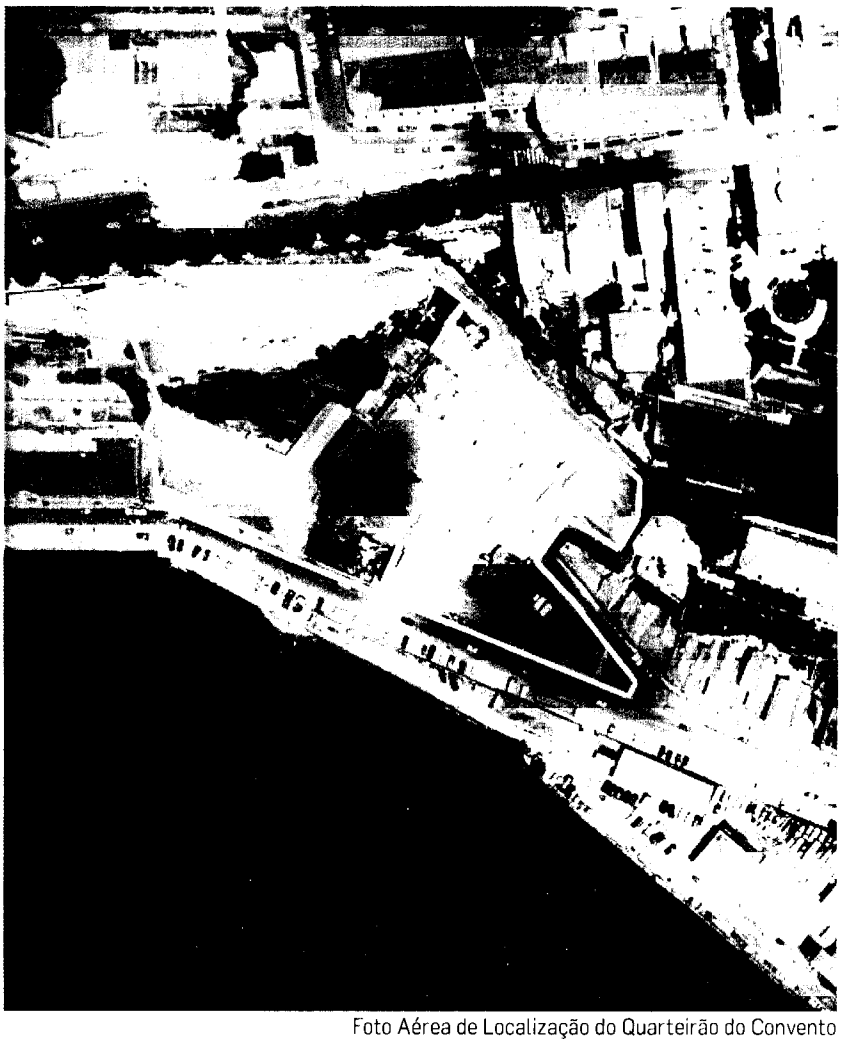


Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no edifício

1503, Construção do convento

1503 a 1834, datas extremas do fundo. ADP Convento da Madre de Deus de Monchique, bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.302

1533, Construção da igreja.

1533, 18 Julho, celebração de um contrato com Diogo de Castilho para a construção do Mosteiro, no prazo de um ano sendo a igreja parte mais importante.

1534, Término da construção do convento.

1535, 12 de Novembro, fundação do convento pela bula papal de Paulo III.

1545, 26 de Dezembro, falecimento de D. Brites de Vilhena.

1575, Fundação do Convento.

1681, 1 Junho, contrato de acrescento de um dormitório do Convento da Madre de Deus de Monchique.

1700, 18 Março, Contrato com os pedreiros para a ampliação da capela-mor do Mosteiro de Monchique.

1731, 22 Dezembro, contratação de retábulo e obra de talha dourada na capela de Nª Srª da Conceição na igreja, com o mestre entalhador Manuel da Costa Andrade.

1740, 26 Setembro, contrato com os pedreiros para o muro da Cerca.

1758, integração de Massarelos na "comarca e terra da Maya".

1761, ordem das freiras do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique (quando era abadessa Marcelina Angela Rosa) para edificar o Armazém.

1761, 5 Maio, contratação pelas freiras para a obra os mestres pedreiros Miguel José, António Francisco Bartolomeu da Silva e António Moreira.

1764, 16 Maio, contrato com o mestre carpinteiro Manuel Moreira.

1767, 12 Fevereiro, contrato pelas freiras sem recursos e com o edifício inacabado com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; conclusão da obra.

1779, construção da Rua do Cais Novo em direcção a Massarelos.

1788, designação do edifício como Armazém do Cais Novo.

1839, "Manda conservar este convento de Monchique sua igreja e todos os ornatos de madeira e mais objectos em vista dos ofícios do comandante" (pag.160, Sousa Reis)

1958, instalação no edifício do Quartel da Sede do Batalhão n.º 3 da Guarda-Fiscal.

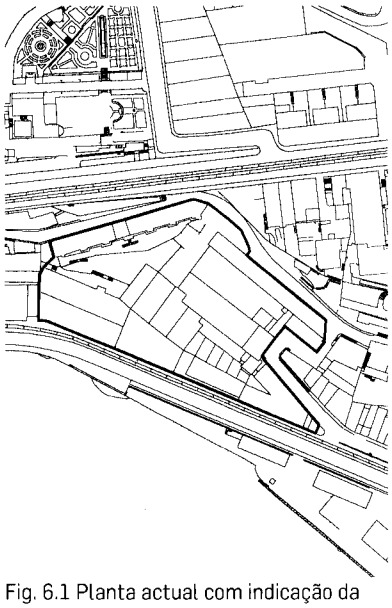


Fig. 6.1 Planta actual com indicação da cerca

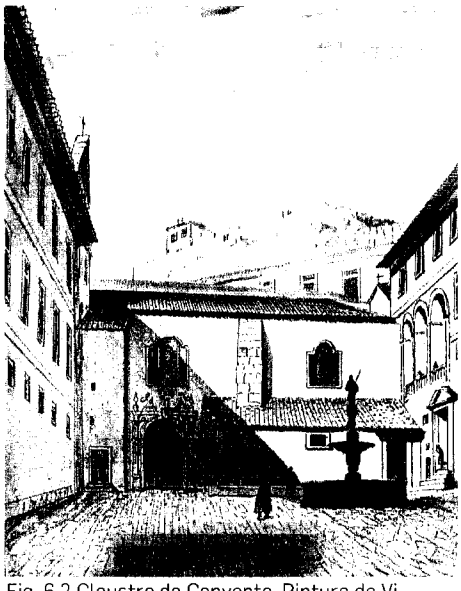


Fig. 6.2 Claustro do Convento, Pintura de Vilanova (1833) Fonte: BPMP



Fig. 6.3 Postal do antigo claustro gentilmente cedido pelo arquitecto António Meneres (1905)

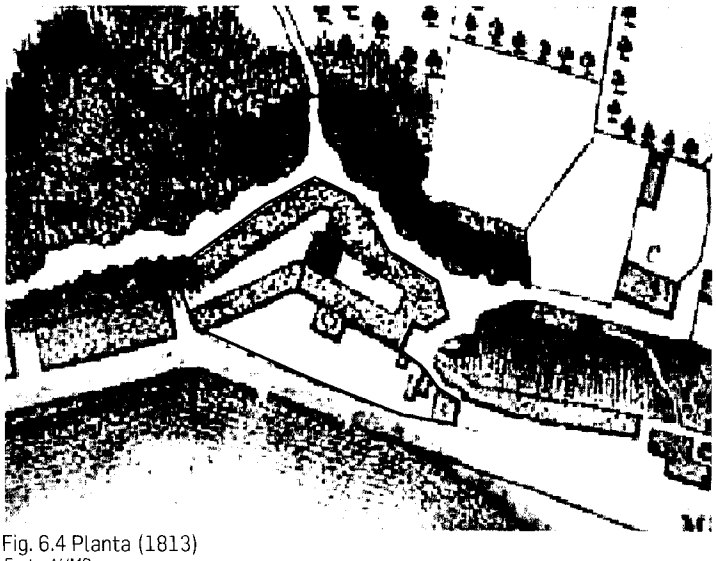


Fig. 6.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

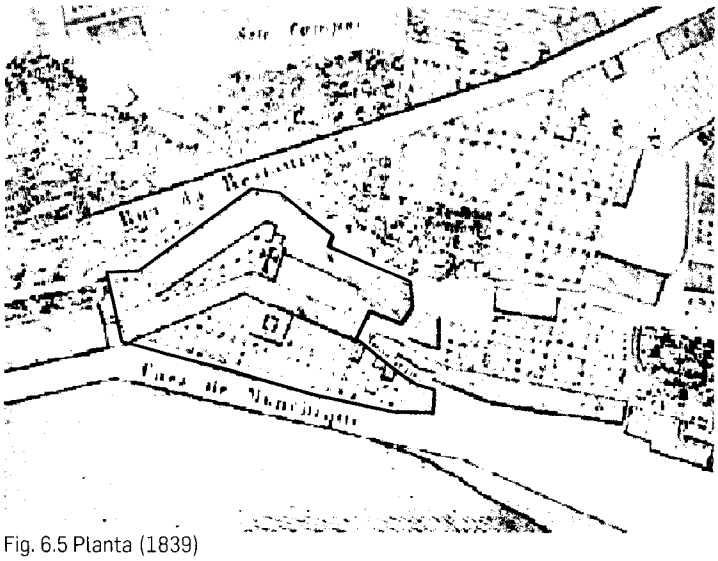


Fig. 6.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

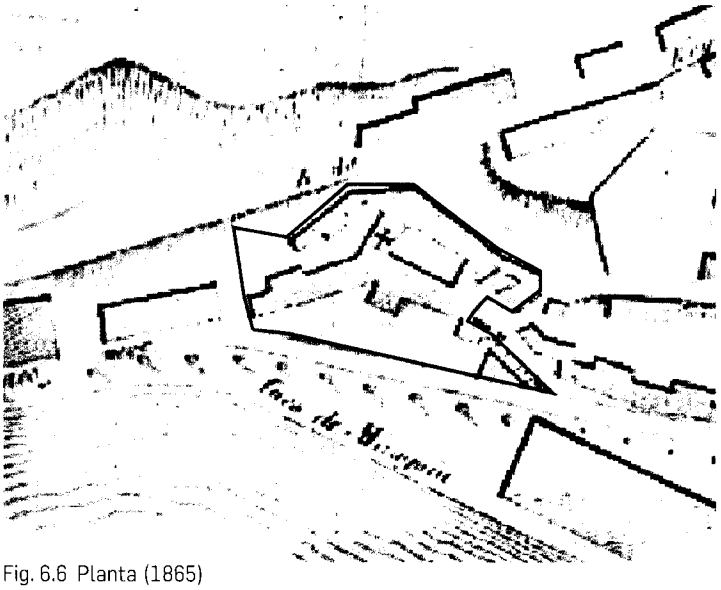


Fig. 6.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

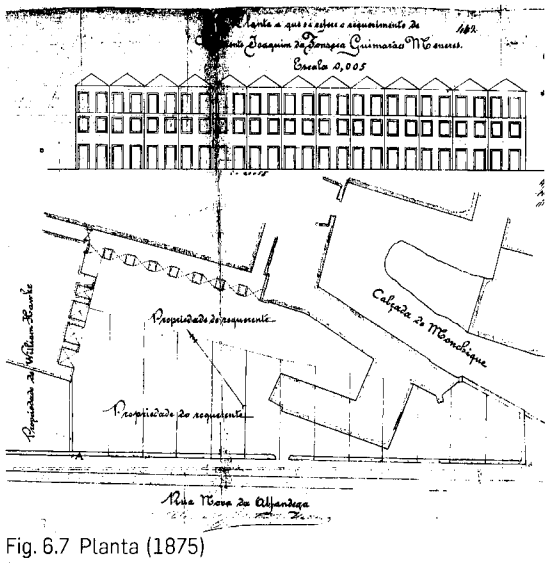


Fig. 6.7 Planta (1875)
Fonte: AHMP

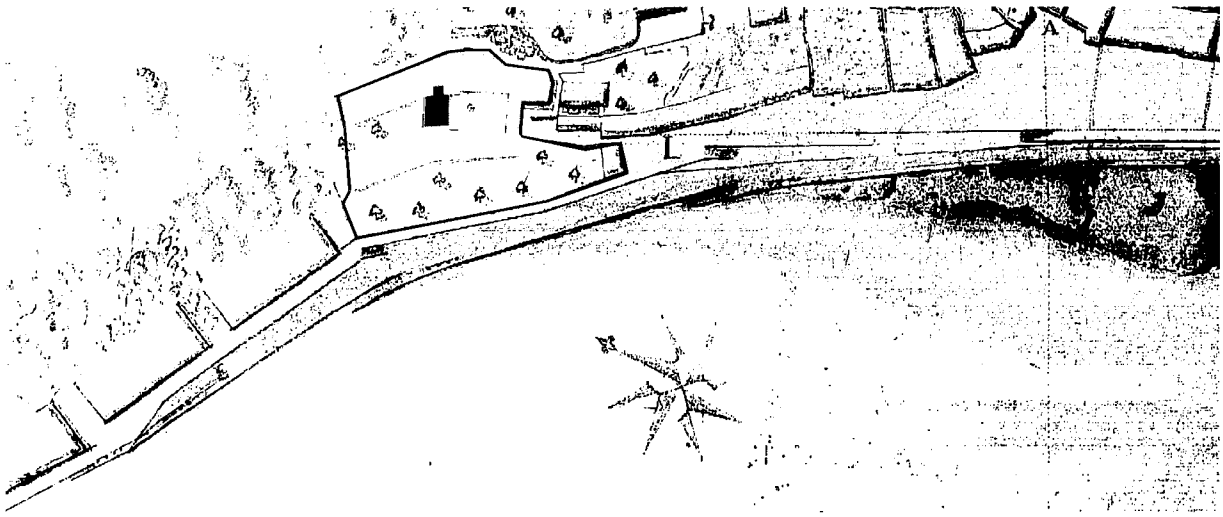


Fig. 6.8 Planta (sec. XVIII)
Fonte: AHMP

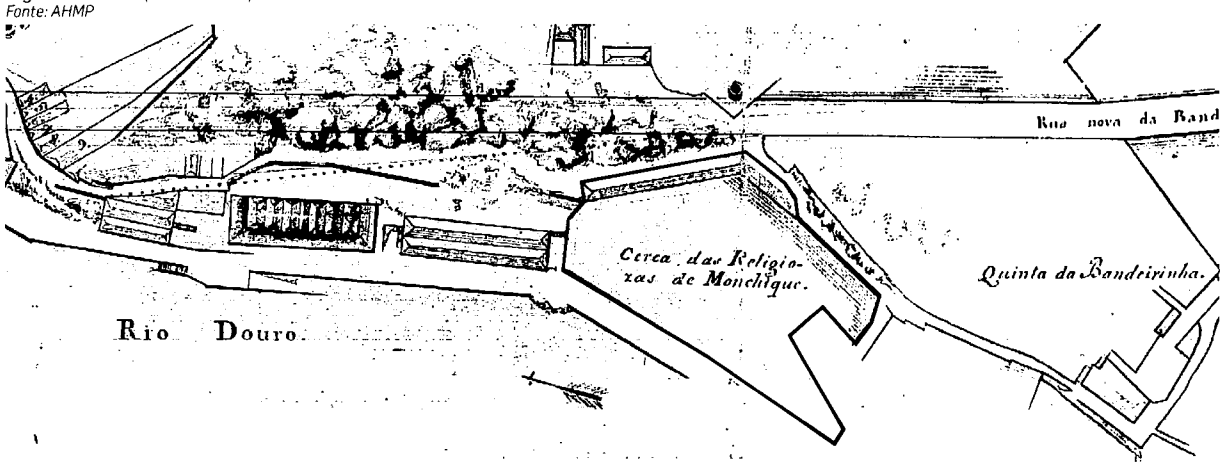
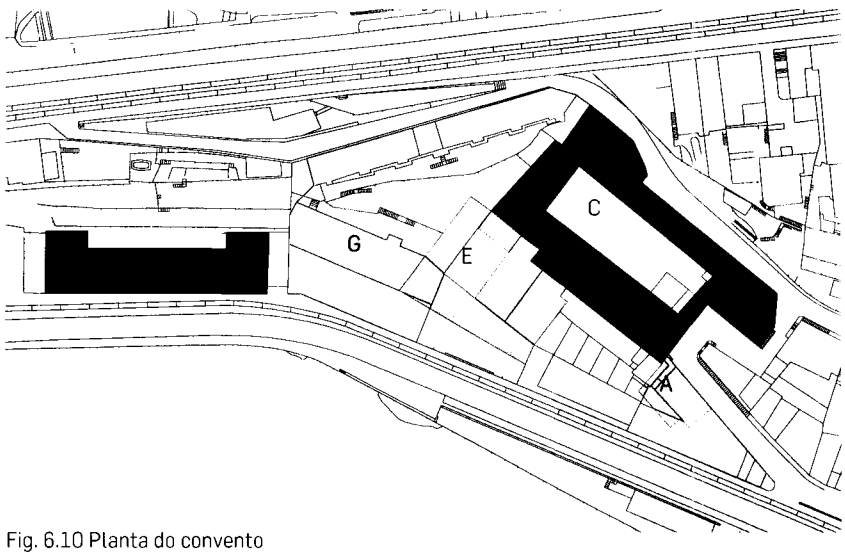


Fig. 6.9 Planta de alinhamento da Rua da bandeirinha (1826)
Fonte: AHMP



A - Antiga capela

B - Convento

C - Claustro

D - Casa dos Capelões

E - Claustro demolido

F - Igreja

G - Corpo demolido

H - Antigo armazém dos vinhos (actual Guarda Fiscal)

Fig. 6.10 Planta do convento

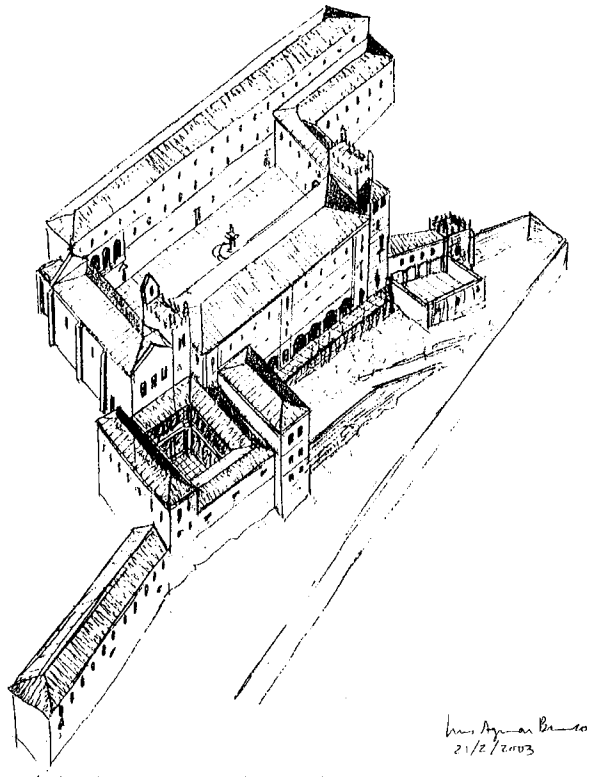


Fig. 6.11 Desenho axonométrico do que deve ter sido o antigo convento
Fonte: Arquivo pessoal do Engenheiro Clemente Menéres



Fig. 6.12 Fachada Sul da fabrica/casas/escritório e armazéns
Fonte: Arquivo pessoal do Arquitecto António Menéres

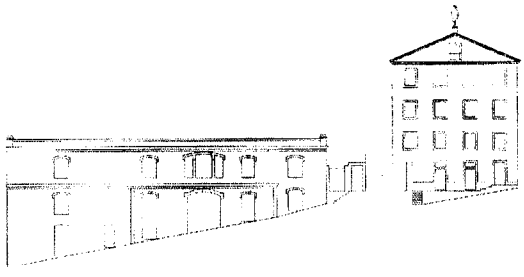


Fig. 6.13 Fachada Norte da fabrica das rolhas da Sociedade Clemente Menéres Lda
Fonte: Arquivo pessoal do Arq. António Menéres

Fig. 6.14 Fachada Nascente da fabrica Menéres
Fonte: Arquivo pessoal do Arq. António Menéres

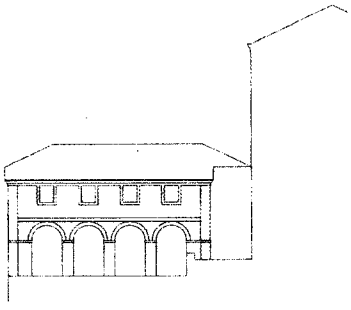


Fig. 6.15 Fachada nascente do claustro demolido *Fonte: Arquivo pessoal do Arquitecto António Menéres*

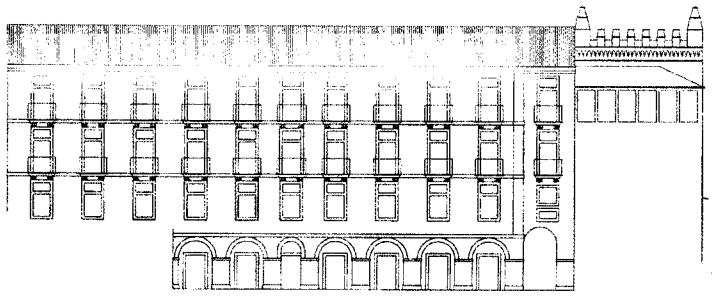


Fig. 6.16 Fachada Sul do Covento
Fonte: Arquivo pessoal do Arquitecto António Menéres



Fig. 6.17 Antigos armazens do Vinho



Fig. 6.18 Acesso ao convento pela calçada de Monchique

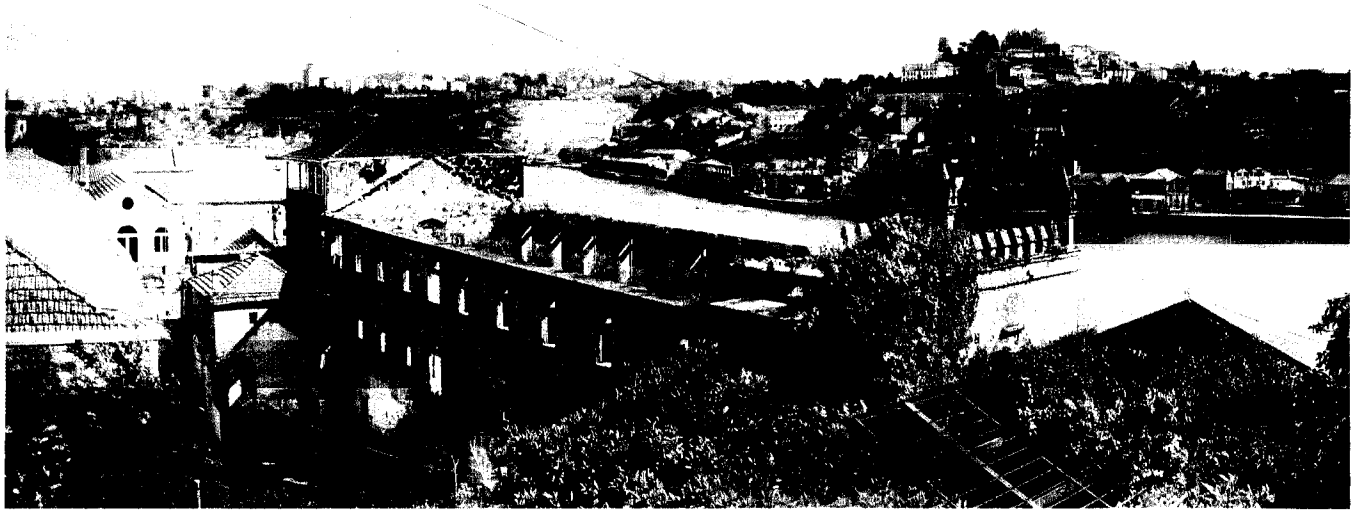


Fig. 6.18 Vista do corpo Sul e igreja (actual)



Fig. 6.19 Fachada nordeste do Convento



Fig. 6.20 Ruinas do claustro e entrada da igreja



Fig. 6.21 Relação com o rio Douro e fachada Sul

1 Localização

Entre a rua da Restauração e a Rua Nova da Alfandega estão situadas as ruínas do convento de Monchique. Descendo a Rua de Sobre-o-Douro e calçada de Monchique, contornamos hoje o limite norte e poente do que resta do conjunto edificado do antigo convento.

Os limites da sua cerca perderam-se aquando da construção da marginal do rio Douro, alinhamento da Rua de Sobre-o-Douro e construção da Rua da Restauração como ainda pelo loteamento e venda a particulares do imóvel, em fins do século dezanove. Uma descrição dessa época refere o seguinte: "O convento confinava, do norte, com a rua Sobre-o-Douro, do Sul, com a de Miragaia; de nascente, com a calçada de Monchique, e do poente com os armazéns do Saaverdra ". [1]

Situado na encosta da Rua da Restauração, a sua grande massa construída, encostada à rocha nas cotas superiores, acompanhava o terreno acidentado, que pela sua grande inclinação e proximidade com o rio se subordinava à morfologia do terreno, distribuindo-se em vários corpos quase soterrados como na capela-mor da igreja, e nos níveis e corpos inferiores descendo "ao rio num maior desafogo". [2]

Esta disposição manifesta não só a adaptação das construções ao terreno desnivelado como a preferência e demarcado privilégio pelas fachadas sul e vistas para o rio.

Hoje este conjunto encontra-se maioritariamente em ruína ou o que ainda existe está desactivado das suas funções e abandonado.

2 Implantação

Monchique deriva da palavra Monte Chico (que significa Monte Pequeno). Neste lugar encontrava-se a primitiva judiaria, que D. João I passou para dentro dos muros da cidade, na Vitória, chamando-se, então, judiaria nova.

Nestes terrenos da primitiva judiaria, foi construído um grande paço por Fernão Coutinho e sua esposa, D. Maria da Cunha, neta de Gil Vaz da Cunha, a quem o rei tinha doado estes terrenos. [3]

Como, na época, os nobres não tinham o direito de viver dentro dos muros da cidade do Porto, assim, quando esta residência foi transformada em convento, pelo filho de Fernão Coutinho, este tornou-se o primeiro edifício religioso a ser implantado fora das muralhas da cidade. [4]

O sumptuoso Paço de Monchique, cujos senhores, Pedro Coutinho e Brites de Vilhena, resolveram instituir como convento Franciscano, possuía uma grande área e uma privilegiada localização.

"Os bens que a dita fundadora deixou, compreende desde a quinta da sua cerca da parte de Miragaia, pela parte do rio Douro, té sete palmos adeante das escadas onde teem serventia os armazens

1 LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – Portugal Antigo e Moderno, (...) 1876, Vol.5. Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado em história de arte. FLUP. Porto 2001.

2 "A construção geral do convento subordinava-se ao acidentado terreno, mesmo na falda de um monte de bastante pendor, o que obrigava a uma disposição irregular que distribuía a casa em vários corpos erectos em terrenos diferentes : os superiores esbarrando com a rocha, quase soterrados como na capela-mor da igreja, os inferiores descendo ao rio num desafogo maior." VITORINO, Pedro. Monchique : Notabiliza-se sobremaneira pela obra de sua igreja/ Pedro Vitorino – Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.Convento de Monchique/ igreja/ talha dourada.

3 Estes terrenos da primitiva judiaria, doou-os o Rei D. João I a Gil Vaz da Cunha, (a quem já tinha doado a terra da Maia), por reconhecimento dos muitos e valiosos serviços que este Cavaleiro lhe tinha prestado.

4 Fernão Coutinho, casado com D. Maria da Cunha, neta de Gil Vaz da Cunha, decidiu construir no lugar onde tinha estado a judiaria, uma casa de grande imponência para sua residência. No entanto a cidade do Porto usufruía o privilégio não consentir que dentro dos seus muros ou na sua vizinhança morassem nobres. "Se opôs o povo do Porto. Fernão Coutinho, que tinha grande influência junto do rei D. Afonso V, em 1447, conseguiu que o conselho do Porto autorizasse a Fernão Coutinho poder viver 15 dias com a sua família, nesta casa 3 vezes por ano ou 45 dias por ano. Já no reinado de D. Manuel I, o filho de Fernão Coutinho, Pero da Cunha Coutinho, a luta continuou e foi tal que o rei acabou por, no ano de 1513, mandar carta aos Homens Bons do Porto, onde dizia: ...Pudesse viver na dita cidade." SILVA, Fernando J. Moreira, O Convento de Monchique /Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia Em 1513 D. Manuel concede a permanência de Pedro da Cunha Coutinho (filho de Fernão Coutinho) na cidade. A cidade do Porto tinha acabado de perder o privilégio que lhe dava o direito de não consentir dentro dos seus muros ou vizinhanças a permanência por mais de 3 dias a qualquer indivíduo de classe nobre. "No reinado de D. Manuel, extra-muros vieram habitar certos fidalgos (ao abrigo do alvará régio que concedia já a residência no Porto aos descendentes das famílias nobres aqui existentes quando D. Dinis os pôs a andar para fora da cidade de trabalho" Pedro Vitorino – Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.Monchique/ igreja/ talha dourada.

novos que estão para a banda de Massarelos, em cujo sitio se acha um marco, e d'este corre direito a estrada que vai da cidade para o dito logar de massarelos, chamado de Sobre-o-Douro, e d'este com alguma extensão para a parte do dito logar, com direito ao monte da Torre da Marca, onde está um penedo com uma cruz, e dí cordea direito pela parede que corre do poente ao nascente té ao caminho que vai ter aos quarteis dos soldados, e daí continua pela estrada que vai por detraz do dormitório pela parte do norte té às casas em que residem os padres confessor e capelão do convento; e daqui na do fim delas corre pela parte do nascente a fechar na quina da cerca onde principia a haver marcação.
Dentro da dita marcação se acha a clausura e a igreja. Adeante da cerca, para a parte de Massarelos, os amazens novos que as relogiosas ha annos mandaram fazer, se acabaram em 1676, e anda alugado.
Na terra que fica para a parte do norte por cima da estrada de Sobre-o-Douro e à beira d'ela, se edificaram por caseiros tres moradas de casas sobradadas e um terreno todas pagam pelo domínio directo. Para a parte do nascente do dito convento se acham as casas em que residem os padres confessores e capelão. Ao sul dessas casas acima, pela parte da calçada, se acham duas moradas de casas sobradas e uma se acham penhoradas..." [5]
Assim, no perímetro deste vastíssimo terreno, que se estendia de Miragaia pelo lado do rio Douro até Massarelos, foi edificado o convento, a igreja, além de várias casas com destaque para aquelas onde residiam os padres confessores e o capelão e, ainda, armazéns que as religiosas mandaram construir para fonte de rendimentos.

3 Fundação, edificação e transformações

3.1 Convento

Este é o quinto convento a ser implantado no Porto, o segundo feminino e também franciscano. É o primeiro convento a ser instalado fora da muralha fernandina cuja causa se deve provavelmente às condições particulares da sua implantação. [6]
Por se tratar de uma construção preexistente transformada em convento, fica alguma incerteza quanto ao tipo de obras para a adequação à nova função de convento e às novas necessidades.
O contrato com Diogo de Castilho, mestre de pedraria, em 18 de Julho de 1533 para a construção do Mosteiro de Monchique, encontrado em Manuscritos, sem pormenorizar o tipo de obras, estabeleceu o prazo de um ano para a conclusão destas, "sendo a igreja a parte mais importante", concluindo-se que pelo menos nesta altura as obras não tenham sido de grande vulto. [7]
Estas obras realizaram-se antes da chegada da bula papal de Paulo III de 12 de Novembro de 1535, que oficializava a fundação deste convento. [8]
Pela descrição de Sousa Reis, além da igreja poucas transformações terão havido na mudança de

---

5 SIMÕES, Catão, Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto / Catão Simões. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº20 (1926) – p.310, 332.

6 Os conventos de S. Francisco e S. Domingos tinham sido implantados fora da primeira cerca da cidade.

7 "Foi celebrado um contrato com Diogo de Castilho, mestre de pedraria, em 18 de Julho de 1533 para a construção do Mosteiro de Monchique. A encomenda não seria de grande vulto já que poderia estar concluída no prazo de um ano sendo a igreja parte mais importante." QUARESMA, Maria Clementina, A propósito de uma lápide tumular. Pag.257-264 "Ao tempo do contrato, 18 de Julho de 1533, Diogo de Castilho... vê-se que a encomenda era de pequena monta... A parte mais importante seria a igreja. Do convento porção apenas, por haver a contar com as edificações existentes." P05/BOL.CULT (6) E05 (3) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Acerca da igreja de S. Domingos. (pag.25-39)

8 QUARESMA, Maria Clementina, A propósito de uma lápide tumular. Pag.257-264 - Este autor dá à fundação deste convento uma data posterior. O que não nos parece certo pois a data de 1545 é a data da morte de D. Beatriz de Vilhena: "N'aquelle local existiu o sumptuoso Paço de Monchique, que achando-se ha dez annos casado com D. Beatriz Vilhena, sem sucessão, e possuindo bastante riqueza, resolveram, com os seus avultados rendimentos, dar em 1545 principio à fundação de um convento ao qual deram o nome de Madre de Deus de Monchique, e foi concluído em 1578 quando D. Beatriz era já viúva, dotando o convento com os rendimentos necessários para sustentação de freiras, e legando-lhes por sua morte, todos os seus bens que, como universal herdeira haviam ficado de seu marido." CARNEIRO, José Augusto, O Hospital da Misericórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores / Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº9 (1908) – p.133.
Idem: "A fundação Conv. Monchique foi no ano de 1575." COSTA, Agostinho Rebelo, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Ed. frenesi. (pag.104-110)

funções: "Ficando assim a servir de Mosteiro os proprios Paços, que lhe ficarão conjunctos" [9]
Para além da compra de terrenos para a constituição da cerca realizada pela fundadora do convento, e das obras da igreja, as descrições dizem que as transformações no edificio, foram sendo feitas ao sabor das épocas e das necessidades. "Ora o edifício também não brotara todo de um jacto em obediência a um plano estabelecido e sequentemente executado. Fora aparecendo muito franciscanamente, aos poucos, segundo as circunstâncias, mas não lhe faltavam jardins, pomares e fontes, bem como «duas claustras mui singulares», cada uma com seu chafariz, para bom aprazimento das senhoras recoletas." [10]
O antigo convento de Monchique ainda apresenta hoje alguma da sua beleza, mesmo se parte do corpo sul e igreja estejam hoje em ruínas e o restante dividido e transformado em armazéns e escritórios e actualmente desactivado. É notória a adaptação dos edificios aos desníveis da encosta, como se pode observar nas imagens. "Expandia-se o convento desde o cimo de Monchique até ao rio, numa sucessão de edifícios que se contemplavam e onde havia "duas claustras mui singulares", cada uma com seu chafariz, jardins, hortas e fontes." [11]
O conjunto dispõe-se em dois grandes corpos paralelos, de orientação nascente-poente, pousados nos socalcos do terreno, sendo o corpo superior totalmente encastrado na encosta com num total de quatro pisos, em que três pisos estão enterrados a norte e um, ao nível da rua de Sobre-o-Douro (na cota superior), dois pisos enterrados (a meio do corpo) e dois ao nível da rua de Sobre-o-Douro.
Estes dois corpos estão separados por um pátio de grande escala cuja igreja faz o fecho a poente. A nascente conserva-se ainda uma das entradas para o convento [12]
O corpo mais a sul é o corpo de maior imponência e o mais nobre arquitectonicamente. Tem também quatro pisos, sendo o inferior semi-enterrado relativamente ao pátio e onde se conservava o magnífico refeitório das freiras. Nos pisos superiores distribuíam-se os dormitórios. A rematar as extremidades deste corpo elevavam-se dois minaretes, hoje também em ruínas. "A parte principal do convento olhava ao sul, precedida de arvoredo e debruçada sobre a paisagem do Douro admirável : este corpo ainda presentemente se conserva pouco alterado com os seus 3 andares e janelas de sacada, mostrando no topo do poente um par de pequenos minaretes cónicos, ameados e os característicos merlões da época, que o embelezam ; assenta sobre graníticos e fortíssimos arcos de volta inteira, que se continuam sob o edifício por abóbada de aresta. As traseiras desta ala deitavam para um átrio, ao presente obstruído por enormes armazéns, onde se abria o portal do templo, mesmo em face da portaria. As gravuras juntas dão uma ideia de como era esse recanto conventual." [13]
Tanto a igreja como o corpo mais a sul já não possuem cobertura. A igreja está completamente em ruína e este corpo conserva apenas o piso inferior. Neste piso para além do refeitório ficavam as oficinas. Os dormitórios distribuíam-se nos pisos superiores e como descreveu Frei Fernão da Soledade, na sua História Seráfica e cronológica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal, no ano de 1709, ainda no corpo a nascente por cima da entrada do convento: "Correm os dormitórios antigos e officinas formadas nos Paços dos Fundadores, do Nascente ao Poente à vista do rio, que lhe fica da parte sul, e da banda da terra em correspondencia daquelles se estendem os

9 Sousa Reis, Apontamentos para a história da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.156)

10 VITORINO, Pedro. Monchique: Notabiliza-se pela obra de sua igreja/ Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.

11 SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52-55.

12 "Na parte que ligava a igreja com o convento ainda se vê a porta de comunicação com o coro alto, quadrangular, chanfrada, de padieiras ornamentadas junto da soleira. Semelhante a esta porta é uma outra que dá passagem do coro baixo para o antigo claustro grande, em nível inferior (hoje convertido em amplo armazém), por intermédio de uma escadaria com corrimão em pedra; junto desta pedra pode ainda observar-se robusto contraforte prismático... Subsistem três portas do convento de Monchique, além daquela que dava entrada na igreja; duas delas encontram-se nos próprios lugares; a uma já me referi anteriormente; outra está entaipada devendo ter pertencido a uma capela do claustro da qual ainda existem vestígios da abóbada... A 3ª porta encontra-se no Museu Soares do Reis." P05/BOL.CULT (6) E05 (3) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Acerca da igreja de S. Domingos. (pag.25-39)

13 VITORINO, Pedro. Monchique: Notabiliza-se pela obra de sua igreja/ Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313. Conv. Monchique/ igreja/ talha dourada.

modernos, finalizando igualmente uns e outros nas extremidades da igreja, que no seu occidente corre do Sul ao Norte; e pelo mesmo estilo os fecha, e prende na parte Oriental um dormitório, no meio do qual apparece a entrada do seu grande, e fremoso patio, circunvallado dos mesmos edifícios. O da igreja é muyto nobre e devoto..." [14]

Este excerto diz-nos que o corpo mais a sul seria o corpo preexistente da casa senhorial e que os restantes corpos foram posteriores e formavam os novos dormitórios.

Por sua vez, Pinho Leal, no seu Portugal Antigo e Moderno, informa que, "A cerca era em diferentes planos, comunicados entre si por escadarias. No recinto do edificio havia 3 tanques com seus repuxos e bacias: um na claustra pequena, que era a mais antiga, junto à capelinha; outro na grande clausta, e outro no espaçoso patio da entrada, todo lageado, com 16.8m de largo, por 44,7m de comprido. Nas cercas havia ainda diferentes cascatas, com suas figuras e azulejos, o que tudo com o correr dos annos foi cahindo em ruinas." [15]

Para além deste núcleo central em volta do grande pátio e da envolvente descrita em cima foram edificados mais elementos tanto a nascente como a poente. A nascente e na parte mais exterior do convento fala-se de umas casa dos padres confessores e do capelão. "Para a parte do nascente do dito convento se acham as casas em que residem os padres confessores e capelão. Ao sul dessas casas acima, pela parte da calçada, se acham duas moradas de casas sobradas e uma se acham penhoradas..."[16]

A coerência tipológica que este pátio interior ainda conserva leva-nos a admitir que estes edificios foram construídos no século XVI "As obras do convento começaram em 1545. ... 1575, concluída a obra...", no início da fundação do convento e que as obras do século XVIII dizem respeito à construção do armazém dos vinhos.

As datas das modificações não são precisas mas as suas arquitecturas evidenciam diferentes épocas e o aumento do número de religiosas nos séculos XVII e XVIII terá também contribuído para estas alterações. [17]

Assim, a poente, no prosseguimento do Convento e da cerca de Monchique, existe um edifício de grandes proporções, que, frequentemente, é confundido com o corpo nascente da hospedaria e casa do padre, como parte integrante do convento. [18]

No entanto, este imóvel, cuja construção terminou em 1781, reservava-se para depósitos dos Vinhos do Alto Douro, pertença da Companhia fundada pelo Marquês de Pombal em 1757. [19]

Em 1761, as freiras mandaram edificar um armazém de vinhos. Em 5 Maio contrataram para a obra os mestres pedreiros Miguel José, António Francisco Bartolomeu da Silva e António Moreira e em 16 Maio de 1764 foi contratado o mestre carpinteiro Manuel Moreira.

A falta de recursos levou a que em 12 Fevereiro 1767, com o edifício inacabado, fizessem um contrato com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro para a conclusão da

---

14 SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia

15 SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Artigo ilustrado. tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia

16 SIMÕES, Catão, Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto / Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº20 (1926) – p.310, 332. Conv. de Monchique no Porto

17 "Tem 70 religiosas professas, afora as noviças, educandas, recolhidas e serventes, o que perfazia um número importante. As serventes particulares e as da comunidade passam de 100." COSTA, Agostinho Rebelo, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (pag.104-110 – conventos religiosos)

18 "No seguimento de todo o conjunto conventual ficava a "Casa dos Capelães" e "Hospedaria", aonde se recolhiam as famílias das Religiosas quando se deslocavam a esta cidade para as visitarem. Nesta casa encontra-se hoje aquartelada a Guarda-fiscal e nela se pode admirar, no alto da sua fachada, o Brasão do Convento." SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia

19 «Dentro da dita demarcação se acha a clausura e a egreja. Adeante de cerca para a parte de Massarelos, os armazens novos que as religiosas ha annos mandaram fazer e se acabaram em 1767...» SIMÕES, Catão, Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto / Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº20 (1926) – p.310, 332. Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto

obra. Em 1788 o edifício foi designado como Armazém do Cais Novo. [20] O armazém foi construído com o intuito de ganhar rendimentos com o aluguer do negócio dos vinhos do Alto Douro.
Mais tarde, de acordo com uma requisição do Estado em 1822, passou a ser utilizado como Armazém da Alfândega visto o novo edifício ainda não existir. (hoje Guarda Fiscal) [21]
O Armazém foi construído à imagem de uma casa ou solar setecentista. (Arquitectura civil, barroca) [22]

3. 2 A igreja conventual

A igreja foi edificada em 1533 como o informa uma inscrição existente no portal, segundo o estilo em vigor na época – o Renascimento português - e foi considerada uma das mais belas da cidade do Porto não só devido ao seu esplendor ornamental e à profusão da talha dourada, mas também por ser de pequenas dimensões, o que fazia sobressair toda a sua magnificência. [23]
Conforme a descrição de Pedro Vitorino, em "Notas de Arqueologia Portuense", a igreja apresentava um pórtico manuelino da autoria de Diogo de Castilho, actualmente nos jardins do Museu Soares dos Reis, com tímpano sobrepujante, ornado com as armas pontifícias e sob este, no meio, o brasão dos Cunhas e dos Coutinhos. [24]
No seu interior, quer as capelas quer os seus sete altares estavam magnificamente lavrados em talha com ornatos e figuras em relevo, todo o conjunto de uma execução primorosa e de extraordinária perfeição. Do lado poente, sobressaíam quatro tribunas, vedadas com grades de ferro trabalhadas em renda. Na entrada principal da igreja, a pia de mármore em forma de concha encontrava-se, igualmente, ricamente trabalhada. [25]
Lamentavelmente, e não obstante esta sumptuosidade e riqueza artística, a igreja foi posteriormente transformada em depósito de pólvora e, no tempo da Maria da Fonte, em Casa da Moeda. [26]

---

20 Em 1779 fez-se a Rua do Cais Novo em direcção a Massarelos. A sua proximidade com o rio e com o cais que na altura se situava perto do convento levou a que as freiras aproveitassem alguns rendimentos.

21 "Destes persiste uma construção com armas conventuais que serve de armazém alfandegário." VITORINO, Pedro. Monchique : Notabiliza-se sobremaneira pela obra de sua igreja/ Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.Convento de Monchique/ igreja/ talha dourada

22 Interiormente, o edifício foi profundamente alterado restando apenas do original a parede autoportante em arcada ao nível dos dois pisos. Toda a compartimentação é conseguida à custa de um corredor em toda a extensão do imóvel, a partir do qual se organizam diversas salas. Ao nível do primeiro piso, no topo E. onde se rasgam duas grandes aberturas, situam-se as garagens. INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

23 "A porta da igreja, entaipada agora e fazendo o fundo de armazém...A igreja foi edificada em 1533..." VITORINO, Pedro. Monchique : Notabiliza-se sobremaneira pela obra de sua igreja/ Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.Convento de Monchique/ igreja/ talha dourada.

24 "O portal da igreja de Monchique afasta-se da estrutura ogival para evidenciar um traçado plenamente renascentista. O templo conventual, antes da reforma setecentista que a revestiu de talha dourada, era enriquecido com pinturas de ornato, porquanto se me depararam, numa das visitas, restos de decoração vegetal, conforme a tradição medieva de embelezar a pedra. A humidade o lixo, têm apagado tudo" P05/BOL.CULT (6) E05 (3) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Acerca da igreja de S. Domingos. (pag.25-39)

25 Pedro Vitorino, baseado em documentos que possuía, em Notas de Arqueologia Portuense, diz sobre o Convento de Monchique: " – A sua igreja foi edificada em 1533, como mostra uma inscrição que lá existe e a sua architectura he Gotica moderna (renascimento português). Mas se pode explicar a summa profusão de riqueza que ostente esta igreja; toda ella he recamada de lavor em que a paciência, o génio e o dinheiro se reunirão para fazer prova do que podem. Contém 7 altares de hum carácter riquíssimo pelo immenso lavor de talha, ornatos relevos e figuras que apresenta, sendo quase tudo dourado e o resto pintado e estofado por modos mui variados. Os ornatos são primorosamente executados e podem servir de argumento positivo para mostrar que as artes erão conhecidas vantajosamente naquella epocha. Notam-se 4 tribunas do lado poente, tapadas com grades de ferro fingindo renda... A pia de mármore em forma de concha, que está ao entrar da porta principal, he superiormente trabalhada. No fim dos anos vinte do século passado, já a ossatura da abobada igreja se encontrava despojada do seu enchimento. Arquitectónicam/ era única no Porto. Perante tanta beleza, um proprietário de então, mandou apear essa abobada, parece que para a reimplantar numa sua propriedade. Todas as pedras foram devidamente arrumadas e esquecidas. Poucos anos depois, para cimentar o chão de um armazém, recorreu-se a essas pedras e delas se fez brita para serem cobertas de cimento... Entre os fechos das ogivas ornamentados com florões, havia um que representava o Brasão Nacional, esculpido, talvez de D. João II ou D. Manuel I."

26 "Em conclusão, esta igreja deve ser conservada como primoroso monumento d'Arte, ...Como monumento de Artes parece-me conveniente mandá-la a hua Confraria que se responsabilize pela sua conservação, ficando obrigada a não alterar o seu carácter e na falta deste suposto tomar conta della o Conservatório d'Artes e Officio". Perante uma opinião tão esclarecida como a deste Mestre da Arte, tiveram as entidades o cuidado de transformarem esta "Jóia de Arte", em depósito de pólvora,

A seguir, várias outras igrejas despojaram-na dos altares e dos trabalhos em talha, como foi o caso da igreja paroquial de S. Mamede de Infesta, que ficou com cinco altares, dois retábulos, a talha da pia baptismal e a do Arco do Cruzeiro, bem como as sanefas das portas. Por seu lado, a igreja de Miragaia embelezou os seus altares também com ornamentos provenientes da igreja de Monchique. [27]

No final dos anos 20 do século passado, a sua destruição foi definitiva quando a abóbada, única na cidade do Porto, foi apeada para ser reimplantada num edifício privado e o que restou, florões com o brasão nacional, foi desfeito em brita.

4 Extinção e permanências

4. 1 Transformações no século XIX e XX

Depois do cerco do Porto, as religiosas e senhoras pertencentes à Madre de Deus de Monchique, por ordem régia de 9 de Julho de 1834 foram mandadas ingressar no mosteiro de São Bento de Avé-Maria e no convento de Santa Clara e Corpus Christi. [28]

Das 22 religiosas, que permaneciam em Monchique aquando da sua extinção, 9 deram entrada em Santa Clara, outras tantas em S. Bento de Ave-maria e as restantes em Corpus Christi.[29]

O Convento de Monchique foi extinto por ordem régia de 9 de Julho de 1834, passando, assim, para as mãos do Estado, que o manteve na sua posse até 1874. [30]

Mas devido às vastas dimensões do edifício, outros serviços estatais lá se foram simultaneamente ou sucessivamente estabelecendo, como o Trem militar (1838-40), o Arsenal militar (antes de 1846-47), a Fábrica da moeda (depois de 1847), os Ministérios das Obras públicas e da guerra e por Portaria de 2 Março de 1848 foi destinada parte do edifício para Hospital militar. [31]

Durante este período, apesar da ocupação pelos serviços públicos apressar a degradação e "despojamento do convento, apesar de não terem provocado uma notória transformação formal",

---

e mais tarde em Casa da Moeda, no tempo de Maria da Fonte... SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Artigo ilustrado. Tripeiro - Porto - Série 7, Ano 21, nº2 (2002) - p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia

"Na igreja do extinto convento de Monchique, no Porto, que hoje está servindo de depósito de mosaico, armazenado, pertencente tanto a igreja como os mosaicos a um inglez. A igreja toda esburacada por dentro, sem a talha que guarnecia os altares, conserva com tudo, pelo lado do coro, nas paredes alguns azulejos." VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Ainda o Convento De Monchique (pag.37-54) 1 PINHO LEAL, (Portugal antigo e Moderno, volume V, s. v. Miragaia.

27 Depois disso, outras igrejas começaram a pedir os altares e a talha para se alindarem a si próprias. A igreja Paroquial de S. Mamede de Infesta recebeu a maior parte: cinco altares, incluindo o altar-mor, dois retábulos em baixo relevo, atalha da Pia Baptismal, a do Arco Cruzeiro e as sanefas das portas. Na igreja de Miragaia... e hoje podemos ver nas frentes e nas paredes do altar-mor de Miragaia, bem como no altar de Nossa Sr.ª do Carmo, mais um pouco do esplendor da igreja de Monchique. Mas o sétimo altar, aquele que foi escolhido como muito belo, para decorar a capela do Hospital Militar de D. Pedro v, os nossos olhos não mais poderão admirar: na tarde de 27 de Julho de 1918, um incêndio destruiu toda a parte frontal do Hospital Militar, cuja capela e altar desapareceram no fogo. SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Fernando J. Moreira da Silva - Artigo ilustrado. Tripeiro - Porto - Série 7, Ano 21, nº2 (2002) - p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia

28 FERNANDES, Maria Eugenia Matos - Os últimos dias de Monchique. Revista da Faculdade Letras, História, Porto, II Série, Volume X, 1993, pag.262-263

29 «1823, conservava o convento 23 religiosas. Mosteiro da Madre de Deus de Monchique, hoje em ruínas e amanhã esquecido.» Pag.333. (Porto, 1926. Catão Simões) SIMÕES, Catão, Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto / Tripeiro - Porto - Série 3, Ano 1, nº20 (1926) - p.310, 332. Conv. ou Most. Monchique no Porto

30 "A localização privilegiada do referido convento bem como a necessidade de um novo edifício alfandegário determinou que ele fosse inicialmente ocupado pelos serviços da Alfândega. Os serviços alfandegários, clientes privilegiados do espaço, mercê duma situação combinada entre a necessidade de um novo edifício alfandegário e a posição estratégica do convento nacionalizado, não foram, durante o período em apreço, os únicos inquilinos, do convento. Nele esteve instalado o trem militar - pelos anos de 1838 a 1840 o seu Director recorre com insistência ao executivo camarário, solicitando consertos na Calçada de Monchique bem como segundo informa Pinho Leal, o arsenal militar - antes de 1846-1847; depois desta data, a fábrica da moeda (os célebres patacos) da Junta do Porto e ainda os ministérios das obras públicas e da guerra - por Portaria de 2 de Março de 1848 é destinada uma parte do edifício, requisitada pelo Ministério da Guerra, a ser entregue temporariamente para hospital militar. Andaria arrendada a parte do edifício não ocupada pelos serviços públicos, bem assim como as cercas." Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado em história de arte. FLUP. Porto 2001. Pag.131

31 "Resta-me fazer uma resumida descrição do Convento da Madre de Deus de Monchique, tal e qual existe agora exteriormente, antes que seja demolido ou vendido, posto nele actualmente estar montado o Trem militar." Sousa Reis, Apontamentos... IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.154)

[32] houve algumas tentativas de zelar pelo seu valor patrimonial como o consubstancia a legislação governamental - portaria de 5 de Setembro de 1839 ordenando a conservação do Convento e da Igreja de Monchique com todos os seus ornatos e o indeferimento em 1848 a um pedido da Santa Casa da Misericórdia do Porto para a transladação da pia baptismal da Igreja de Monchique para a Igreja do Hospital da Misericórdia.[33]

Porém o dinamismo demográfico e urbanístico da cidade do Porto, no último quartel do século XIX, decidiu irreversivelmente o destino final do convento. - A construção da Alfândega na praia de Miragaia em 1868, a ligação à foz pelo Americano na marginal em 1872, a construção da ponte D. Luís em 1886 e do novo porto de Leixões em 1885-95 vieram renovar a importância económica do rio e desta zona em particular. [34]

Com o crescimento populacional e o aumento progressivo das actividades industriais na cidade, surgiu a necessidade da construção de uma nova Alfândega, para a qual foram apresentados vários locais, um dos quais era o edifício e a cerca do extinto convento. Contudo este espaço foi preterido por razões de ordem prática, essencialmente devido à sua localização, acabando por ser escolhida uma área compreendida entre a Igreja Paroquial de S. Nicolau até à Praça da Ribeira.

Entretanto devido a profundas mutações urbanísticas, o convento passou a ter uma frente, confinando com a Rua Nova da Alfândega (1870), enquanto a Rua da Restauração (1826-1832) permitiu-lhe um novo acesso ao centro da cidade na orientação nascente – poente.

A alienação do convento por parte do Estado não foi fácil devido à sua grande extensão, de modo que, para se conseguir obviar a sua compra, foi decidido em 1874 pô-lo novamente à venda dividido em cinco lotes. [35]

Assim, Henry Burnay adquiriu os lotes 2 e 3; William Wawke ficou com o lote 4; enquanto Clemente Meneres e Norberto Coelho arrematataram os lotes 1 e 5, tendo este último posteriormente alienado a sua parte a Clemente Meneres.

Esta divisão em lotes baseou-se única e exclusivamente no parcelamento do espaço construído relativamente à frente urbana ribeirinha, não atendendo nem ao carácter do edifício, nem ao seu testemunho patrimonial, o que provocou a sua desintegração, eliminando para sempre a sua identidade arquitectónica. Como o sugere Pinho Leal, "pela sua grande dimensão – não revela qualquer interpretação do espaço: simplesmente contempla, em cada lote, uma porção do espaço construído e frente urbana." [36]

Do mesmo modo este parcelamento originou imediatamente a alteração na circulação, pois o pátio deixou de ser um elemento definidor dos atravessamentos longitudinais do edifício para se converter num espaço disponível, tornando-se um depósito. Assim a circulação que se fazia do centro para o exterior passou a ser feita em cada lote a partir da Rua Nova da Alfândega ou da Rua de Sobre o Douro para o interior. [37]

---

32 Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Dissertação de mestrado. FLUP. Porto 2001. Pag.132

33 "1839...manda conservar este convento de Monchique e sua igreja e todos os ornatos de madeira e mais objectos em vista dos ofícios do comandante... hum primor de arte e por isso não devem ser vendidos" Sousa Reis, Apontamentos para a ... IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.160)

34 "A construção da nova alfandega, 1868, a abertura da rua Nova da Alfandega e a conclusão da rua da Restauração são os factores que constituem a alteração do contexto espacial e vão criar a nova apetência deste espaço para uma nova função - a industrial - pois foi criada uma nova frente livre a sul que confinava com a rua nova da Alfandega (fazendo a ligação norte-sul) e a norte a rua da Restauração fornecia um novo acesso ao centro da cidade (fazendo a ligação nascente poente). Este dinamismo demográfico e urbanístico coincide com um período de intensificação da indústria em particular da tecelagem de algodão, moagens, fundição, chapelaria, artes gráficas, etc." Elvira Mª Almeida Rebelo, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Dissertação de mestrado. FLUP. Porto 2001.

35 "Venda a particulares em 1874... embora mutilado, erguido está." VITORINO, Pedro. Monchique : Notabiliza-se sobremaneira pela obra de sua igreja/ Artigo ilustrado. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.Convento de Monchique/ igreja/ talha dourada.

36 LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – Portugal Antigo e Moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, histórico, biographico e etymologoco de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias. Lisboa: Liv. Ed. Mattos Moreira, 1876. Vol.5

37 "A alteração da circulação, consequência primária do parcelamento do convento, a par das funções que os novos proprietários definem para o espaço provocaram uma desidentificação arquitectónica e paisagística, à qual não foi - ainda – fornecida resposta." Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado em história de arte. FLUP. Porto 2001. Pag.131

Lote 1

Clemente Meneres, proprietário de toda a parte nascente do Convento, que incluía o corpo longitudinal sul com as duas torres, a capela, o claustro, e dois edifícios – o corpo longitudinal norte, e outro, sobre a entrada, dedicava-se à produção e à comercialização de azeite e do vinho do Porto, daí o propósito de utilizar os seus espaços para indústria e para armazenamento. [38]

A sua intenção de aí instalar em 1875 uma fábrica a vapor de moagem de farinha e de descasque de cereais provocou uma série de mutações tal como a abertura na fachada orientada para a Rua de Sobre o Douro de onze janelas, onze frestas e uma porta, o recuo da parede do alçado norte em função do novo alinhamento da rua.

Apesar destas sucessivas modificações no edifício, o que mais marcou profundamente esta área foi a construção do edifício administrativo da fábrica (que remata o topo nascente e entrada do antigo convento para a calçada de Monchique) e da construção de uma série de casas na frente urbana da Rua Nova da Alfândega. Esta construção com frontão e esculturas de remate alterou a volumetria e as fenestrações, da frente da Calçada de Monchique, patenteando, ainda, a sua funcionalidade, isto é, um edifício administrativo, fábrica e armazém. (fig. 6.12, 6.13, pag. 194)

A ocupação dos espaços conventuais para a actividade industrial (fábrica de moagem de farinha e descasque de cereais) foi mais ou menos pacífica no que diz respeito à adulteração dos espaços existentes. Tanto o pátio como os edifícios adjacentes foram ocupados sem grandes alterações, conseguindo até hoje ter-se mantido tanto o pátio como os corpos norte e sul na sua estrutura global (já que foram colocadas a chaminé e a caldeira no exterior e no interior apenas as máquinas de moagem). Um incêndio destruiu os pisos superiores do corpo sul há poucos anos.

Em finais do século XIX a construção de um novo corpo de escritórios da fábrica, de um edifício administrativo e o conjunto de casas com frente para a rua da Alfândega originaram grandes alterações no edifício, levando à destruição de parte do claustro pequeno, da antiga capela, tendo, ainda, sido ocupados os espaços não construídos, que com a nova função se tinham tornado expectantes. (Fig. 6.7, pag.192, AHMP Lvº de plantas de casas 52, fls 441-443)

Lote 2

William Howke, o proprietário do lote central, que abrangia o claustro pequeno, edifícios adjacentes e igreja até à Rua Sobre o Douro pediu licença para lá instalar uma fábrica de ferro de outros metais com as seguintes confrontações: a norte, com a Rua de Sobre o Douro; a sul, com a Rua Nova de Alfândega; a leste, com uma parte do extinto convento e contígua ao pátio; e a oeste, com o terreno e armazém. O estabelecimento desta fábrica obrigou à construção de um edifício, que ligava a Rua Nova da Alfândega com o claustro, que foi inteiramente coberto, acarretando a alteração do alçado para a Rua Nova de Alfândega. Igualmente, o claustro, que passou a funcionar como casa das máquinas, perdeu as suas funções de comunicação e de distribuição tal como já tinha sucedido com o pátio principal do convento. Segundo um relatório apresentado ao governador civil do Porto em 1884, o proprietário residia no convento com a família, que estava arrendado a diversos moradores, enquanto a igreja servia de depósito de mosaico. "Os claustros serviam de fábricas de cadeiras". [39] (Figura do ADP-GCP, Mç 1435, procº262)

Lote 3

Henry Burnay, o comprador do lote poente constituído pelos dormitórios novos, e a hospedaria situado imediatamente abaixo, vendeu-o mais tarde a Alexandre Mont'Alverne que aí estabeleceu a Impressa Industrial de Monchique para a qual solicitou licenças para aumentar a altura do pé

38 "Convento de Monchique, situado na margem do Douro e encosta da rua da restauração. com a sua nobre fachada erguida para sul, actualmente transformado numa importante fábrica mechanica de rolhas, com grande tanoaria a vapor, serraria de madeira, e grandes armazéns de vinhos finos de exportação para o Brasil." CARNEIRO, José Augusto, O Hospital da Misericórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores / Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº9 (1908) – p.133. O Hospital da Misericórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores

39 "Visitei os claustros do mosteiro, transformados em fábrica de cadeiras, onde trabalhavam diferentes máquinas a vapor. O proprietário mostrou-nos os vestígios de uma sinagoga que ali houve... visitámos a adega das freiras, com cavidades nas paredes onde provavelmente guardavam o vinho em garrafas. Uma fábrica de mosaicos... ocupa o refeitório abobadado..." VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Ainda o Convento De Monchique (pag.37-54) PINHO LEAL, (Portugal antigo e Moderno, vol. V, s. v. Miragaia

direito e fazer quatro aberturas no edifício da Rua Sobre o Douro, bem como alterar o alçado desta rua e aumentar um piso.
Já no final do século XIX devido à inadequação do edifício para os fins pretendidos, foi desactivado o funcionamento industrial da referida empresa.
Pode-se, pois, concluir que também o lote poente teve o mesmo destino dos outros, isto é, a adaptação dos espaços pré-existentes a fins industriais. (Fig.6.10 e 6.21, pag. 193 e195)

Assim, os novos proprietários para adaptarem o convento às suas pretensões e aos seus objectivos industriais e comerciais destruíram, conforme já foi referenciado, um modelo bem conseguido de uma perfeita e harmoniosa ligação entre um monumento e o seu espaço envolvente.
De todo o conjunto do Convento de Monchique resta hoje o seu refeitório, ainda em muito sofrível estado de conservação. É uma sala hispóstila e dela nos diz Pinho Leal: "O refeitório ainda hoje bem conservado é magnífico. É todo de abóboda, sustentado por colunas de granito e tem perto de 40 metros de comprido. Tem servido de armazém." [40]

40 SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52-55. Conv. Monchique/ Sinagoga/ Armazem

Bibliografia:

P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. Elementos para a história do Convento de Madre de Deus de Monchique. Revista da Fac. Letras. Porto, 2002. Série 1 vol.1p.129-147

Po5/BOL.CULT (4) E05 (3) BASTO, Artur de Magalhães. Contrato com Diogo de Castilho mestre de pedraria, para a construção do Mosteiro de Monchique, 18 de Julho de 1533. (Fotocópias p.167-174...Arquitecto Diogo de Castilho,....Contrato original. A. De Magalhães Basto) (carta de contrato com Diogo de Castilho)

Brandão, Domingos de Pinho, Obra de Talha Dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto - Documentação, III, 1726 a 1750, pag.239-244, Porto 1986.

CARNEIRO, José Augusto, O Hospital da Mesericórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores / José Augusto Carneiro. In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 1, nº9 (1908) - p.133. O Hospital da Mesiricórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores

P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

P04/271 (6) FERNANDES, Maria Eugénia Matos. Os últimos dias de Monchique. Revista da Faculdade de Letras. Porto 1993.(p.246-270)

NOVAES, Manuel Pereira, collecção Manuscritos ineditos. Anacrisis historial. BPMP.vol.II Porto 1913.

Quaresma, Maria Clementina, A propósito de uma Lápide Tumular. Pag.257-264

SILVA, Fernando J. Moreira da, O Convento de Monchique / Fernando J. Moreira da Silva - Artigo ilustrado. In : tripeiro - Porto - Série 7, Ano 21, nº2 (2002) - p.52-55. Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia

SIMÕES, Catão, Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto / Tripeiro - Porto - Série 3, Ano 1, nº20 (1926) - p.310, 332. Convento ou Mosteiro Monchique no Porto

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Ainda o Convento De Monchique
VITORINO, Pedro. Monchique : Notabiliza-se sobremaneira pela obra de sua igreja/ Pedro Vitorino - Artigo ilustrado. In : tripeiro - Porto - Série 3, Ano 2, nº44 (1927) - p.312-313.Convento de Monchique/ igreja/ talha dourada.
VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte. Acerca da igreja de S. Domingos. (Fotocópias pag.25-39)

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - Portugal Antigo e Moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologoco de todas as cidadesw, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1876. Vol.5

Elvira Mª Almeida Rebelo, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Porto 2001. Dissertação de mestrado em história pela FLUP no âmbito do Seminário do Património e Restauro, sob a orientação da professora doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Documentação gráfica
FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica

Convento de São Lourenço



Convento de São Lourenço

Designação Igreja e Convento de São Lourenço dos Agostinhos Descalços

Localização Porto, Sé
Largo do Colégio. Acesso pela Rua das Aldas, Rua e Travessa de Pena Ventosa ou Rua de Santana.

Fundação
data 1560
comunidade Padres Jesuítas e em 1780 Padres Agostinhos Descalços
ordem religiosa Ordem da companhia de Jesus, Ordem dos Eremitas Descalços de S.to Agostinho

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Mantém tipologia
dependências Mantêm tipologia
cerca Alterada

Usos
igreja Igreja com funções culturais e devocionais: Igreja – Igreja católica com culto
dependências Sede do Seminário Maior da Sé do Porto/ Cultural: Museu
cerca Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição da Diocese do Porto

Estados de Conservação
igreja Bom
dependências Bom
cerca

Afectação Actual Cultural e devocional: Igreja com culto / Sede do Seminário Maior da Sé do Porto / Cultural: Museu
Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição do Porto
Propriedade Privada, Igreja Católica

Classificação Patrimonial Insere-se na área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico que é caracterizado, geograficamente, por uma topografia com terreno desnivelado. (Incluído na Zona Especial de Protecção do Porto FZHP)
Protecção: MN, Dec. Nº28/82, DR 47 de 26 Fevereiro 1982; incluída no Centro Histórico do Porto (v. 1312140163) e na Zona Histórica da Cidade (v. 131207008)
Classificação do IPPAR: Monumento Nacional.
Classificação da Igreja e Colégio como Património Nacional Decrto-Lei nº28/82 de 26 de Março em 1982.

Número do IPA PT 011312130050



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto

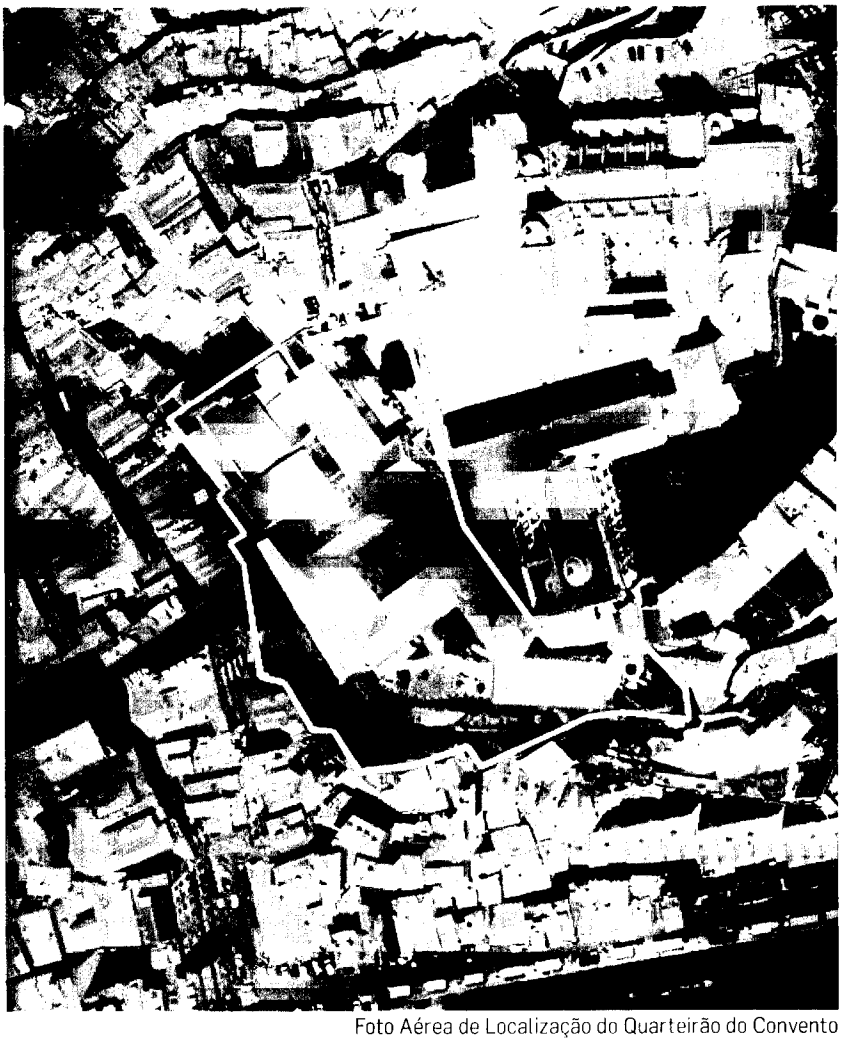


Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no Edificio

1560, fundação do Colégio de S. Lourenço (ainda na rua da Lada)
1560, 10 Agosto, instalação da primeira comunidade de Jesuítas no Porto, na R. da Lada, onde se situavam as casas oferecidas por Henrique Nunes Gouveia.
1566, 19 Junho, informação de que a igreja é de reduzidas dimensões mas suficiente para a prática e serviço religioso
1568, aprovação da fundação do Colégio portuense após a Congregação Provincial celebrada em Almeirim
1570, fundação pelos padres da Companhia de Jesus – Jesuítas (Sousa Reis)
1571, 26 Julho, o arq. Jesuíta Silvestre Jorge recebe ordens para traçar o novo edifício depois de escolhido o sítio onde fundar o colégio novo.
1572, obtenção do parecer favorável do Cabido do Porto para a fundação do Colégio.
1573, 20 Agosto, lançamento da 1ª pedra do novo Colégio, na Rua das Aldas
1574, 31 Janeiro, início da abertura dos alicerces, gastando-se mais tempo e dinheiro do que o previsto
1575, interrupção das obras devido a crise económica
1577, transladação da Eucaristia durante a festa de São Lourenço para uma igreja provisória, enquanto se iniciavam os trabalhos da igreja definitiva
1579, construção dos dormitórios
1588, 1589, Manuel Luís contrata para os Jesuítas a obra do cano que conduziria para o Colégio a água desde as Fontainhas
1595, abertura das escadas de acesso à portaria e à futura igreja a partir da rua das Aldas situada em cota bastante superior.
1602, 7 Janeiro, contratação de António João, mestre de pedraria, para fazer um "pedaço do dormitório novo"
1614, Frei Luís Álvares de Távora ofereceu-se para o lugar de Fundador do Colégio, estipulando-se no contrato que se devia construir no meio da capela-mor um carneiro para ele colocar o seu brasão no frontispício da igreja

1625, colocação no altar-mor de um trono piramidal e do altar de Nª Sª
1627, transladação para ali das ossadas dos antigos confrades e benfeitores, vindas do antigo templo, indiciando abertura da igreja ao culto
1630, abertura do colégio, com aulas gratuitas
1642, 22 Setembro, contrato com Manuel Nunes, entalhador, para a obra do retábulo do altar-mor
1645, trabalhos de decoração na sacristia
1675, obras na zona da Portaria comum
1690, início das obras na fachada
1691, construção do portal principal
Séc. 18, execução dos órgãos por D. Manuel Benito Gomes
1709, conclusão da fachada principal
1714 a 1720, trabalhos na zona da livraria; lajeamento do pátio da portaria comum, da porta da igreja e adro da mesma
1729, execução do altar da capela de Nª Sª da Purificação
1730 a 1759, obras de talha e douramento dos retábulos e imaginária; execução do presépio
1733, douramento do altar da capela de Nª Sª da Purificação
1774, 29 Novembro, publicação da carta régia do rei D.José através da qual doa os bens pertencentes aos Colégios, Casas e Residências dos jesuítas à Universidade de Coimbra
1780, aquisição das instalações do antigo Colégio
1832, abandono do colégio devido à chegada das tropas liberais, ali se aquartelando o "batalhão académico"
1834, 2 Abril, o Bispo do Porto consegue do rei D. Pedro a cedência do Colégio para aí instalar o Seminário Diocesano
1882, restauro do painel da Capela do "O Coração de Jesus"
1873 a 1876, ampliação do nº de quartos, cozinha e refeitório no corpo norte-nascente
1894, ampliação do Seminário com novas instalações e novo edificio.
1917, restauro do painel do "Senhor Preso à Coluna"
1949, obras de suporte estrutural no exterior do convento para conter as cargas originadas pela construção do túnel da ponte sob a direcção de Teixeira Duarte
1954, remodelação da antiga portaria do Colégio em Museu de Arte Sacra pelo Arquitecto Luis Cunha
1982, 26 de Março, classificação da Igreja e Colégio S. Lourenço a Património Nacional Decreto-Lei nº28/82. DGEMN

1992, trabalhos para a detecção da causa de fissuras e marcas visíveis de desnível

1993, continuação dos trabalhos referentes ao ano anterior e estudo geotécnico

1994, obras de restauro do Museu de Arte Sacra pelo Arquitecto Luis Cunha

1997, reabertura ao culto após obras de restauro

1997, beneficiação geral de pavimentos e tectos da igreja e deslocação dos altares da nave para o interior - DGEMN

1998, classificação do Centro Histórico do Porto como património Mundial incluindo a Igreja e Colégio de S. Lourenço

2000, conservação e restauro da pintura policromada sobre granito, nos arcos laterais, na capela lateral esquerda e na base do altar de Nª Senhora da Purificação

2001, investigação das patologias estruturais do edifício

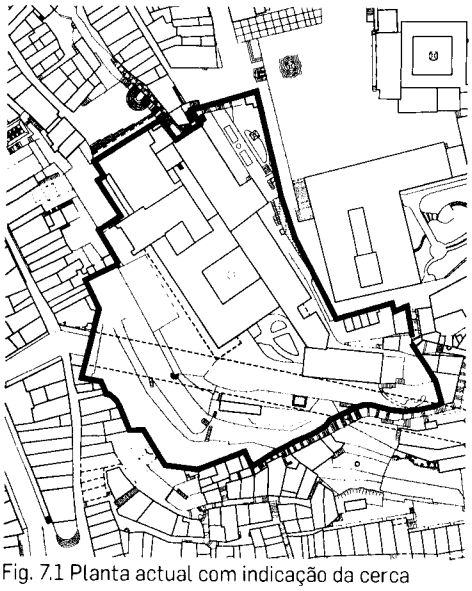


Fig. 7.1 Planta actual com indicação da cerca



Fig. 7.2 Igreja de S. Lourenço, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP



Fig. 7.3 Vista da fachada Norte (Actual)

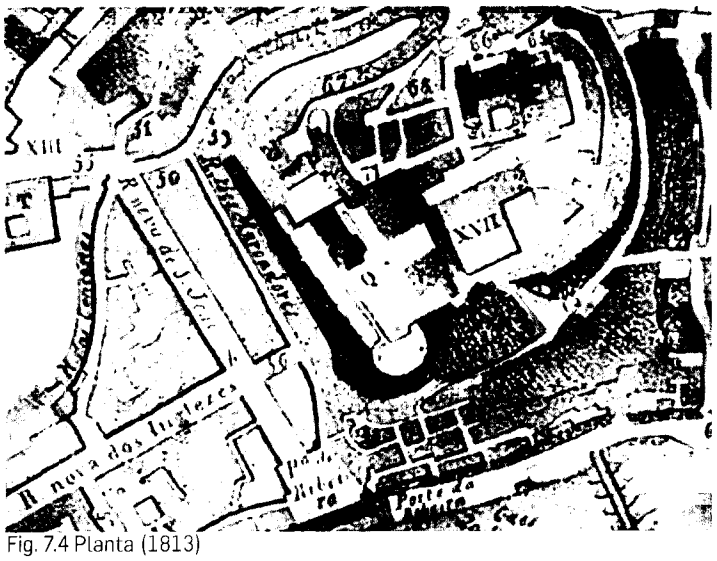


Fig. 7.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

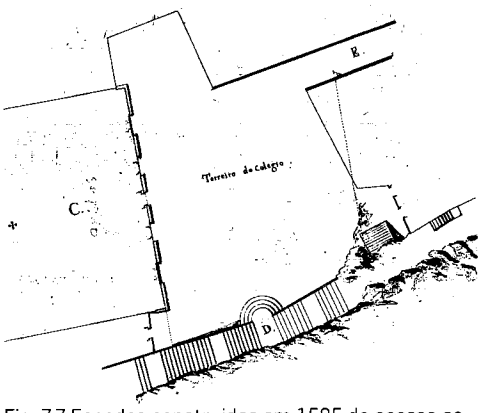


Fig. 7.7 Escadas construidas em 1595 de acesso ao Largo do Colégio
Fonte: AHMP (1815)

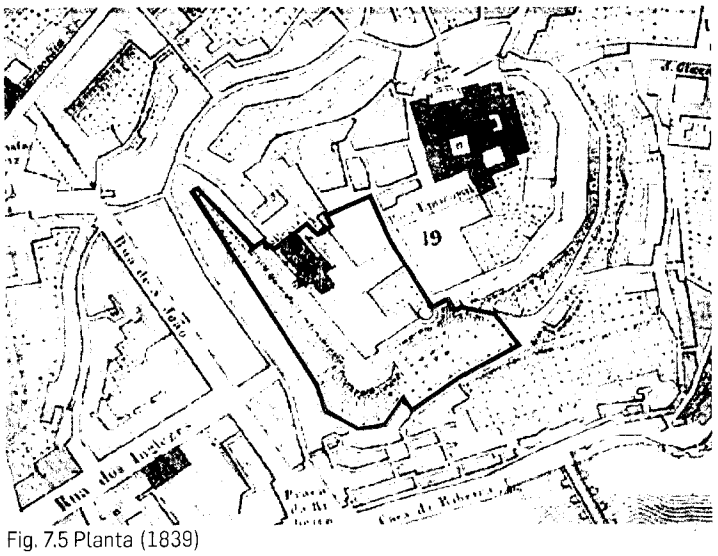


Fig. 7.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

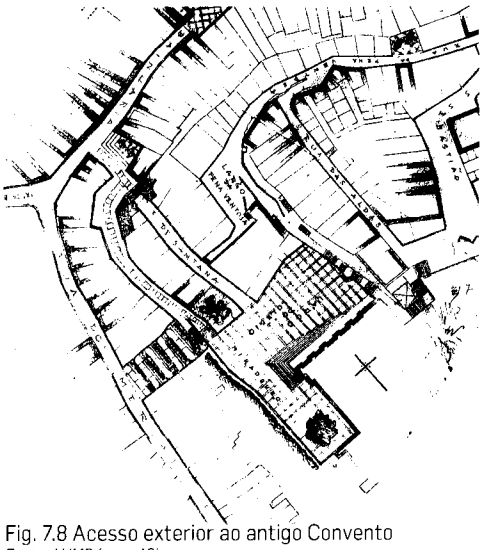


Fig. 7.8 Acesso exterior ao antigo Convento
Fonte: AHMP (anos 40)

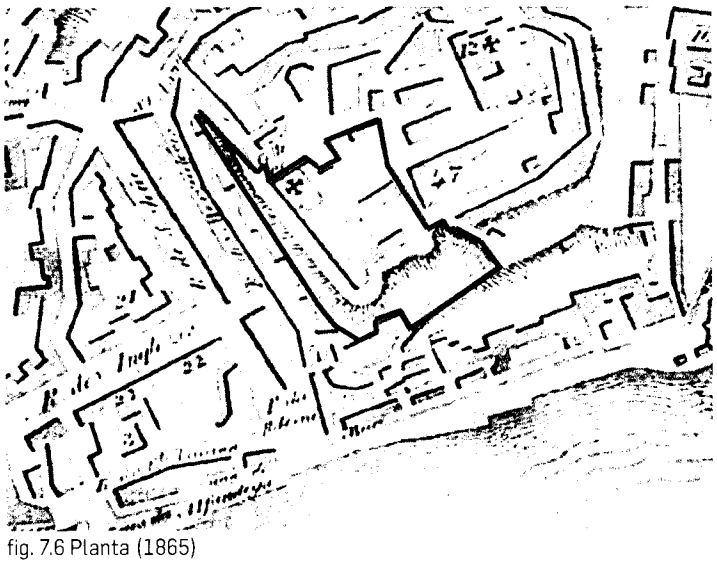


fig. 7.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

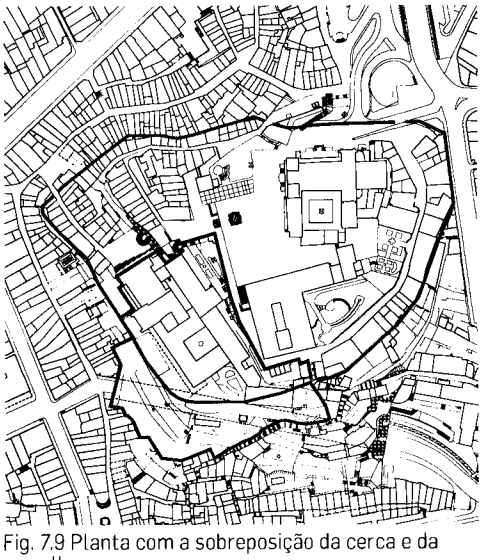
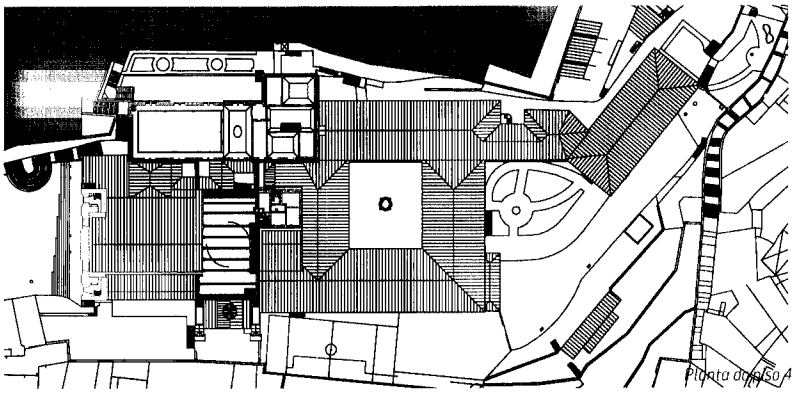
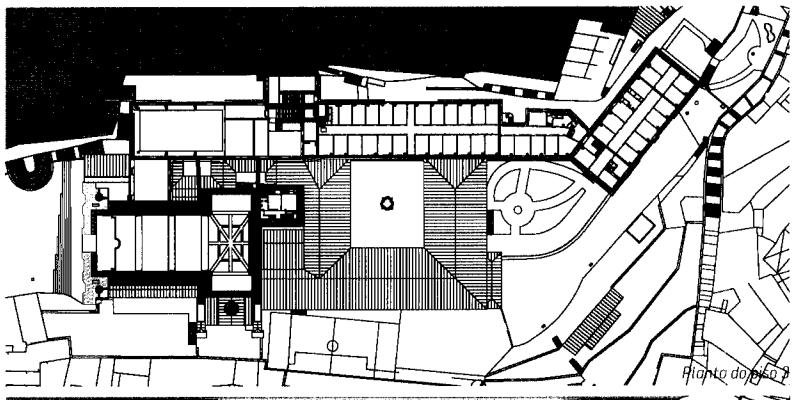
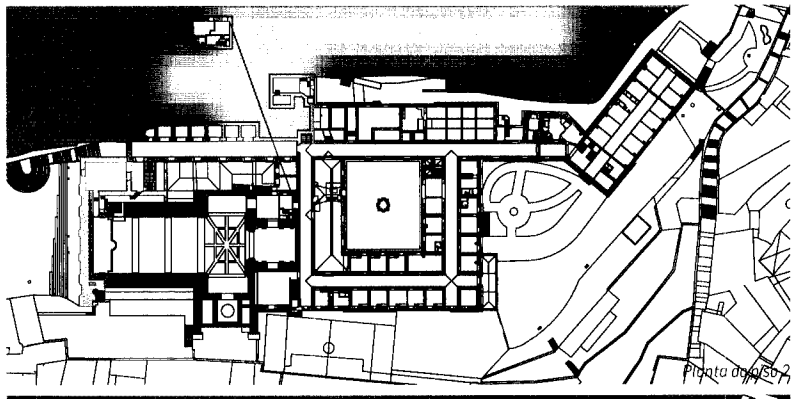
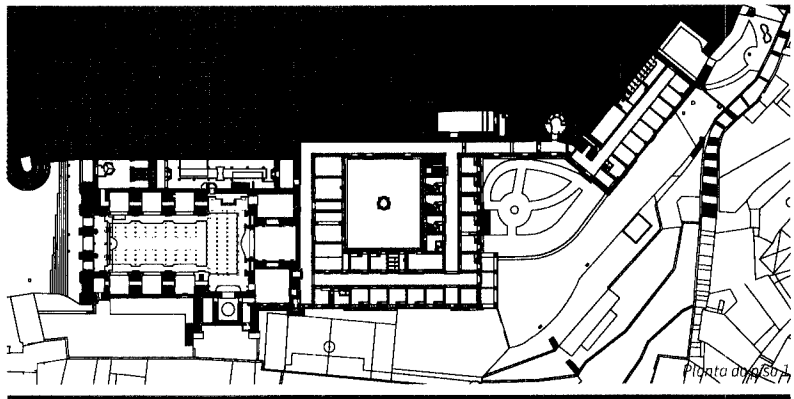


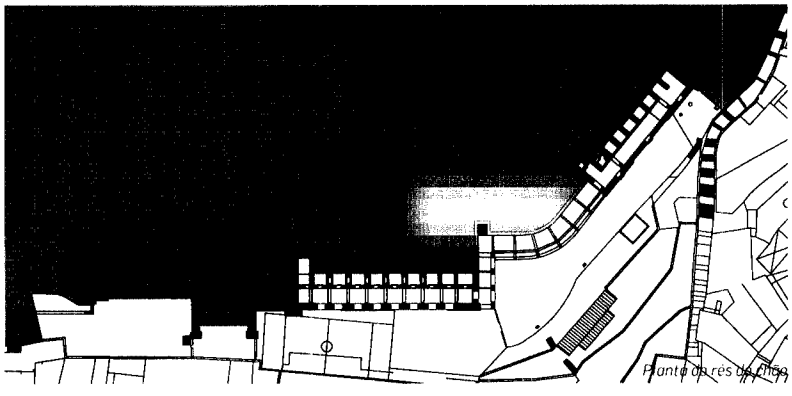
Fig. 7.9 Planta com a sobreposição da cerca e da muralha
Cerca
Muralha











Sec. XVI Sec. XVII Sec. XVIII

Sec. XIX Sec. XX

Fig. 7.10 Plantas actuais do Convento, gentilmente cedidas pelo arquitecto Pedro Leão

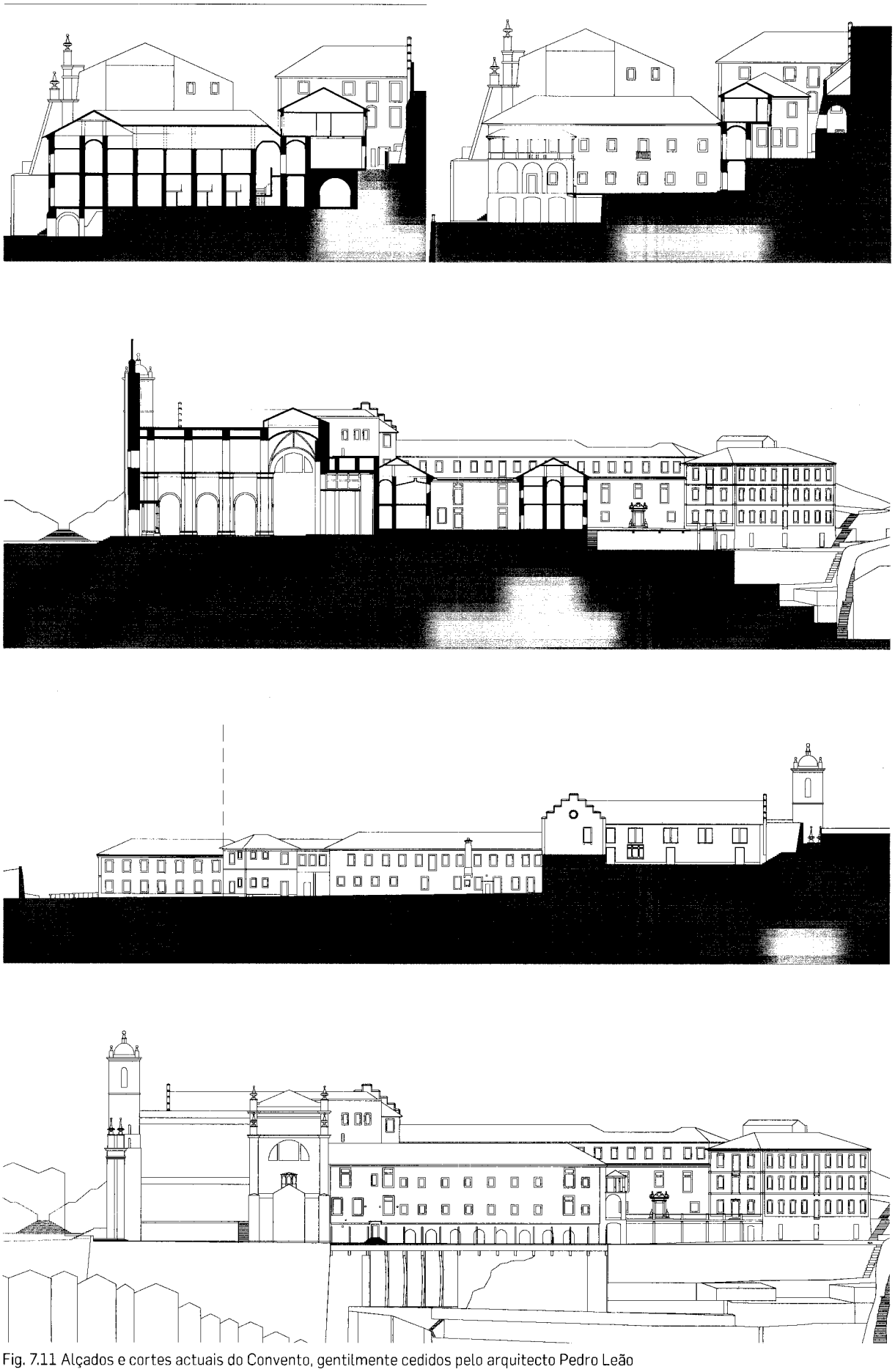


Fig. 7.11 Alçados e cortes actuais do Convento, gentilmente cedidos pelo arquitecto Pedro Leão



Fig. 7.12 Vista parcial Poente



Fig. 7.13 Vista parcial Poente



Fig. 7.14 Vista da galeria a Poente



Fig. 7.15 Vista parcial Sul/Poente



Fig. 7.16 Vista parcial Nascente



Fig. 7.17 Vista parcial Nascente

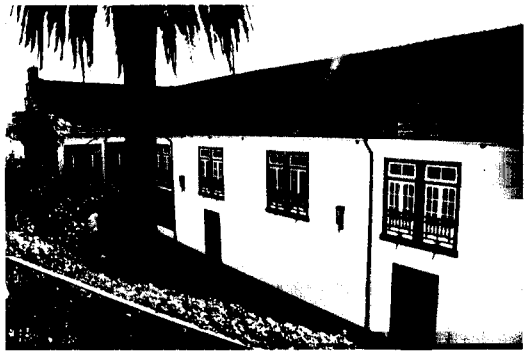


Fig. 7.18 Vista parcial Nascente

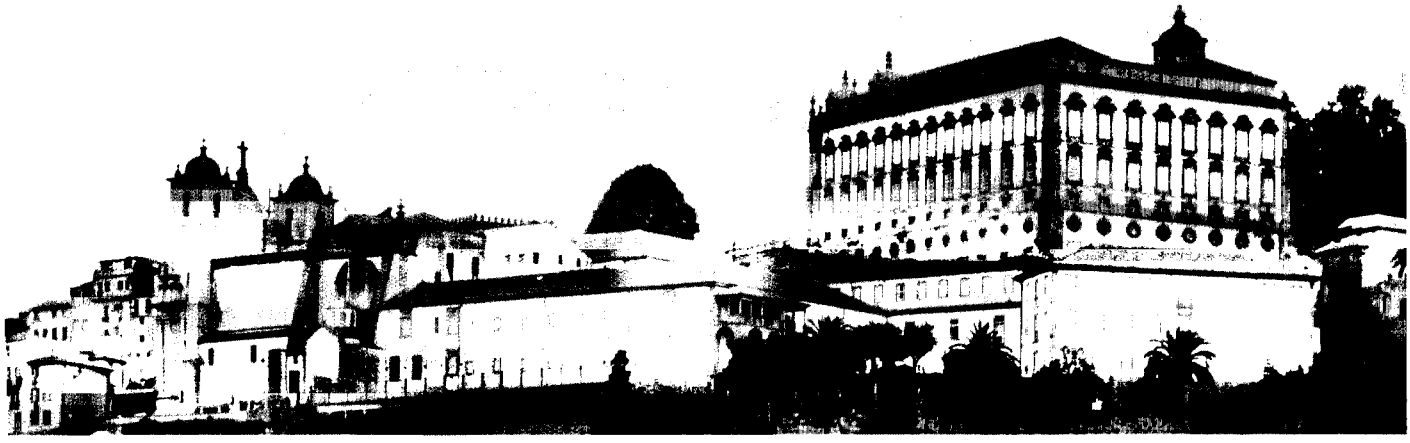


Fig. 7.19 Vista Sul/Pooente do convento



Fig. 7.20 Vista das escadas de acesso à igreja



Fig. 7.23 Vista Norte da igreja



Fig. 7.21 Vista do pátio interior do museu

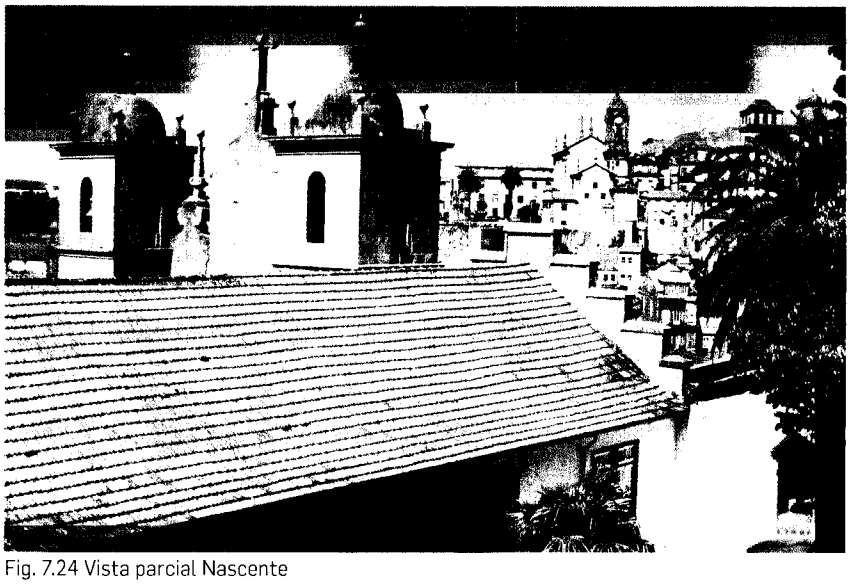


Fig. 7.24 Vista parcial Nascente

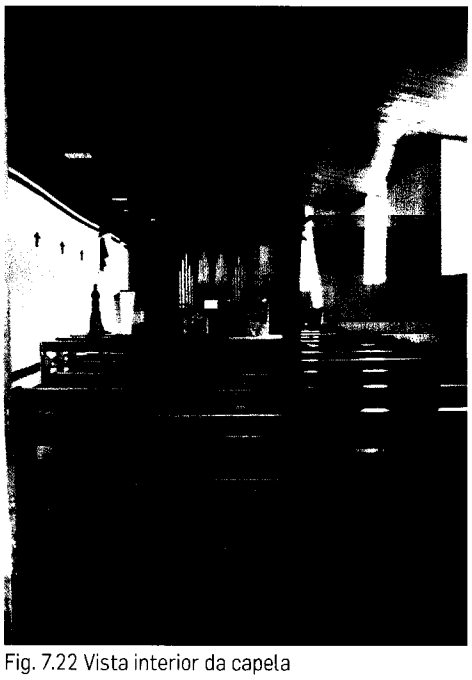


Fig. 7.22 Vista interior da capela



Fig. 7.25 Vista parcial Poente



Fig. 7.26 Vista interior da igreja

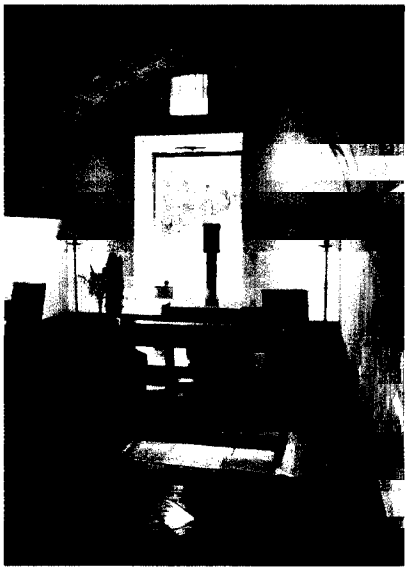


Fig. 7.27 Vista interior da capela



Fig. 7.28 Vista interior do convento

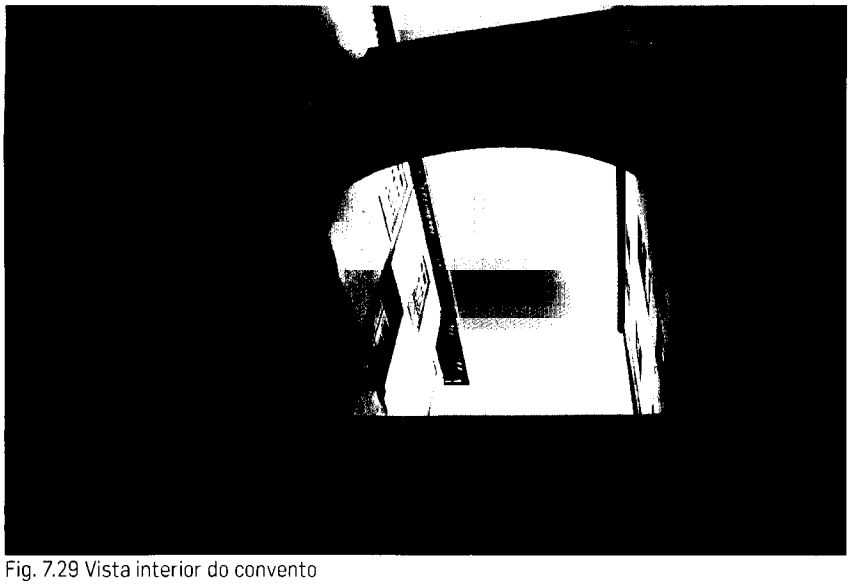


Fig. 7.29 Vista interior do convento



Fig. 7.30 Vista do dormitório

1 Localização

Na encosta do morro da Sé, em cota inferior a esta e com belas vistas sobre a cidade e o rio, encontra-se o antigo Convento de S. Lourenço. É um edifício de grandes proporções, comparado com o casario e malha estreita de características medievais que o envolve, inserido na encosta escarpada, com a Sé a encimar e dominar o topo do morro. O acesso faz-se desde a rua dos Mercadores, pela Rua de Sant'Ana ou travessa de Pena Ventosa em cota baixa, ou pela Rua das Aldas e Largo do Dr. Pedro Vitorino desde a Sé em cota superior. A fachada da igreja, no Largo do Colégio, é a única parte do edifício com acesso ao exterior, de enormes proporções relativamente à envolvente, dando-lhe um carácter imponente que o grande desnivelamento do terreno acentua.

2 A Companhia de Jesus no Porto

A primeira comunidade de Jesuítas no Porto, composta por oito padres, celebrou o seu início a 10 de Agosto de 1560, dia de S. Lourenço, residindo em casas cedidas por Henrique Gouveia na Rua da Lada.

1546 é a data que assinala o começo da Companhia de Jesus na cidade do Porto com a actividade apostólica do Padre Mestre Francisco Estrada, que aqui pregou durante três meses. Em 1560, o Comissário geral Padre Francisco Borja alojou-se no Porto e obteve a licença da fundação da Companhia na cidade, em conversações com o Bispo e responsáveis da cidade.

Com a permissão de se instalarem na cidade, o Padre Francisco de Borja, na qualidade de Comissário Geral, enviou ao Porto o Padre Bartolomé de Bustamante, como perito das obras arquitectónicas da Companhia em Espanha, para designar o local de implantação do futuro colégio. O relatório pormenorizado do arquitecto espanhol justificou a opção por este local onde se situavam as casas de Henrique Gouveia, benfeitor desta ordem.

3 Implantação

A escolha deste local para a implantação do colégio apontava razões como o facto de ser uma zona muito populada, junto da camada populacional mais abastada, e de boas condições geográficas por estar perto do rio e com bom enquadramento paisagístico. "O Padre Bartolomeu de Bustamente, que nas funções de perito de obras acompanhou o Padre Francisco de Borja, Comissário Geral da Ordem, elaborou um relatório justificando a escolha da Rua da Lada "por estar en la parte mas frequentada de gente", perto das ruas onde habitam as mais importantes pessoas da cidade, "por ser mas distante de todos los monasterios de frailes y monjas y de obras iglesias", ser local calmo e aprazível, perto do rio e de boa situação geográfica. Neste relatório salientou também razões de ordem espiritual e doutrinária."[1]

Tendo esta instituição funções educativas, auto-denominando-se de "colégio", era composta de três áreas específicas: a comunitária, a escolar e a da igreja. A forte componente escolar devia ter estado na origem da escolha do local para esta implantação, que, pelas suas características, se diferenciava dos locais escolhidos para os outros conventos da cidade, alojando-se bem no núcleo central da cidade na zona mais povoada, junto da Sé e do Bispo. Assim a implantação do Colégio situou-se em lugar estratégico, contíguo à Catedral e à Casa da Câmara, num local de privilegiado enquadramento paisagístico e urbano, enquanto a cerca do convento a sul e a poente assentava na antiga cerca da cidade, a muralha românica.[2]

---

1 INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

2 "O dormitório do colégio de S. Lourenço, dos padres jesuítas (actual seminário), fundado sobre os próprios alicerces da mesma primitiva cerca da cidade. Aquela contornava o Colégio – até ao Mirante que os referidos padres tinham sobre o Douro, por cima da praça e rua do Barredo" P081/BAST BASTO, Artur de Magalhães, Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto. Porto, 1942. Pag.3

4 Fundação edificação e transformações

A fundação do Colégio de S. Lourenço obteve o parecer favorável do Cabido em 1572, (após a Congregação Provincial de 1568 celebrada em Almeirim).

Em 20 de Agosto de 1573, iniciou-se a construção do Colégio de S. Lourenço, situado nas imediações da rua das Aldas.

Em 1595 construíram-se as escadas de acesso entre o largo do Colégio e a Rua das Aldas para permitir a ligação destes dois espaços, entre os quais havia um acentuado desnivelamento.

A 24 de Maio de 1614, Frei Luís Álvaro de Távora assinou o contrato de Fundador do Colégio de S. Lourenço. A existência de um fundador foi fundamental para a continuação das obras do Colégio e a manutenção deste, pois sem fundador tornava-se impossível continuar o ritmo das obras e sobretudo garantir a manutenção futura de um ensino completamente gratuito. [3]

Com as ofertas do Fundador foi possível avançar com as obras nas três frentes: Colégio, Comunidade e Igreja, que se arrastaram na totalidade por 150 anos, data que determinou o fim da ocupação pela Companhia de Jesus, expulsa pelo Marquês de Pombal.

Com a expulsão dos Jesuítas e com os seus bens confiscados pelo poder em 1759, o colégio e a igreja de S. Lourenço foram entregues à Universidade de Coimbra. Mais tarde, em 1779, acabaram por ser comprados pela Congregação dos Padres Descalços de Santo Agostinho, tendo lá permanecido até 1832. [4]

Como já foi referido, os religiosos de Santo Agostinho permaneceram no convento, ministrando gratuitamente aulas públicas no colégio, até 1832, data em que chegaram à cidade do Porto as tropas liberais, que aí instalaram o Batalhão académico. O exército liberal com a ocupação e saque causou a sua degradação e ruína, salvaguardando-se somente a igreja devido à sua sólida e robusta construção. [5]

No entanto, antes da legislação de 1834 extinguindo as ordens religiosas em Portugal, o Bispo do Porto D. Manuel de Santa Inês solicitou ao poder real a cedência do antigo Colégio dos Jesuítas para aí se estabelecer o Seminário Episcopal, o que lhe foi concedido em 2 de Abril de 1834. [6]

4.1 Colégio e Convento

A construção do Colégio de S. Lourenço foi iniciada em 1573, pelo arquitecto Jesuíta Silvestre Jorge, que em 1571 recebeu ordens para tomar medidas sobre o sítio onde fundar o colégio novo e projectar o novo edifício.

A composição espacial do edifício seguiu o modelo do Colégio romano da Companhia de Jesus traçado pelo arquitecto Giovanni Tristano, seguindo regras estritas herdadas do modelo do Mosteiro

---

3 Entre as cláusulas do contrato estavam duas relacionadas com as obras arquitectónicas: a da construção no meio da capela-mor de um Carneiro para a sua sepultura e dos seus descendentes e a colocação do seu brasão na fachada da igreja.

4 "Conventos dos Agostinhos descalços, fundado em 1560, e nele estiveram os jesuítas até o ano de 1759. Em 1780 tomaram posse os sobreditos religiosos, tendo-o comprado à Universidade de Coimbra. Tem 25 moradores..." COSTA, Agostinho Rebelo Descrição topográfica e histórica da cid. do Porto. Ed. frenesi. (104-110)

5 " Marquez de Pombal... confiscou os bens... deu vários destinos... nº de casas dadas à universidade de Coimbra... Viviam então poucos religiosos Agostinhos descalços no seu hospício situado no antigo campo de Santo Ovídio, ou da Regeneração... desejando pois aquela corporação monástica, como tantas outras, um convento nesta cidade resolveu entrar em trato com a universidade sobre a compra de tão belo edifício dos padres jesuítas, o que levou a efeito em 1780." (pag.96, Sousa Reis) "Estabelecidos aqui definitivamente estes religiosos de Santo Agostinho, chamados Grilos... conservaram até ao ano de 1832, aulas públicas e gratuitas dentro do seu colégio..." (pag.99, Sousa Reis) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

6 1832..."Desde logo o mosteiro foi destinado para quartéis do Batalhão académico... Ficando em 1833 de tal modo arruinado o mosteiro, que não estava nos termos de ser habitado e apenas a igreja se conservou com poucos estragos. Foi neste lastimoso estado que o Bispo D. Manoel de Santa Inês... para se fundar ali o seminário episcopal, sendo lhe concedido o mosteiro pela piedosa rainha D. Maria II" (pag.99, Sousa Reis) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

Beneditino.[7] A sua estrutura divide-se em três espaços específicos: a igreja, a escola pública e as dependências internas, articulados entre si, porém funcionando de forma independente.
Este edifício desenvolve-se em altura e em volta de um pátio perfeitamente encastrado em terreno fortemente desnivelado. A orientação da igreja não segue a orientação das igrejas medievais nascente-poente, mas adapta-se às condições físicas do terreno e à inserção de um modelo num determinado espaço.
As obras do edifício arrastaram-se no tempo. No início, a desconfiança da burguesia do Porto relativamente à Companhia de Jesus e à instrução dos seus filhos, os quais temiam ficar sem eles por optarem por uma vida religiosa, provocou falta de verbas e a sequente falta de apoio financeiro. Isto seria também acompanhado pelas dificuldades iniciais nas infra-estruturas, provocando atrasos na construção dos alicerces.
Foi necessária uma estrita adequação do edifício e exigências do programa às condições de um terreno, em escarpa até ao rio. É provável que parte do lado sul do edifício tenha sido construído sob parte dos alicerces da primeira muralha do Porto, estrutura esta que ajudaria a consolidar e assegurar a estabilidade do edifício de tão grandes proporções para um espaço tão exíguo. Esta inserção no terreno denota uma grande maestria construtiva. (Com a construção do túnel da ponte toda esta estrutura esteve em risco de desabamento pelo que foi necessária a posteriori um grande e desadequado reforço estrutural.) (Fig. 7.9 e 7.11, pag.214 e 216)
Tudo isto aliado ao facto de não possuírem um fundador levou a que, passados vinte anos de obras, só estivessem construídos os dormitórios da ala sudeste, iniciados em 1579. Além disso tiveram ainda que resolver o problema da falta de água com a compra do direito de encanamento da Fonte das Fontainhas em 1589. Só em 1603, é que António João, mestre de pedraria, deu por terminadas as obras do dormitório, podendo, assim, concluir-se que, no início do século XVII apenas a ala sul dos dormitórios e as fundações estavam construídas. As obras prolongaram-se durante todo o século XVII, no entanto com as aulas gratuitas já a funcionar desde 1630. Carlos de Passos dá-nos conta que em 1677 eram "mais de 200 alunos" [8]
O grande volume de obras fez-se ao longo de todo o século XVII. As obras começaram com a consolidação dos muros, resolução do abastecimento da água, construção dos dormitórios na ala sul e das escadas de acesso exterior entre o largo do Açougue e o largo do Colégio. Seguidamente foram construídos os edifícios à volta do claustro e interior da igreja. Em 1675, iniciaram-se as obras da Portaria e pátio das Confissões, jardins de deambulação e fontes. Em 1690 começaram as obras da fachada da igreja, sendo este o último elemento a ser construído conjuntamente com o corpo norte-nascente das dependências de apoio aos serviços e cozinha. Entre 1714 e 1720 decorreram os trabalhos na zona da biblioteca a norte do edifício.
Uma descrição de 1774 do inventário dos bens da Universidade Coimbra, proprietário do edifício, informa-nos da organização do Colégio:
"O acesso do exterior para a parte do colégio fazia-se atraves da portaria que se situava no flanco norte da igreja, atravessando um patio rectangular, entrava-se nas dependencias que formavam o primeiro andar.
Subindo tres degraus, penetrava-se num corredor estreito que conduzia à cozinha e ao grande corredor que envolvia uma superficie quadrada, dividindo-a em dois espaços, um interior, outro exterior. O interior situado à volta de um patio central de forma ligeiramente rectangular. O exterior, atingia apenas duas alas cujas janelas davam para o lado sul e nascente.
No espaço interior, envolvendo o pátio central, situavam-se algumas dependencias comuns: armazens de botica, botica velha, botica nova, armazem, casa da fábrica, casa da cera, casa da

7 LEÃO, Pedro Resende. Seminário de Nossa Sr.ª da Conceição da Diocese do porto. Análise Histórica da Evolução do Conjunto Edificado.

8 PASSOS, Carlos de, Guia histórica e Artístico do Porto. Livraria figueirinhas Porto. Pag.110
"O estabelecimento da Ordem no Porto não foi pacífico, contando com as oposições da Câmara e população. Para o sucesso da implantação muito contribuiu a acção entre outros, do cardeal D. Henrique e do já referido Frei Luís Alvares de Távora." 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Pag.57-67

prata, duas celas, cartório, rouparia nova, lagar, casa da lenha. Ao fundo do corredor da casa da lenha, a planta assinala a colocação da "loca Communia", situadas como era norma, em lugares periféricos e nas extremidades da zona habitacional.
Nos lados exteriores, ao longo do corredor sul, dispunha-se um conjunto de oito celas, no lado nascente, um grupo de escadas que davam para a parte baixa e exterior, rouparia nova, duas celas e casa da cal. Completavam a planta do primeiro andar outras dependencias comuns: no topo norte do patio central, fixava-se uma peça relativamente grande, de forma rectangular destinada a adega do vinho maduro; no lado o posto a casa dos moços e em frente a dasa de lavar a roupa com o respectivo tanque.
No extremo nordeste, colidindo com a rua que vai para a capelinha das Verdades, encontrava-se a casa do forno, com o proprio forno; a casa da lenha; corte; casa da cave, situadas como convinha, numa zona afastada por razões evidentes de segurança.
Todos estes espaços, interiores e exteriores ladeavam como referimos um patio inerior que por muito estranho que pareça desempenhava as funções de galinheiro..." [9]
Com as obras terminadas na década trinta do século XVIII, os Jesuítas apenas permaneceram aqui até à sua expulsão em 1759. Com a expulsão da Companhia de Jesus e confiscados todos os seus bens, a 29 de Novembro de 1774, em carta régia, D. José, rei de Portugal, fez a doação dos bens pertencentes aos Colégios, Casas e residências dos Jesuítas à Universidade de Coimbra.
Seis anos mais tarde em 1780, os Eremitas Descalços de Santo Agostinho, querendo instalar-se no Porto, entraram em negociações com a Universidade de Coimbra e adquiriram o edifício, onde permaneceram até 1832. [10]
A apropriação e aquisição deste espaço por esta Ordem deve-se também à sua vocação bibliófila.
Estes foram os segundos ocupantes e embora tenham ocupado este espaço por apenas 52 anos (os Jesuítas permaneceram quase 200 anos (1560-1759) foi com o nome dos segundos ocupantes que o edifício é mais vulgarmente conhecido. Estes novos ocupantes apenas fizeram remodelações pontuais ao edifício. Nomeadamente em 1784/85 fizeram obras de adaptação do corpo de aulas para o senado da Câmara Municipal, no corpo norte do edifício e nas instalações onde hoje se encontra a biblioteca.
Estes novos proprietários mantiveram-se até 1832, aquando da chegada das tropas liberais, abandonando as instalações. [11]
As tropas liberais ocuparam a igreja e o convento, instalando aqui o Regimento Académico, de que fazia parte Almeida Garrett. Nesta ocupação, o edifício sofreu grandes estragos, sendo saqueado e abandonado.
Antes da lei de 28 de Maio de 1834 de Joaquim António de Aguiar, sobre a extinção das Ordens Religiosas, o bispo do Porto conseguiu do rei D. Pedro a 2 de Abril de 1834 a cedência do antigo colégio para a instalação do Seminário Diocesano, que se mantém até hoje. [12]
No fim do século XIX, em, 1894 foi criado um novo corpo para ampliação dos dormitórios no extremo poente do edifício, inserido na diagonal relativamente ao conjunto anterior, alterando a volumetria e originando a actual.
No século XX, fizeram -se obras de remodelação e restauro, assim como as obras de reforço estrutural originadas pelo túnel da Ribeira, como já foi dito anteriormente.

---

9 Martins, Fausto, Colégio de São Lourenço, 1560-1774. FLUP.1986.

10 Com a expulsão da companhia de Jesus do território nacional, ordenada pelo Marquês de Pombal em 1759, os edifícios ficaram na posse da Universidade de Coimbra que os vendeu, em 1780, à Ordem dos Agostinhos Descalços, vulgarmente denominados "frades grilos" 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Descrição da igreja e transformações neoclássicas dos Grilos. Pag.58-59

11 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Descrição da igreja e transformações neoclássicas dos Grilos. Pag.58-59

12 "Segundo uma descrição da altura o Colégio era considerado velho pequeno e em mau local comparativamente ao seminário de Santo António." LEÃO, Pedro Resende, Seminário de Nossa Sr.ª da Conceição da Diocese do porto. Análise Histórica da Evolução do Conjunto Edificado.

4.2 A igreja

A igreja de S. Lourenço começou a ser edificada em inícios do século XVII, em 1614, segundo o projecto de Afonso Álvares, embora Baltazar Álvares, que dirigiu as obras, tivesse realizado algumas alterações ao projecto inicial, que só ficou definitivamente concluída em 1709. [13]
O convento tal como a igreja foram construídos do interior para o exterior.
(Existe a referência da existência de uma igreja provisória para a prática do culto dos jesuítas antes da construção da igreja de S. Lourenço.) [14]
Em 1625, foram concluídas as obras do esqueleto da igreja e cobertura, tendo sido a fachada iniciada apenas após o seu interior estar construído.
A Igreja da Companhia de Jesus, de arquitectura maneirista, com planta cruciforme de nave única e capelas colaterais é muitas vezes comparada à igreja de São Bento da Vitória e de São João Novo, todas construídas na mesma época sendo, por isso, contemporâneas. [15]
A fachada de granito insere-se, perfeitamente, no espírito austero e sóbrio dos Jesuítas devido à sua contenção, simetria e exactidão, enquanto a sua situação, orientada para noroeste, confere-lhe um tom quase permanentemente sombrio. [16]
"A Fachada principal de 2 registos separados por entablamento apresenta-se ritmada verticalmente por pilastras que a dividem em 5 panos, onde se abrem janelas e nichos, correspondendo os panos laterais às torres sineiras quadrangulares." [17]

É de notar que os únicos elementos virados para o exterior público são a fachada da igreja e portaria e foram precisamente estes os últimos elementos a ser construídos, de acordo certamente com o prestígio que pretendiam dar à igreja, como elemento de culto, (apesar de a igreja ter sido aberta ao culto em 1627, estava longe de estar acabada). É de notar que na primeira metade do século XVIII fizeram-se obras de revestimento no interior da igreja e de douramento da talha. [18]
Em 1625, colocou-se no altar-mor um trono piramidal e um Santuário para as relíquias, tendo ainda sido feita a consagração de um altar, dedicado a Nossa Senhora e mais tarde, em 1627, a igreja, apesar da ainda não estar concluída, foi aberta ao culto.
Com o prosseguimento das obras, deu-se início aos trabalhos do retábulo da capela-mor pelo entalhador Manuel Neves em 1642 e, três anos mais tarde, continuaram as obras de decoração da sacristia.
Relativamente à parte exterior, em 1690, principiaram as obras na fachada, que ficou terminada em 1709, sendo também nesta data que se ultimaram o coro, as pias de água benta, as duas janelas termais nos braços do transepto e a pavimentação da igreja. Ainda neste século, entre os anos 30 até 1759, os trabalhos incidiram essencialmente na talha e no douramento dos retábulos.

---

13 "O facto de a igreja se encontrar anexada ao edifício escolar valeu-lhe a denominação de Igreja do Colégio, inaugurada cerca de 1622, seguindo a traça que muitos atribuem a Baltazar Álvares.
A sua construção iniciou-se no ano de 1614 devido à acção mecenática de Frei Luís de Távora, Bailio de Leça na Ordem de Malta, o qual impôs como cláusula desta dotação a obrigação de ser aí sepultado. Foi a igreja construída junto a um colégio jesuíta preexistente, edificado entre 1560 e 1577 e colocado sob a protecção de São Lourenço." 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. O convento de São Lourenço dito "dos Grilos" pag.57-59

14 "1566, 19 Jun. - informa-se que a igreja é de reduzidas dimensões mas serve suficientemente a prática e serviço religioso; 1577 - durante a festa de São Lourenço, procedeu-se à transladação da Eucaristia para uma igreja provisória, enquanto se iniciavam os trabalhos da igreja definitiva; " INTERNET. DGEMN: Monum.

15 "No seu interior, de nave única e planta cruciforme, com uma cobertura em abóbada de berço esquartelada em caixotões, permanece o rigor e despojamento estrutural do exterior." (descrição da igreja e transformações neoclássicas dos Grilos). Pag.58 e 59 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Pag.57-67

16 "O que determinou em termos plásticos um contraste volumétrico para permitir um jogo de claro-escuro dado pelo destacamento dos elementos justa-postos em relação à face do próprio edifício." 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Descrição da igreja e transformações neoclássicas dos Grilos. Pag.58-59

17 INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

18 "A igreja de São Lourenço, no Porto, implantada numa encosta, um pouco abaixo da Sé Catedral, demonstra desde logo, pela sua proximidade a importância que se queria conferir-lhe." 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. O convento de São Lourenço dito "dos Grilos" pag.57-59

Os segundos ocupantes fizeram modificações no interior da igreja na maioria decorativas. [19] Durante os séculos XIX e XX foram feitas várias obras de restauro.[20]

5 Extinção e permanências

De todos os conventos extintos, este é o mais bem conservado. Depois de abandonado pelos Agostinhos Descalços, foi apenas por dois anos ocupado por elementos exteriores à sua função. A comunidade, que o ocupou posteriormente mantendo a função anterior, não alterou a sua estrutura contribuindo para a sua preservação. Trata-se da única instituição monástica do Porto que ainda hoje mantém a estrutura inicial sem ter sido parcelada, mutilada ou simplesmente mudada de funções, o que a torna num exemplo vivo.

A estrutura geral e a organização mantêm-se, visto continuar a ter funções de escola e comunitárias, preservando a hierarquia dos espaços e suas interligações. As obras que têm vindo a ser feitas não interferem na estrutura e distribuição do espaço, limitando-se a pequenos melhoramentos de espaços isolados, permitindo deste modo a continuidade da leitura e organização do edifício.

A visita ao seu interior permite-nos revisitar um passado ainda presente e apreciar a grandiosidade destes espaços de história.

---

19 "Muitas modificações terão sucedido em termos de decoração da igreja durante a ocupação dos frades grilos." 5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Descrição da igreja e transformações neoclássicas dos Grilos. Pag.58-59

20 Já no século seguinte, em 1882, foi feito o painel da Capela do "O Coração de Jesus" e, em 1917, foi a vez do painel do "Senhor Preso à Coluna". Durante a década 90 do século XX, verificaram-se grandes empreendimentos para a sua restauração, tendo de novo sido aberta ao culto em 1997. INTERNET. DGEMN. Monum.

Bibliografia:

P081/BAST BASTO, Artur de Magalhães, Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto. Porto, 1942.

P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. Pag.104-110

Convento dos Agostinhos descalços. In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº18 (1908) – p.280

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha, O colégio de S. Lolurenço. Alguns documentos para a história da igreja dos Grilos do Porto. Livraria Machado Porto.

LEÃO, Pedro Resende, Seminário de Nossa Sr.º da Conceição da Diocese do porto. Análise Histórica da Evolução do Conjunto Edificado.

5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto. Pag.57-67

MARTINS, Fausto Sanches, Colégio de S. Lourenço 1560-1774. FLUP. 1986.
MARTINS, Fausto Sanches, revista semestral de Edificios e Monumentos. Nº14. Março 2001.

O tripeiro, nº10. Outubro 1968. Série VI. Ano VIII. O colégio de S. Lourenço. Alguns documentos para a história da igreja dos grilos. FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha. Pag.289
O tripeiro, nº8. Agosto 1968. Série VI. Ano VIII. O colégio de S. Lourenço. Alguns documentos para a história da igreja dos grilos. Pag.225
O tripeiro, nº11. Novembro 1968. Série VI. Ano VIII. Duas grandes obras de arte perdidas do Porto seiscentista. O retábulo da capela-mor do colégio de S. Lourenço. Pag.321

PASSOS, Carlos de, Guia histórica e Artistica do Porto. Livraria figueirinhas Porto

Pedra e Cal. Ano I nº 1. 1999. Centros históricos. Recuperar e Rrevitalizar. Igreja de S. lourenço. DGEMN restaura cinco séculos de história.

Porto de Encontro. Nº28. Edição da CMP. Jan.Fev. 1999. Colégio de S. Lourenço: 1560-1998. Memória patrimonial dos Três Usuários.

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

M554, O arquivo do Governo Civil do Porto. Conventos extintos. Porto 1988. Pag.250.

RES-41 EDITAL nº11/77 de 14 de Julho 1977

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID. Monumentos

Documentação gráfica
FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica

Convento de São Bento da Vitória



Convento de São Bento da Vitória

Designação Igreja e Convento de São Bento da Vitória

Localização Porto, Vitória
Tv. de São Bento da Vitória, Tv. de São Bento, R. e Tv. das Taipas

Fundação
data 1598
comunidade Beneditina ; Monges Negros
ordem religiosa Ordem de São Bento (O.S.B.)

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Mantém tipologia
dependências Alteradas
cerca

Usos
igreja Igreja com funções Culturais
dependências Orquestra Clássica do Porto e Arquivo da Orquestra Sinfónica do Porto (Desactivado), Arquivo Distrital do Porto, instalações da comunidade Beneditina.
cerca Inexistente

Estados de Conservação
igreja Bom
dependências Bom
cerca Inexistente

Afectação Actual Igreja católica, com culto
Propriedade Pública: estatal
Arquivo Distrital do Porto, Comunidade Beneditina, Orquestra Clássica (Desactivado).

Classificação Patrimonial Igreja: Património Nacional, Classificação do IPPAR: Monumento Nacional, IPPAR, DL 106F/92, de 01 Junho / ANTT
Protecção: MN, Dec. Nº 129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977
Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico, com relevo muito acentuado.

Número do IPA PT1312150039



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no Edificio

1597, chegada ao Porto dos frades beneditinos;
1598, alvará régio da concessão;
1598, data de fundação;
1599, instalação de alguns religiosos;
1598 a 1646, construção do convento;
1604 a 1690, construção da igreja;
(ADP Convento de S. Bento da Vitória 1562-1830)
1656 a 1659, colocação de lavatório na antiga sacristia;
1659 a 1662 construção da portaria, conclusão da escada para o claustro;
1662, execução de um órgão que existia no coro alto;
1665, reparação do órgão;
1690, obras da fachada da igreja quase concluídas;
1690 a 1707, construção da continuação da igreja;
1705, data dos pedestais onde assenta o retábulo mor, adjudicação da sacristia;
1713, encomenda do retábulo para a sacristia;
1716 a 1719, balaustrada das capelas da nave, início da construção do órgão, do lado da Epístola, pelo Frei Manuel de São Bento;
1718, 8 Maio, António Cardoso e Manuel Vieira executaram o coro alto, grades, cruz e seis capelas;
1719, 30 Abril, o órgão do lado da Epístola estava em adiantada fase de construção, as caixas dos órgãos foram da autoria de Gabriel Rodrigues;
1722, continuação das obras nos órgãos;
1722 a 1725, colocação do retábulo mor e do púlpito, douramento dos canos do órgão;
1725 a 1728, realização dos retábulos laterais do arco triunfal;
1734, data do arcaz da sacristia;
1737, colocação da estátua de São Bento;
1740 a 1743, construção do 2º claustro;
1750, Frei Manuel de São Bento interveio nos órgãos, em meados do séc. 18 - obra dos retábulos dos braços do transepto;
1758 a 1761, reforma dos órgãos, com o aumento do número de registos;

1761 a 1764, renovação do refeitório;
1773 a 1776, colocação das estátuas nos nichos da fachada da igreja, colocação de credência na capela-mor;
1776 a 1779, colocação de azulejos policromos na sala do capítulo
1777 a 1780, modificações no altar-mor;
1780 a 1783, renovação decorativa da sala da livraria;
1783 a 1786, reforma dos órgãos por Frei Domingos de São José Varela;
1786, 8 de Março, contrato de ajuste com o ourives João Gonçalves dos Santos para a execução de dois lampadários de prata para a Confraria do Santíssimo Sacramento;
1789 a 1792 , colocação do cadeiral na capela-mor;
séc. 18, fins - construção ou beneficiação do órgão
séc. 19 - colocação das grades das tribunas da nave; no período da Guerra Peninsular e posteriormente, parte do convento esteve ocupado pelas tropas invasores;
1810 a 1822, ocupação do convento por tropas portuguesas, que aí instalaram um hospital militar;
1832, transferência da sede da paróquia de Nossa Senhora da Vitória da igreja para a do mosteiro, que aí se conservou até 1852;
1834, extinção das ordens religiosas, instalando-se sucessivamente no mosteiro tribunais, as tropas da Junta do Porto durante a revolução popular de 1846 - 1847, o Batalhão de Caçadores 9 e outros serviços militares;
1852, entrega da igreja à Confraria do Santíssimo Sacramento e Imaculada Conceição de Maria, depois do desaparecimento dos ornatos de bronze do arcaz da sacristia;
1880, restauro do órgão por António José dos Santos e filho, dirigindo o trabalho Teotónio J. Pereira;
1922, destruição de parte do edifício por um grande incêndio;
1942, entrega da igreja aos monges de Singeverga;
1977, classificação como Monumento Nacional pelo Decreto nº129/77 de 29 /IX/1977;
1984, adaptação a Museu Nacional de Literatura;
1985, adaptação a Centro Nacional de Música, beneficiação das coberturas, beneficiação da ala ocupada pelos beneditinos, impermeabilização;
1986, instalação da ordem beneditina, trabalhos complementares

e beneficiação 1984, início das obras de restauro e recuperação do convento, IPPAR;

1993, instalação da Orquestra Clássica no convento;

1995, 27 Julho, inauguração do Arquivo Distrital;

1996, recuperação do coro alto e salas anexas à Igreja.

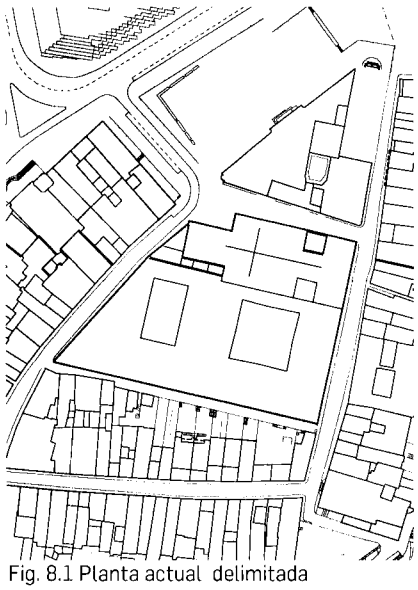


Fig. 8.1 Planta actual delimitada



Fig. 8.2 Fachada da Igreja S. Bento da Vitória, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP



Fig. 8.3 Rua de S. Bento da Vitória (Actual)

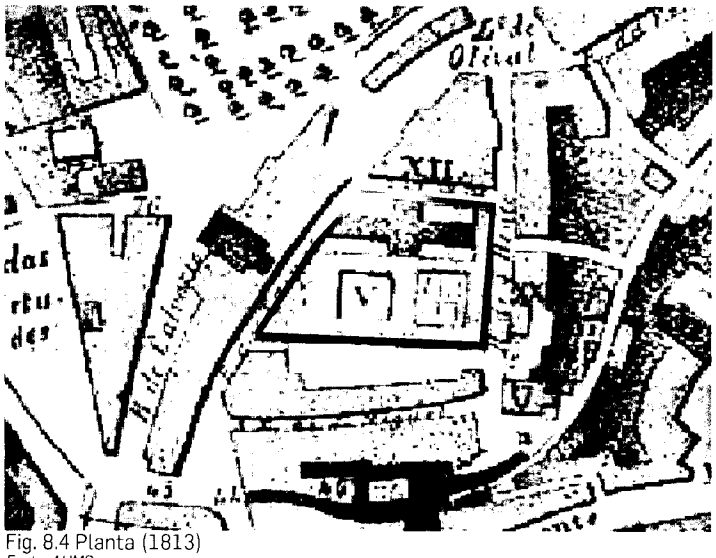


Fig. 8.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

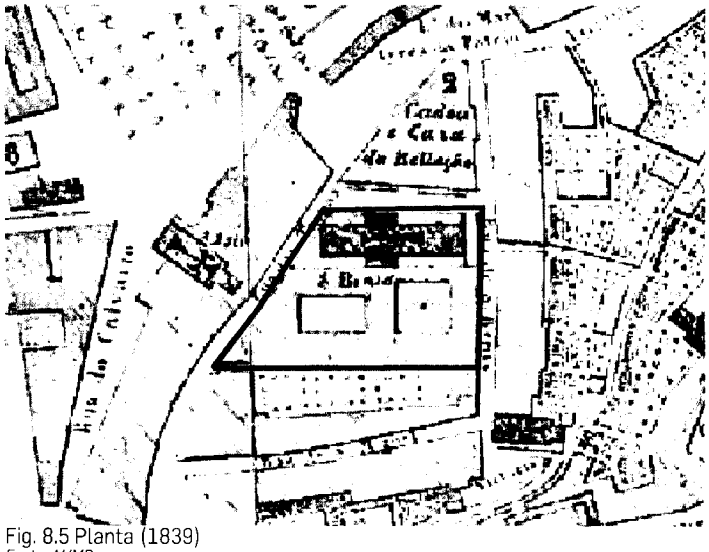


Fig. 8.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

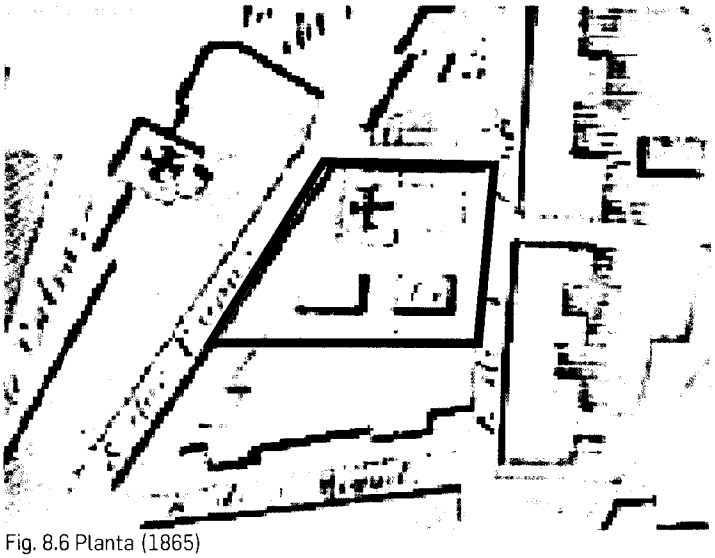


Fig. 8.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

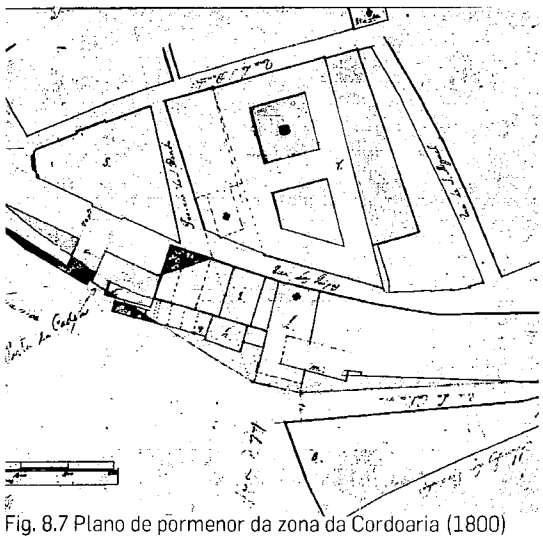


Fig. 8.7 Plano de pormenor da zona da Cordoaria (1800)
Fonte: AHMP

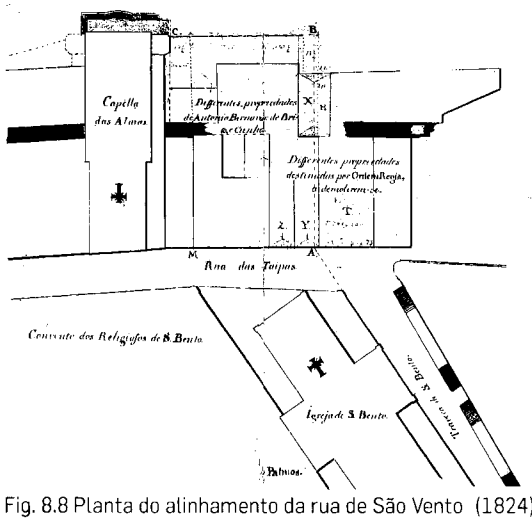
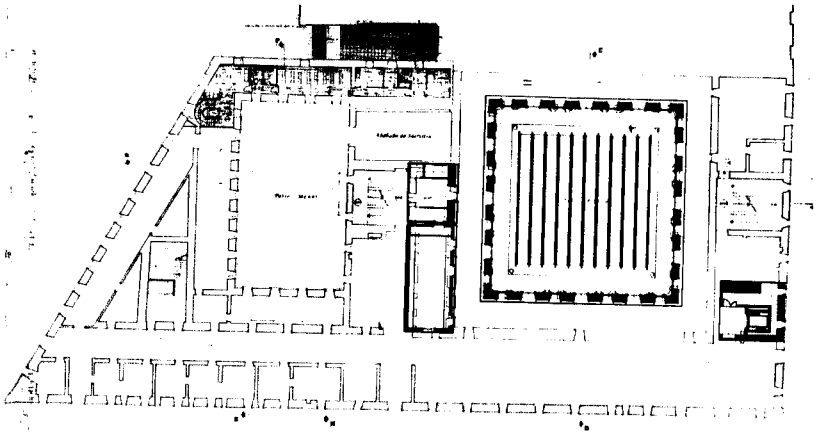


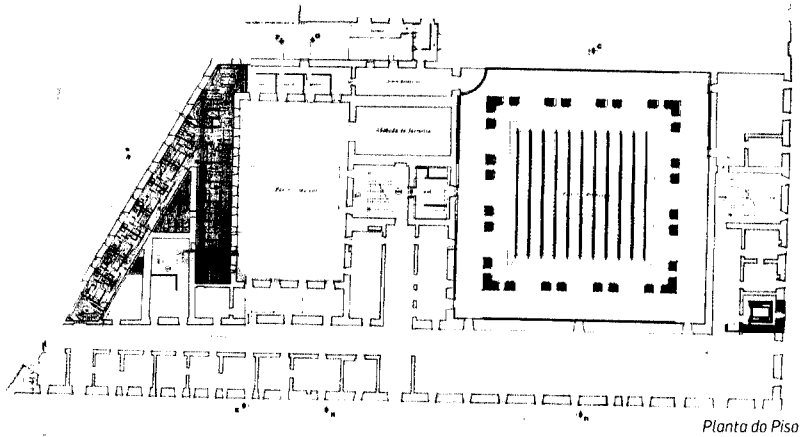
Fig. 8.8 Planta do alinhamento da rua de São Vento (1824)
Fonte: AHMP





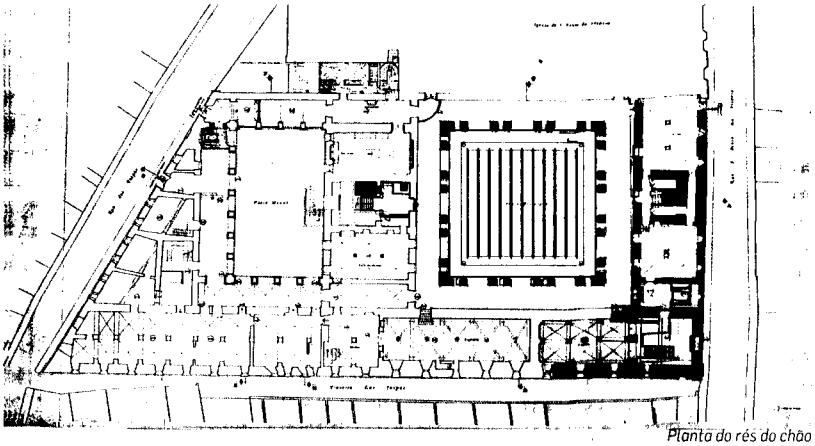
Planta do Piso 2



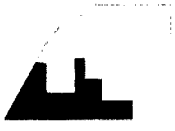


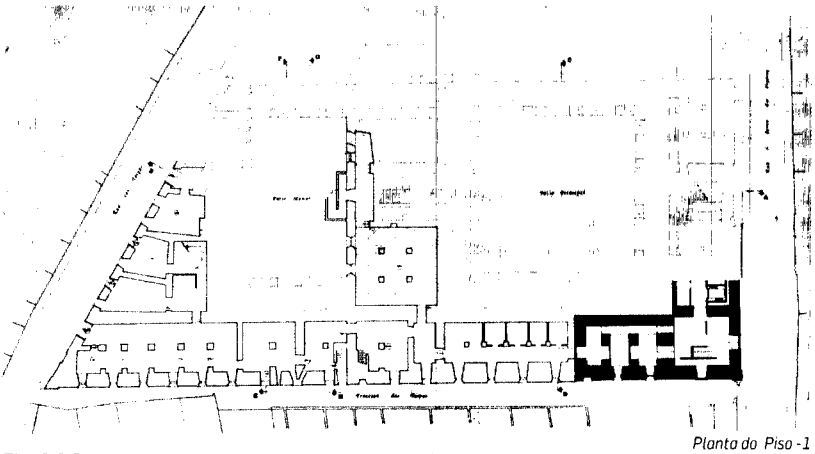
Planta do Piso 1





Planta do rés do chão





Planta do Piso -1

Fig. 8.9 Plantas de Levantamento anterior a 1986
Fonte: IPPAR

Orquestra Sinfonica do Porto

Arquivo Distrital do Porto

Comunidade Beneditina

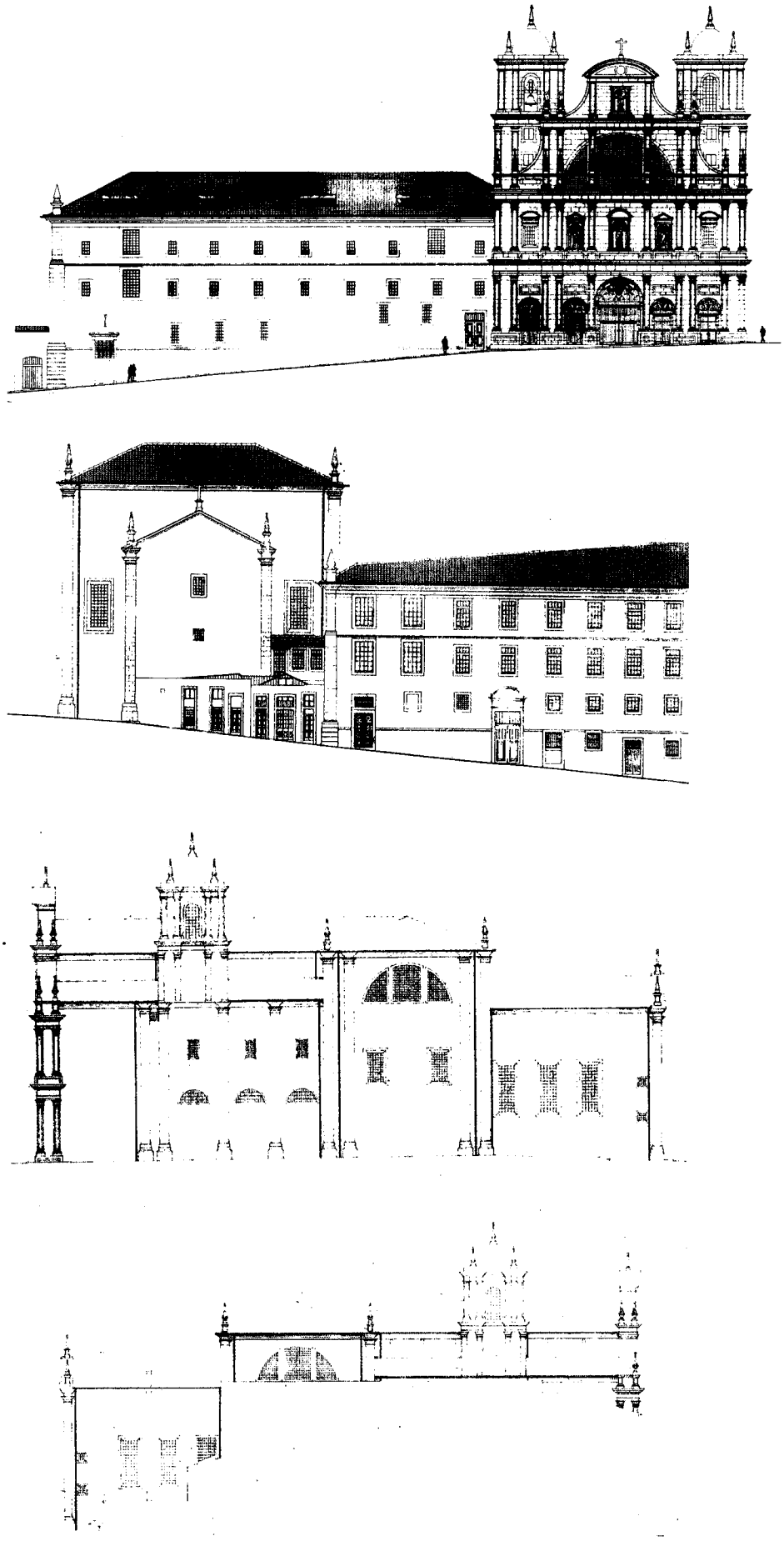
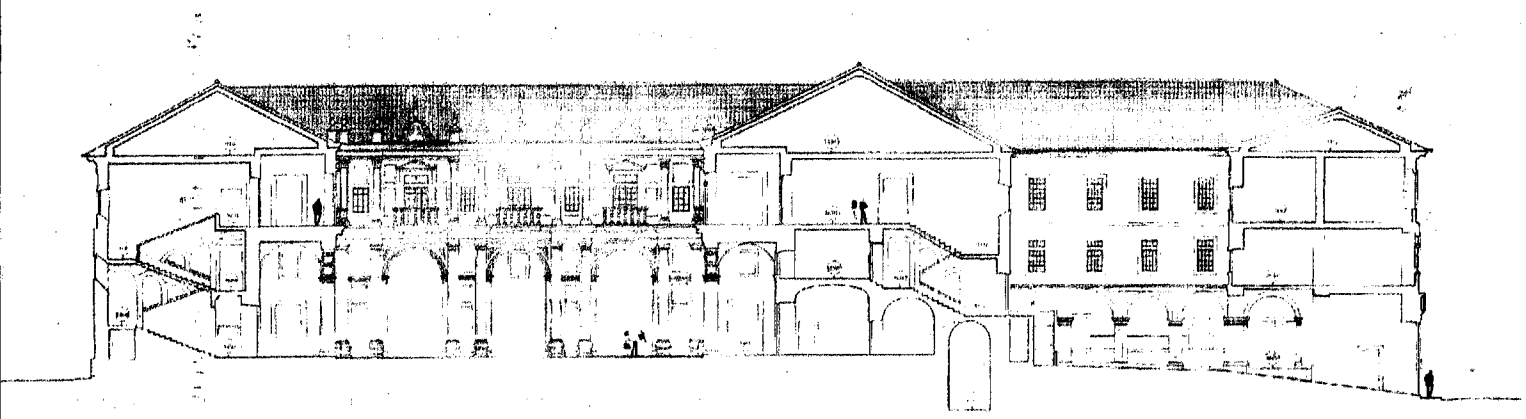
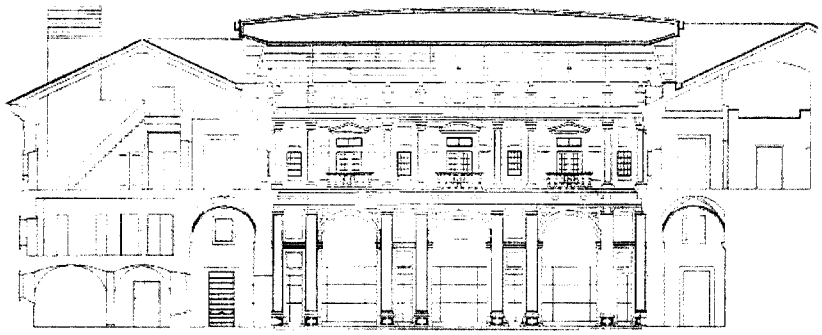


Fig. 8.10 Alçados de Levantamento anterior a 1986
Fonte: IPPAR





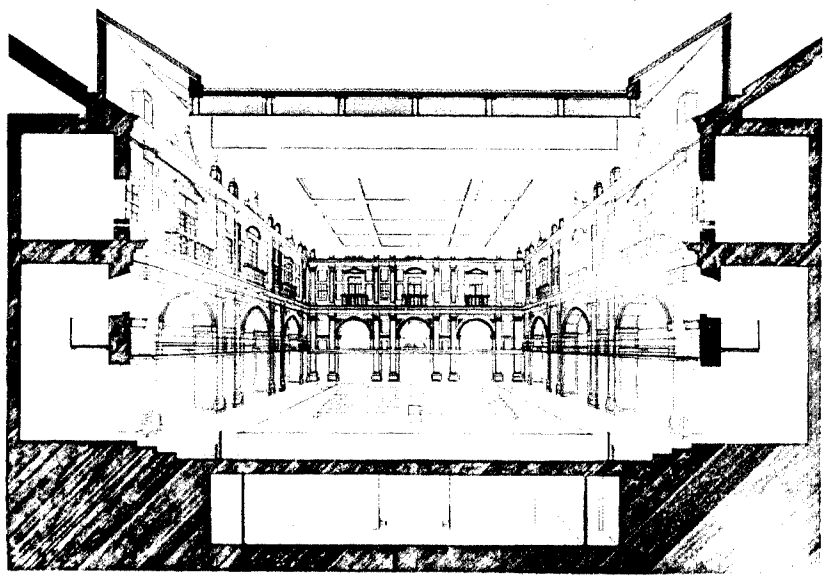


Fig. 8.11 Perspectiva e cortes do interior do claustro pertencente ao arquivo pessoal do Prof. Dr. Carlos Guimarães (1990)



Fig. 8.12 Vista do claustro com a intervenção
Fonte: Arq. Port. Cont. 1991/2001



Fig. 8.13 Vista do claustro com a intervenção
Fonte: Arq. Port. Cont. 1991/2001



Fig. 8.14 Vista do claustro nobre antes da intervenção
Fonte: Arq. Port. Cont. 1991/2001

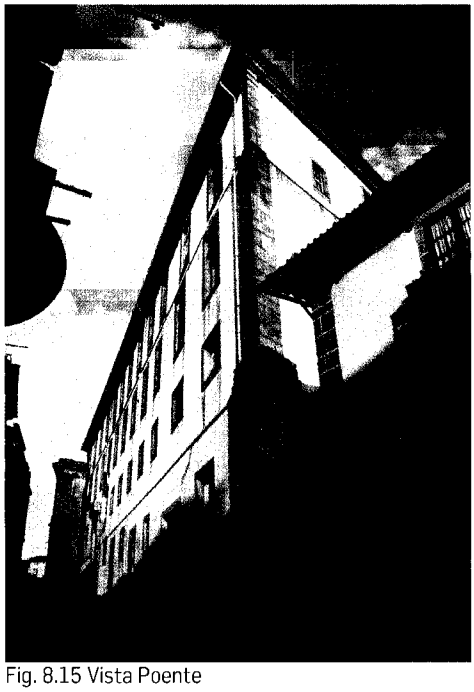


Fig. 8.15 Vista Poente

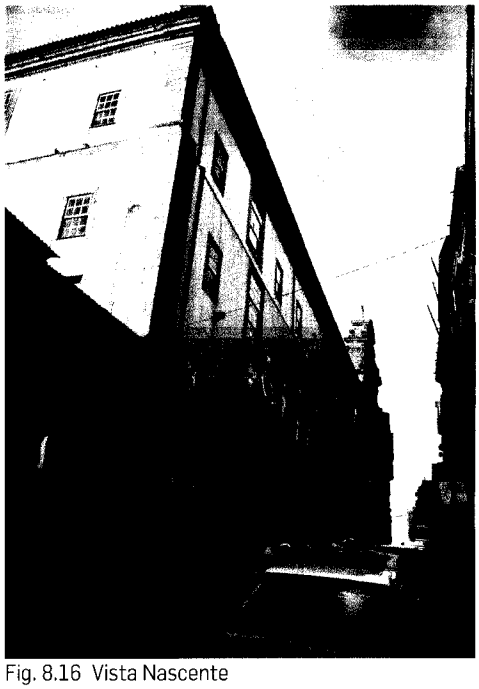


Fig. 8.16 Vista Nascente

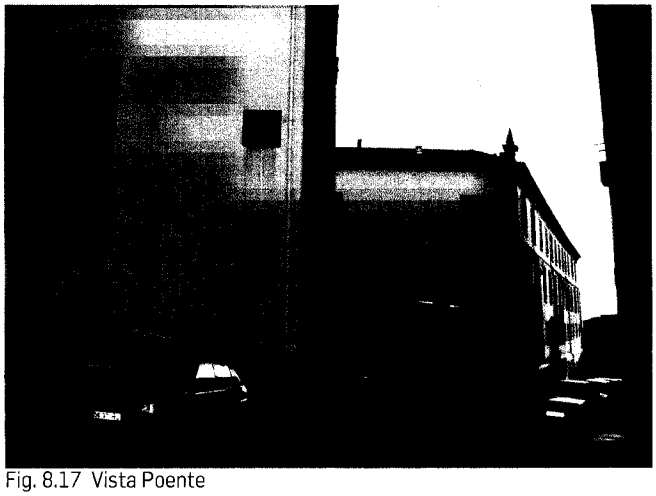


Fig. 8.17 Vista Poente

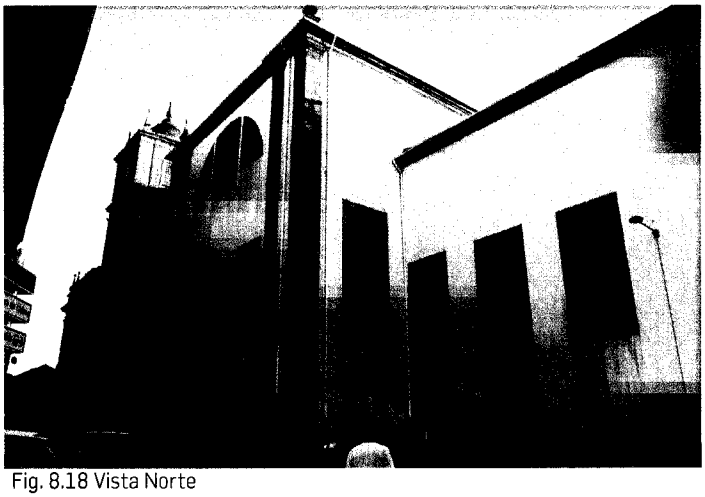


Fig. 8.18 Vista Norte

1 Localização

O edifício de S. Bento da Vitória ocupa todo o interior do quarteirão entre a rua das Taipas, a travessa das Taipas, a rua de S. Bento da Vitória e a travessa de S. Bento, fazendo a norte paredes meias com a antiga cadeia da Relação. Ergue-se em pleno centro histórico com as suas grandes fachadas viradas para as ruas apertadas onde a grande escala do edifício é reforçada com a forte inclinação das ruas e terreno.[1]

O acesso a este conjunto faz-se hoje tanto pela rua das Taipas como pela rua de S. Bento, pois três diferentes instituições ocupam o edifício.

2 Implantação

Foi o segundo convento beneditino a ser implantado no Porto em fins do século XVI depois de S. Bento de Avé-Maria em inícios do mesmo século, até porque a cidade, pelos privilégios outorgados aos burgueses, não devia servir nobres nem abades bentos mais de três dias, pelo que a instalação dos Beneditinos só foi conseguida após concessão régia, do papa e do bispo do Porto. Assim vencida a restrição da cidade do Porto e após o Concílio de Trento (1545 e 1563), a congregação beneditina "abriu-se aos novos tempos e às novas mentalidades e saiu da sua anterior ruralidade para se estender e entrar consonância com o fenómeno do desenvolvimento urbano."[2]

A decisão de implantar um mosteiro de monges beneditinos na cidade do Porto foi tomada em 1596, tendo sido escolhido para a sua construção o ponto mais alto da freguesia da Vitória, dentro das muralhas medievais do velho burgo junto à porta do Olival, em terrenos cedidos pela Câmara, ocupados anteriormente pela judiaria nova. A Câmara cedeu o terreno do Olival, na judiaria nova, arruinada após o êxodo de 1496. (judiaria do Olival- fundada em 1386 e abandonada em 1496, por causa da expulsão de D. Manuel I).[3]

A escolha deste local ocupando os terrenos da antiga judiaria provocou alguns protestos por ser considerado impróprio o local para sede conventual, situação que foi em pouco tempo ultrapassada pela grandiosidade do edifício e pela influência social e cultural desta comunidade na cidade.

"A cidade do Porto era e foi viveiro de monges ilustres e o mosteiro levantou-se como monumento de grande importância pela grandiosidade e imponência e pela actividade dos monges sobretudo ao nível da música e do canto, tendo aqui criado uma verdadeira escola ou capela de que o monumental e grandioso órgão é ainda o ex-líbris mais admirado."[4]

É de referir que as diligências necessárias para esta implantação, incluindo a compra dos terrenos e a construção, foram morosas e complexas. No entanto, em 1598, a primeira pedra do mosteiro foi benzida pelo bispo D. Jerónimo de Meneses e colocada pelo próprio Abade Geral Fr. Baltasar de Braga.

---

1 A actual rua de S. Bento da Vitória teve na sua origem o nome de S. Miguel. A rua de S. Miguel saía da porta do Olival, (com a imagem de S. Miguel na Porta, daí o seu nome). No século XVII, refere o beneditino Pereira de Novais: a rua de S. Miguel principiava na porta do Olival e terminava junto da igreja de Nossa Sra. da Vitória. Mais tarde, a parte compreendida entre a Cordoaria e a igreja da Vitória, deixou de ser a rua de S. Miguel e passou a chamar-se de S. Bento dos frades para se distinguir da de S. Bento das freiras - actual rua do Loureiro, mais tarde, por volta de 1743, passou a ser S. Bento da Vitória. Já no século XVII, havia a rua da Vitória, como refere o Frade Pereira de Novais: que da rua de S. Miguel (antiga) continuasse a rua da Vitória. Fonte: O Tripeiro, 6ª série, S (12) 1965

Rua da Vitória – vai das Taipas aos Caldeireiros, seguindo pelo leito das antigas ruas de S. Roque (que em 1660 se chamava Travessa de Luís Coelho) e do Ferraz ou das Barreiras. A Rua de S. Bento da Vitória. O Tripeiro, 6ª série, S (12) 1965

2 Geraldo A. Coelho Dias. O mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 Anos. Edições Afrontamento

3 "No mesmo sítio aonde ao presente vemos erguido o soberbo templo e extinto convento dos religiosos de S. Bento, houve durante séculos uma sinagoga judaica, que el-rei D. João I concedeu aos Hebreus." Sousa Reis, Apontamentos para a hist. do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.103)

"A Sinagoga foi instituída por D. João I em 1386, para evitar conflitos entre cristãos e judeus, mandando-a estabelecer-se no bairro do Olival. A comuna judaica abrangia todo o espaço contido entre a rua das Taipas, Belmonte, Vitória, Caldeireiros e Largo da Porta do Olival. Era fechada por duas portas de ferro maciço ficando uma na embocadura da rua de S. Bento e a outra fixava-se à entrada das escadas da Vitória, a Belmonte. Em 1496, D. Manuel I para refrear o ódio crescente aos hebreus, mandou a extinção e expulsão, sob pena de morte e confiscação de bens caso não o fizessem..." A Rua de S. Bento da Vitória. O Tripeiro, 6ª série, S (12) 1965

4 Geraldo A. Coelho Dias. O mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 Anos. Edições Afrontamento

3 Fundação, edificação e transformação

3.1 Convento

O Convento de São Bento da Vitória tem uma área total de implantação de cerca de 4.000 m2, desenvolvendo-se o edifício à volta de dois claustros, com a igreja a norte do conjunto.[5]

Este conjunto ocupa a totalidade do seu espaço interior e nunca teve cerca. O próprio edifício faz a transição com o espaço exterior. A entrada principal para o convento fazia-se pela portaria por uma porta que se encontrava ao lado da igreja no nártex ou galilé na rua de S. Bento.

Esta comunidade dependia totalmente das suas casas no exterior para o seu abastecimento e manutenção alimentar, fazendo desta comunidade uma peça organizada, duma mega estrutura que caracterizava a ordem beneditina. O abastecimento era feito pela porta dos carros, entrada de serviço, na rua das Taipas.

A construção, entregue inicialmente a Diogo Marques, arquitecto do rei, que o D. Abade Geral "mandara vir de Lisboa", foi lenta e intermitente, tendo-se prolongado quase ao longo de dois séculos.

O edifico desenvolve-se à volta de dois pátios separados por um corpo intermédio com a igreja a norte e a sua construção passou por diferentes fases.

A primeira fase iniciou-se na ala nascente e parte da ala sul, progredindo nos dois sentidos com dois andares na ala nascente, Rua de S. Bento, três na ala sul virada para a viela das Taipas, espaço da antiga horta dos monges e na ala poente, para o lado da Rua das Taipas. Mais tarde, construíram-se os anexos e entre 1741 a 1780, fizeram-se os dormitórios novos e o claustro dos carros.

No que corresponde à ala sul, possui uma área de cave, tendo no resto do edifício mais quatro pisos (com rés-do-chão, 1º andar, 2º andar e sótão), num total de cinco pisos, desenvolvidos em altura.

Apesar da pouca documentação e do processo de construção ser descontínuo, sabe-se que, no início do século XVII, o mestre da pedraria foi Gonçalo Vaz do couto de Grijó e que as obras na ala nascente foram completadas no triénio 1659-62. Já em 1693, uma escritura refere Domingos João também do couto de Grijó como mestre da pedraria.

O claustro nobre, do silêncio ou do cemitério, todo em granito, obra do referido mestre de pedraria, cuja primeira pedra tinha sido colocada em 1608 por Fr. Baltasar de Braga, Geral da Congregação, ficou concluído em 1728. O capítulo era considerado "o primeiro lugar mais honrado e considerável" [6] a seguir à igreja pelos monges e estava situado no ângulo da ala nascente e sul. Por sua vez, o refeitório foi construído em 1662-65 e renovado em 1758-64, tendo sido transformado numa vasta sala de abóbadas de aresta com púlpito de pedra encaixado na parede sul. Esta sala, hoje restaurada, mas com a mísula do púlpito cortada, faz parte do Arquivo distrital do Porto como sala de recepções. Estava revestido de azulejos (1761) com cenas da vida de S. Bento em estilo pombalino.

Durante o período do abade Padre Pregador Geral Fr. Manuel José do Rosário, executaram-se importantes obras de beneficiação e de embelezamento.

Assim, colocou-se no jardim do claustro um chafariz, transferiu-se o capítulo para um andar superior, tendo-se aberto três janelas sobre o claustro dos carros. Do mesmo modo, se procedeu à restauração da cozinha, alargando-a e embelezando-a com colunas e abóbadas de pedra com paredes azulejadas. Também a biblioteca, que já tinha sido ampliada em 1716 de acordo com a data gravada no frontão triangular sobre a portada do lado do claustro nobre, foi restaurada com a colocação de estantes de madeira e com o alargamento da janela com sacada.

Ainda neste período se concluiu a ala poente do mosteiro, onde se instalaram dormitórios e outros serviços.

Durante a ocupação dos Beneditinos, o edifício esteve em renovadas transformações, melhorando

5 "Convento de S. Bento da Vitória, de monges beneditinos, fundado em 1598. Toda a fábrica deste grande mosteiro é majestosa em igreja, claustro e dormitórios... Residem neste mosteiro 40 religiosos com 10mil cruzados de renda." P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 – conventos religiosos)

6 P726.7/MOST. O Mosteiro de São Bento da Vitória : 400 anos. ISBN : 972-95798-5-7

os seus espaços mais importantes e qualificando o seu funcionamento interior. Com a igreja a norte, os serviços, cozinhas, refeitório e a entrada da porta dos carros a poente, a biblioteca também a poente, os dormitórios distribuídos a sul, nascente e corpo intermédio segundo a hierarquia eclesiástica e os dois claustros com funções e imagens distintas, faziam deste conjunto uma peça arquitectónica de grande valor e rigor beneditino.
No início do século XIX, devido às invasões francesas, parte do mosteiro foi utilizado pelo exército português como Hospital Militar (1809-16).
O convento foi extinto como os demais em 1834.
Ainda antes da sua extinção, serviu de aquartelamento, durante o cerco do Porto a vários contingentes do exército liberal, bem como hospital de sangue. É neste período que o edifício começa a ser alienado.

3.2 A igreja

A igreja, virada a poente, não segue a orientação das igrejas medievais. Aqui as condicionantes do terreno e a muralha medieval a nascente viraram a igreja para a cidade e para a Sé.
Quando se fala da antiga igreja nos documentos antigos, e segundo documentos encontrados pelo padre Geraldo, trata-se da mesma igreja, mais pequena, que existia apenas até à nave central, e acrescentada a nave central e a cabeceira.
A actual igreja é um espaço de uma nave única, com uma volumetria imponente, e com as paredes e cobertura em caixotões de pedra. É de grande beleza e de uma harmonia excepcional. O tom cinzento dado pela pedra e a pouca decoração dão um ar sóbrio ao interior, mas nem por isso menos belo. A decoração barroca em talha dourada é pontual, funcionando como pequenas decorações e preenchimento dos nichos ou capelas, e do altar-mor. A volumetria e o despojamento evidenciam a abertura e clareza do seu interior, (à maneira clássica), cuja enorme altura e a luz vinda dos janelões superiores completam a sensação de grandiosidade que este espaço contempla.
É um edifício de grande monumentalidade, com um interior amplo e sumptuoso, com fachada voltada para a rua de S. Bento da Vitória. [7]
Tipologicamente é uma igreja de planta cruciforme, de nave única e de fachada com nártex. O transepto é bem desenvolvido e iluminado nos topos por duas amplas janelas terminais.
A capela-mor rectangular tem as paredes laterais rasgadas por 3 janelas; à entrada da nave, encontra-se o coro-alto, com o respectivo cadeiral, e enquadrado por 2 órgãos, um dos quais mudo, justificado pela procura de equilíbrio. [8]
Podemos aqui apreciar o rigor clássico e austero com economia nos elementos decorativos mas de enorme riqueza espacial. [9]
A igreja é precedida por um átrio ou nartex cujo espaço ficou mais reduzido a partir de 1853 quando foi dividido com uma parede que lhe serviu de reforço por ameaçar ruína. (Por ameaçar ruína em 1853, seguraram-no duas paredes interiores, reduzindo a sua largura.) [10]

7 A amplitude da igreja é majestosa. "A identidade com a igreja de Jesus de Roma é manifesta..." foi revestida com azulejos seiscentistas, destruídos e roubados com o advento constitucional. A nave é encimada com uma abobada de granito... superior à de S. João Novo e Grilos. Três arcos plenos de cada lado abrem as capelas laterais, assentes em pilastras dórico romanas. As capelas são amplas e abobadas correspondendo por isso a naves laterais. Carlos de Passos, Guia Histórica e Artística do Porto. Porto. Livraria Figueirinhas, 1935.

8 Todas as coberturas são em abóbada de berço granítica, formando caixotões de diferentes tamanhos, excepto no cruzeiro onde se salienta uma interessante abóbada cilíndrica de arestas, aparentando-se neste aspecto, e noutros, com as igrejas conventuais de s. Lourenço e de S. João Novo, também da cidade do Porto.

9 Nestas igrejas do fim do século XVI e XVII, domina o classicismo, algo abastardado por influxo da contra-reforma, ou seja o barroco jesuíta, correcto e frio, com decorações restritas a molduras, imponente pela severidade, firmado por Vignola em Roma, na igreja de Jesus (1568-75). Tal como o classicismo de Herrera efectivado por Terzi, J. Tinouco, Diogo Marques, os Turianos e os Alvares. Afinal o autor foi Diogo Marques Lucas discípulo de Terzi, e arquitecto régio, segundo Sousa Viterbo e o Cardeal Saraiva. Carlos de Passos, Guia Histórica e Artística do Porto. Porto. Livraria Figueirinhas, 1935.

10 A fachada de composição piramidal levanta-se em 4 andares: no primeiro, uma sequência de 5 arcos sobre pilastras, 3 dos quais dão para o nartex; no 2º, composição de nichos e janelas, rematados por frontões curvos e triangulares. O 3º andar, de 3 panos verticais, é dominado por uma ampla janela termal tripartida, para iluminação do coro. O último de um só pano recebe um nicho para a imagem de Nossa Senhora. Carlos de Passos, Guia Hist. e Art. Porto. Liv. Figueirinhas, 1935

As obras da igreja começaram em 1604 e só ficaram concluídas em 1690.
A construção da igreja, obra do arquitecto Álvares, foi, tal como a do convento, morosa e complicada, essencialmente devido à exiguidade do espaço, tendo apenas sido inaugurada em 1707 pelo D. Abade Geral Fr. Pedro de Ascensão, o grande impulsionador do término das obras. [11]
Contudo ao longo de um vasto espaço temporal, foram constantemente efectuados trabalhos de restauro e de aperfeiçoamento com o intuito de enriquecer esteticamente a igreja.
Logo, passado pouco tempo da sua inauguração, o entalhador Gabriel Rodrigues fez um retábulo em talha dourada com a forma de arco de triunfo para a capela-mor, a cornija e as estátuas de dois dóceis. O retábulo insere-se no barroco nacional, com colunas pseudo-salomónicas e as arquivoltas, definindo um trono eucarístico de grande monumentalidade para exposição do Santíssimo. O sacrário está ladeado pelas imagens de S. Pedro e de S. Paulo e, por cima, um nicho com a imagem de S. Bento. [12]
Também nessa mesma época, Marcelino de Araújo executou o cadeiral presente no coro alto em madeira de jacarandá originária do Brasil, enquanto os ensambladores António Cardoso e Manuel Vieira fizeram as grades do arco cruzeiro e das seis capelas laterais, bem como o cadeiral dos monges para os ofícios solenes e litúrgicos colocado no corpo da capela-mor. [13]
Em 1719, colocaram-se nas duas tribunas as caixas de órgão feitas por Gabriel Rodrigues, às quais foram introduzidas modificações posteriores em rococó. [14]
No triénio de 1740 – 43 por ordem do Geral Fr. Tomás do Sacramento, foi aberta no terceiro andar uma larga janela arredondada com o fim de dar mais luz e calor ao coro alto.
Em 1755, o abade Fr. João de Sant'Ana contratou os mestres entalhadores José da Fonseca Lima e José Martins Tinoco para construírem mais dois altares.
Posteriormente em 1773-76, foram colocadas as quatro imagens de barro da fachada e duas credências ao lado do altar-mor. O Abade Fr. António de S. Tomás de Cantuária em 1790 mandou encerrar as portas laterais da capela-mor, assoalhar o chão com madeira e colocar o cadeiral com duas filas de cadeirais corridos e estalas para cinquenta monges.
Com a saída dos religiosos do mosteiro, a igreja ficou abandonada, mas a partir de 1835 até 1852, serviu de paróquia da freguesia da Vitória, cuja igreja tinha sido seriamente danificada durante as lutas liberais.
Mais tarde, em 1853, o templo foi cedido à Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria para sua sede, que além de ter promovido o culto do Coração Imaculado de Maria e da Senhora das Graças, teve o cuidado de diligenciar obras de restauro e da conservação da igreja e do respectivo órgão.
O interior da igreja estava revestido a azulejos seiscentistas, dos quais restam apenas alguns no Museu Municipal e nas casas adjacentes ao convento.

---

11 Um dos responsáveis pela construção da igreja foi o arquitecto Alvares (Afonso ou Baltazar), por terem sido construtores da Ordem Beneditina e pelas afinidades com as plantas e alçados das igrejas bentas do Porto Coimbra e Lisboa (os ditos Alvares) e também S. João Novo, e Grilos do Porto, Sé Nova de Coimbra S. Vicente e Santo Antão de Lisboa. Carlos de Passos, Guia Histórica e Artística do Porto. Porto. Livraria Figueirinhas, 1935.

12 O retábulo mor, atribuído ao mestre entalhador Gabriel Rodrigues, foi executado à volta de 1716-1719. Insere-se no barroco nacional, onde se salientam as colunas e as arquivoltas, definindo um trono eucarístico, para exposição do Santíssimo. O sacrário é ladeado pelas imagens de S. Pedro e S. Paulo, tendo por cima, um nicho com a imagem de S. Bento. Deste mesmo autor, são as caixas dos órgãos, varandas e enquadramento de talha, realizados a partir de 1719, aos quais foram introduzidas modificações posteriores em rococó. Os retábulos dos topos do transepto – Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Desterro - já de expressão rococó da escola portuense, foram realizados em 1755 pelos entalhadores José da Fonseca Lima e José Martins Tinoco. No Santíssimo Sacramento está uma imagem de N.ª Sr.ª da Consolação. Os púlpitos, com grades de pau-preto, seguindo o gosto do século XVII, são encimados por dossel em talha datado de 1722, também de Gabriel Rodrigues e sobre os mesmos, as figuras alegóricas da verdade e do zelo. Sobre o arco cruzeiro existe uma sanefa rococó datada de 1773. Carlos de Passos, Porto. 1935.

13 O cadeiral do coro alto é um dos conjuntos representativos do país; possui nos espaldares painéis narrativos da vida de S. Bento, em relevo, cuja execução (1716-1719) se deve ao reputado artista bracarense Marcelino Araújo. Carlos de Passos, Guia Histórica e Artística do Porto. Porto. Livraria Figueirinhas, 1935.

14 Em 1734, puseram-se sanefas em todos os arcos e janelas da igreja tendo-se ainda assente um pequeno altar de pau acharoado para S. Bentinho. Passados três anos, acrescentaram-se dois retábulos aos altares do transepto, um do Santíssimo com os Doutores da Igreja e outro da Senhora do Desterro com os Doutores da Virgem. Carlos de Passos, Guia Histórica e Artística do Porto. Porto. Livraria Figueirinhas, 1935.

4 Extinção e permanências

4. 1 A ocupação nos séculos XIX e XX

O convento, depois de ocupado pelo Estado, perdeu a sua função inicial, tendo início a sua degradação arquitectónica e decorativa assim como muitos dos seus bens.

Em 1841, já devoluto pela retirada dos frades, instalou-se lá o regimento de Infantaria Nº6, que em 1942 foi transferido para o quartel da Torre da Marca.

Nesse mesmo ano, foi ocupado pelo Depósito de Contingentes e pelo Destacamento de Sapadores, originando que o prédio fosse distribuído pelos dois batalhões nacionais.

Em Julho do mesmo ano e apesar de grande parte do edifício já estar em poder do Ministério da Justiça (funcionando nele os tribunais Cível e do Crime), alojaram-se alguns dos oficiais de Infantaria Nº6 por ordem do Conde de Santa Maria.

Em 1844, separaram-se as repartições militares das civis, tendo ficado vazias algumas dependências da Justiça.

De 1846 a 1847, durante os acontecimentos políticos de Maria da Fonte (ou Revolução do Minho, com também ficou conhecida), alojaram-se ali várias forças populares, entre as quais as do Batalhão Nacional de Artilharia, que se exercitava no Largo da Bateria da Vitória. Em 1854, foi ocupado pelo Batalhão de Caçadores Nº9.

De 1862 a 1864, com a saída dos Caçadores Nº9, foi o Convento ocupado por Caçadores Nº1 que o deixou quando o anterior regressou ao seu antigo aquartelamento.

A 30 de Dezembro de 1863, o Presidente da Relação retirou das restantes dependências que lá mantinha ainda, sendo o edifício, por mandado do Ministério da Guerra, entregue em 1864, ao Ministério da Fazenda, para este promover a sua venda. Exceptuavam-se da ordem precedente, contudo, a Sacristia, e uma parcela do chamado claustro menor, porque o Ministério da Justiça, por ofício de 31 de Março de 1864, havia concedido estes dois anexos à Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria.

Como a venda não se efectuasse, continuou o velho mosteiro a servir de quartel ao regimento de caçadores Nº9 até 31 de Janeiro de 1891, data em que esta unidade militar foi extinta.

Desde 1891, passou o quartel de S. Bento a ser ocupado pela Casa de Reclusão Militar, Caserna Militar, Administração, sede de Inspecções de Engenharia e Artilharia, Distrito de Recrutamento e Reserva, Telégrafos Militares e 2ª Companhia de Reformados.

Devido a um incêndio em Março de 1922, que destruiu parte do edifício, os diversos organismos que o ocupavam foram-no abandonando, de tal modo que em 1977 só lá estavam instalados o Tribunal Militar Territorial do Porto e o Casão, que acabaram também por sair, ficando, deste modo, o edifício totalmente devoluto.

Em 29 Setembro 1977, o mosteiro de S. Bento da Vitória foi qualificado como Monumento Nacional, mas só mais tarde, em 1984, é que começou a ser restaurado pelo IPPAR. [15]

Actualmente, serve de instalação ao Arquivo Distrital e ainda como Cela dos Padres Beneditinos, e até há pouco tempo também lá se encontrava a Orquestra Clássica do Porto.

Assim a Orquestra estabeleceu-se na ala nascente, parte da ala sul e da ala transversal com o claustro nobre; o Arquivo Distrital ocupou a parte mais recente do edifício, englobando os dormitórios novos e a ala poente da rua das Taipas. Para armazenar a documentação, foi necessário abrir uma sala dupla no subsolo do claustro dos carros.

Por sua vez, os Padres Beneditinos instalaram-se na ala norte e terceiro andar da ala poente.

As obras realizadas para tornar viável a instalação destes três organismos foram sistematicamente efectuadas com a supervisão do IPPAR. [16] (Fig. 8.9, pag. 235)

---

15 No art.º 3º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril de 1970, Classificação como Monumento Nacional o conjunto constituído pela igreja e conv. de S. Bento da Vitória do Porto. RES-41 EDITAL Nº5/74 de 29 de Abril 1974. EDITAL Nº5/74 de 29 de Abril 1974

16 "Tendo sido respeitados todos os elementos arquitectónicos com a manutenção de traça original." Estudo da definição de utilização do espaço Convento de S. Bento da Vitória. Porto. Outubro 1986. (IPPAR) Convento de São Bento da Vitória

4. 2 O estado actual

Este edifício nunca teve cerca e como preservou a sua área total de construção, não sofreu modificações na sua volumetria, tendo, por isso, mantido a sua imagem exterior. No entanto o facto de ter sido repartido por três diferentes funções originou modificação da sua organização interior e a separação das suas partes. A entrada pré-existente principal que correspondia à portaria na rua de S. Bento é hoje repartida por três acessos pelas ruas das Taipas e de S. Bento desde1986.

O mosteiro começou a ser restaurado pelo IPPAR a partir de 1984, tendo sido o seu interior dividido pela Orquestra Clássica do Porto na parte que inclui o claustro nobre. A igreja ficou para os Padres Beneditinos tendo eles ficado instalados na ala norte e no 3º andar poente. O arquivo Distrital do Porto engloba o claustro dos carros e a ala transversal poente.

"Após as obras de consolidação, realizadas durante os últimos anos, o valor histórico e estético reside fundamentalmente nas pré-existências arquitectónicas evidentes no claustro maior, nos espaços abobadados e nas duas escadarias em pedra. O que resta, portanto, da estrutura inicial do edifício, é intocável em qualquer proposta de reutilização, sendo necessário um maior cuidado nas obras a realizar, muito especialmente ao nível do rés-do-chão e cave.

Outra limitação do edifício a qualquer obra de readaptação reside na largura livre das suas alas, pois as alas nascente e sul têm 10m, enquanto a ala central 14m."[17]

4. 2. 1 Arquivo distrital do Porto

A inauguração oficial do ADP corresponde à última fase de restauro do antigo Convento em 1995.

Este é o corpo que ocupa também a maior parte do edifício. Os enormes arquivos que esta função necessita levaram a que se fizessem enormes salas de arquivo tanto na cave do corpo sul como nos pisos superiores. Estas salas necessitando de características particulares em termos de luz e climatização assim como de dimensão levaram a grandes modificações na estrutura e organização do edifício.

Nesta parte, encontra-se o antigo refeitório, que foi restaurado, a zona das cozinhas e o claustro menor. A porta dos carros e a zona sul das caves mantêm algumas das suas características estruturais e arquitectónicas, tal como os pilares, aberturas e celas.

Algumas celas e corredores foram mantidos nas suas características espaciais e arquitectónicas, conseguindo-se assim sentir a existência de um passado remoto, embora a separação entre as partes e a modificação das circulações façam perder a leitura integral dessa memória.

4. 2. 2 Instalações dos Padres Beneditinos

A igreja do mosteiro esteve entregue desde 1853 à Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria e a partir de 1942 os Beneditinos de Singeverga recuperaram este espaço. Os monges instalaram-se desde 1990 na ala restaurada, ocupando uma pequena parte do convento ligada à igreja.

4. 2. 3 Orquestra Clássica do Porto

As obras de restauro para a instalação da Orquestra Clássica do Porto começaram em 1984 e 1988. "Os espaços foram adaptados com respeito dos elementos arquitectónicos e com as obras dirigidas pelo IPPAR."[18]

A orquestra ocupou a ala nascente, parte da ala sul e da ala transversal com o claustro nobre e

17 Estudo da definição de utilização do espaço Convento de S. Bento da Vitória. Porto. Outubro 1986. (IPPAR) Convento de São Bento da Vitória

18 Geraldo A. Coelho Dias. O mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 Anos. Edições Afrontamento

lá se encontram os serviços de administração e secretaria bem como as salas para ensaios e uma grande sala para 52 instrumentistas fixos. Posteriormente a orquestra foi integrada no Ministério da Cultura. Para responder às exigências do programa foram eliminadas as celas de um dormitório a sul e o claustro nobre foi tapado com uma gigantesca cobertura, obra do Arquitecto Carlos Guimarães.
Existem semelhanças com o British Museum na forma e tipo de intervenção nos dois monumentos, pois em ambos o claustro e espaço exterior perderam a sua anterior função, mas ganharam uma nova sem no entanto terem perdido o preexistente. A cobertura, funcionando como elemento externo, mantém-se suficientemente separada, afirmando-se como tal e tornando o existente num espaço museológico.
A nova arquitectura conserva o espaço anterior sem se sobrepor e sem tornar irreversível a nova intervenção.

A distribuição de diferentes instituições num único edifício, tal como em Santa Clara, levou ao parcelamento da leitura de conjunto que deveria nunca deveria ter sido perdida.
O parcelamento do edifício levou a que o claustro ficasse sem comunicação nas galerias superiores, tendo hoje as janelas e portas entaipadas e sem acesso, tornando-se num objecto artificial no sentido em que perdeu todas as correspondências com as salas e corredores anexos.
Também o refeitório, a cozinha ou as caves apesar de restaurados, tal como alguns corredores e celas não podem ser acedidos pelo público nem fazem parte de um programa de visitas. Estes elementos foram no entanto conservados e este é o único convento do Porto que conserva a totalidade da sua construção e as suas características mais relevantes.
A intervenção parcelada é ainda notória nas caixilharias do claustro menor que evidencia diferentes tratamentos. Também no rés-do-chão, as grades de ferro da comunidade beneditina e as caixilharias em vidro do Arquivo Distrital denunciam as diferentes opções. Foi, no entanto, mantida a sua simetria e sobriedade, cujos materiais de intervenção conseguiram a descrição suficiente para continuar a unidade do local.
Todo o edifício perdeu a sua anterior estrutura de vigamento em madeira devido talvez à formiga branca, tendo, então, sido substituído por caixotões de betão. Apesar das diversas abordagens ao IPPAR e à DGEMN, organizações responsáveis pelos monumentos, não nos foi facultado qualquer documento divulgativo ou esclarecedor das obras efectuadas em nenhum dos conventos deste estudo.
Restam por isso muitas dúvidas quanto às escolhas de restauro obtidas.
Apesar de se ter perdido a leitura de conjunto, a conservação dos espaços dos dormitórios e corredores permitiu a leitura das preexistências. No entanto, a modificação do sistema de acessos deturparam qualquer semelhança do espaço existente com o antigo convento.
O Refeitório mantem-se sendo hoje um espaço museológico, apesar de se ter perdido a relação com o resto do edifício.

Bibliografia:

A Rua de S. Bento da Vitória. O Tripeiro, 6ª série, S (12) 1965

P271.1/ACTA. ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS. ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS. 21 Março a 18 de Junho. Arquivo Distrital do Porto. 1997. ISBN : 972-95798-7-3

CONVENTO DE SÃO BENTO DA VITÓRIA. Convento de São bento da Vitória. In : tripeiro - Porto - Série 1, Ano 1, nº17 (1908) - p.260.

P908 cost. COSTA, Agostinho Rebelo da. Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

Carlos de Passos, Guia Histórica e Artística do Porto. Porto. Livr. Figueirinhas, 1935.

RES-41 EDITAL Nº5/74 de 29 de Abril 1974. EDITAL Nº5/74 de 29 de Abril 1974

IPPAR. Estudo da definição de utilização do espaço Convento de S. Bento da Vitória. Porto. Outubro 1986. (IPPAR) Convento de São Bento da Vitória

P726.7/MOST. O Mosteiro de São Bento da Vitória : 400 anos. ISBN : 972-95798-5-7

P78/PORT E78/PORT Porto 2001, S.A. Um Porto de Fado ; encontro de Fado na cidade do Porto. ISBN : 972-954494-6

P04/271 (5) SANTOS, ANA Paula Miranda dos, O Mosteiro de São Bento da Vitória : 400 anos. Bibliografia Monástica Beneditino-Cisterciense em Portugal. Porto, 1997.

Geraldo A. Coelho Dias. O mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 Anos. Edições Afrontamento

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.
FERNANDES, Fátima e CANNATÁ, Michele, Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991/2001. Edições ASA. 2001

Páginas Brancas. Edições FAUP. 1992. Pag.116

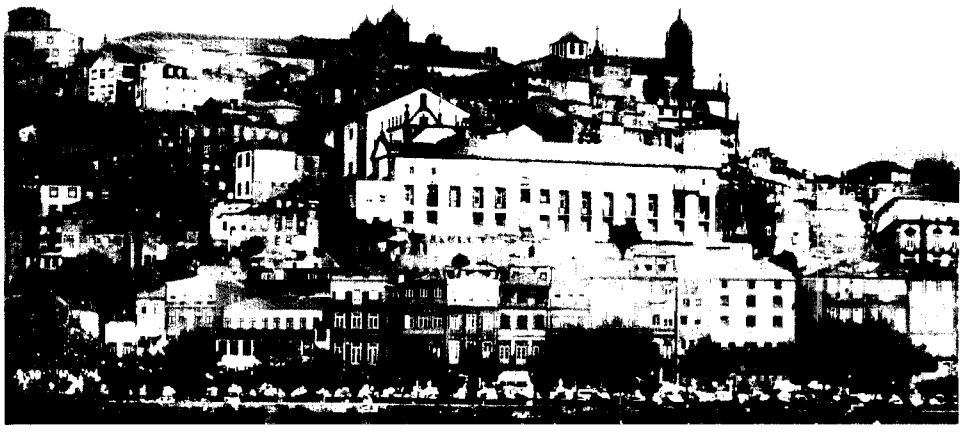
INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Documentação gráfica

FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica

Convento de São João Novo



Convento de São João Novo

Designação Igreja e Convento de São João Novo

Localização Porto, São Nicolau
Largo e Rua de São João Novo e Rua das Taipas, Rua de Belmonte
Urbano. Ergue-se em pleno Centro Histórico com fachada principal virada para o Largo de São João Novo

Fundação
data 1592
comunidade Mendicantes, Eremitas de Santo Agostinho Calçados (Padres Gracianos)
ordem religiosa O.S.A. ou O.E.S.A. Ordem de Santo Agostinho; Eremitas de Santo Agostinho

Extinção
data 1831

Permanências
igreja Mantém tipologia
dependências Mantêm tipologia
cerca Urbanizada

Usos
igreja Igreja com funções culturais e devocionais.
dependências Judicial (Tribunal de Instrução Criminal do Porto, no Convento)
cerca

Estados de Conservação
igreja Bom
dependências Bom
cerca

Afectação Actual Convento: Tribunal da Relação
Igreja Católica com funções culturais

Classificação Patrimonial Classificação do IPPAR: em vias de classificação.
Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico, que é caracterizado, geograficamente, por uma topografia condicionante com relevo acentuado Integra-se também na área classificada como imóvel de interesse público – Decreto nº 67/976, 31 de Dezembro.

Número do IPA PT 011312130169



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no Edificio

1592, fundação do convento por D. António de Noronha, governador de Cochim;

1592, extinção pelo Bispo D. Jerónimo de Meneses da freguesia da Sé, desdobrando-a nas de São Nicolau e Nossa Senhora da Vitória;

1593, cedência da ermida de S. João Baptista aos eremitas de S. Agostinho;

1603 a 1833, datas extremas do fundo; ADP Convento S. João Novo, Bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.302

1614 a 1694, data de construção do convento;

1643, 16 Setembro, contratação por Frutuoso da Maia da obra do forro do refeitório do convento, que incluía alguma obra de entalha (molduras, rompantes, cartelas) e constaria de vinte e um painéis;

1672 a 1681, começo das obras pela capela-mor e 1º tramo da nave, sob a orientação de Fr. Manuel da Trindade;

1700, execução do retábulo do altar-mor por Filipe da Silva e autoria do desenho de João Pereira dos Santos;

1741, execução dos painéis de azulejo na capela de Santa Rita de Cássia da autoria de Bartolomeu Antunes;

1757 a 1766, execução do retábulo rococó, da autoria de D. Frei António de Sousa e uma pintura de João Gama;

1834, o Convento após a extinção das Ordens religiosas fica devoluto;

1863, instalação na área conventual do Tribunal Criminal e Correccional do Porto;

1872, construção da casa do Padre;

1991, a residência paroquial encontra-se devoluta atendendo ao estado de conservação - DGEMN;

1995, conservação geral do corpo da sacristia, incluindo coberturas, paramentos exteriores e interiores e remodelação da instalação ecléctica; tratamento dos paramentos exteriores das empenas sul e oeste da capela-mor;

1996, beneficiação das coberturas e tratamento dos paramentos exteriores; tratamento do património azulejar dos painéis que revestem os paramentos laterais da Capela de Santa Rita; beneficiação geral das coberturas da casa Paroquial;

1998, recuperação das coberturas.

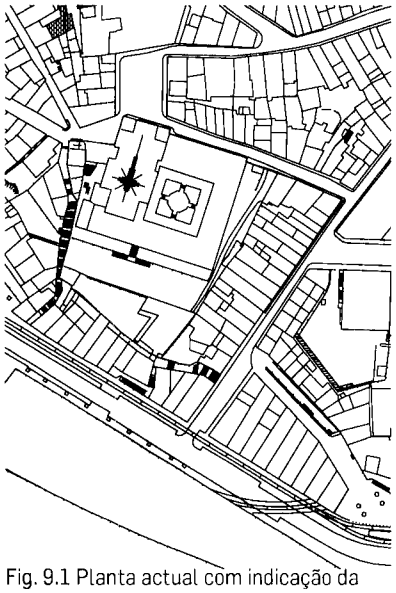


Fig. 9.1 Planta actual com indicação da cerca



Fig. 9.2 Igreja de S. João Novo, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP



Fig. 9.3 Vista Norte da igreja

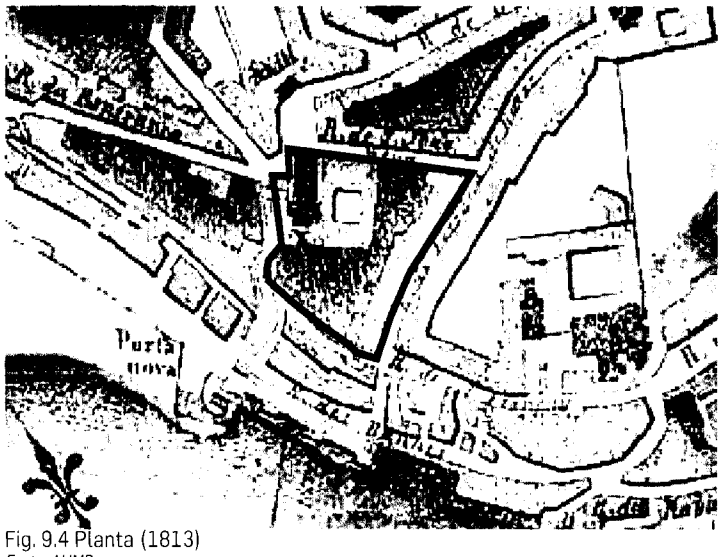


Fig. 9.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

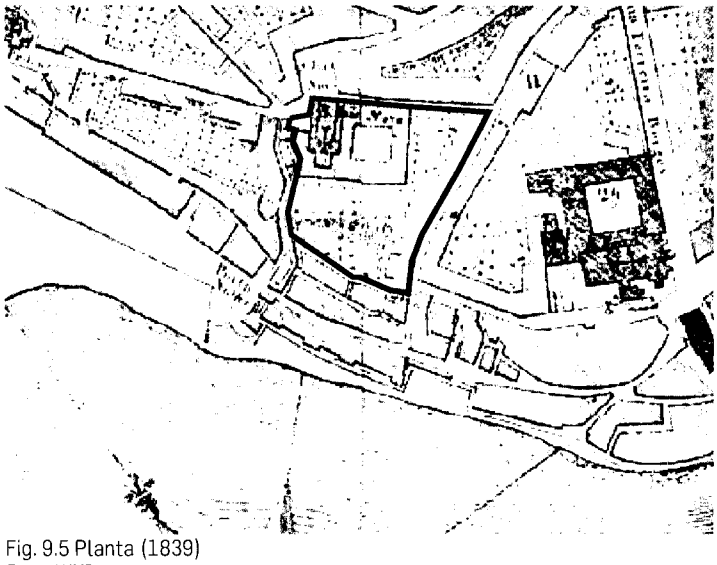


Fig. 9.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

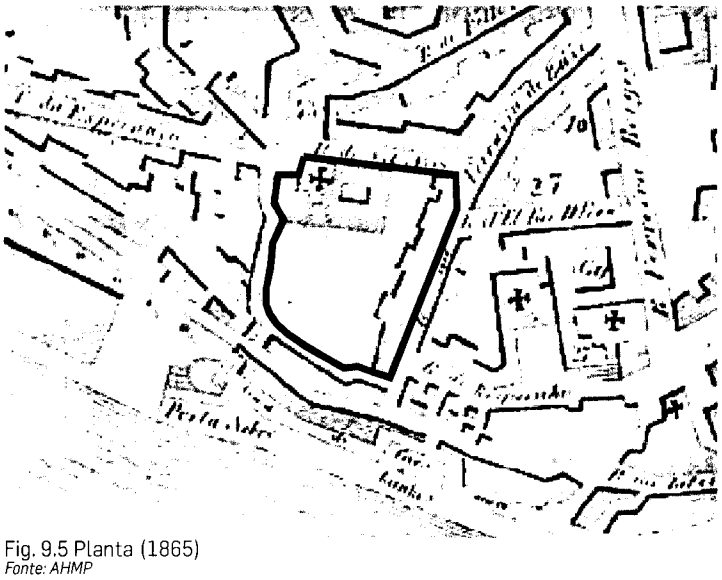


Fig. 9.5 Planta (1865)
Fonte: AHMP

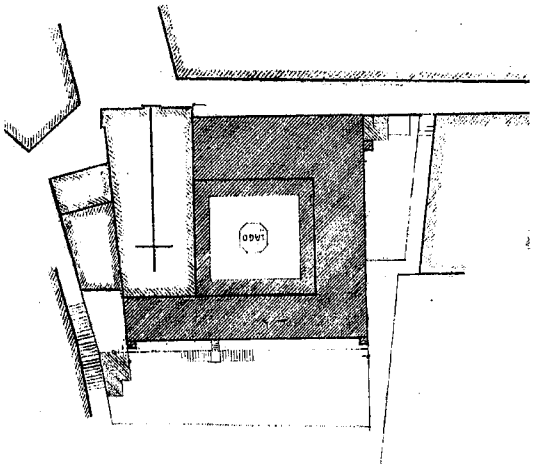
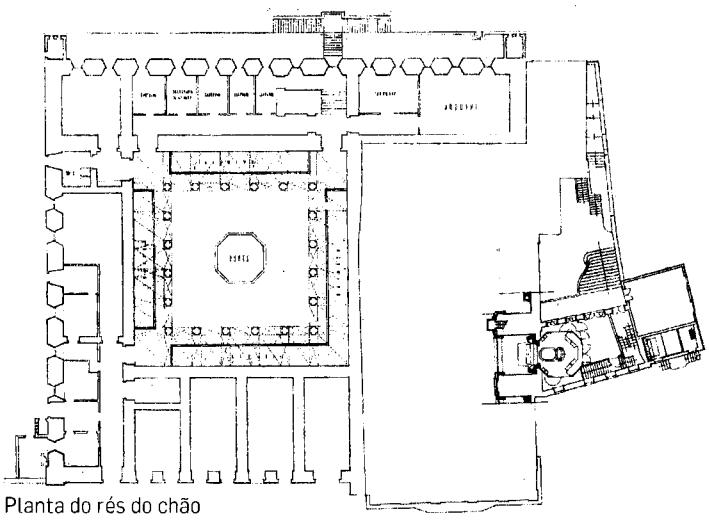
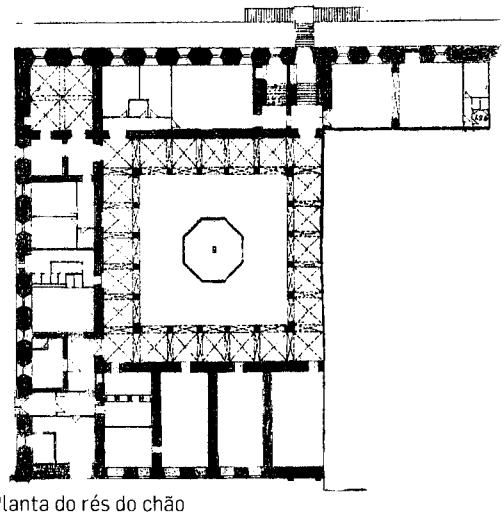


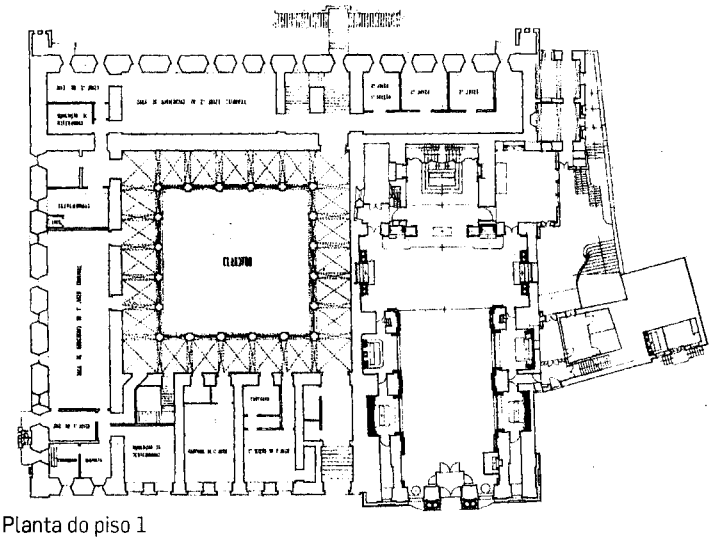
Fig. 9.6 Planta da instalação do Tribunal de Instrução Criminal e Correcional do Porto (1864)
Fonte: DGEMN



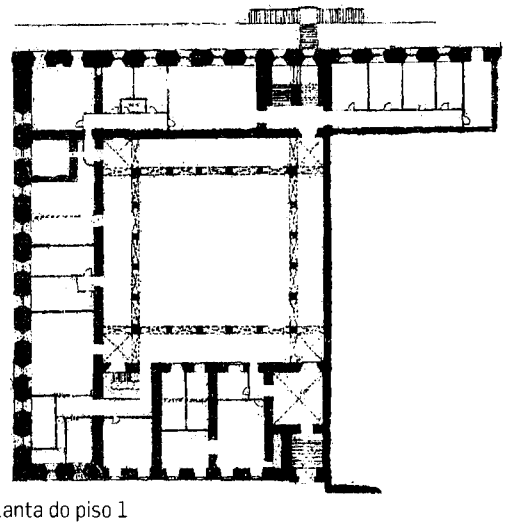
Planta do rés do chão



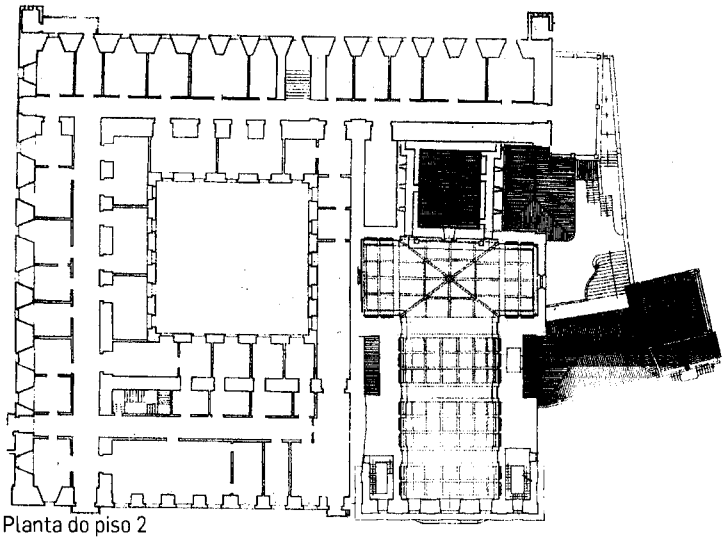
Planta do rés do chão



Planta do piso 1

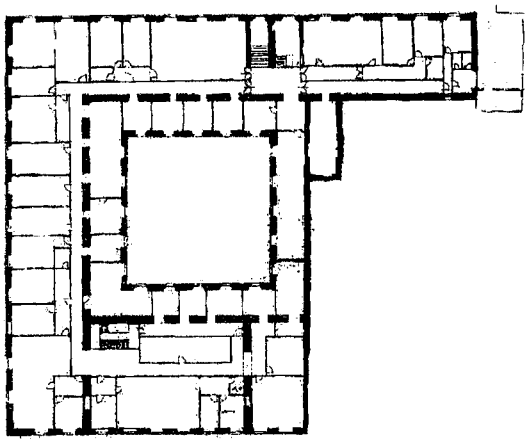


Planta do piso 1



Planta do piso 2

Fig. 9.7 Planta do convento (1939)
Fonte: DGEMN



Planta do piso 2

Fig. 9.8 Planta do convento (1981)
Fonte: DGEMN

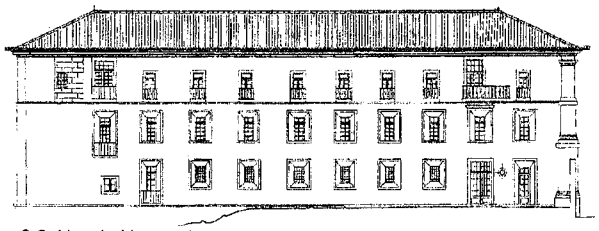


Fig. 9.9 Alçado Nascente
Fonte: DGEMN



Fig. 9.10 Vista Nascente



Fig. 9.12 Vista Sul

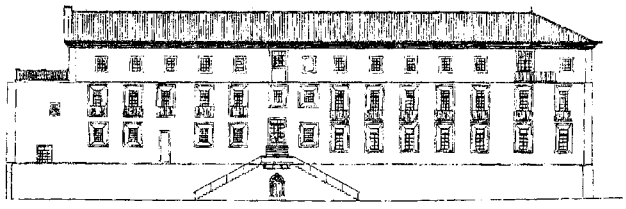


Fig. 9.11 Alçado Sul
Fonte: DGEMN

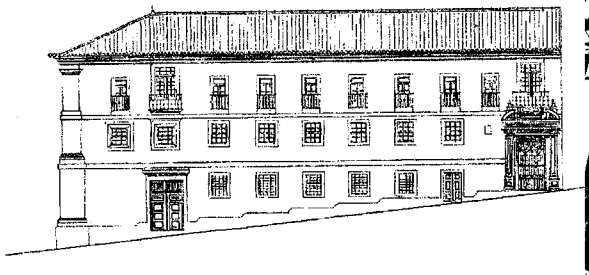


Fig. 9.13 Alçado Norte
Fonte: DGEMN

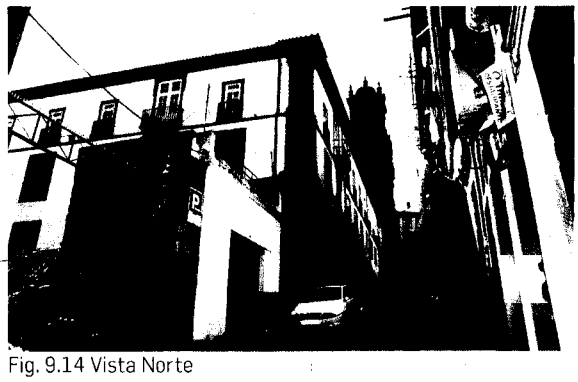


Fig. 9.14 Vista Norte

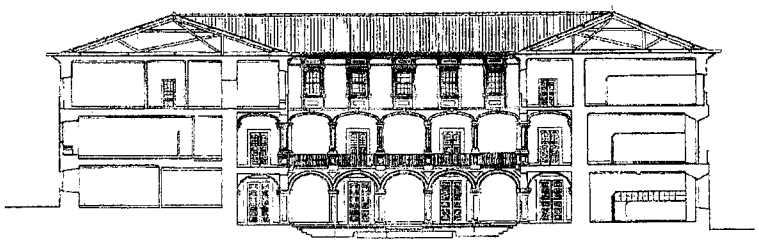


Fig. 9.15 Corte claustro
Fonte: DGEMN



Fig. 9.16 Vista do claustro
Fonte: DGEMN

1 Localização

O convento de S. João Novo ficava situado no largo do mesmo nome, ocupando a maior parte do interior do quarteirão entre a rua de S. João Novo, a rua do Comércio do Porto, a rua Nova da Alfândega e as escadas do Caminho Novo, cujo edifício é hoje ocupado pelo Tribunal de Instrução Criminal do Porto.

Como estava implantado numa plataforma elevada, desfrutava-se das traseiras deslumbrantes panorâmicas sobre o Douro.[1]

2 Implantação

Este convento da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (Padres Gracianos) implantou-se no Porto em inícios do século XVII, na freguesia de S. João de Belmonte, no encosto a nascente da muralha fernandina e perto do rio, em plataforma elevada relativamente ao rio, sendo um dos poucos conjuntos eclesiásticos que manteve a sua estrutura até hoje na totalidade.

O século XVII foi de grande crescimento para a comunidade religiosa. Do início deste século a inícios do século XVIII, implantaram-se na cidade nove dos treze conventos na totalidade, (dos quais seis foram construídos neste século).[2]

3 A ordem dos Eremitas de Santo Agostinho

Os Eremitas de Santo Agostinho surgiram da reunião de numerosos grupos de eremitas que existiam em Itália e desejavam seguir a regra de Santo Agostinho, pela bula de 1243, considerada a carta de fundação da Ordem. A partir de 1256 e após reorganizações internas, a Ordem foi colocada sob a autoridade de um prior geral e organizada segundo o modelo das ordens mendicantes, cujo estatuto só lhes foi concedido em 1567 por Pio V. A ordem subdividia-se em províncias com o seu prior provincial, sujeito ao Prior Geral. Alem destas a partir de 1387 passaram a existir as congregações autónomas de Observância e de Descpalços que agrupavam os conventos que viviam estas Regras. O objectivo principal da Ordem consistia na busca de Deus de forma contemplativa e evangélica. As suas tarefas consistiam na oração, o ensino e a pregação, dando mais importância aos estudos e investigação filosófica e teológica.

Originariamente os Agostinhos fixaram-se em Lisboa, no monte de S. Gens, numa comunidade eremítica junto à ermida de Nossa Sr.ª do Monte e que viria a filiar-se na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. A partir de 1305 e devido à nova invocação de Nossa Sr.ª da Graça adquiriram o apelido de Gracianos.

A alegação de frequentemente os religiosos se terem de dirigir ao Porto para tratarem dos seus assuntos levou à implantação desta instituição.[3]

4 Fundação edificação e transformações

4.1 Convento

Este convento foi fundado em 1592. O seu fundador foi D. António de Noronha, governador de

---

1 "Dele, e principalmente da sua espaçosa varanda, goza-se um agradável prospecto da cidade, rio e mar." P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi (104-110 – conventos religiosos)

2 "No ano de 1592 os Eremitas de Santo Agostinho instalaram-se na cidade, no local denominado por "Boavista", situado intramuros, com a anuência do Bispo do Porto D. Jerónimo de Menezes (1592-1600) ". Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja do Convento de S. João Novo. Dep. Ciências e Técnicas do património. FLP

3 "Atendendo a que o Porto era uma cidade de passagem ou à qual os religiosos se dirigiam para tratar de variados assuntos, mas porque não possuíssem instalações onde se pudessem recolher, eis algumas das razões invocadas pelos Agostinhos para justificar a fundação do Convento de São João de Belmonte, freguesia onde se situavam os religiosos, recebem a igreja paroquial que passa então a funcionar como igreja conventual. Antes possuíam um simples oratório." Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja do Convento de S. João Novo. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Igreja do convento de S. João Novo

Cochim, sobrinho do marquês de Vila Real, quando o bispo do Porto era D. Jerónimo de Meneses.[4]
O convento, situado à direita da igreja, com a fachada principal voltada a norte, sobre a rua de S. João Novo, possui mais duas fachadas, uma virada a nascente e a terceira a sul, com "espaçosos eirados" na extremidade oeste sobre o Douro com vistas panorâmicas desde a Foz até ao Convento, Serra do Pilar e Vila Nova de Gaia. Na fachada poente encontram-se adossadas a capela de Nº Sr.ª da Esperança e a casa do pároco construída em 1872.[5]
A construção das instalações conventuais teve início apenas em 1613, tendo-se prolongado durante todo o século XVII, até 1694.[6]
Este prolongamento das obras no tempo, não só com este convento, mas com todos os outros da cidade do Porto, devia-se a dificuldades monetárias e à grandiosidade destas edificações, por isso a construção só podia avançar de acordo com as esmolas dos fiéis e benfeitores, bem como com a ajuda do Senado e da Câmara.
Pelas descrições, as obras começaram pelo corpo de dormitórios, a sul, virados para o rio. Em 1638, iniciaram a construção do claustro, trabalho realizado por Valentim de Carvalho, um dos mais célebres construtores de pedraria da cidade do Porto na primeira metade do século XVII.[7]
Em 1643, Frutuoso da Maia contratou a obra do forro do refeitório do convento, que incluía alguma obra de entalha com o total de vinte e um painéis e, no final do século, construiu-se a portaria conventual, tendo, assim, ficado concluída a construção.
Trata-se de um edifício de três pisos, cujo claustro tem nos dois primeiros arcadas, de arcos plenos, e abatidos no segundo, assentes em pilares dóricos e tendo o terceiro fechado com janelas de guilhotina.[8] As alas dos dois primeiros pisos são percorridas por lambril de azulejos.[9]
O acesso ao edifício continua a fazer-se pela antiga portaria, acedendo-se ao claustro por esta entrada ao nível do segundo piso, o que lhe confere beleza e harmonia.
Segundo indicação do padre Rebelo da Costa, o convento era habitado por 27 religiosos, o que indicia uma pequena comunidade comparado a outras instituições, não sendo, por isso, este edifício de enormes proporções.[10]
Embora a expulsão das ordens religiosas se tenha processado em 1834, os Eremitas de Santo Agostinho já tinham abandonado o convento em 1832 quando entrou na cidade do Porto o exército liberal.
Como aconteceu com outros conventos, também este foi ocupado pelas tropas, transformando-o

---

4 "Este Convento de São João Novo foi fundado no ano de 1592, por D. António de Noronha, governador de Cochim, sobrinho do Marquez de Vila Real, sendo Bispo do Porto D. Jerónimo de Menezes e reinando já em Portugal D. Filipe II de Espanha." LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Convento de São João Novo / Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal. In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº90 (1910) – p.281. Convento de São João Novo

5 "O convento ficava, como se vê ainda, à direita. E na linha da frente da igreja, com a fachada principal voltada a norte, sobre a rua de S. João Novo, tendo outra face voltada a nascente e a terceira ao sul, com espaçosos eirados na extremidade oeste, donde se goza um lindíssimo panorama sobre o Douro, desde a Foz a Lordelo até ao Convento e Serra do Pilar, e sobre Villa Nova de Gaya, S. Cristóvão de Mafamude e o poético Candal." LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Convento de São João Novo / Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal. Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº90 (1910) – p.281. Convento de São João Novo.

6 1614-1694, Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.129)

7 Este Valentim Carvalho, "arquitecto de obra de pedraria", e um dos mais importantes construtores portuenses da primeira metade do século XVII, associou o seu nome a diversas obras no Porto, como, a título de exemplo: à construção da nova capela-mor da Sé do Porto; à colaboração com o seu sogro, o pedreiro António Nogueira, na construção da capela de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, hoje capela da Nossa Senhora da Soledade. (1612) Do Convento de São Francisco, várias obras relacionadas com a Santa Casa da Misericórdia e com a Câmara; à Relação (1615); à nova capela-mor (1672) da igreja do Mosteiro de São Bento de Ave-maria; ao cais da Ribeira e ao Convento de S. João Novo (1638). P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

8 De moldura canelada e almofada inferior.

9 No centro da quadra, ligeiramente enterrada e lajeada, está uma fonte com tanque octogonal e bicas sob a forma de golfinhos. INTERNET. DGEMN: Monum.

10 "É habitado por 27 religiosos com 7mil cruzados de renda." P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi (pag.104-110 – conventos religiosos)

em hospital militar.[11]
Posteriormente, após o final da guerra civil, estabeleceu-se em 1863 na área conventual o Tribunal Criminal e Correccional do Porto, como o atesta a data no portão de ferro do portal da entrada. [12]
Em 1872, construiu-se parte da residência paroquial, que vai ser abandonada em 1991 devido ao seu estado de degradação (os limites da área do logradouro da Casa do Pároco coincidem e sobrepõem-se à Muralha Fernandina, através de uma varanda). [13]
Nos finais do século XX, ocorreram várias intervenções visando a manutenção e conservação do edifício. Assim, entre 1995 e 1998 fizeram-se obras no tratamento dos paramentos exteriores e trabalhos de beneficiação de todas as coberturas, incluindo a da casa paroquial.

4.2 Igreja

A fachada principal da igreja constitui o limite sul do largo de São João Novo em contraponto à sua localização a norte. Para poente, adossam-se a Casa do Pároco e a pequena capela da Senhora da Esperança, confrontando com as Escadas do Caminho Novo.
No local da Igreja de São João Novo existiu a Igreja paroquial e depois conventual de São João de Belomonte. [14] - O crescimento da cidade e o aumento da população do Porto levou a que o bispo tenha divido a freguesia da Sé em quatro novas freguesias em 1584 e em 1593, a freguesia de S. João de Belomonte é dividida nas freguesias de Vitória e de S. Nicolau. A capela paroquial de S. João Baptista ao ficar desactivada foi cedida aos Eremitas de S. Agostinho para sua capela conventual. [15]
A construção da igreja iniciou-se apenas em 1672, após a demolição da primitiva igreja paroquial, pois a Irmandade possuía outro local de culto (a referida igreja paroquial), não sendo, por isso, premente a nova construção, que se arrastou quase até final do século XVIII.
De 1672 a 1681, ergueram a capela-mor e as capelas colaterais; posteriormente seguiram-se os alçados laterais e a cobertura do cruzeiro e, só em 1726, se iniciaram os trabalhos na fachada realizados pelos mestres pedreiros António da Silva, Domingos Pinto e Pedro Pereira. O projecto da fachada de 1700 a 1703, de quem se desconhece o autor, foi, no entanto, respeitado até à

11 "Está nele actualmente montado o Hospital Militar e acha-se decretada a sua venda, cujo produto será para a fazenda nacional, a quem pertence desde a extinção dos conventos do reino." (pag.130) Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.130)

12 Num dos arcos das galerias do claustro do segundo piso lê-se a inscrição "SENDO MINISTRO DA JUSTIÇA, GASPAR PEREIRA DA SILVA 1864". "Nesta vasta casaria, aliás muito sólida e regular, estão hoje as varas do crime e cível desta cidade, com todos os respectivos ofícios e cartórios correspondentes, e na espaçosa sacristia dos frades se montou em tempo a praça dos leilões." LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Conv. de S. João Novo / Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº90 (1910) - p.281.

13 "A sacristia actual era um estreito, escuro e estreitíssimo corredor e não pode substituir-se porque todo o convento está ocupado com as repartições indicadas. Para as suas sessões de cartório e secretaria mandou a irmandade do Senhor dos Passos e cruz de Cristo fazer em 1872 a 1873, casa própria ao poente da igreja encostada à velha capelinha de Nossa Senhora da Esperança. Os frades deste convento foram como todos os de Portugal expulsos em 1834, mas deixaram o convento em 1832, quando entrou nesta cidade o exército liberal. Durante o cerco do Porto, no convento devoluto se montou o hospital militar, fazendo-se os enterramentos na cerca." LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Convento de São João Novo / Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal. Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº90 (1910) - p.281.

14 Os Eremitas de Santo Agostinho fundaram o convento na freguesia de S. João de Belmonte, recebendo a igreja paroquial, que eles transformaram em igreja conventual. "Da primitiva igreja, templo de fabrico humilde, nada existe ; existe porém, e ainda em boas condições, a igreja dos frades, levantada sobre o chão daquela." LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Convento de São João Novo / Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº90 (1910) - p.281.

15 (a capela paroquial de S. João Baptista também era apelidada de S. João de Belmonte por se localizar no monte de Belmonte.) "Convento de S. João Novo : pertence aos eremitas de Santo Agostinho. Neste sítio estava a paróquia de S. João de Belmonte, que foi repartida pelas igrejas da Vitória e de S. Nicolau... Foi o seu fundador, D. Francisco de Noronha, governador de Cochim, sobrinho do Marquez de Vila Real, em o ano de 1592, sendo bispo desta cidade D. Jerónimo de Meneses." P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)
" No sítio onde hoje se acha o convento e a igreja dos religiosos eremitas de Santo Agostinho... houve uma capela... por esta capela ou ermida dividiu também o Bispo do Porto... pelos anos de 1583 ou 1584, parte da freguesia da Sé Catedral que era até então única na cidade, repartindo-as em 4, todas compreendidas dentro dos seus muros, e eram a Sé, Ermida de S. Nicolau, Nossa Sra. Da Vitória e Capela de S. João de Belmonte... que afinal se viu forçado a anular o 1º arredondamento e a incorporar duas novas freguesias de S. Nicolau e Vitória." Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (Pag.126)

construção das duas torres, ficando somente concluída em 1779.[16]
Entretanto no período compreendido entre 1700 a 1766, foram executados dois retábulos. O primeiro, no dealbar do século XVIII, foi o do altar-mor, obra de Filipe da Silva, sendo o autor do desenho João Pereira dos Santos. O segundo, estilo rococó, foi da autoria de D. Frei António de Sousa, com pintura de João Gama. Em 1741, foi o caso dos painéis de azulejo na capela de Santa Rita de Cássia executados por Bartolomeu Antunes.[17]
A Igreja conventual, de arquitectura religiosa, maneirista, barroca, espacialmente segue uma estrutura usual em edifícios congéneres, forma que estava já muito enraizada no início do século XVII. Trata-se de uma igreja com planta em cruz latina, com capela-mor rectangular, transepto vincado no cruzeiro, nave com capelas laterais (neste caso duas de cada lado separadas por pilastras) e coro alto. Possui um sistema de cobertura totalmente abobadado em pedra granítica, formando caixotões irregulares, e ornados com motivos simples geométricos, apresentando no cruzeiro abóbada de arestas.
É possível estabelecer algumas comparações formais e até decorativas entre esta igreja e a igreja de S. Lourenço. Na fachada, a influência do Colégio dos Jesuítas é directa, embora o desenho desta seja mais seco e menos plástico, com menor valorização do claro-escuro.[18]
Do mesmo modo a fachada principal da Igreja possui grandes afinidades com a da Igreja dos Grilos. Frontões rectos e curvos interrompidos decoram a fachada.
A verticalidade da fachada é acentuada pela elevação do pano central no segundo andar. A coroá-la duas torres enquadram jogo piramidal de frontões curvos interrompidos.[19]
Em 1995, fizeram-se obras não só no corpo da sacristia, incluindo coberturas, paramentos exteriores e interiores com a remodelação da parte eléctrica, mas também se trataram os paramentos exteriores das empenas sul e oeste da capela-mor. Um ano mais tarde, foi a vez de se realizarem trabalhos de beneficiação de todas as coberturas, incluindo a da casa paroquial, bem como o tratamento dos paramentos exteriores e do património azulejar dos painéis que revestem os paramentos laterais da Capela de Santa Rita.[20]

5. Extinção e permanências

Como já foi referenciado, esta edificação religiosa, apesar de actualmente ser utilizada como Tribunal, é, indubitavelmente, um dos exemplares conventuais melhor preservado, daí o IPPAR ter solicitado a classificação do conjunto constituído pela Igreja e Mosteiro de São João Novo, incluindo a Capela de Nossa Senhora da Esperança, como Monumento nacional, quer pelo seu "valor histórico-cultural", quer pela sua "relevância arquitectónica e artística".
Embora este edifício esteja conservado, ocupado por uma única instituição, falta, no entanto, fazer todo o trabalho de reconhecimento, de pesquisa histórica e científica deste conjunto.

---

16 Sendo a fachada da igreja apenas concluída em 1779 (Joaquim Jaime B. Ferreira Alves)

17 "O retábulo mor, em rococó, mandado fazer pelo Bispo do Porto, D. António de Sousa (1757-1766), foi dourado em 1775. A tribuna fecha-se com um painel de João Gama Stroberle (1708-1792), onde está representada a Visão de S.to Agostinho. Na capela lateral, de S.ta Rita de Cássia, vê-se um retábulo joanino, enquadrado por painéis de azulejos representando os passos da Vida da Santa. A imagem de Nossa Sra da Guia, foi executada entre 1696-1700 pelo escultor Manuel de Almeida." Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja do Convento de S. João Novo. Dep. Ciências e Técnicas do património. FLP.

18 "É um templo dos mais espaçosos que ha n'esta cidade do Porto, solidamente construído de uma só nave e tecto, de abobada de granito, com alta e imponente frontaria, formando um todo com 2 torres lateraes, e voltada a norte sobre o largo de S. João Novo. Esta fachada e o mesmo templo, são uma cópia, um pouco mais singela, da magnífica igreja que foi dos jesuítas, e ultimamente dos Agostinhos descalços e que ainda hoje se admira no largo do Collégio dos Grillos, junto ao paço episcopal d'esta cidade." LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Convento de São João Novo / Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº90 (1910) – p.281.

19 Ergue-se em três planos, sendo os dois primeiros formados por cinco panos. No andar inferior, assente sobre estilóbato, rasga-se ao centro o pórtico enquadrado por duplas colunas que sustentam frontão curvo interrompido, de onde sai uma cartela rematada por frontão triangular, com o coração trepassado por seta – símbolo do amor divino que dominou Santo Agostinho. É ladeado por janelas com frontão curvo. INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

20 Fonte: INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Bibliografia:

P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2003. I Série vol.2. pag.347-364.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. Convento de São João Novo / Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal. Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 3, nº90 (1910) - p.281. Convento de São João Novo

EX - CONVENTO DE SÃO JOÃO NOVO. Convento de São João Novo. Ex - Convento de São João Novo

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

P04/739 (14) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Notícias sobre imagens, Prata e outros objectos do Convento de São João Novo segundo as « memórias Históricas e Chronológicas ».

Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Igreja do Convento de S. João Novo. Dep. Ciências e Técnicas do património. Faculdade de Letras do Porto. Igreja do convento de S. João Novo

OLIVEIRA, J. J. Comunicação dos leitores : respostas : R8 : (cerca do Convento dos Agostinhos Calçados) / J. J. Oliveira. Tripeiro - Porto - Série 7, Ano 21, nº9 (2002) - p.283.

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Documentação gráfica

FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica

Convento do Carmo



Convento de **Carmo**

Designação Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços

Localização Porto, Vitória, Rua do Carmo, Praça Carlos Alberto, Travessa do Carregal.

Fundação
data 1619
comunidade Mendicante, Eremítica dos Carmelitas Descalços
ordem religiosa Ordem Carmelita, dos Carmelitas Descalços, O.C., Ordo Fractum Beatae Mariae de Monte Carmelo.

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Mantém tipologia
dependências Alteradas
cerca Alterada

Usos
igreja Igreja com funções culturais
dependências Ocupado pela Guarda Nacional Republicana da Brigada Territorial nº4
cerca Dividida e alterada

Estados de Conservação
igreja Bom
dependências
cerca

Afectação Actual Convento: Quartel da Guarda Nacional Republicana da Brigada Territorial nº4
Igreja – Igreja católica

Classificação Patrimonial Igreja: Igreja com funções culturais
Convento: em vias de classificação como imóvel de interesse público, classificação do IPPAR.
Cerca: urbanizada
Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade.

Número do IPA PT 011312150107



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto

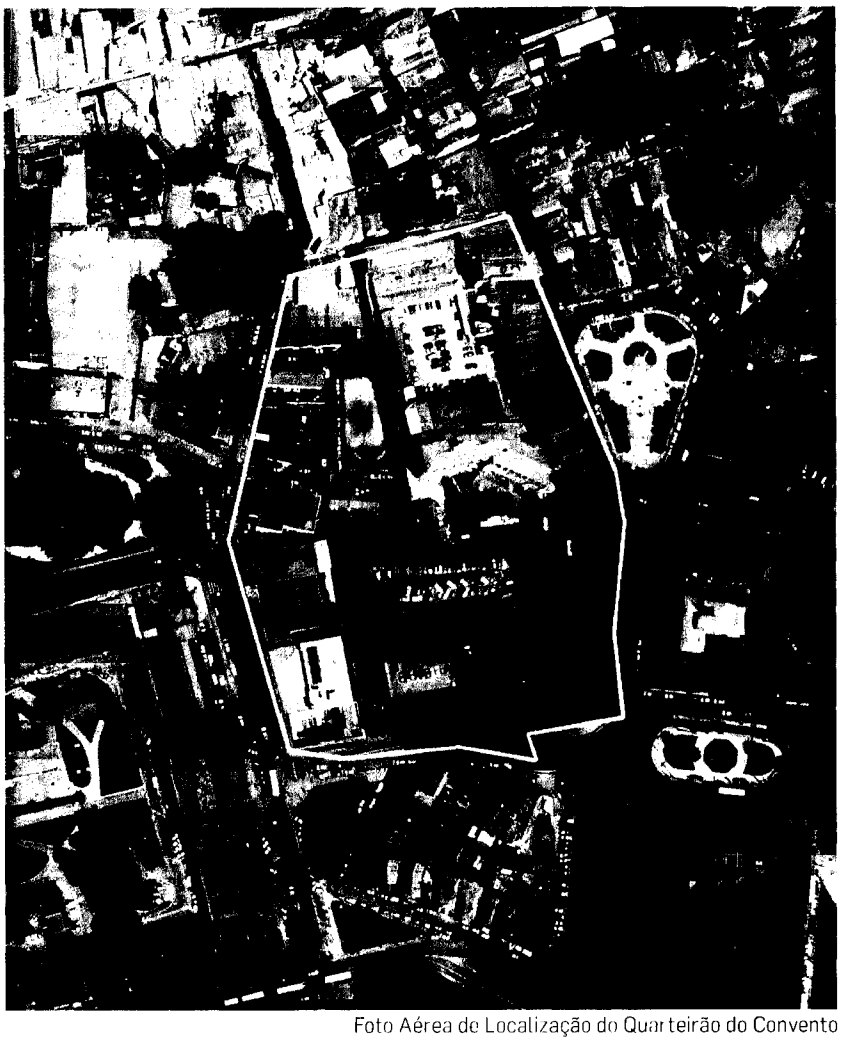


Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Interveções no Edificio

1616, licença de D. Filipe II de Portugal para a construção de um convento na cidade;

1617, Junho, chegada ao Porto dos primeiros religiosos;

1617, 22 Julho, fundação do Convento (Sousa Reis pag.110);

1619, 5 Maio, colocação da primeira pedra no campo do Olival, estando presente o bispo D. Rodrigo da Cunha;

1622, ocupação pelos religiosos da parte concluída do convento;

1628, conclusão da igreja;

1660 a 1853, datas extremas do fundo; ADP Convento Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços, bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento.

1690 a 1707, construção da igreja dos Terceiros do Carmo;

1632 a 1633, assento na igreja do retábulo mor e do sacrário; custeou as despesas do retábulo (madeira e obra de entalha) o capitão Ambrósio Gonçalves, que, juntamente com outro benfeitor, ofereceu o sacrário;

1634 a 1637, douramento do retábulo mor, quando era prior Pedro da Purificação;

1637, construção por Manuel Tavares da Capela de Nossa Senhora das Dores;

1639, construção da capela no braço do transepto do lado da Epístola por ordem de Jerónimo Da Mota Teixeira;

1650, conclusão dos trabalhos de pintura e elementos em talha;

1754, transferência da Torre para o lado poente da fachada;

1767, execução do retábulo mor e tribuna com desenho do Arquitecto Joaquim Teixeira Guimarães e entalhe de José Teixeira Guimarães na igreja dos Terceiros do Carmo;

1809, ocupação do convento como quartel de um regimento francês, no tempo de Soult;

1825 a 1827, trabalhos nos altares da igreja dos Terceiros que são encarnados e retocados pelo pintor Gaudêncio Lousada ;

1829 a 1830, restauro na igreja dos Terceiros do órgão por Luís António de Carvalho;

1832, demolição da cerca para o alinhamento da rua do Carmo;

1834, utilização do convento como quartel da Guarda Nacional do Porto, após a extinção das ordens religiosas;

1880, execução de um novo órgão para o coro-alto da igreja dos Terceiros por Peter Conache & C;

1912, revestimento da fachada lateral na igreja dos Terceiros com azulejos executados por Carlos Branco nas fábricas do Senhor do Além e da Torrinha, ambas em Vila Nova de Gaia, segundo cartões desenhados pelo italiano Silvestre Silvestri;

1974, restauro do órgão da mesma igreja com patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian;

1955, DGEMN: execução de trabalhos de reparação e de beneficiação das cavalarias e picadeiro pela Delegação das Obras de Edifícios de Cadeias das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas;

1993, restauro da talha; limpeza da fachada;

1993, restauro do altar-mor e altares laterais dos Terceiros do Carmo;

1994, limpeza da fachada lateral revestida a azulejo da igreja dos Terceiros;

1994, 30 Novembro, despacho de abertura do processo de instrução relativo à eventual classificação do imóvel, em conjunto com a Igreja dos Terceiros do Carmo e sua sacristia;

1995, limpeza da fachada principal em granito da igreja dos Terceiros.



Fig. 10.2 Igreja dos Carmelitas, Pintura de Vilanova (1833) *Fonte: BPMP*

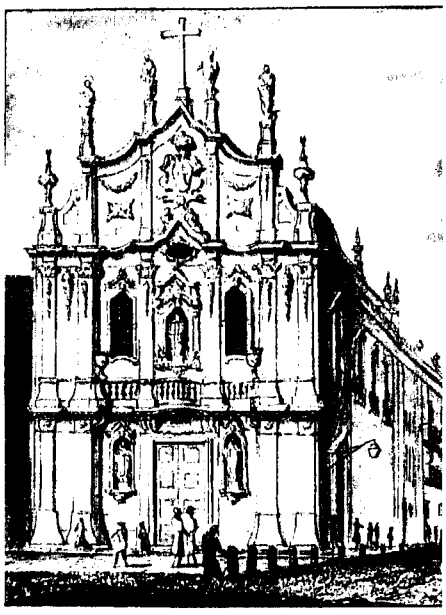


Fig. 10.3 Igreja do Carmo, Pintura de Vilanova (1833) *Fonte. BPMP*

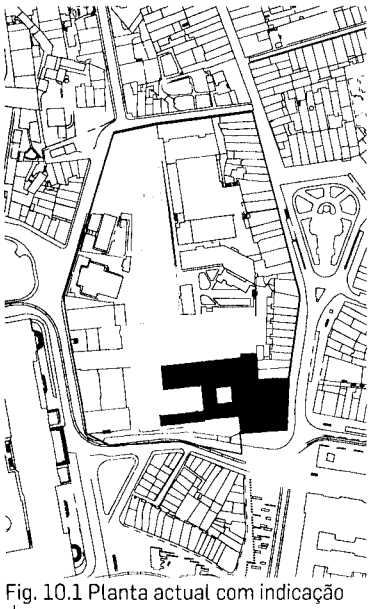


Fig. 10.1 Planta actual com indicação da cerca



Fig. 10.4 Vista das Igrejas (Actual)

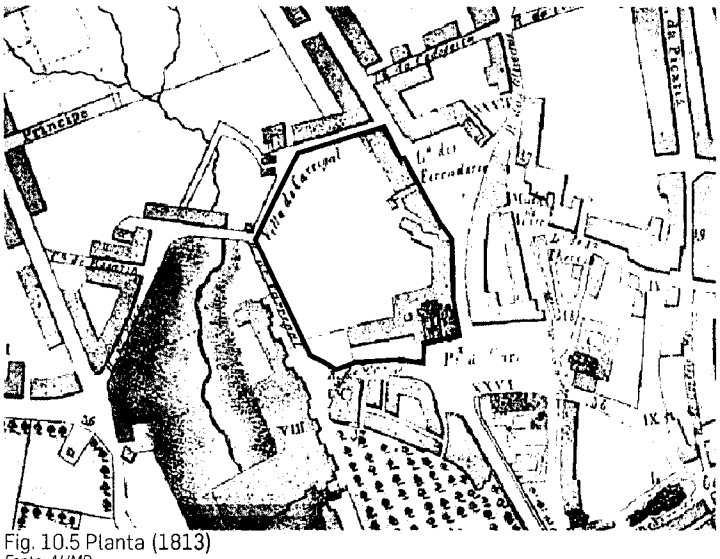


Fig. 10.5 Planta (1813)
Fonte: AHMP

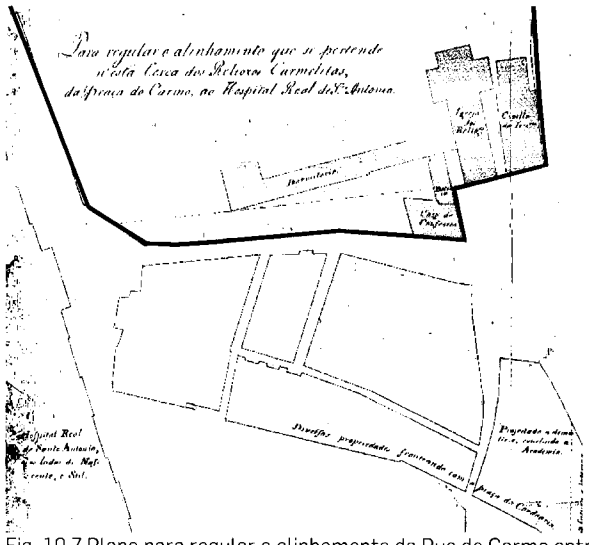


Fig. 10.7 Plano para regular o alinhamento da Rua do Carmo entre a Praça do Carmo e o Hospital de Santo António (1837) *Fonte: AHMP*

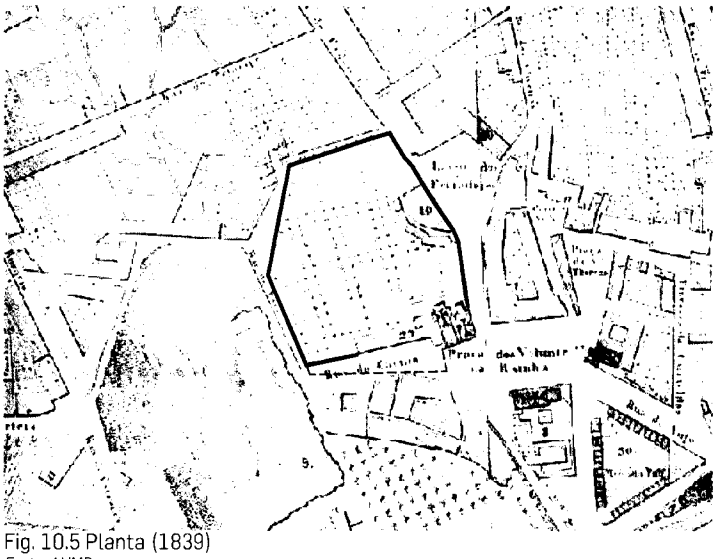


Fig. 10.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP



Fig. 10.8 Cerca demolida para o alinhamento da Rua e Travessa do Carmo (1838) *Fonte: AHMP*

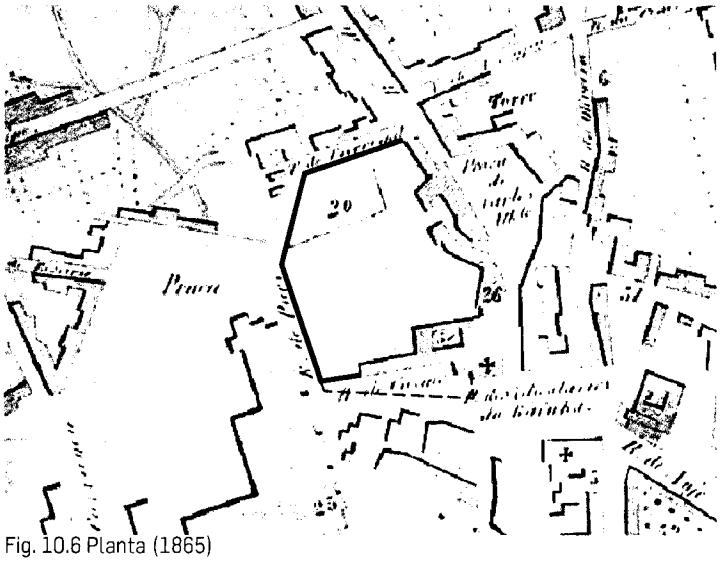


Fig. 10.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

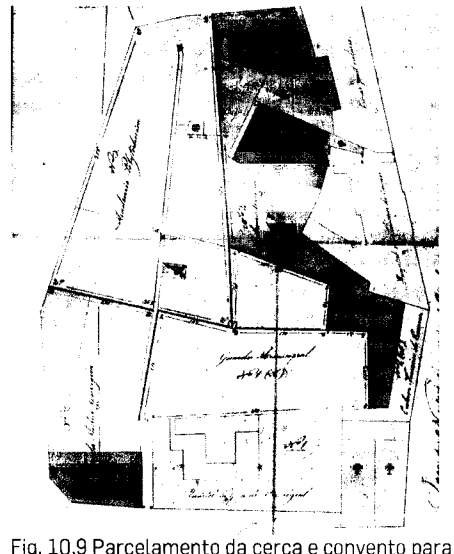


Fig. 10.9 Parcelamento da cerca e convento para diferentes instituições (1852) *Fonte: AHMP*

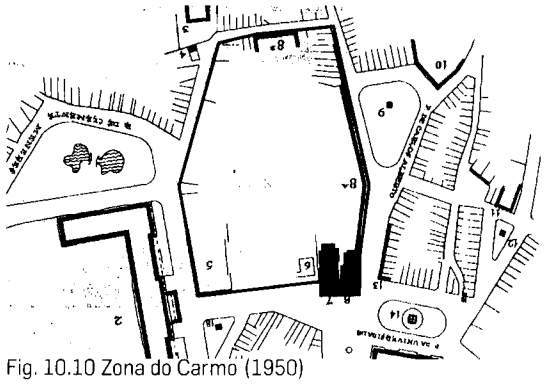
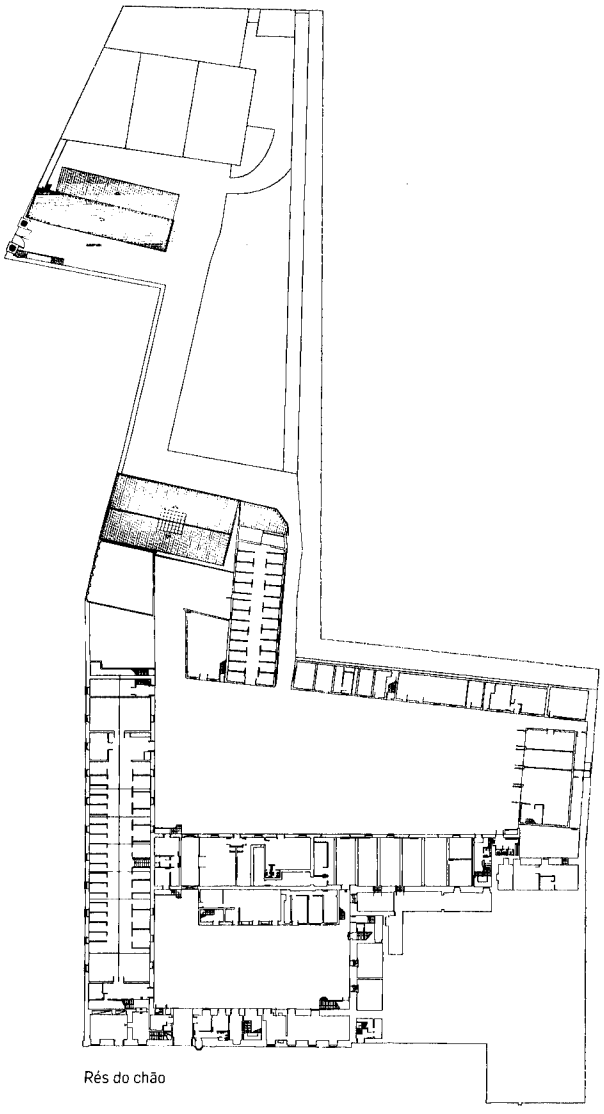
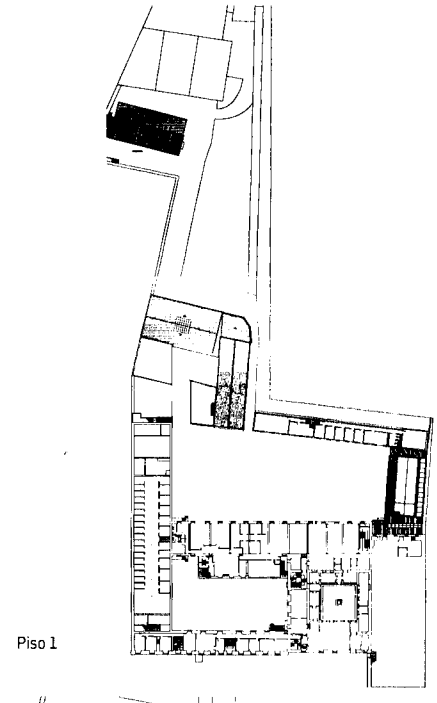


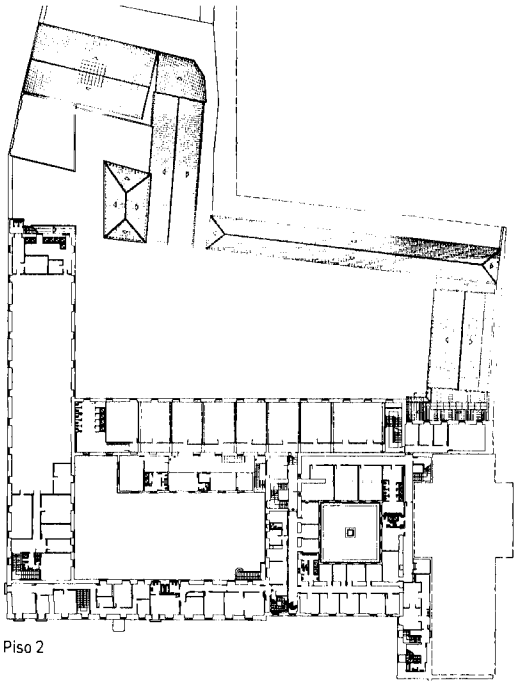
Fig. 10.10 Zona do Carmo (1950)
Fonte: AHMP



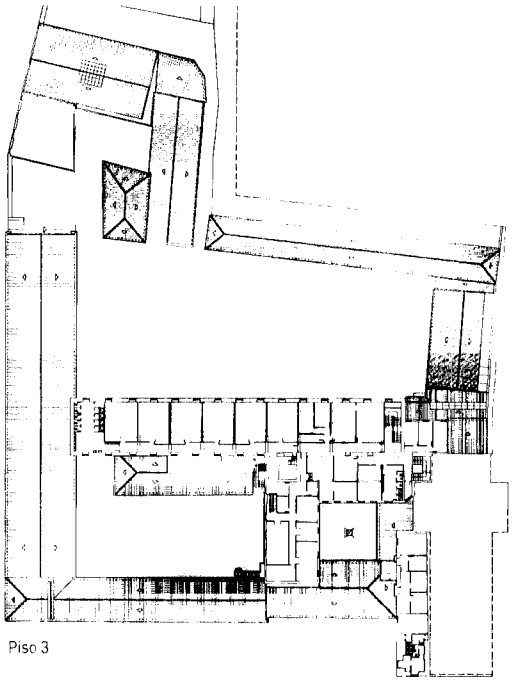
Rés do chão



Piso 1



Piso 2



Piso 3

Fig. 10.11 Plantas actuais gentilmente cedidas pela Guarda Nacional Republicana do Porto



Fig. 10.12 Vista da torre da igreja



Fig. 10.13 Vista interior do pátio da entrada



Fig. 10.14 Vista interior dos corredores



Fig. 10.15 Vista interior do segundo pátio



Fig. 10.16 Vista do claustro



Fig. 10.17 Vista do claustro

1 Localização

O antigo Convento do Carmo localizava-se na rua do mesmo nome, onde está hoje instalada a Guarda Nacional Republicana. A este conjunto pertence ainda grande parte do interior do quarteirão, que a cerca do convento ocupava na totalidade. (A maior fatia a poente do convento foi vendida ao Instituto de Medicina Legal, o Hospital do Carmo ocupou parte a nascente, restando o miolo do quarteirão, que ainda conserva duas saídas: a sul e a poente para a travessa do Carregal).
O edifício mantém parte das suas características anteriores, tal como a Igreja conventual e a dos Terceiros do Carmo a qual gera um cotovelo na R. do Carmo. A cerca na frente do convento foi destruída para se obter o alargamento da rua do Carmo, como mostram as plantas de Joaquim Lima Júnior.

2 Implantação

Este convento implantou-se em inícios do século XVII, em 1616, no exterior da muralha fernandina, no caminho da saída da porta do Olival, por licença concedida por D. Filipe II de Portugal, acedendo ao pedido da poetisa Dona Bernarda Ferreira de Lacerda, que detinha grande influência na corte.
Depois do convento de Monchique, implantado no século anterior, foi este o segundo convento a instalar-se no exterior da muralha fernandina. Alguns factores vieram contribuir para esta escolha: por um lado a necessidade de defesa deixou de ser um factor prioritário, e, por outro, com o interior da cidade mais consolidado, adveio a vontade de centralizar a cidade mais a norte, mais longe do rio e em cota mais elevada, como foi o caso do campo das hortas para onde se mudaram os paços do concelho.
Como se tratava de uma comunidade de grande rigor com votos de observação da pobreza, instalou-se, por isso, num local ainda muito pouco povoado, elevado, fora do núcleo central e considerado "menor" relativamente aos locais prestigiados da cidade. Era inicialmente um local de feira, no exterior da Porta do Olival e onde mais tarde se estabeleceram os Ferradores na Praça Carlos Alberto. A Praça Carlos Alberto era inicialmente a rua ou Outeiro dos Ferradores (rua que vai para Cedofeita), como comenta Duarte e Sousa Reis, "ainda é do meu tempo escolherem os ferradores, para seus estabelecimentos, as casas situadas na Praça Carlos Alberto." [1]

3 Os Carmelitas Descalços

As origens da Ordem do Carmo remontam aos séculos XI e XII e estão, intimamente relacionadas com formas de vida eremítica oriundas da Palestina.
Os primeiros eremitas seriam antigos cruzados e peregrinos, que se estabeleceram no Monte Carmelo, na região da Galileia (1192). A sua organização canónica (1205–1214) foi definida por Santo Alberto, Patriarca de Jerusalém, que associava os costumes vividos pelos eremitas do Monte Carmelo com uma vida eremítica devotada à oração, ao trabalho, com incidência no culto da Virgem Maria.
Em meados do século XIII, os conflitos entre cristãos e muçulmanos impeliram os Carmelitas a partir de Jerusalém, expandindo-se então por toda a Europa. [2] Aqui, o contacto com a ordem dos Mendicantes originou algumas aproximações na sua forma de vida, pois passaram a participar nas actividades pastorais, como o ensino, a pregação e outros serviços nas paróquias, mas mantendo sempre o rigor e a disciplina iniciais, atenuados apenas em 1432.
Contudo a reforma de Santa Teresa de Ávila, oficializada em 1431 pela bula papal "Romani

1 Anterior a 1676, realiza-se ali a Feira dos Bois, às terças e sábados." Pag.12-23 Júlio Couto, Praça Carlos de Alberto. Livraria Vieira. 2003
"...escolhido o sítio para a obra, por conselho do governador, no cume do monte, **fora da porta do olival e superior à fonte** das virtudes... Mosteiro e cerca à qual por mercê da Câmara se juntou um pedaço de terreno que estava ao lado da cordoaria..." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.110)

2 Esta deslocação forçada levou à mudança de vida eremítica para uma vida mais próxima dos mendicantes, cenobita, embora marcadamente contemplativa.

Pontificis", retomou o rigor e a exigência dos primórdios da ordem, considerando-os de maior conformidade com os seus princípios originários, fazendo, ao mesmo tempo, a separação dos Carmelitas Calçados dos Descalços.
Alguns autores ligam a fundação da comunidade em Portugal ao Convento de Moura, em 1354, outros defendem a sua fixação em 1251, com a Ordem de Cavaleiros da Ordem do Hospital em Moura. O segundo convento da Ordem é o Convento do Carmo em Lisboa, em 1386.[3]
A Ordem Terceira dos Carmelitas apareceu em Portugal em 1452.

4 Fundação, edificação e transformações

4.1 Convento

Após a autorização concedida para o estabelecimento no Porto da Ordem dos Padres Carmelitas Descalços, os primeiros religiosos chegaram ao Porto em Junho de 1617, tendo sido colocada a primeira pedra no campo do Olival, em Maio de 1619, na presença do bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha.
Os projectos e os trabalhos de construção ficaram a cargo dos padres Frei Tomás de S. Cirilo e Frei Soeiro da Ressurreição.[4]
Em 1622, os religiosos puderam ocupar a parte do convento já concluída, mas só em 1628 é que toda a comunidade se pôde instalar definitivamente.[5]
O convento desenvolvia-se à volta de um claustro, tendo a igreja do lado nascente, com a cabeceira virada a norte. No lado poente, estendia-se mais um corpo de dormitórios. Pelas pré-existências encontradas, calcula-se que as cozinhas e oficinas se dispunham nas caves e no piso térreo a norte e poente do claustro, (facto que necessitaria de documentação escrita para ser comprovado, mas que não foi encontrada). Como descreve Sousa Reis e pelo que ainda resta, na sua globalidade, o edifício apresenta proporções discretas, sem grandes ornamentos, com aberturas ritmadas: "Nada tinha de singular este convento na sua divisão interna, talhada em pequenas e estreitas celas; dormitórios extensos e baixos circundando hum claustro, em cuja obra nada mais se buscou senão dar aos religiosos caza para habitarem, porém a igreja he boa e toda coberta de entalha de madeira dourada."[6]
O claustro no rés-do-chão apresenta arcos de volta inteira e um piso superior de janelas no lado sul e nascente e ainda outro piso nos dois lados restantes, provavelmente fruto de acrescento posterior. O corpo a poente do claustro, que era também de dormitórios, parece também ter sido alvo de acrescentos. Este corpo hoje virado para a rua do Carmo era protegido pela cerca do convento, demolida para alargar a então "estreita viela".[7]
Foi também nesta altura demolida a portaria e farmácia do mosteiro situada na esquina e remate da cerca com a torre da igreja conventual, que na planta de 1837 vem assinalada como "Botica" e "Caza da Confraria", que impediam o alargamento da rua. "Do lado do poente do pateo que fica em frente deste templo, houve ate há poucos annos huma caza com seu andar, no qual se via o escudo

3 E este está bem documentado pelo facto de D. Nuno Alvares Pereira, o Condestável do reino, ter sido o fundador, e benfeitor. Fonte: Bernardo Vasconcelos e Sousa, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005. Pag.405

4 "Em 1616, no reinado de Filipe II, a poetisa conseguiu autorização para que os padres Carmelitas Descalços, se instalassem no Campo do Olival. A 5 de Maio de 1619, o Bispo de então, D. Rodrigo da Cunha, benzeu a primeira pedra para a construção da igreja e respectivo convento. Os padres Frei Tomás de S. Cirilo e Frei Soeiro da Ressurreição, encarregam-se do projecto e da construção, pelo que nove anos mais tarde, instalou-se a comunidade, trazendo consigo as imagens de S. José e de Nossa Senhora do Carmo." Júlio Couto, Praça Carlos de Alberto. Livraria Vieira. 2003

5 " O terreno para assentar o convento das carmelitas descalças foi comprado em 13 de Janeiro de 1618 ... Verificou-se a conclusão da igreja em 1628 ..." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.110)

6 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.113)

7 "Desta casa corria um muro ou cerca... o que tudo foi demolido depois da extinção das ordens regulares para alinhamento da rua do Carmo, até então uma estreita viela, ficando a par da passagem pública, como vemos agora, o lanço do dormitório voltado ao sul que permanecia recolhido dentro desse muro." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999 (pag.113)

Carmelitano por ser destinada à Pharmacia do Mosteiro, onde igualmente se aviavam receitas para os cidadãos."[8]
A torre ao lado da igreja tinha sido anteriormente mudada de lugar para a construção da igreja dos Terceiros.
Este convento teria à volta de 50 religiosos, não sendo portanto de muito grandes dimensões.[9]
No tempo da segunda invasão francesa, um regimento das tropas inimigas ocupou-o, estabelecendo aí o seu quartel.
A cerca, que era de grande dimensão, a maior da cidade do Porto, foi demolida em 1832 para possibilitar o alinhamento e alargamento da rua do Carmo, parcelada e vendida. Assim, uma parte foi doada à Escola Médico-Cirúrgica para horto botânico; outra foi integrada no cemitério da dita Ordem Terceira; enquanto a restante ficou destinada para pátio do Quartel Militar.[10]
Com a extinção das ordens religiosas em 1834,o convento passou definitivamente a ser utilizado como quartel da Guarda Nacional Republicana.

4.2 Igreja conventual

A edificação da igreja, iniciada também em 1619, deu-se por concluída em 1628, mas só em 1767 é que foram finalizados todos os trabalhos no interior.
Ainda em 1622, foi feito o retábulo da capela-mor por António Gonçalves de acordo com as informações veiculadas por B. Xavier Coutinho.
Em 1632 e 1633, foram assentados o retábulo mor e o sacrário, cujas despesas foram custeadas pelo capitão Ambrósio Gonçalves e por outro benfeitor.
No tempo do prior Pedro da Purificação, entre 1634 e 1637, fez-se o douramento do retábulo mor, enquanto Manuel Tavares, nesse último ano, construiu a Capela de Nossa Senhora das Dores. Dois anos mais tarde, Jerónimo da Mota Teixeira mandou fazer a capela no braço do transepto do lado da Epístola. Em 1650, concluíram-se os trabalhos de pintura e elementos em talha.
No século seguinte em 1754, deu-se a transferência da Torre para o lado oeste da fachada dado que a Ordem Terceira do Carmo pretendia construir a sua igreja encostada à igreja já existente. (como podemos ver (fig.10.2, pag.267) no desenho de Villanova, em 1833, a torre sineira já se encontra do lado esquerdo da igreja.)
Por fim, em 1767 executou-se o retábulo mor e tribuna com desenho do Arquitecto Joaquim Teixeira Guimarães e entalhe de José Teixeira Guimarães; Trata-se de uma igreja conventual de arquitectura religiosa, maneirista e barroca de planta em cruz latina abobadada, com nave única precedida por nártex e fachada de composição clássica, com os típicos três arcos de entrada e remate em frontão triangular com brasão da Ordem religiosa. Os elementos decorativos no interior são a talha dourada barroca e rococó.
A sacristia de planta rectangular encontra-se no eixo da capela-mor, decorada por um tecto em caixotões com pinturas.[11]
Possui um percurso de serventia sobre a cobertura da Igreja para possibilitar o toque dos sinos na torre.
A torre de planta quadrangular adossada a poente da fachada principal cria uma esquina na rua do

8 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999 (pag.114)

9 "Tem mais de 50 religiosos. Alimentam-se das esmolas que os fiéis lhes dão, além dos legados, que satisfazem exactamente." P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 - conventos religiosos)

10 "Para a continuidade do hospital da Ordem Terceira de Nossa Sra. Do Carmo, está reduzida a bons prédios com frente para a praça de Carlos Alberto. A cerca do mesmo modo se repartiu sendo vendida, parte doada à escola médico-cirúrgica para horto botânico, outra parte incorporada no cemitério da dita ordem terceira e o restante dela serve de pátio ao quartel militar depois de alinhado para regularizar a rua do paço." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.113)

11 O arcaz da sacristia tem relicários na parte superior. A parede oposta ao arcaz possui pinturas murais de motivos florais, onde se encontra uma tela a representar a morte de Santa Teresa. Fonte: INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Carmo. A torre revestida a azulejos tem três pisos e cobertura piramidal.[12]
O alçado principal, orientado a sul e de dois registos, é encimado por frontão triangular, rematado na parte superior por uma cruz, ladeada por três pináculos de cada lado. A capela-mor possui pinturas seiscentistas, em tela, nas paredes laterais e amplo retábulo de talha dourada.
Esta Igreja, e a Igreja dos Terceiros do Carmo, praticamente encostada, constituem um conjunto arquitectónico religioso de grande valor arquitectónico.[13]

4.3 Igreja dos Terceiros do Carmo

A nascente da Igreja dos Carmelitas foi construída a Igreja dos Terceiros do Carmo (1690-1707). Encostado para Norte destas, desenvolve-se o edifício do Hospital da Ordem do Carmo, que faz frente para a Praça Carlos Alberto.
A Ordem Terceira da Virgem de Nossa Senhora do Carmo, regra que tinha sido precedida pela Confraria do Escapulário, mas que o Papa Xisto XIV convertera em Ordem, estabeleceu-se em Julho de 1736, na capelinha de Nossa Senhora da Batalha, entretanto desaparecida.
Um ano mais tarde, na livraria do convento dos Carmelitas Descalços, foi eleita a primeira Mesa, da qual foi primeiro prior Tomás António de Sousa Cirne. Mas só em 1751, se iniciaram as negociações com os frades carmelitas, já ali instalados, para a aquisição do terreno junto à igreja, acompanhando o lado nascente da Praça dos Ferradores.
O contrato final determinava ainda a mudança da torre sineira para o lado esquerdo da igreja, tendo ficado decidido edificar entre as duas igrejas a habitação do sacristão.[14]
As obras de construção iniciaram-se em 29 de Agosto de 1756 com o lançamento da primeira pedra por D. João Ferreira da Silva, governador apostólico da diocese do Porto, sendo autor do risco e dos alçados o arquitecto e pintor viseense José de Figueiredo Seixas.
Em 25 de Julho de 1762, foram aprovados os desenhos pela Mesa de acordo com a opinião de Nicolau Nasoni, o que levou a supor-se que o projecto seria da sua autoria até pelas semelhanças com a Igreja dos Clérigos.[15]
Entre 1764 e 1765, foram executadas as estátuas dos quatro evangelistas da fachada.
Embora os trabalhos de decoração ainda não estivessem ultimados, a igreja foi aberta ao culto em 1768. Três anos mais tarde, realizaram-se os altares e as imagens das capelas laterais, enquanto em 1773, Francisco Pereira Campanhã desenhou e executou o retábulo da capela-mor.
Em 1788, colocaram-se as grades do coro e construíram-se a sacristia e a Casa do Despacho e, no ano seguinte, um artista de nome Ângelo executou o tecto de estuque da sacristia.[16]
Trata-se de uma igreja de arquitectura religiosa, rococó, de planta longitudinal com fachada principal em cantaria e de grande exuberância decorativa e fachada lateral revestida a azulejos.[17]
Apresenta uma planta longitudinal com nave e capela-mor rectangulares, seguida de sacristia e Casa do Despacho. Os volumes são articulados por coberturas diferenciadas em telhado de

12 Ao nível do primeiro piso, um portal de verga encurvada de acesso às dependências situadas ao lado da nave é encimada por um óculo minúsculo.

13 As paredes exteriores são de alvenaria de granito rebocadas pelo lado interior e exterior; Cobertura em estrutura de madeira revestida a telha de barro; Cobertura e paredes da torre revestidas a Azulejos (exceptuando-se o primeiro piso); Tecto em abóbada (nave) com acabamento estucado e decorado com elementos em talha dourados; Tecto em caixotões de madeira com pinturas (sacristia); Tecto em cúpula (cruzeiro) com acabamento estucado decorado com talha dourada; Pavimento em soalho de madeira (igreja e sacristia) e em basalto e calcário (galilé); Lambrim de azulejos azuis e brancos (sacristia); Portões em ferro pintado na galilé; Caixilhos de separação entre a nave e galilé em alumínio preto com vidros martelados. INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

14 (O desenho de Villanova de 1833 mostra a torre sineira do lado esquerdo da igreja, quando originariamente estava do lado contrário.)

15 Fonte: Júlio Couto, Praça Carlos de Alberto. Livraria Vieira. 2003 (pag.12-23).

16 Posteriormente, em 1791, o pintor Domingos Francisco Vieira encarnou o crucifixo, enquanto em 1818 e 1819, foi a vez da imagem de Nossa Senhora das Dores ser encarnada por Manuel Moreno. Entretanto, entre 1825 e 1827, os altares foram encarnados e retocados pelo pintor Gaudêncio Lousada. Júlio Couto, Praça Carlos de Alberto. Livraria Vieira. 2003 (pag.12-23).

17 A fachada principal tem influência da Igreja da Misericórdia, nos seus elementos estruturais sublinhados pela decoração de festões, jarras e estátuas. Júlio Couto, Praça Carlos de Alberto. Livraria Vieira. 2003 (pag.12-23).

duas águas. A fachada principal, em cantaria, voltada a Sul, está dividida em três registos por cornijas decoradas. Na capela-mor, o cadeiral está de ambos os lados encimado por tribunas com balaustrada e sanefa de talha; o retábulo mor em talha dourada é amplo, sendo o tecto em abóbada de berço com pinturas decorativas. [18]

No século passado, concretamente em 1912, fez-se o revestimento da fachada lateral com azulejos executados por Carlos Branco nas fábricas do Senhor do Além e da Torrinha, ambas em Vila Nova de Gaia, segundo cartões desenhados pelo italiano Silvestre Silvestri. [19]

Entre 1993 e 1995, realizaram-se alguns restauros como o do altar-mor e dos altares laterais, bem como a limpeza da fachada lateral revestida a azulejos e da fachada principal em granito.

5 Extinção e permanências

Actualmente, o espaço conventual está ocupado por duas instituições – a GNR e o hospital da Ordem do Carmo.

A GNR, ao ocupar as instalações do antigo convento, não fez obras de reestruturação. Limitou-se a ocupar o espaço e adaptar a sua vivência ao edifício existente. O facto de se tratar de uma comunidade com características muito específicas, mas com necessidades que se podem assemelhar às dos anteriores ocupantes tais como espaço de dormitórios, cozinha, refeitório e oficinas, levou a uma ocupação pacífica na utilização dos espaços existentes. Hoje, com algumas modificações reconhecem-se ainda alguns espaços de circulação, dormitórios etc. Percebe-se ainda a tentativa de mimetismo na imagem das fachadas das novas construções, tornando no entanto o trabalho de reconhecimento do original do antigo convento mais difícil de reconhecer. Vários corpos foram acrescentados pela Guarda Republicana sem data específica, pois as obras iam-se fazendo conforme as necessidades sem plano estabelecido e conforme a boa vontade dos novos ocupantes. Por exemplo, nos anos cinquenta, os dormitórios do piso superior do corpo sul virado para a rua do Carmo foram alvo de transformações para a criação de um apartamento para o chefe da Guarda, que ali tinha passado a residir. Assim foi criado um novo acesso a partir da rua para esta residência, que continuou a ter comunicação no interior. Aqui, apesar destas transformações, é ainda perceptível a lógica anterior.

Foram construídos novos corpos a poente e a norte encostados aos limites do terreno formando dois novos grandes pátios, servidos por uma nova entrada rasgada no fim do corpo dos dormitórios a sul.

Em 30 Novembro de 1994, assinou-se o despacho de abertura do processo de instrução relativo à eventual classificação do imóvel, em conjunto com a Igreja dos Terceiros do Carmo e sua sacristia.

Ao longo dos tempos, essencialmente no século passado, tem-se procedido a diversas obras de restauro. De 1993 a 1955 a DGEMN executou trabalhos de reparação e beneficiação das cavalarias e picadeiro pela Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas, limpeza da fachada e restauro da talha da igreja.

A Porto 2001 contemplou o espaço do antigo convento pela equipa do Arquitecto Camilo Cortesão.

---

18 Paredes exteriores de alvenaria de granito revestidas a mármore rosa no interior da nave; Revestimento a azulejo na fachada lateral. Granito aparente na fachada principal; Cobertura em estrutura de madeira revestida a telha de barro; Tecto em abóbada (nave) pintado com motivos florais; Tecto estucado na sacristia; Pavimento em soalho de madeira na nave, capela-mor e sacristia; Pavimento revestido a lajeado de granito no corredor de ligação entre a nave e a sacristia; Lambrim de azulejo no corredor de ligação entre a nave e a sacristia. INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

19 Os azulejos da fachada lateral revelam um gosto tradicionalista e revivalista quanto à concepção e decoração com elementos setecentistas, embora constitua o melhor exemplo deste tipo de revestimento, que se tornou vulgar nas igrejas da região do Porto e Aveiro na 1ª metade do séc. 20. O retábulo mor, rococó, ainda que menos feliz nas suas proporções do que os tipologicamente afins e contemporâneos, é de trabalho extraordinariamente perfeito, tendo por novidade a protuberância das bases, descendo em cascata de folhas e volutas, motivo que faz a ligação entre o estilo propriamente do Porto e o gosto do Alto Minho. INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Bibliografia:

CASTRO, Francisco Cirne de, Memória dos Conventos do Porto / Francisco Cirne de Castro. Tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº10 (1972) – p.287-290,319 ;364.

P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 – conventos religiosos)

CONVENTO DE CARMELITAS DESCALÇOS. Convento de Carmelitas Descalços. In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº17 (1908) – p.266. Convento de Carmelitas Descalços

COUTO, Júlio, Praça Carlos de Alberto. Livraria Vieira. 2003

EFEMÉRIDES : (Convento dos Carmelitas Descalços). Efemérides : (Convento dos Carmelitas Descalços). Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº68 (1910) – p.509.

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Documentação gráfica

FAUP, BPMP, AHMP, ADP.
Existem plantas no Plano topográfico, exigido pela C. M., para mostrar alguns alinhamentos em projectos e aprovados em diversos tempos, por Joaquim da Costa Lima em 1834.
Planta para regular o alinhamento que se pretende na Cerca dos Religiosos Carmelitas, da Praça do Carmo ao Hospital Real de Santo António, 1837.
Plano Topográfico para regular o alinhamento da R. e Tv. do Carmo, 1838.

Documentação fotográfica

Convento dos Congregados



Convento de **Congregados**

Designação Convento e Igreja dos Congregados

Localização Porto, Santo Ildefonso, Praça Almeida Garrett, Av. Da Liberdade, Rua Sá da Bandeira

Fundação
data 1680
comunidade Irmãos sacerdotes da congregação São Filipe de Nery
ordem religiosa Congregação do Oratório de São Filipe de Nery

Extinção
data 1834

Permanências
igreja Mantém tipologia
dependências Demolidas
cerca Urbanizada

Usos
igreja Igreja com funções cultural e devocional
dependências
cerca

Estados de Conservação
igreja Bom
dependências
cerca

Afectação Actual Igreja Católica, Propriedade: Privada

Classificação Patrimonial Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, no Centro Histórico. (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Número do IPA PT 1312120178



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto

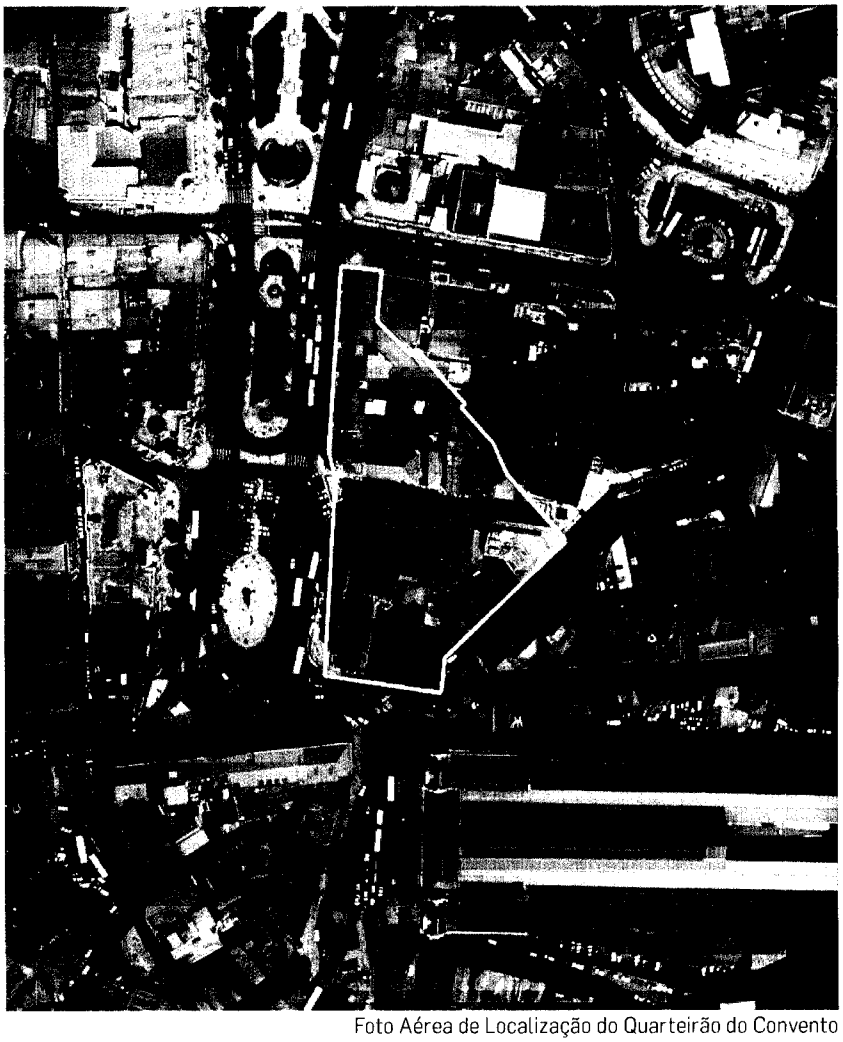


Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no Edificio

1657, construção da ermida ou capela de Santo António da Porta dos Carros pela Confraria;

1661 a 1832 (ADP Convento da Congregação do Oratório de São Filipe de Nery);

1670, doação pela Câmara da capela à Congregação de São Filipe de Nery, bem como do terreno para construção do convento;

1670, 9 Julho, permissão do Príncipe Regente D. Pedro para a edificação do Convento;

1680, 29 Junho, obtenção da carta régia da fundação do convento pelo fundador padre Manoel Rodrigues;

1683, 9 Janeiro, abertura das aulas públicas;

1683, contribuição do Príncipe D. Pedro com 3000 cruzados para a construção, e concessão de protecção régia e esmola anual de 46.000 reis;

1683, 8 Dezembro, lançamento da primeira pedra para a construção do convento;

1694, 5 Agosto, decisão de construir uma Igreja maior e lançamento da primeira pedra;

1703, conclusão da actual Igreja;

1788 a 1804, construção de um novo dormitório para a parte da "invocadura da rua da Porta dos Carros que também se denomina de Paraíso e Bonjardim" AHMP Livro de Vereações, nº90, fl.179

1823, reedificação da capela-mor;

1827, execução das pinturas murais da capela-mor por Acácio Lino;

1832 a 1835, utilização pelas tropas liberais, durante o cerco da cidade do Porto, do Templo para armazém do material de guerra, servindo ainda de hospital;

1834, com extinção das ordens religiosas, o convento foi vendido com a sacristia e torre a um particular;

1836, 12 Janeiro, entrega por despacho real à Irmandade; restauro do interior: altares laterais da capela-mor e altares do transepto; a Irmandade solicita à Rainha D. Maria II a entrega do templo;

1836, 29 de Outubro, portaria que concedeu à Câmara a demolição da escadaria e enorme pátio em frente da igreja;

1842, demolição da Torre;

1853, novos estatutos da Irmandade;
1920, execução dos vitrais da fachada por F. Mendes de Oliveira da autoria de Robert Léone;
Século 20, execução de guarda-vento, porta principal e janelas laterais com vidro e ferro forjado da autoria do Arquitecto Rogério de Azevedo; execução do frontal do altar-mor e banqueta em prata cinzelada; colocação do órgão;
1927, colocação dos painéis na capela-mor;
1995, limpeza da fachada pela DGEMN.

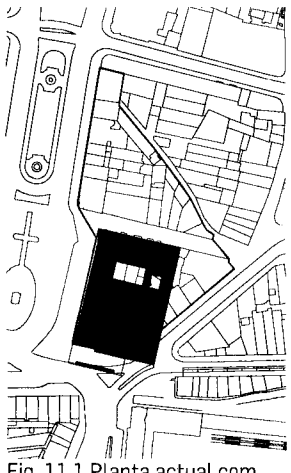


Fig. 11.1 Planta actual com indicação da cerca



Fig. 11.2 Igreja dos Congregados, Pintura de Vilanova (1833) *Fonte: BPMP*



Fig. 11.3 Igreja dos Congregados, Pintura de Vilanova (1833) *Fonte: BPMP*

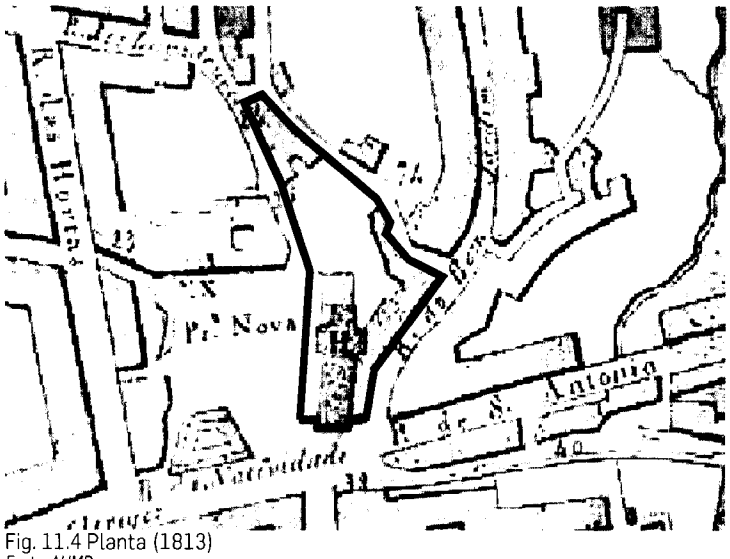


Fig. 11.4 Planta (1813)
Fonte: AHMP

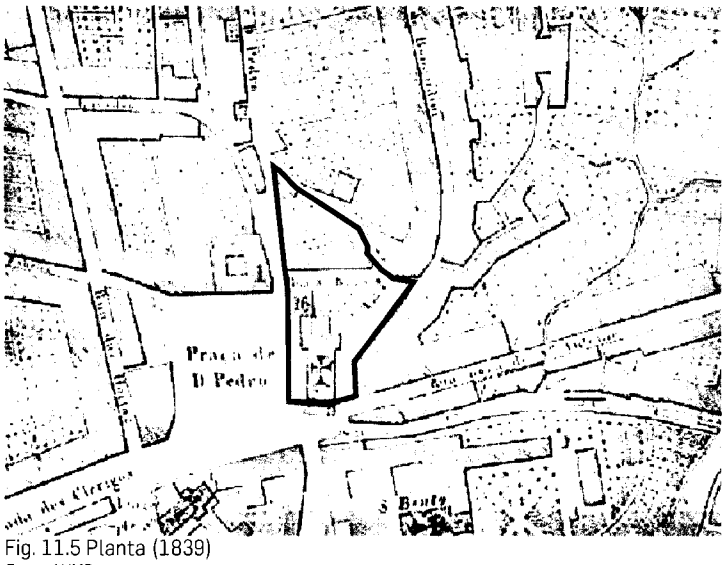


Fig. 11.5 Planta (1839)
Fonte: AHMP

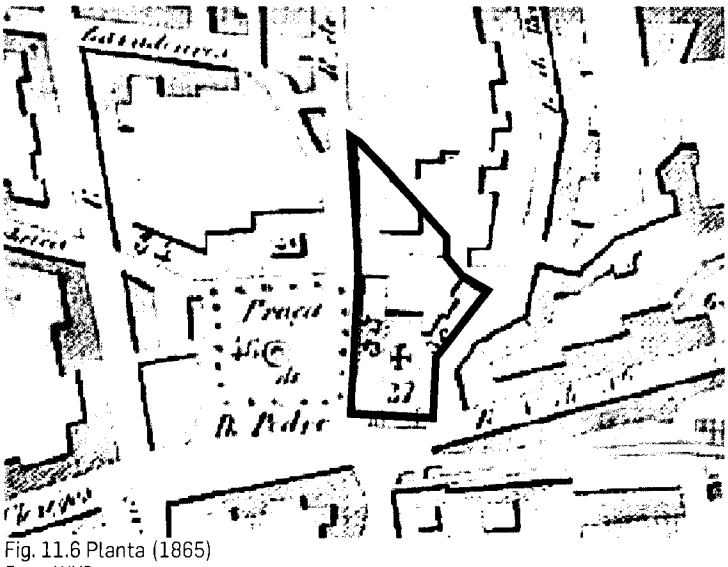


Fig. 11.6 Planta (1865)
Fonte: AHMP

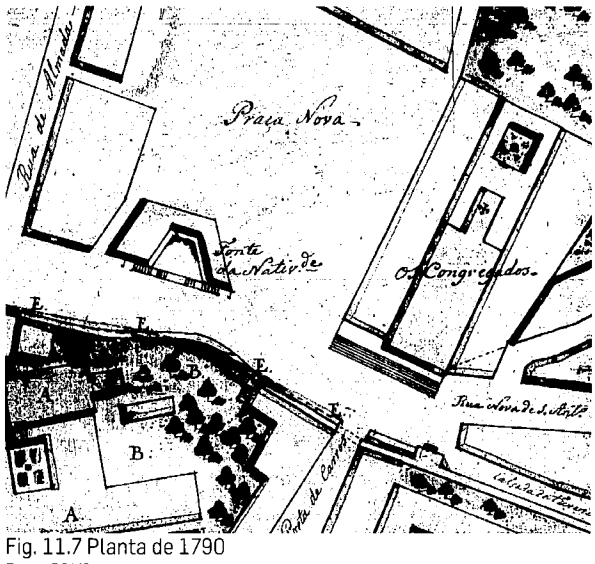


Fig. 11.7 Planta de 1790
Fonte: BPMP

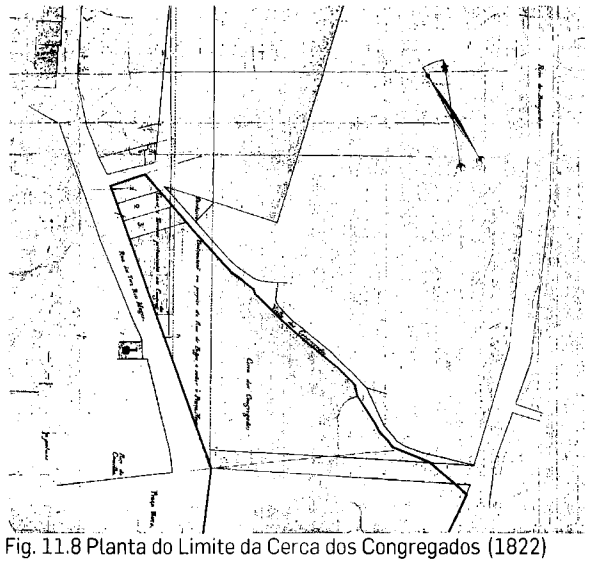


Fig. 11.8 Planta do Limite da Cerca dos Congregados (1822)
Fonte: AHMP

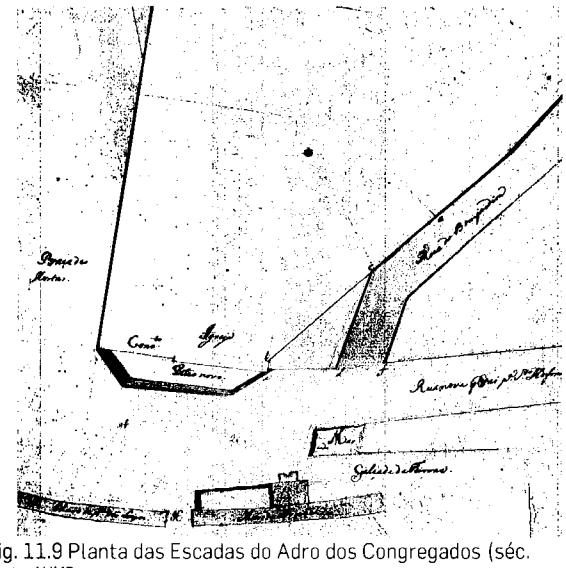


Fig. 11.9 Planta das Escadas do Adro dos Congregados (séc.
Fonte: AHMP



Fig. 11.10 Alçado da igreja

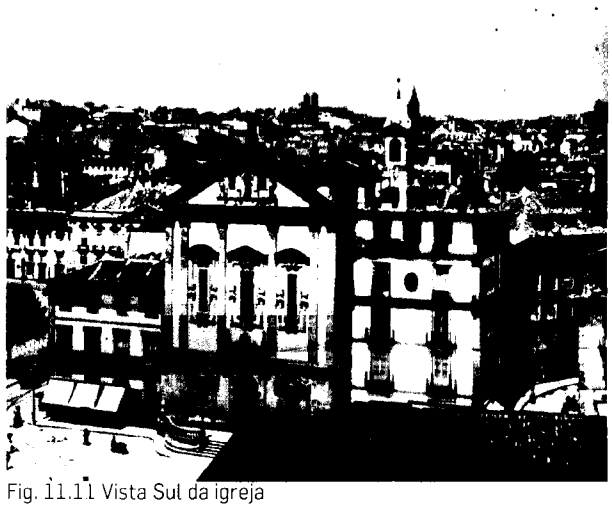


Fig. 11.11 Vista Sul da igreja

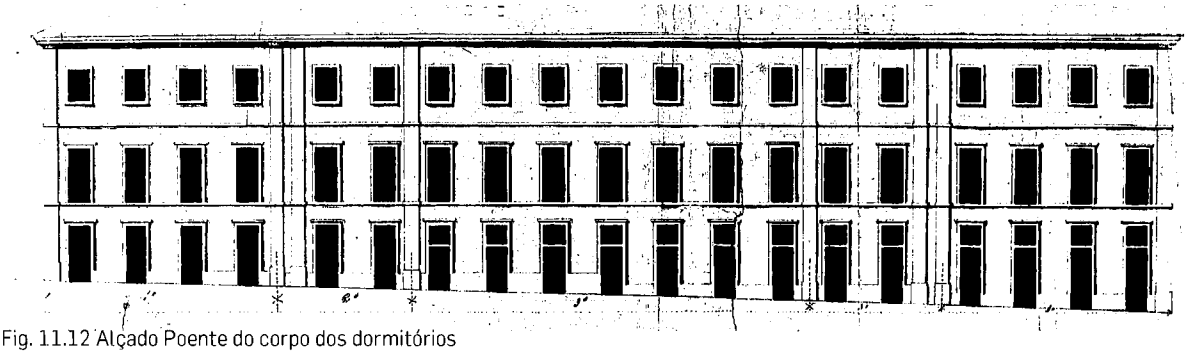


Fig. 11.12 Alçado Poente do corpo dos dormitórios

1 Localização

A Ordem dos Irmãos Sacerdotes da Congregação de S. Filipe de Nery instalou-se num lugar central, abrangendo uma grande área.

De acordo com as descrições e documentos fotográficos, (comparando as fotografias actuais com um desenho da fachada de 1844) a frente do convento, após a sua extinção, deu lugar à actual frente nascente da Praça de D. Pedro, hoje Praça da Liberdade.

A Igreja, o único elemento que resta do convento, situada no ângulo entre a Praça da Liberdade a oeste e da Rua de Sá de Bandeira a este, localiza-se na frente norte da Praça Almeida Garrett, inserida entre dois edifícios de cércea mais reduzida.

2 Implantação

É o segundo convento a implantar-se fora das muralhas depois do convento do Carmo, no início do século XVII, como de resto vai acontecer com os conventos cujas implantações foram posteriores.[1]

O desenvolvimento da cidade, o crescimento da população e o abandono da necessidade de defesa estariam na origem destas escolhas.

Este convento instalado na praça das Hortas [2] no exterior da Porta dos Carros veio ainda inserir-se junto dos conventos de Santo Eloy e São Bento da Avé-Maria numa zona de crescente desenvolvimento e prestígio. Era um local de comércio e convívio onde, a partir de 1625,se realizava a feira, que antes se fazia no Largo de S. Domingos (feira estabelecida no Largo de S. Domingos desde 1588 e cuja mudança foi realizada depois das queixas dos Dominicanos de que o barulho da feira lhes perturbava o recolhimento). [3]

A Confraria de S. António, que existia na ermida de S. António do Penedo, no Terreiro do Convento de Santa Clara, por não ter casa própria, comprou um terreno fora da Porta dos Carros para esse fim. (Daí derivou o nome de S. António da Porta dos Carros.) O convento de Santo António foi fundado em 1680, contudo já em 1670, esta ordem tinha solicitado autorização à Câmara do Porto para se instalarem na capela de S. António da Porta dos Carros, o que foi concedido pelo Senado, protector e administrador da mesma, com a condição de a recuperar se isso fosse do seu interesse.[4]

A Congregação do Oratório estabelecida em Lisboa e confirmada pelo Papa Clemente X em 6 Maio de em 1611, só em 1680, se estabeleceu no Porto.

Essa confraria de jurisdição secular por ser de leigos tinha os estatutos confirmados pela Câmara, "sem nunca se poder submeter à jurisdição eclesiástica".

O regulamento não os obrigava à clausura, mas só lhes era permitido sair à rua dois a dois. [5]

A Ordem também possuía uma quinta no Monte dos Congregados, para recreio e tratamento, que foi também vendida e parte cedida ao Município para a abertura das ruas da Alegria, da Firmeza, e da Duquesa de Bragança. "1715, obtiveram os padres de el-rei D. João V alvará e provisão para possuírem a quinta denominada dos congregados sob o fundamento de terem ali um recreio para

---

1 Implantações fora das muralhas, só se tinham verificado com os dois primeiros conventos, S. Francisco e S. Domingos e por preferências e estratégia dos mendicantes. No século XVI Monchique fica também no exterior mas pela sua especificidade de ter sido um Paço transformado em convento. Nos séculos XVII e XVIII os conventos voltam a implantar-se no exterior das muralhas.

2 (o terreno correspondia ao campo junto à entrada da Porta de Carros da muralha Fernandina)

3 "A praça mais espaçosa era a da Ribeira. O terreiro de S. Domingos, entre o mosteiro e a Misericórdia, além de servir de convívio, era aí a feira franca semanal, às terças-feiras, a partir de Fevereiro de 1588." P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora. Pag.262

4 Fonte: "Em 1670 "os confrades e irmãos sacerdotes da congregação do Bem aventurado S. Filipe de Nery", sita no Colégio da Graça dos Meninos Órfãos, pediram à Câmara para se instalarem na Capela de S. António da Porta dos Carros. O Senado, protector e administrador da mesma, autorizou, com a declaração de, quando não conviesse, a poder despedir." CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA PORTA DOS CARROS. Convento de santo António da Porta dos Carros. In : tripeiro – Porto – Série 4, Ano 1, nº10 (1931) – p.145. Convento de santo António da Porta dos Carros, Porto, Agosto de 1931

5 Fonte: Convento de santo António da Porta dos Carros. Tripeiro – Porto – Série 4, Ano 1, nº10 (1931) – p.145. Convento de santo António da Porta dos Carros. Tripeiro. Porto, Agosto de 1931.

convalescentes."[6]

3 Fundação edificação e transformações

3. 1 Convento

Em 1669 a Congregação de S. Filipe de Nery, por falta de instalações adequadas e pelo número de confrades para o exercício das suas funções na escola e nas oficinas,[7] estabeleceu ligações com a Confraria da pequena Ermida de S. António, da Porta dos Carros erigida no Campo das Hortas desde 1657 para estabelecer aí o seu colégio. Negociada a mudança, os Padres Congregados do Oratório requereram licença ao senado da comarca para a compra do terreno e para edificação do convento.[8]

Fundado em 30 de Agosto de 1680, começaram as obras do convento em 1683. A frente principal era virada para a Praça de Almeida Garrett, em frente da porta do Carros com um enorme pátio diante da igreja que centralizava a fachada. A poente da igreja e no mesmo alinhamento ficava a portaria "sobre ela se via em formas colossais a imagem do padroeiro, e logo acima estavam rasgadas duas janelas de sacada com suas varandas de ferro"[9] com a torre dos sinos a rematar. Do outro lado ficava um "idêntico edifício em tudo igual menos na torre que não tinha, e esteve sempre habitado por inquilinos que pagavam o aluguer ao convento, cuja parte habitada pelos padres era esta que ainda se estende pela parte do nascente da Praça de D. Pedro"[10]

A seguir à torre e para o lado da Praça Nova, mais tarde de D. Pedro, ficava a Sacristia, ambas demolidas após a extinção do convento. O corpo dos dormitórios ficava na continuidade da sacristia com oficinas e lojas no rés-do-chão que os padres arrendavam. "Dentro dum ano se construiu o dormitório que corria do lado sul para o lado norte junto da capela-mor, o qual abrangia a portaria e oratório; por cima no primeiro deste corpo do edifício estava montada a Secretaria a sala para receber visitas, no segundo eram os cubículos dos padres e para o noviciado reservou-se a água furtada, incómoda moradia que se melhorou depois renovando-se para a outra parte quando se concluiu este lanço de dormitórios."[11]

Este corpo mantém a implantação do actual edifício a nascente da praça da Liberdade, cujo comprador após a extinção do convento regularizou a fachada rasgando mais janelas no primeiro andar e portas no rés-do-chão. "Cuja parte habitada pelos padres era esta que ainda se estende pela parte do nascente da Praça de D. Pedro, apenas alterada pelos herdeiros de... que compraram ao estado e lhe rasgaram mais janelas de varanda no primeiro andar do as que tinha antes, fazendo lhe ao mesmo tempo, no pavimento térreo portais regulares, sendo antigamente baixos e que davam entrada a lojas soterradas que os padres costumavam arrendar por bem crescida quantia." A abertura de janelas para a praça já tinha sido contestada antes aquando da construção do convento pelo Cabido da Sé que era o proprietário do terreno da Hortas na altura da edificação. (Fig.11.12, pag.285)

Para além deste corpo tinha outro, de dormitórios a norte: "Consistia o primitivo convento em dois corredores de taipa sendo um disposto de nascente a Poente por detrás da igreja, e outro ao lado dela correndo ao meio dia porem tiveram de deixar entre os dois suficiente espaço para a horta, visto que ou vizinho morador assim o exigiu; Tinha este convento vinte pequeníssimos cubículos e

---

6 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira hist. da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (Pag.143)

"Pertencia-lhes uma quinta no Monte dos Congregados, para recreio e tratamento, que foi também vendida e parte cedida ao Município para a abertura das ruas da Alegria, da Firmeza, e da Duquesa de Bragança." Convento de S. António da Porta dos Carros. Tripeiro. Porto. Série 4, Ano 1, nº10 (1931) - p.145. Agosto de 1931

7 "Eram uns cinquenta, com uma renda anual de dez mil cruzados." Convento S. António da Porta dos Carros. Tripeiro. Porto. Série 4, Ano 1, nº10 Ag.1931 p.145.

8 Os frades da congregação de S. Filipe de Nery, acumulavam a função educativa com aulas públicas de retórica, filosofia e teologia.

9 (Pag.136, Sousa Reis)

10 (Pag.136, Sousa Reis)

11 (Pag.140, Sousa Reis)

outras oficinas necessárias cujas paredes eram todas de tabuado" [12]

O claustro situava-se no interior do quarteirão a seguir à capela-mor da igreja: "Tinha este convento uma escolhida livraria, e no seu interior, alem da capela-mor hum pátio ou claustro com chafariz. O claustro interno deste convento fica muito próximo por detrás da capela-mor e tinha por lado de extensão 94 palmos: era circulado de bons arcos de cantaria sobre os quais se sustentavam dois andares de dormitórios estando ai ultimamente estabelecidas as aulas das quais se descia para o dito claustro por uma larga escadaria de pedra." [13]

Durante as guerras liberais, quando entrou na cidade o exército libertador de D. Pedro, os religiosos abandonaram o convento, que foi então aproveitado pelas tropas como arsenal, sendo a igreja profanada e destinada a depósito dos bens móveis e livros dos outros conventos.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, o convento foi vendido a um particular, tendo sido mais tarde demolido para possibilitar a abertura da Rua de Sá Bandeira. É de salientar que foi este um dos primeiros edifícios religiosos a desaparecer após a extinção das ordens em 1834.

"Situado num lugar central, excelente para o negócio, teve logo pretendentes, sendo adquirido ao estado por uns doze contos de réis. ... A cerca que a antiga rua de Sá da Bandeira cortou, ia até à travessa do Bispo, onde subsiste um portal." [14]

A igreja foi restituída aos primeiros proprietários da confraria e ainda hoje se conserva, mas a sacristia e a torre sineira, (também reclamada por estes, por ter sido oferta da soberana D. Maria II) foram adquiridas pelo proprietário que comprou o convento e os demoliu em 1842 para "comodidade dos moradores depois de regularizado o risco das casas que edificou." [15]

3. 2 Igreja

A designação desta Igreja tem a ver com o facto de ter sido fundada pela Congregação de S. Filipe de Nery, os padres da Congregação Oratório. O padroeiro principal é Santo António, fundador da Congregação. A actual igreja foi construída sobre uma antiga capela, existente desde 1657, para sede da Confraria de Santo António, primeiros proprietários.

Da antiga capela, a actual aproveitou-a para capela-mor embora esta também tivesse sido reedificada em 1823.

Em 1680, na altura da fundação, a capela existente foi doada pela Câmara à Congregação de São Filipe de Nery, mas em 1694 é tomada a decisão de se construir uma igreja maior, tendo sido lançada a primeira pedra em 5 de Agosto desse mesmo ano, e concluída em 1703. (Os confrades entenderam doar o terreno adquirido ao juiz e vereadores da Câmara, contanto que a capela-mor do templo fosse feita à custa da Câmara.)

Em 1823, reedificou-se a capela-mor (1823-26) e em 1827, foram executadas as pinturas murais da capela-mor por Acácio Lino.

Trata-se de uma igreja de arquitectura religiosa, barroca, de planta longitudinal, nave única e capela-

---

12 "Tinha este convento a sua principal fachada virada para a porta dos carros... à esquerda da porta da igreja e na parte do convento, que ficava ate à esquina da praça Nova, estava praticada a portaria, sobre ela se via em formas colossais a imagem do padroeiro, e logo acima estavam rasgadas duas janelas de sacada com suas varandas de ferro, servindo de remate a torre dos sinos: do outro lado da igreja havia um idêntico edifício em tudo igual menos na torre que não tinha, e esteve sempre habitado por inquilinos que pagavam o aluguer ao convento, cuja parte habitada pelos padres era esta que ainda se estende pela parte do nascente da Praça de D. Pedro, apenas alterada pelos herdeiros de... que compraram ao estado e lhe rasgaram mais janelas de varanda no primeiro andar do as que tinha antes, fazendo lhe ao mesmo tempo, no pavimento térreo portais regulares, sendo antigamente baixos e que davam entrada a lojas soterradas que os padres costumavam arrendar por bem crescida quantia. Tinha este convento uma escolhida livraria, e no seu interior, alem da capela-mor hum pátio ou claustro com chafariz. A sacristia era situada para o lado da Praça de D. Pedro... esta com a torre foi demolida pelo comprador e regularizado o risco para comodidade dos moradores destas casas que edificou..." Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (Pag.140)

13 (Pag.143, Sousa Reis)

14 Convento de S. António da Porta dos Carros. Tripeiro. Porto. Série 4, Ano 1, nº10 (1931) – p.145. Porto, Agosto de 1931

15 (Pag.136, Sousa Reis)

mor rectangular, com tecto em granito abobadado com lanternim e pavimento em madeira.[16]
Os altares colaterais e o mor da nave são neoclássicos, mas os que ladeiam o arco triunfal são barrocos.
A fachada é de composição axial com variedade de frontões, alguns interrompidos, sendo o revestimento de azulejos decorativos.
As paredes exteriores são de alvenaria de granito aparente pelo lado exterior, revestidas também a azulejos.[17]
Durante o cerco da cidade do Porto, aquando da Guerra Civil, as tropas liberais utilizaram a igreja para hospital e armazém de material de guerra.[18]
Em 1834, a lei de 3 de Maio fez passar o convento e a igreja para a posse do Estado.[19]
Em 9 Julho de 1836, a igreja por determinação régia foi entregue à confraria de S. António da Porta dos Carros, primeira proprietária da ermida e do terreno do Campo das Hortas quando os padres abandonaram o convento.
Em 1836, a Irmandade solicitou à Rainha D. Maria II a restituição da igreja, o que foi concedido por despacho real em 12 de Janeiro.
A portaria de 29 de Outubro de 1836 concedeu à Câmara a demolição da escadaria e enorme pátio em frente da igreja "que muito obstruía estreitava a localidade, tinha loja de abobeda por baixo cujos reditos não eram dos padres..."[20]
Devido à sua utilização indevida e imprópria durante um certo período de tempo, houve necessidade de restaurar o seu interior, assim efectuaram-se trabalhos nos altares laterais da capela-mor e nos altares do transepto.
No século passado, foram executadas algumas obras de manutenção e de restauro. Na década de 20, F. Mendes de Oliveira executou os vitrais da fachada de autoria de Robert Léone, tendo também sido colocados os painéis na capela-mor.
Posteriormente, fez-se o guarda-vento, a porta principal e janelas laterais em vidro e ferro forjado de acordo com o projecto do Arquitecto Rogério de Azevedo; efectuou-se o frontal do altar-mor e a banqueta em prata cinzelada, tendo-se, ainda, colocado o órgão.
Mais tarde, em 1995, procedeu-se à limpeza da fachada.

4 Extinção e permanências

O convento, como já se referiu, foi demolido, enquanto a igreja se mantém inalterada, continuando a efectuarem-se várias obras de restauro e de manutenção.
Este convento, tal como o de Santo Eloy e o de S. Bento de Avé-Maria, todos com implantação muito próxima, não sobreviveu à força urbanística de um local que se centralizou com a evolução da cidade. Este convento, assim como os restantes, rapidamente foi vendido e o seu destino entregue

16 A Capela-mor com paredes ritmadas por pilastras jónicas, tem nos intervalos dez painéis figurando cenas da vida de Santo António, e retábulo com painel de João Baptista Ribeiro representando Assunção da Virgem. Na sacristia destacam-se dois arcazes em pau-preto, com guarnições metálicas, e uma tela representando a Virgem e o Menino.

17 Paredes interiores estucadas com pinturas (nave); Tecto em estucado com pinturas (nave); Tecto em granito (capela-mor); Cobertura em estrutura de madeira e revestida a telha de barro; Grades em ferro forjado; Caixilharias de madeira e / ou chumbo (vitrais).

18 "Na entrada do exército libertador por D. Pedro... abandonaram os padres este seu convento, que como devoluto deu lugar a nele se formar o arsenal do mesmo exército, sendo a igreja profanada e destinada a deposito dos bens móveis e livros dos conventos extintos. A igreja é linda... decerto muito melhorada com a nova e moderna capela-mor que os congregados lhe construíram pelos anos de 1825 ou 1826, hoje sustentado o culto divino pelos cuidados da confraria de Santo António e pelas esmolas dos cidadãos." Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história a da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (Pag.136)

19 "Reclamou a Confraria de S. António, pedindo a restituição da igreja, por ser propriedade particular da mesma... A torre e os sinos que pertenciam ao convento lá se foram." Convento de santo António da Porta dos Carros. tripeiro - Porto - Série 4, Ano 1, nº10 (1931) - p.145. Porto, Agosto de 1931

20 "a óptima igreja que por determinação régia foi entregue à confraria de S. António da porta dos carros, primordial possuidora da Ermida, e do terreno do campo das hortas, que haviam comprado para erecção da sua capela." Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (Pag.137)

à pressão imobiliária do lugar.

Bibliografia:

P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (pag.104-110 - conventos religiosos)

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA PORTA DOS CARROS. Convento de santo António da Porta dos Carros. Tripeiro - Porto - Série 1, Ano 1, nº17 (1908) - p.266.
CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA PORTA DOS CARROS. Convento de santo António da Porta dos Carros. Tripeiro - Porto - Série 4, Ano 1, nº10 (1931) - p.145.
Convento de santo António da Porta dos Carros, Porto, Agosto de 1931

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

SOUSA REIS, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID

Documentação gráfica
FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica

Convento das Carmelitas Descalças

Convento de Carmelitas Descalças

Designação Igreja e Convento de São José das Carmelitas Descalças

Localização Porto, Vitória, rua das Carmelitas, praça Gomes Ferreira e praça Guilherme Gomes Fernandes, rua Cândido dos Reis, rua de Santa Teresa

Fundação
data 1704
comunidade S. José do Carmo de religiosas Carmelitas Descalças de Santa Teresa e S. João da Cruz
ordem religiosa Ordem das Carmelitas Descalças

Extinção
data 1833

Permanências
igreja Demolida
dependências Demolido
cerca Demolida

Usos
igreja -
dependências -
-
cerca

Estados de Conservação
igreja
dependências
cerca

Afectação Actual Zona geral de protecção
Zona especial de protecção
Localiza-se no interior do perímetro inscrito na lista do Património Mundial da Humanidade.

Classificação Patrimonial

Número do IPA



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto

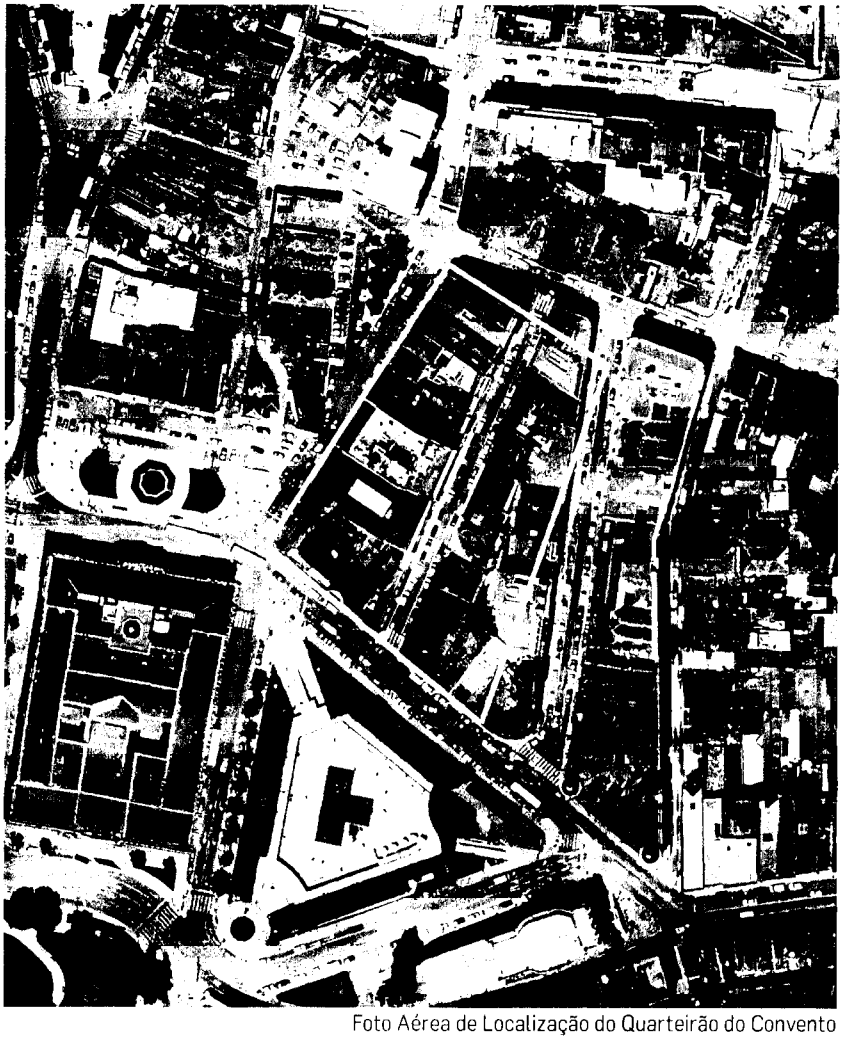


Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no Edifício

1701, 26 de Abril, fundação pelo rei D. Pedro II;

1702, 19 de Julho, escritura da tomada de posse pelas freiras do terreno;

1072, 20 Dezembro, escritura de aprovação do projecto do convento e compra de terrenos em volta para o interior da cerca;

1702, início da construção do convento;

1734 a 1827 Convento de São José das Carmelitas Descalças, datas extremas do fundo; ADP Convento S. João Novo, bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Pag.302

1823, a câmara mandou construir o chafariz que estava na embocadura da praça de Santa Teresa o qual fica quase encostado à capela-mor do convento;

1823, 22 Dezembro, concessão de água ao convento;

1833, esvaziamento do convento das carmelitas;

1833, 28 Abril, estabelecimento da repartição do Correio que permaneceu até 1857;

1881, proposta de um mercado coberto para o terreno das Carmelitas;

1903, data da planta de arruamentos de terrenos para a construção do novo bairro das Carmelitas.



Fig. 12.1 Planta actual com indicação da cerca

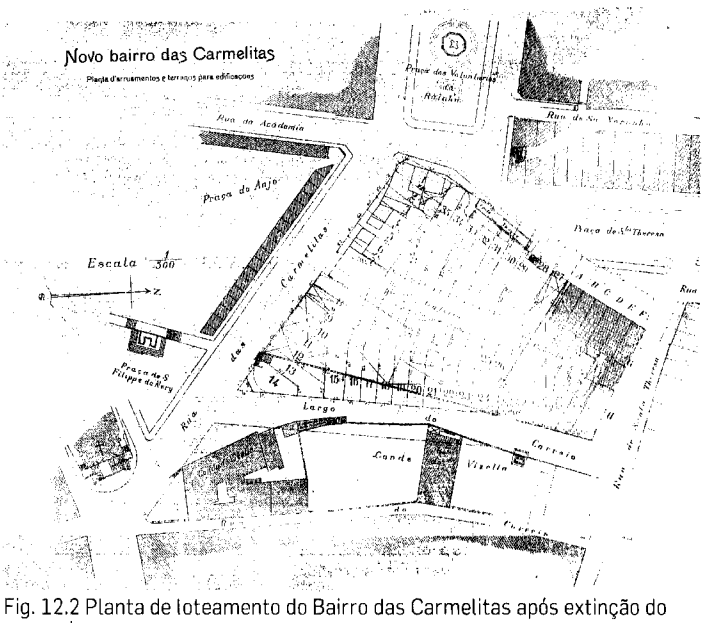


Fig. 12.2 Planta de loteamento do Bairro das Carmelitas após extinção do convento *Fonte:AHMP*

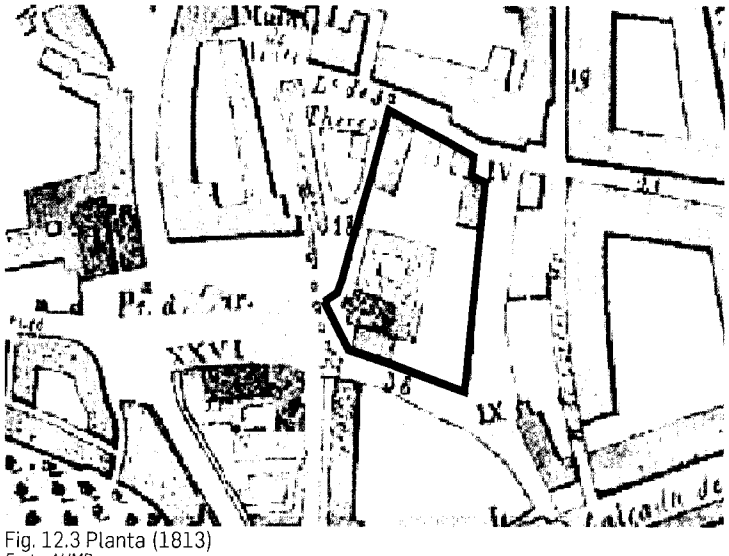


Fig. 12.3 Planta (1813)
Fonte: AHMP

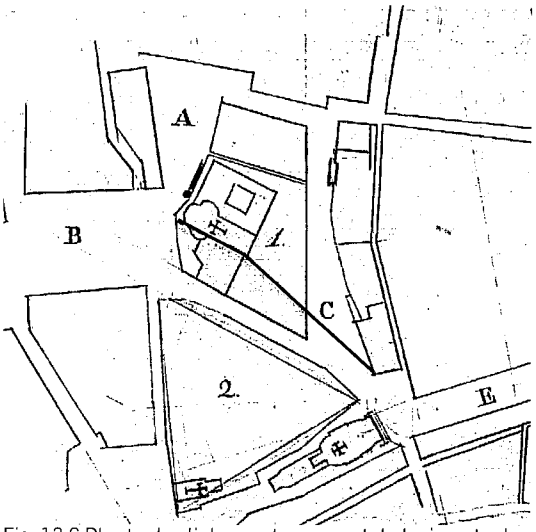


Fig. 12.6 Planta de alinhamento para estabelecimento do Correio(1834) *Fonte: AHMP*

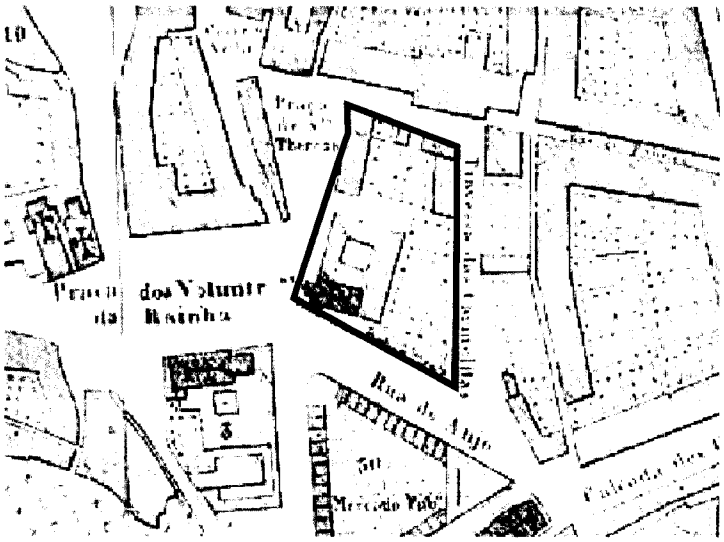


Fig. 12.4 Planta (1839)
Fonte: AHMP

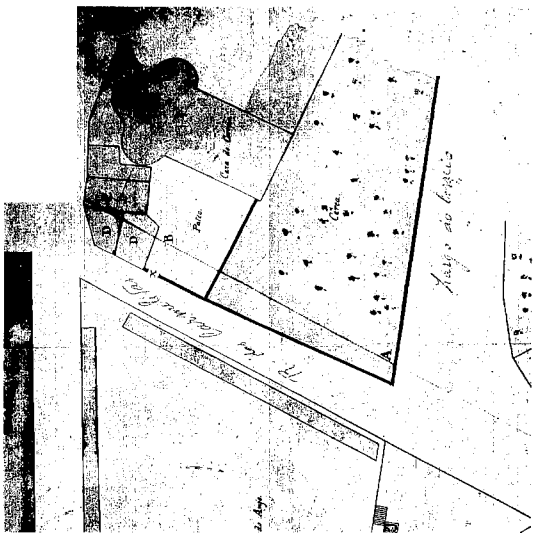


Fig. 12.7 Planta de alinhamento da Rua das Carmelitas (XVIII) *Fonte: AHMP*

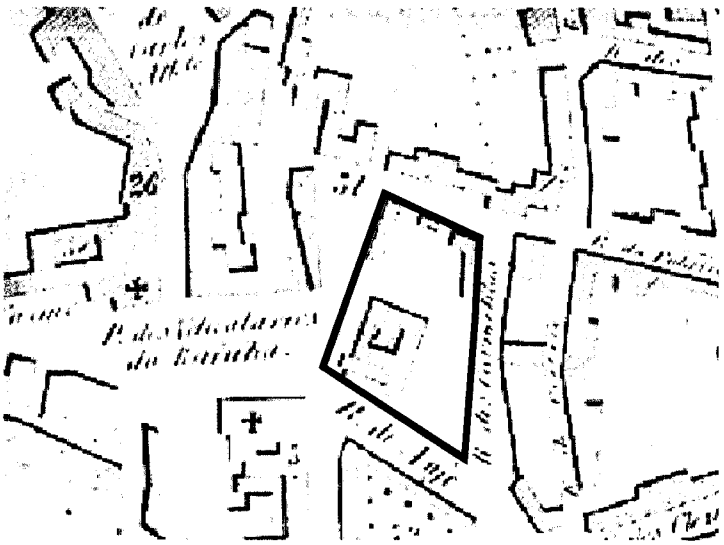


Fig. 12.5 Planta (1865)
Fonte: AHMP

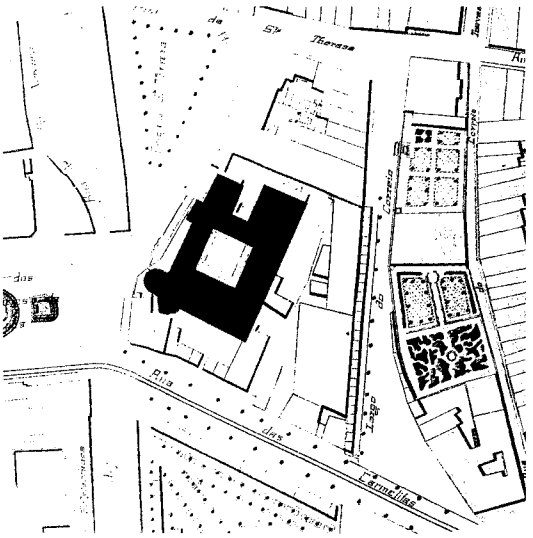


Fig. 12.8 Planta (1892)
Fonte: AHMP

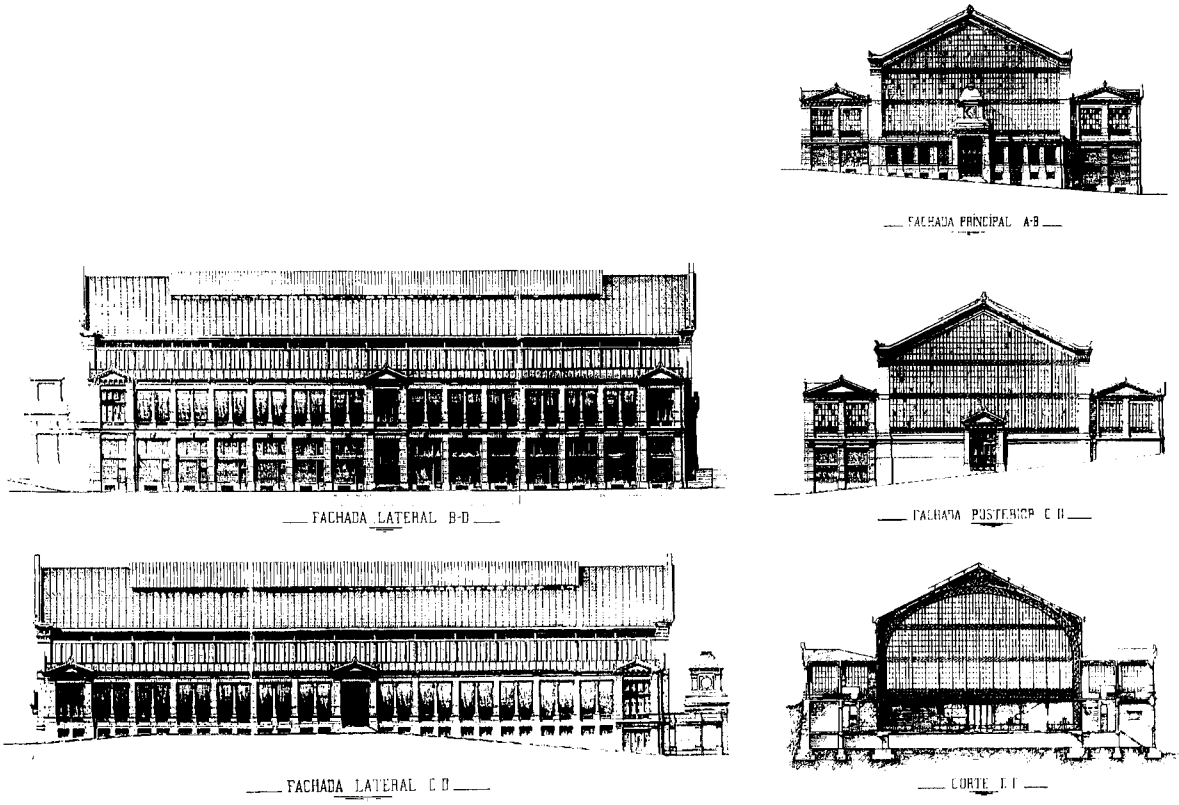


Fig. 12.9 Alçados e corte do projecto do Mercado Municipal (1892)
Fonte: AHMP

1 Localização

O convento de São José e Santa Teresa das Carmelitas Descalças localizava-se, grosso modo, no interior do perímetro que circunda hoje as ruas das Carmelitas, Cândido dos Reis, Santa Teresa e praça de Guilherme Gomes Fernandes. A rua de Galeria de Paris foi construída após a extinção do convento pois atravessava o seu interior. Deste convento nada resta e a própria malha urbana foi transformada com a venda e loteamento deste conjunto e com o alinhamento das ruas.

2 Implantação

No início do século XVIII implantou-se o convento das Carmelitas fora das muralhas da cidade e na proximidade do dos padres Carmelitas, ali já instalados desde há 85 anos.
Já desde o século XVII que os conventos se vinham a implantar fora das muralhas e em frente das portas da cidade.[1]
Este convento vem instalar-se nas cercanias do Rossio das Hortas, denunciando a tendência para o desenvolvimento centrípeto da cidade. A partir de Seiscentos, assistimos à construção dos conventos e estabelecimentos assistenciais fora da cidade amuralhada, mas junto das suas portas, coincidindo com os rossios do Olival, das Hortas e da Batalha, os três futuros pólos de expansão urbana. [2]
Nas terras do Campo do Olival e mais especificamente no campo da Via-sacra ou lugar do Calvário Velho apenas havia uma ermida, por isso a Câmara em 19 Julho de 1702 concedeu licença para a edificação do convento e que essa edificação se estendesse para os terrenos baldios que havia junto da estrada, hoje rua das Carmelitas. As delimitações do terreno estão assim descritas: "das costas da capela-mor para o poente sete varas e meia, e correndo para o norte até entestar com as casas foreiras ao colégio dos órfãos 45 varas correndo para o nascente pela divisão do quintal do Eremitão do dito calvário tem fora da cerca quatro varas e daí corre-lhe em direito ao sul até entestar na calçada 95 varas e vai faceando a dita calçada para o poente até ao rumo direito do cunhal da cerca a mais o cunhal do frontispício da dita igreja em cujo cunhal há-de fenecer o muro da cerca, ficando terra tanto ao nascente como ao poente para logradouros públicos da cidade. (Archivo da Câmara Municipal do Porto) ".[3]
Em 1738 a cerca foi aumentada para sul por doação de 3 de Setembro.

3 As Carmelitas Descalças

As primeiras referências a mulheres associadas à Ordem do Carmo surgiram, apenas, nos séculos XIII e XIV. Tinham a designação de "mantelatas",[4] e não eram todas professas, mas ofereciam-se à ordem, vivendo próximas dos conventos masculinos em comunidade ou em isolamento. Com o aumento progressivo de devotas, o papa Nicolau V promulgou em 1452 a "carta fundacional" da 2ª Ordem, que se baseava numa forma de vida mais contemplativa, sem participação em actividades pastorais. Com o ingresso de Santa Teresa para o mosteiro de Ávila, em 1535, realizou-se a reforma que originou as Carmelitas Descalças. [5]

4 Fundação edificação e transformações

4. 1 Convento

O rei D. Pedro II, acedendo ao pedido do Padre Geral das Carmelitas, autorizou pelo alvará de 26

1 Este convento vem instalar-se próximo do convento masculino dos Carmelitas e também nas imediações da porta do Olival.

2 FERRÃO, Bernardo – Projecto e Transformação Urbana no Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. 3ªed. Porto, FAUP, 1997, pag.210

3 PATRICIO, padre Francisco José, Archeologia religiosa. Noticia dos últimos conventos religiosos do Porto. 1882. Pag.51-52

4 Bernardo Vasconcelos e Sousa, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005. Pag.405

5 Fonte: Bernardo Vasconcelos e Sousa, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005. Pag.405

de Abril de 1701 a fundação do Convento de São José e Santa Teresa de Carmelitas Descalças. Assim, em 1702, sendo bispo do Porto Frei D. José de Santa Maria Saldanha (1697 – 1708), iniciou-se a sua edificação com a construção do dormitório da parte nascente e dos dois coros; dois anos mais tarde, foi a vez da cerca. Nessa mesma época, as religiosas contrataram vários mestres pedreiros (José Rodrigues, Agostinho Rebelo, Manuel Moreira, João Moreira e Manuel Mendes) para realizarem as obras da igreja; e, por fim, em 1732, os trabalhos finalizaram com a capela-mor.

Este convento de vida bastante fugaz, pois foi o penúltimo[6] a ser fundado na cidade do Porto, tendo a sua extinção ocorrido em 1833, era, indubitavelmente o mais austero e despojado de todos os outros edifícios conventuais.[7]

A casa conventual encontrava-se a nordeste da igreja, tendo ao centro o claustro interno, que, relativamente ao desnível de terreno, quase se encontrava no mesmo plano da Praça de Santa Teresa, hoje Praça Guilherme Gomes Fernandes.[8]

A portaria encontava-se a sudeste e comunicava com a igreja por uma porta a nascente.

A casa conventual, visitada no momento da extinção, permitiu que se conhecesse a extrema austeridade que presidia a tudo, até no acanhamento e escuridão das celas e oficinas. "Da vida doméstica daquelas religiosas nada transpirava fora, e apenas na sua extinção, que foi visitada pelo povo da casa, é que se conheceu ser a extrema austeridade que presidia a tudo; as celas e mais oficinas eram sobre modo acanhadas e escuras notando-se mesmo, que essa pouca luz lhe era transmitida por frestas voltadas para o claustro interno a tornavam opaca e tristonha, ... sendo alem disso muito poucas e raras as janelas externas e essas mesmas seguras por fortes grades de ferro, ainda internamente foram vedadas as vistas e estorvado o ambiente com muito estreitas jalousias fixas nos seus umbrais para que em tudo se aumentasse as provações destas poucas mulheres.

Havia junto deste convento uma pequena cerca murada com altas paredes..."[9]

As características mais peculiares desta construção conventual, além do despojamento e da austeridade comuns à igreja, eram a exiguidade e a obscuridade, dado que as janelas exteriores, além de serem escassas, estavam vedadas com gelosias, enquanto as frestas, por onde entrava a luz, direccionavam-se para o claustro interno, como descreve Sousa Reis: "A casa conventual, como disse, em tudo era mesquinha e acanhada, e ainda que estava em sequência da igreja para o lado do norte, quase nenhuma ventilação tinha por essa parte pela razão já apontada. No centro dela tinha um claustro interno, quase nivelado com a praça de Santa Teresa, motivado pela desigualdade do terreno e no meio havia um pequeno chafariz...

Não se vê riqueza, custo de obra, escolha de materiais ou outro qualquer sinal que indique grandeza, antes pelo contrário se enxerga por toda a parte humildade e pouca despesa no fabrico desta."[10]

As descrições são escassas como refere Sousa Reis: "Apesar de ser tão recente o lançamento da primeira pedra deste edifício, é aquele de que menor conhecimento temos, sabendo apenas algumas particularidades e ignorando outras já que não houve depois cronista que as escrevesse, já porque a humildade das fundadoras evitaram talvez tudo quanto podia dar importância a este acto"[11]

O decreto-lei de 15 de Maio de 1833, que extinguia todos os conventos e mosteiros abandonados

---

6 "O mais moderno da cidade do Porto" Sousa Reis, Apontamentos para a história do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.174)

7 "Pois que era de todos os conventos do Porto o mais pobre e o que menos ostentação se desejava impor" Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999. (pag.177)

8 "Tinha este convento uma igreja pequena mas elegante e bem ornada de entalha, claustro, espaçosos dormitórios, amplas oficinas e cerca com tanques e chafariz" FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, As Religiosas do Convento de São José das Carmelitas Descalças em 1833 / Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas. Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 16, nº1/2 (1997) – p.16-21

9 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto - 1999. (pag.177)

10 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.178)

11 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.177)

da cidade do Porto, nacionalizando todos os seus bens, encontrou o convento das Carmelitas desocupado (as religiosas tinham fugido quando da guerra civil entre os liberais e os absolutistas), daí todo o seu património ter passado para as mãos do Estado.

4.2 A igreja

A igreja de planta em cruz latina tinha a orientação canónica nascente/ poente. Mas embora esta igreja tivesse a orientação predominantemente nascente poente, pois a sua orientação era mais especificamente noroeste e sudeste, a cabeceira era virada a poente, seguindo a disposição de S. Bento da Vitória e contrariando a regra da cabeceira virada a poente. A porta principal orientada para sudoeste estava disposta lateralmente para que o coro ficasse diante do altar-mor como era habitual nos conventos femininos. Havia, ainda, um pátio cujo portão dava para a rua das Carmelitas. "Igreja disposta de nascente a poente ficando para este lado a sua capela-mor tem a figura topográfica de uma cruz sendo os três extremos superiores dela arredondados, esta assente de 30 passos distante do alinhamento da rua das carmelitas ao norte da qual fica este templo que é pequeno porem regular e o seu interior era bela...

A porta principal deste santuário era voltada ao sul e ficava sendo lateral como as de todos os mosteiros das religiosas para poderem ter o coro das freiras em frente do altar-mor, mas como este não tinha coro inferior era ele substituído por uma porta fronha que comunicava com a portaria ou entrada da servidão geral do convento, que também tinha uma entrada geral à parte do sul, para onde havia um pátio, que era fechado com um grande portão com gradaria de ferro, qual ficava à face da mencionada rua das carmelitas e hoje existe por ter sido vendido na rua da bela Princesa na quinta do castelo, que pertenceu a Luciano Simões de Carvalho. Era nesse tempo a rua muito mais estreita naquele ponto e quando se alargou à linha que presentemente tem, se demoliu o dito portão e arrematou todo o seu material em hasta pública." [12]

5 Transformações no século XIX e inícios de XX

Em São José e Santa Teresa das Carmelitas Descalças, confrontamo-nos com um convento quer na escala, [13] quer no património de expressão modesta.

Os espaços que o constituem – igreja, dormitórios, casas, pátio e cerca – revelarão, não obstante, capacidade suficiente para acolher um programa funcional diversificado que lhe traçará o destino durante 70 anos (1833-1903). [14]

Apesar da sobriedade do edifício e da parcimónia dos bens desta ordem, conforme já foi anteriormente referido, o convento e a igreja possibilitaram, a instalação de vários serviços públicos – o Depósito Público, o Correio, [15] a Escola Normal, a Secretaria do Ministério Público e a Polícia Civil, - tendo ainda restado algumas parcelas, que foram vendidas em hasta pública, destinando-se a grande maioria a fins comerciais, mas também culturais como foram os casos da Sociedade Filarmónica Portuense e do Teatro de Variedades.

Todavia a sua ocupação pautou-se pela diversidade e transitoriedade, acarretando a descontextualização definitiva do espaço original do convento, como o indiciam as transferências do chafariz para o Mercado do Anjo e a do cruzeiro de pedra e sineta para o cemitério público. [16]

"A casa foi depois aproveitada para se estabelecer o escritório, cavalariças e mais oficinas da Mala posta real do Porto a Lisboa; esteve ali também a Escola Normal, depois de uma estação da polícia,

12 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.177)

13 **Segundo a regra de Santa Teresa** a comunidade não podia exceder o número de 21 religiosas.

14 Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado em história de arte. FLUP. Porto 2001. (Pag.80)

15 1833, 28 Abril, estabelecimento da repartição do Correio que permaneceu até 1857.

16 «Convento das carmelitas - fonte existente hoje no jardim de S. Lazaro é do extinto convento. » FLÀVIO. Tripeiro - Porto - Série 3, Ano 1, nº11 (1926) - p.174.

e tem o edifício servido a várias repartições, tais como: estação telegráfica, direcção de obras publicas e até um mercado em vista a fazer. Esteve aqui instalada uma associação académica de estudantes, um colégio e o chamado Salão Americano de Jovani. Do lado norte tem estado uma escola publica e um armazém de cereais de um negociante, que trás alugada uma parte de convento que serve para habitação e celeiro. Na cerca estão do lado norte umas albergarias aonde se recolhem cavalgaduras, e do lado sul está um barracão aonde se davam espectáculos." [17]
A ocupação das dependências do convento extinto é pois aleatória e vai-se fazendo conforme os interesses e necessidades das diferentes repartições ao qual os espaços não construídos não escapam à vontade de utilização e ocupação como indicam a cedência de parte da cerca para um teatro nacional, [18] por carta de Lei de 5 de Junho de 1839 e mais tarde, em 1845, outra parte da cerca é ocupada pela Sociedade Filarmónica Portuense por Portaria de 3 de Julho. [19]
A extrema precariedade das instalações do convento, exigindo avultados investimentos e [20] a ausência de intervenção por parte dos serviços públicos instalados no Convento, causados pelos problemas financeiros vividos no século XIX, poderão justificar e explicar a imagem degradada que o mesmo adquiriu no decurso deste século. [21]
Apesar da multiplicidade de serviços instalados no convento, estes não absorveram a totalidade do espaço disponível: entre 1837 e 1842 sucederam-se arrematações em hasta pública de propriedades do convento das Carmelitas. [22]

O espaço das Carmelitas, situado numa área de expansão da cidade Oitocentista, polarizou logo após a extinção do convento em 1833, a atenção da câmara. Assim se compreende que parte do terreno do pátio e cerca tenham sido cedidos pelo governo à Câmara Municipal para o novo mercado do Anjo por Portaria de 11 de Março de 1838. [23]

Também o alargamento da rua das Carmelitas, [24] (1834 e 1837) veio valorizar as áreas extramuros, característica do reordenamento urbanístico da cidade liberal, particularmente a partir da segunda metade do século XIX privilegiando a reestruturação da malha existente e acentuando o papel do traçado regulador.
No último quartel do século XIX, o extinto convento passou para as mãos da edilidade, cuja posse servirá os seus intentos de reordenamento urbanístico. Nesta altura, o facto de a câmara passar a

---

17 PATRICIO, padre Francisco José, Archeologia religiosa. Noticia dos últimos conventos religiosos do Porto. 1882. Pag.17-61

18 (para substituir um barracão de espectáculos que se tinha implantado no lado norte da cerca e cujo teatro não chegou a ser construído) Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado. FLUP. Porto 2001.

19 Os espaços vazios no interior da cerca do convento extinto convento não escaparam à ocupação e foram sendo preenchidos à volta das ruas circundantes como é o caso de um barracão de espectáculos no lado norte da cerca. Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado em história de arte. FLUP. Porto 2001.

20 O Secretário do Ministério Público, ao queixar-se das condições inaceitáveis em que se encontra instalada a Secretaria no edifício das Carmelitas, afirma: " (...) convém portanto ao Serviço Público ou grandes e dispendiosos reparos nesta casa ou a mudança para outra: quanto ao primeiro remédio seria mais conveniente, porque o local é central ea Secretaria poderia ficar independente do resto do convento, mas a despesa seria crescida (...) ". ADP - GCP, Mç 554 Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. FLUP. Porto 2001.

21 Para alem da utilização dos espaços construídos e espaços vazios após 1833 o espaço conventual das carmelitas teve por destino uma sobreposição de usos até ao inicio do século XX.

22 ADP - GCPRT, Lvº53, fls38 e 44; Lvº1775, fls36, 72 e 119; Lvº1777, fl12; Mç554. Cf. Catálogo Analítico, Vol II, pp.44-45, 51 e 54-56 Rebelo, Elvira M. Almeida Da Clausura ao Século. Porto 2001.

23 IAN/TT, AHMF, Lvº7642, fl. II 7 v. Note-se que o recolhimento do Anjo, sua cerca e demais pertenças havia sido doado à Câmara, com o fim de nele edificar um mercado, no ano de 1833 (Decreto de 20 de Maio) Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835, pag.306; cf catálogo Analítico, Vol.II pag.15-16 Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. FLUP. Porto 2001.Pag.95

24 AHMP, MNL 2/A-186 e MNL 2/A-205 cf. Catálogo Analítico Vol.II pag.37 e pag.47-48

ser a única proprietária do convento introduz um novo tipo de estratégia de ocupação. [25]
Com efeito o "Plano de Melhoramento" de 1881 apresentado por José Augusto Correia de Barros na Câmara Municipal do Porto, em 26 de Setembro desse ano, entre várias propostas, referia a construção de um grande mercado coberto no terreno das Carmelitas, para a qual foi aberto em 1887 um concurso para a apresentação do ante-projecto, tendo sido seleccionado um projecto de um edifício de grandes dimensões, composto por uma só nave, contornado por uma galeria de dois pisos, que abrangia o quadrilátero delimitado pela Praça de Santa Teresa (hoje Guilherme Gomes Fernandes) e ruas de Santa Teresa, Carmelitas e Correios (presentemente, Cândido dos Reis). Contudo, em 1893, este propósito de construção foi, em definitivo, rejeitado devido à crise económica, que se fazia sentir em todo o país. (Fig. 12.9 pag.297)
"Esteve também montada a secretaria da comissão encarregada dos conventos extintos e na igreja das carmelitas permaneceu o depósito dos móveis e alfaias deles e ai se distribuíram pelas paróquias do bispado. Ultimamente tem sido pedido ao governo por diferentes vezes pela câmara municipal a fim de nele se montar um mercado coberto para cereais e fazer se com celeiros públicos ou uma estiva ao gosto da de Lisboa porem ate agora ainda não o conseguiu e é muito provável que se venda." [26]

No entanto o destino final deste espaço foi traçado em 1903 pelo propósito de aí se construir o Bairro das Carmelitas, como um espaço urbano eminentemente comercial, daí a "Planta dos arruamentos de terrenos para a construção do Novo Bairro das Carmelitas" (fig. 12.2 pag.295) incluir passagens cobertas ou galerias segundo modelos de outras cidades europeias como Bordéus, Milão, Bristol. A construção, que nunca chegou a ser executada, seria constituída seguindo aqueles moldes apenas por uma só nave, de um único piso com cobertura de ferro e de vidro, com a designação de Galeria de Paris, em homenagem à capital da França pela calorosa recepção ao nosso rei D. Carlos I.
Logo em 1904, foram apresentados na Câmara Municipal do Porto diversos requerimentos, apresentando projectos de construção. Convém salientar que no período de tempo que medeia entre 1904 e 1907, o arquitecto municipal José Marques da Silva aplicou na construção do Bairro das Carmelitas os seus conceitos estéticos como a contenção nos ornamentos, a diminuição das consolas, eliminando os duplos beirais e concebendo os edifícios em função dos seus fins. Do mesmo modo, assinalou a importância dos exemplos oriundos do estrangeiro, sobretudo o de Paris, que se deviam reproduzir.
Porém, apenas o arquitecto Marques da Silva e o engenheiro civil Francisco Xavier Esteves adoptaram os projectos referidos, pois, na generalidade, os restantes edifícios foram obra de condutores de obras públicas e mestres-de-obras.
Mas, se enquanto projecto, o Novo Bairro das Carmelitas no início do século XX consubstanciou inovação devido às passagens cobertas ou galerias, a verdade é que a sua concepção arquitectónica aproximou-se muito mais dos grandes armazéns da escola de Paris o que não surpreende, dado que nessa época a "Ecole des Beaux-Arts" dominava a arquitectura na Europa, incluindo, naturalmente, Portugal.
A construção comprovou, deste modo, a funcionalidade comercial deste espaço de cariz essencialmente burguês, não só pelo aspecto exterior dos edifícios, mas também pela sua divisão interna, que consistia na área da loja, com um ou dois andares como apoio e um espaço para habitação de um funcionário.
Comparativamente com as novas áreas residenciais marcacamente burguesas como a Boavista e Alvares Cabrlal, esta é de indole comercial (como denota a tipologia destas casas).

25 O registo do inventário para além de incidir sobre o que se encontrava destruído atendeu à reordenação do espaço das carmelitas segundo o espírito das vereações portuenses até 1903, data do projecto do novo Bairro das Carmelitas. "A apetência municipal no que concerne ao espaço das Carmelitas encontrava-se expressa nos pedidos de cedência e aquisições (de terreno, casas do convento bem como de bens passíveis de descontextualização), que culminaram na arrematação do convento e terreno das extintas Carmelitas, para o qual a Edilidade contrairá um empréstimo, concedido por carta régia de 2 de Julho de 1873." Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. FLUP. Porto 2001. (pag.96)

26 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (pag.181)

6 Extinção e permanências

Da exposição anterior infere-se, evidentemente, que, além do convento, também a igreja da Ordem das Carmelitas se perdeu definitivamente, ao contrário da maioria das outras construções religiosas, em que, pelo menos, se salvaguardaram implantações ou partes dos conjuntos. Este e S. Bento de Avé-Maria foram totalmente arrasados para dar lugar a novas implantações completamente adversas das anteriores. Os seus testemunhos arquitectónicos e artísticos perderam-se definitivamente.

Bibliografia:

P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi.

FLÀVIO. Notas a O Tripeiro : Convento das Carmelitas / Flávio. Tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº11 (1926) – p.174.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, As Religiosas do Convento de São José das Carmelitas Descalças em 1833 / Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas. Tripeiro – Porto – Série 7, Ano 16, nº1/2 (1997) – p.16-21

PATRICIO, padre Francisco José, Archeologia religiosa. Noticia dos últimos conventos religiosos do Porto. 1882. Pag.17-61

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

Rebelo, Elvira Mª Almeida, Da Clausura ao Século. O destino de dois espaços conventuais do porto. Materialidades, memorias e património. Dissertação de mestrado em história de arte. FLUP. Porto 2001.

Documentação gráfica

FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

Documentação fotográfica

Convento de Santo António da Cidade



Convento de Santo António da Cidade

Designação Igreja e Convento de Santo António da Cidade

Localização Porto, Santo Ildefonso, Avenida Rodrigues de Freitas, Rua D. João IV (jardim de São Lázaro), Rua Morgado de Mateus e rua do Barão de S. Cosme.

Fundação
data 1783
comunidade Religiosos franciscanos de Santo António dos Capuchos da província da Conceição
ordem religiosa Ordem dos religiosos mendicantes da província de Santo António, Religiosos Menores Reformados da Província da Imaculada Conceição

Extinção
data 1832

Permanências
igreja Demolida
dependências Alteradas
cerca Demolida

Usos
igreja
dependências Biblioteca Pública Municipal do Porto
cerca Vendida e alterada, só uma pequena parte pertence à BPMP

Estados de Conservação
igreja
dependências Bom
cerca

Afectação Actual Biblioteca Pública Municipal do Porto Utilização Actual; Educativa, cultural e científica: Biblioteca Propriedade: Pública: Municipal

Classificação Patrimonial Classificação do IPPAR: imóvel de interesse público
Insere-se dentro da delimitação da área classificada como Património Mundial da Humanidade, (Incluído na Zona Especial de Protecção do FZHP)

Número do IPA PT 011312120035



Foto Aérea de Localização na Área Metropolitana do Porto



Foto Aérea de Localização do Quarteirão do Convento

Intervenções no Edificio

1747, Fundação de um hospício na cidade do Porto, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, pelos Frades Menores Reformados de São Francisco, ou Capuchos da Província da Conceição;
1749, construção de uma capela por Dionísio Verney no Campo de S. Lázaro, que mais tarde foi adquirida pelos religiosos para Hospício Regular;
1753, testamento de Dionísio Verney referindo-se à construção de um convento que tinha a intenção de ceder aos padres da Ordem da Santíssima Trindade;
1755, Dionísio Verney é sepultado na sua capela no Campo de S. Lázaro;
1779 a 1780, autorização de D. Maria I aos religiosos Franciscanos para fundarem um Hospício Regular na cidade do Porto;
1780, 26 Novembro, compra a António José Mendes Guimarães de uma capela pública, outras casas e terrenos no campo de São Lázaro pelos religiosos Franciscanos;
1780, 30 Novembro, mudança da comunidade religiosa dos Franciscanos da Província da Conceição das casas que habitava na Rua de Santa Catarina para o edifício de São Lázaro;
1781, 26 Maio, pedido de autorização à Câmara para ocupar parte do terreiro de S. Lázaro para continuar a obra do hospício dos religiosos;
1783, fundação do convento de Santo António, em São Lázaro, pelos religiosos Franciscanos da Província da Conceição;
1785 a 1832, datas extremas do fundo; ADP Convento de S. António da cidade bernardo V. e Sousa. Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento.
1785, continuação das obras no Hospício procedendo-se à extracção de pedra na Quinta da Fraga, às Fontainhas; ADP MON-CVSAC/D/1/ Mç1 BPMP. 1992. Pag.31
1789, o edifício conventual está ainda por concluir, segundo o Padre Agostinho Rebelo da Costa, podendo vir a ser um dos maiores conventos da cidade; data do chafariz do claustro;
1790, o Hospício passa a Convento e Casa Capitular;
1798-99, obtenção da autorização de conduzir água para ao Convento, comprometendo-se a fazer um aqueduto subterrâneo; AHMP- prazos – livro 37 a 46, f.473-476, nºreg.º891 BPMP. 1992. Pag.34
1808, criação de um depósito para móveis e roupas das tropas espanholas que ocuparam a cidade durante a invasão francesa;
1809, no mês de Abril passa a funcionar no Convento um hospital para tropas francesas, o mesmo que a 20 de Maio passa a ser destinado para as tropas portuguesas;
1818, são abertas sepulturas na segunda quadra do claustro com o dinheiro do Convento do Maranhão;
1820, procede-se a diversas obras na sacristia;
1823-24, continuam as obras na sacristia utilizando-se pedra de Valongo e Ançã;
1829-30, prosseguem as obras na igreja e sacristia;
1832, continuação da construção da nova igreja com a capela-mor já muito adiantada;

1832, 9 Julho, entrada do Exército Libertador na cidade e abandono do convento pelos religiosos;
1832, 14 Julho, ocupação pela tropas inglesas que combatem ao lado dos liberais, os quais furtam móveis, alfaias religiosas e livros;
1832, 26 Julho, ofício do Corregedor da Comarca que indica que o convento é um dos cinco que foi abandonado; ADP. Governo Civil do Porto. BPMP. 1992. Pag.40
1832, 30 Agosto, inventariação dos bens do Convento;
1832, 25 Setembro, livraria é entregue à Comissão dos Conventos extintos; BPMP. 1992. Pag.4o
1832, abandono do batalhão francês que ocupava o convento, tendo feito grandes estragos;
1833, 9 Julho, criação da Real Biblioteca do Porto (Biblioteca Pública Municipal), por decreto de D. Pedro, que esteve inicialmente alojada no Hospício de Santo António do Vale da Piedade, à Cordoaria, e no Paço Episcopal;
1834, extinção das Ordens Religiosas; o convento ainda não estava terminado; o Museu Nacional dos Reis guarda as suas colecções em algumas dependências do convento, com acesso pelo claustro;
1834, 13 Março, são remetidas ao governo as plantas da praça de Lázaro e do Convento bem como o orçamento das despesas para nesse edifício se instalar o Museu e a Biblioteca;
1836, criação da Escola de Belas Artes do Porto, por Passos Manuel, que esteve instalada no piso térreo do convento até à sua transferência para o actual edifício; ocupa também dependências o Museu Municipal;
1836, 30 Julho, o edifício é doado à Câmara do Porto;
1836, em Agosto é anunciada a venda de "materiais da igreja nova e velha do extinto convento";
1836, Setembro, abertura ao público da Real Biblioteca do Porto no Paço Episcopal;
1839, 30 Julho, decreto de doação do Convento de Santo António da Cidade à Câmara Municipal do Porto, sendo para aí transferida a Real Biblioteca do Porto;
1842, 4 Abril, instalação definitiva e abertura oficial da Real Biblioteca do Porto no edifício do Convento de Santo António da Cidade em São Lázaro;
1929 a 1932, transferência de azulejos hispano-mouriscos do Convento de Santa Clara, em Vila do Conde (v. 1316280004), para a Biblioteca Pública.



Fig. 13.1 Sobreposição do Convento e Cerca de S. António na planta actual

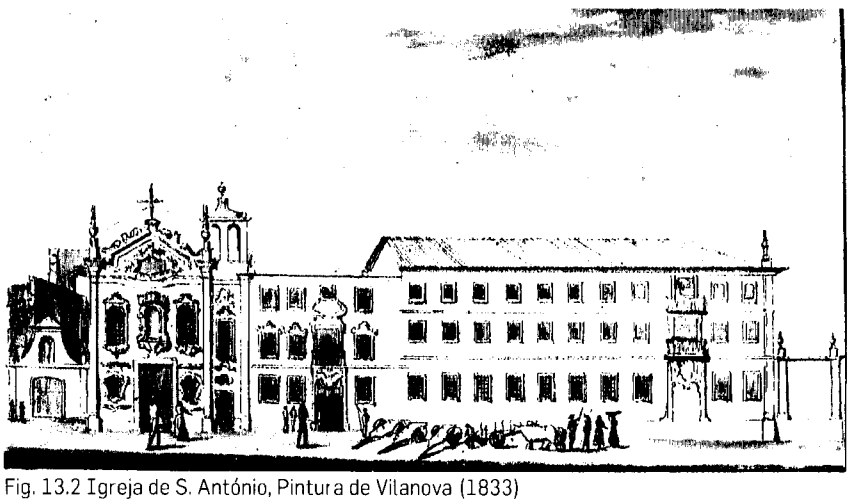


Fig. 13.2 Igreja de S. António, Pintura de Vilanova (1833)
Fonte: BPMP

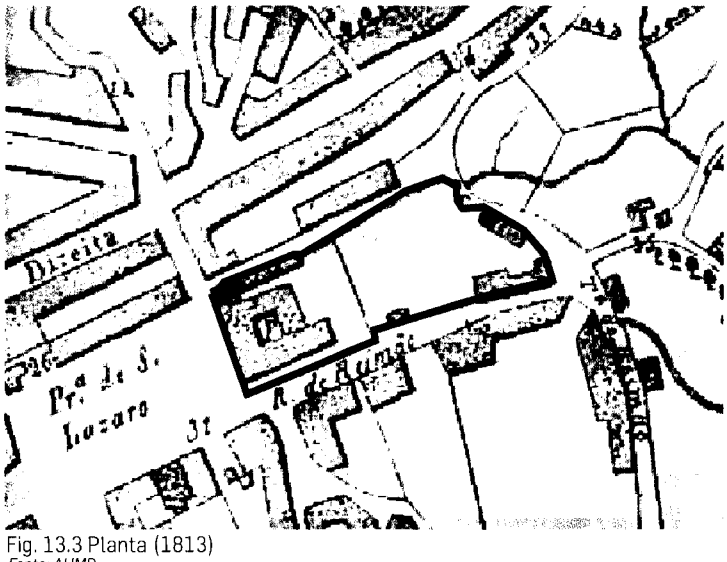


Fig. 13.3 Planta (1813)
Fonte: AHMP

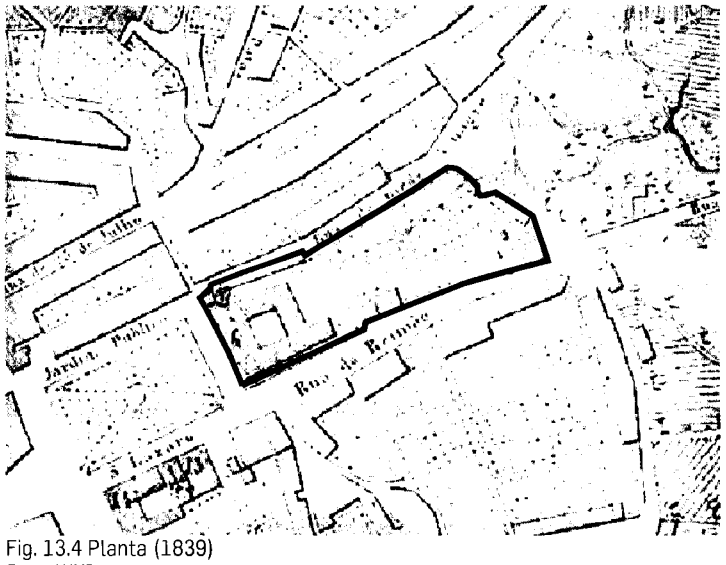
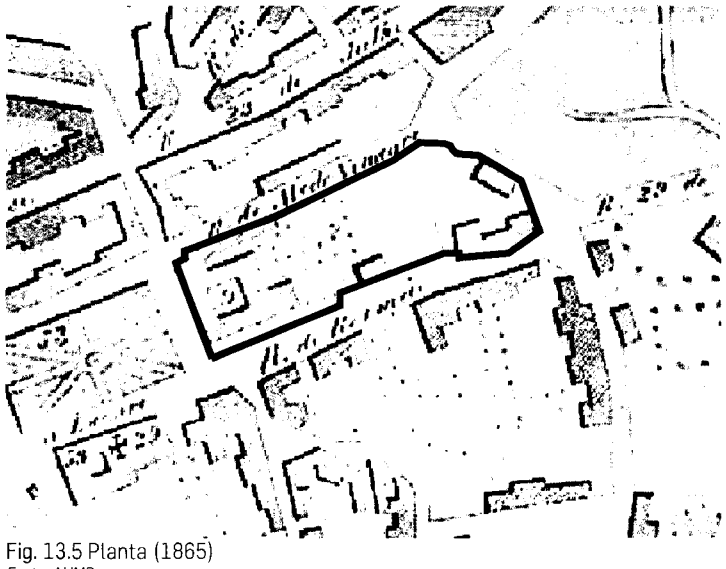


Fig. 13.4 Planta (1839)
Fonte: AHMP


Fig. 13.5 Planta (1865)
Fonte: AHMP

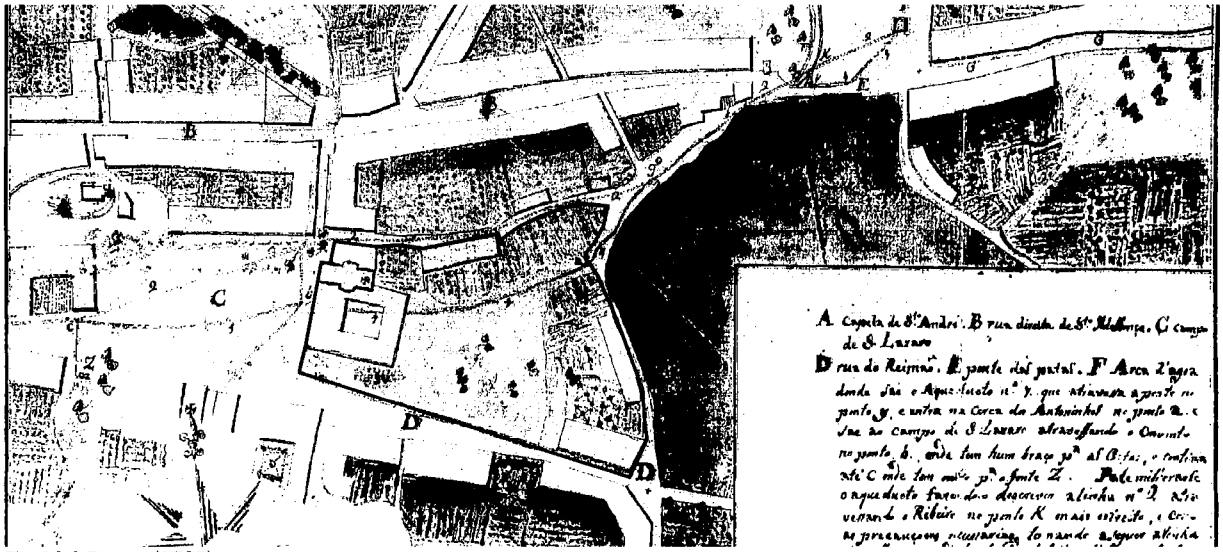


Fig. 13.6 Planta (1795)
Fonte: AHMP

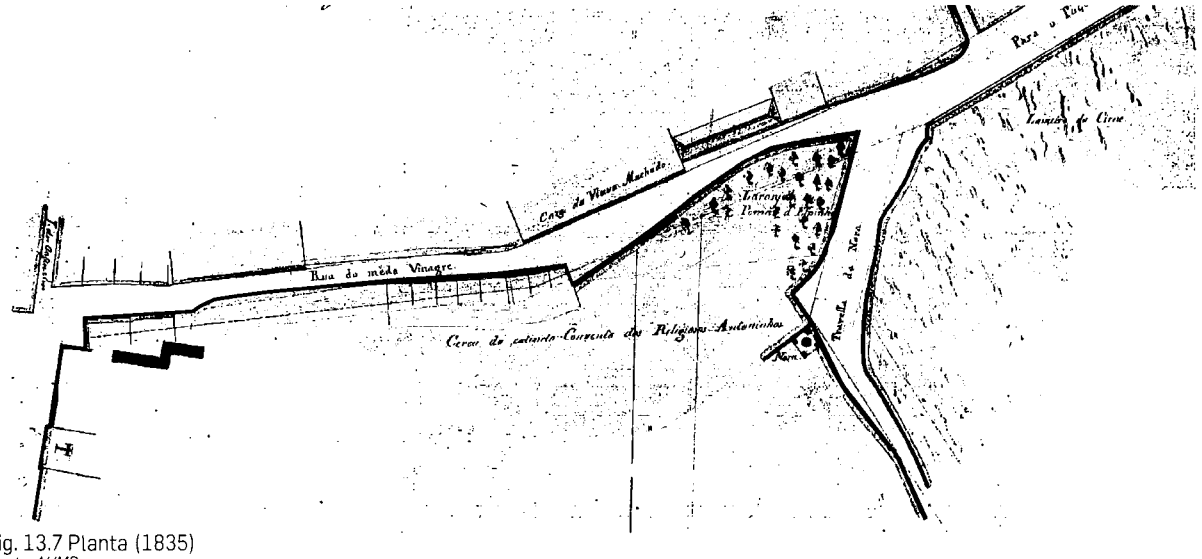


fig. 13.7 Planta (1835)
Fonte: AHMP

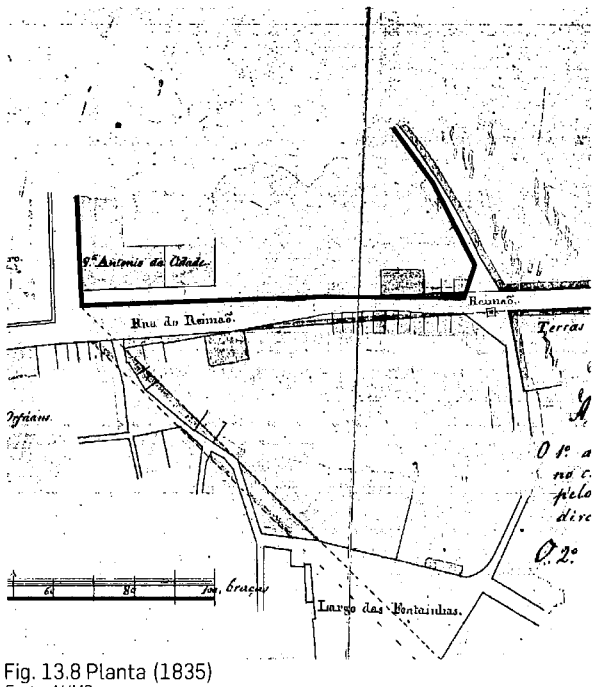


Fig. 13.8 Planta (1835)
Fonte: AHMP

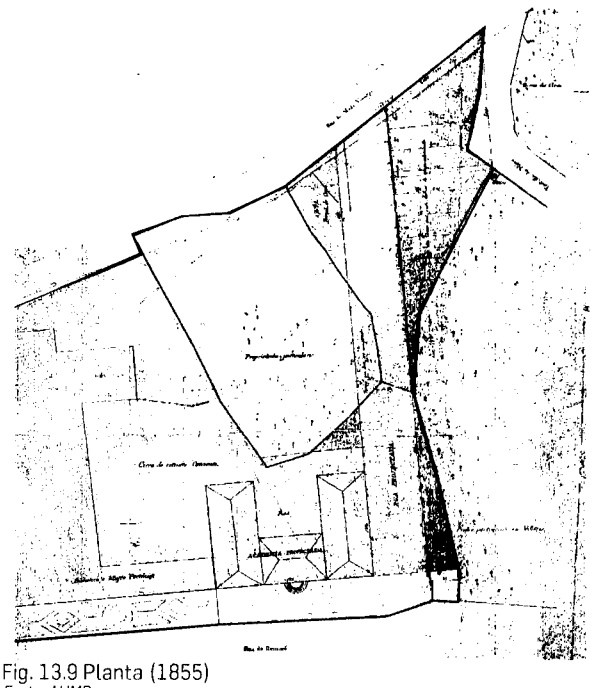


Fig. 13.9 Planta (1855)
Fonte: AHMP

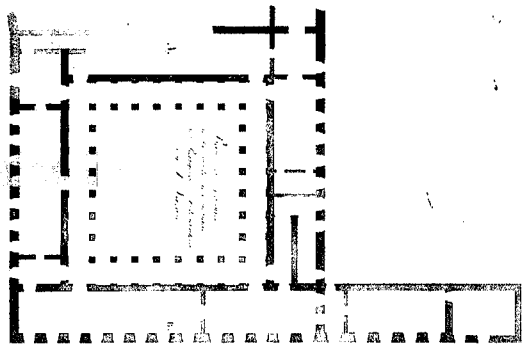


Fig. 13.10 Planta do convento (1834)

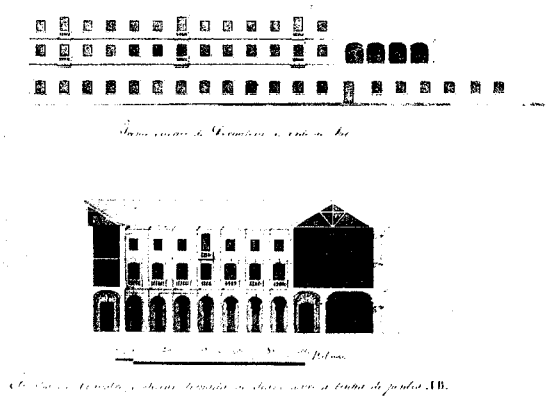
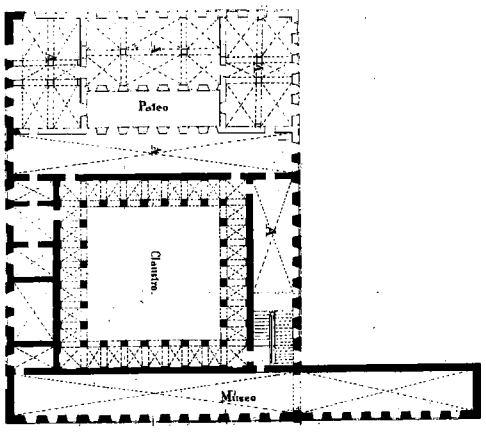


Fig. 13.11 Alçado e corte(1834)

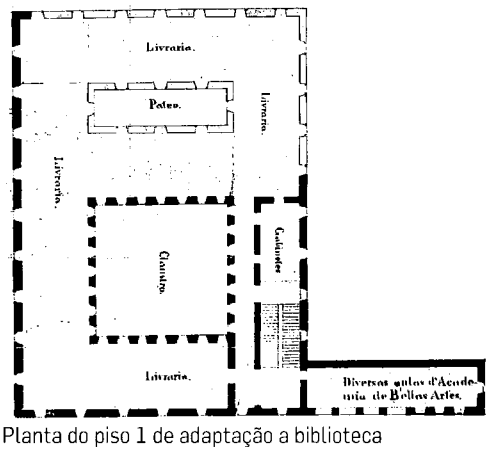
Fonte: DGEMN



Planta do piso térreo de adaptação a biblioteca

Plantas com indicação das paredes a preto "que se acha construído" e as restantes " o que se deverá fazer para tornar o edifício regular e simétrico".

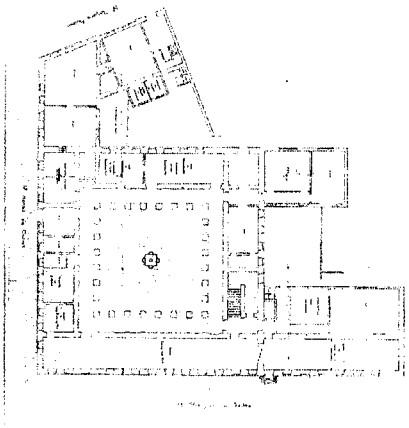
Fonte: AHMP - Catálogo do Livro de plantas, n.º301



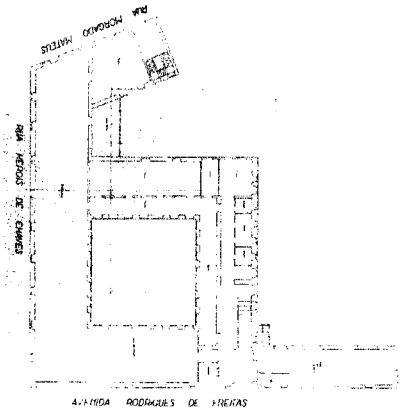
Planta do piso 1 de adaptação a biblioteca

Fig. 13.12 Plantas do convento (1848)

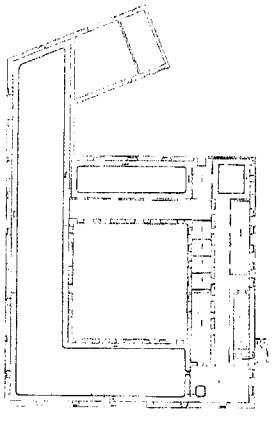
Fonte: AHMP



Planta do Piso Térreo



Planta do Piso 1



Planta do Piso 2

Fig. 13.13 Plantas do convento (actual)

Fonte: DGEMN



Fig. 13.14 Vista Poente



Fig. 13.15 Vista Norte



Fig. 13.16 Vista do claustro



Fig. 13.17 Vista do claustro

1 Localização

O convento de S António da Cidade ocupava o interior do quarteirão circundado pela Av. Rodrigues de Fretas, jardim de S. Lázaro e rua Morgado de Mateus, no local onde hoje está instalada a Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Os limites da cerca do convento correspondiam hoje às ruas mencionadas com os novos alinhamentos, ou seja, a norte, a rua Mede o Vinagre (mais tarde rua da Murta) e actualmente, rua Morgado de Mateus, a sul a rua do Reimão, a actual Rodrigues de Freitas e a nascente, a travessa da Nora, hoje, rua do Barão de S. Cosme, como mostram as plantas de 1835, (o campo de S. Lázaro foi alinhado anteriormente com a construção da fachada do convento em 1781). (fig. 13.7 e 13.8) Na planta de 1855, a cerca já estava cortada a nascente com o projecto da nova rua do Visconde Bobeda. (fig. 13.9, pag.315)

2 Implantação

O convento de S. António foi o último a ser implantado no Porto, na segunda metade do século XVIII, e surgiu numa fase em que as ordens religiosas tinham os seus programas arquitectónicos concluídos ou em fase de conclusão. Assim em 1757, fizeram-se obras na igreja do convento de S. Domingos; construiu-se o edifício do convento de S. Elóy que substituiu a muralha em frente da Praça de D. Pedro em 1790; realizaram-se obras na igreja de S. Bento de Avé-Maria (1784-1794); fez-se a construção do cais novo no convento de Monchique (1761-1767); concluiu-se a fachada da igreja de S. João Novo em 1779; construiu-se um dormitório (1788-1804) no Convento dos Congregados; e os Agostinhos Descalços ocuparam o colégio de S. Lourenço em 1779.

Situado extra-muros numa zona de lazer, com vastas áreas ocupadas com quintas e campos, tendo a nascente o Campo de S. Lázaro cuja fonte tinha sido recentemente mandada construir pela Câmara (1750), foi este o local escolhido pelos Franciscanos para a instalação do seu convento, que no início foi comprado para ser um hospício. [1]

A Ordem dos Frades Menores Reformados de São Francisco implantou-se na cidade do Porto, na rua de Santa Catarina, em casas alugadas, em 1747,sendo bispo D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora (1741-1752), e em 25 de Agosto de 1778 fundaram um novo convento sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição por alvará concedido por D. Maria I.

Em 1780, a rainha D. Maria I concedeu autorização aos religiosos para fundarem um Hospício Regular, para o qual foi efectuada a compra a António José Mendes Guimarães de uma "capela pública com casas místicas a ela que fazem frente para o campo de S. Lázaro, e outras casas que ficam para a parte da rua que vai do mesmo campo para a ponte das patas e mais outra casa térrea que fica para a parte da rua que vai para o Reimão e de toda a terra do quintal das referidas casas com seus poços de agua e mais pertenças, o que tudo confina do nascente com casas e quintal dos herdeiros de António Pereira Guimarães e do poente com o referido campo de S. Lázaro do norte com a rua que vai do mesmo campo para a ponte das patas e do sul com a rua que vai para o Reimão" [2] bem como outras casas e terrenos no campo de São Lázaro.

3 Fundação edificação e transformações

3. 1 Convento

O Convento de Santo António da Cidade, pertencente aos religiosos menores reformados da província da Conceição, foi fundado em 1783, apenas com 12 moradores por causa de não estarem acabados os seus dormitórios e claustros, pois os religiosos tinham-se desde logo instalado nas habitações adquiridas, (capela e dormitórios), aproveitando a capela para local de culto. (Estas instalações que tinham sido construídas por Dionísio Verney eram destinadas à instalação de um hospício de

1 (Inserido em núcleo urbano destacado, isolado, de características predominantemente oitocentistas, junto ao Jardim de São Lázaro.)

2 ADP Pº-4, nº328, fls.III-IIIv. (ALVES, Ferreira, o Porto na época dos Almadas)

freiras.), mas os religiosos da Província da Conceição adquiriram as referidas instalações e, "para ultimar a fundação e para acabamento da respectiva planta os religiosos solicitaram à rainha que confirmasse a compra já efectuada de uma capela com seu princípio de dormitório e quintal" [3]
A 30 de Novembro de 1780 mudaram-se para o Campo de S. Lázaro, aproveitando as casas existentes e a capela, e no ano seguinte, iniciaram as obras como demonstra o pedido de licença à Câmara. Para continuar a obra do seu "hospício", os religiosos precisaram de ocupar parte do Terreiro de S. Lázaro, pedindo autorização à Câmara, tendo sido apresentado um mapa com indicação do terreno necessário para a obra ficar "em esquadria por todos os três lados" [4]
"Para completar a fundação do convento os religiosos precisaram de comprar várias casas e terrenos..." [5]
Contudo as parcas informações de que se dispõe actualmente impedem um estudo completo e minucioso quer das obras realizadas, quer da própria edificação do convento.
Sousa Reis fala da reconstrução e ampliação do edifício em que veio a ser instalada a Biblioteca Pública Portuense: "O mosteiro que também havia sido talhado e fabricado com acanhadas dimensões, estava já a esse tempo reconstruído com mais elegância e amplidão com se pode ver presentemente, pois todo esse edifício novo que foi concluído à custa do Município, acha se ocupado pela Biblioteca Pública Portuense depois que por carta de 30 de Julho de 1839 o concedeu à casa à nossa Câmara Municipal com a condição de nele se dar casa para as aulas de Belas Artes e Ateneu portuense." [6]
Sabe-se que em 1789, o convento, que os religiosos pretendiam que fosse um dos maiores do Porto, bem como a casa capitular de província, como é evidente na planta da cidade levantada em 1839 por J. C. Lima, ainda não tinham sido concluídos: "Em pouco mais de a metade estava edificado na ocasião em que os frades o abandonaram em 9 de Julho de 1832." [7]
Sousa Reis refere-se a áreas do antigo convento então ainda visíveis: "para o lado sul mostra em sequência e quase conjuntas altas janelas rasgadas em arco, as quais em tempos pertenciam ao refeitório dos frades, cozinha, dispensa e oficinas correlativas à corporação religiosa... mais para o lado nascente, mas nesta mesma fachada... ainda existia ao correr do andar nobre... três arcos abatidos de pedra que formavam uma varanda coberta para o recreio dos religiosos... para o lado norte era a igreja velha do convento... que foi demolida para dar lugar à construção nova também por concluir em 1832... os gabinetes voltados à parte do nascente, e olham para a pequena cerca do extinto convento... aonde se conservam ainda vestígios da extinta habitação religiosa, ressentindo-se na divisão da maneira por que eram talhados os estreitíssimos cubículos dos frades." Refere também algumas modificações e acrescentos a "fim de obter mais cómodos" para a biblioteca. [8]
Por comparação das plantas de 1834 e 1848 e pelas descrições, concluímos que continuavam as obras a norte, quando a nova igreja estava em fase de conclusão. O claustro conserva a imagem da frente de 1834. A fachada sul apresentada neste desenho foi alterada nos dois pisos superiores onde as janelas foram reduzidas para metade e aumentadas para janelas de sacada no piso nobre. No piso inferior, foram mantidas as fenestrações assim como na parte mais a nascente deste corpo onde se situava o refeitório
Ainda pela comparação das duas plantas, verificamos que o seu interior foi alterado, tendo-se

3 P726. 7/BIBL E726. 7/BIBL Porto, Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto 1992.

4 AHMP – nº reg°2279 P726. 7/BIBL E726. 7/BIBL Porto, Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto 1992.

5 AHMP. Nº.reg°2094, Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto 1992. Pag.29

6 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999 (Pag.103)

7 Sousa Reis, 1863-1872. BPMP. O Convento de Santo António da Cidade. Pag.50

8 Sousa Reis, 1863-1872. BPMP. O Convento de Santo António da Cidade. Pag.50

mesmo perdido a deambulação à volta do claustro, isto é as paredes em volta deste, no 1º andar. A diminuição das aberturas das plantas no lado sul, alterando a imagem da fachada evidenciada nas plantas, denuncia a mudança de função - de dormitórios para sala de leitura -, tendo também talvez por isso sido poupada a imagem mais a nascente do refeitório que pela sua adaptação provavelmente directa não sofreu alteração.

Relativamente à distribuição de funções do convento, sabemos que o refeitório se encontrava no piso nobre, no lado mais a nascente, conjuntamente com as cozinhas e oficinas e que os dormitórios se concentravam em volta do claustro a sul e nascente, ficando a portaria virada para S. Lázaro, situada na frente principal do convento, ao lado da igreja e da sacristia. [9]

A frente virada para o jardim de S. Lázaro foi a que mais alterações sofreu, pois para além das igrejas terem sido demolidas foi o edifício continuado para este lado, modificando a imagem do edificio e o ritmo das fenestrações. [10]

No desenho da fachada executado por Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, em 1833, vê-se na continuação da torre da igreja uma fachada, cujas janelas do primeiro piso apresentam um recorte de gosto rococó, que devia pertencer à casa comprada em 1780, à qual se segue outra de grande sobriedade, excepto na portada e janelas de sacada, que pertencia à estrutura conventual construída pelos Religiosos Menores Reformados da Província da Imaculada Conceição.

Dessa estrutura pode-se hoje admirar o grandioso claustro de forma quadrada, formado por sete arcos plenos de cada lado. [11]

Não é conhecido o autor da construção do edifício conventual de Santo António da Cidade. [12]

O Convento de Santo António da Cidade, ao fundar-se a partir de uma estrutura existente, vai inserir-se na corrente tardo barroca que manteve naquilo que foi feito de novo.

Em Julho de 1832, ainda antes da extinção das ordens religiosas, o convento foi abandonado, sendo, posteriormente, ocupado pelas tropas inglesas, que combatiam ao lado dos liberais.

Com o triunfo da causa liberal, o edifício conheceu destinos diferentes. Ainda em pleno cerco, o Duque de Bragança, regente em nome de D. Maria II, por portaria de 11 de Abril de 1833, destinou parte do edifício ao Museu Portuense, enquanto no restante ficou instalada a Biblioteca Pública, criada por decreto de 9 de Julho de 1833. "Ao falar da instalação da Biblioteca e Ateneu portuense no edifício do convento, refere que as obras de adaptação fizeram desaparecer quase por completo, a anterior estrutura." [13]

Três anos mais tarde, por decreto de 22 de Novembro, foi a vez da recém-criada Academia de Belas-Artes lá se instalar e posteriormente, o Estado, por carta de lei de 30 de Julho de 1839, doou o convento e a respectiva cerca à edilidade portuense com a condição de aí serem ministradas as aulas de Belas-Artes.

O prefeito do Douro envia (1834) ao Ministério do Reino, juntamente com este ofício, as plantas da Praça de S. Lázaro e do Convento de S. António da Cidade e o orçamento das despesas que é

9 De planta centralizada, o edifício conventual desenvolve-se horizontalmente e apresenta composição da cobertura homogénea. Cobertura de telhado. O andar nobre é ritmado por aberturas de janelas rectangulares. O claustro funciona como elemento que aglutina e articula os corpos do edifício. Materiais: Alvenaria de granito rebocadas e pintada (estrutura); estrutura de madeira revestida a telha (cobertura); cantaria de granito aparente (molduras de portas e janelas das fachadas); lajes de granito (pavimento do claustro); soalho (pavimento das salas de leitura); azulejos; vidro (claustro). INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID. Monumentos.

10 "Torna pública a arrematação dos trabalhos de continuação da frontaria do edifício da Biblioteca Pública "pelo mesmo risco da parte já feita". Tripeiro. 2º Ano, nº66 (20 Abril 1910) p.475-476 BPMP. O Convento de Santo António da Cidade. Pag.66

11 Por cima de cada arco, e separadas por pilastras toscanas, abrem-se na vertical duas janelas, a primeira de sacada e a segunda de peitoril, tendo a primeira como remate um frontão cuja forma de gosto barroco aparece em edifícios contemporâneos como no Palácio Episcopal e na nova igreja do Mosteiro de São Bento da Avé- Maria.

12 Na inviabilidade de identificar o autor da traça do convento, pensamos que o arquitecto desconhecido do Palácio Episcopal e do novo convento poderá ser o mesmo. As afinidades entre o novo palácio dos Bispos do Porto e a nova igreja do Mosteiro de são Bento de Ave-maria são muitas; assim é verosímil a hipótese de Manuel Alvares ter estado ligado ao projecto do palácio e directa ou indirectamente ao Convento de Santo António da Cidade. Esta atribuição é meramente analítica e não tem confirmação documental. Hipótese formulada por Ferreira Alves. ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, o Porto na época dos Almadas.1988-90. pag.97

13 KENDALL, Henrique Carlos de Meireles festas e solenidades extintas. Tripeiro. 2º Ano, nº66 (20 Abril 1910) p.475-476. BPMP. O Convento de Santo António da Cidade. Pag.63

"necessário fazer naquele convento tanto para o estabelecimento do museu de Pinturas como para o da Biblioteca"[14]

Já no dealbar do século passado (em 1906), o Museu Municipal, depois de ter abandonado a casa da Restauração, instalou-se no lado norte em dependências propositadamente edificadas, tornando ainda mais exíguo o espaço ocupado pelas quatro entidades referidas.

Mas se o espaço conventual foi assim utilizado, o mesmo não se passou com a igreja, que foi demolida, e com a cerca que serviu sucessivamente de local para limpeza pública, desinfecção e até para canil.

3. 2 Igreja

O edifício primitivo foi a capela construída por Dionísio Verney cerca de 1749, a qual foi comprada em 1780, pelos Fanciscanos que anos depois resolveram construir outra. Uma terceira igreja (cuja fachada vemos desenhada por Joaquim Vilanova) foi edificada posteriormente. Mostram também esta 3º igreja as plantas de 1813 e de 1839.[15] (fig. 13.2)

A capela de S. Dionísio mandada construir por Dionísio de Verney em 1758 era de "forma redonda" e tinha também a designação de Todos-os-Santos "por nela se acharam colocados mais de oitenta" [16]

"Era pequena a capela do recolhimento de Verney e por isso a ampliaram, e como tivesse sido apeada a grande clarabóia que primitivamente teve o corpo da igreja dos clérigos, cuja abobada rachou com o seu peso os padres de S. António comprando-a a colocaram no corpo do seu novo templo, que por essa causa a mandaram construir de forma quase redonda, esta igreja já se achava demolida quase inteiramente quando foram extintas as ordens regulares, pois um gigantesco templo de que deixaram a capela-mor acabada e parte do restante edifício muito adiantado havia substituído a pequenez da segunda capela ali erecta."[17]

Pelo mesmo desenho de 1833, destaca-se o frontispício da igreja que os religiosos compraram. Não há informações que permitam concluir que o incêndio referido no documento de compra tivesse atingido a fachada da capela que Dionísio Verney mandou edificar ou se tivesse limitado à capela-mor. O que sabemos é que Mendes Guimarães fez grandes obras na capela que comprou e que mais tarde vendeu aos Religiosos da Província da Conceição. Do mesmo modo, não temos pormenores da nova igreja, que aqueles queriam construir, e que seria de maiores proporções como se vê também no desenho. A fachada da igreja, tal como nos apresenta Vilanova, tem ligações estilísticas e estruturais com as suas congéneres barrocas (com elementos decorativos rococós) principalmente com a igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

4 Extinção e permanências

Este convento teve uma curta duração de 50 anos. Por outro lado, a biblioteca implantada neste edifício já tem uma duração de 165 anos. As transformações referidas acima para adaptação a biblioteca, no século XIX, alteraram toda a anterior organização do edifício, modificaram as fachadas e as paredes interiores, restando apenas a implantação do edifício e o espaço exterior do claustro, assim como a composição arquitectónica das suas fachadas.

Este tipo de intervenção, embora em condições diferentes, foi também realizado na mesma época no convento de S. Francisco, que curiosamente foi o primeiro a ser implantado no Porto,

14 BPMP. 1833-34. Nº48 f.22-24 Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto 1992. Pag.45

15 Porto, Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto 1992.

16 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, o Porto na época dos Almadas.1988-90. pag.97

17 Sousa Reis, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto -1999. (Pag.103)

enquanto o de S. António foi o último. As paredes exteriores, embora com uma nova linguagem, e as paredes em volta do claustro mantiveram-se, porém toda a organização interior se modificou para adaptação do edifício às novas funções.

Bibliografia:

P04/721 (14) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Convento de Santo António da Cidade e a Arquitectura no Porto na segunda metade do século XVIII. Porto 1992.

P71/72ALVE (1) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, o Porto na época dos Almadas.1988-1990.vol.1

CASTRO, Francisco Cirne de, Memória dos Conventos do Porto / Francisco Cirne de Castro. Tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº10 (1972) – p.287-290,319 ;364.

P908cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi. (fotoc.pag.104-110 – conventos religiosos)

KENDALL, Henrique Carlos de Meireles festas e solenidades extintas. Tripeiro. 2º Ano, nº66 (20 Abril 1910) p.475-476. BPMP

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

P726. 7/BIBL E726. 7/BIBL Porto, Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto 1992.

Convento de Santo António da Cidade, Porto, 1992; MEIRELES, Maria Adelaide e CABRAL, Luís – O convento de Santo António da Cidade. No 150º. Aniversário da instalação definitiva e da abertura oficial da biblioteca Municipal do Porto. "O Tripeiro", 7ª série, ano XI / nº12, Porto 1992. Pp.354-357.

Porto, Biblioteca Pública Municipal, nos últimos 50 anos. Edifício em transformação1935.Mº. Fernanda de Brito. BPMP 1985. 1ºvolume

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CIDADE. Convento de Santo António da Cidade – uma pequena nota no canto inferior direito. Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº7 (1908) – p.110. Convento de Santo António da Cidade
Tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº17 (1908) – p.266. Convento de santo António da cidade
CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CIDADE. Convento de Santo António da Cidade.
Tripeiro – Porto – Série 4, Ano 1, nº6 (1931) – p.81. Convento de Santo António da Cidade

INTERNET. DGEMN: DREMN, DSID. Monumentos. PT

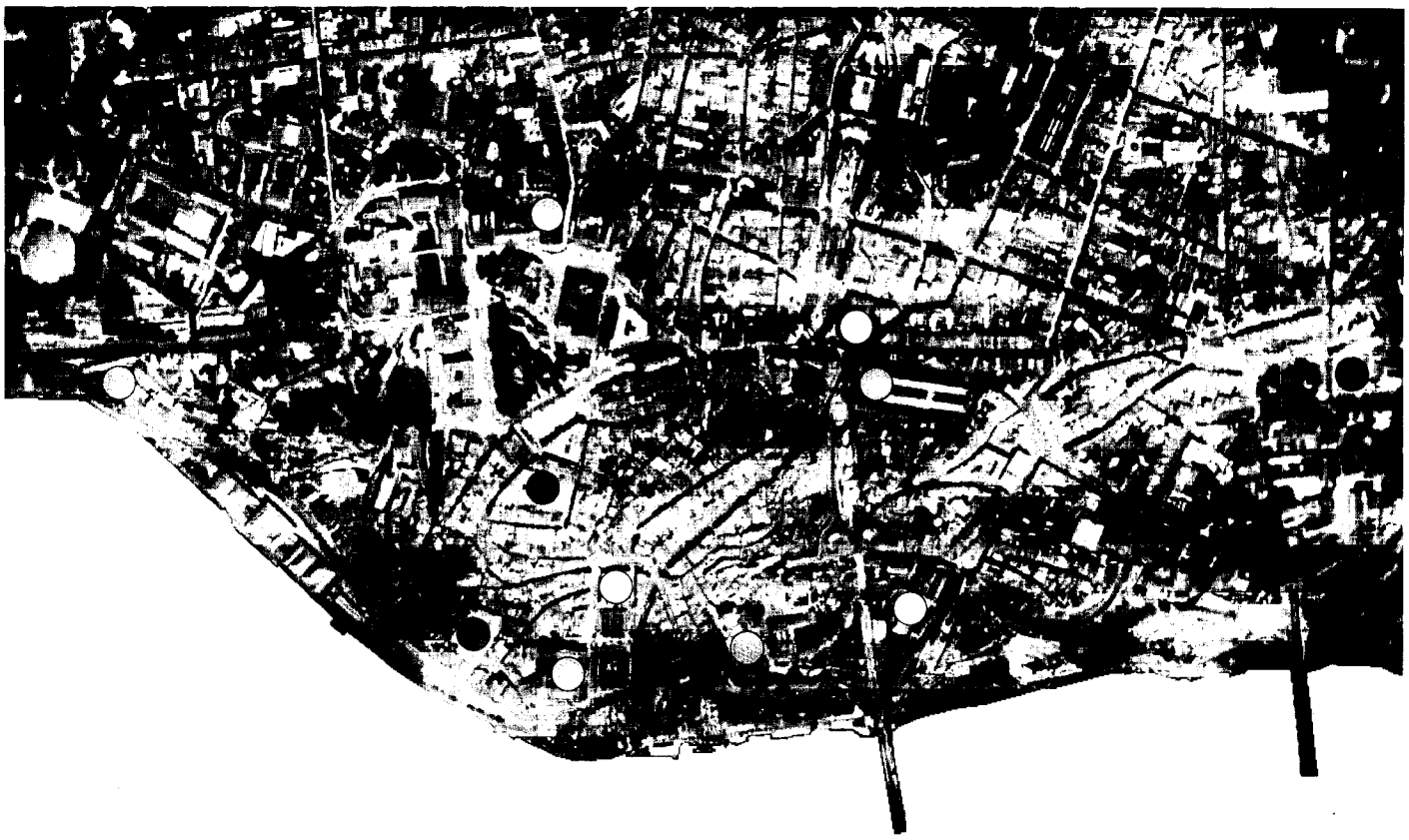
Documentação gráfica

FAUP, BPMP, AHMP, ADP.

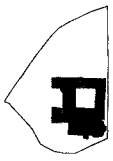
Documentação fotográfica

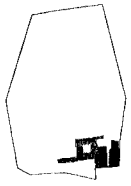
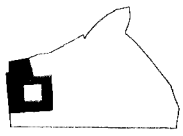
2 Análise comparativa dos casos de estudo

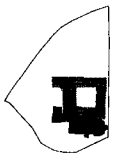
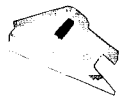
Quadro Síntese

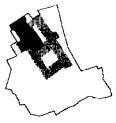
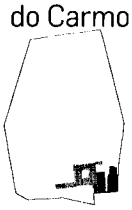
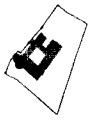
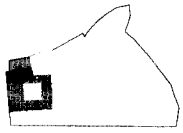


	FUNDAÇÃO I EXTINCAO		DESIGNAÇÃO DO CONVENTO	COMUNIDADE	FREGUESIA
1	1233 I 1832	◎	São Francisco	Franciscana	São Nicolau
2	1238 I 1834	●	São Domingos	Dominicana	São Nicolau
3	1416	○	Santa Clara	Franciscana	Sé
4	1491	●	Santo Eloy	Loios	Sé
5	1518	●	São Bento de Avé Maria	Franciscana	Sé
6	1534	●	Monchique	Franciscana	Massarelos
7	1560	●	Grilos	Padres Jesuítas	São Nicolau
8	1598	●	São Bento da Vitória	Beneditina; Monges Negros	Vitória
9	1592	●	São João Novo	Eremitas de Santo Agostinho	São Nicolau
10	1592	◎	Carmo	Carmelitas Descalças	Vitória
11	1232/45	○	Congregados	São Filipe de Neri	São Nicolau
12	1704	●	Carmelitas Descalças	Carmelitas Descalças	Vitória
13	1783	●	Santo António da Cidade	Capuchos	Santo Ildefonso

	São Francisco	São Domingos	Santa Clara	Santo Eloy	São Bento Ave-Maria	Madre Deus Monchique
						
Fundação	1233	1238	1405	1491	1518	1535
Freguesia	São Niculau	Sé	Sé	Sé	Sé	Massarelos
Ordens	Mendicantes Franciscanos	Mendicantes Dominicanos	Mendicantes Franciscanas	Congregação de São João Evangelista	Beneditinas	Mendicantes Franciscanas
Muralha						
- dentro			●	●	●	
- fora	●	●				●
Áreas						
- cerca	16714.0m2	8662.9m2	8470.3m2	6504.6m2	13619.0m2	8639.4m2
- implantação	4506.0m2	3849.0m2	3044.9m2	1960.9m2	5357.7m2	5279.0m2
Data de Extinção	1834	1834	1900	1834	1834	1834
Permanências						
- igreja	●		●			●
- convento			●			●
- dependências		●	●	●		●
- cerca			●			
Estado actual						
- igreja	Funções culturais		Funções de culto			Ruína
- convento			PSP, Centro de Saúde, Instituto Ricardo Jorge, Assoc. Prot. Infância			Desactivado
- dependências		Antiga Caixa Filial		Palácio das Cardosas		Armazéns
- cerca			Espaço público			

São Lourenço	São Bento da Vitória	São João Novo	Nossa Senhora do Carmo	Santo António PortadosCarros	São José das Carmelitas Desclaças	Santo António da Cidade
						
1560	1596	1592	1619	1680	1704	1783
Sé	Vitória	São Niculau	Vitória	Santo Ildefonso	Vitória	Santo Ildefonso
Jesuitas /Erem. de Sto Agostinho	Beneditinos	Eremitas de Sto Agostinho Calçados	Carmelitas Descalços	Congregação de São Filipe de Nery	Carmelitas Descalças	Mendicantes da Provincia de Sto António
●	●	●	●	●	●	●
10830.5m2 3335.9m2	5721.6m2 4000.0m2	7662.6m2 2790.9m2	27412.9m2 1779.9m2	7991.0m2 3168.0m2	7238.6m2 1829.9m2	22565.1m2 3273.8m2
1834	1834	1834	1834	1834	1833	1834
● ● ● ●	● ●	● ● ● ●	● ● ●	●		
Funções de culto e culturais	Funções de culto	Funções de culto	Funções de culto	Funções de culto		
Seminário Maior do Porto	Arq. Distrital do Porto, Orq. Sinfónica do Porto, Inst. Com. Beneditina	Tribunal de Instrução Criminal do Porto	Guarda Nacional Republicana da Brigada Territorial nº4			
Logradouro		Logradouro	Logradouro			

	São Francisco	São Domingos	Santa Clara	Santo Eloy	São Bento Ave-Maria	Madre Deus Monchique
						
Séc. XIII	Fundação 1233 Construção do convento 1245	Fundação 1238 Construção do convento 1239/1245				
Séc. XIV	Construção da Igreja 1383/1410	Início da Construção Gótica do convento após incêndio 1375				
Séc. XV			Fundação 1405 Construção do convento 1416/1457	Fundação 1491 Construção do convento 1490		
Séc. XVI				Ampliação dos convento e da igreja 1592	Fundação 1518 Construção do convento 1518/1528	Fundação 1535 Construção do convento e igreja 1503/1534
Séc. XVII	Construção da capela dos Terceiros 1646/1657	Reconstrução do dormitório a sul 1617 Obras no claustro 1677	Obras diversas 1657/1695			Acrescento de um dormitório 1681
Séc. XVIII	Reconstrução do convento 1771/1778 Construção da actual igreja dos Terceiros 1794	Ampliação a norte do convento 1712 Construção da igreja dos Terceiros 1723/1740 Reforma barroca da capela mor 1734 Incêndio destrói a Igreja conventual 1777	Construção de novos dormitórios 1707/1715 Ampliação da capela mor 1729	Obras na igreja 1744 Modificação da frente norte do convento 1790 (Palácio das Cardosas)	Incêndio destrói a igreja 1783 Inauguração da nova igreja 1794	Ampliação da capela mor 1700 Reedificação do armazém 1761/1767
Séc. XIX		Incêndio destrói o convento 1832	Extinção do convento após a morte da última freira 1900			

São Lourenço	São Bento da Vitória	São João Novo	Nossa Senhora do Carmo	Santo António Porta dos Carros	São José das Carmelitas Descalças	Santo António da Cidade
						
Fundação 1560 Construção do convento 1573/1730	Fundação 1596 Construção do convento 1598/1646	Fundação 1592				
Abertura do colégio 1630 Construção da fachada da igreja 1690/1709	Igreja 1604/1690	Construção do convento 1614/1694 Obras da capela mor 1672/1681	Fundação 1619 Construção do convento 1619/1622 Conclusão da igreja 1628	Fundação 1680 Construção do convento 1683 Construção da igreja 1694/1703		
Expulsão dos Jesuítas 1759 Instalação dos Agostinhos 1780 Obras de adaptação 1784	Construção do 2.º Claustro 1740/1743 Renovação do refeitório, livraria e altar mor 1761/1786		Construção da Igreja dos Terceiros 1690/1707 Transf. da torre para o lado direito da fachada 1754	Dormitórios 1788/1804	Fundação 1704 Construção do convento 1702 Conclusão dos trabalhos com a capela mor 1732	Fundação 1783 Construção do convento 1753
				Reedificação da capela mor 1823		Continuação da construção da nova igreja 1832

2.1 As Metodologias de intervenção nos conventos do Porto

A componente histórica neste trabalho faz parte de um estudo exaustivo que se verificou imprescindível para conhecer a história dos edifícios ao longo do tempo e para perceber a sua estrutura, os seus materiais ou a sua arquitectura, pois sem estas ferramentas não se pode comentar as suas metodologias de intervenção ou intervir de forma prática na conservação ou restauro dos edifícios.
É com o conhecimento do passado que aprendemos a gerir as nossas atitudes no presente. Hoje dificilmente recriaríamos a mesma história para estes mesmos edifícios, pois isso é também uma das razões porque discutimos hoje as suas metodologias de intervenção.
Na história destes edifícios, o momento de maior destabilização foi a extinção das ordens religiosas cuja política e o modo como foi gerido o abandono, a alienação e a mudança de funções durante todo o século XIX ditaram o aniquilamento de alguns, a transformação de outros, ou a sobrevivência de poucos.
Várias causas já abordadas estiveram na origem da sofrida sobrevivência dos poucos conjuntos que restam, tendo sido nestes casos a inércia ou a incúria, a maior ajuda para a sua preservação. Lamentavelmente foram o alheamento ao destino destas construções e a sorte de não terem sofrido nenhuma catástrofe, (tal como incêndio ou desmoronamento) ou ainda uma utilização precária, que, apesar de tudo, foram a razão do aumento do tempo de vida destes edifícios e o que os fez escapar ao seu desaparecimento total.
Não querendo repetir o paradoxo desta situação, esta atitude deverá ser prevenida presentemente. Para isso todo um trabalho já tem sido feito de regulamentação, divulgação e preservação do património, pelas organizações internacionais, (em que a Itália é pioneira nos exemplos e resultados) e que Portugal subscreve.
Portugal teve na maior parte do século XX (até aos anos 80) uma política totalitária que preencheu com uma intervenção extremamente conotada com um forte carácter ideológico no nosso património. Os ideais de propaganda do Estado sobrepuseram-se às questões arquitectónicas e do património, (que por isso não acompanhou de forma devida as ideologias e correntes do exterior) embora tenham existido algumas acções de grande valor como o inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa que foi de especial importância na descoberta e consciencialização do nosso património nos anos sessenta.
Hoje, a consciência do nosso património mais democratizada, pretende-se também mais consciente. As várias correntes e abordagens têm sido questionadas e debatidas no sentido de uma maior adequação da realidade do nosso património com a prática das intervenções. Pretende-se também uma maior divulgação e um comprometimento extensivo às autarquias e às regiões e a toda a população para que o resultado seja uma mudança cultural mais abrangente e transversal.
Neste sentido, actualmente, mantém-se uma política caracterizada pelo experimentalismo sem uma abordagem teórico-prática definida pelas entidades competentes e órgãos de gerência. A constante mudança de gestões e organismos no seio das instituições para isso tem contribuído.
Estas questões transportam-nos para a diversidade de opções que existem em matéria das escolhas relativamente ao restauro, conservação, renovação ou reabilitação, ou ainda relativamente à intervenção num objecto em particular às questões ligadas à sua arquitectura e materiais ou na sua relação com a envolvente mais próxima e com o meio.
Já várias teorias manifestaram a tentativa de uniformização destes pressupostos, ao longo dos tempos, criando uma hierarquia ou a catalogação segundo as características dos edifícios e o seu estado de conservação. Mas a diversidade das intervenções e culturas transportam, - correctamente e cada vez mais - para a individualidade das propostas em que "cada caso é um caso". Esta solução mantém no entanto uma fronteira por vezes demasiado alargada na protecção do nosso património.
Isto é, a individualidade do objecto é "confrontada" com a individualidade do autor no processo de intervenção o que faz com que se assista a um limite muito ténue entre a vontade do interventor

e a defesa na integridade do objecto a intervir. Também aqui se tentaram estabelecer limites ou definir regras em que a reversibilidade do processo de restauro, a intervenção mínima ou a adequação ao uso ou à função do objecto a intervir (e não o contrário) constituem os pressupostos elementares. Mas mesmo aqui o estado de conservação do objecto a intervir ou a diversidade das intervenções ao longo dos tempos deixam um hiato no que respeita à interpretação dos conceitos e pressupostos existentes.

A extinção das ordens religiosas deixou estes edifícios sem função e sem protecção patrimonial. Apenas algumas das suas igrejas foram protegidas e classificadas como Monumento Nacional tal como a de S. Francisco e Santa Clara em 1910. Os conventos por outro lado carregando uma conotação que se queria no século XIX esquecida e ultrapassada foram negligenciados arquitectonicamente. Despojados dos seus bens, vendidos ou ocupados, estes edifícios foram uma mais-valia económica para os cofres do estado, mas representaram também uma incógnita no futuro a conceber para estas instituições. O alheamento das políticas dos séculos XIX e XX relativamente a estes conjuntos só foi quebrado quando a pressão urbana posterior ao 25 de Abril voltou a ameaçar a extinção definitiva do que ainda tinha restado até aqui. Assim aconteceu com de S. Bento da Vitória que devido ao seu estado devoluto só a classificação como Monumento Nacional em 1977 o protegeu do interesse imobiliário privado e do seu desaparecimento. S. Lourenço foi classificado pelo IPPAR em 1982, S. João Novo encontra-se em vias de classificação e do de Santa Clara só o Aljube foi classificado, embora todos os conventos estejam actualmente inseridos em zona especial de protecção e classificada como Património Mundial.
Os conventos do Porto, que hoje restam, encontram-se na sua maior parte grandemente alterados e ignorados, na sua história e na sua arquitectura. Apesar das classificações patrimoniais que lhes foram atribuídas e que os protegeram do desaparecimento, não tem sido fácil para estes edifícios voltar a recuperar a função e a conservação ou o restauro adequado.
A sua protecção como entidade representativa da arquitectura religiosa urbana da cidade do Porto tem sido negligenciada. Independentemente da sua arquitectura, estes conjuntos ocupam grandes áreas e impõem na cidade consideráveis volumetrias. Por outro lado já poucos conservam, para além da sua implantação, a volumetria exterior, algumas dependências, as suas características iniciais, ou seja a sua estrutura conventual.
E aqui reside a questão essencial na conservação e salvaguarda das suas memórias. Saber exactamente o que se deve conservar e em que sentido ou propósito.

Muitas vezes respeitar a continuidade da vivência de um edifício pode sacrificar a função adequada o que consequentemente pode gerar problemas na gestão e manutenção do referido objecto. A reabilitação de S. Bento da Vitória levou à distribuição de três entidades e funções diferentes dentro de um mesmo edifício. Esta nova componente não teve em conta a organização, distribuição, ou funcionamento anterior do edifício. As distribuições foram cortadas ou readaptadas sem respeitar a anterior lógica. Os dormitórios e compartimentos foram destruídos ou modificados. No entanto alguma compartimentação foi mantida, tal como a largura de alguns corredores, escadaria ou refeitório. Os dois claustros, embora mantidos, perderam a deambulação em volta destes e muitas janelas foram tapadas. O claustro maior ao ficar isolado por causa do novo programa perdeu a sua relação com o resto do edifício, tornando-se num elemento plástico isolado o que lhe retira alguma da sua grandiosidade - um elemento nunca pode ser verdadeiramente apreciado na sua estaticidade senão na sua relação com os outros elementos e envolvente. A nova cobertura do claustro maior tornou este espaço museológico, conseguindo não ser impositiva e garantindo a reversibilidadeda intervenção. No entanto a separação das partes do edifício tornou lesiva a leitura deste como um todo e a correcta apreciação das suas partes, para além de ter tornado estanque a dignificação que se pretendia para o espaço do claustro maior com a nova cobertura.
O problema das escolhas põe-se também na reversibilidade das propostas, ou seja saber se é possível numa intervenção posterior voltar ao que existia antes da referenciada intervenção sem

perder a continuidade da leitura do edifício, isto é, saber qual a possibilidade de o convento de S. Bento da Vitória voltar a funcionar como um só elemento na complexidade das suas partes, valorizando a hierarquia dos seus espaços fazendo da intervenção um momento ou um tempo para um determinado uso e não um estado em definitivo.
A importância da funcionalidade aumenta com as dimensões do objecto em estudo, pois um mesmo complexo ou objecto devido à sua diversidade preexistente pode comportar diferentes funções, aumentando a sua complexidade de gestão e preservação como um todo. É por isso necessária a gestão coordenada das diferentes partes.
Neste tipo de opções o exemplo mais evidente no tempo é o de Santa Clara: ocupado por diferentes instituições desde princípios do século XX, teve a partir desta altura um corte no seu funcionamento como um todo. Para além das suas distribuições e corredores terem sido comprometidos a partir desta época, as adaptações das diferentes partes tiveram ritmos e acções desconcertadas originando hoje diferentes edifícios apostos. Dos elementos recolhidos é ainda perceptível a primitiva organização, por exemplo, o corpo da Associação Protectora da Infância, em que a utilização manteve alguma compartimentação e distribuição do anterior corpo de dormitórios e na sua ligação com a igreja e corpos envolventes. Já no Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, as obras de adaptação à nova função nos anos vinte deixaram muitas dúvidas quanto à sua distribuição e organização anterior. O Aljube, embora mantendo a sua relação com o claustro, perdeu todas as ligações com as outras dependências e a igreja, apresentando actualmente um tipo de intervenção diferenciada do resto do edifício.
Tudo isto põe em causa uma posterior intervenção na totalidade do edifício e no restabelecimento da sua memória - principalmente quando as intervenções parcelares se tornam cada vez mais autónomas, individualizadas, e que vão para além da simples conservação ou manutenção. E quanto mais esta atitude for desviada ou adiada no tempo mais esta lacuna se consolida.
O restauro deverá ser seguido de um conhecimento muito rigoroso do objecto, obtido através de uma cuidada avaliação estética e histórica.
Em termos da concepção de restauro nas teorias de Brandi ,um acrescento é sempre um testemunho da própria história e a sua remoção é também um acto histórico o que resulta na destruição de um documento ou etapa histórica sendo por isso necessário conservar os acrescentos e vestígios de anteriores reconstruções, devendo a sua remoção ser uma excepção.
A defesa da intervenção mínima e a preferência pela manutenção, que evita o restauro, obriga ao respeito pelos materiais originais e à aceitação de toda a história do objecto.
Também o restauro do convento do Carmo incide sobre este tipo de questões: se uma grande parte do construído pertence historicamente ao espaço conventual, outra parte foi totalmente reconstruída (tal como o corpo norte lateral ao claustro) ou é posterior a estas construções. O novo conjunto sedimentou-se e criou uma nova unidade. Embora se reconheçam elementos que são simples acrescentos tal como algumas cavalariças ou refeitório; outros, tal como o corpo a poente, estão hoje sedimentados numa imagem de conjunto - sem que tenha havido controlo oficial dos continuados pequenos acrescentos e alterações.
O restauro deste edifício e mesmo a sua manutenção deveriam ser objecto de um estudo pormenorizado do seu interesse histórico, arquitectónico e da opção a tomar sobre as suas partes, de modo a encontrar a sua unidade e a manter o que ainda existe. Conceber a intervenção do restauro como parte integrante da sua história, saber que as integrações devem ser reconhecíveis sem prejudicar a unidade a atingir e fazer o registo de todas a secções. Agir de modo a que qualquer intervenção de restauro não só não deve impossibilitar, como pelo contrário, deve facilitar intervenções futuras.
Os conventos de S. Lourenço, S. João Novo por razões diferentes têm tido apesar de tudo uma evolução mais coerente, não sendo no entanto de descurar para estes os mesmos presssupostos.
O Monchique com uma boa parte arruinada, a igreja e quase toda a ala sul, e pertentendo a uma entidade privada põe-se em questão a sua sobrevivência. Mesmo protegido, o conjunto já bastante arruinado pode manter-se no impasse até à sua destruição completa. Por outro lado o avançado

estado de ruína põe em causa a possibilidade futura de restauro. Sendo propriedade privada e dividido em três parcelas, deixa ainda uma maior incerteza relativamente à sua protecção pois não há ainda mecanismos de defesa e salvaguarda dos bens que são de todos nós.[1]

A Arquitectura Religiosa e Mendicante

A diversidade na implantação dos conventos do Porto veio confirmar o conceito de multiformidade destes conjuntos.

A partir do século XIII, as comunidades religiosas fixaram as suas estruturas nos centros urbanos procurando aproximar-se e assistir às novas populações. No Porto, os Mendicantes, apoiados pelo poder real e não sem oposição por parte do poder religioso, modificaram e revolucionaram o "modus vivendi" até aqui instituído. Tal como por toda a Europa fixaram-se de início nos arrabaldes da muralha junto das comunidades mais pobres, mas também em pontos de grande influência comercial. As suas estruturas, de início rudimentares principalmente na comunidade franciscana, assistiram a uma primeira renovação no século XIV. As várias reformas ao longo dos séculos, destas instituições e as grandes transformações sofridas ou mesmo o seu desaparecimento após a extinção deixaram-nos poucos elementos para o estudo dos seus modelos.

Comparando estes conventos com o modelo cisterciense, percebemos algumas correspondências mas também novas adaptações que se devem por um lado a adaptações à morfologia do terreno mas também ao modo de vida que difere dos mosteiros rurais. O isolamento e a contemplação dos mosteiros beneditinos e cistercienses são aqui partilhados com a função de pregação e ajuda aos carenciados e doentes assim como a complementaridade com o ensino tanto dos frades como dos leigos.[2] As ordens mendicantes com algumas diferenças iniciais no rigor com que seguiam as suas regras (os Dominicanos por exemplo desde o início eram rigorosos com a formação e ensino dos seus seguidores e frades, com regras muito estritas, enquanto os Franciscanos de uma forma mais intuitiva estabeleceram a pobreza como a regra principal e definidora de todas as outras) uniformizaram-se ao longo do tempo.

Do convento de S. Francisco apenas resta a igreja gótica com decoração barroca e de S. Domingos, ficou uma pequena parte, - a Caixa Filial, uma dependência construída no século XVIII (1712), - constituindo as primeiras implantações conventuais no Porto. Relativamente à tipologia destes conventos podemos no entanto constatar: S. Domingos segue o modelo cisterciense de uma forma fiel com a igreja a norte do claustro; os dormitórios a este e sul com ligação ao transepto da igreja com o refeitório também a sul, no lado oposto da igreja.

S. Francisco situa por sua vez a igreja a sul do claustro. A escassa informação sobre este convento não nos fornece dados sobre esta escolha, - podemos, no entanto, pensar na importância da localização da igreja no alinhamento da rua Nova, rua prestigiada quando foi construída a igreja e como forma de adaptação às condições da envolvente.

Este tipo de comparações permite-nos afirmar que para além das regras estruturais sobre as orientações das suas igrejas e da compartimentação dos dormitórios dos frades ou dos conversos, refeitórios, cozinha, oficinas, etc, estes conventos estruturavam-se ainda de acordo com a morfologia da cidade.

Santa Clara, o primeiro convento feminino a ser implantado no Porto, vem instalar-se, no início do século XV, no interior da muralha, por questões de protecção mas numa zona pouco povoada e encostado ao muro da cidade, caracterizando uma das escolhas destas instituições mendicantes. Apesar de ser dos conventos mais adulterados, mantém hoje a quase totalidade da sua implantação. O facto de estar repartido por cinco instituições e por ter sofrido muitas alterações não foi possível

1 Outra questão que se põe em termos de eficácia de gestão é: quando se pretende fazer um estudo sobre cada um destes edifícios não existe um dossier conjunto mas a dispersão destes pelas várias repartições entre IPPAR, DGEMN e arquivos dos variados elementos e instituições, sem que o edifício no seu todo seja o elo de ligação, como é o caso flagrante de S. Clara.

2 Tendo sido o ensino um dos grandes factores de dinamismo destas instituições. Por falta de elementos a componente do ensino não foi por nós devidamente estudada.

fazer um estudo comparativo pormenorizado entre as descrições históricas e as suas dependências actuais. Aqui denotamos uma perfeita adaptação ao terreno e à sua relação com a muralha e com o rio. Percebem-se também algumas regras específicas dos conventos femininos, tal como, o facto de a igreja se encontrar no interior de um pátio e não no exterior, virada para a rua, com a porta de entrada na lateral da igreja. A ligação dos dormitórios à igreja faz-se pelo piso superior, através do coro, este separado da igreja, por uma "cortina" de madeira. A casa dos capelões e dos hóspedes foi remetida para um corpo exterior ao conjunto conventual, a norte, com forma de protecção do recato feminino. A falta de exuberância deste convento, só perceptível na sua igreja, e o carácter labiríntico das suas dependências são também características destes conventos.
Santo Eloy implantado em finais do século XV vem de novo instalar-se junto da muralha no seu interior, desta vez num local central, que se virá tornar numa das mais importantes saídas da cidade a norte. Esta instituição segue tipologia de igreja a norte do claustro e as descrições falam de quatro dormitórios, dois a sul e dois a poente. Mas a pouca informação obtida não nos permite fazer uma leitura concreta do funcionamento deste convento. Sabemos no entanto que esta instituição fazia assistência aos doentes hospitalares e é provável que tenham sido essas alas de dormitórios ocupadas para essas funções. A renovação do convento em 1798 com o derrube da muralha e a construção de novos dormitórios (obra que não chegaram a terminar), em substituição do muro da cidade, manifestam a constante adaptação destes conjuntos ao meio urbano em que se inseriam. No século XVIII, tanto a cidade como os conventos já não necessitam da protecção dos seus muros, estabelecendo uma nova relação com a rua e o exterior.
Durante o século XVI, mais cinco conventos vão ser implantados no Porto. Destes, dois são Beneditinos e representam o renovar da presença desta comunidade em meio urbano. Ambos se situam no interior das muralhas e seguindo uma estrutura comum de espaço claustral percebe-se ainda o seu adequado enquadramento no local de implantação. S. Lourenço representa também um excelente exemplo na relação entre a concepção de um programa e a sua inserção na paisagem e topografia do terreno. Todos estes conventos tal como os anteriores têm a particularidade da sua relação com a paisagem e as vistas para o rio Douro. A questão da relação do edifício com a envolvente, em meio urbano, adquire mais peso e devolve a estes conjuntos bastante diversidade comparativamente ao meio rural que, com menos condicionantes, segue estruturas mais rígidas na adequação dos seus modelos.
O convento de S. Bento de Avé-Maria com a igreja a sul do convento encosta os dormitórios ao corpo da igreja e transporta as cozinhas e serviços para norte no ponto mais afastado da igreja, mas também encostado à muralha da cidade. Com esta organização passa para primeiro plano a igreja, com a sua porta centralizada, na sua relação com a cidade e reafirma a preponderância da igreja nos conventos femininos. O tratamento das suas fachadas, como se vê pelas fotografias, é reflexo disso.
O convento da Madre de Deus de Monchique é dos conventos implantados neste século o único a situar-se fora das muralhas. Mas o facto de se tratar de um convento franciscano não é, pelo menos, a única razão. A sua localização deve-se também ao facto de se tratar de um edifício senhorial readaptado a convento. É talvez também pela mesma razão que a sua igreja se localiza no lado poente relativamente ao convento e com a cabeceira virada a norte. O refeitório direcciona-se na prependicularidade da igreja, como era usual nestes conventos, continuado na mesma ala, pelas oficinas. Os dormitórios situam-se também na prependicularidade da igreja e mais uma vez numa perfeita relação com a paisagem e topografia do terreno. A casa dos padres situa-se a nascente e na parte mais exterior do convento, junto à entrada como em Santa Clara.
S. Lourenço destaca-se pela sua organização na relação da igreja com a cidade e o claustro nas traseiras, onde se organizam as restantes funções. Aliando a função de colégio e de casa conventual, organiza os seus espaços hierarquicamente em volta do claustro com os dormitórios a sul e na extenção da cabeceira da igreja com acesso ao coro. As cozinhas e a biblioteca orientam-se a norte e junto ao morro da Sé e à portaria, denunciando o acesso ao público, fazendo do núcleo claustral um espaço mais recatado.

S. Bento da Vitória insere a sua igreja a norte do convento, virando-a talvez numa fase posterior para a cidade, pois foi ampliada no século XVII. [3] A igreja fica ainda situada no ponto mais alto do conjunto. Os dormitórios, situados a nascente, sul e corpo intermédio, transportaram o refeitório, cozinha e serviços para poente com entrada pela porta dos carros, juntamente com a biblioteca. O edifício do séculoXVI prolongou as suas obras até ao século XVII. A particularidade deste convento é a de o edifício formar um quarteirão na cidade sem nunca ter tido cerca, acusando a extrema organização dos beneditinos (era totalmente dependente da casa-mãe e mosteiros mais próximos).

S. João Novo mais uma vez orienta a sua igreja para a cidade com a cabeceira a sul e a entrada a norte. Aqui tal como em muitos outros conventos, a construção começou pelos dormitórios, estes virados a sul e com uma relação privilegiada com o rio, o que mais uma vez denuncia a cuidada inserção do edifício na envolvente. As obras, tal como nos conventos de S. Bento da Vitoria e S. Lourenço, prolongaram-se por mais de um século tanto pela grandiosodade destas construções como pelas dificuldades financeiras a que estas construções estavam sujeitas, pois dependiam da benificiência e das esmolas dos fieis.

Nos séculos XVII e XVIII, construíram-se mais quatro conventos prefazendo a totalidade destas construções no Porto.

Estas instituições vêm fixar-se novamente no exterior da muralha da cidade, evidenciando o seu renovado carácter reformista.

As grandes proporções da cerca do Convento do Carmo evidenciam a sua auto-suficiência e a sua manifesta interioridade ao pretender afastar-se do centro urbano, ficando, contudo, nas suas imediações.

A igreja conventual situada a nascente do claustro e no ponto mais alto do conjunto virava-se para a cidade e para o largo dos ferradores, deixando a sua cabeceira virada a norte. Os dormitórios desenvolviam-se à volta do claustro e sobretudo na ala encostada à igreja e ala sul, ficando as oficinas e cozinha a poente e também no lado mais afastado da igreja. [4] No lado poente existia ainda a farmácia para atendimento e assistência aos doentes.

Quase um século mais tarde, vem situar-se nas imediações do Carmo o convento feminino das Carmelitas Descalças. Este tipo de fixação era frequente para protecção e supervisão das freiras. As obras iniciaram-se, mais uma vez, pelos dormitórios a nascente da igreja, a igreja e depois o claustro. A portaria situava-se a sudeste. O desaparecimento e as poucas descrições do convento não deixam mais indicações para além da extrema probreza, acanhamento das divisões e falta de luz das instalações que as descrições informam.

O convento dos Congregados situado fora das muralhas veio, no entanto, instalar-se junto a uma das portas da cidade com mais prestígio na altura, a porta dos Carros, com a frente da igreja virada para a praça Almeida Garrett e os dormitórios a poente com frente para a Praça D. Pedro. Esta fachada subsiste ainda hoje, embora tenha sido modificada após a sua venda a um particular, no século XIX, com a abertura de mais janelas e a regularização da fachada. Para além deste corpo de dormitórios existia outro a norte, por trás da igreja, no interior do quarteirão, enquadrado pelo claustro com dois andares de dormitórios, as oficinas e a escola onde funcionavam as aulas.

O convento de S. António dos Capuchos, o último a ser implantado no Porto, não tinha ainda acabado a sua construção quando foi abandonado pelos religiosos. Tinha a igreja (hoje destruída), implantada a norte do claustro e a sul no lado oposto o corpo da cozinha, refeitório, dispensa e oficinas.

As fachadas sul e poente, viradas para a rua, foram alteradas duplicando a sua fenestração ao mesmo tempo que o seu interior era modificado para se adequar ao novo programa "a fim de obter mais cómodos" da biblioteca Municipal. A portaria situava-se na frente principal virada para S. Lázaro, ao lado da igreja e da sacristia.

A diversidade das implantações e a escassez de dados não nos permitem um completo estudo

3 Este dado não tem verificação fundamentada

4 (facto que necessitaria de documentação escrita para ser comprovado, mas que não foi encontrada)

comparativo destas tipologias. Daqui retiramos no entanto alguns elementos definidores destas estruturas, tais como a localização privilegiada na paisagem e junto dos mais pobres num perfeito enquadramento com a estrutura da cidade, em que a organização interior destes conjuntos se adapta e contorna as novas exigências.

A cerca, o vazio e a cidade

Os conventos diferenciavam-se das outras edificações tanto pela tipologia como pela forma como estes edifícios se relacionavam com a cidade, facto que se foi alterando com o crescimento e necessidades urbanas. A cerca, o limite externo dos conventos, que envolvia todo o perímetro ou rematava numa parte do edifício, foi um factor de grande relevância na particularidade destes conjuntos.

Os conventos em espaço urbano embora implantados de forma geral fora do núcleo central destacavam-se pelas suas dimensões, que adquiriam enormes proporções, relativamente à área da cidade, com as suas cercas que asseguravam a auto-suficiência constituídas pelas suas hortas, pomares e com os seus jardins para os espaços lúdicos.

No Porto, o crescimento urbano no fim do século XVIII e inícios de XIX vai compactuar com as cercas dos conventos e com a renovada imagem que se quer da cidade. Pela primeira vez se estabelece a confrontação do espaço das quintas e quintais dos conventos com o conceito de urbanismo. Da renovada transformação da cidade, temos inicialmente a adaptação destes conjuntos que voltam as suas frentes para o espaço urbano. Temos como exemplo as primeiras transformações dos conventos de S. Domingos e S. Eloy. Do largo de S. Domingos surge a nova Praça, regularizada e com a construção de um novo corpo do convento com frente para a nova Praça, a Caixa Filial (1774); igualmente Santo Eloy aproveita a destruição da muralha para a renovação do seu convento e a criação de uma nova fachada que antes confinava com a muralha (1790).

Num segundo momento, assiste-se a uma adaptação negativa destes espaços pela cidade em que esta se apropria dos edifícios e os mutila para resolver problemas de espaço público quando estes conjuntos já tinham perdido a sua função.

São Bento de Avé-Maria sofre nesta altura uma primeira demolição da frente virada para a praça Almeida Garrett no intuito do melhoramento ou alargamento da rua e do espaço público. Na mesma sequência são cortadas as escadas e pátio da frente da igreja do convento dos Congregados.

Para alinhamento da rua do Carmo (1837) foi demolida a frente da cerca da rua.

O alargamento da rua das Carmelitas (1834-37) vem iniciar a mutilação do espaço exterior do convento do mesmo nome, correspondente à frente sul e pátio da igreja. Seguidamente a ocupação dos espaços não construídos nos limites da cerca não escapou à vontade de utilização destes terrenos expectantes, dado que demolição da cerca criou uma nova frente para as ruas limítrofes (como indicam a cedência de parte da cerca para um teatro nacional, em1839 e mais tarde, em 1845, outra parte da cerca é ocupada pela Sociedade Filarmónica Portuense).

Em 1838, com o alinhamento da rua Ferreira Borges, é impedida a demolição da igreja de S. Francisco e em 1846 é aberta a rua de D. Fernando, formando a frente norte do Palácio da Bolsa. Estas transformações urbanas provocaram o desaparecimento definitivo do espaço da cerca.

De 1880 a 1887, a frente do convento de Santa Clara sofreu grandes alterações com a demolição da Porta do Sol, a abertura da rua Saraiva de Carvalho, a demolição da capela de S. António do Penedo. Esta transformação veio alterar a relação da frente do convento com o espaço exterior, modificando a sua escala na relação com o exterior e perdendo o carácter intimista que antes possuía.

Também a abertura da rua Nova da Alfândega em 1871 vai originar uma nova frente urbana para o rio com a demolição da muralha do convento de Monchique e a criação de uma nova frente de casas.

S. Bento da Vitória por nunca ter tido cerca mantém até hoje o seu perímetro inalterado e a sua configuração exterior. Também S. Lourenço pela análise das plantas cartográficas parece que até hoje mantém os seus muros limítrofes. (S. Lourenço é o único que mantém as suas funções com os seus quintais, hortas e jardins e a sua configuração.)
Em S. João Novo, apesar de com a análise das cartografias não termos obtido grandes diferenças nas suas dimensões exteriores, não são visíveis hoje os limites da sua cerca, dando a entender que as construções em volta anexaram e aglutinaram os seus muros.
Relativamente aos espaços exteriores do interior das cercas, podemos concluir que as transformações urbanas da cidade antes da extinção dos conventos originaram a sua renovação e adaptação a uma nova imagem como é o caso da de S. Domingos e S. Eloy, ou ainda de S. António dos Capuchos, que, sendo de construção recente no século XVIII, renova a sua frente em inícios do século XIX com a renovação da Praça de S. Lázaro.
Por outro lado, as transformações do espaço público após a extinção dos conventos levam à mutilação destes, em que se muitas vezes o espaço construído é mantido, os espaços não construídos vão sendo subtraídos para a criação de novas ruas, praças ou novas construções; o que antes era espaço agrícola ou ajardinado torna-se posteriormente vazio e expectante cujo exemplo mais significativo é o dos terrenos das Carmelitas Descalças.
Assim assistimos a um primeiro corte na frente e na relação do edifício com a cidade causado pelos novos alinhamentos das ruas, surgindo sequentemente o parcelamento do interior das cercas. Os casos mais flagrantes são: o convento do Carmo, cuja cerca pelas suas grandes proporções foi repartida pelo hospital do Carmo e pelo Instituto de Medicina Legal; S. António dos Capuchos, que também foi vendendo partes da cerca e hoje tem o espaço exterior muito reduzido; ainda S. Francisco que ficou com o espaço exterior limitado à envolvente construída com a abertura da rua de D. Fernando; S. Domingos, S. Eloy, S. Bento de Avé-Maria, Congregados e Carmelitas, que ao serem vendidos e destruídos foram absorvidos pelas novas construções e perderam por completo os traços das suas anteriores malhas; S. Clara é um dos poucos que conseguiu manter os seus quintais e espaço não construído, cuja localização e características do terreno conseguiu preservar; Monchique perdeu os limites dos seus muros com os novos alinhamentos das ruas limítrofes e encontra-se repartido por diferentes proprietários.
A perda de função destas estruturas torna os seus espaços de jardins e quintas apetecíveis à cobiça urbana e acumuláveis aos espaços públicos e espaços construídos, contribuindo para a regularização da cidade mas também para a sua massificação.
A perda de função destes conjuntos tem o reverso positivo de abrir estes grandes núcleos para a cidade, que pela sua particularidade e características os tornava antes como uma espécie de ilhas na sua relação com o seu meio.

2.2 A extinção das Ordens Religiosas, as transformações e permanências na malha da cidade e nos edifícios

As transformações

Dos treze conventos implantados entre o século XIII e o século XVIII, cinco foram destruídos na sua totalidade, dois foram reedificados de forma irreversível, (que talvez por mero acaso são o primeiro e o último a serem implantados) e seis podem considerar-se hoje como preexistências, embora com transformações e características completamente diferentes. Nos dois últimos séculos, as disparidades tanto das intervenções como do alheamento a que ficaram sujeitos têm as razões do tempo em foram realizadas e do lugar em que foram implantados relativamente à hierarquia da cidade.
A extinção das ordens religiosas em 1834 marcou o corte e o processo de viragem na continuidade destes edifícios. As Lutas Liberais e a ocupação francesa na cidade do Porto tinham já debilitado

muitos destes edifícios, com ocupações e pilhagens. Estes edifícios ofereciam a dimensão e as estruturas que melhor se adequavam para o albergue das tropas ou para servir de enfermaria para cuidar dos enfermos. Por outro lado a ocupação destes edifícios pelas tropas tornou-os alvos de bombardeamentos inimigos levando nalguns casos à sua destruição. Esta destruição tornou-se irreversível pelo sequente abandono dos religiosos provocado pela extinção das ordens.
Destes, o caso mais flagrante é o convento de S. Francisco, que, após ocupação militar, abandono dos religiosos e sequente incêndio, foi adquirido pelo estado, que lá instalou rapidamente e definitivamente a Bolsa Comercial. Com o convento grandemente destruído pelo incêndio e com o novo programa, apesar da implantação e algumas paredes terem sido mantidas, - tal como o claustro, - fez-se um edifício novo, com nova distribuição e com características muito diferentes das anteriores, sendo hoje irreconhecível a anterior estrutura. Embora existam referências sobre as plantas do convento, levantadas inclusivamente por Costa Lima Júnior, como já foi referido, não nos foi possível encontrá-las em nenhum dos arquivos procurados tornando impossível (a não ser que haja uma intervenção no edifício em que se disponha da identificação dos materiais existentes) provar as afirmações referidas.
Apesar destas incertezas, consideramos que as permanências da antiga estrutura foram totalmente apagadas com o novo programa. Este exemplo mostra que não basta manter a implantação ou partes da sua estrutura, mesmo se importantes na definição do edifício, como são o caso do claustro, ou a igreja mantida na sua totalidade, para garantir a sua continuidade. Estes elementos não são suficientes para considerar a existência de uma continuidade na vivência do edifício e também não foi a mudança de função que originou este corte. Aqui a transformação do interior do edifício tanto a nível da distribuição como da sua nova compartimentação provocada primeiro por um incêndio e depois por um novo programa que não contemplou o anterior, fizeram com que o edifício actual se sobreponha ao antigo, negando as suas correspondências com o passado e com a sua envolvente mais próxima, - a igreja de S. Francisco. (Igreja esta que perdeu as suas ligações com o edifício de que hoje é vizinho e que antes fazia parte de um conjunto – o antigo convento.)
É também provável que após a ocupação militar e principalmente após o incêndio pouco tenha ficado do anterior convento. As ocupações das tropas pouco ou nada modificavam estas estruturas, procurando antes adaptarem-se à organização e compartimentação existente, provocando grandes estragos pela ocupação massificada, pouco cuidado e mesmo por actos de vandalismo e de roubo.

O convento de Santo António, curiosamente o último a ser implantado no Porto, tem correspondências analíticas com o convento da S. Francisco. Tal como o primeiro, ao adquirir uma nova função sofreu igualmente alterações de tal forma radicais que não nos permitem actualmente falar de uma continuidade da vivência do edifício. Este, embora não tenha sofrido nenhum incêndio, encontrava-se ainda em fase de transformação, pois sendo recente a sua construção não estava terminada quando foi ocupado pelo Estado, depois da extinção das ordens. Este facto levou a que as obras não fossem terminadas de acordo com os pressupostos anteriores mas que se reavaliassem as estruturas existentes e se traçassem novos planos para satisfazer as novas funções. Assim foram modificados tanto o interior, como as fachadas do edifício, levando a um corte radical com a anterior estrutura, podendo, pois, considerar -se que, este, tal como S. Francisco perdeu todas as correspondências com o seu passado, não sendo possível falar de permanências mas de um novo edifício construído em sobreposição ao anterior.
Estes dois edifícios mantendo a implantação e alguma da sua tipologia dificilmente são reconhecidos hoje, como antigos conventos.
Para isso podemos referir que a mutilação das cercas constituiu o primeiro corte com as estruturas anteriores. Ao serem modificadas as entradas, os percursos interiores e a hierarquia dos espaços, assim como as suas funções e muitas vezes a própria configuração dos compartimentos, esvaziou-se a memória do existente e criou-se um novo conjunto com as antigas pedras.
Resta-nos assim hoje preservar a memória dos espaços dos claustros e da implantação destes

dois extintos conventos.

Os conventos de S. Bento de Avé-Maria e das Carmelitas Descalças, ambos femininos, foram destruídos na totalidade. O convento de S. Domingos, do qual resta a antiga Caixa Filial, e o de Santo Eloy, do qual resta o Palácio das Cardosas, não deixaram preexistências significativas pois os elementos que hoje se mantêm constituem uma pequena parte e pouco significativa da totalidade destes conjuntos, partes estas também actualmente alteradas. Do convento dos Congregados apenas resta a igreja. Mesmo a malha destas antigas implantações foi totalmente alterada pelo parcelamento e posterior venda durante o século XIX.
Várias causas contribuíram para a destruição destes conjuntos. Talvez a causa mais sensível tivesse sido a localização destes – S. Bento de Avé-Maria, S. Eloy e Congregados eram muito próximos, num local central e de grande pressão urbanística na cidade do Porto do século XIX. O convento das Carmelitas também não sobreviveu, pois situava-se igualmente numa zona da forte expansão e de comércio, aliado talvez ao facto do seu pouco interesse arquitectónico, isto a avaliar pelas descrições encontradas.
No entanto todas estas suposições não determinam concretamente as causas de uns edifícios terem sido destruídos, outros transformados e alguns simplesmente ocupados. Se de facto existiram causas concretas como as pressões urbanísticas, a centralidade destas instituições, ou a adaptação às novas exigências, o factor aleatório de ocupação por parte do Estado e a entrega desconcertada a diferentes instituições ou a particulares originou uma espécie de vazio ou de inconsequência na responsabilidade e no destino dos antigos conventos. E a prova da falta de controlo e de uma política concreta por parte do Estado é a alienação da maior parte dos bens confiscados à igreja – o destino dos antigos conventos.

Com já foi dito atrás, dos treze conventos instituídos até ao século XIX restam hoje seis, dos quais o de Monchique se encontra quase totalmente em ruínas. A localização deste conjunto [5] destinou o seu uso, após 1834, para a vertente industrial, pela sua proximidade com o antigo cais da ribeira, com o rio Douro e ao mesmo tempo afastado do núcleo mais urbano. A era industrial tardia da cidade e a existência de construções de grandes dimensões, adequadas a este tipo de necessidade evitando o dispêndio de uma nova construção levaram à compra e ocupação destes espaços por particulares, que, sem grandes transformações, se apropriaram do existente com a ocupação por materiais pesados, num total alheamento e desrespeito do que haviam adquirido.

O movimento social do século XIX e inícios de XX

Os jornais dos finais do século XIX e inícios de XX, tal como o Tripeiro, testemunham a preocupação pelo abandono e incúria do governo relativamente aos conventos extintos, o que demonstra que nesta época já havia consciência destes bens patrimoniais. São bastantes e muitas vezes repetidos, os protestos calorosos e tendencialmente patriotas, pelas igrejas ou conventos abandonados ou destruídos. De uma maneira geral, todos os conventos abandonados ou destruídos encheram páginas de jornais, denunciando igrejas fechadas que serviam de armazéns, ou de depósitos, como o caso de Monchique, ou dos Congregados, ou o pátio do convento de Monchique que era utilizado para espaço fabril ou a tão controversa destruição do convento de S. Bento de Avé-Maria, que para alguns, era sinónimo de progresso, provocando noutros grande indignação pela destruição de tão "grandioso" edifício.
A leitura destas notícias oferece-nos uma imagem das preocupações da época. É de notar a preocupação romântica com o destino destes edifícios em que algumas vezes, mesmo se de forma incipiente, se procura registar as características dos edifícios como testemunho limite de perpetuação da sua memória. Na maior parte das vezes repetem-se as mesmas notícias com novos pequenos dados pouco significativos, denotando a necessidade dos meios de informação

5 (que de início era uma casa senhorial e mais tarde foi adaptado para convento feminino)

em manter viva a preocupação e a memória destes edifícios, como sendo um factor de grande importância cultural e de alguma forma política.
Todas estas notícias denunciam por outro lado os deficientes resultados da intervenção do Estado.[6]

A actuação dos poderes políticos

Mas se estes dados demonstram as preocupações sociais na preservação do património, as instituições agiram de forma incipiente, determinadamente as políticas, sobretudo no Estado Novo, e segundo os registos das obras públicas com uma contínua referência a uma grande falta de verbas.
Fazendo uma leitura ao longo do tempo dos livros de obras destes edifícios, percebe-se uma contínua carência de meios para a efectivação das referidas obras, mesmo as mais prementes. [7]
As obras que são executadas são as de absoluta necessidade levando à degradação de uma forma sistemática das estruturas e ao seu abandono quando estas deixavam de garantir a segurança mínima de habitabilidade como aconteceu com o Aljube em Santa Clara e São Bento da Vitória (abandonado e devoluto em 1977).
O Estado, nos séculos XIX e inícios de XX, parece ter agido segundo as pressões de uma corrente de carácter romântico, ou de uma elite que denunciava, à imagem dos exemplos que vinham da Europa, o estado de abandono do património. Navegando em legislação de sobra, o Estado português não concretizava as teorias, ficando preso em burocracia, falta de meios financeiros e a um poder demasiado centralizado.
Se até à primeira República se assistiu no Porto a uma alienação desordenada dos conventos extintos, em que se tentava aumentar os cofres do governo com a venda destes conjuntos a particulares, ou se ocupavam pelas entidades públicas, as instalações de uma forma aleatória, os governos que se seguiram não se diferenciaram muito no modo de agir. Os conventos, que escaparam no primeiro momento aos incêndios ou à venda a particulares após a sua extinção, ficaram entregues a si próprios sem controlo e com uma manutenção precária por parte do Estado. Estado este que alegando até hoje, sempre falta de verbas independentemente dos diferentes governos, ocupou no entanto, ao longo destes dois séculos, as instalações em situações muitas vezes precárias e cuja manutenção foi sempre insuficiente e sofrível. As políticas da 1ª República e do Estado Novo beneficiaram da recuperação e restauro das igrejas, únicos elementos considerados de valor patrimonial para este regime, resultado de uma política em que o monumento é resgatado do seu conjunto funcionando como um elemento de propaganda e orgulho nacional. Depois das cercas, que foram dilaceradas em 1834, são estas a primeiras mutilações destes conjuntos.
Só a partir dos anos 80 do século XX se renova a importância dada a estes edifícios e se modifica a atitude, classificando-os como salvaguarda da sua demolição e procurando a sua reabilitação numa intervenção de forma mais global, o que reflecte uma nova consciência do conceito de património aliada a uma maior disponibilidade de meios para a sua concretização.
Mas ainda hoje a reintegração da totalidade destes conjuntos não é sempre contemplada.

As permanências

Dos seis conjuntos, que ainda restam, só o de Monchique foi vendido a particulares.
S. Lourenço pode-se considerar que de todos é o mais preservado, documentado e possuindo ainda parte do seu espólio mobiliário e estatuário. A sua passagem quase directa (1832-34, aquartelamento da "Batalhão Académico") para o Seminário Diocesano (1834) permitiu a continuidade da vivência do edifício, conservando ao mesmo tempo as suas funções, organização

6 A leitura destes artigos foi de grande importância dada a sua continuidade no tempo, século XIX e XX, e no meio de discursos muitas vezes emotivos deixaram notas de aspectos tipológicos, construtivos ou da organização dos edifícios.

7 Foi feita uma leitura de todos os registos de obra existente no arquivo da DGEMN do Aljube e do extinto Convento de Santa Clara.

e estrutura interna.
S. João Novo foi o único edifício ao qual não tivemos acesso na visita das instalações. Apesar das várias tentativas e de telefonemas para os serviços em Lisboa e no Porto, a burocracia do sistema interno não nos permitiu a avaliação física actual do edifício. A análise que fazemos é portanto através das plantas obtidas na DGEMN, e visita ao espaço do claustro. Apesar disso consideramos que o edifício se encontra aparentemente preservado, cujas plantas não apresentam transformações significativas (1939, 1981) tanto a nível de compartimentação como de distribuição. Parece-nos que as obras de recuperação e de manutenção, que se fizeram, foram de forma a adaptar o edifício às novas exigências sem um plano de conjunto mas também sem alterações de fundo, isto aliado ao facto de este edifício ter uma só actividade e um só proprietário, (Tribunal Criminal e Correccional desde 1863 e Hospital Militar entre 1832 e 1862), evitando divisões e sobreposição de estruturas, criação de novas entradas e novas distribuições o que favoreceu o seu uso em continuidade com o existente e com a sua manutenção. A sua configuração compacta em volta de um claustro e de dimensões modestas relativamente a outros conjuntos deve ter contribuído também para a continuidade da estabilidade deste edifício que conserva a sua beleza.
Impera, no entanto, a necessidade de um estudo, avaliação e levantamento do existente para uma correcta intervenção e preservação deste convento extinto.
O convento do Carmo, tal como S. João Novo e S. Lourenço, mantém até hoje um único proprietário (GNR) embora aquele devido sobretudo às suas dimensões tivesse sofrido mais alterações. A grande dimensão da sua cerca originou logo no início da sua extinção um parcelamento dos terrenos, dividido por mais dois proprietários. O seu interior, embora mantendo o seu núcleo original com uma boa parte das suas características, foi sofrendo acrescentos e adaptações onde a única regra era a vontade dos seus superiores, tanto no interior como no exterior, onde as cavalariças e dependências afins ocuparam uma boa parte do espaço vazio. É de salientar que não é difícil hoje reconhecer as antigas distribuições em volta do claustro, os dormitórios, ou encontrar vestígios das antigas cozinhas, ou algumas celas, verificando-se, no entanto, que a volumetria construída após a extinção do convento é de uma escala muito superior à que anteriormente existia. As novas construções foram-se anexando ao existente numa linguagem quase contínua, criando dois novos pátios de grande escala que absorveram e reduziram a escala do núcleo primitivo. Muitas destas novas construções são simples acrescentos sem qualquer valor arquitectónico ou histórico, pondo-se assim a questão da preservação deste conjunto e da avaliação do que deverá ser mantido numa posterior intervenção ou até na classificação do existente.
Aqui ao contrário de todos os outros conjuntos, a larga extensão da cerca, apesar de parte dela ter sido cedida, permitiu a sua ocupação para a expansão das instalações que de forma quase mimética e mais ou menos aleatória se foram apropriando dos espaços vazios.

S. Clara e S. Bento da Vitória distinguem-se destes últimos por duas razões. Ambos os edifícios se encontram hoje repartidos por várias instituições, tendo os dois tido uma intervenção de autor, mas parcial ou seja em apenas uma parte do edifício.
Ambos os conjuntos foram sujeitos ao longo do tempo a diferentes ocupações e adaptações. Para além da contínua e aleatória descaracterização dos edifícios, fruto das reduzidas preocupações com o seu destino, a sua preservação deve-se apenas às precárias verbas que foram sendo atribuídas aos conventos extintos. O restauro das igrejas, tal como o de S. Clara, foi a única excepção em matéria de preservação, porque fazia parte das classificações estatais do culto dos monumentos e mesmo muitos desses foram deixados ao abandono, como S. Bento da Vitória.
O abandono de S. Bento da Vitória em 1977 levou à sua classificação para o defender da demolição, pertencendo ao IPPAR avaliar o seu destino, que em 1986 propõe lá instalar um Centro Nacional de Música com orquestra sinfónica e respectiva escola, um museu de instrumentos musicais e oficinas de restauro, escolas de música de grau médio e superior a integrar no sistema geral do ensino e espaços envolventes, sendo uma pequena parte do edifício destinada à instalação da comunidade beneditina. Mas esta proposta foi apenas em parte realizada, tendo o Arquivo Distrital

do Porto ocupado a maior parte do edifício, já na última década do século XX.
Para responder ao novo programa foram criadas entradas para as diferentes instituições em número de três. O edifício foi dividido, as circulações foram cortadas e reorganizadas e procedeu-se a uma nova compartimentação, arrasando alas de dormitórios. Os claustros perderam a sua função de espaço deambulatório e de contemplação e tiveram tratamentos diferentes. Embora tenham sido mantidas certas preexistências tal como a largura dos corredores, acessos, ou algumas salas como o refeitório, o edifício perdeu a sua leitura de conjunto e por isso o seu significado.
S. Clara ao ser repartido por cinco instituições obtém hoje uma leitura igualmente parcelada e muito provavelmente irreversível.
A intervenção na década de noventa do Arq. Vítor Mestre respondeu a um programa de uma parte do edifício, o Aljube, acabando neste caso por reforçar a diferenciação com o resto do edifício, devido a uma intervenção de restauro marcadamente histórica e de autor.
A intervenção do Arq. Carlos Guimarães em S. Bento da Vitória quase se limita à intervenção no claustro nobre. A transformação do claustro em espaço interior e mais especificamente em sala de ensaios da Orquestra Nacional do Porto contempla diferentes questões em termos de restauro: a leitura, a salvaguarda e conservação dos elementos arquitectónicos preexistentes; a separação entre o elemento de intervenção (a enorme cobertura) e o preexistente tornou notória a reversibilidade da nova estrutura e conferiu ao lugar a ideia de um restauro museológico ou arqueológico. Num conceito do objecto dentro do objecto, os seus elementos não tocam as fachadas do claustro. " A solução proposta pode ser entendida como um gigantesco pálio colocado dentro do espaço do claustro." [8]
S. Bento da Vitória, no entanto, pode considerar-se hoje um edifício recuperado e estabilizado, conservando ainda a sua reversibilidade, ou seja, o seu anterior carácter como um único elemento e não o somatório de vários. Santa Clara, por outro lado, pelas suas grandes dimensões e configuração e por estar mais parcelado por instituições completamente díspares, que já transformaram as suas instalações em tempos diferentes, também de forma adversa, corre ainda o risco, sem um estudo de conjunto cuidadoso e em pormenor, da sua "lesa arte" ser maior.

A complexidade da mudança e a pluralidade das funções

A adaptação destes edifícios às sucessivas transformações e às pré-existências e o modo como se decide sobre o construído vão projectar-se sobre a rectificação do existente e sobre o que se vai inserir de novo, incluindo ainda as decisões do que é demolido para satisfazer as novas exigências.[9]
Os edifícios que conjugam várias funções acrescem na sua adequação aos vários usos. Estes edifícios com a pluralidade de programas e a interacção com o público devem conter uma interpretação elaborada do seu conjunto e das suas partes. [10]
A modificação da função implica muitas vezes a aplicação de novos materiais, sendo necessário respeitar o edifício e adequar o seu uso à nova exigência. Hoje na reabilitação dos edifícios é muitas vezes obrigatório por lei inserir elevadores, rampas, portas corta-fogo, cumprir normas e condições de segurança do edifício sem as quais esses edifícios não podem desempenhar funções públicas. No respeito destas normas nem sempre é possível propor uma nova função porque nem sempre as exigências da nova funcionalidade se compatibilizam com o existente. A adequação da nova função deverá ser analisada antes da intervenção, para que as readaptações e reutilizações efectuadas no edifício, sendo muitas vezes necessárias e desejáveis, não acabem por ser refeitas em vez de conservadas.

8 F. Fernandes, M. Cannata, Arq. Portuguesa Contemporânea, 1991-2001 edições ASA 2001

9 A conservação do Património na Europa impõe que a nova utilização não deverá causar danos no preexistente.

10 A Carta de Veneza 1964 no Art.5º diz: "Art.5º - a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes." Ao reutilizar um edifício deverá ter-se ainda em consideração a sua envolvente próxima.

As sucessivas modificações podem ainda gerar a perda da estrutura inicial da sua memória e a indiferenciação das características do edifício.
A ocupação dos conventos com novas funções tem mais de um século de existência e é anterior aos pressupostos aqui designados. Nos edifícios, que restaram, os novos usos não alteraram de forma significativa o existente, permitindo hoje reconhecer muitas das características das antigas estruturas. É no entanto absolutamente necessário e premente um estudo particular para cada um destes edifícios de forma a assegurar as suas permanências em intervenções posteriores.

A conservação dos materiais e as tecnologias no Restauro

O aprofundar do conhecimento de um edifício ou de um monumento através do estudo da sua história, da arqueologia, do método construtivo dos seus materiais ou da sua arquitectura leva à identificação e caracterização do objecto segundo uma leitura detalhada e específica. Quanto maior é o conhecimento, melhor se percebe a época, os métodos construtivos e a especificidade arquitectónica tanto no tempo como no espaço em que foi construído. Isto leva-nos a saber datar os edifícios, a engavetá-los em secções de tempo e de tipo de arquitectura, mas também a admirá-los na sua forma mais real e intrínseca. A beleza, como apreciação da vertente estética, enquanto obra de arte, adquire um novo conceito à medida que se aprofunda o conhecimento do objecto.[11]

Nas obras de recuperação destes edifícios nem sempre foram respeitados os materiais ou os métodos construtivos. Na cobertura da igreja de S. Lourenço, a estrutura de madeira foi substituída por tijolo e betão sem que se perceba ou haja explicação para a substituição dos materiais tijolo por madeira – principalmente porque foi usado o mesmo método construtivo. Também em S. Bento da Vitória, todos os pisos de madeira foram substituídos por caixotões de betão. Foi-nos falado da existência da praga da formiga branca neste edifício e talvez isso tenha justificado a escolha deste material para substituir o anterior, tendo sido também e provavelmente a escolha correcta, mas nada disto se encontra escrito ou justificado.
A conservação da arquitectura também é a conservação dos seus materiais e das suas estruturas, sendo necessária uma análise cuidada para não destruir as partes do edifício que estão em bom estado e não as substituir devendo, quando ela é necessária, ser realizada com materiais idênticos. A intervenção deverá ser reversível, não permitindo que a obra seja transformada ao ponto de ficar irreconhecível.
Na intervenção sobre o património é necessário um conhecimento prévio e consistente dos materiais tal como da sua arquitectura, da história e valores associados. A falha de avaliação prévia pode encaminhar a intervenção para a descaracterização do edifício.
Seria necessário em cada um dos edifícios fazer um levantamento completo do seu estado da arte, com um estudo arqueológico, histórico e arquitectónico, publicado e datado, devendo este ser diferenciado de qualquer intervenção posterior e com a possibilidade de ser arquivado para consulta e divulgação.

11 Excerto: Pereira, Ana Cristina, Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. História da reabilitação da cidade consolidada. 15 Jan. 2004, Prof. Domingos Tavares. Tema 8 Monumento intemporal ou sinal de tempo próprio. Mestrado MIPA FAUP. 2003-2004.

Bibliografia geral

Júlio Couto, Praça de Carlos Alberto. Editora: Livraria Vieira, 2003. (tem fotografias dos Carmelitas e plantas de 1824, planta redonda,...)

Murphy. Revista de História e teoria da Arquitectura e do Urbanismo. 01. Março 2006. IPPAR.M/C.

Bernardo Vasconcelos e Sousa, Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento guia histórico. Lisboa. Livros Horizonte, 2005.

Catarina Almeida Marado, Maria Tereza Perez Cano,Antigos conventos do Algarve. Um percuso pel opatrimónio da região. Edições Colibri. 2006

ALISON and PETER SMITHSON, The Charged Void: Urbanism. The Monacelli Press, 2005.

Curadoria do local, Algumas abordagens da prática e da crítica. Coordenação de Edição e Tradução, Gabriela Vaz-Pinheiro. (Palavras-chave: 1. Arquitectura. 2. Arte pública. 3. Espaço público. 4. Sítio-especificidade)

BRAGA ALHO, CARLOS E CABRITA, ANTÓNIO R.
Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu
Sociedade e Território nº 6, Porto, Afrontamento, 1988

CAPITEL, Antón, Metarmofosis de monumentos y teorías de la restauración. Madrid, Alianza Forma, 1988.

CHOAY, Françoise, A Alegoria do Património. Lisboa, Edições 70, 2000.

NETO, Maria João Baptista, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto, FAUP Publicações, 2001.

TOMÉ, Miguel, Património e Restauro em Portugal (1920-1995). Porto, FAUP Publicações, 2002.

AGUIAR, José, Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património. Porto, FAUP Publicações, 2002.

DUVAL,Georges,RestaurationetRéutilisationdesMonumentsAnciens.TechniquesContemporaines. Éditeur, Mardaga.

Alonso Muñoyerro, Susana Mora, Reflexión Histórica sobre la Rehabilitación o el valor de lo existente. Proyectos de intervención en edificios y recintos históricos. Madrid: colegio oficial de los arquitectos de Madrid, 1987.

Brandi, Cesare, Teoría de la restauración, 3ª ED. Madrid. Alianza, 1993

Schenkluhn, Wolfgang, Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile dei Domenicani e dei Francescani in Europa.Editrici Francescane. 2003.

VICENTE GARCIA ROS, Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustratión. Valencia. Editorial Asís. 2000.

FLÁVIO LOPES. MIGUEL BRITO CORREIA, Património arquitectónico e arqueológico. Cartas,

Recomendações e Convenções internacionais. Livros Horizonte, 2004.

FERRÃO, Bernardo José, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina. Publicações FAUP.

Aux Confins du Moyen-Age. Art Portugais XII-XVe siecle. Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij. Gent. Europalia 91 Portugal.

Fernando Chueca Goitia, Breve História do Urbanismo. Editorial Presença, Lisboa, 1982.

BOHIGAS, Oriol. Espacio Público. Contra la incontinencia urbana. Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad. 2004, Electa.

PORTAS, Nuno, Os Tempos das Formas. Volume I: A Cidade Feita e Refeita. Escritosn1963-2004. 2005 DAAUM, Universidade do Minho.

COELHO, Sofia Thenaisie, A Cidade em Suspenso. Projectos em torno da Sé do Porto (1934/2001). 2001, CUC- Centro de Cultura Urbana Contemporânea.

História de Portugal, volI, A monarquia feudal, (1096-1480), direcção de José Mattoso, 1997, Eitorial Estampa.

RUSKIN, John, Las Siete Lámpadas de la Arquitectura. Editorial Alta Fulia, Barcelona, 1987.

AUZAS Pierre-Marie, (Inspecteur general des Monuments Históriques) Eugéne Viollet-le Duc 1814-1879. Caisse National des Monuments Historiques et des Sites.

Teoria y Historia de la Rehabilitacion. Tratado de Rehabilitacion. Organization del master de restauration arquitectonica. Director del master: Juan mjo Carrió. Edicion:Editore Munilla-Léria. Septembro 1999.

AGUIAR, José, Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português, em "Sociedade e território", nº21, Dezembro 1991.

Arquitectura y Património. Memória del futuro. Una reflexion sobre a relacion entre património y arquitectura. Sevilha: Cuadernos del IAPH, nº3, 1992

Patrimonio e Ciudad. Reflexion sobre centros historicos. Sevilha: IAPH, 1994.

LEÓN;J. Miguel Hernández, La Natureza de lo Antigo y el Impulso Restaurador., em "PH, Boletim del Instituto Andaluz del Património Histórico". Sevilha, nº19.

Rehabilitacion y Ciudad Histórica. Sevilha: COAAOc, 1989.

Rehabilitacion y Vivienda en sevilha. Rénovación y transformaciones en la arquitectura domestica, 1975-1988. Sevilha: COAAO, 1988.

BABELON, J-P; CHASTEL, A., La Notion de Patrimoine. Éditions Liana Levi, 1994.

Stratégies sur la Ville. Construire en quartiers anciens, en "Les Cahiers de la Recherche Architecturale", (elab. Jacques Lucan). Paris: nº5, Março 1980.

La Metropole Imaginaire. Un atlas de paris, (dir. Bruno Fortier). Paris: Éditions du Pavillon de L'Arsenal et Pierre Margaga Éditeur, 1996.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel, Entretiens sur L'Architecture, Bruxelles: Pièrre Margaga Éditeur, 1977 (facs).

O Chiado. Lisboa. A estratégia de memória. Granada, Lisboa, Sevilha, 1994.

De FUSCO, Renato, Dov'era Ma Non Com'era. Florença: Alinea Editrice, 1999.

FOUCAULT, Michel, O Pensamento do Exterior. Lisboa: Fim de Século, 2001 (1996).

LYNCH, Kevin, De Que tiempo Es Este Lugar?. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.

Rossi, Aldo,

Sebenta SRU. Sociedades de Reabilitação Urbana

Maria Leonor Botelho, a Sé do Porto no século XX. Livros Horizonte, 2006.

FAUP: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Wiebenson, Dora - Los tratados de arquitectura. De Alberti a Ledoux. 1988, Herman Blume.
(T .M .9)

Donati, Gerard – Leon Battista Alberti. Vie et Théorie. Pierre Mardaga, éditeur.
(M.20.3)

Gardol, Jean Kelly - Leon Battista Alberti. Homme universel de la renaissance. Les éditions de la passion.
(M.20.2)

Barthelemy, Jean et Morillereseaux, Jean-Pierre – Jeunesse et patrimoine architectural. Pierre Mardaga, éditeur.
(A.70.3.1)

Forum international de la jeune architecture – Patrimoine et création urbaine. École d'architecture de Paris Val-de-Marne.
(A.70.3.13.2)

Choay, Françoise – A regra e o modelo, estudos. Editore perspectiva.
(A.40.56.1)

Choay, Françoise – La règle et le modèle. Édition du Seuil, Paris.
(A.40.56.1)

Le Corbusier – La Charte d'Athènes. Les éditions de mimit.
(A.40.120.11)

O convento de S. Francisco da cidade. Maria j. Calado. 2000 A.p.101-19 FA(1/0)
S. Bento da Vitória. Robert Smith. 1925. P.145 res. FA(1/0)
O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos. Maria Eugénia M. Fernandes. P.303. res FA(2/0)
Convento dos Congregados. Eduardo Pires de Oliveira. 1988. Ap. 101-50 FA(1/0)
O mosteiro de Leça do Balio. José Manuel Salgado Fonseca (4200) T. 8. 12.3
Tese de doutoramento. José Quintão. Fachadas das igrejas clássicas.
Itinerário pelo sagrado. Cruz, Pedro Cartuxo.

Das cercas dos conventos Capuchos da província da piedade. António Manuel Xavier
Conversa à volta dos conventos. Virgínia Frois.
Convento franciscano e do mais que lhe suceder. Manuel Ferreira da Silva

Nº81 boletim da direcção geral dos edifícios e monumentos nacionais

Provas de final de curso

- P.f. 26 Susana Silva Gomes. Requalificação dos edifícios culturais do porto. 3 internvenções: S. João, Rivoli e Coliseu. Estratégia para a revitalização da baixa portuense.
- P.f. 126 Paula Isabel Sequeira da Silva Fonseca. S. Domingos e S. Bento de Ave Maria: as ligações e as centralidades 2000/2001 (pode ser fotocopiado)
- P.f. 316 Justa Patrícia Montes dias Mendes. O convento de santa clara do porto, reflexão sobre a transfiguração (pode ser fotocopiado)
- P.f. 325 Isabel Maria Fernandes Pinto. Convento Corpus Christi. o edifício /monumento. utilidade da história e possibilidade de intervenção. 2003/2004. (pode ser fotocopiado)
- P.f. 385 Claudio Fernando Martins e Silva Cordeiro Morais. Projecto de reabilitação dos nºs 13 e 15 da rua de S. João novo. 2003/2004.
- P. f. 562 madalena Oliveira de Lima Aires. Contibuto para a requalificação de um sector urbano da cidade do Porto: S. João da Foz do Douro e S. Miguel de Nevogilde. FAUP 2006.

P.f. 587 Helena Regina Lopes Teixeira. Causalidade ou casualidade – a dimensão urbana patrimonial.
P.f.584 Natália Morais da Costa. A reabilitação do antigo como obra nova.
P.f.569 Rui Pedro Cerqueira de Basto. Rabilitação urbana. Do conceito à intervenção.
P.f.561 Helena Isabel R. Cosmo e Corte. Projecto urnano no centro das cidades.
P.f.466 Camilo Quintas Viana. Monumento e cidade. Reflexão sobre a intervenção no Convento de S. Bento em Viana do Castelo.
P.f.426 Maria Helena M. Diogo. Arquitectura ... e transformação
P.f.403 Sidh Daniel Losa Mendiratta. A igreja e convento dos Agostinhos de velha GoOa.
P.f. José M. de Basto Sá. A tragedia da perda – intervenção em património existente.
P.f.360 mosteiro de Tibães
P.f.339 Regina Silva Campelo. Mosteiro de Tibães
P.f.252 Filipe Nunes Vasconcelos Pinto Basto. Trabalhar para intervir em edifícios históricos – o caso de algumas pousadas como exemplo.
P.f.253 Raul Alfredo T. Pereira da Costa. Construção de um em edifício existente
P.f.193 Cilísia Mónica Duarte Ornelas. Gfaces do Património – Ocontexto português.
P.f.173 Paula Alexandra Rodrigues da Cruz. Intervenção arquitectónica sobre o património.
P.f.163 Rita Fernanda Alcino. Património e construção. Dois casos de estudo.
P.f.160 Daniel Fernando C. Intervenção em edifícios históricos. O caso dos mosteiros.
P.f.145João F. Cortes. Arquitectura identidade e transformação. O diálogo entre o novo e o antigo.
P.f.154 Joana Luisa Peixoto Domingos. O Património e a imagem da cidade.

P.f.140 Camelo. Intervir em edifícios de interesse históricc e patrimonial.
P.f.125 Tiago da Silva Delgado. Reabilitação de equipamentos urbanos. 2 casos.
P.f. 11Fernanda Sá. O espaço liturgico
P.f.13 Joaquim Pereira dos Santos. O

Maria Eugénia Matos Fernandes. O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). 1992. (T.15.11)

Provas de mestrado

- Cilísia Mónica Duarte Ornelas. Recuperação de Cine-Teatros Modernos Portugueses. Dissertação de mestrado em Metedologias de Intervenção no Património Arquitectónico. Apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Orientada pelo Professor Doutor Arquitecto Luis Soares Carneiro da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2006. (T.6.4.7)
- Patrícia Mimoso Vairinhos Malobbia. Estoi – Identidade e transformação. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Metodologias de intervenção no Património Arquitectónico – MIPA. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Outubro 2006. Orientador: Professor Doutor Francisco Barata Fernabdes, FAUP. (T.6.4.5)
- Marta Rocha Moreira. Da Casa ao Museu (T.6.2.36)
- João Cabeleira Marques Coelho. Polivalencia e mutação em espaços públicos na cidade consolidada.(T.6.4.1)
- João Pedro Esteves dae Carvalho Fonseca. F. E Estrutura do Bloco de Habitação. (T.6.4.3)

Monumentos. Revista semestral de Edifícios e Monumentos. DGEMN (222073950)
1, 2, 3, 12, 14, 17, 20. CD-ROM. Revistas: 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 21, 25,
3 Recuperação e adaptação do Convento de S. Gonçalo. Alcino Soutinho.
4 reabilitação do edifício do Aljube para a instalação da edivisão concentrada da P.S.P. do Porto.
5 Revestimento azujelares do Convento dos grilos no Porto. Manuela Malhoa, J. P. Monteiro, Alexandre Pais.
12 Conservação em Portugal. Balanço e Perspectivas. Fernando M. A. Henriques.
14 do Colégio de S. Loureço ao Seminário maior da Sé do Porto.
17 evolução do sítio do século XVII ao século XIX
21 lisboa...
25 Coimbra...

BPMP: Biblioteca Pública Municipal do Porto

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1999.

Sousa Reis, Henrique Duarte, Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. II volume. Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. BPMP. Porto -1991.
Vista geral da cidade do Porto

(G-9-21) Crónica geral de S. Domingos. História de S. Domingos, Tomo I
Primeira parte da história de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal. Por Frei

Luis de Sousa. 1623. B.P.M.P.

Edifícios do Porto em 1833
Álbum de Desenhos de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. Manuscrito 1479.
BPMP, 1987. (gravuras)

(G-9-24) História Seráfica cronológica da Ordem dos Frades Menores na provincia de Portugal. Tomo II. Frade Manuel da Esperança 1705-1714. BPMP

(G-9-24) História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na provincia de Portugal. Tomo III. Frade Manuel da Esperança 1705-1714. BPMP

IPPAR

Sé Catedral do Porto. Boletim da direcção geral dos edifícios e monumentos nacionais. Junho, Setembro e Dezembro de 1945. Março de 1946. P.40 -43.

Os Beneditinos na Europa. 1º Congresso internacional 23-26 Nov. 1995. Santo Tirso. Câmara Municipal de Santo Tirso.

A Arte Sacra nos antigos coutos de Alcobaça. IPPAR. 1995.

Recuperar e reedificar o convento de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Porto 2002. Ana Maria Gonçalves Carvalheira.

Vinhas, Joaquim Alves – A igreja e o convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos cónegos seculares de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento. 1425-1834. Barcelos 1998. Dissertação de mestrado em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Cartas e convenções internacionais. Património Arquitectónico e arqueológico. Informar para proteger. Lisboa 1996. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR.
(Falta ainda : pag:40-em diante)

Legislação Nacional. Património Arquitectónico e arqueológico. Informar para proteger. Lisboa 1996. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR.
(Falta ainda : pag:45-em diante)

Intervenções no Património. 1995-2000. Nova Política. Ministério da Cultura. IPPAR.
Pag.3a5, 11a25, 29a49, 53a61, 97a102. (Falta ainda : a capa)

Património. Balanço e Perspectivas. 2000-2006. Ministério da Cultura. IPPAR.
(Comprei)

GOMES, SAUL ANTÓNIO, Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI. Lisboa 1998. IPPAR
Pag.1, 9a56, 475a484 (comprei)

PIRANESI, GIOVANNI BATTISTA. Invenções, Caprichos, Arquitecturas. 1720-1778. Galeria de

Pintura do Rei D. Luís. Lisboa 1993. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR.
Pag.27a31, 91a101, 115a127, 129a137. (.....)

FERREIRA, CARLOS ANTERO. Valorizar e Desenvolver as Áreas de Património Classificado. Conferência. Porto, Junho de 1992. IPPAR.

Dar futuro ao passado. Lisboa 1993. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR.
Pag.22a71, 168a171, 244a298.

Património. Arquitectónico e arqueológico. Informar para proteger. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR
(Comprei)

SACADURA, JOÃO PAULO. CUNHA, RUI. Património da Humanidade em Portugal. I volume. Monumentos. Editorial Verbo, 1999.
Pag.14a19

Património Edificado. Novas tecnologias. Inventários. Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos. Lisboa, Angra do Heroísmo, 2000. Ministério da Cultura. IAC e IPPAR.

Estudos de Integração do Património Histórico-Urbanístico para a Reabilitação urbana, 1, Aljezur, Vila do Bispo, Monchique e Lagos. Secretaria de Estado da Cultura. Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do território. IPPAR.
... (Contem mapas)...

Património. Arquitectónico e arqueológico. Classificado. Distrito do Porto. Lisboa 1993. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR.
... (Contem todos os edifícios classificados do distrito do Porto)...

I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985). Trabalhos de Arqueologia 03. Departamento de Arqueologia. Lisboa 1986. Secretaria de Estado da Cultura. IPPAR.

Castelos Portugueses. Guias Temáticos. Património. Ministério da Cultura. IPPAR.

FLUP: Faculdade de Letras da universidade do Porto

Silva, Luísa Maria de Moura Rodrigues da, A construção do novo mosteiro de Santa Clara de Coimbra : 1647 a 1769. Da decisão à conclusão : obras e arquitectos. Dissertação de mestrado apresentado à faculdade de Letras do Porto. 2000. (FLUP - 043 M S 581 c)

Gomes, Fernando Amadeu Ribeiro, « Centralidades e periferias em torno da cidade do Porto – (des) Encontros de Política e Planeamento Urbano ». Tese de mestrado em Planeamento urbano e Regional. Porto 2003. (FLUP- 043 M G 614c)

Moreira, Paulo Manuel Barbosa, Qualificação e revitalização das cidades. O Porto, da Arrábida à Foz do Douro. Tese de mestrado em Planeamento urbano e Regional. Porto 2003. (FLUP- 043 M M 838 q)

Oliveira, Artur Manuel Villares Pires de, As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século

XX. Dissertação de mestrado em História Moderna. Porto 1994. (FLUP- 043 M O 45 0)

Carvalheira, Ana Margarida Gonçalves, A Igreja e o Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar. O conjunto Arquitectónico e as campanhas de Restauro da DGEMN (1936-1962). Dissertação de mestrado em História de Arte apresentado à faculdade de Letras do Porto. 1997. (FLUP - 043 M C 32 i)

Dias, Anacleto Pereira, O Mosteiro de S. Bento da Vitória. Espaço e Música. 1597-1800. Tese de mestrado em história de arte em Portugal. Faculdade de Letras do Porto. 1999. (FLUP - 043 M D 53 m)

Rosas, Lúcia Maria Cardoso, Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928). Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 1995. (FLUP 043D – R 714m).

DGEMN

Porto Sé
Igreja de Santa Clara. Nº IPAC : 131214004 (p2) nº volumes : 6. Anos de 1950-1967. Cota : 365. Monumento nacional.
(Restauro de dois quadros. Adjudicação de pequenas obras de restauro ; madeiramentos, tubos de queda...)
Igreja de Santa Clara. Nº IPAC : 131214004 (p1) nº volumes : 6 anos de 1923-1950. Cota : 234. Monumento nacional.
(Adjudicação de pequenas obras de restauro...)

Igreja de São Francisco. Nº IPAC : 131213005 (p1) nº volumes : ? Anos de 1927-1958. Cota : 229. Monumento nacional.
(Obras de restauro da capela que abateu (1951) ; reparação do telhado ;)

Cadeia do Aljube. Expediente nº 166. 1968/1984
(29 dez. 1967.
31 Jan. 1968. Obras de conservação.
22nov. 1968 Obras de reparação e conservação.
1969. Obras de remodelação e conservação.
1970
1971. Telhado
1972
1975. « Cedência de vigamento de madeira. Zona afectada foi escorada.»
13 Jan. 1979. « O edifício em questão encontra-se em precaríssimas condições de segurança com ameaça de ruína e desabamento de pavimentos de madeira. »
1982...

Boletim da DGEMN, Monumentos. Dos números 1 ao 131. DGEMN. CD-ROM

Monumentos. Revista semestral de Edifícios e Monumentos.
1, 2, 3, 12, 14, 17, 20. CD-ROM. Livro: 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 21, 25,

ADP: Arquivo Distrital do Porto, Torre do Tombo

(ADP, Convento de S. Bento da Vitória)

Dra Paula Abrunhosa – Orquestra sinfónica

OUT."06 plantas

O Arquivo do Governo Civil do Porto. 1988 (Dr Jorge Ferreira)
Obras Municipais: OBRAS PÚBLICAS

M1614 1843-1904 pasta com projectos de obras municipais
"Direcção de Obras Públicas do Distrito do Porto. Secção de Edifícios – Projecto. 1912. desenhos 1/100 – Projecto de adaptaçãp do antigo convento de Santa Clara à ampliação do edifício dos tribunais de Investigação Criminal do Porto.

M1616 1864-1913
-(plantas de desenhos da rotunda da Boa Vista com praça de touros)
- planta de Santa Clara, Casa Pia e Porta do Sol.

M1620 1902 pasta com projectos de obras municipais
M1621 1902-1952 pasta com projectos de obras municipais
M1622 1903-1904 pasta com projectos de obras municipais

Hospitalde Santa Clara. Balancetes
M1287 1944-1949 pasta com balancetes
M1288 19041-1944 pasta com documentos e cadastros

Dra Anabela Oliveira 4ºfeira 14h
Dr. Jorge Ferreira

Alves, Fernando de Sousa; Alves, Jorge; Pereira, Gaspar Martins; Ribeiro, Jorge. O Arquivo do Governo Civil do Porto. Porto 1988.
Pag.250. Conventos extintos – M554, M555.
Pag.290. Obras públicas.
Pag.265. Delimitações.
Pag.180. Inventários.
Pag.187. Pensões eclesiásticas.
Pag.279. Lei da separação. M1319.
(1912 – Maço com declarações sobre a lei da separação da Igreja e do Estado.)
Pag.187. Juntas de paróquia.
(3991 1887-1914 – Livro de registo dos orçamentos das juntas de paróquia do distrito.)
Pag.48. Clero regular.
(432 1833-1835 – Livro de registo de prestações aos religiosos e religiosas dos conventos extintos do distrito.)
Pag.57. Correspondência expedida.
Extintos do distrito.)
Pag.95. Correspondência recebida e expedida.

Fontes Manuscritas

1. Alves, Fernando de Sousa; Alves, Jorge; Pereira, Gaspar Martins; Ribeiro, Jorge. O Arquivo do Governo Civil do Porto. Porto 1988.
   Pag.250. Conventos extintos – M554, M555.
2. Alves, Fernando de Sousa; Alves, Jorge; Pereira, Gaspar Martins; Ribeiro, Jorge. O Arquivo do Governo Civil do Porto. Porto 1988.
   Pag.48. Clero regular.
   (432 1833-1835 – Livro de registo de prestações aos religiosos e religiosas dos conventos extintos do distrito.)
3. Lvº 43 – Livro que contém o inventário geral de todos os objectos existentes de conta da Comissão Administrativa dos bens dos Conventos abandonados. (C/4/1/3 – 4815)

Inventário. Ordens monastico/conventuais. Lisboa 2002. torre do Tmbo, Minist. Cultura

Arquivo Distrital do Porto. Fundos Monásticos. Inventários. Porto 1993. Arquivo Distrital do Porto.

AHMP: Aquivo Histórico Muincipal do Porto, Casa do Infante

OUT."06 plantas
Planta da zona dos Congregados com as obras do convento (1800) D-CDT/A3-504
Arruamentos, bairro da Sé 15-02-1883 D-CDT-ROL-A3-2 (retirado do processo D-CMP/2/361)
Avenida dos Aliados, 1915 Barry Parker
Largo Santa Clara e de polícia: levantamento topográfico/C Martins 1916 D-CDT/A4-107
Novo bairro das Carmelitas: planta de arruamentos e terrenos para edificação com condições para venda de terrenos 1903 D-CDT/B4-84
Planta de arruamentos de terrenos para edificação do Bairro das Carmelitas 1900 D-CDT/A3-503
Projecto do remate principal do Palácio da Bolsa 1894 D-CDT/ROL-A1-13
Projecto do mercado que deve ser construido na Rua de Ferreira Borges/ Município do Porto (18..) D-CDT/A3-490-02
São Domingos do Porto: (plant
a) (19..) D-CDT/A1-8
São Domingos do Porto sobre a planta levantada por George Balk (19..) D-CDT/A1-9
Planta do Porto 1902 D-CDT/B3-9
Zona de Santa Clara 1950 D-CDT/A4-27
Zona do Carmo 1950 D-CDT/A4-23
Mosteiro de Monchique 1950 D-CDT/A3-468
Zona de Monchique 1950 D-CDT/A4-18
Cerca Velha e Cerca Fernandina 1947 D-CDT/B3-2
Anteprojecto do mercado das Carmelitas/ Joaquim Augusto da Costa Oliveira 1887-1888 D-CDT/A5-25 (1-10)
Zona de São Nicolau, Miragaia e Monchique 1950 D-CDT/A5-31

Eugénia de Andrade da Cunha e Freitas, O Convento novo de Santa Maria da Consoloação (padres Loios). CMP Gab. De Hist. da Cidade. 1947. (ver fotos)...

Registo de material cartográfico. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Mosteiro de Monchique 4/A"-18
Zona de Santo Ildefonso 4/A'-005
Largo do Colégio 4/A'-020
São Domingos do Porto: (planta) 4/A-8
São Domingos do Porto e a planta levantada por George Balck 4/A-9
Zona do Carmo (1950) 2/A-473
Zona da Vitória 2/A-469
Zona da Vitória 2/A-470
Zona da Vitória 2/A-472
Zona de Santa Clara 2/A-477
Cerca velha e cerca fernandina 4/B"-2
Planta da cidade do Porto, 189... 4/B"-3
Planta medieval 2/B-110
Novo bairro das Carmelitas 2/B-84
Novo bairro das Carmelitas 2/B-84V
Novo bairro das Carmelitas 2/B-84V
Projecto de remate do Palácio da Bolsa 6/A-13
Bairro das Carmelitas 2/A-530
Bairro das Carmelitas 4/A"-054
Zona dos Congregados com as obras do convento (1800) 4/A"-055
Colégio dos Órfãos 2/B-68 (1, 2,3)

Cartografia 2
Catálogo do Livro de Plantas. Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.

A
Academias
Das belas artes 189, 301
Da marinha e comércio 187, 218
Politécnica 226, 241, 332, 359, 374, 397
C
Convento das Carmelitas 142, 199
Cerca do 26, 51, 199, 218, 332
Convento dos 187
Botica do 178
Cerca do 187, 241
Cercas do
Convento das carmelitas 26, 51, 199, 218, 332
Convento das carmelitas 187, 241
Convento dos congregados 186
Convento dos lóios 116, 179, 199
Convento de Monchique 41 (1826, Planta topográfica)
Convento de santo António da Cidade 188, 189, 206, 215, 342
Convento de São Domingos 285, 292
Recolhimento das meninas órfãs 108
Congregados
Convento dos 8, 14, 65, 86, 91, 179, 186, 202, 246, 283
Cerca do 186
Igreja do 14, 65, 86, 91, 179, 246

Monte dos 232, 250
Bateria do 232
Quinta dos 1, 33, 65, 232, 250
Travessa dos 65, 186
Conventos e mosteiros
Das carmelitas 26, 142, 199, 218, 332
Dos carmelitas 187, 241
Dos congregados 8 14, 65, 86, 91, 179, 186, 202, 246, 283
Dos lóios 115, 116, 179, 193, 199
De Monchique 41,42
De santa clara 191
Santo António da cidade 23, 176, 188, 189, 206, 215, 342
São Bento de ave-maria 86, 179
São Bento da vitória 29, 131, 171, 332
São domingos 78, 80, 285, 292
De são João novo 285
Igrejas
Dos grilos 37
Dos carmelitas 187, 199, 226, 241, 196, 359, 397
Das carmelitas 199
Dos lóios 115, 116, 179, 193, 199
Da nossa senhora da graça 296
São Francisco 236, 285, 384
Santa clara 7
Santo António da cidade 179
São Bento de ave-maria 86, 179
São Bento da vitória 12, 131, 171, 311
São domingos 236, 285, 292
São Francisco 236, 285, 292, 384, 467
De são João novo 285
P
Portas e postigos
De Almada 115, 116
De areia 70, 71
Dos banhos 384
De carros 86, 179
De cimo de vila 11
De forca 70, 71
De madeira 70, 71
Nobre ou nova 225, 285, 384, 393
Forte de 138
Do olival 28, 30, 121, 133
Do peixe 72 ? 72
Do pelourinho 138
Da ribeira 66, 70-72
De santo Eloy 65
Do sol 7, 191, 251, 362, 463
Das virtudes 29, 132

Santa clara, convento de 7, 191
Santo António da cidade, convento de 23, 176, 188, 189, 206, 215, 342

Santo eloy, convento dos lóios 115

Cartografia

Carta topográfica da cidade do Porto. 1892. 1, 2, 3, 4, 5,6
Augusto Geraldo Telles Ferreira 1/5.000

1 Cidade do Porto (1813) por George Balk – Planta redonda. Colecção do museu Soares dos Reis.
2 Planta da cidade do Porto (anterior a 1824) por José Francisco de Paiva. Colecção do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
3 Oporto (1833) por W. B. Clarke. Colecção do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
4 Planta topográfica da cidade do Porto (1839). Joaquim Costa Lima. Colecção do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
5 Planta da cidade do Porto (1865). Frederico Perry Vidal. Colecção particular.
6 Porto. Projectar a cidade. Carta topográfica 1892. Arquivo Histórico Municipal do Porto. 1991-1992. Redução das folhas 235-239, 256-260, 277-281.
7 Levantamento aéreo. 1939.

Planta da zona dos congregados com as obras do convento (1800) – 187, 4/A"-55

Convento de S. Bento de Ave-maria – LIMA, MATIAS, Crónica do passado

Convento de Santa Clara

CARNEIRO, José Augusto, Fundação do Convento de Santa Clara, na cidade do Porto.

BASTO, Artur de Magalhães, 1894-1960 O lançamento... pedras do mosteiro de Sta Clara.

ASSUNÇÃO, Lino de, O Convento de Ave-maria do Porto e a sua fundação.

CASTRO, Francisco Cirne de memórias dos conventos do Porto

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho. Convento de S. João Novo.

Conventos...

1. Ave-maria

P04/726 (15) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, As duas igrejas do mosteiro de São Bento de Ave-maria do Porto

RES-11 (6) NEVES, Casimiro de Castro, Causa nova no foro portuense : sobre alimentos provisórios e definitivos, pedidos ao Convento de Avé-Maria do Porto pela freira fora de clausura D. Margarida Júlia Alves de Sousa.

P05/BOL.CULT. (2) E05 (3) ALVES, Artur da Mota, O Convento de Ave-maria do Porto : documentos para a história da sua fundação.

P05/BOL.CULT. (25) E05 (3) ANDRADE, Monteiro de, O Convento de Ave-maria de São Bento e a estação central de caminhos-de-ferro do Porto.

P05/BOL.CULT. (8) E05 (3) CRUZ, António, Alguns documentos medievais do cartório de São Bento de Ave-maria.

P77/ DIAS ISBN : 972-589-091-4 DIAS, MARINA Tavares, Porto desaparecido.

2. Monchique

P04/271 (6) FERNANDES, Maria Eugénia Matos. Os últimos dias de Monchique.

Po5/BOL.CULT (4) E05 (3) BASTO, Artur de Magalhães. Contrato com Diogo de Castilho mestre de pedraria, para a construção do Mosteiro de Monchique, 18 de Julho de 1533.

P04/726 (31) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. Elementos para a história do Convento de Madre de Deus de Monchique.

P05/BOL.CULT (6) E05 (3) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte.

P05/BOL.CULT (7) E05 (3) VITORINO, Pedro. Notas de Arqueologia Portuense : segunda parte.

3. Santa Clara

P04/726 (12) ALVES, Natália Marinho Ferreira. Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII

P05/DMHP (48) E05 (36) P271 OCSFERN E271 OCSFERN FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80).

Res-157 FERNANDES, Maria Eugénia Matos, O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80). (Texto telecopiado)

P04/271 (7) FERNANDES, Maria Eugénia Matos, Século e clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX.

P05/REV.FL ALVES, Natália Marinho Ferreira, Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII

4. Santo António da cidade

P04/721 (14) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, O Convento de Santo António da Cidade e a Arquitectura no Porto na segunda metade do século XVIII.

P726. 7/BIBL E726. 7/BIBL Porto, Biblioteca Pública Municipal, O Convento de Santo António da Cidade : exposição no 150º aniversário de instalação definitiva de abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

5. São Bento da Vitória

RES-41 EDITAL Nº5/74 de 29 de Abril 1974
EDITAL Nº5/74 de 29 de Abril 1974

P271.1/ACTA. ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS
ACTAS DO CICLO DE CONFERÊNCIAS ; (21 de Março a 18 de Junho)
ISBN : 972-95798-7-3

P04/271 (5) SANTOS, ANA Paula Miranda dos, O Mosteiro de São Bento da Vitória : 400 anos.

P726.7/MOST. O Mosteiro de São Bento da Vitória : 400 anos.

ISBN : 972-95798-5-7

P78/PORT E78/PORT Porto 2001, S.A. Um Porto de Fado ; encontro de Fado na cidade do Porto.
ISBN : 972-954494-6

6. São Domingos

P04/726 (2) Freitas, Eugénio de Andreia da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto.

P352/CLEE ROSÀRIO, António do, Fundação do Convento de São Domingos do Porto : 1238.

P908/PERE E908/PERE RES-198 PEREIRA, Firmino, O Porto d'outros tempos : notas históricas, memórias, recordações.
P05/BOL.CULT (2) E05 (3) Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, As capelas de São Domingos do Porto.

7. São Francisco

P04/069 (23) Notas e comentários.
Notas e comentários.

P081/PASS E081/PASS PASSOS, Carlos de, Lembranças da terra : Chrónicas históricas escriptas por Carlos de Passos, natural desta cidade do Porto que se achou em manuscritos, documentos e outras obras existentes no Archivo Municipal da Biblioteca Pública Municipal.

P05/ BOL.CULT (5) E05 (3) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, A capela de Nossa Senhora do Pranto, no Mosteiro de S. Francisco do Porto.

P04/726 (41) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Elementos para o estudo da arquitectura das duas primeiras capelas da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto.

8. São João Novo

P04/739 (14) ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, Notícias sobre imagens, Prata e outros objectos do Convento de São João Novo segundo as « memórias Históricas e Chronológicas ».

9. Grilos

RES-41 EDITAL nº11/77 de 14 de Julho 1977

5-31 MALHOA, Manuela, Revestimentos azulejares do convento dos grilos no Porto.

10. Lóios

P05/DMHP (16) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria da Consolação : padre Lóios.

P081/BAST BASTO, Artur de Magalhães, Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto.

P05/BOL.CULT. (7) E05 (3) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria da Consolação : padre Lóios.

P05/BOL.CULT. (8) E05 (3) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria da Consolação : padre Lóios.

P05/BOL.CULT. (9) E05 (3) FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, O Convento de Santa Maria

da Consolação : padre Lóios.

Convento feminino
G330 (23) ALVES, Natália Marinho Ferreira, A apoteose do barroco nas igrejas dos conventos femininos Portuenses.

P04/726 (21) PATRÍCIO, Francisco José, Archeologia religiosa : notícia dos últimos conventos de religiosas do Porto.

Convento do Carmo
Convento dos Congregados
Convento das Carmelitas Descalças
Convento ou colégio de São Lourenço
Convento do Colégio de Nossa Senhora da Graça

Tripeiro
AHMP : P05/TRIP
CASTRO, Francisco Cirne de,
Memórias de conventos do Porto / Francisco Cirne de Castro,
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº11 (1972) – p.319.
CASTRO, Francisco Cirne de,
Memórias de conventos do Porto / Francisco Cirne de Castro,
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº11 (1972) – p.317.

Para a história do largo dos Lóios
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº12 (1972) – p.364.

Convento dos Agostinhos descalços
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº18 (1908) – p.280

ALVES, Alfredo
A festa do natal no convento de Ave-maria em 1800/ Alfredo Alves
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº68 (1910) – p.506.

ASSUNÇÃO, Lino de,
O Convento de Ave-maria no Porto e a sua fundação/ Lino de Assunção.
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº79 (1910) – p.99, 119,157

SÃO JOÂO NOVO, José de,
Episódio antigo /, José de São João Novo
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº35 (1909) – p.274

ROCHA, Hugo,
Dum Porto que desapareceu há muito do mosteiro de Ave-maria / Hugo Rocha,
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 1, nº3 (1961) – p.70.

TAVARES, Ernão
Mosteiro de São Bento de Ave-maria na memória do património perdido / Ernão Tavares
In : tripeiro – Porto – Série Nova, Ano 2, nº7/8 (1983) – p.240-243.

CARDOSO, Augusto Pedro,

Abadessas, priorescas e subpriorescas do Convento de São Bento de Avé-Maria nos séculos XVI e XVII / Augusto Pedro Cardoso.
In : tripeiro – Porto – Série Nova, Ano 6, nº10 (1987) – p.300.

BESSA, Joaquim Cardoso de Moura,
A última abadessa do Convento de São Bento de Ave-maria / Joaquim Cardoso de Moura Bessa.
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 3, nº8 (1963) – p.241.

SIMÕES JÚNIOR, Manuel R.
A Primeira abadessa do Convento de São Bento de Ave-maria / Manuel R. Simões Júnior
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 3, nº10 (1963) – p.289.

EFEMÉRIDES : (Convento de Ave-maria)
Efemérides : (Convento de Ave-maria)
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº55 (1910) – p.294.

EFEMÉRIDES : (Convento de Ave-maria)
Efemérides : (Convento de Ave-maria)
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº84 (1910) – p.186. (Incêndio)

CARNEIRO, José Augusto,
O Hospital da Misericórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores / José Augusto Carneiro
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº7 (1908) – p.103, 133.

CARNEIRO, José Augusto,
O Hospital da Misericórdia do Porto : Convento de Monchique e seus fundadores / José Augusto Carneiro
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº9 (1908) – p.103, 133.

NEMO, João,
Uma profetiza na cidade do Porto / João Nemo
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº42 (1909) – p.85, 119.
(Lendária, Madre/ Convento de Monchique/ Freira/ Profetiza/ Porto (cidade)

VITORINO, Pedro
Monchique : Notabiliza-se sobremaneira pela obra de sua igreja/ Pedro Vitorino – Artigo ilustrado
In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº44 (1927) – p.312-313.
(Convento de Monchique/ igreja/ talha dourada.

SILVA, Fernando J. Moreira da,
O Convento de Monchique / Fernando J. Moreira da Silva - Artigo ilustrado
In : tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº2 (2002) – p.52.
Convento de Monchique/ Judiaria Velha/ Sinagoga/ Armazém da companhia.

SIMÕES, Catão,
Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto / Catão Simões,
In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº20 (1926) – p.310,332.

O Convento da Formiga – religiosos agostinhos descalços
In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº41 (1927) – p.264.

Convento de Santa Clara
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº17 (1908) – p.263.

CARNEIRO, José Augusto
Fundação do Convento de Santa Clara na cidade do Porto / José Augusto Carneiro
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº45 (1909) – p.130.

BASTO, Artur de Magalhães 1894-1960
O lançamento das... pedras do Mosteiro de Santa Clara / Artur de Magalhães Basto
In : tripeiro – Porto – Série 5, Ano 10, nº2 (1954) – p.33.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE LEITORES : NOVAS PERGUNTAS : 76 : MURALHA DE SANTA CLARA
Correspondência entre leitores : novas perguntas : 76 : muralha de Santa Clara
In : tripeiro – Porto – Série 2, Ano 1, nº7 (1919) – p.144.

FREIRAS DE SANTA CLARA
Freiras de Santa Clara
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº7 (1908) – p.110.
Convento de Santa Clara / Freiras / Imposto / Portagem

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA PORTA DOS CARROS
Convento de santo António da Porta dos Carros
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº17 (1908) – p.266.

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CIDADE
Convento de Santo António da Cidade – uma pequena nota no canto inferior direito.
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº7 (1908) – p.110.

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CIDADE
Convento de Santo António da Cidade.
In : tripeiro – Porto – Série 4, Ano 1, nº6 (1931) – p.81.

CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA PORTA DOS CARROS
Convento de santo António da Porta dos Carros
In : tripeiro – Porto – Série 4, Ano 1, nº10 (1931) – p.145.

SAUDOSOS TEMPOS
Saudosos tempos
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº100 (1912) – p.443.
Convento de São Bento de Avé-Maria / Convento de Santa Clara / Convento de Vila nova de Gaia / Freira / Festa

CONVENTO DE SÃO BENTO DA VITÓRIA
Convento de São bento da Vitória
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº17 (1908) – p.260.
Convento de São bento da Vitória

LIMA, Matias
Crónica do passado / Matias Lima

In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº106 (1913) – p.541.
Convento de São Bento d'Ave-Maria

CONVENTOS DA CIDADE DO PORTO
Conventos da Cidade do Porto
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº14 (1908) – p.222.
Convento de São domingos / Porto (cidade)

APONTAMENTOS HISTÓRICOS
Apontamentos históricos
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº66 (1910) – p.472.
Freire, Gomes / Convento de São Francisco / Associação Comercial do Porto /Morte / General / Militar / Incêndio

GUERRA, Rui Moreira de Sá
As capelas ou vínculos instituídos no Convento de São Francisco, na cidade do Porto / Rui Moreira de Sá Guerra – II LEGADO DE JOÃO DOMINGUES E DE MARIA ANES DA RU
Apontamentos históricos
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 6, nº2 (1966) – p.45-46.
Convento de São Francisco

GUERRA, Rui Moreira de Sá
As capelas ou vínculos instituídos no Convento de São Francisco, na cidade do Porto / Rui Moreira de Sá Guerra – LEGADOS DE JOÃO PAIS, MARIDO DE MARIA CARNEIRO...
Apontamentos históricos
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 6, nº6 (1966) – p.180.

BRANCO, M. B.
A Fundação do Convento de São Francisco no Porto / M. B. Branco
In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº6 (1926) – p.9.

EFEMÉRIDES : (Convento de São Francisco)
Efemérides : (Convento de São Francisco)
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº60 (1910) – p.378.
Convento de São Francisco / Aqueduto das Águas livres

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho
Convento de São João Novo / Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 3, nº90 (1910) – p.281.
Convento de São João Novo

EX – CONVENTO DE SÃO JOÃO NOVO
Ex - Convento de São João Novo
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº15 (1908) – p.230.
Convento de São João Novo

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e
As Religiosas do Convento de São José das Carmelitas Descalças em 1833 /) Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas
In : tripeiro – Porto – Série 7, Ano 16, nº1/2 (1997) – p.16.
Convento de São José das Carmelitas Descalças

(Convento de Vale de Piedade - Gaia)

CASTRO, Francisco Cirne de,
Memória dos Conventos do Porto / Francisco Cirne de Castro
In : tripeiro – Porto – Série 6, Ano 12, nº10 (1972) – p.287-290,319 ; 364.

MARINHO, J.
Comunicação dos leitores : novas perguntas : P8 : (cerca do Convento dos Agostinhos Calçados) / J. Marinho
In : tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº5 (2002) – p.155.
Convento dos Agostinhos Calçados

OLIVEIRA, J. J.
Comunicação dos leitores : respostas : R8 : (cerca do Convento dos Agostinhos Calçados) / J. J. Oliveira
In : tripeiro – Porto – Série 7, Ano 21, nº9 (2002) – p.283.
Convento dos Agostinhos Calçados / Muralha

CONVENTO DE CARMELITAS DESCALÇOS
Convento de Carmelitas Descalços
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 1, nº17 (1908) – p.266.

EFEMÉRIDES : (Convento dos Carmelitas Descalços)
Efemérides : (Convento dos Carmelitas Descalços)
In : tripeiro – Porto – Série 1, Ano 2, nº68 (1910) – p.509.

FLÀVIO
Notas a O Tripeiro : Convento das Carmelitas / Flávio
In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 1, nº11 (1926) – p.174.

PIRES ; Paio da Cunha
Correspondência entre leitores : novas perguntas : 103 : Grilos / Paio Piras da Cunha
In : tripeiro – Porto – Série 2, Ano 1, nº11 (1919) – p. 224.
Convento dos Grilos / Frades Gracianos

DIAS, Manuel
Convento de Santo Eloy chamado da Consolação / Manuel Dias
In : tripeiro – Porto – Série 3, Ano 2, nº31 (1927) – p.105.
Convento dos Lóios / Congregação Evangelista

P04 1726 (21) PATRICIO, Padre Francisco José
Archeologia Religiosa: notícia dos últimos conventos religiosos do Porto. Porto 1882. Pag.17-61

RECRIA

Quaresma, Clementina, Inventário Artístico do Porto.

Porto esquina do tempo. Grupo IF

Carvalho, Teresa Pires de, Guimarães, Carlos, Barroca, Mário José, Bairro da Sé do Porto. Contributo

para a sua caracterização histórica. Câmara Municipal do Porto. CRUARB/CH – Projecto Municipal para a Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto.1996.
P (14) 711.5/CAR.

Dias, Marina Tavares, Marques, Mário Morais, Porto Desaparecido. Quimera.
P77/DIAS

Por indicação do arquivo :

P908 Cost. COSTA, Agostinho Rebelo da, Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto. Editora frenesi.

P 71/72 ALVE (1) ALVES, Joaquim Jaime B., O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras públicas. Volume I. Porto 1988.

P 71/72 NONE NONELL, Anni Gunther ; Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre o despotismo e o liberalismo. Publicações FAUP.

P908 HIST. RAMOS, Luís A. De Oliveira ; História do Porto. 3º Edição. Porto Editora.

INTERNET

MATTESON, John, Constructing Ethics and the Ethics of Construction: John Ruskin and the Humanity of the Builder. www.crosscurrents.org/matteson2002.htm

www.Monumentos.pt
S. João Novo N: IPA – PT 011312130169
S. Bento da Vitória N: IPA – PT 011312150039
Convento dos Grilos N: IPA – PT 011312130050
Convento do Carmo N: IPA – PT 011312150107
Armazém do Mosteiro de Monchique (vinho do Porto) N: IPA – PT 011312070209
Edifício da Associação Protectora da Infância D. António Barroso (Convento de Sta Clara) N: IPA – PT 011312140318
Igreja de Sta Clara (Convento de Sta Clara) N: IPA – PT 01131214004
Aljube (Convento de Sta Clara) N: IPA – PT 011312140214
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Convento de Sta Clara)
Centro de Saúde da Batalha (Convento de Sta Clara) N: IPA PT 011312140364

ERRATA

PAG. 21, Conteúdos e casos de estudo, - linha 9 (onde se lê construidos deve ler-se construídos)
PAG. 22, nota 1, (onde se lê outoros deve ler-se outros)
PAG. 22, nota 2, (onde se lê tanto deve ler-se Tanto)
PAG. 24, Limite espacial, - fim do segundo parágrafo (falta o ponto final)
PAG. 24, Limite espacial, - fim do segundo parágrafo (onde se lê incluir estes con-ventos deve ler-se conventos)
PAG. 24, Limite espacial, - fim do terceiro parágrafo (onde se lê que outras-, deve ler-se que outras -)
PAG. 24, Limite espacial, - fim do terceiro parágrafo (onde se lê =em redor, deve ler-se - em redor)
PAG. 28, NOTA Nº 9
Onde se lê: Pereira, Ana Cristina, O conceito de monumento. Teoria da intervenção no Património Arquitectónico. 28 Nov. 2003, Prof. Domingos Tavares. Tema 1, "O conceito de monumento". Mestrado. MIPA. 2003-2004.
Deve ler-se: CHOAY, Françoise, A Alegoria do Património. Lisboa, Edições 70, 2000.
TOMÉ, Miguel, Património e Restauro em Portugal (1920-1995). Porto, FAUP Publicações, 2002.
PAG. 33,
NOTA 40, (no texto, não deve mudar de linha)
PAG. 65,
NOTA 156, (no texto, não deve mudar de linha)
PAG. 66, - fim do sétimo parágrafo (onde se lê regiosos, deve ler-se religiosos)
PAG. 78,
NOTA 212, (as guerras que se alastraram)
PAG. 79,
NOTA 218, no rodapé, (onde se lê percursores deve ler-se precursores)
PAG. 80, - fim do primeiro parágrafo (onde se lê simplicidade.Este, deve ler-se simplicidade. Este)
PAG. 83,
NOTA 233, no rodapé, (onde se lê Eitorial deve ler-se Editorial)
PAG. 85,
NOTA 250, (substituir Migagaia por Miragaia)
PAG. 86,
NOTA 246, no rodapé, (onde se lê compreedia deve ler-se compreendia)
PAG. 86,
NOTA 253, (substituir realisada por realizada)
PAG. 245,
No primeiro parágrafo da 2º parte (onde se lê deveria nunca deveria deve ler-se nunca deveria)
PAG. 245,
No último parágrafo (onde se lê mantem-se deve ler-se mantém-se)
PAG. 329,
No penúltimo parágrafo (onde se lê reversibilidadeda deve ler-se reversibilidade da)
PAG. 330,

No último parágrafo (onde se lê presssupostos deve ler-se pressupostos)

PAG. 330,

No último parágrafo (onde se lê pertentendo deve ler-se pertencendo)

PAG. 331,

No fim do sexto parágrafo (onde se lê etc deve ler-se etc.)

PAG. 332,

No fim do quarto parágrafo (onde se lê prependicularidade deve ler-se perpendicularidade)

PAG. 332,

No fim do quarto parágrafo (onde se lê extenção deve ler-se extensão)

PAG. 333,

No primeiro parágrafo (onde se lê séculoXVI deve ler-se século XVI)

PAG. 333,

No segundo parágrafo (onde se lê grandiosodade deve ler-se grandiosidade)

PAG. 333,

No segundo parágrafo (onde se lê benificiencia deve ler-se beneficência)

PAG. 333,

No segundo parágrafo (onde se lê prefazendo deve ler-se perfazendo)

PAG. 333,

No segundo parágrafo (onde se lê probreza deve ler-se pobreza)